BOLETIM DE COMPETÊNCIA E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Consolidado de 2014

Direito Privado 1

ÓRGÃO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência - Acidente envolvendo veículo – Ação indenizatória promovida em face da concessionária que administra a rodovia em questão - Competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado – Resolução 605/2013 - Conflito julgado procedente - Competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01664663320138260000 – Guaratinguetá – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 25657)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL *POST MORTEM.* "Conflito de competência – Ação de reconhecimento e dissolução de união estável *post mortem* – Resolução nº 623/2013 (art. 5º, I, I.9 – "Ações resultantes de união estável") – Matéria que se insere na competência da Seção de Direito Privado (1ª a 10ª Câmaras) – Conflito julgado procedente, declarando-se a competência da C. 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 01835911420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Castilho Barbosa – 27/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29187 – Segredo de Justiça)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. INTOXICAÇÃO POR HERBICIDA. INEXISTÊNCIA DE DISCUSSÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos morais e materiais. Ação de particular em que se pretende indenização por intoxicação por herbicida. Incompetência da Câmara Reservada ao Meio Ambiente. Aplicabilidade da Resolução nº 623/2013. Competência da 8ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente para declarar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado desta Corte." (CC 01842416120138260000 – São Luiz do Paraitinga – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 15/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 21144)

COMPETÊNCIA. COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. "Conflito de competência. Ação de revisão contratual cumulada com repetição de indébito. Demanda intentada contra o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo, envolvendo exclusivamente discussão sobre cláusulas contratuais de avença celebrada sob as regras do Direito Civil, além da restituição de valores decorrentes daquela. Distribuídos os autos, inicialmente, à C. 5ª Câmara de Direito Privado, foram eles redistribuídos, posteriormente, à Eg. 8ª Câmara de Direito Público, onde suscitado o conflito. Provimento n° 64/2004 e Resolução nº 194/2004. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 5ª Câmara de Direito Privado." (CC 01978926320138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29347)

COMPETÊNCIA. DESAPROPRIAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR "Conflito de competência – Medida Cautelar para que permaneça depositado até o trânsito em julgado de Ação de Usucapião o valor da desapropriação - Medida Cautelar Incidental à desapropriação - Competência determinada pela ação principal - Competência da suscitada 13ª Câmara de

Direito Público." (CC 01826835420138260000 – Francisco Morato - Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 15/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 20970)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. **"**Conflito de competência entre a 7ª Câmara de Direito Público e a 5ª Câmara de Direito Privado - Ação de reparação de danos advindos de suposto vício de consentimento em contrato regido pelo direito privado - Pretensão que não visa à desconstituição da avença, mas, sim, à responsabilização extracontratual - Matéria que se insere na competência da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, I.29, da Resolução nº 605/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitante a 5ª Câmara de Direito Privado." (CC 02033064220138260000 – São Paulo - Órgão Especial - Relator Grava Brazil – 29/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 0283)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. DANO MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO DE QUESTÃO AMBIENTAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Dúvida de Competência - Agravo de Instrumento — Ação de Indenização por ato ilícito, movida em face de Petróleo Brasileiro S/A – Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 194/2004 Regimento Interno, desta Corte — Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada." (CC 02013230820138260000 – São Sebastião - Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30516)

COMPETÊNCIA. USUCAPIÃO. ÁREA DE MANANCIAL. INEXISTÊNCIA DE DISCUSSÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de Competência – Usucapião - Pedido da Fazenda Estadual para que sejam consignadas na sentença e no registro as limitações legais e administrativas ao uso do imóvel decorrentes da lei de proteção aos mananciais - Inexistência de discussão sobre interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos diretamente ligados ao meio ambiente - Resolução 512/2010 - Competência da suscitada 3ª Câmara de Direito Privado." (CC 01882307520138260000 – Mairiporã - Órgão Especial - Relator Antonio Vilenilson – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 21083)

COMPETÊNCIA. LOTEAMENTO. REGULARIZAÇÃO. PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. MATÉRIA AFETA ÀS CÂMARAS RESERVADAS AO MEIO AMBIENTE. "Conflito de competência. Ação civil pública para regularização do loteamento "Condomínio Alto dos Getubas Club" construído em parte de área de preservação ambiental, com a devida indenização pelos danos ambientais causados. Competência de uma das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente para apreciar o recurso na medida em que, embora a demanda possua questões mediatas afetas ao Direito Privado, o pedido inicial está calcado na proteção ambiental. Precedentes. Conflito procedente. Competente uma das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente." (CC 01875404620138260000 – Caraguatatuba - Órgão Especial - Relator Evaristo dos Santos – 29/01/2014 – Maioria de Votos - Voto nº 30020)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS MORAL E ESTÉTICO. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos moral e estético decorrente de acidente de veículo. Matéria de competência da Seção de Direito Privado, nos termos do art. 2º, III, alínea "c" da Resolução nº. 194/2004, alterada pela Resolução nº. 605/2013. Resolução revogada pela nova Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente. Remessa para a Câmara suscitada - 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 02052533420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21261)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO HOSPITALAR. CONVÊNIO PÚBLICO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PÚBLICO. "I - Conflito de competência. Ação de obrigação de fazer. A matéria versada provem de convenio público firmado entre autarquia (CBPM) e a Cruz Azul para prestação de serviços médicos e odontológicos aos servidores e seus dependentes.

A relação jurídica não é entre particulares, competente a Seção de Direito Público. II - Conflito procedente para reconhecer a competência da suscitada C. 5ª Câmara de Direito Público deste E. Tribunal." (CC 01888066820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38542)

COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. "Competência recursal. Propositura que versa sobre contrato de previdência privada. Julgamento afeto às Câmaras da 1ª Subseção de Direito Privado. Expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013, que não pode ser compreendida fora do contexto. Inexistência de motivo para se supor que o dispositivo tenha querido alocar na Seção de Direito Público não apenas as demandas pertinentes à previdência dos servidores públicos como, ainda, as fundadas em contratos celebrados por particular com entidades abertas e regidos pelo direito privado. Conflito de Competência acolhido." (CC 01910012620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23360)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAL E MATERIAL. MORTE POR DESCARGA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência. Ação que versa sobre indenização por danos morais e materiais decorrentes do falecimento do irmão do autor, por descarga elétrica, em acidente ocorrido no dia 25/01/2001. Responsabilidade objetiva de concessionário de serviço público. Irrelevância. Competência que deve ser atribuída à 1ª Câmara de Direito Privado com apoio no item I.29, do art. 5º, da Resolução nº 623/2013: "Ações de responsabilidade extracontratual, salvo a do Estado", lembrando-se que o item I.7 do art. 3º, dessa nova Resolução, ao contrário da referência anterior (Provimento 63/2004) não incluiu dentre as matérias de competência da Seção de Direito Público os "ilícitos extracontratuais de concessionários e permissionários de serviço público". Conflito procedente. Competência da 1ª Câmara de Direito Privado." (CC 01977834920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23140)

COMPETÊNCIA. LOTEAMENTO IRREGULAR. DISCUSSÃO SECUNDÁRIA A RESPEITO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO."Conflito negativo de competência - Agravo de instrumento tirado de ação civil pública manejada contra loteamento irregular - Discussão secundária acerca dos contornos ambientais - Matéria vinculada à seara privada - Inteligência dos arts. 4º, I e 5º, I21, da Resolução nº 623/2013 - Precedentes deste C. Órgão Especial - Conflito procedente - Competência da C. 5ª Câmara de Direito Privado." (CC 02091151320138260000 – Porangaba – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 215)

COMPETÊNCIA. LOTEAMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEVER DE FISCALIZAÇÃO DA MUNICIPALIDADE. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PÚBLICO. "Conflito de competência - Ação civil pública fundada no dever de fiscalização da municipalidade - Art. 2°, I.2 e I.10, da Resolução nº 623/13 - Competência da suscitada 5ª Câmara de Direito Público." (CC 02044132420138260000 – Jacupiranga – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21365)

COMPETÊNCIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA. "Conflito de competência - Recurso de apelação interposto em ação de cobrança de diferenças de remuneração de parcelas vertidas para conta poupança gerida pela ré para complementação de aposentadoria de seus funcionários, em plano equiparado a previdência privada - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Demanda que veio fundada na suposta obrigação legal da demandada ao pagamento das diferenças de rendimentos não creditados nos meses de junho e julho de 1987, em razão do advento do Plano Bresser, envolvendo tema relativo a plano de previdência complementar privada - Julgamento do apelo em causa que, nesse passo, não se insere dentre as atribuições conferidas à Câmara suscitante e nem tampouco naquelas da Câmara suscitada, mas à 1ª Subseção de Direito Privado deste Tribunal

de Justiça de São Paulo, por aplicação da regra contida no art. 5º, inciso I, itens I.1 e I.37, da Resolução nº 623/2013 - Precedentes deste Órgão Especial - Conflito conhecido e provido para fixar a competência de uma dentre as 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado desta Corte para processar e julgar o presente recurso." (CC 00024018420148260000 – Itatiba – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18363)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Ação que versa sobre Usucapião de bem imóvel. Artigo 1.242 do Código Civil. Interesse individual. Pretensão que envolve como objeto principal e preponderante o exame sobre ocorrência de prescrição aquisitiva. Irrelevância do questionamento sobre a necessidade de averbação de reserva legal (para efeito de fixação de competência recursal). Questão ambiental, sob esse aspecto, que foi invocada apenas de forma reflexa. Inexistência de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos diretamente ligados ao meio ambiente. Precedentes do C. Órgão Especial. Dúvida procedente. Competência da 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 00040100520148260000 – Fartura – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23157)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação indenizatória fundada em injusta rescisão de compromisso de compra e venda de unidade num conjunto habitacional - Programa de desfavelamento - A autora funda seu pedido também na omissão do serviço social da prefeitura, que, segundo ela, contribuiu para a rescisão do contrato e para a perda de seu lar - Discussão sobre responsabilidade civil da municipalidade – Resolução 623/2013, art. 3°, I.7 – Competência da suscitante 12ª Câmara de Direito Público." (CC 00033354220148260000 – Ribeirão Preto – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 21575)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de Instrumento interposto contra decisão que negou antecipação de tutela cujo objetivo era o de reintegrar-se, a agravante, na posse de imóvel prometido à venda ao falecido genitor dos agravados – Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 605/2013, alterada pela Resolução 623/13 desta Corte - Prevenção – Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada." (CC 00048199220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30524)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Recusa de competência por decisão monocrática. Particularidade que, conquanto a rigor não atenda à exigência do artigo 200 do RITJSP, pode ser superada a bem da celeridade e economia processuais. Ação declaratória de inexigibilidade de débito pertinente à prestação de fornecimento de energia elétrica. Demanda que não versa sobre a concessão propriamente dita, mas sobre o serviço que foi ou deixou de ser prestado. Matéria da competência das Câmaras da Seção de Direito Privado. Conflito acolhido, reconhecida a competência da suscitada." (CC 01935691520138260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23676)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência, suscitado pela 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. 1. Pretensão de cumprimento do Protocolo de Intenções e contrato a ele atrelado, assumidos pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, com a anuência da Prefeitura local, frente ao autor e demais interessados na exploração de argila em região a ser atingida pela inundação propiciada com a construção de usina hidrelétrica. Matéria afeta à Seção de Direito Público. 2. A Resolução 623/2013, do Órgão Especial, nos itens I.2 e I.3, do inciso I, do artigo 3º, atribuiu à Seção de Direito Público, especificamente ao grupo da 1ª à 13ª Câmaras, competência preferencial para "ações relativas a controle e cumprimento de atos administrativos" e "ações relativas a licitações e contratos administrativos". 3. Conflito acolhido para o fim de declarar a competência da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, ora suscitada, para apreciação da

matéria." (CC 01936055720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23304/14)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação Cível contra sentença que julgou procedente ação de reintegração de posse cumulada com demolição de benfeitorias, recuperação ambiental, perdas e danos e cominação de pena pecuniária movida pela CESP - Companhia Energética de São Paulo contra Mauro Pioli Limieri e outra - Pedido, em que pese centrado na reintegração de posse, relacionado à recuperação da área - Debate relacionado às hipóteses de competência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente - artigo 1º, da Resolução n° 512/2010 - Competência da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Conflito acolhido." (CC 01758502020138260000 - Buritama – Órgão Especial - Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29393)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Agravo de instrumento contra decisão que determinou o ajustamento do valor da causa e indeferiu pedido de gratuidade em ação indenizatória movida por particular contra Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social e Banco Santander S/A - Pedido fundado em questão previdenciária - Competência da 1ª Subseção da Seção de Direito Privado - Posicionamento recente do C. Órgão Especial - Competência da 5ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Conflito acolhido." (CC 02037411620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29753)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de usucapião - Intervenção da Fazenda Pública - Competência fixada segundo o pedido formulado na petição inicial, independentemente da qualidade das partes - Matéria regida pelo Direito Civil - Debate que não se relaciona com as hipóteses de competência das Câmaras de Direito Público - Precedentes - Resolução do TJESP nº 623/2013 - Anterior julgamento de agravo de instrumento que já fixara a competência da 5ª Câmara de Direito Privado - Competência da Colenda 5ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente, firmada a competência da Câmara suscitada." (CC 02074064020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29788)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de revisão de cláusulas contratuais proposta em face do IPESP. Matéria de competência da Seção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº. 623/2013. Conflito de competência procedente. Remessa para a Câmara suscitada - 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 00055811120148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Cauduro Padin – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21426)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação ordinária de anulação de contrato de compra e venda – Objeto - Terreno situado em loteamento irregular - Pretensão de reaver a importância financeira já paga ao vendedor - Questão que não se insere na competência da câmara ambiental - Ausência de interesses transindividuais - Prevenção - Anterior agravo de instrumento apreciado pela Câmara Reservada ao Meio Ambiente - Inocorrência, na medida em que não há conexão com a presente demanda - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00112937920148260000 - Poá – Órgão Especial - Relator Xavier de Aquino – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26248)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Embargos à execução de contrato de financiamento com garantia hipotecária firmado por autarquia municipal com particulares. Discute-se na ação cláusulas de contrato de compromisso de compra e venda, na qual o Instituto de Previdência do Município de São Paulo figura como parte – Julgamento afeto a uma das câmaras compreendidas entre a 1ª e a 10ª Câmara de Direito Privado - Inteligência do art. 2º, inciso III, letra "a", da Resolução n° 194/2004 - Precedentes desta Corte de Justiça. Reconhecida a competência da suscitada C. 2ª Câmara de Direito Privado. Dúvida julgada procedente". (CC 01991467120138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38721)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de consignação em pagamento fundada em contrato de locação de imóvel - Autarquia municipal - Prestação de serviços de água e esgoto - Infiltração – Danos ao imóvel da autora na execução dos serviços - Matéria estritamente civil - Competência da Seção de Direito Privado - Resolução n°. 623/2013 - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção – Precedentes - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Redistribuição dos autos determinada - Conflito procedente." (CC 00226790920148260000 – Sorocaba – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34453)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação ordinária de obrigação de fazer cumulada alternativamente com indenização - Pretensão de provisão, decorrente, em tese, do descumprimento de contrato administrativo - Competência da Câmara de Direito Público - Resolução nº. 623/2013 do Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Acolhe-se o conflito, reconhecendo-se a competência da 2ª Câmara de Direito Público." (CC 02032942820138260000 – Panorama – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25852)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Ação declaratória e indenizatória que visa o ressarcimento dos gastos havidos pelo loteador com a implantação de infraestrutura de rede elétrica. Concessionária de serviço público de energia – CPFL no polo passivo. Irrelevância. Matéria de natureza privada, afeta à Seção de Direito Privado, nos termos da Resolução n.º 194/2004, art. 2º, III, "a" c.c. anexo I do provimento n.º 063/2004 e Resolução n.º 623/2013, todas desta Corte. Precedente deste Órgão Especial. Conflito acolhido para declarar como competente a 9ª Câmara de Direito Privado." (CC 00180854920148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28562)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de ressarcimento de danos materiais movida em face da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) - Alegação de dano decorrente de sobrecarga elétrica - Incidente suscitado pela 13ª Câmara de Direito Público, em face da 9ª Câmara de Direito Privado - Atribuição que não se insere dentre as conferidas às 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado, mas àquelas atribuídas às Câmaras integrantes das Subseções de Direito Privado II e III (Resolução nº 623, artigo 5º, inciso III.13 e § 1º, desta Corte de Justiça). Conflito conhecido e provido para declarar competente uma das Câmaras das Subseções II e III da Seção de Direito Privado." (CC 00201380320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 14/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22700)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência, suscitado pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. 1. Agravo de instrumento interposto em ação de usucapião, pretendendo discutir a agravante, Prefeitura Municipal de São Paulo, sua legitimidade para permanecer no polo passivo da ação, ainda que controversa a questão acerca da propriedade dos lotes objeto da ação. 2. A Resolução 623/2013, do Órgão Especial, nos itens I.15 e I.21, do inciso I, do artigo 5º, atribuiu à Seção de Direito Privado, especificamente ao grupo das 1ª à 10ª Câmaras, competência preferencial para "Ações de usucapião de bem imóvel" e "Ações relativas a loteamentos e a localização de lotes". 3. Conflito acolhido para o fim de declarar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, ora suscitada, para apreciação da matéria." (CC 00330823720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23916)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Responsabilidade civil extracontratual de permissionária de serviço público. Ato praticado na condição de pessoa jurídica de direito privado. Artigo 5º, item I.29, da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito julgado procedente, determinando-se a redistribuição dos autos." (CC 00137196420148260000 –

Itapecerica da Serra – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31129)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação civil pública ajuizada pelo Município de Mogi das Cruzes para regularização de loteamento clandestino. Competência recursal que se estabelece pelo pedido contido na inicial. Questão urbanística secundária e decorrente da regularização do loteamento e a ela condicionada. Competência da Eg. 9ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente, competente a Câmara Suscitante. (CC 00125954620148260000 – Mogi das Cruzes – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 04/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30.707).

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência – Ausência de conflito negativo de competência – Necessidade de pronunciamento da c. Câmara suscitada dúvida de competência – Não conhecida, com observação. (CC 00225076720148260000 – Pitangueiras – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.269).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Ação civil pública – Regularização de loteamento urbano – Obras de infraestrutura básica. É da Primeira Subseção de Direito Privado a competência para processar e julgar recurso apresentado em ação civil pública que tem por escopo a regularização de loteamento urbano, consistente em dever legal de implementação, por particulares, de obras de infraestrutura básica, sendo irrelevante, para o fim de deslocamento da competência para a Seção de Direito Público, a participação, no polo passivo, do Ente Municipal, que foi indicado apenas como órgão responsável pelo controle e pela fiscalização do loteamento. Reconhecida a competência da Terceira Câmara de Direito Privado para processar e julgar o recurso. Inteligência do artigo 5º, inciso I.21, da Resolução n. 623/2013. Conflito de competência procedente. (CC 00272952720148260000 – Itaquaquecetuba – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.072)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência - Apelação Cível - Ação de indenização por coação que resultou em fraude - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 605/2013, desta Corte - Prevenção - Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitante. (CC 00228774620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30.539).

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência - Ação Civil Pública – Agravo de Instrumento por conta de liminar que decretou o sequestro de renda dos bens dos réus - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 623/2013, desta Corte - Prevenção - Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada. (CC 00174368420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.536).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação que versa sobre indenização por danos materiais. Responsabilidade extracontratual de concessionário de serviço público. Recente alteração do inciso 1.7, do art. 3º, da Resolução nº 623/2013, que passou a prever de forma específica a competência da Seção de Direito Público para julgamento de recursos envolvendo questões dessa natureza: "1.7 - Ações de responsabilidade civil do Estado, inclusive as decorrentes de ilícitos extracontratuais de concessionárias e permissionárias de serviço público, que digam respeito à prestação de serviço público, ressalvado o disposto no item III.15 do art. 5º desta Resolução". Conflito procedente. Competência da Quinta Câmara de Direito Público. (CC 00301828120148260000 – Registro – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.174).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de cobrança. Pretensão apoiada em normas de direito privado. Demanda que envolve discussão sobre a extensão de benefício concedido aos familiares de vítima de acidente de trânsito. Veículo envolvido pertencente a concessionária de serviço público de transporte. Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP nº 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Critério mantido pelo art. 5.º, item III.15, da Resolução nº 623, de 16 de outubro de 2013. Dúvida procedente. Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª). (CC 00225232120148260000 – Mogi das Cruzes – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.173).

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação civil pública - Regularização de loteamento urbano - Pretendida regularização de loteamento para realização de obras de infraestrutura, com observância da Lei 6766/79 - Questões urbanísticas, relacionadas a loteamento que desautorizam o deslocamento da competência para as Câmaras de Reserva do Meio Ambiente - Conflito improcedente. Conflito de competência- Ação civil pública - Regularização de loteamento urbano - Questão afeta à competência da Seção de Direito Privado desta Corte, ao teor da disciplina da Resolução nº 623/13, artigo 5º, inciso I.21 - Irrelevância da participação, no polo passivo da causa, da Municipalidade, indicada apenas como órgão responsável para fiscalizar e controlar o loteamento - Autor que pretende a regularização de loteamento para realização "de todas as obras de infraestrutura, ainda não executadas e apuradas em laudo pericial e de vistoria a ser realizada (rede de água, esgotos, luz elétrica, guias e sarjetas, escoamento de água pluvial, pavimentação e outras)" - Ausência de discussão sobre ato administrativo a deslocar a competência para a Câmara de Direito Público - Conflito improcedente, competente a Colenda 5ª Câmara de Direito Privado da Corte. (CC 00292916020148260000 – Itapetininga – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.655).

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Cobrança de contribuição adicional pelo serviço nacional de aprendizagem - SESI - Caráter parafiscal e tributário da cobrança - Competência da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Inteligência do artigo 3º, inciso I.11, da Resolução nº 623/2013 - Precedentes da Corte - Conflito julgado procedente, com determinação de remessa à douta Câmara suscitada. (CC 00103150520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.136).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de cobrança. Instrumento particular de compromisso de compra e venda. Artigo 5º, item I.25, da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Precedentes deste Órgão Especial. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara suscitada (10ª Câmara de Direito Privado). (CC 00055595020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.392).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Responsabilidade civil extracontratual de concessionária de serviço público. Aplicação do artigo 3º, item I.7, da Resolução nº 623/2013, modificado pela Resolução nº 648/2014, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras de Direito Público desta Corte. Conflito julgado procedente. Fixada a competência da Câmara suscitada (3ª de Direito Público). (CC 01986998320138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31.298)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Exclusão de cooperado dos quadros de cooperativa - Permissionária de serviços públicos de transporte - Relação estabelecida entre particulares (cooperado e cooperativa) - Interesse público inexistente - Competência da 2ª

Câmara de Direito Privado." (CC 00445717120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Neves Amorim - 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.245).

COMPETÊNCIA. **"**Conflito de competência. Ação Civil Pública. Inexistência de questão relacionada à regularização de loteamento. Ação que, na verdade, visa a compelir a municipalidade a remover moradores de área de risco. Imóveis particulares. Irrelevância. Pretensão que envolve - como objeto principal e preponderante - o exame sobre cumprimento de políticas públicas voltadas ao uso e ocupação do solo urbano. Enquadramento no âmbito de controle e cumprimento de atos administrativos (art. 3º, inciso I.2, da Resolução nº 623/2013). Conflito julgado procedente. Competência da 13ª Câmara de Direito Público." (CC 00346421420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues - 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.253).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Contrato administrativo, regido pelo Direito Público, de permissão remunerada de uso celebrado com concessionária de serviço público - Matéria afeta a uma das Câmaras de Direito Público - Conflito julgado procedente, reconhecida a competência da 3ª Câmara da Seção de Direito Público." (CC 00342844920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra - 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.054).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Recurso de apelação interposto em ação revisional de contrato de compra e venda de imóvel com financiamento do preço em prestações mensais firmado entre os acionantes e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – Ipesp - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Petição inicial que se pauta exclusivamente nas cláusulas contratuais e normas do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil, discutindo apenas questões de direito privado, sendo irrelevante, portanto, a natureza jurídica do ente autárquico acionado - Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 5º, inciso I, item I.25, da Resolução n° 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da suscitada 2ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o presente recurso." (CC 00440806420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti - 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.738).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de usucapião - Manifestação e apelação do Estado de São Paulo para que conste da sentença as restrições decorrentes da Lei Estadual nº 12233/06, o que possibilitará a averbação na matrícula do imóvel, por estar localizado em área de proteção dos mananciais da Bacia do Guarapiranga - Ação de usucapião que se restringe à declaração ou não de domínio do autor sobre o imóvel objeto - Questão ventilada pelo terceiro interessado que não envolve "interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos diretamente ligados ao meio ambiente", dizendo respeito unicamente a que seja lançada a restrição no registro imobiliário - Questão acessória, secundária ou acidental que não altera a competência especial da Subseção de Direito Privado I para o exame da causa (Resolução 623/2013, art. 5º, "I.15") - Conflito julgado procedente, declarada competente a câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00367147120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti - 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.004).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de usucapião - Contestação da Municipalidade aludindo ao parcelamento urbano e infringência à legislação pertinente à visão urbanística e a que estabelece como área de proteção permanente do rio Tietê, e por decorrência lógica, a legislação federal que destaca a necessidade de preservação de metragem marginal às águas correntes (Código Florestal, Lei Federal 4771/65) - Ação de usucapião que se restringe à declaração ou não de domínio do autor sobre o imóvel objeto - Questão ventilada pela Fazenda Municipal e fundamento da sentença (negativa da usucapião também porque ilícito o objeto consistente na posse de imóvel situado em área de proteção permanente) que não envolve "interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos

diretamente ligados ao meio ambiente" - Seção de Direito Privado I que é competente também para examinar a questão sob o ângulo da possibilidade de usucapir imóvel situado em área de preservação ambiental permanente, porque de sua competência especial examinar e julgar a ação de usucapião de bem imóvel (Resolução 623/2013, art. 5º, "I.15") - Conflito julgado procedente, declarada competente a câmara suscitada (4ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00338003420148260000 – Mogi das Cruzes – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti - 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.902).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Pedido de retificação de área de registro imobiliário. Oposição da Fazenda Pública ao pleito registral que não afasta a competência da Câmara de Direito Privado para a apreciação da apelação. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara Suscitada (6ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00440555120148260000 – Itatiba – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli - 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.537).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação ordinária que visa a interdição de estabelecimento farmacêutico mantida por plano de saúde sob alegação de concorrência desleal e propaganda enganosa. Aplicação do art. 5º, inciso I, item I.23 da Resolução 623/2013 do Órgão Especial que reuniu e sistematizou os atos administrativos normativos que disciplinam a competência entre as Seções deste Tribunal de Justiça, dispondo ser de competência da Primeira Subseção de Direito Privado o julgamento deste caso. Conflito julgado procedente. Fixada a competência da 1ª Câmara de Direito Privado. Precedentes deste Órgão Especial." (CC 00234776720148260000 – Capivari – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli - 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.458).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de reparação de danos morais e materiais, cumulada com pleito de obrigação de fazer. Dúvida suscitada pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça, em face da rejeição de competência manifestada pela 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente. 1. Questão ambiental que, a despeito de retratar comportamento potencialmente lesivo ao meio ambiente, foi invocada apenas de forma reflexa, não envolvendo interesses difusos; o objeto da causa de pedir tem por móvel a indenização por ofensa ao patrimônio material e moral dos autores da ação, inserindo-se no rol do artigo 5º, da Resolução nº 623/2013, especificamente item I.29: responsabilidade civil extracontratual. 2. Conheceram do conflito, julgando-o procedente e reconhecendo a competência da câmara suscitante para apreciar e julgar o recurso." (CC 00188667120148260000 – São Sebastião – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.029).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação civil pública ajuizada pelo Município de Mogi das Cruzes para regularização de loteamento clandestino. Competência recursal que se estabelece pelo pedido contido na inicial. Questão urbanística secundária e decorrente da regularização do loteamento e a ela condicionada. Competência da Eg. 9ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente, competente a Câmara Suscitante." (CC 00125954620148260000 – Mogi das Cruzes – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 04/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30.707)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência suscitado em ação indenizatória por erro médico. Rejeitada a competência pela 8ª Câmara de Direito Privado, suscitou o conflito negativo a 4ª Câmara de Direito Público, para onde redistribuído o feito. 1. A matéria discutida na ação originária envolve indenização por alegado erro médico, prevista no artigo 951, do Código Civil. 2. O artigo 5º, da Resolução nº 623/201, do Órgão Especial, que em seu inciso I define a competência atribuída às Câmaras 1ª a 10ª, da Seção de Direito Privado, arrola no item I.24 as "Ações e execuções relativas a responsabilidade civil do artigo 951 do Código Civil", o que faz concluir pela irrelevância da qualidade do ente a ocupar o polo passivo da demanda (se público ou privado), quando se trate de indenização por erro médico a matéria em exame. 3. Acolheram o conflito, declarando competente a 8ª Câmara de Direito Privado para apreciar e julgar o recurso de apelação. (CC 00487850820148260000 – Campinas – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 17/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 24302)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Responsabilidade civil extracontratual de empresa concessionária de serviço público. Competência recursal definida nos termos do inciso I.7, do art. 3º, da Resolução nº 623/2013, com a alteração introduzida pela Resolução 648, de 11 de junho de 2014, que prevê a competência da Seção de Direito Público para : "1.7 Ações de responsabilidade civil do Estado, inclusive as decorrentes de ilícitos extracontratuais de concessionárias e permissionárias de serviço público, que digam respeito à prestação de serviço público, ressalvado o disposto no item III.15 do art. 5º desta Resolução". Conflito procedente. Competência da 5ª Câmara de Direito Público. (CC 01577528420138260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26949)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Concessionária de serviço público. Ação indenizatória por ilícito extracontratual. Morte de transeunte, por eletroplessão, em razão de fio de alta tensão caído ao chão, por suposta falta de manutenção da rede elétrica. Procedência decretada em 1º grau. Distribuição do recurso de apelo à 1ª Câmara de Direito Privado. Recurso não conhecido, com redistribuição à 5ª Câmara de Direito Público. Conflito negativo suscitado. 1. A divergência antes existente em torno dessa questão, pertinente à competência para apreciar e julgar recursos oriundos de ações indenizatórias por responsabilidade civil extracontratual de concessionários e permissionários de serviço público, hoje cedeu à definição alcançada por este Colegiado, na alteração promovida pela Resolução 684/2014 ao inciso I.7, do artigo 3º, da Resolução 623/2013, que, estabelecendo a competência da Seção de Direito Público, especificamente de suas câmaras 1ª a 13ª, passou a ter a seguinte redação: "I.7 Ações de responsabilidade civil do Estado, inclusive as decorrentes de ilícitos extracontratuais de concessionárias e permissionárias de serviço público, que digam respeito à prestação de serviço público, ressalvado o disposto no item III.15 do art. 5º desta Resolução; ...". 2. Julgaram procedente o conflito, definindo a 5ª Câmara de Direito Público, ora suscitada, como competente para apreciar e julgar o recurso de apelação. (CC 00361153520148260000 – Urupês – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24419)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Acidente de trânsito. Ação de reparação de danos materiais e morais em face de pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade objetiva do Estado irrelevante para fixação de competência. Aplicação da Resolução 623/2013 e 605/2013, que modificou a alínea "c", do inciso III, do artigo 2º da Resolução nº 194/2004, incluindo na competência da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da III Subseção de Direito Privado. (CC 00464216320148260000 – Sorocaba – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29286)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Previdência Privada - Discussão acerca da Manutenção de benefício previdenciário complementa - Competência recursal da Seção de Direito Privado III desta Corte Precedentes deste Órgão Especial - Conflito julgado procedente, com o encaminhamento dos autos à redistribuição. (CC 00473266820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29570)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Previdência privada - Natureza securitária e contratual da previdência privada complementar - Precedentes do Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Conflito procedente, determinada a redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado III. (CC 00699700520148260000 – Bebedouro – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30789)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência entre a 2ª Câmara de Direito Privado e a 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente. Agravo de Instrumento interposto em ação de

reparação de danos materiais e morais, causados por contaminação ambiental. Interesses de natureza privada que têm apenas como fundo o dano ambiental. Precedentes reiterados deste Órgão Especial. Conflito julgado procedente. Competência da Câmara de Direito Privado. (CC 00626344720148260000 – Santos – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31864)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Obrigação de fazer decorrente de compromisso de compra e venda. Expedição de escritura definitiva de imóvel financiado pelo IPESP. Matéria afeta ao Direito Privado. Inteligência dos artigos 103 e 104 do RITJ e 5º, I.25 da Resolução 623/2013. Conflito acolhido, fixada a competência da suscitada, a C. 2ª Câmara de Direito Privado. (CC 00568413020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz - 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20294)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação civil pública movida por município objetivando a cessação de parcelamento irregular do solo (loteamento clandestino), por violar normas urbanísticas locais e as relativas ao parcelamento do solo urbano - Ação precedida de notificação de embargo administrativo do loteamento, embargo esse descumprido pelo loteador clandestino - Demanda em que discutida "falta de autorização, licença ou anuência dos órgãos públicos competentes" e, portanto, apoiada no poder administrativo e fiscalizatório do município - Ausência de discussão em torno de questões exclusivamente privadas, ligadas ao direito de consumidores, ou registrarias, não obstante a autorização municipal exija igualmente o cumprimento de normas de ordem pública, de caráter privado e público, ligadas ao parcelamento do solo - Competência da Seção de Direito Público, nos termos do artigo 3º, incisos I.2, I.10 e I.11, da Resolução 623/2013. Conflito julgado procedente, declarada competente a E. 13ª Câmara de Direito Público (suscitada). (CC 00539650201482600000 – Mogi-Mirim – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti - 22/10/2014 - Maioria de Votos – Voto nº 23481)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de reparação de danos morais e materiais, decorrentes de erro médico no diagnóstico de patologia, durante atendimento no Hospital-réu pelo sistema único de saúde - SUS. Artigo 951 do CCB - alegação de função pública delegada que, em tese, deslocaria a competência para a Seção de Direito Público - repartição de competência que se firma nos termos do pedido inicial, sendo irrelevante a condição da parte (se ente privado ou público). Competência da 1ª Subseção de Direito Privado, ao teor do art. 5º, I.24 da Resolução nº 623/2013 - conflito procedente, determinado o encaminhamento dos autos à douta Câmara suscitada. (CC 00462657520148260000 - Águas de Lindóia – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 08/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 26977)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Agravo de instrumento. Ação de demarcação cumulada com reintegração de posse de imóvel localizado em área de preservação ambiente. A questão ambiental foi tratada somente de forma reflexa. A lide instalada não envolve direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos diretamente relacionados ao meio ambiente, mas sim direito possessório. Conflito julgado procedente para estabelecer a competência da C. 2ª Câmara de Direito Privado. (CC 00602718720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39518)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Contrato de Previdência Privada – Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado.– Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 – Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a redistribuição livre do processo a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado do Tribunal de Justiça. (CC 00441239820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34968)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Câmara de Direito Público e Câmara de Direito Privado. Contrato de "plano de pecúlio resgatável com antecipação do benefício". Art. 3º, I.1, da Resolução nº 623/13 do Órgão Especial. Seção de Direito Público que é competente apenas para as demandas que versem sobre previdência dos servidores públicos, não para aquelas fundadas em contrato firmado entre particulares. Competência da Subseção de Direito Privado III, conforme entendimento pacificado pelo Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito conhecido, declarada a competência de uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado III. (CC 00418314320148260000 – Jaú – Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Villen – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 1381)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, com vistas à regularização de loteamento - Pretensão à responsabilização da Municipalidade, por conta da sua omissão na fiscalização do empreendimento - Ação que versa sobre o controle e cumprimento de atos administrativos afetos à Municipalidade - Competência recursal da Seção de Direito Público desta Corte, por suas 1ª a 13ª Câmaras, em função do disposto no artigo 3º, I.2 e I.10, da Resolução nº 623/2013 - Conflito julgado procedente para afirmar a competência da Câmara suscitada. (CC 00418228120148260000 – Rio Claro – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 01/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 29026)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência – Ação de nulidade de cancelamento de benefício previdenciário c.c. indenização por dano moral – Demanda em que se busca o adimplemento de contrato de previdência complementar de servidor ou empregado público inativo celebrado com a SABESPREV da qual é beneficiário – Entidade de previdência privada sem fins lucrativos – Matéria atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado em virtude da natureza securitária do contrato (art. 5º, III.8. da Resolução 623/2013 deste E. Tribunal), conforme entendimento do STJ – Precedentes deste C. Órgão Especial – Conflito procedente – Redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00624448420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19515)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência. Entidade de previdência privada. Agravo de instrumento de decisão que rejeitou incidente de impugnação ao valor da causa. Matéria de competência da Seção de Direito Privado. Conflito parcialmente procedente, com determinação de redistribuição do feito à Subseção de Direito Privado III.(CC 00624413220148260000 – Taubaté – Órgão Especial - Relator Tristão Ribeiro – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22587)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação Indenizatória por danos morais fundada na responsabilidade decorrente de ilícito extracontratual praticado por empresa concessionária de serviço público. Competência das Câmaras de Direito Público. Autos distribuídos à 8ª Câmara de Direito Privado que, por decisão monocrática, determinou a redistribuição às Câmaras de Direito Público. Suscitante 1ª Câmara de Direito Público, remetendo os autos do conflito de competência a este E. Órgão Especial para dirimir a questão. Inteligência do artigo 3º, I.7 c.c. artigo 5º, inciso III.15 e artigo 5º, I.29, todos da nova Resolução nº 623/2013.Competência da 1ª Câmara de Direito Público. Conflito de Competência que se acolhe para determinar a competência da suscitante - 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (CC 00173830620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – Maioria de Votos – Voto nº 24173)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Previdência privada ou complementar. Matéria caracterizada como modalidade de seguro pessoal, de nítida natureza securitária e contratual. Questão jurídica situada no âmbito do direito privado, inserida na competência das Câmaras integrantes da 3ª Seção de Direito Privado. Item III.8 do artigo 5º da Resolução n. 623/2013. Conflito julgado procedente para estabelecer a competência de umas das C. Câmaras da 3ª Subseção de Direito Privado deste E. Tribunal. (CC 00511832520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39509)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência – Ação reivindicatória – Perquirição da natureza jurídica do bem - Imóvel registrado em nome de particulares, pessoas físicas – Locação em Zona Especial de interesse social que não confere caráter público ao bem – Competência da primeira subseção de Direito Privado (2ª Câmara) por se tratar de bem imóvel particular – Resolução 623/13 (artigo 5º, inciso I, I.16) – Precedentes deste Órgão Especial – Conflito procedente. (CC 00568898620148260000– São Paulo – Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19518)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação principal que versa sobre validade de contrato de previdência privada. Matéria que não se enquadra na definição de "questões previdenciais" a que se refere o artigo 3º da Resolução TJ nº 623/2013 para justificar a alegada competência da Seção de Direito Público. Precedentes deste C. Órgão Especial. Competência recursal que, na verdade, deve ser atribuída à Seção de Direito Privado, mas, não com base na sua competência residual (art. 5º, I.37), e sim com apoio no artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01). Conflito julgado procedente. Determinação de redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00367363220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27459)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Recurso de agravo de instrumento interposto em ação declaratória de nulidade de contrato de locação de bem público e de transação judicial realizada nos autos da respectiva ação de despejo - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Pretensão inicial que diz respeito exclusivamente à validade, limites e efeitos dos atos administrativos que precederam à concretização do contrato de locação - Solução da controvérsia, portanto, que se insere apenas por matéria relativa a controle de atos administrativos, uso e ocupação de bem público, sem nenhuma pertinência com contratos de locação regidos pelo direito privado - Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 3º, inciso I, itens I.2 e I.7, da Resolução nº 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça de São Paulo - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da Câmara suscitada (6ª Câmara de Direito Público) para processar e julgar o presente recurso. (CC 00548926820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19918)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência. Embargos à execução de contrato de financiamento com garantia hipotecária firmado por autarquia municipal com particulares. Discute-se na ação cláusulas de contrato de compromisso de compra e venda, na qual o Instituto de Previdência do Município de São Paulo figura como parte - Julgamento afeto a uma das câmaras compreendidas entre a 1ª e a 10ª Câmara de Direito Privado - Inteligência do art. 2º, inciso III, letra "a", da Resolução n° 194/2004 - Precedentes desta Corte de Justiça. Reconhecida a competência da suscitada C. 2ª Câmara de Direito Privado. Dúvida julgada procedente. (CC 00699848620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 26/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35449)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência - Ação declaratória c/c condenatória – Diferença de correção monetária decorrente de expurgos inflacionários em valores depositados judicialmente - Caráter eminentemente acessório - Competência que se firma frente ao juízo competente para enfrentamento da causa principal que, 'in casu', envolve demanda expropriatória - Precedentes deste C. Órgão Especial - Matéria afeta a uma das Câmaras de Direito Público - Resolução nº 623/2013 deste Tribunal de Justiça - Competência da C. 5ª Câmara de Direito Público, suscitante. (CC 00670436620148260000 – Araçatuba - Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28634)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Apelação interposta contra sentença que julgou procedente ação de reintegração de posse "em faixa de segurança de reservatório - área de preservação permanente [APP]". Bem público concedido a concessionária para geração de energia elétrica. Recurso originalmente distribuído à 11ª Câmara de Direito Público, que declinou da competência por entender que a causa de pedir e o pedido sucessivo envolvem aplicação da legislação ambiental. 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente que, por sua vez, declinou da competência por entender que a competência é da Seção de Direito Privado, Subseção I. Recurso redistribuído à 3ª Câmara de Direito Privado, foi suscitado o conflito em razão de se tratar de imóvel em área de preservação permanente. Competência para o julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 103 do RITJSP. Competência das Câmaras de Direito Público, conforme recente precedente deste Órgão Especial. Conflito conhecido, declarada a competência da 11ª Câmara de Direito Público. (CC 00585093620148260000 – Lins - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen - 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 1836)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência suscitado pelo próprio autor da demanda posta em Juízo, nos termos do artigo 116 do CPC - Possibilidade, expressa previsão legal a respeito - Desnecessidade, em tal hipótese, da prévia interposição de agravo regimental contra o relator da 7ª Câmara de Direito Privado, que se deu por competente para decidir agravo de instrumento em demanda relativa a loteamento - Conexão, entretanto, com ação outra, ajuizada contra o Município com arguição de inconstitucionalidade de lei local - Que teria desnaturado o loteamento, na presente ação a causa de pedir repousando no mesmo fundamento legal - Relatora da 10ª Câmara de Direito Público que reconheceu a conexão e também se deu por competente para o julgamento - Conflito positivo, nos termos da manifestação da Procuradoria Geral de Justiça, julgado procedente, reconhecida a competência da 10ª Câmara de Direito Público. (CC 21430653420148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24679)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação. Servidão de água. Disputa entre particulares. Precedentes. Conflito acolhido, fixada a competência na C. Seção de Direito Privado - Subseção III (DP-3). (CC 00623191920148260000 – Igarapava - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20293)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Comercialização de energia elétrica. Imposição de penalidade por inadimplemento contratual. Ação cautelar para suspensão dessa medida. Disputa entre particulares, por interesse privado. Disputa a ser composta no âmbito do Direito Privado. Conflito procedente. Competência C. Seção de Direito Privado III (DP-3). (CC 00603056220148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20375)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação de consignação em pagamento ajuizada por particular em face de empresa pública, fundada em contrato administrativo de concessão para o serviço de instalação de postes, placas e outros dispositivos de sinalização dos logradouros públicos, originado por procedimento licitatório, cuja rescisão ou inadimplemento é debatido. Distribuídos os autos, inicialmente, à C. 5ª Câmara de Direito Público, foram eles redistribuídos, posteriormente, à Eg. 10ª Câmara de Direito Privado, onde suscitado o conflito. Resolução n.º 623/2013. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 5ª Câmara de Direito Público. (CC 00464346220148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31791)

GRUPO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo (2ª x 29ª Câmaras de Direito Privado). Matéria conhecida e resolvida pelo reconhecimento da competência das Câmaras do Direito Privado I. Ação envolvendo inscrição indevida do nome por dívida decorrente de não pagamento de tarifa de serviços de telefonia em virtude de habilitação fraudulenta (segundo a inicial) por terceiro desconhecido. Inexistência de relação contratual envolvendo prestação de serviços de telefonia. Hipótese de competência pela responsabilidade civil extracontratual. Precedentes do Grupo Especial a ensejar decisão monocrática. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 02056404920138260000 – Serra Negra – Grupo Especial da Seção do Direito Privado - Relator Ênio Zuliani – 11/12/2013 – dm)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. INDENIZAÇÃO. "Conflito de competência - Ação de ressarcimento de danos materiais - Danos decorrentes de oscilação no fornecimento de energia elétrica - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n° 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01200077020138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 19/09/2013 – Votação Unânime – Voto nº 32762)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. ELETRIFICAÇÃO RURAL. LUZ DA TERRA. "Conflito negativo (35ª x 4ª Câmaras). Inadmissibilidade de se aplicar a chamada "competência residual" no caso envolvendo lides do programa "Luz da Terra", de eletrificação da zona rural. Matéria contratual típica e competência das Câmaras de Direito Privado II e III (Resolução 194/2004). Precedentes do Grupo Especial. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 01775243320138260000 – Itapetininga – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 27594)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. "Conflito de competência - Ação de resolução contratual c.c. perdas e danos - Contrato de compra e venda de estabelecimento comercial - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência de uma das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I." (CC 01726085320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29150)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. ELETRIFICAÇÃO RURAL. LUZ DA TERRA. "Conflito de competência entre a 9ª e a 35ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança na qual os autores pleiteiam a restituição de valores gastos com a eletrificação de zona rural, por meio do programa "Luz da Terra", em razão de incorporação da rede elétrica pela concessionária sem a respectiva indenização. Ação que envolve obrigação irradiada de contrato de prestação de serviços de energia elétrica e que, portanto, está inserida no rol de competência preferencial das Subseções I e II da Seção de Direito Privado desta E. Corte. Exegese do art. 2º, III, "d", da Resolução nº 194/2004 e do Provimento nº 71/2007. Precedentes do Col. Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 01848219120138260000 – Presidente Venceslau – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 22009)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por dano moral - Ilícito extracontratual - Responsabilidade civil em geral - Seção de Direito Privado, da 1ª à 10ª Câmaras – Resolução n° 194/2.004, art. 2º, III, "a"; Provimento nº 63/2.004, Anexo I,

TJ/Privado, inciso XXVII – Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 01819083920138260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31572)

COMPETÊNCIA. INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. "Conflito de competência - Ação revisional de instrumento particular de venda e compra de imóvel com alienação fiduciária em garantia - Ausência de discussão a respeito da cláusula acessória de alienação fiduciária - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Inciso XXIII do Anexo I do Provimento nº 63/2004 – Conflito de competência procedente para fixar a competência da 1ª Câmara de Direito Privado." (CC 01887953920138260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29411)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo (2ª x 13ª Câmaras de Direito Privado). Matéria conhecida e resolvida pelo reconhecimento da competência das Câmaras do Direito Privado I. Ação envolvendo inscrição indevida do nome por dívida decorrente de cheques fraudulentos não compensados (segundo a inicial). Fraude de terceiros. Inexistência de relação contratual bancária ou de outra espécie. Hipótese de competência pela responsabilidade civil extracontratual. Precedentes do Grupo Especial a ensejar decisão monocrática. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (DM CC 00053897820148260000 - Santos - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 23/01/2014)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. ADMINISTRAÇÃO DE COISA COMUM. "Conflito de competência - Condomínio - Ação de cobrança para reembolso de despesas com reforma em área comum do edifício, cumulada com obrigação de fazer consistente na realização de obras no apartamento, por motivo de segurança - Discussão abrangente de matéria relativa à administração de coisa comum - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I, da 1ª à 10ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso I, I.27 e I.37 - Competência da Câmara suscitada." (CC 02052447220138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31872)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. FRANQUEADO QUE NÃO FORNECEU EXTRAJUDICIALMENTE. "Conflito de competência - Ação de prestação de contas - Obrigações decorrentes da relação de franquia existente entre as partes - Procedência do conflito - Competência da 18ª Câmara de Direito Privado. "A pretensão não versa sobre a precedente cessão de cotas sociais, restringindo-se à obrigação subsequente, irradiada do contrato de franquia, cuja contraprestação pecuniária, porque ajustada em fração ideal do faturamento, depende de prestação de contas que o franqueado não forneceu extrajudicialmente." (CC 02056379420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Artur Marques – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25432)

COMPETÊNCIA. COOPERATIVA MÉDICA. "Conflito de competência - UNIMED São José do Rio Preto - Cooperativa de trabalho médico - Regime jurídico - Relação com o cooperado - Conflito procedente - Competência da 7ª Câmara de Direito Privado. "A pretensão é colocada sob o enfoque do regime jurídico das cooperativas médicas. E, nesta específica demanda discute-se a relação entre cooperado que constituiu uma empresa e a própria UNIMED"." (CC 02060588420138260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Artur Marques – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25431)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE E USUCAPIÃO. CONEXÃO. "Conflito de competência. 4ª Câmara da Seção de Direito Privado que entende ser caso de conexão entre a ação de usucapião e a reintegração de posse. 14ª Câmara da Seção de Direito Privado que entende que não. Tratando-se de pedido de reintegração de posse baseado em contrato de comodato e usucapião relativa ao mesmo imóvel, é caso de conexão das ações sob pena de decisões conflitantes. Precedente do STJ. Conflito procedente, reconhecida como válida a

decisão proferida pela 4ª Câmara de Direito Privado, pela reunião das ações." (CC 20663828720138260000 – Mogi das Cruzes - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26205)

COMPETÊNCIA. SEGURO DE VIDA. "Conflito negativo (35ª x 5ª Câmaras de Direito Privado). Ação de execução de indenização de seguro de vida, em virtude da morte de companheiro. O fato de o seguro de vida ter sido contratado em separado ao contrato de seguro saúde empresarial não modifica a natureza restrita da lide, não alterando a competência do Direito Privado III, encarregado de julgar recurso de ações e execuções referentes a seguro de vida e acidentes pessoais. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 02078801120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28328)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALAR. ESTADO DE PERIGO. "Conflito negativo (5ª Câmara x 36ª Câmaras de Direito Privado). Ação promovida por paciente contra hospital discutindo a exigibilidade do valor cobrado com base em estado de perigo. Demanda sem qualquer conotação com plano ou seguro saúde. Competência da Subseção de Direito Privado III (Resoluções 194/2004 e 623/2013). Conflito procedente para declarar a competência da 36ª Câmara (suscitada)." (CC 00000279520148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28362)

COMPETÊNCIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE COISA MÓVEL. "Conflito negativo (27ª x 8ª Câmaras de Direito Privado). Cobrança de saldo de contrato de fabricação de máquina industrial. Agravo que discute questão relacionada com o recolhimento de custas. Competência das câmaras de Direito Privado III e não do Direito Privado I, porque a causa petendi está centrada única e exclusivamente em relação jurídica de coisa móvel. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 27ª Câmara (suscitada)." (CC 00028720320148260000 – Santa Isabel - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28364)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. "Agravo tirado em ação de imissão de posse (contra decisão que indeferiu a liminar) e que produziu conflito negativo (6ª Câmara x 22ª Câmara). Inexistência de prevenção da 22ª Câmara, que homologou desistência de recurso de apelação tirado em embargos de terceiro manejados com base no direito de posse. Extinção da demanda de caráter possessório que elimina prevenção do art. 105, do Regimento Interno. Ajuizamento de ação de imissão de posse com base no direito de propriedade. Competência da Subseção Primeira de Direito Privado (item 1.18, do art. 6º, da Resolução 623/2013). Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 6ª Câmara de Direito Privado." (CC 00046492320148260000 – Guarujá - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28373)

COMPETÊNCIA. USUCAPIÃO. INTERDITO PROIBITÓRIO. PREVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. "Conflito de competência - Ação de usucapião de bem imóvel - Matéria afeta à Primeira Subseção da Seção de Direito Privado - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.15 - Pretendida conexão com ação de interdito proibitório não configurada - Impossibilidade de invocar regra de prevenção para afastar norma de competência em razão da matéria - Incidência, de resto, da Súmula nº 235 do STJ - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00051117720148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32055)

COMPETÊNCIA. TRESPASSE DE ESTABALECIMENTO COMERCIAL. MATÉRIA AFETA À CÂMARA RESERVADA DE DIREITO EMPRESARIAL. "Competência recursal - Ação monitória para recebimento de preço vinculado a trespasse de estabelecimento comercial - Processo distribuído após instalação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, integradas à Seção de Direito Privado I - Matéria prevista no Livro II, Parte Especial, do Código Civil, afeta a

uma das Câmaras Reservadas - Resolução nº 623/2013, art. 6º, caput - Súmula nº 98, TJSP - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante." (CC 00083318320148260000 - Caconde - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32125)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos materiais e morais - Alegação de inexistência de contrato firmado entre as partes e o correspondente débito - Demanda que versa responsabilidade extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (Resoluções 194/2004 e 281/2006 desta Corte, agora consolidadas na Resolução nº 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (10ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01541334920138260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21651)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - "Ação ordinária de indenização por danos materiais e morais" - Contrato de financiamento em nome da autora, com desconto das parcelas no benefício da aposentadoria - Alegação inicial de a autora jamais ter firmado qualquer contrato de empréstimo com o banco réu - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado). " (CC 01576055820138260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21784)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - "Ação de indenização por danos morais cumulada com obrigação de fazer cumulada com declaração de inexistência de título, cumulada com declaração de inexigibilidade de dívida e com pedido de antecipação de tutela" - Alegação do autor de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelo réu, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01744039420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21895)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE. "Conflito de competência - Ação envolvendo contrato de prestação de serviços, objetivando a transferência do nome de domínio do nome virtual - Necessidade de interpretação das cláusulas contratuais e não relativa a proteção de direitos de autor, propriedade industrial, patentes, marcas, denominações sociais e atos da junta comercial - Competência que não se insere dentre as da Câmara de Direito Privado I - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada, qual seja, a 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 01831737620138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21897)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE DEPÓSITO DE COISA MÓVEL. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais, fundada em "contrato de depósito", afirmando o autor que, logo após a entrada no estabelecimento da ré, em decorrência de assalto, teve o seu veículo subtraído com sua carteira, documentos e ferramentas de trabalho de eletricista - Alegação de que, embora encontrado, o veículo perdeu a sua utilização em decorrência dos estragos mecânicos e da adulteração do número do chassi, característica vital para ter permissão de circulação nas vias públicas - Ação que envolve contrato de depósito de

coisa móvel, residindo no dever de guarda e vigilância do veículo - Responsabilidade civil contratual - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 -Dúvida julgada procedente para afirmar competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01869281120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21894)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO HORIZONTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. “Conflito de competência - Ação de cobrança de despesas condominiais - Competência da Seção de Direito Privado III, por se tratar de condomínio horizontal, instituído pelos condôminos e registrado na matrícula do imóvel - Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (35ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01924571120138260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21896)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. BLOQUEIO DE CLIENTE EM PORTA GIRATÓRIA DE BANCO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. “Conflito negativo (7ª x 38ª Câmaras). Cliente de banco barrado em porta giratória. Mesmo na hipótese de o bloqueio atingir correntista da própria agência onde o fato se deu, não há litígio contratual, porque não existe contratação regulando espécie de entrada no banco. A causa petendi está relacionada com eventual ilicitude que não se encaixa no âmbito de contrato bancário. Responsabilidade extracontratual. Competência a cargo das dez primeiras câmaras (Resolução 623/2013). Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 7ª Câmara (suscitada).” (CC 01988963820138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28016)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. “Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Autora que alega ter sofrido ofensa e constrangimento em razão de comentário feito pela professora em sala durante a aula - Autora que pretende a condenação da professora e da instituição de ensino ao pagamento de indenização por danos morais - Relação contratual - Prestação de serviços educacionais - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 17ª Câmara de Direito Privado.” (CC 01981498820138260000 – Americana – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29604)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME. RELAÇÃO EXTRACONTRATUAL. “Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com a ré - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, I, I.29 Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 02002535320138260000 – Mirassol – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29659)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. MULTA. AÇÃO DE COBRANÇA. “Conflito de competência entre a 2ª e a 33ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança de multa condominial. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 33ª Câmara de Direito Privado.” (CC 02008277620138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22396)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. ADMINISTRAÇÃO DE COISA COMUM. “Ação de indenização ajuizada pelo condomínio em face dos ex-síndicos, que teriam causado prejuízo à massa ao deixar de cumprir decisão judicial, fiscalizando as obras a serem realizadas. Compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I o julgamento de ações que

se fundam na administração da coisa comum. Exegese do Provimento nº 623/2013. O julgamento de Agravo de Instrumento que tratava de gratuidade judiciária não gera prevenção, uma vez que a competência em razão da matéria é absoluta. Precedentes. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02037256220138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22440)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. TRAVAMENTO DE PORTA GIRATÓRIA DE BANCO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência entre a 7ª e a 22ª Câmaras de Direito Privado. Ação de indenização por danos morais, na qual o autor alega ter sofrido constrangimentos em razão de travamento de porta giratória em agência bancária. Demanda em que a pretensão indenizatória não está ligada à condição de correntista do autor e, portanto, a competência não é atraída para a Subseção de Direito Privado II, à qual cabe julgar ações relativas à prestação de serviços bancários. Causa de pedir que remete a ato ilícito do qual poderia ser vítima qualquer pessoa, cliente ou não do banco. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações que envolvem responsabilidade civil extracontratual (art. 5º, inciso I, item I.29, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02052499420138260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22499)

COMPETÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO. "Conflito de competência entre a 35ª Câmara de Direito Privado e a 7ª Câmara de Direito Privado. Relação jurídica controvertida fundada no reembolso de quantias decorrentes da cobertura de plano de saúde, e não na prestação de serviços médico-hospitalar a um consumidor. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Exegese das Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02075752720138260000 – São João da Boa Vista – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22556)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES. BEM MÓVEL INCORPÓREO. "Conflito de competência - Ação ordinária - Contrato de compra e venda de ações representando 100% do capital da empresa - Contrato de transferência de estabelecimento contratual, ou seja, bem móvel incorpóreo - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02082387320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29920)

COMPETÊNCIA. USUCAPIÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO. AÇÕES DE NATUREZAS DISTINTAS. "Ação de usucapião. Inexistência de conexão com ação de reintegração de posse entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 102, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações petitória e possessória que têm naturezas distintas. Trânsito em julgado da decisão proferida na demanda reintegratória, afastando o risco de decisões conflitantes. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 02082490520138260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22576)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. AÇÃO DE COBRANÇA. ARREMATAÇÃO JUDICIAL. "Conflito de competência - Ação anulatória de arrematação judicial realizada nos autos de ação de cobrança de débitos condominiais - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Hipótese em que a 29ª Câm. Dir. Priv. encontra-se preventa - Conflito de competência prejudicado - Competência da 29ª Cam. Dir. Priv." (CC 02090086620138260000 –

São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29919)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. ALUGUÉIS DECORRENTES DE USO DE COISA COMUM E NÃO CONTRATO DE LOCAÇÃO. "Conflito de competência entre a 10ª e a 36ª Câmaras de Direito Privado. Ação de despejo por falta de pagamento de alugueis que não decorre de contrato de locação celebrado entre as partes, mas de remuneração fixada em favor do autor em ação de arbitramento de aluguéis fundada na utilização exclusiva pela ré de imóvel que é comum às partes, partilhado em ação de dissolução de união estável. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações referentes à venda e administração de coisa comum (art. 5º, inciso I, item I.27, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 02090095120138260000 – Santo André – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22589)

COMPETÊNCIA. INSOLVÊNCIA DE SOCIEDADE CIVIL. JUIZ SUBSTITUTO COMO RELATOR DE ANTERIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO PELA CADEIRA. LIVRE DISTRIBUIÇÃO. "Conflito de competência entre a 10ª e a 11ª Câmaras de Direito Privado. Embargos à execução opostos em ação na qual se declarou a insolvência civil de empresa da qual o embargante é sócio minoritário. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I para julgamento das ações de insolvência civil fundadas em título executivo judicial (art. 5º, inciso I, item I.32, da Resolução nº 623/13). Não se aplica a regra da prevenção pela cadeira quando o juiz que atuou como Relator em anterior Agravo de Instrumento era substituto. Levando em conta a competência da Subseção de Direito Privado I e a inexistência da alegada prevenção da 10ª Câmara de Direito Privado, os autos devem ser encaminhados ao Des. Paulo Eduardo Razuk, da 1ª Câmara de Direito Privado, a quem foram livremente distribuídos após a 11ª Câmara de Direito Privado declinar da competência. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 1ª Câmara de Direito Privado e determinar a redistribuição dos autos ao Des. Paulo Eduardo Razuk." (CC 00057093120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22718)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. VÍCIO NO PRODUTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. "Conflito de competência - Ação de responsabilidade civil c.c. indenização por danos materiais e morais - Alegação da autora de que ganhou um televisor de presente o qual teria explodido, lhe causando danos de ordem material e moral - Suposta existência de vício no produto - Relação de consumo - Relação contratual - Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 01712522320138260000 – Lins – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29140)

COMPETÊNCIA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DISCUSSÃO ACERCA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. "Conflito de competência - Ação revisional de instrumento particular de venda e compra de imóvel residencial com financiamento, cessão de crédito e pacto adjeto de hipoteca e outras avenças - Ausência de discussão a respeito da compra e venda do imóvel - Impugnação dos autores que se restringe às cláusulas do contrato de financiamento bancário - Competência preferencial da Seção de Direito Privado II - Art. 2º, inciso III, alínea "b", da Resolução 194/2004 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 01906488320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29412)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 10ª e a 38ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito fundado em duplicatas mercantis e medida cautelar de sustação de protesto. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado II

o julgamento de ações que versem sobre título de crédito. Exegese da Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00000252820148260000 - Birigui - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22610)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de indenização por perdas e danos. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo contrato de prestação de serviços de advocacia, a competência é das Câmaras de nºs 25ª a 36ª da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitada (25ª. de Direito Privado)." (CC 00108676720148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26591)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse - Legítimos proprietários do imóvel - Ocupação pelos réus sem justa causa - Ausência de relação negocial - Defesa fundada em compra e venda verbal - Competência preferencial de uma das câmaras da segunda subseção de direito privado - Conflito julgado procedente. Consoante dispõe o artigo 103 do Regimento Interno desta Casa, "a competência dos diversos órgãos do Tribunal firma-se pelos termos do pedido inicial, ainda que haja reconvenção ou ação contrária ou o réu tenha arguido fatos ou circunstâncias que possam modificá-la". Em que pese a matéria trazida em contestação e ações apensadas, há que prevalecer, para o efeito de fixação de competência das subseções de Direito Privado desta Casa, os fatos deduzidos na ação de reintegração de posse, interposta por autores legítimos proprietários do imóvel em debate, apontando ocupação pelos réus sem justa causa e de má-fé, ausente qualquer relação negocial entre as partes. Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte, artigo 5º, II, item II. 7. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (24ª Câmara)." (CC 00111222520148260000 – Olímpia - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26057)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação cautelar de exibição de documentos relativos a contratos de parceria rural. Real escopo da ação que é a prestação de contas referentes a esses contratos. Finalização de arrolamento que é objetivo remoto - Ação principal de prestação de contas em trâmite. Competência, na hipótese, definida pela natureza da demanda e que segue a da ação principal. Matéria que se insere no rol de competência da Subseção de Direito Privado III, nos termos do artigo 5º, III.7, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte. Competência da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconhecida - Conflito procedente." (CC 00113560720148260000 - Leme - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 28809)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 6ª e a 28ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança na qual a autora, em razão de convênio de cosseguro celebrado com a ré, pretende ser ressarcida dos valores pagos aos segurados em razão da ocorrência de sinistros e demais despesas com atividades operacionais e administrativas, segundo a proporção da parcela do prêmio repassada à cosseguradora. Convênio que tem por objeto seguros de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos. Competência preferencial das 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações e execuções referentes a seguro de vida e acidentes pessoais (art. 5º, inciso III, item III.8, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00114427520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22960)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 4ª e a 24ª Câmaras de Direito Privado. Demanda por meio da qual se pretende a restituição de cheques entregues à instituição financeira para pesquisa cadastral ou, subsidiariamente, a reparação das perdas e danos

decorrentes do extravio dos títulos. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado II o julgamento de ações que versem sobre prestação de serviços bancários. Exegese da Resolução nº 623/2013 (art. 5º, inc. II, item 11). Conflito de competência procedente para declarar a competência da 24ª Câmara de Direito Privado." (CC 00131393420148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22976)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de Indenização por danos morais - Título de crédito protestado - Competência de uma das câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado - Conflito julgado improcedente. Nos termos da Resolução 623/2013 desta corte, art. 5º, II, item II.3, "ações e execuções de insolvência civil e as execuções singulares, quando fundadas em título executivo extrajudicial, as ações tendentes a declarar-lhe a inexistência ou ineficácia ou a decretar-lhe a anulação ou nulidade, as de sustação de protesto ou semelhantes, bem como ações de recuperação ou substituição de título ao portador" são matérias de competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado. Conflito julgado improcedente, declarada competente a Câmara suscitante (22ª Câmara)." (CC 00151971020148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26204)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 6ª e 20ª Câmaras de Direito Privado - O litígio gira substancialmente em torno de reivindicação de bem imóvel, em detrimento da anterior discussão possessória travada na ação que ensejou a prevenção da C. Câmara suscitante - Competência preferencial de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, I.16, da Resolução n. 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça – Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 6ª Câmara de Direito Privado." (CC 00095633320148260000 – São José dos Campos - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18752)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 2ª e 22ª Câmaras de Direito Privado – Pretensão decorrente de restrição cadastral indevida, por ausência de vínculo jurídico da contratação bancária (conta corrente) – Responsabilidade civil extracontratual - Competência da 1ª Subseção de Dir. Privado, nos termos do art. 5º, I.29, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal - Precedentes desse C. Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00113552220148260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18598)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 2ª e 29ª Câmaras de Direito Privado - Discussão que diz com responsabilidade derivada de obrigações irradiadas de regular contratação de serviços de telefonia – Competência preferencial de uma das Câmaras das Subseções Segunda e Terceira de Direito Privado (11ª a 38ª Câmaras), nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça – Responsabilidade contratual - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitante, a 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 00123503520148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18611)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 8ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - O litígio gira substancialmente em torno de discussão possessória materializada em ação de reintegração de posse promovida pelos agravantes - Competência preferencial de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, II.7, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00141838820148260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18714)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 8ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Contrato de seguro de veículo. Furto do automóvel. Relação jurídica controvertida fundada na recusa da ré de realizar o pagamento da indenização securitária. Negócio jurídico que tem por base coisa móvel corpórea. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00178412320148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23115)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo (38ª x 5ª Câmaras de Direito Privado) em ação de indenização por protesto indevido de duplicata emitida sem causa. Interpretação, pela maioria, de que, na hipótese e diferente do que ocorre com litígios de bancos relacionados com emissão de cheques falsos, o essencial da lide diz respeito a um título de crédito e sua exigibilidade, atraindo a competência das Câmaras do Direito Privado II. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 38ª Câmara (suscitada)." (CC 01940369120138260000 – Franca - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27991)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida – Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00084288320148260000 – Botucatu - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30254)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução - Execução por título extrajudicial - Notas promissórias - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Irrelevante que os títulos tenham se originado de compromisso particular de venda e compra de estabelecimento comercial – Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 23ª Câmara de Direito Privado." (CC 00151763420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30469)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais - Autor que celebrou contrato particular de compromisso de compra e venda de imóvel com terceiro - Escritura Pública de Compra e Venda apresentada pelo terceiro ao autor que foi firmada com procuração pública reputada falsa - Ausência de relação jurídica entre autor e réu - Responsabilidade civil extracontratual – Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 00159506420148260000 – Barueri - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30516)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação – Embargos à execução hipotecaria - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado – Artigo 5º, II.3, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01789005420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33674)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação nominada de complementação de obrigação, fundada em contrato de prestação de serviços de telefonia, com pedido alternativo de

indenização de diferenças de subscrição de ações - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 34ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01793448720138260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33411)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autora alega a inexistência de contratação junto à instituição fornecedora de energia elétrica - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01819153120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33673)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação cautelar de exibição de documentos fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão – Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 24ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01831702420138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33661)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança fundada em contrato de seguro de crédito à exportação - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, do Provimento nº 63/2004, e Provimento nº 07/2007 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª, Câmaras) - Fixação da competência da 8ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01856203720138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33662)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória cumulada com indenizatória - Inexistência de relação jurídica - Autora alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01897178020138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33601)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação indenizatória por danos materiais e morais, fundada em explosão de pedreira, vizinha ao imóvel danificado - Pedido de reparação pelos danos sofridos - Aplicação do art. 2º, III, "c", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01940446820138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33604)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança de valores gastos para implantação de rede de eletrificação rural - Programa "Luz da Terra" - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de energia elétrica - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01950614220138260000 – Mirante do Paranapanema - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33701)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autora alega que não contratou o serviço de telefonia móvel e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços – Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02037204020138260000 – Osasco - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34087)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autor alega que não contratou empréstimo consignado em seu benefício do INSS e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00007285620148260000 – Ipuã - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34089)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autor alega que não adquiriu nenhuma linha telefônica e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade – Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01735049620138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33369)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de imissão de posse - Cláusula de alienação fiduciária - Ação ajuizada por credores fiduciários, com fundamento no artigo 30, da Lei 9.514/97 - Demanda que abrange direta e efetivamente a discussão da garantia - Art. 5º, III.3, da Resolução 623, do Órgão Especial desta Corte - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Reconhecida a competência da Câmara suscitante - Conflito improcedente." (CC 00146714320148260000 – Atibaia - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 29044)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação cautelar inominada - Pretensão do autor de que a instituição financeira-ré respeite os termos do contrato social da empresa da qual é sócio e administrador - Competência preferencial da Segunda Subseção de Direito Privado - Art. 5º, II, 'item' II.4 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 00096058220148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30307)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de débito - Prestação de serviços de vigilância e limpeza - Competência preferencial das Subseções Segunda e Terceira de Direito Privado - Par. 1º do art. 5º da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00263304920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30918)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação regressiva de seguradora – Roubo de veículo em estacionamento de supermercado – Demanda fundada no dever de guarda e vigilância – Depósito de bem móvel – Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras – Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.13 e 14 – Conflito procedente – Competência da Câmara suscitada." (CC 00262776820148260000 – São Caetano do Sul – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32686)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de anulação de débito c/c indenização por danos morais. Autor que alega ausência de contratação com a instituição financeira. Negativação indevida. Ação de responsabilidade civil extracontratual. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara)." (CC 00259607020148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26677)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Contrato de participação financeira - Aquisição do direito ao uso da linha e captação de investimentos para expansão de rede telefônica - Matéria atinente à prestação de serviços de telefonia - Conflito procedente, reconhecida a competência da Colenda 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258662520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29331)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 3ª e a 16ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual c.c. repetição de indébito. Alegação de inserção de seguro prestamista em contrato de empréstimo/financiamento sem conhecimento ou anuência do consumidor. Cláusula de seguro inserida no próprio contrato, com valor do prêmio acrescido às prestações do mútuo, circunstâncias que tornam evidente que não se trata de pacto autônomo, mas, ao contrário, indissociavelmente ligado ao contrato principal, que é de natureza bancária. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II (art. 5º, inciso II, item II.4, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258610320148260000 – Palmeira D'Oeste – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23338)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos morais em decorrência da negativação do nome no serviço de proteção ao crédito. Autora que alega ausência de contratação com a financeira requerida. Ação de responsabilidade civil extracontratual. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara)." (CC 00254116020148260000 – Pindamonhangaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26678)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 3ª, 16ª e 8ª Câmaras de Direito Privado - Nos termos do pedido, a despeito da apontada simulação de vínculo societário ou de disfarce de consórcio, o litígio gira substancialmente em torno de contratação para aquisição de bem imóvel - Competência preferencial de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, I.25, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da 3ª Câmara de Direito Privado." (CC 00248581320148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Grava Brazil – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18966)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de cobrança embasada em notas fiscais emitidas em decorrência de compra e venda de mercadorias adquiridas em razão de contrato de franquia. Competência atribuída à Câmara Reservada de Direito Empresarial, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado improcedente, declarada competente a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial." (CC 00275309120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26716)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança - Eletrificação rural - Programa 'Luz da Terra' - Relação jurídica decorrente de prestação de serviços de energia elétrica - Competência preferencial e comum das Subseções Segunda e Terceira - Art. 5º, par. 1º da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da

35ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00219940220148260000 – Presidente Venceslau – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30653)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência – Participação financeira em ações de empresa de telefonia – Pretensão ao recebimento de alegadas diferenças de valores referentes à subscrição, a menor, das ações – Questão que envolve obrigações decorrentes de contratos de prestação de serviços de telefonia – Competência concorrente das Seções de Direito Privado II e III – Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado III. A competência recursal das ações em que se discute o critério de emissão de ações de empresa de telefonia, adquiridas por ocasião da adesão ao plano de expansão, pertence, concorrentemente, às Seções de Direito Privado II e III. Aplicação do art. 2º, III, “d”, da Resolução nº 194/2004. Conflito de Competência julgado procedente para o fim de fixa-la junto à C. 35ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00216338220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26410)

COMPETÊNCIA. ”Conflito de competência - Execução de título executivo judicial - Acordo entabulado nos autos da ação de exoneração de pensão alimentícia - Inexistência de título executivo extrajudicial a configurar a competência da Segunda Subseção de Direito Privado - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Art. 5º, I, “I.5” da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00216286020148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30649)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Indenização por dano moral - Demanda fundada na inexistência de relação jurídica entre instituição financeira ré e autor - Inscrição do nome do requerente em cadastro de inadimplentes - Inexistência de discussão a respeito de contrato bancário - Responsabilidade civil extracontratual - Matéria de competência preferencial da Subseção de Direito Privado I, nos termos do artigo 5º, I.29, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte - Conflito procedente, reconhecida a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00205339220148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29152)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência. Monitória. Cheque Prescrito. Julgamento que compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II. O julgamento do apelo interposto nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização não tem o condão de tornar preventa a 2ª Câmara de Direito Privado, por ser irrelevante a discussão de que o cheque foi emitido para satisfazer a prestação de serviços hospitalares. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª Câmara).” (CC 00205295520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26459)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência – Ação declaratória c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00196400420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30595)

COMPETÊNCIA. ”Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes -

Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00191160720148260000 – Araras – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30591)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Medida cautelar inominada - Competência firmada pelos termos do pedido inicial - Autor que pretende seja reconhecido seu direito de passagem - Competência preferencial da Segunda Subseção de Direito Privado - Art. 5º, II, item 'II.5' da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00113847220148260000 – Mogi das Cruzes – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30689)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse bem imóvel objeto de comodato verbal - Matéria reservada preferencialmente às câmaras compreendidas entre a 11ª e a 24ª de Direito Privado - Precedente do Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Competência da 11ª Câmara de Direito Privado reconhecida - Conflito procedente." (CC 01961206520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Elliot Akel – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33601)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação ordinária de adimplemento contratual c.c. exibição de documentos" movida em face da antiga Telesp, relativa a ações decorrentes do contrato de prestação de telefonia, com cláusula de participação societária - As ações objetivadas e seus dividendos são originados de contrato de participação financeira para expansão dos serviços de telefonia - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado I e II (11ª a 38ª Câmaras) - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado)." (DM CC 00280739420148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 12/05/2014 – Voto nº 22624)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autor alega que não celebrou contrato com a ré e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00200661620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34180)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Reparação por danos morais - Autor alega que não contratou a linha telefônica e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 e Art. 5º, I.29, da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00050571420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34241)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de inexigibilidade de títulos de crédito - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02060519220138260000 – Fernandópolis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34393)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Execução de título extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em compromisso de compra e venda de imóvel - Precedentes - Conflito procedente, declarada a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 01988869120138260000 – Santo André – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33305)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Insolvência Civil fundada em títulos de créditos - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01952459520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34392)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de títulos de crédito - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02082412820138260000 – Mauá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34316)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Embargos à execução de título extrajudicial consistente em compromisso de compra e venda de bem móvel incorpóreo – Competência da Subseção II da Seção de Direito Privado (Câmaras numeradas de 11ª a 24ª, e 37ª e 38ª) – Anteriores decisões em conflitos de competência, envolvendo as mesmas Câmaras em processos conexos, afirmativas da competência de aludida Subseção II – Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª). (DM - CC 00075229320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 24/07/2014 – Voto nº 22.915)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Discussão acerca da eventual ocorrência de negligência ou erro médico - Irrelevância - Discussão da demanda principal acerca da inadimplência de contrato celebrado entre o particular e o hospital - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, matéria agora contemplada no art. 5º, §1º, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00205260320148260000 – Franca – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.673).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de título cumulada com indenizatória por danos morais - Inexistência de relação jurídica - Autor alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00170583120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.793).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação ordinária fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão e melhoramento de serviços de telefonia - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 e art. 5º, §1º da Resolução nº. 623/2013 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 38ª Câmaras) e III - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02021960820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.472).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização fundada em contrato de seguro de transporte de carga - Aplicação do art. 5º, II.1, da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª, Câmaras) - Fixação da competência da 16ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00853778520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.604).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação indenizatória. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com a Ré. Inclusão do nome do autor no cadastro de inadimplentes. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00445258220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.552).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 2ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 16ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação declaratória de inexigibilidade de crédito cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Responsabilidade Civil extracontratual. A autora alega ter sofrido restrição de crédito em decorrência de seu nome constar indevidamente em cadastro de inadimplentes, inexistindo qualquer relação jurídica que pudesse justificar a cobrança mencionada, sendo a negativação absolutamente abusiva. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00424567720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.594).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com o Banco-Réu. Negativação indevida. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00412737120148260000 – Sumaré – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.551).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 31ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso, posteriormente redistribuído à 8ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação de ressarcimento de danos materiais. Propositura por seguradora em face de concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, em decorrência de sub-rogação pelo pagamento de indenização de sinistro a segurado. Alegação de falha na prestação de serviço e responsabilidade objetiva da concessionária. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Ausência de discussão a respeito do contrato de seguro. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. As ações relativas a locação ou prestação de serviços, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços de energia elétrica são de competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira da Seção de Direito Privado, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00399789620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.577).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com o Banco-Réu. Negativação indevida. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00373434520148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.553).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de Instrumento – Ação Pauliana – Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" – Ausência de prevenção – Precedentes – Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado – Artigo 5º, I.26, da Resolução 623/2013 – Fixação da competência da 9ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00268804420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.731).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Seguro de proteção financeira ou seguro prestamista - Contrato bancário - Competência da Subseção de Direito Privado II - Art. 5º, II.4, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial – Conflito procedente, determinada a redistribuição a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado II." (CC 00469265420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.190).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória - Pretensão de que seja "declarada a inexistência da relação jurídica de cessão definitiva e perpétua de direitos autorais, no tocante aos contratos firmados entre Autor e Ré e reconhecido os efeitos dos mesmos como sendo derivados de contrato de edição", com a consequente "liberação do Autor, em relação aos contratos de edição assinados, relativos a todos os contratos cujos prazos quinquenais tenham transcorrido" - Querela que versa sobre direitos autorais, tanto que o próprio autor se refere à Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), que são de competência da Primeira Subseção de Direito Privado (1ª à 10ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 - Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitada (8ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00181841920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.665).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de obrigação de fazer c.c. danos materiais" movida por segurado em face da seguradora tendo em vista o furto de seu veículo e a negativa de indenização - Demanda que versa negócio jurídico (seguro) tendo por objeto coisa móvel (veículo) - Competência atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III-14) desta Corte - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00137144220148260000 – Suzano – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.440).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c.c. indenização por danos morais" - Alegação da autora de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelos réus, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00113665120148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.739).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais" - Negativação do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00083534420148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.588).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação interposta em "ação revisional de contrato" ("instrumento particular de compromisso de venda e compra e outras avenças") - Contrato em que confundem-se na mesma pessoa (o Banco) o alienante do imóvel e o agente financiador, de tal arte que o mesmo contrato versa a compra e venda com suas cláusulas, dentre as quais as de fixação do preço e condições de pagamento, de um lado, e o de financiamento bancário, de outro - Discussão restrita aos encargos financeiros de natureza bancária - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Dúvida procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (20ª)." (CC 00000244320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.519).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais" - Ação fundada em que o autor nunca contratou com a ré a aquisição de linhas telefônicas, e que seu nome foi indevidamente lançado em cadastro de proteção ao crédito, em razão de débitos delas originado - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 02073171720138260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.301).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de reparação de danos morais" - Alegação do autor de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelo réu, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01475720920138260000 – Colina – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.441).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 20ª e 5ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de dívida c.c. indenização por danos morais - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Resolução 623/13 - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00478705620148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.325).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 8ª e 12ª Câmaras de Direito Privado. Execução de título extrajudicial - Contrato de prestação de serviços médico-hospitalares - Competência preferencial e comum das Câmaras (11ª à 38ª) que integram as II e III Subseções de Direito Privado – Prevenção - Inexistência RITJSP, art. 103 - Prevalência - Conflito de competência procedente." (CC 00469135520148260000 – Diadema – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.322).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 25ª e 1ª Câmaras de Direito Privado. Matéria que envolve bem incorpóreo (estabelecimento comercial) - Competência residual das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Subseção de Direito Privado I Conflito de competência procedente." (CC 00453095920148260000 – Piracicaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31.264).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 12ª e 2ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por dano moral - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Resolução 623/13 - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00412797820148260000 – Buritama – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.079).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 9ª e 30ª Câmaras de Direito Privado. Ação anulatória de leilões e consignação judicial do valor do débito - Contrato de mútuo garantido por alienação fiduciária - Inadimplemento das parcelas contratadas que deram causa à pretensão de retomada do imóvel e de consolidação da propriedade ao credor fiduciário - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Subseção III de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00373044820148260000 – Jacareí – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.918).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 8ª e 20ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança - Bolsa de estudo reembolsável - Contrato que tem por objeto o pagamento de 50% das mensalidades escolares, não descaracterizando a natureza de contraprestação de serviços educacionais - Competência preferencial e comum das Câmaras 11ª à 38ª, que integram as Subseções II e III de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00347382920148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.018).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 6ª e 19ª Câmaras de Direito Privado. Ação de imissão de posse de imóvel - Competência das Câmaras (1ª a 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Precedentes do Órgão Especial - Conflito de competência procedente." (CC 00343685020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.930).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 38ª e .2ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito c.c. pedido de antecipação de tutela e reparação de danos - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00327836020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.941).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 1ª e 34ª Câmaras de Direito Privado. Responsabilidade civil extracontratual - Inexistência de liame contratual entre as partes - Competência das Câmaras (1ª a 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente e competente a C. Câmara suscitante." (CC 00293869020148260000 – Catanduva – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.849).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as C. 9ª e 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de ressarcimento, em regresso - Roubo de veículo em estacionamento - Resolução 623/2013, artigo 5º, III, III.14 - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC

00853751820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.186).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 8ª e a 29ª Câmaras de Direito Privado. Ação de indenização por danos morais, na qual o autor alega ter sofrido constrangimentos em razão da ausência de prévia comunicação pela ré, empresa que administra o SCPC, de que seu nome seria lançado no rol de inadimplentes. Hipótese em que a pretensão indenizatória não está ligada ao contrato de prestação de serviços entre o autor e a operadora de telefonia, objeto de ação autônoma, mas à omissão de empresa com a qual não mantém qualquer relação jurídica, de modo que a competência não é atraída para a Subseções de Direito Privado II e III. Causa de pedir que remete a ato ilícito, sendo irrelevante, no contexto da lide, a origem da inscrição desabonadora. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações que envolvem responsabilidade civil extracontratual (art. 5º, inciso I, item I.29, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00464406920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.852).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais c.c. pedido de repetição de indébito em dobro, responsabilidade civil e tutela antecipada - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00456854520148260000 – Conchas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.917).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00445040920148260000 – Guarujá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.890).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 1ª e a 35ª Câmaras de Direito Privado. Ação de repetição de indébito relativa a despesas condominiais. Hipótese análoga à de cobrança a condômino. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00438190220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.822).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Seguro-viagem" - Seguro que prevê cobertura de diversas áleas, não se tratando de seguro-saúde propriamente dito, disciplinado pela lei nº 9.656/98 - Causa de pedir que é o suposto descumprimento do contrato de prestação de serviços de turismo, incluindo-se o "seguro-viagem", firmado entre as partes - Artigo 5º, §1º, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte – Competência das Subseções de Direito Privado II e III – Conflito procedente, reconhecida a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00385464220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.918).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Autora que alega ter sofrido bullying de outros alunos dentro da instituição de ensino-ré - Petição inicial que narra suposta omissão da ré em adotar medidas cabíveis para evitar os transtornos

sofridos pela autora - Relação contratual - Prestação de serviços educacionais - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 26ª Câmara de Direito Privado." (CC 00340463020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.379).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de exoneração de fiança - Cláusula acessória em contrato de promessa de compra e venda mercantil de combustíveis - Rescisão – Negócio jurídico envolvendo coisa móvel corpórea - Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, III.14 da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00323644020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.317).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Indenização por dano moral - Demanda fundada na inexistência de relação jurídica entre ré e autor - Inscrição do nome do requerente em cadastro de inadimplentes - Responsabilidade civil extracontratual - Matéria de competência preferencial da Subseção de Direito Privado I, nos termos do artigo 5º, I.29, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte - Comprovação, no curso da ação, da existência do contrato bancário que diz respeito, em tese, a fato extintivo do direito do autor e não tem o condão de alterar a competência para julgamento de recurso no âmbito do Tribunal de Justiça - Competência definida pelo pedido e causa de pedir - Art. 103, do RITJSP - Reconhecida a competência da 9ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00318343620148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.582).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00318326620148260000 – Mauá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.677).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Seguro de veículo automotor – Furto - Controvérsia decorrente de recusa da ré em pagar indenização securitária - Ação fundada em negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado III, nos termos do art. artigo 5º, III.14, da Resolução 623/13, do Órgão Especial - Conflito procedente, reconhecida a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00280834120148260000 – Araras – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.417).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual - Seguro prestamista - Cláusula acessória inserida em contrato de mútuo -Ausência de discussão a respeito do contrato de mútuo - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00280773420148260000 – Urânia – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.962).

COMPETÊNCIA. "Ação de reintegração de posse. Inexistência de conexão com ação de usucapião entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 102, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações possessória e petitória que têm naturezas distintas. Trânsito em julgado da decisão proferida na demanda petitória, afastando o risco de decisões conflitantes. Inexistência de conexão. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 16ª Câmara

de Direito Privado." (CC 00275343120148260000 – Avaré – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.422).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Execução por título extrajudicial - Acordo extrajudicial - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Prevenção que não prevalece sobre a incompetência - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência improcedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258654020148260000 – Fernandópolis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.910).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 34ª e a 2ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento de ações de responsabilidade civil extracontratual compete às Câmaras integrantes da Subseção I de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013. Precedentes do C. Órgão Especial e Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00108425420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.122).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Emissão de cartão de crédito sem solicitação - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00951557920138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.892).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de rescisão de contrato de arrendamento de estabelecimento comercial - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução n° 623/2013, art. 5º, inciso III, ítem III.10 - Conflito julgado procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00466441620148260000 – Osvaldo Cruz – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.411).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento tirado dos autos de ação de restituição de quantia paga e indenização por danos morais. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo a erro odontológico, baseando a ação na responsabilidade civil do artigo 951 do Código Civil, a competência é das Câmaras de nºs 1 a 10, da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da 1ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00409991020148260000 – Brotas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28.160).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de nulidade de compra e venda de imóveis - Alegação de negócio jurídico simulado - Cláusula de alienação fiduciária em garantia que não está sendo discutida - Matéria do Direito Privado I - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.25 - Competência da Câmara suscitada." (CC 00366965020148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.067).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de reintegração de posse. Prevenção de Câmara - Agravo de instrumento anteriormente interposto contra o indeferimento da liminar de reintegração de posse, que foi julgado pela 10ª

Câmara - Cessação da designação do relator daquele recurso (aposentadoria em 24.08.2011), posterior à distribuição desta apelação, feita em 21.07.2009. Outras questões como a legitimidade de parte e produção de provas que foram objeto de agravos de instrumento julgados pela 21ª Câmara de Direito Privado. Regimento interno, que à época, determinava a cessação da prevenção, se na Câmara não mais tivesse assento qualquer dos juízes que participaram do julgamento, com visto nos autos. Conflito procedente, com observação, reconhecida a competência da 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 00347504320148260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.935).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Repasse de verba a subestipulante - Pro labore acordado em apólice de seguro de vida coletivo - Matéria do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.8 - Competência da Câmara suscitada." (CC 00324544820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.919).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de resolução de contrato particular de compra e venda de bens móveis e outras avenças - Desagregação de elementos corpóreos do estabelecimento empresarial - Matéria do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.14 - Competência da Câmara suscitante." (CC 00285874720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.875).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução de título extrajudicial consistente em compromisso de compra e venda de bem móvel incorpóreo - Competência da Subseção II da Seção de Direito Privado (Câmaras numeradas de 11ª a 24ª, e 37ª e 38ª) - Anteriores decisões em conflitos de competência, envolvendo as mesmas Câmaras em processos conexos, afirmativas da competência de aludida Subseção II - Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª)." (CCDM 00240016420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 29/08/2014 – Voto nº 23.279)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – "Ação de indenização por danos morais" - Alegação do autor de que foi barrado em porta giratória de agência do banco do qual é cliente - Demanda que não versa prestação de serviços bancários, mas veicula pedido de indenização por danos morais, fundados na responsabilidade civil extracontratual – O pedido de indenização independe de ser o autor cliente ou não do banco - Questão não afeta às obrigações derivadas do contrato bancário, sobre o qual não há discussão - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (1ª Câmara de Direito Privado). (CC 00395008820148260000 – Piracicaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23278)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação indenizatória, decorrente de danos morais, cumulada com obrigação de fazer" - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato bancário do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00327593220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23410)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais" - Negativação do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato (aquisição de linha

telefônica) do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00198168020148260000 – Barretos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23277)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais - Inexistência de relação jurídica - Autora alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00483243620148260000 – Andradina – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34975)

COMPETÊNCIA. Competência - Ação movida por empregado de sociedade de economia mista (Petrobrás) contra essa e a PETROS ("entidade fechada de previdência complementar ("EFPC") multipatrocinada" tendo como único objetivo a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social a seus participantes) - Pretensão de declaração de ilegalidade do aumento de alíquota de contribuição e de condenação à restituição de valores excedentes – Atuação da empregadora como patrocinadora, na conformidade do artigo 202, da Constituição Federal e nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 2.001 - Matéria, em princípio, afeta à Seção de Direito Público, nos termos da Resolução nº 623/2003 (art. 3º, inciso I.1), que a vinha julgando tradicionalmente - Precedentes - Decisões, todavia, do Grupo Especial em hipóteses assemelhadas, afirmativas da competência da Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito configurado, declarada competente a Câmara suscitante (30ª de Direito Privado). (CC 00642860220148260000 – São Sebastião – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23408)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de vazamento de água no prédio com infiltração na unidade condominial do autor - Danos em prédio urbano - Aplicação do art. 5º, III, "III.2", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00280721220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35083)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Denunciação da lide ao plano de saúde - Irrelevância - Discussão da demanda principal acerca da inadimplência de contrato celebrado entre o particular e o hospital - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, e agora especificada no artigo 5º, §1º, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 18ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00255224420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35097)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 6ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 17ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Agravo de instrumento interposto em ação de insolvência civil, fundada em título executivo judicial (sentença proferida em ação declaratória de nulidade de contrato cumulada com restituição de quantias pagas e indenização por danos morais). A Resolução nº 623/2013, em seu artigo 5º, I, determina que, a Primeira Subseção, composta pelas 1ª a 10ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento, dentre outras matérias, de "insolvência civil, fundada em título executivo judicial" (I.32). Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC

00590818920148260000 – Indaiatuba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19896)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 36ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 7ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação regressiva de indenização cumulada com danos morais proposta por Hospital em face de laboratório contratado para prestação de serviços para complementação de diagnóstico. Equívoco no resultado de exame que acarretou a submissão de paciente a tratamento de quimioterapia. Pedido inicial vinculado ao contrato de prestação de serviços mantido entre o Hospital e o Laboratório. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Segunda e à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte. Competência preferencial e comum prevista no artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC 00582296520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19894)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 8ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 29ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação indenizatória por dano material e moral. Competência firmada pelo pedido inicial. Ainda que exista menção a contrato de locação, a tese esposada na inicial é que a avença teria sido firmada sem a anuência dos autores (proprietários) do imóvel, a destinação dos aluguéis não lhes foi informada, assim como um dos réus teria agido de forma irregular ao realizar a transferência do bem na Prefeitura, agindo sem mandato ou contrato. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Responsabilidade Civil extracontratual. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC 00557397020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19834)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 7ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação que objetiva a integração de verbas trabalhistas para complementação de previdência complementar. A obrigação da entidade previdenciária é atividade de natureza securitária, tratando-se de negócio jurídico onde o participante transfere à entidade certos riscos sociais ou previdenciários, mediante o pagamento de contribuições, a fim de que, ocorrendo determinada situação prevista contratualmente, obtenha da entidade benefícios pecuniários ou prestação de serviços. Demanda que deve ser julgada por Câmara à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, III.8, da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. (CC 00552191320148260000 – São Vicente – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19776)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 3ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 32ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação que objetiva a integração de verbas trabalhistas para complementação de previdência complementar. A obrigação da entidade previdenciária é atividade de natureza securitária, tratando-se de negócio jurídico onde o participante transfere à entidade certos riscos sociais ou previdenciários, mediante o pagamento de contribuições, a fim de que, ocorrendo determinada situação prevista contratualmente, obtenha da entidade benefícios pecuniários ou prestação de serviços. Demanda que deve ser julgada por Câmara à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, III.8, da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. (CC

00539486620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19724)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Plano de expansão de telefonia. Aquisição de linha telefônica e de ações emitidas pela empresa de telefonia. Entendimento de que não se trata de matéria de cunho societário, mas sim de obrigação decorrente de contrato de prestação de serviços. Competência preferencial e comum das Segunda e Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Declaração da competência da 35ª Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente. (CC 00490570220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19777)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 9ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 14ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual cumulada com indenização por danos materiais e morais com fulcro em contrato de prestação de serviços (obra em alvenaria). Inexistência de prevenção em relação a anterior julgamento de agravo de instrumento apreciado pelo 9ª Câmara de Direito Privado. Competência "ratione materiae" disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Segunda e à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, competência preferencial e comum das Segunda e Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. " (CC 00473214620148260000 – Bauru – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19835)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação rescisória de sentença de usucapião envolvendo partes e imóvel que estão sendo examinados em ação de reintegração de posse cuja apelação foi distribuída para a 13ª Câmara de Direito Privado. Inexistência de prevenção. Competência em razão da matéria. Necessidade da observância da Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.15. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente. (CC 00469403820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19593)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação rescisória objetivando rescindir sentença homologatória de acordo firmado nos autos da ação de reintegração de posse - Consoante os termos da petição inicial da ação cuja sentença se pretende rescindir, não se trata de demanda relativa a contrato de cessão de direitos sobre imóvel, mas possessória pura, tanto que o autor alude a ter sofrido esbulho na posse (arts. 924 do CPC e 1210 do CC) – O pedido fundamenta-se na posse e na ocorrência de esbulho - Causa de pedir e pedido deduzidos na ação originária que definem a competência para conhecer e julgar a ação rescisória - Competência da Segunda Subseção de Direito Privado (Resolução 623/2013, art. 5º, II.7) – Conflito julgado procedente para afirmar competente a Câmara suscitada (38ª). (CC 00440278320148260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23407)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Previdência privada - Contratos pertinentes ao instituto jurídico da previdência privada que são caracterizados como modalidades de seguro pessoal - Natureza securitária e contratual da previdência privada complementar - Conflito procedente, reconhecida a competência da 32ª Câmara de Direito Privado." (CC 00463124920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30172)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 8ª e 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de rescisão contratual c.c. indenização por danos materiais, morais e estético, fundada em prestação de serviços odontológicos - Pretensão que está amparada na má prestação dos serviços, o que o torna imprestável – Competência preferencial e comum das Câmaras 11ª à 38ª, que integram as Subseções II e III de Direito Privado e, em consequência da 25ª Câmara - Conflito de competência procedente. (CC 00614228820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31803)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 8ª e 23ª Câmaras de Direito Privado. Ação anulatória de atos jurídicos - Execução extrajudicial e leilão de imóvel hipotecado - Contrato de financiamento, nos moldes do Decreto-Lei nº 70/66 – Competência das Câmaras (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) que integram a Segunda Subseção de Direito Privado e, por consequência, da 23ª Câmara (suscitada) - Conflito de competência procedente. (CC 00606745620148260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31822)

COMPETÊNCIA. Ação de usucapião. Inexistência de conexão com ação de reintegração de posse entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 105, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações petitória e possessória que têm naturezas distintas. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 00586643920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24203)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 2ª e 23ª Câmaras de Direito Privado. Ação de revisão contratual - Compromisso de compra e venda e outras avenças, tendo por objeto bem imóvel - Resolução 623/13 - Artigo 5º, I, I.25 - Previsão expressa - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00533960420148260000 – Bebedouro – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31540)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Agravo de instrumento distribuído à 4ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes - A causa petendi do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ - Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Competência da Câmara suscitante - Conflito procedente. (CC 00645891620148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 25/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31055)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Conflito caracterizado, já que ambos os órgãos julgadores entendem-se incompetentes – Causa petendi do feito que diz respeito a contrato para utilização de resort, em regime de time sharing – Contrato múltiplo e complexo, visando uso habitacional de imóvel e serviços conexos, por certo período do ano – Espécie de hospedagem – Ações relativas a prestação de serviços, regidas pelo direito privado, de competência comum da 11ª à 38ª Câmaras de Direito Privado – Art. 5º, §1º da Resolução 623/13 do TJSP – Competência da suscitada – Conflito procedente. (CC 00630224720148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 18/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30982)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Competência da 1ª Subseção de Direito Privado para o julgamento de ações e execuções referentes a contratos de seguro-saúde,

inclusive prestações de serviços a eles relativas - Art. 5º, I, 23, da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado – Competência da 2ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00604493620148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 03/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30825)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Apelação distribuída à 3ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes – A *causa petendi* do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ – Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras – Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça – Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial – Competência da Câmara suscitante – Conflito procedente. (CC 00726826520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 23/10/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31425)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência - Agravo de instrumento distribuído à 1ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes - A *causa petendi* do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ - Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Competência da Câmara suscitante - Conflito procedente. (CC 00671951720148260000 - Cubatão - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 30/09/2014 – Decisão Monocrática - Voto nº 31116)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Ação fundada em contrato de seguro de coisa móvel – Competência da Terceira Subseção de Direito Privado para ações que versem sobre negócio jurídico cujo objeto seja coisa móvel, corpórea e semovente – Art. 5º, III, 14 – Precedentes do Grupo Especial – Conflito procedente. (CC 00695379820148260000 - São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 13/10/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31245)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação civil pública - Matéria relativa à proteção de interesses difusos, coletivos e homogêneos de consumidores quanto ao direito de informação - Incidência da competência residual - Seção de Direito Privado, da 1ª à 10ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, ítem I.37 - Insubsistência de prevenção anterior, ante o critério de competência em razão da matéria – Conflito procedente, declarada a competência da 9ª Câmara de Direito Privado. (CC 00792032620148260000 – Itu – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34599)

COMPETÊNCIA. Competência recursal - Previdência privada - Revisão de benefício suplementar de aposentadoria - Natureza securitária - Matéria da Seção de Direito Privado III, da 25ª. à 36ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso III.8 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00781467020148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34523)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Rescisão contratual - Contrato de prestação de serviços de provimento de acesso à internet - Indenização por descumprimento - Matéria afeta às Subseções II e III da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Conflito procedente – Competência da Câmara suscitada. (CC 00764950320148260000 – Ibitinga - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34550)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Seguro de veículo automotor - Roubo - Negativa de indenização do seguro - Ação fundada em negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução n° 623/2.013, art. 5º, inciso III.14 - Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitada. (CC 00764673520148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34551)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa dos autos à 36ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00735070920148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35463)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa dos autos à 26ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00612158920148260000 - São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35410)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação monitória - Causa de pedir relacionada a compromisso de venda e compra de bem imóvel - Aplicação do art. 5º, I, item "I.25", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª Câmaras) - Fixação da competência da 9ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00604294520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35368)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de preceito cominatório para apresentação de documentos de propriedade e exercício de direito de preferência oriundo de termo de compromisso de compra e venda de bem imóvel - Matéria do Direito Privado I - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.25 - Competência da Câmara suscitada. (CC 00589796720148260000 – Mogi-Mirim - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33838)

COMPETÊNCIA. Competência recursal - Rescisão contratual, devolução de valores e indenização - Contratos de concessão de uso de loja virtual e site institucional com sistema de auto gestão, e de agente de vendas por indicação - Contratação atípica - Matéria da competência residual da Seção de Direito Privado, da 1ª. à 10ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.37 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada. (CC 00556098020148260000 – Indaiatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33826)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Inscrição negativa oriunda de seguro de fiança locatícia - Natureza acessória ao contrato de locação - Seção de Direito Privado III TJSP, da 25ª. à 36ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.6 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00542388120148260000 – Caraguatatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33754)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Discussão acerca da possibilidade de utilização do plano de saúde em situação de urgência no período de carência - Matéria relativa à cobertura contratual do plano de saúde no atendimento hospitalar - Lei nº 9.656/98 - Aplicação do art. 5º, I.23, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª Câmaras) - Fixação da competência da 5ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00500651420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35412)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de cobrança de valores gastos para implantação de rede de eletrificação rural - Programa "Luz da Terra" - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de energia elétrica - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n° 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00453364220148260000 – Itapetininga - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35497)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa à 30ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00441568820148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35408)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de Instrumento - Ação relativa à matéria possessória (interdito proibitório) - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, II.7, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 37ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00393484020148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Voto nº 35407)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização - Insurgência de compromissários compradores contra cobrança de comissão de corretagem e taxa SATI - Alegação de venda casada - Compromisso de compra e venda de imóvel - Competência preferencial da Primeira Subseção de Direito Privado - Art. 5º, I, 'item' I.25 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00767566520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32874)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Previdência privada - Revisão do aumento da alíquota de contribuição - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00758204020148260000 – São Sebastião - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32828)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por danos morais - Cobrança indevida de verbas condominiais e anotação indevida como inadimplente nos boletos de cobrança de condomínio - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Art. 5º, III, itens ´III.1´e ´III.13´ da Resolução nº 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência

procedente para fixar a competência da 34ª Câmara de Direito Privado." (CC 00735175320148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32782)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação monitória - Instrumento particular de confissão de dívida desprovido de força executiva - Confissão de dívida originada de compromisso de compra e venda de imóveis – Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Art. 5º, I, item 'I.25' - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00726748820148260000 – Caraguatatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32754)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse c.c. perdas e danos - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Prevenção que não prevalece sobre a incompetência - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.7 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00663793520148260000 – Assis - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32542)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação ordinária - Pretensão dos autores de condenar a ré ao pagamento de indenização correspondente às diferenças relativas à emissão de quantidade inferior das ações devidas e respectivos dividendos - Relação obrigacional decorrente de contrato de prestação de serviços de telefonia - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado II e III - Art. 5º, par. 1º, Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00595885020148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32356)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de manutenção de posse - Competência firmada pelos termos do pedido inicial - Autor que pretende a manutenção da posse do bem imóvel - Competência preferencial da subseção de Direito Privado II - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 15ª Câmara de Direito Privado." (CC 00581318020148260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32321)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória c.c.pedido indenizatório - Cheque - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Irrelevante que o cheque foi sacado em favor de terceiro - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00555976620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32247)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de rito ordinário - Contribuições para benefício de complementação de aposentadoria - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 32ª Câmara de Direito Privado." (CC 00539928520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32164)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por danos materiais e morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica

entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00518276520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32136)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00483486420148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32105)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Medida Cautelar Incidental - Ausência de conflito negativo de competência - Aplicação dos princípios da efetividade e da duração razoável do processo - Recebimento como dúvida de competência - Lide que versa sobre previdência privada - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência conhecido como dúvida de competência para fixar a competência da Terceira Subseção de Direito Privado, determinando-se a redistribuição." (CC 00430517620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31813)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse - Não verificada conexão com ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato - Art. 5º, II, item II.7 da Resolução nº 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 01058327120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33033)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 7ª Câmara de Direito Privado e a 12ª Câmara de Direito Privado. Relação jurídica controvertida que tem por base a prestação de serviços médicos hospitalares. A competência firma-se pelo pedido e a causa de pedir da ação principal (artigo 103, do Regimento Interno deste E. Tribunal). Competência preferencial da 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013. Precedentes do Col. Órgão Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 12ª Câmara de Direito Privado. (CC 00803196720148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24642)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 3ª e a 31ª Câmaras de Direito Privado. Compete às Câmaras integrantes da Subseção III de Direito Privado o julgamento dos recursos oriundos de ações fundadas em contrato de seguro de vida. Aplicação do disposto no art. 103 do Regimento Interno e no art. 5º, inc. III, item 'III.8', da Resolução 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 31ª Câmara de Direito Privado. (CC 00788204820148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24624)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 10ª e a 28ª Câmaras de Direito Privado. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado III o julgamento de ações que versem sobre previdência privada complementar, por se tratar de contrato de natureza securitária. Exegese do art. 5º, inciso III, item III.8, da Resolução nº 623/13. Precedentes do Col. Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 28ª Câmara de Direito Privado. (CC 00729225420148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24503)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 7ª e a 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cumprimento de sentença homologatória de acordo celebrado nos autos de ação de desconstituição de união estável. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações decorrentes de união estável (art. 5º, inciso I, item I.9, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 00645537120148260000 – Araçatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24328)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência suscitada pela 9ª Câmara de Direito Privado. Compete às Câmaras que integram a Subseção III de Direito Privado o julgamento de ações que versem sobre previdência privada complementar, por se tratar de contrato de natureza securitária. Exegese da Resolução nº 623/2013 (art. 5º, inc. II, item 8). Precedentes do C. Grupo Especial. Dúvida de competência procedente, para declarar competentes as Câmaras pertencentes à Subseção III de Direito Privado. (CC 00554391120148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24379)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de rescisão contratual c.c. obrigação de fazer c.c. indenização por danos materiais e morais" - Causa de pedir remota consistente em contrato de prestação de serviços odontológicos, e pedido principal (de rescisão contratual) apoiado na inexecução parcial e defeituosa do serviço (causa de pedir próxima) - Pretensão indenizatória por danos materiais e morais que constitui mera consequência do pedido principal de rescisão - Competência de uma das Câmaras das Subsecções II e III da Seção de Direito Privado (Resolução 623/2013, artigo 5º, III, § 1º). Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado). (CC 00799689420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23669)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Agravo de instrumento extraído dos autos de ação cautelar. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo à não liquidação e divulgação de penalidades aplicadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em contrato de comercialização de energia elétrica, que as agravadas reputam irregulares, a competência é das Câmaras das Seções de Direito Privado III. Ação que versa sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel. Decisão recente do Colendo Órgão Especial. Conflito procedente, reconhecida a competência de uma das Câmaras da Subseção III de Direito Privado. (CC 00782912920148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29217)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 26ª e 5ª Câmaras de Direito Privado. Previdência privada - Recálculo de suplementação de benefício e pagamento de diferenças - Natureza de seguro pessoal - Res. 623/13, art. 5º, III.8 - Competência das Câmaras (25ª à 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Competente a 26ª Câmara, suscitante - Conflito de competência procedente. (CC 00773187420148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32346)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento interposto em "ação de reintegração de posse c.c. perdas e danos" - Demanda que não tem por fundamento o "instrumento particular de contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações" relativo ao imóvel firmado pelo agravado-autor com Angelmar, nem o discute - Causa de pedir consistente na posse legítima, porque apoiada em referido título - Ação movida contra terceiro, no caso, a ré agravante, e não contra o compromitente vendedor - Demanda que tem natureza de possessória pura, tanto que apoiada em ter o autor sofrido esbulho na posse - Matéria que se insere no rol de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e

38ª Câmaras). Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitada (23ª Câmara de Direito Privado). (CC 00772789220148260000 - Praia Grande - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23588)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 19ª e 8ª Câmaras de Direito Privado. Reintegração de Posse de bem imóvel - Compromisso de compra e venda de imóvel com cláusula resolutiva expressa - Matéria possessória que é secundária - Res. 623/13, art. 5º, I.25 - Competência das Câmaras 1ª à 10ª, que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Competente a 8ª Câmara (suscitada) - Conflito de competência procedente. (CC 00765245320148260000 – Osasco - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32347)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 30ª e 8ª Câmaras de Direito Privado. Ação de rescisão contratual c.c. consignação em pagamento - Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à saúde - Plano Odontológico - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Resolução 623/2013, artigo 5º, inciso I, item I.23 - Competência da Câmara suscitada - Conflito de competência procedente. (CC 00741584120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32236)

COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA - "Ação de indenização e reparação por danos materiais e morais", objetivando cessação do desconto em folha do pagamento de pecúlio - Alegação de que contratou seguro por morte, aposentadoria após 25 anos de contribuição ou invalidez por acidente - Posterior descoberta de que vigia seguro por morte tendo como beneficiários seus filhos - Afirmação de que não abriu mão de seus benefícios em favor de seus filhos - Decisões do Grupo Especial e do Órgão Especial em hipóteses assemelhadas, afirmativas da competência da Terceira Subseção de Direito Privado, em se tratando de matérias envolvendo previdência privada ou seguro de vida - Conflito configurado, declarada competente a Câmara suscitada. (CC 00735253020148260000 – Diadema - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23515)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação indenizatória decorrente de danos morais c.c. obrigação de fazer" - Alegação da autora de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pela ré, mas que "não sabe de onde provem suposto débito qual nunca recebeu nenhum tipo de cobrança nesse sentido, bem como não teve nenhum tipo de relação comercial para a existência de suposta restrição creditícia" - Alegação adicional (na apelação) de que formulara proposta de aquisição de cartão de crédito que, no entanto, não se concretizou por falta de aprovação pela requerida, daí a inexistência de relação jurídica entre as partes, que pede seja declarada - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00723483120148260000 – Barueri - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23487)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de repetição de indébito" movida em face da Embratel por cliente da Telefônica que recebeu em sua fatura mensal cobrança de ligação de longa distância operada por aquela, ligação, no entanto, que não teria realizado - Discussão versando serviços de telefonia que, segundo o relato inicial, se deram defeituosamente, ensejando a cobrança e pagamento indevidos - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado II e III (11ª a 38ª Câmaras) - Conflito procedente, declarada competente a Câmara suscitada (22ª Câmara de Direito Privado). (CC 00687307820148260000 – Araraquara - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23446)

COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA - Ação ordinária objetivando seja "declarado o direito do autor a manutenção do benefício de suplementação pago pela PORTUS, nos exatos valores

pagos anteriormente à revisão objeto da presente demanda, que culminou na sua minoração, ... devendo ainda ser paga a diferença existente ...” - Ação emanada de previdência complementar de caráter privado - Competência da Terceira Subseção de Direito Privado - Decisões do Grupo Especial e do Órgão Especial em hipóteses assemelhadas, nesse sentido - Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitante (27ª Câmara de Direito Privado). (CC 00599712820148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23519)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - “Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c.c. responsabilidade civil, indenização por danos morais e tutela antecipada” - Alegação da autora de, inexistente relação jurídica, ter havido indevida inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato (aquisição de telefone celular) do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, “I.29”, Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00553135820148260000 – Jardinópolis - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23561)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Pedido que não trata de questão atinente a seguro saúde ou plano de saúde, mas de cobrança de dívida emanada de contrato de prestação de serviços médico-hospitalares por empresa credenciada a outra, operadora de plano de saúde - Prestação de serviços, cuja competência preferencial é das Subseções II e III de Direito Privado (11ª a 38ª Câmaras) - Resolução 194/04, alterada pela Resolução 281/06 desta Corte, consolidadas pela Resolução 623/2013 (art. 5º, § 1º) - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado). (CC 00465879520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23704)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - “Ação de declaração de nulidade de negócio jurídico cumulada com indenização por danos morais” - Causa de pedir fundada em que a autora da ação era titular de direitos sobre veículo financiado e dado em alienação fiduciária à BV Financeira - Pretendendo vende-lo, deixou-o em consignação com negociante de veículos, que o “adquiriu”, obrigando-se a pagar as prestações a referida financeira - Comprador que não só deixou de pagar as parcelas, como vendeu o veículo a terceira pessoa, que, indevidamente, firmou contrato de arrendamento mercantil (leasing) com o Banco Itaú - Identificada e procurada, essa pessoa restituiu o automóvel - Demanda que não versa contrato bancário ou de leasing entre partes, mas declaração de nulidade de negócio jurídico celebrado entre terceiros, mas que atinge o patrimônio jurídico da autora - Ação fundada na responsabilidade civil extracontratual - Competência da Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos do art. 5º, “I.29”, da Resolução 623/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00465523820148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23703)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - “Ação declaratória de inexistência de débitos c.c. reparação de danos morais” - Alegação do autor de que houve inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato bancário (financiamento) do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, “I.29”, Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (1ª Câmara de Direito Privado). (CC 00414711120148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23462)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com reparação de danos morais - Alegação da autora de ter havido inscrição

indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pela ré em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00407488920148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23563)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de indenização por danos morais" - Alegação da autora de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, em virtude de "resíduos" em conta corrente, consoante lhe teria dito o banco requerido - Autora que não nega manter contrato bancário com o réu, dizendo apenas nada dever ao banco - Demanda que versa sobre contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado II, nos termos do art. 5º, II.4, da Resolução nº 623/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (11ª Câmara de Direito Privado). (CC 00347452120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23705)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de cobrança movida por condômino e administrador de obra de edifício realizada a preço de custo - Dispêndio havido com granito que adquiriu e colocou na edificação e nas unidades privativas, dentre elas a do réu - Ação que não cuida de prestação de serviços ou compra e venda de coisa móvel, mas de obrigação decorrente do contrato de incorporação e construção - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras - art. 5º, I.25, da Resolução 623/2013) - Conflito julgado procedente e competente a 6ª Câmara de Direito Privado. (CC 00302580820148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23293)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Competência da 1ª Seção de Direito Privado para ações relativas a compromisso de compra e venda – Competência, porém, da 3ª Seção de Direito Privado para ações e execuções de contrato de alienação fiduciária em que se discuta a garantia – Art. 5º, I, 25 e III, 3 da Resolução 623/13 do TJSP – Pedido de revisão do contrato, no tocante a juros e termo inicial – Competência, portanto, da 1ª Seção de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00791418320148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 10/11/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31670)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Ação de indenização por dano moral – Autora que alega ter sido vítima de injúria racial praticada por motorista de ônibus regular, no interior do coletivo – Pretensão ao ressarcimento com fundamento na responsabilidade objetiva do prestador de serviço público – Art. 37 §6º da Constituição Federal – Contexto de contrato de transporte, tendo o ilícito sido praticado por preposto da permissionária - Competência da 2ª Subseção de Direito Privado, com fundamento no art. 5º, II, 1, da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado – Conflito procedente. (CC 00757979420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 05/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31599)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Ação fundada em seguro facultativo de veículo automotor – Negócio jurídico cujo objeto é coisa móvel – Competência da Seção de Direito Privado III – Art. 5º, III, 15 da Resolução 623/13 – Conflito procedente. (CC 00765201620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 04/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31589)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse - Ação possessória fundada em rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Art. 5º, inciso I, item 'I.25' da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da

8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00687108720148260000 - Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32597)

TURMA ESPECIAL

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. "Conflito de competência - Recebido como dúvida de competência - Recurso distribuído por prevenção ao Desembargador componente da 3ª Câmara de Direito Privado, que suscitou dúvida de competência - Prevenção anotada em razão de julgamento anterior de recurso de agravo de instrumento relatada por Juiz Substituto em Segundo Grau que, promovido à Desembargador, passou a ocupar cadeira em outra Câmara - Prevenção cessada, em virtude da promoção do Juiz Auxiliar - Interpretação do art. 102, §1º, do Regimento Interno desta Corte - Existência de recurso de apelação posterior, julgado pela 7ª Câmara de Direito Privado - Prevenção do ocupante da cadeira do Desembargador relator, que se aposentou - Redistribuição determinada - Dúvida acolhida." (CC 01858784720138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relator José Carlos Ferreira Alves – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16165)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. PLANO DE EXPANSÃO. "Conflito de competência - Contrato de participação financeira em plano de expansão de rede de telefonia - Questão que envolve obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços de telefonia - Conflito de competência julgado procedente, reconhecida a competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras, cabendo a devida redistribuição, observados os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Resolução nº 623/2013, publicada em novembro do corrente ano." (CC 01983351420138260000 – Novo Horizonte – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16486)

COMPETÊNCIA. RECURSO DISTRIBUIDO ANTES DA CRIAÇÃO DA CÂMARA RESERVADA DE DIREITO EMPRESARIAL. REDISTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. "Conflito de competência - Recurso distribuído antes da criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Impossibilidade de redistribuição - Inteligência do art. 4º da Resolução 538/11 do C. Órgão Especial e Súmula 98 da Turma Especial de Direito Privado I - Conflito conhecido e julgado procedente - Competência da 1ª Câmara de Direito Privado (Suscitada)." (CC 01981532820138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Luiz Antonio Costa – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 20349)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. "Conflito de competência - Apelação - Ação de rescisão de contrato de venda e compra de estabelecimento comercial? Alegado vício de consentimento causado pela omissão de dados que, se conhecidos, induziriam a não realização do negócio? Questão afeta às 1ª à 10ª Câmaras da Seção de Direito Privado, nos termos da Resolução 194/2004? Hipótese em que não se debate tema próprio do Livro II, Parte Especial do Código Civil (artigos 966 a 1.195), ou na Lei 6.404/76? Conflito procedente - Reconhecimento da competência da C. 9ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 01873265520138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Galdino Toledo Júnior – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 12943)

COMPETÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE PÁGINAS DE INTERNET. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência - Agravo - Inconformismo tirado de decisão que deferiu tutela antecipada onde a demandante busca obter retirada de páginas de Internet, que afirma provocar lesão à sua imagem, em site mantido pelo agravante?

Pleito onde não se discute tema ligado à contrafação de marca industrial, ou concorrência desleal? Competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial não configurada? Conflito competente - Reconhecimento da competência da Des. Lucila Toledo, integrante da C. 9ª Câmara de Direito Privado (suscitada).” (CC 01981654220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Galdino Toledo Júnior – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 13128)

COMPETÊNCIA. DIREITO AUTORAL. “Conflito de competência - Matéria de competência da colenda Seção de Direito Privado I, nos termos do artigo 2º, III, “a”, da Res. nº. 194/2004 deste Tribunal de Justiça, com redação dada pela Res. nº 281/2006 - Pedido inicial que se funda em relação jurídica decorrente de direito autoral - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I compreende “ações relativas a direitos de autor / propriedade industrial / patentes / marcas / denominações sociais / atos da junta comercial” - Súmula 98 do TJ/SP - Competência das Câmaras Reservadas abrange somente processos distribuídos após a sua instalação – Procedência para declarar competente a colenda 1ª Câmara de Direito Privado.” (CC 01873282520138260000 – Ribeirão Preto – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Joaquim dos Santos – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16144)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU NA QUALIDADE DE AUXILIAR. AUSÊNCIA DE CADEIRA NA CÂMARA. “Conflito de competência – Prevenção de Câmara – Recursos anteriores (agravos de instrumento) extraídos de mesmo processo, distribuídos e julgados pela 6ª Câmara de Direito Privado – Cessação da participação do relator daquele recurso – Juiz Substituto em Segundo Grau que, na qualidade de auxiliar, não possui cadeira na Câmara – Não aplicação do art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça/SP - Precedente desta Corte – Conflito dirimido – Competência declarada.” (CC 01047743320138260000 – São Vicente – Turma Especial – Privado 1 - Relator Elcio Trujillo – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 18706)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. INEXISTÊNCIA. JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU. “Conflito de competência – Agravo de Instrumento em sede de cumprimento de sentença - Prevenção pelo julgamento da apelação - Inexistência – Relator do recurso, juiz substituto em segundo grau, que deixou a câmara – Ausência de cadeira e de acervo – Precedentes – Competência da Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01021597020138260000 – São José do Rio Pardo – Turma Especial – Privado 1 - Relator Luiz Antonio Costa – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 13/18579)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. AGRAVO CONHECIDO ANTES DA CRIAÇÃO DA CÂMARA RESERVADA DE DIREITO EMPRESARIAL. “Conflito de competência. Prevenção. Artigo 102, "caput", do Regimento Interno. Câmara de Direito Privado que decidiu primeiro agravo interposto antes da criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial mantém sua competência para o julgamento dos demais recursos relativos ao caso. Conflito procedente, fixando-se a competência da 8ª Câmara de Direito Privado para julgamento dos recursos.” (CC 02629756020128260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado I – Relator Paulo Alcides – 26/09/2013 – Votação Unânime – Voto nº 19162)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. “A Terceira Câmara Cível não é competente para julgar agravo de instrumento interposto em feito que na origem não sofreu interposição de recurso anterior capaz de gerar eventual prevenção. O instituto da prevenção não serve ao fim colimado pelo recorrente que almeja garantia inexistente de “direcionamento do recurso”. Conflito julgado procedente.” (CC 01697098220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado I – Relator Piva Rodrigues – 31/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16202)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. “Dúvida de competência. Julgamento de anterior recurso por desembargador aposentado, cujo acervo é de seu sucessor. Eventual julgamento por outro integrante da Câmara não gera prevenção deste. Precedentes do colendo Órgão Especial. Dúvida suscitada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Seção de Direito Privado, ora dirimida para firmar a prevenção do eminente Desembargador Paulo Alcides, atual titular da

cadeira do magistrado que se aposentou." (DM CC 00022139120148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Joaquim dos Santos – 14/01/2014 – Voto nº 16813)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. I- Crédito do autor constituído em anterior ação de obrigação de fazer. Ação revocatória ajuizada com o intuito da declaração de ineficácia do desfazimento patrimonial por parte da devedora. Revocatória que se exibe como desdobramento da ação de obrigação de fazer. Conexão entre as referidas ações reconhecida. II- Apelação intentada na ação de obrigação de fazer e subsequentes agravos apreciados pela C. 5ª Câmara de Direito Privado. Prevenção firmada, nos termos do disposto no art. 102 do Regimento Interno. Conflito procedente, reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Privado." (CC 02065386220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Donegá Morandini – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 25411)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. Pressupostos de admissibilidade. Não preenchimento. Inteligência do art. 115, inciso II, do CPC. Hipótese em que não houve recusa de competência pelo Juízo Suscitado. Requisitos não preenchidos para a instauração do incidente. Determinação de distribuição livre. Conflito de competência não conhecido." (CC 02021398720138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Paulo Alcides – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 20368)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação revisional de contrato - Compra e venda de estabelecimento comercial - Incidência da Resolução nº 558/2011, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/SP - Conflito dirimido – Competência da Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial." (CC 02013249020138260000 – Campinas – Turma Especial – Privado 1 – Relator Elcio Trujillo – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 20347)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Compra e venda - Agravo de instrumento - Anteriores recursos a envolver as mesmas partes - Competência da Décima Câmara de Direito Privado - Conflito não conhecido." (CC 02065958020138260000 – Araçatuba – Turma Especial – Privado 1 – Relator Elcio Trujillo – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 20440)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação cominatória, com pedido de antecipação de tutela cc. indenização por perdas e danos. Matéria em discussão no apelo que trata da transferência de capital social de sociedade limitada, inserida na competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Existência, no entanto, de anterior agravo de instrumento distribuído à Câmara suscitada, gerando a sua prevenção, nos termos do disposto no art. 102 do Regimento Interno. Aplicação do enunciado pela Súmula 98 deste Tribunal. Competência da Câmara suscitada reconhecida. Conflito procedente, estabelecida a competência da 6ª Câmara de Direito Privado." (CC 00081144020148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Donegá Morandini – 13/03/2014 – Maioria de Votos - Voto nº 26400)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência – Ações tramitando em varas diversas e com matérias diversas – Recursos anteriores interpostos nos diversos autos e apreciados por Câmaras diversas e competentes em razão da matéria – Prevenção daquela que primeiro apreciou a matéria que efetivamente fundamenta o novo recurso de forma a caracterizar a conexão, interdependência incidental ou a prejudicialidade – Fundamento da prevenção de evitar decisões conflitantes – Conflito conhecido e provido sendo competente a câmara suscitada." (CC 00032679220148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Luiz Antonio Costa – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 14/20962)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Indicada prevenção de Câmara - Recurso anterior (agravo de instrumento) extraído de mesmo processo, distribuídos e julgados pela 7ª Câmara de Direito Privado - Cessação da participação do relator daquele recurso Juiz Substituto em Segundo Grau que, na qualidade de auxiliar, não possui cadeira na Câmara - Não aplicação do art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça/SP - Precedente desta Corte - Contudo, recurso contemporâneo (agravo de instrumento) extraído de mesmo processo, distribuído e julgado pela 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito dirimido - Competência declarada." (CC

00108710720148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Elcio Trujillo – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 20901)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Competência recursal. Agravo de instrumento apreciado por Juiz Substituto em Segundo Grau, na 6ª Câmara de Direito Privado. Apelação, referente à ação que deu ensejo ao agravo, distribuída livremente a Juiz Substituto em Segundo Grau, da 5ª Câmara de Direito Privado, que negou conhecimento ao apelo e determinou seu encaminhamento à 6ª Câmara, por entender pela prevenção desta Câmara. Conflito suscitado por Desembargador da 6ª Câmara, entendendo pela inexistência de prevenção, haja vista que quem apreciou o agravo anteriormente naquela Câmara foi um Juiz Substituto, que não ocupava cadeira. Cabimento. Se um Juiz Substituto em Segundo Grau não tem cadeira na Câmara, apenas participando das Turmas Julgadoras até que seja promovido, não há que se falar em distribuição do processo a um Desembargador daquela Câmara na qual atuou o Substituto. Tal entendimento prejudicaria as Câmaras que contam com a participação de Substitutos em sua composição, onerando-as, e privilegiaria aquelas compostas apenas por Desembargadores. A ausência do Substituto, na Câmara em que atuava, rompe seu o vínculo com o processo, tal como o da Câmara, ensejando redistribuição livre. Inteligência do art. 102, caput e parágrafo 1º, do RI/TJSP. Acolhido o conflito de competência, para determinar o retorno dos autos ao magistrado suscitado, Juiz Substituto em Segundo Grau da 5ª Câmara de Direito Privado, para a apreciação do apelo." (CC 01949072420138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator James Siano – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 14727)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. Matéria envolvendo direito securitário. Competência da Seção de Direito Privado I. Conflito negativo procedente, reconhecendo-se a competência da Sétima Câmara de Direito Privado para a prestação jurisdicional, com prevenção do eminente Desembargador Miguel Brandi." (CC 00079109320148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Natan Zelinschi de Arruda – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 25380)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Inexistência de prevenção da 3ª Câmara de Direito Privado para o julgamento do presente Agravo de Instrumento, apenas porque o primeiro recurso relativo à causa interposto após a EC 45/04 foi distribuído a Des. da Câmara - Regimento Interno do TJSP vigente à época estabelecia o critério de prevenção da Câmara, a qual cessava quando nela não mais tivesse assento qualquer dos juízes que participaram, com visto nos autos, do julgamento anterior – Hipótese verificada no caso concreto - Distribuição posterior de recurso a Des. da 6ª Câmara gerou prevenção desta para os demais recursos, não modificada pelo novo Regimento Interno do TJSP - Ação rescisória distribuída a Des. integrante do 3º Grupo de Câmaras deste Tribunal não modifica a competência para análise dos recursos interpostos na fase de cumprimento de sentença do processo principal - Conflito acolhido, para declarar a competência da 6ª Câmara de Direito Privado para apreciação do feito." (CC 01940559720138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Francisco Loureiro – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 21837)

COMPETÊNCIA. "Turma Especial. Conflito de competência. Ação de obrigação de fazer c.c. reparação por danos morais. Exclusão de links com conteúdos caluniosos e difamatórios. Responsabilidade civil. Suscitação de dúvida – Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado. Resolução 623/13. Precedentes deste C. Tribunal de Justiça. Competência firmada da 9ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 02039550720138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Beretta da Silveira – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34363)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ausência de prevenção decorrente de relatoria em agravo de instrumento por Juiz Substituto em segundo grau, promovido a Desembargador - Atividade auxiliar, que não implica ocupação de cadeira - Distribuição livre da apelação - Competência da c. 8ª Câmara reconhecida." (CC 01940541520138260000 – Jundiaí – Turma

Especial – Privado 1 – Relator Erickson Gavazza Marques – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 13378)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 4ª Câmara de Direito Privado (suscitada) e a 5ª Câmara de Direito Privado (suscitante) - Prevenção - Decisões agravadas proferidas em demandas que, na origem, tramitam de forma independente, sendo que uma delas foi julgada extinta - Ausência de hipótese que caracteriza prevenção, nos termos do art. 105, do Regimento Interno deste E. Tribunal – Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara Suscitada, a 4ª Câmara de Direito Privado." (CC 02021311320138260000 – São José dos Campos – Turma Especial – Privado 1 – Relator Grava Brazil – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18326)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ausência de prevenção decorrente de relatoria em agravo de instrumento por Juiz Substituto em segundo grau, promovido a Desembargador - Atividade auxiliar, que não implica ocupação de cadeira - Distribuição livre da apelação - Competência da C. 9ª Câmara reconhecida." (CC 02036303220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Erickson Gavazza Marques – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 13535)

COMPETÊNCIA. "Turma Especial. Conflito de competência. Distribuição por prevenção anterior equivocada não pode gerar distribuição futura por prevenção – Não há prevenção entre recursos que dizem respeito a núcleo familiar distinto, com mães e filhos diferentes, embora o mesmo pai – Desembargador representou recusando a prevenção, que restou não apreciada em razão de homologação, pelo Presidente da Seção de Direito Privado, do pedido de desistência do recurso – A distribuição anterior por prevenção agora em face do Agravo de Instrumento de onde foi tirado este Conflito de Competência – Conflito de Competência procedente, reconhecida a competência do Douto Desembargador Suscitado com assento na 5.ª Câmara de Direito Privado." (CC 00073228620148260000 – São Bernardo do Campo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Beretta da Silveira – 13/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34680) (**Segredo de Justiça**)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Recurso distribuído por prevenção ao Desembargador componente da 6ª Câmara de Direito Privado - Representação ao Presidente da Seção de Direito Privado, por entender haver prevenção da 7ª Câmara de Direito Privado - Recurso que teria gerado a prevenção da 7ª Câmara julgado pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Acórdão da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial não conhecendo do recurso - Conflito suscitado pelo Presidente da Seção de Direito Privado - Interpretação do art. 102, do Regimento Interno desta Corte - Prevenção da Câmara que analisou incidente relativo ao processo de falência no qual foi proferida a decisão objeto do agravo de instrumento - Redistribuição determinada - Conflito acolhido." (CC 02062181220138260000 – São José dos Campos – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 13/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 16914)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Competência recursal. Apelação. Conflito suscitado pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, em razão de prevenção gerada pelo julgamento de agravo de instrumento pela Oitava Câmara de Direito Privado. Cabimento. Prevenção gerada antes da instituição da câmara especializada se mantém para fixar a competência para todos os recursos decorrentes da mesma causa. Inteligência do art. 105 do Regimento Interno compilado (antigo art. 102) e Súmula 98 desta Corte. Acolhido o conflito de competência, para determinar o encaminhamento dos autos para o órgão suscitado, 8ª Câmara de Direito Privado, para a apreciação do apelo." (CC 02039230220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator James Siano – 13/03/2014 – Voto nº 15063)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação - Reconhecimento, por acórdão, de prevenção da Câmara Suscitada em face do conhecimento anterior de agravo de instrumento tirado nos mesmos autos - Recusa desta pela Câmara Suscitante, também por acórdão - Reclamo anterior em que funcionou como Relator Juiz Substituto em 2° Grau, posteriormente

promovido a Desembargador, deixando o Colegiado sem remanescente acervo, ou substituto - Inaplicabilidade do art. 102, do RI - Entendimento consolidado nesta Turma Especial - Conflito procedente - Reconhecimento da competência da C. 9ª Câmara de Direito Privado (suscitada).” (CC 00142029420148260000 – Osasco – Turma Especial – Privado 1 – Relator Galdino Toledo Júnior – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 13671)

COMPETÊNCIA. “Conflito de Competência - Prevenções por julgamento de recursos anteriores oriundos de ações conexas - Inexistência de conexão, continência ou identidade de relações jurídicas - Prevenção determinada pelo julgamento anterior de recurso de agravo interposto em incidente de impugnação ao valor da causa - Conflito conhecido e julgado procedente para determinar a livre distribuição.” (CC 00128942320148260000 – São José do Rio Preto – Turma Especial – Privado 1 – Relator Luiz Antonio Costa – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21708)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação Pauliana - Crédito oriundo de cisão parcial de sociedade - Resolução nº 623/2013 que especifica a competência da Primeira Subseção de Direito Privado para o julgamento de ações paulianas - Conflito de competência julgado procedente, reconhecida a competência da 8ª Câmara de Direito Privado desta Corte.” (CC 00079290220148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 08/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 17383)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Causa que se encontra em fase de cumprimento de sentença, que determinou o pagamento de indenização por violação a direito marcário - Competência de uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial para apreciação de feito que, embora verse atualmente apenas sobre legalidade de penhora, originou-se de causa cuja matéria é afeta às Câmaras Reservadas - Conflito conhecido para declarar a competência do Des. Ricardo Negrão, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste Tribunal de Justiça, para o julgamento do presente recurso, eis que o mesmo fora a ele distribuído livremente antes de suscitado o conflito.” (CC 02055114420138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Francisco Loureiro – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21614)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - A criação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial pela Resolução 538/2011 e instaladas em 30.06.2011 não alterou a competência definida por prevenção (art. 102 do Regimento Interno) - Súmula 98 desta Corte - Hipótese em que julgamento anterior a tal instalação tornou preventa a 7ª Câmara - Irrelevância de o desembargador titular da cadeira ter-se aposentado, estando nela atuando, circunstancialmente, Juiz Substituto em Segundo Grau - Conflito julgado procedente, preventa a Câmara suscitada (7ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01896484820138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator João Carlos Saletti – 08/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22177)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência – Apelação - Recursos conexos anteriores julgados pela Câmara suscitante (4ª Câmara) - Relator Juiz Substituto em Segundo Grau, agora promovido, sem acervo - Extinção da “cadeira”, fazendo desaparecer a prevenção - Inexistência, igualmente, de Juiz certo, por ter o Magistrado a quem distribuídos os autos, participado de julgamentos anteriores como 2º e 3º Juiz, respectivamente (em agravo e apelação) - Distribuição do recurso novo, a outra Câmara – Regularidade - Competência da Câmara à qual coube o recurso pela distribuição assim procedida (5ª Câmara) - Inteligência e aplicação dos artigos 105 e 110 do Regimento Interno - Precedentes desta Turma Especial - Conflito de competência procedente, julgada competente a 5ª Câmara da Seção de Direito Privado (suscitada).” (CC 01750932620138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator João Carlos Saletti – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21683)

COMPETÊNCIA. “Conflito negativo de competência. Súmula 98/TJSP e art. 102 do Regimento Interno deste Tribunal. Prevenção que deve prevalecer sobre a competência material das Câmaras Especializadas de Direito Empresarial, para os feitos distribuídos posteriormente à

sua instalação, em 30/06/2011. Ação ajuizada em 12/02/2007. Recursos distribuídos à d. Sétima Câmara de Direito Privado em 19/03/2007 e 12/04/2010. Conflito julgado improcedente, reconhecendo-se a competência da d. Sétima Câmara de Direito Privado para exame da controvérsia, com prevenção do i. Desembargador Luiz Antonio Costa." (CC 02063723020138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Teixeira Leite – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20087)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Conflito suscitado pela 4ª Câmara de Direito Privado sob o fundamento de que a 9ª Câmara de Direito Privado está preventa - Não ocorrência - Recurso de agravo de instrumento não conhecido pela câmara suscitada - Prevenção inexistente - Inteligência do art. 102, "caput", do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo - Competência da 4ª Câmara de Direito Privado." (CC 01676225620138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator J. L. Mônaco da Silva – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 9532)

COMPETÊNCIA. "Turma Especial. Conflito de competência. Ação de indenização por danos materiais. Responsabilidade civil. Suscitação de conflito negativo de competência – Competência preferencial da 1ª e a 10ª Câmaras de Direito Privado. Precedentes desta C. Turma Especial. Competência firmada da 9ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00180119220148260000 – Monte Mor – Turma Especial – Privado 1 – Relator Beretta da Silveira – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35172)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Câmara de Direito Empresarial foi instalada para apreciar os recursos distribuídos livremente após 30.06.2011 - Acórdão proferido nos próprios autos pela C. 7ª Câmara de Direito Privado, anulando a sentença relatada pelo Desembargador Mendes Pereira - Prevenção gerada - Incidência do artigo 105 do Regimento Interno compilado e Súmula 98 do Egrégio Tribunal de Justiça - Competência do Juízo suscitado reconhecida." (CC 00180136220148260000 – Guarulhos – Turma Especial – Privado 1 – Relator Erickson Gavazza Marques – 08/05/2014 – Maioria de Votos - Voto nº 14202)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Software - Licença de uso - Recurso de agravo de instrumento distribuído livremente ao Desembargador componente da 5ª Câmara de Direito Privado, que declinou para uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Conflito negativo suscitado - Matéria afeta a uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos da Resolução 623/2013 - Conflito procedente para reconhecer a competência da Egrégia 5ª Câmara de Direito Privado - Redistribuição determinada." (CC 00380163820148260000 – Sorocaba – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Percival Nogueira – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.752).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento distribuído à 9ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial que suscitou conflito de competência. Ação de obrigação de fazer. Decisão agravada que determinou a distribuição de lucros a sócia da empresa. Distribuição por prevenção gerada antes da instituição de Câmara especializada que deve ser mantida. Inteligência do artigo 105 do Regimento Interno (antigo art. 102) e Súmula 98 desta Corte. Competência da Câmara suscitada reconhecida (9ª Câmara de Direito Privado). Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00354120720148260000 – Leme – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.645).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Prevenção. Ocorrência. Ação indenizatória relativa a violação de segredo industrial. Hipótese em que o relator do agravo que justificara a distribuição foi substituído por outro que assumiu sua cadeira. Matéria que envolve Direito Empresarial. Irrelevância. Recurso que gerou a prevenção que foi distribuído em data anterior à instalação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Aplicação da súmula 98 do TJSP. Competência da 7ª Câmara de Direito Privado. Conflito de Competência procedente." (CC

00397858120148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Vito Guglielmi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.546).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. I- Julgamento, em 1997, de apelação pela Câmara que, após a unificação dos Tribunais, deixou de existir. Unificação dos Tribunais, implantada em 2005, que emprestou novo formato ao Tribunal de Justiça, com o desaparecimento da estrutura das câmaras até então existentes, cessando as prevenções, notadamente aquela apontada na r. decisão que declinou da competência (fls. 71). II- Precedente do C. Órgão Especial e desta Turma Especial de Direito Privado I. Conflito procedente, reconhecida a competência do suscitado (Des. Mauro Conti Machado, 9ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00517912320148260000 – Olímpia – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Donegá Morandini – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28.208).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação indenizatória - Compra e venda de estabelecimento comercial - Casa Lotérica - Negócio jurídico que não chegou a se aperfeiçoar, eis que um, dos sócios não aderiu à contratação - Demanda que envolve matéria obrigacional - Não incidência da Resolução nº 538/2011, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/SP - Competência da Quinta Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00354172920148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Elcio Trujillo – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.158).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. Agravo de instrumento tirado contra indeferimento de liminar em cautelar inominada preparatória. Cautelar intentada ao fundamento de nulidade dos atos promovidos em intervenção judicial. Intervenção judicial, no entanto, que contou com a primaz deliberação da 5ª Câmara de Direito Privado, em agravo anterior, gerando a sua prevenção. Aplicação do disposto no art. 105 do Regimento Interno deste Tribunal. Conflito procedente, reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Privado." (CC 00308704320148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Donegá Morandini – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.226).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Turma Especial. Demanda fundada em contrato de Participação Financeira (Linhas Telefônicas). Demanda não versa sobre responsabilidade civil extracontratual e sim sobre dividendos de ações oriundas de contratos de telefonia e cláusula ali inserida. Competência das 11ª/38ª Câmaras de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça. Precedentes. Inexistência de competência residual das 1ª/10ª Câmaras. Procedência ao conflito suscitado, fixando a Competência para a análise do presente recurso entre uma das 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado deste Tribunal, determinando, assim, a redistribuição do feito." (CC 02039420820138260000 – Novo Horizonte – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 5.845).

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência suscitada pela 2ª Câmara de Direito Privado, em face de deliberação da E. Presidência de Direito Privado – Conhecimento – Recurso de apelação distribuído a Juiz Substituto, sem cadeira - Ausência de prevenção (art. 105, § 1º, do Regimento Interno deste E. Tribunal) – Precedentes desta C. Turma Especial – Dúvida dirimida, para determinar a redistribuição livre." (CC 00396714520148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Grava Brazil – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.517).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento distribuído à 2ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial que suscitou conflito de competência. Ação de obrigação de fazer. Decisão agravada que determinou a distribuição de lucros a sócia da empresa. Existência de outro Conflito de Competência (nº 0035412-07.2014.8.26.0000) em agravo de instrumento interposto em ação conexa. Distribuição por prevenção gerada antes da instituição de Câmara especializada que deve ser mantida. Inteligência do artigo 105 do Regimento

Interno (antigo art. 102) e Súmula 98 desta Corte. Incompetência das Câmaras suscitada e suscitante para apreciação do feito. Conflito procedente para declarar competente a 9ª Câmara de Direito Privado." (CC 00379488820148260000 – Leme – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.646).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Agravo de Instrumento tirado em fase de cumprimento do julgado - Reconhecimento, por acórdão, de prevenção da Câmara Suscitada, por força do conhecimento da apelação que analisou o pleito inicial - Prévia recusa desta, com ordem de livre distribuição do recurso - Reclamo anterior em que funcionou como Relator Juiz Substituto em 2° Grau, posteriormente promovido a Desembargador, deixando o Colegiado sem remanescente acervo, ou sucessor - Exegese do art. 105, § 1ª, do RI - Prevenção ligada exclusivamente à cadeira ocupada por Desembargador - Entendimento consolidado nesta Turma Especial - Conflito procedente - Reconhecimento da competência da C. 9ª Câmara de Direito Privado (suscitante)." (CC 00484984520148260000 – São José dos Campos – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Galdino Toledo Júnior – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 14.681).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Questão central da demanda que não envolve propriedade intelectual ou uso indevido de marca, mas descumprimento de contrato em que a agravante se obrigou a representar e promover a dupla de artistas agravada - Competência para o julgamento do agravo que é da Câmara à qual o recurso foi originalmente distribuído - Conflito procedente." (CC 00324796120148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator José Carlos Ferreira Alves – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18.313).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Câmara especializada e Câmara de Direito Privado (I). Recurso interposto em ação cuja causa de pedir remonta a contrato de prestação de serviço de registro de marca. Matéria que se encontra adstrita à competência preferencial e comum das Subseções II e III de Direito Privado. Artigo 5º, §§ 1º e 2º, Res. nº 623/2013. Precedentes do Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, determinada a redistribuição do inconformismo." (CC 00295566220148260000 – Águas de Lindóia – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Beretta da Silveira – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35.765).

COMPETÊNCIA. "Duvida de competência. Agravo de Instrumento. Dúvida suscitada pela Presidência da Seção de Direito Privado, porque em razão de assumir a cadeira haveria prevenção do Exmo. Sr. Des. Paulo Alcides, que por sua vez afirma haver prevenção do Exmo. Sr. Des. Vito Guglielmi. Cabimento. Primeiro Agravo de Instrumento distribuído em 19.12.2007 ao Desembargador Magno Araújo, que se aposentou em 13.04.2009. Segundo Agravo de Instrumento distribuído ao Des. Vito Guglielmi em 11.09.09. Distribuições ocorridas sob a égide do antigo Regimento Interno. À época inexistia prevenção pela assunção da cadeira. Desembargador Paulo Alcides assumiu a cadeira do Des. Magno Araújo somente em janeiro de 2010. Compete ao Des. Vito Guglielmi o julgamento deste terceiro agravo, em razão da prevenção. Acolhido a dúvida de competência, para determinar o encaminhamento dos autos ao Des. Vito Guglielmi, para a apreciação do agravo de instrumento." (CC 00145926420148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator James Siano – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 15.789)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - A criação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial pela Resolução 538/2011 e instaladas em 30.06.2011 não alterou a competência definida por prevenção (art. 102 do Regimento Interno) - Súmula 98 desta Corte - Hipótese em que julgamento anterior a tal instalação tornou preventa a 7ª Câmara - Conflito julgado procedente, preventa a Câmara suscitada (7ª Câmara de Direito Privado). (CC 00266414020148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator João Carlos Saletti – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23289)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Direito empresarial - Propriedade industrial e concorrência desleal - Competência de uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial apenas para os recursos distribuídos após a sua instalação - Súmula 98 do TJ-SP – Inteligência - Recurso distribuído em momento anterior à instalação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Conflito de competência procedente. (CC 00490553220148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Luís Mário Galbetti – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 6186)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de rescisão de contrato de compra e venda de estabelecimento comercial, cumulada com reintegração de posse – Competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Artigo 6º da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça - Conflito procedente, reconhecendo a competência da C. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. (CC 00440217620148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Erickson Gavazza Marques – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 15190)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Turma Especial. Plano de saúde. Ação declaratória de obrigação de fazer. Operadora em liquidação extrajudicial. Competência em razão da matéria firmada pelo pedido vestibular. Art. 100 do Regimento Interno. Matéria que se insere na competência preferencial de uma das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado do Tribunal de Justiça, não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara Reservada de Direito Empresarial pelas Resoluções 207/2005 e 558/2011. Art. 2º, inciso III, "a" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006, e Provimento nº 71/2007. Precedente da Turma Especial - Privado 1. Competência da Câmara suscitada. Dúvida procedente. (CC 00660124520138260000 – São Caetano do Sul – Turma Especial – Privado 1 – Relator Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho – 18/09/2014 – Voto nº 6282)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Turma Especial. Apelação originariamente distribuída à Câmara Ordinária antes da criação da Câmara especializada. Procedência, com reconhecimento de competência da Câmara suscitada, a Colenda Primeira Câmara de Direito Privado. (CC 02731536820128260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho – 18/09/2014 – Voto nº 6280)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação declaratória de determinação de Câmara Arbitral" - Objeto: busca por "eleição de novo ente responsável por administrar o procedimento arbitral" - Demanda que tem como causa remota a mesma convenção de arbitragem objeto de feitos anteriores - Ações derivadas do mesmo fato ou contrato, o que justifica se entenda por preventa a Câmara que conheceu das antecedentes - Irrelevância de com essas não haver conexão ou continência, ou de já terem sido julgadas ou que tenham se processado perante juízos - Instituto da prevenção que, na forma do art. 105 do Regimento Interno (226 do anterior) tem maior amplitude que a regulada pelo Código de Processo Civil - Prevenção da 2ª Câmara de Direito Privado – Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00554478520148260000 – São José dos Campos – Turma Especial – Privado 1 – Relator João Carlos Saletti – 18/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 23413)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência. Demanda envolve aquisição de cessão de posição abrangendo direitos locatícios. Pretensão de devolução de valores pagos, pois o imóvel foi locado a terceiros. Local que funcionava o ponto comercial da ré, sendo que a autora tinha interesse visando empreendimento em ramo diverso. Ausência de aquisição de ponto comercial ou fundo de comércio. Questões empresariais não vinculadas à demanda. Competência da Sétima Câmara de Direito Privado para a prestação jurisdicional. Distribuição original deve ser observada. Conflito negativo de competência procedente. (CC 00548883120148260000 – São Bernardo do Campo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Natan Zelinschi de Arruda – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27583)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação indenizatória - Demanda a envolver matéria disciplinada pela Lei nº 9.279/96 - Alegada concorrência desleal – Competência recursal de

uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Aplicação da Resolução nº 558/2011, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/SP – Conflito Procedente. (CC 00554365620148260000 – Osasco – Turma Especial – Privado 1 – Relator Elcio Trujillo – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22940)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Recursos distribuídos e despachados no mesmo dia – Caso em que, a rigor, não há se falar em prevenção - Conflito de competência julgado procedente, reconhecida a competência da 7ª Câmara de Direito Privado, à qual o primeiro recurso foi distribuído. (CC 00516240620148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19067)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Competência recursal. Apelação. Conflito suscitado pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, em razão de prevenção gerada pelo julgamento de agravo de instrumento pela Sétima Câmara de Direito Privado. Cabimento. Prevenção gerada antes da instituição da câmara especializada se mantém para fixar a competência para todos os recursos decorrentes da mesma causa. Inteligência do art. 105 do Regimento Interno compilado (antigo art. 102) e Súmula 98 desta Corte. Procedente o conflito de competência, para determinar o encaminhamento dos autos para o órgão suscitado, 7ª Câmara de Direito Privado, para a apreciação do apelo. (CC 00456586220148260000 – Indaiatuba – Turma Especial – Privado 1 – Relator James Siano – 18/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17107)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Competência recursal. Agravo de Instrumento. Conflito suscitado pela 8ª Câmara de Direito Privado, em razão de prevenção gerada pelo julgamento de agravo de instrumento pela Segunda Câmara de Direito Privado. Cabimento. Distribuição pregressa de agravo de instrumento em ação de oferta de alimentos proposta pelo genitor em face dos filhos do varão. Pedidos derivados de uma mesma relação jurídica base, de fim do relacionamento conjugal e de necessidade de alimentos, segundo apreciação consentânea em ambas as causas das possibilidades do varão. O instituto da prevenção estipulado pelo Regimento Interno abarca o conceito de conexão e também o de derivação de causas, que provenham do "mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica", mesmo que não apreciado o mérito do primeiro reclamo distribuído. Elastério oferecido pelo dispositivo regimental quanto aos requisitos para firmar a prevenção encontra ressonância na interpretação jurisprucendial dada ao artigo 103 do CPC. Acolhido o conflito de competência, para determinar o encaminhamento dos autos para o órgão suscitado, 2ª Câmara de Direito Privado, para a apreciação do agravo de instrumento. (CC 00059535720148260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator James Siano – 18/09/2014 – Votação Unânime - Voto nº 15432 – segredo de justiça)

COMPETÊNCIA. Parte da redação da Resolução 558/11 que disciplinou a competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial é idêntica à Resolução 207/05, o que dá ensejo à conclusão de que o recurso em tela não cabe na competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, pois, se cuida de falência decretada antes da vigência da lei [11 101/2005]. Conhece-se do incidente como "dúvida de competência" e firma-se a competência do Desembargador que provocou a representação inaugural. (CC 00654881420148260000 São José do Rio Preto – Turma Especial – Privado 1 – Relator Piva Rodrigues – 30/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19928)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - ação fundada em violação de contrato de venda e compra de estabelecimento comercial.Resolução 623/2013 - artigo 6º [Órgão Especial]. Câmara de Direito Empresarial é competente. (CC 00404604420148260000 - São Paulo - Turma Especial - Privado 1 – Relator Piva Rodrigues – 30/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19927)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as CC. 3ª e 8ª Câmaras de Direito Privado – Conhecimento – Ação de divórcio e ação de nulidade de doação, feita pela esposa em favor dos filhos – Ausência de risco de decisões conflitantes – Causa de pedir e partes não

colidentes – Sobrepartilha – Prevenção não configurada – Art. 105, do Regimento Interno – Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara Suscitante. (CC 00707703320148260000 – Ribeirão Preto – Turma Especial - Privado 1 – Relator Grava Brasil – 30/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20563)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Turma Especial. Habilitação de crédito previdenciário em processo falimentar cuja quebra foi decretada em data anterior à criação da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais pela Resolução nº 207/2005. Competência da Câmara ordinária. Procedência, com reconhecimento de competência da Câmara suscitada, a Colenda Oitava Câmara de Direito Privado. (CC 01873326220138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 1 – Relator Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho - 30/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 6281)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Dissolução de sociedade comercial – Matéria relativa às Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, nos termos do art. 6º, caput, da Resolução 623/13 do TJSP - §2º do mesmo dispositivo, no entanto, que ressalva a competência das Câmaras de Direito Privado para julgar recursos distribuídos antes do advento daquelas Câmaras Reservadas – Competência por prevenção estabelecida no art. 105 do RITJSP – Competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial apenas para recursos distribuídos após sua criação, ressalvada a prevenção de outras câmaras – Súmula 98 do TJSP – Na espécie, agravo tirado do mesmo processo já julgado pela 10ª Câmara de Direito Privado, relatado por Desembargador cuja cadeira está hoje ocupada pelo Des. Elcio Trujillo – Competência, por prevenção, desse Relator – Conflito procedente. (CC 00788083420148260000 – São José dos Campos - Turma Especial – Privado 1 – Relator Paulo Eduardo Razuk – 10/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31667)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Ação fundada em duplicatas mercantis oriundas de contrato de franquia – Oposição de embargos de devedor recebidos sem efeitos suspensivo, embora tenha sido suspenso o arresto de bens móveis considerados impenhoráveis – Competência da Seção de Direito Privado II para título executivo extrajudicial, ressalvadas as exceções constantes da própria Resolução 623/13 – Art. 5º, II, 3 – Conflito procedente. (CC 00752306320148260000 – Jundiaí - Turma Especial – Privado 1 – Relator Paulo Eduardo Razuk – 04/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31591)

Direito Privado 2

ÓRGÃO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUPOSTO PROCEDIMENTO DESAPROPRIATÓRIO EM CURSO. QUESTÕES DE INTERESSE PÚBLICO. “Conflito de competência - Recurso de agravo de instrumento interposto em ação de reintegração de posse de bem imóvel - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Pretensão inicial que diz respeito à proteção possessória de imóvel particular, que teria sido ocupado por ente público municipal, em situação que muito se assemelha a um apossamento administrativo — Municipalidade acionada, por outro lado, que apontou em sua contestação para a existência de suposto procedimento desapropriatório em curso - Solução da controvérsia posta nos autos que, portanto, abrange necessariamente o exame de matéria relativa ao direito público -

Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 3º, inciso I, itens 1.5 e 1.7, da Resolução n° 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da suscitada 9ª Câmara de Direito Público para processar e julgar o presente recurso." (CC 01916421420138260000 – Poá – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 18003)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM IMÓVEL DE DOMÍNIO PÚBLICO. PERMISSÃO DE USO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PÚBLICO. "Conflito de competência. Ação de reintegração de posse c.c. ação de cobrança. Bem imóvel. Espaço comercial em estação ferroviária. Permissão de uso concedida a particular por empresa de economia mista. A competência para processar e julgar ação de reintegração de posse de bem imóvel de domínio público, cedido, a título precário, por meio de termo de permissão de uso, por empresa de economia mista a particular, é da Seção de Direito Público. Inteligência do artigo 3º, inciso I.7, da Resolução n. 623/2013. Reconhecida a competência da 4ª Câmara de Direito Público para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente." (CC 02026049620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30525)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos morais e materiais a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente entre ônibus - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, determinada, porém, a redistribuição dos autos a uma das C. 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado." (CC 00059093820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 214)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. "Dúvida de competência - Ação de reparação de danos - Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo, promovida em face de concessionária de serviço público - Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 - Dúvida de competência acolhida." (CC 01993354920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16555)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TELEFONIA. AFASTAMENTO DE COBRANÇA POR VISITAS TÉCNICAS IMPRODUTIVAS E PERDIDAS. "Conflito de competência. Ação civil pública ajuizada em face da Telesp/Telefonica. A competência é determinada pela matéria e não pela qualidade das partes. A pretensão é coibir a concessionaria de serviço público de efetuar cobrança por visitas técnicas improdutivas ou perdidas e a condenação à devolução dos valores cobrados. Julgamento afeto a uma das câmaras compreendidas entre a 11ª e a 38ª Câmara de Direito Privado. Inteligência do art. 5º, § 1º, da Resolução n° 623/2013. Precedentes desta Corte de Justiça. Reconhecida a competência da suscitada C. 24ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 01947704220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende– 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38620)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÁGUA E ESGOTO. "Competência recursal. Ação destinada a compelir concessionária de água e esgoto a proceder à ligação de imóvel à rede pública. Competência que é ditada pela matéria sobre a qual versa a propositura, extraída dos termos da petição inicial. Art. 100 do RITJSP. Julgamento que, consoante as Resoluções n°s 194/2004 e 623/2013, incumbe às Câmaras integrantes da 2ª e da 3ª Subseções de Direito Privado. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara

suscitada." (CC 01994281220138260000 – Monte Mor – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23358)

COMPETÊNCIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA. "Conflito de competência - Recurso de apelação interposto em ação de cobrança de diferenças de remuneração de parcelas vertidas para conta poupança gerida pela ré para complementação de aposentadoria de seus funcionários, em plano equiparado a previdência privada - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Demanda que veio fundada na suposta obrigação legal da demandada ao pagamento das diferenças de rendimentos não creditados nos meses de junho e julho de 1987, em razão do advento do Plano Bresser, envolvendo tema relativo a plano de previdência complementar privada - Julgamento do apelo em causa que, nesse passo, não se insere dentre as atribuições conferidas à Câmara suscitante e nem tampouco naquelas da Câmara suscitada, mas à 1ª Subseção de Direito Privado deste Tribunal de Justiça de São Paulo, por aplicação da regra contida no art. 5º, inciso I, itens I.1 e I.37, da Resolução nº 623/2013 - Precedentes deste Órgão Especial - Conflito conhecido e provido para fixar a competência de uma dentre as 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado desta Corte para processar e julgar o presente recurso." (CC 00024018420148260000 – Itatiba – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18363)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Lide possessória estabelecida entre particulares, tendo como objeto imóvel pertencente a ente público. O bem público é insuscetível de posse jurídica e, pois, de usucapião, segundo o art. 102 do Código Civil. Mas é passível de posse fática, que pode constituir causa de conflito entre particulares. Neste caso, não estando presente no processo o ente público, apenas cabe ao julgador dizer qual dos particulares tem razão, situando-se a matéria no âmbito estrito do direito privado. O julgamento desse tipo de lide compete ao órgão judiciário de direito privado, no caso, a uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 02026611720138260000 – São Carlos – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30614)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Em face de peculiaridades do caso, admissível atenuar a regra contida no art. 200 do RITJ/SP quanto ao não conhecimento de conflitos fundados em decisões monocráticas. Ação ordinária para resolução contratual e ressarcimento por danos materiais e reconvenção de indenização para recebimento de serviços prestados não adimplidos. Pleitos decorrentes de instrumento particular celebrado entre particulares. Resolução nº 623/13 firmando competência preferencial das 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado para julgamento de ações relativas a prestação de serviços regidos pelo Direito Privado. Precedente. Competência da 17ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda. Prevenção observada em face de decisão em questão de assistência judiciária não tem o condão de obstar o deslocamento para o segmento competente para o exame da matéria. Conflito procedente. Competente a 17ª Câmara de Direito Privado." (CC 00112963420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30176)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 12ª Câmara de Direito Público e a 37ª Câmara de Direito Privado - Embargos à execução de título extrajudicial, arrimada em contratação imobiliária com garantia hipotecária – Matéria que se insere na competência preferencial da Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, II.3, da Resolução nº 623/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 37ª Câmara de Direito Privado." (CC 01874876520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 0301)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência - Ação de obrigação de fazer e cobrança - Instalação de hidrômetro - Cobrança por serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto - Relação obrigacional regido pelas normas de direito privado - Não obstante o autor seja uma autarquia municipal, a ação de obrigação de fazer (instalação de hidrômetro) cumulada com cobrança (de serviço de fornecimento e água e coleta de esgoto) retrata uma relação

obrigacional regida pelas normas de direito privado - Dúvida de competência acolhida - Competência da Colenda 11ª (Décima Primeira) Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte." (CC 00131099620148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16985)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de instrumento - Reintegração de Posse - Pretensão à suspensão da ordem liminar de desocupação de imóvel situado em Área de Preservação Permanente - Pedido, em que pese centrado na reintegração de posse, relacionado a questões ambientais - Debate relacionado às hipóteses de competência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente - artigo 1º, da Resolução n° 512/2010 - Competência da 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Conflito acolhido." (CC 01953308120138260000 – Paulo de Faria – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29670)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Indenização por danos morais. Processo seletivo para curso de química. Após a inscrição no curso, houve a comunicação de erro na classificação. Matéria que se insere na competência da Seção de Direito Privado III. Alínea 'd' do inciso III do artigo 2º da Resolução n. 194/2004. Competência para julgar as ações 'que versem sobre prestação de serviços, regidas pelo Direito Privado, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços escolares e de fornecimento de água, gás, energia elétrica e telefonia'. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da C. 20ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal." (CC 00171129420148260000 – Ribeirão Preto - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 39167)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Ação de cobrança. Obrigação irradiada de contrato de empréstimo. Negócio jurídico que envolveu particular e a municipalidade de Ribeirão Preto e não se limitou ao simples empréstimo (cláusula 1), pois, de forma mais específica, representou a intenção do particular na assinatura de serviço de telefonia (cláusula 5). Polo passivo ocupado por pessoa jurídica de direito público. Irrelevância. Pretensão que está apoiada exclusivamente em normas de direito privado. Dúvida procedente. Competência da 18ª Câmara de Direito Privado, nos termos do Art. 5º, § 1º, da Resolução nº 623/2013: "Serão da competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras, as ações relativas à locação ou prestação de serviços, regidas pelo Direito Privado, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços escolares e de fornecimento de água, gás, energia elétrica e telefonia". (CC 00166816020148260000 - Ribeirão Preto - Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23164)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de reintegração de posse cumulada com pedidos de demolição de benfeitorias, perdas e danos e cominação de pena pecuniária. Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Causa de pedir fundada em desapropriação e incorporação da área ao patrimônio da CESP. Tutela ambiental como questão acessória. Matéria que não envolve "interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos diretamente ligados ao meio ambiente". Resolução nº 623/2013 e Instrução de Trabalho IT SEJ 0001, ambas do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fixação da competência da 13ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00190234420148260000 – Araçatuba – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21672)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Responsabilidade civil extracontratual de permissionária de serviço público. Ato praticado na condição de pessoa jurídica de direito privado. Artigo 5º, item I.29, da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito julgado procedente, determinando-se a redistribuição dos autos." (CC 00137196420148260000 – Itapecerica da Serra – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31129)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de interdito proibitório - Ameaça empregada por sociedade de economia mista contra pessoa física - Pretensão que está apoiada exclusivamente em normas de Direito Privado - Inteligência do artigo 5º, II.7, da Resolução n.º 623/13, deste Colendo Órgão Especial – Precedentes - Conflito julgado procedente para determinar a competência da 38ª Câmara de Direto Privado." (CC 02087851620138260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26081)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de ressarcimento de danos materiais movida em face da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) - Alegação de dano decorrente de sobrecarga elétrica - Incidente suscitado pela 13ª Câmara de Direito Público, em face da 9ª Câmara de Direito Privado - Atribuição que não se insere dentre as conferidas às 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado, mas àquelas atribuídas às Câmaras integrantes das Subseções de Direito Privado II e III (Resolução nº 623, artigo 5º, inciso III.13 e § 1º, desta Corte de Justiça). Conflito conhecido e provido para declarar competente uma das Câmaras das Subseções II e III da Seção de Direito Privado." (CC 00201380320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 14/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22700)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Obrigação de fazer. Remoção de poste instalado em frente à garagem de imóvel. Concessionária de serviço de distribuição de energia elétrica que condiciona a remoção ao pagamento de taxa pelo particular. Matéria que se insere na competência da Seção de Direito Privado, nos termos do §1º, do art. 5º da Resolução n. 623/2013. Competência para julgar as ações 'que versem sobre prestação de serviços, regidas pelo Direito Privado, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços escolares e de fornecimento de água, gás, energia elétrica e telefonia'. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da c. 20ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal." (CC 00228601020148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39278)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Ação aforada por compradora de mercadorias com o fim de compelir a vendedora a lhe ressarcir valor pago pela impossibilidade de se creditar do ICMS devido naquela operação. Demanda entre particulares, atinente à relação privada mantida entre eles e insusceptível de interferir nos interesses da Fazenda Pública. Competência recursal da Câmara de Direito Privado. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada." (CC 00227008220148260000 – Santo André – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24119)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência – Ausência de conflito negativo de competência – Necessidade de pronunciamento da c. Câmara suscitada dúvida de competência – Não conhecida, com observação. (CC 00225076720148260000 – Pitangueiras – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.269).

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação indenizatória por danos morais e materiais fundada na responsabilidade objetiva decorrente de ilícito extracontratual praticado por empresa concessionária de serviço público em razão da falta de prestação adequada do serviço. Competência das Câmaras de Direito Privado. Distribuição do recurso de apelação à 37ª Câmara de Direito Privado que por Acórdão com votação unânime determinou a remessa dos autos para redistribuição à Seção de Direito Público. Suscitante 37ª Câmara de Direito Privado, remetendo os autos do conflito de competência a este E. Órgão Especial para dirimir a questão. Inteligência do artigo 3º, I.7 c.c. artigo 5º, inciso III.15, e artigo 5º, I.29, todos da nova Resolução nº 623/2013. Competência da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Conflito de Competência que se acolhe para declarar a competência de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (CC 00145086320148260000 – Iguape – Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.650)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Execução contra avalista de empresa em recuperação judicial. Artigo 5º, item II.3, da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado desta Corte. Não conhecimento do conflito. (CC 01456538220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.308)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de títulos de crédito - Duplicatas mercantis protestadas - Títulos de crédito vinculados a contrato administrativo prevendo o fornecimento de matéria-prima para a produção de medicamento, antecedido de licitação (Lei nº 8.666/93) - Matéria de natureza pública - Aplicação do art. 3º, I, item "I.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Público - Fixação da competência da 5ª Câmara de Direito Público - Conflito procedente. (CC 00304149320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.714)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Interdito proibitório. Bem imóvel. Espaço comercial (box). Permissão de uso concedida a particular por empresa de economia mista. A competência para processar e julgar ação envolvente de imóvel (espaço comercial) que foi cedido, a título precário, através de termo de permissão de uso, por empresa de economia mista a particular, é da Seção de Direito Público. Inteligência do inciso I.7.a do artigo 3º, acrescentado à Resolução n. 623/2013 por meio da proposta de alteração aprovada pelo Órgão Especial. Reconhecida a competência da 11ª Câmara de Direito Público para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente. (CC 00346534320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.178)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos advindos de atropelamento por composição férrea da CPTM - responsabilidade civil extracontratual do Estado - Matéria que se insere na competência da Terceira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, III.15, da Resolução nº 623/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência das Câmaras 25ª a 36ª de Direito Privado." (CC 00507996220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Negrini Filho – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.000).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Prestação de serviços. Fornecimento de água. Divergência no valor cobrado, dito exorbitante (não usufruído), cumulada com indenização. A competência é afeta a 22ª Câmara da Seção de Direito Privado. (Resolução nº. 623/2013, art. 5º, § 1º e Regimento interno TJSP, art. 100). Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente." (CC 00369181820148260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.275)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação principal que versa sobre validade e cumprimento de contrato de previdência privada. Matéria que não se enquadra na definição de 'questões previdenciais' a que se refere o artigo 3º da Resolução 623/2013 para justificar a alegação de competência da Seção de Direito Público. Precedentes deste C. Órgão Especial. Competência recursal que, na verdade, deve ser atribuída à Seção de Direito Privado, mas, não com base na sua competência residual (art. 5º, I.37), e sim com apoio no artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01). Conflito julgado procedente, reconhecida a competência da 38ª Câmara de Direito Privado. (CC 02000838120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26947)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Reintegração de Posse - Autorização de uso concedida por empresa de economia mista - CPTM. Matéria afeta à Câmara de Direito Público por se tratar de discussão acerca de uso de bem público - Competência que, diante dos termos do artigo 103 do RITJSP é aferida pelo pedido inicial irrelevância, para fins de fixação de

competência, da natureza da parte - Interesse Público inerente - Inteligência do artigo 3º, I.7, da Resolução nº 623/2013 do Órgão Especial - Conflito procedente, para declarar a competência da 6ª Câmara de Direito Público. (CC 00394653120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 03/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 26816)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação de cobrança de título executivo extrajudicial – cheque caução emitido em razão de contrato de empréstimo quitado. Matéria de natureza privada, afeta à Seção de Direito Privado II, nos termos da Resolução n.º 623/2013, art. 5º, II e II.3, desta Corte. Conflito acolhido para declarar como competente a 17ª Câmara de Direito Privado. (CC 00494797420148260000 – Mauá – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29367)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação Indenizatória por danos morais e materiais fundada na responsabilidade objetiva decorrente de ilícito extracontratual praticado por empresa concessionária de serviço público em razão da falta de prestação adequada do serviço. Não ocorrência de acidente de trânsito a ensejar a competência das Câmaras de Direito Privado. Competência das Câmaras de Direito Público. Distribuição do recurso de apelação à 37ª Câmara de Direito Privado que por Acórdão com votação unânime determinou a remessa dos autos para redistribuição à Seção de Direito Público. Suscitante 37ª Câmara de Direito Privado, remetendo os autos do conflito de competência a este E. Órgão Especial para dirimir a questão. Inteligência do artigo 3º, I.7 c.c. artigo 5º, inciso III.15, e artigo 5º, I.29, todos da nova Resolução nº 623/2013. Competência da 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público. Conflito de Competência que se acolhe para determinar a competência da suscitada 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (CC 00145086320148260000 – Iguape – Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23650)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação monitória - Contrato administrativo de empréstimo para custeio de bolsa de estudos - Hipótese em que não se discute a prestação de serviços escolares - Ainda que se trate de ação concernente a contrato administrativo atípico, prevalece sua natureza de Direito Público para os fins de fixação da competência no âmbito interno desta Corte - Art. 3º, I.3, da Res. 623/2013, do Órgão Especial - Precedentes assemelhados julgados por Câmaras da Seção de Direito Público - Conflito procedente, reconhecida a competência da 12ª Câmara de Direito Público. (CC 00508117620148260000 – Mogi-Guaçu - Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy - 01/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30613)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Ação de reintegração de posse - Esbulho possessório – Relação envolvendo interesses de particulares – Questão ambiental aventada de forma secundária, sem reflexos na condenação – Procedência do incidente para se determinar a competência da 13ª Câmara de Direito Privado para onde os autos foram inicialmente distribuídos. (CC 00707677820148260000 – São Carlos - Órgão Especial – Relator João Negrini Filho – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19012)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência.Suscitação pela 11ª Câmara de Direito Público, que recebeu os autos da 11ª Câmara de Direito Privado. Afirmação, pela suscitante, porém, não da competência da suscitada, mas de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, às quais, em precedentes que cita, foi atribuída a competência para julgar as ações envolventes da previdência privada. Matéria, no entanto, de competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção, e não da Primeira, como decidiram em precedentes recentes o Grupo Especial de referida Seção e o Órgão Especial - Conhecimento do conflito como dúvida. COMPETÊNCIA - Ação de cobrança de mútuo contraído por participante de plano de previdência privada complementar - Contrato vinculado ao plano de benefícios regulado por norma do Conselho Monetário Nacional, como forma de aplicação de recursos, em proveito do fundo e dos participantes - Participante mutuário que integrou o plano e dele se desligou, resgatando a sua parte no fundo, mas não quitando o mútuo a que se obrigara - Ação derivada

dos direitos e obrigações emanados do plano de previdência complementar - Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção da Seção de Direito Privado (25ª a 36ª). Conflito conhecido como dúvida e julgado procedente para declarar competente uma as Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00626526820148260000 – Osasco – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23379)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação ordinária, visando à restituição de valores recolhidos indevidamente a título de empréstimo compulsório sobre tarifa de energia elétrica. Litígio que não envolve questão de natureza tributária. Obrigação irradiada da prestação de serviços de energia elétrica. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado (Subseções II e III). Resolução nº 623/2013. Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente. (CC 00569279820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22408)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Ação de reitegração de posse – Espaço comercial em estação ferroviária – Permissão de uso concedida pela CPTM – Debate que envolve utilização de espaço de bem público – Matéria afeta a uma das Câmaras de Direito Público – Resolução nº 623/2013 deste Tribunal de Justiça – Competência da C. 3ª Câmara de Direito Público, suscitada. (CC 00539841120148260000 – Francisco Morato - Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28248)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação principal que versa sobre cumprimento de contrato de previdência privada. Matéria que não se enquadra na definição de "questões previdenciais" a que se refere o artigo 3º da Resolução TJ nº 623/2013 para justificar a alegada competência da Seção de Direito Público. Precedentes deste C. Órgão Especial. Competência recursal que, na verdade, deve ser atribuída à Seção de Direito Privado, mas, não com base na sua competência residual (art. 5º, I.37), e sim com apoio no artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01). Conflito julgado procedente. Determinação de redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00263556220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27461).

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Agravo de instrumento. Reintegração de posse. Bem público concedido a Concessionária de Direito Público para geração de energia elétrica. Esbulho. Desfazimento de benfeitorias. Declinada a competência pela 9ª Câmara de Direito Público, determinando remessa a uma das Câmaras de Meio Ambiente. Redistribuída à 1ª Câmara de referida Seção, entendeu-se ser a competência da matéria de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª).Redistribuído a 13ª Câmara, esta propôs a remessa ao Órgão Especial suscitando dúvida de competência por entender tratar-se de matéria afeta ao Direito Público. Resolução nº 623/2013 que estabelece a competência preferencial das 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público para julgamento de ações sobre ocupação de bem público ou cuja matéria seja de Direito Público e não esteja na competência recursal de outras Seções do Tribunal de Justiça, das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente e das 14ª a 18ª Câmaras de Direito Público. Precedentes. Competência da Eg. 9ª Câmara de Direito Público para apreciar a demanda (Art. 201 do RITJ). Conflito procedente, competente a Câmara Suscitada. (CC 00588454020148260000 – Lins – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31222)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Demanda que versa sobre contrato de previdência privada firmado entre particulares. Julgamento que incumbe à Seção de Direito Privado. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada. (CC 00554738320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 01/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25224)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Previdência privada - Inexistência de vínculo entre autor e réu especificamente para a prestação de serviços bancários - Debate que está adstrito a suposto descumprimento de contrato previdenciário pelo requerido, na qualidade de entidade financeira administradora do plano - Contratos pertinentes ao instituto jurídico da previdência privada que são caracterizados como modalidades de seguro pessoal - Natureza securitária e contratual da previdência privada complementar - Conflito procedente, determinada a redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado III. (CC 00200506220148260000 – Itapevi – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29519)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - 11ª Câmara de Direito Privado e 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente - Afronta ao meio ambiente expressamente afastada pela sentença, sem que a autora, que a houvera alegado, sequer se dignasse apelar - Competência da Câmara do Meio Ambiente, assim, afastada nos termos da manifestação da Procuradoria de Justiça - Reintegração de posse, todavia, de terreno desapropriado pela CESP, a se reger pelas normas de direito público e não do direito privado, pelos fundamentos do acórdão - Competência da Seção de Direito Privado, assim, igualmente afastada - Conflito procedente, para determinar a remessa dos autos, mediante redistribuição livre, a uma das Câmaras da Seção de Direito Público. (CC 00630718820148260000 – Araçatuba - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 19/11/2014 – Votação Unânime - Voto nº 24811)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento. Ação anulatória c.c. danos morais e perdas e danos. A lide instalada discute a validade do acordo firmado entre pessoa física na defesa de seus direitos e pessoa jurídica de direito privado. Inexiste interesse público envolvido. Conflito julgado procedente para estabelecer a competência da C. 38 Câmara de Direito Privado." (CC 00077697420148260000 – Mogi das Cruzes - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 12/11/2014 - Votação Unânime - Voto nº 39634)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Ação rescisória. Acórdão rescindendo proferido pelo extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil. Ação discriminatória de terras devolutas. Competência fixada pela causa de pedir. Discussão acerca do domínio de bem imóvel rural. Relação jurídica situada no âmbito do Direito Privado, ainda que envolva ente público. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado. Artigo 5º, inciso II, item II.5, da Resolução nº 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça. Precedentes. Fixação da competência do 19º Grupo de Câmaras de Direito Privado. Conflito procedente. (CC 00562429120148260000 – Presidente Venceslau - Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 12/11/2014 - Votação Unânime - Voto nº 22688)

GRUPO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL. CONTRATO DE COMODATO. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse de bens móveis originada em contrato de comodato - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n° 194/2004 - Competência da Seção de Direito Privado (da 11ª à 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) - Conflito Procedente - Competência da Câmara suscitante." (CC 00762659220138260000 – Itaporanga – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 32438)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por dano moral - Ilícito

extracontratual - Responsabilidade civil em geral - Seção de Direito Privado, da 1ª à 10ª Câmaras – Resolução n° 194/2.004, Art. 2º, III, "a"; Provimento nº 63/2.004, Anexo I, TJ/Privado, inciso XXVII – Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 01819083920138260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31572)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BENS MÓVEIS. CONTRATO DE TRANSPORTE. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse de bens móveis oriunda de contrato de transporte - Definição da competência pela natureza jurídica da relação contratual - Princípio da especialidade – Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, Subseção II - Resolução nº 194/2004, art. 2º, III, "b", na redação do art. 1º da Resolução nº 281/2006 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 02229613420128260000 – Araçatuba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 30486)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. "Conflito de competência - Ação de cobrança - Saldo devedor de cota de consórcio, após venda extrajudicial de bem apreendido - Inexistência de discussão da garantia fiduciária - Competência da Seção de Direito Privado II, da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Resolução n° 194/2.004, art. 2º, III, "b", na redação da Resolução nº 281/2006 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 01924631820138260000 – Itapevi – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31574)

COMPETÊNCIA. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. "Conflito de competência - Ação monitória para pagamento de cheques - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Resolução 194/2004, art. 2º, III, "b", na redação do art. 1º da Resolução nº 281/2006 - Provimento 63/2004, Anexo I, 1º TAC, inciso XIII - Insubsistência de prevenção anterior, ante o critério de competência em razão da matéria - Conflito procedente, declarada a competência da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 01950528020138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31573)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. "Conflito de competência - Ação revisional de contrato de arrendamento mercantil - Competência preferencial da Seção de Direito Privado III - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 01673038820138260000 – Assis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29114)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE MEDIAÇÃO. "Conflito de competência - Ação civil pública - Prestação de serviços - Contrato de mediação – Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 26ª Câmara de Direito Privado." (CC 01973738820138260000 – São Paulo – Grupo Especial – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29598)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. "Conflito de competência - Ação de resolução contratual c.c. perdas e danos - Contrato de compra e venda de estabelecimento comercial - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência de uma das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I." (CC 01726085320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29150)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. JULGAMENTO ANTERIOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREVENÇÃO. "Conflito de competência - Ação de indenização por descumprimento de contrato de prestação de serviços - Julgamento anterior

de prestação de contas entre as mesmas partes, sobre repasse de valores recebidos ou devidos em decorrência do mesmo contrato - Prevenção verificada - Art. 102, caput, do Regimento Interno - Conflito procedente -Competência da Câmara suscitante." (CC 01946916320138260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31585)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. OBSTRUÇÃO DE SERVIDÃO DE PASSAGEM. "Conflito de competência - Ação de nunciação de obra nova - Pedido de paralisação de obra que obstrui servidão de passagem - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª Câmaras) - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01576359320138260000 – São Carlos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 33036)

COMPETÊNCIA. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE ASSINANTES DE COMPANHIA TELEFÔNICA. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito negativo (23ª de Direito Privado x 2ª Câmara Reservada Empresarial). Matéria conhecida e sempre decidida em um mesmo sentido, autorizando decisão monocrática coincidente. Lide debatendo a extensão da participação financeira de assinantes de companhia telefônica. Competência concorrente das Subseções Segunda e Terceira de Direito Privado e não da Câmara Empresarial. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 23ª Seção de Direito Privado." (DM CC 02092242720138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 15/01/2014)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo (2ª x 13ª Câmaras de Direito Privado). Matéria conhecida e resolvida pelo reconhecimento da competência das Câmaras do Direito Privado I. Ação envolvendo inscrição indevida do nome por dívida decorrente de cheques fraudulentos não compensados (segundo a inicial). Fraude de terceiros. Inexistência de relação contratual bancária ou de outra espécie. Hipótese de competência pela responsabilidade civil extracontratual. Precedentes do Grupo Especial a ensejar decisão monocrática. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (DM CC 00053897820148260000 - Santos - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 23/01/2014)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM MÓVEL. CONTRATO DE COMODATO. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de reintegração de posse. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido de reintegração de posse baseado em contrato de comodato, a competência é das Câmaras de nºs 11 a 24, 37 e 38 da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitante (11ª. de Direito Privado)." (CC 02037316920138260000 – Lorena – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26049)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL. CONTRATO DE MANDATO. "Conflito de competência - Execução por título extrajudicial - Prestação de serviços de administração de imóvel alugado - Natureza jurídica de mandato na relação entre administrador e proprietário - Competência do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III, III.11 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante." (CC 02040019320138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31808)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. FRANQUEADO QUE NÃO FORNECEU EXTRAJUDICIALMENTE. "Conflito de competência - Ação de prestação de contas - Obrigações decorrentes da relação de franquia existente entre as partes - Procedência do

conflito - Competência da 18ª Câmara de Direito Privado. "A pretensão não versa sobre a precedente cessão de cotas sociais, restringindo-se à obrigação subsequente, irradiada do contrato de franquia, cuja contraprestação pecuniária, porque ajustada em fração ideal do faturamento, depende de prestação de contas que o franqueado não forneceu extrajudicialmente." (CC 02056379420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Artur Marques – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25432)

COMPETÊNCIA. COOPERATIVA MÉDICA. "Conflito de competência - UNIMED São José do Rio Preto - Cooperativa de trabalho médico - Regime jurídico - Relação com o cooperado - Conflito procedente - Competência da 7ª Câmara de Direito Privado. "A pretensão é colocada sob o enfoque do regime jurídico das cooperativas médicas. E, nesta específica demanda discute-se a relação entre cooperado que constituiu uma empresa e a própria UNIMED"." (CC 02060588420138260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Artur Marques – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25431)

COMPETÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE FACTORING. FOMENTO MERCANTIL. "Conflito negativo (14ª x 30ª Câmaras). Ação de cobrança de valor decorrente de contrato de factoring (fomento mercantil). Contrato que foi celebrado para constituir título executivo extrajudicial. Competência da Subseção II de Direito Privado, nos termos da Resolução 623/2013. Conflito que se julga procedente para reconhecer e declarar a competência da 14ª Câmara de Direito Privado (suscitada). " (CC 02063402520138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28314)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE E USUCAPIÃO. CONEXÃO. "Conflito de competência. 4ª Câmara da Seção de Direito Privado que entende ser caso de conexão entre a ação de usucapião e a reintegração de posse. 14ª Câmara da Seção de Direito Privado que entende que não. Tratando-se de pedido de reintegração de posse baseado em contrato de comodato e usucapião relativa ao mesmo imóvel, é caso de conexão das ações sob pena de decisões conflitantes. Precedente do STJ. Conflito procedente, reconhecida como válida a decisão proferida pela 4ª Câmara de Direito Privado, pela reunião das ações." (CC 20663828720138260000 – Mogi das Cruzes - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26205)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. "Agravo tirado em ação de imissão de posse (contra decisão que indeferiu a liminar) e que produziu conflito negativo (6ª Câmara x 22ª Câmara). Inexistência de prevenção da 22ª Câmara, que homologou desistência de recurso de apelação tirado em embargos de terceiro manejados com base no direito de posse. Extinção da demanda de caráter possessório que elimina prevenção do art. 105, do Regimento Interno. Ajuizamento de ação de imissão de posse com base no direito de propriedade. Competência da Subseção Primeira de Direito Privado (item 1.18, do art. 6º, da Resolução 623/2013). Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 6ª Câmara de Direito Privado." (CC 00046492320148260000 – Guarujá - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28373)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. INADIMPLEMENTO. "Conflito de competência - Cobrança - Ação derivada de consórcio - Matéria afeta à segunda subseção da Seção de Direito Privado - Resolução nº 623/2013, art. 5º, II, II.6 - Impossibilidade de invocar regra de prevenção para afastar norma de competência em razão da matéria - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00050615120148260000 - Diadema - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32056)

COMPETÊNCIA. USUCAPIÃO. INTERDITO PROIBITÓRIO. PREVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. "Conflito de competência - Ação de usucapião de bem imóvel - Matéria afeta à Primeira Subseção da Seção de Direito Privado - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.15 - Pretendida conexão com ação de interdito proibitório não configurada - Impossibilidade de

invocar regra de prevenção para afastar norma de competência em razão da matéria - Incidência, de resto, da Súmula nº 235 do STJ - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00051117720148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32055)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. ALUGUÉIS. "Competência recursal - Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança de aluguéis - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso III.6 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00095901620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32148)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. "Conflito de competência. Embargos à execução de título extrajudicial consistente em contrato de honorários advocatícios. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (30ª Câmara)." (CC 00084590620148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25944)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos materiais e morais - Alegação de inexistência de contrato firmado entre as partes e o correspondente débito - Demanda que versa responsabilidade extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (Resoluções 194/2004 e 281/2006 desta Corte, agora consolidadas na Resolução nº 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (10ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01541334920138260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21651)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - "Ação ordinária de indenização por danos materiais e morais" - Contrato de financiamento em nome da autora, com desconto das parcelas no benefício da aposentadoria - Alegação inicial de a autora jamais ter firmado qualquer contrato de empréstimo com o banco réu - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado). " (CC 01576055820138260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21784)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - "Ação de indenização por danos morais cumulada com obrigação de fazer cumulada com declaração de inexistência de título, cumulada com declaração de inexigibilidade de dívida e com pedido de antecipação de tutela" - Alegação do autor de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelo réu, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual, e não contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01744039420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21895)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. "Conflito de competência - "Ação de revisão contratual e do saldo devedor c/c/ declaratória de nulidade de cláusula

abusiva", dentre as quais a previsiva de antecipação do VRG (valor residual garantido) - Ação relativa a contrato de arrendamento mercantil - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado) - Norma especial que não distingue entre ações relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário - Conflito julgado procedente para declarar competente a Câmara Suscitada (29ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01771034320138260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21782)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL. EXECUÇÃO. "Conflito de competência - Apelação interposta em face de sentença que julga exceção de pré-executividade suscitada em execução de título extrajudicial - Título consistente de contrato de locação de bem imóvel - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras) - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (30ª Câmara)." (CC 01807253320138260000 – Embu das Artes - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21841)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE. "Conflito de competência - Ação envolvendo contrato de prestação de serviços, objetivando a transferência do nome de domínio do nome virtual - Necessidade de interpretação das cláusulas contratuais e não relativa a proteção de direitos de autor, propriedade industrial, patentes, marcas, denominações sociais e atos da junta comercial - Competência que não se insere dentre as da Câmara de Direito Privado I - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada, qual seja, a 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 01831737620138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21897)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. "Conflito negativo (30ª x 23ª Câmaras). Execução de contrato de honorários advocatícios. Competência da Subseção III, do Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos do Provimento 63/2004. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 30ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 01935293320138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27987)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. "Conflito de competência - Ação de cobrança de valores decorrentes de contrato de consórcio - Inexistência de discussão acerca da garantia fiduciária - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado II (Resolução 623/2013) - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (16ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01984260720138260000 – São Simão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22037)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. BLOQUEIO DE CLIENTE EM PORTA GIRATÓRIA DE BANCO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo (7ª x 38ª Câmaras). Cliente de banco barrado em porta giratória. Mesmo na hipótese de o bloqueio atingir correntista da própria agência onde o fato se deu, não há litígio contratual, porque não existe contratação regulando espécie de entrada no banco. A causa petendi está relacionada com eventual ilicitude que não se encaixa no âmbito de contrato bancário. Responsabilidade extracontratual. Competência a cargo das dez primeiras câmaras (Resolução 623/2013). Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 7ª Câmara (suscitada)." (CC 01988963820138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28016)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Autora que alega ter sofrido ofensa e constrangimento em razão de comentário feito pela professora em sala durante a aula - Autora que pretende a condenação da professora e da instituição de ensino ao

pagamento de indenização por danos morais - Relação contratual - Prestação de serviços educacionais - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 17ª Câmara de Direito Privado. " (CC 01981498820138260000 – Americana – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29604)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME. RELAÇÃO EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com a ré - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, I, I.29 Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 02002535320138260000 – Mirassol – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29659)

COMPETÊNCIA. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. "Conflito de competência - Ação monitória - Cheques prescritos - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Irrelevante que em reconvenção os réus pretendem a desconstituição de contrato de venda e compra de estabelecimento empresarial - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.9 c.c. 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 02044098420138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29769)

COMPETÊNCIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. "Conflito de competência - Execução por título extrajudicial movida apenas em face dos avalistas - Irrelevância o fato do devedor principal se encontrar em recuperação judicial - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 02044236820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29768)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. TRAVAMENTO DE PORTA GIRATÓRIA DE BANCO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. "Conflito de competência entre a 7ª e a 22ª Câmaras de Direito Privado. Ação de indenização por danos morais, na qual o autor alega ter sofrido constrangimentos em razão de travamento de porta giratória em agência bancária. Demanda em que a pretensão indenizatória não está ligada à condição de correntista do autor e, portanto, a competência não é atraída para a Subseção de Direito Privado II, à qual cabe julgar ações relativas à prestação de serviços bancários. Causa de pedir que remete a ato ilícito do qual poderia ser vítima qualquer pessoa, cliente ou não do banco. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações que envolvem responsabilidade civil extracontratual (art. 5º, inciso I, item I.29, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02052499420138260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22499)

COMPETÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO. "Conflito de competência entre a 35ª Câmara de Direito Privado e a 7ª Câmara de Direito Privado. Relação jurídica controvertida fundada no reembolso de quantias decorrentes da cobertura de plano de saúde, e não na prestação de serviços médico-hospitalar a um consumidor. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Exegese das Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02075752720138260000 – São João da Boa Vista – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22556)

COMPETÊNCIA. USUCAPIÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO. AÇÕES DE NATUREZAS DISTINTAS. "Ação de usucapião. Inexistência de conexão com ação de reintegração de posse entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 102, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações petitória e possessória que têm naturezas distintas. Trânsito em julgado da decisão proferida na demanda reintegratória, afastando o risco de decisões conflitantes. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 02082490520138260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22576)

COMPETÊNCIA. INSOLVÊNCIA DE SOCIEDADE CIVIL. JUIZ SUBSTITUTO COMO RELATOR DE ANTERIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO PELA CADEIRA. LIVRE DISTRIBUIÇÃO. "Conflito de competência entre a 10ª e a 11ª Câmaras de Direito Privado. Embargos à execução opostos em ação na qual se declarou a insolvência civil de empresa da qual o embargante é sócio minoritário. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I para julgamento das ações de insolvência civil fundadas em título executivo judicial (art. 5º, inciso I, item I.32, da Resolução nº 623/13). Não se aplica a regra da prevenção pela cadeira quando o juiz que atuou como Relator em anterior Agravo de Instrumento era substituto. Levando em conta a competência da Subseção de Direito Privado I e a inexistência da alegada prevenção da 10ª Câmara de Direito Privado, os autos devem ser encaminhados ao Des. Paulo Eduardo Razuk, da 1ª Câmara de Direito Privado, a quem foram livremente distribuídos após a 11ª Câmara de Direito Privado declinar da competência. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 1ª Câmara de Direito Privado e determinar a redistribuição dos autos ao Des. Paulo Eduardo Razuk." (CC 00057093120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22718)

COMPETÊNCIA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DISCUSSÃO ACERCA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. "Conflito de competência - Ação revisional de instrumento particular de venda e compra de imóvel residencial com financiamento, cessão de crédito e pacto adjeto de hipoteca e outras avenças - Ausência de discussão a respeito da compra e venda do imóvel - Impugnação dos autores que se restringe às cláusulas do contrato de financiamento bancário - Competência preferencial da Seção de Direito Privado II - Art. 2º, inciso III, alínea "b", da Resolução 194/2004 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 01906488320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29412)

COMPETÊNCIA.. "Conflito de competência entre a 10ª e a 38ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito fundado em duplicatas mercantis e medida cautelar de sustação de protesto. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado II o julgamento de ações que versem sobre título de crédito. Exegese da Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00000252820148260000 - Birigui - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22610)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse - Legítimos proprietários do imóvel - Ocupação pelos réus sem justa causa - Ausência de relação negocial - Defesa fundada em compra e venda verbal - Competência preferencial de uma das câmaras da segunda subseção de direito privado - Conflito julgado procedente. Consoante dispõe o artigo 103 do Regimento Interno desta Casa, "a competência dos diversos órgãos do Tribunal firma-se pelos termos do pedido inicial, ainda que haja reconvenção ou ação contrária ou o réu tenha arguido fatos ou circunstâncias que possam modificá-la". Em que pese a matéria trazida em contestação e ações apensadas, há que prevalecer, para o efeito de fixação de competência das subseções de Direito Privado desta Casa, os fatos deduzidos na ação de reintegração de posse, interposta por autores legítimos proprietários do imóvel em debate,

apontando ocupação pelos réus sem justa causa e de má-fé, ausente qualquer relação negocial entre as partes. Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte, artigo 5º, II, item II. 7. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (24ª Câmara)." (CC 00111222520148260000 – Olímpia - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26057)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação revisional de contrato bancário para financiamento de imóvel, cumulada com declaração de nulidade de leilão extrajudicial - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª. à 24ª., 37ª. e 38ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, II, II.4 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00123780320148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 32275)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Acidente envolvendo passageiro de transporte coletivo - Responsabilidade decorrente de contrato de transporte – Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 20ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado II. É da Segunda Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação reparatória movida por passageiro em face de empresa de transporte, ainda que fundada em acidente de trânsito, posto que a causa de pedir remota tem por base o contrato de transporte (responsabilidade contratual). Aplicação do art. 5º, II, II.1 da Resolução n. 623/2013, afastada a regra do art. 5º, III, III.15 do mesmo regulamento, que se refere a ilícito extracontratual." (CC 00128154420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26083)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 4ª e a 24ª Câmaras de Direito Privado. Demanda por meio da qual se pretende a restituição de cheques entregues à instituição financeira para pesquisa cadastral ou, subsidiariamente, a reparação das perdas e danos decorrentes do extravio dos títulos. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado II o julgamento de ações que versem sobre prestação de serviços bancários. Exegese da Resolução nº 623/2013 (art. 5º, inc. II, item 11). Conflito de competência procedente para declarar a competência da 24ª Câmara de Direito Privado." (CC 00131393420148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22976)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Pedido inicial fundado no contrato de mandato mercantil - Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 32ª câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado III. Conquanto os autores tenham se qualificado como representantes comerciais, e, a despeito de, a teor de o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.886, de dezembro de 1965, que regula a atividade de representantes comerciais autônomos, a representação comercial poder incluir poderes atinentes ao mandato mercantil, pouco importa, neste momento de distribuição de competência recursal, perquirir-se exatamente o tipo de contrato firmado entre as partes, já que, a teor do art. 103 do RITJSP, o que define a competência recursal é apenas e tão somente os termos em que formulado o pedido inicial. E, este, no caso, funda-se exclusivamente no mandato celebrado entre as partes. É da Terceira Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação de cobrança cuja causa de pedir remota tem por base o instrumento de mandato. Aplicação do art. 5º, III, III.11 da Resolução n. 623/2013." (CC 00138703020148260000 – Mogi Mirim - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26135)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 17ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Ação monitória fundada em títulos de crédito (cheques prescritos). Competência preferencial das 11ª a 24ª; 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado (art. 5º, inciso II, itens II.3 e II.9, da Resolução nº 623/13). O julgamento de anterior recurso pela Câmara suscitada, neste processo, não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado II.

Conflito de competência procedente, para declarar competente a 17ª Câmara de Direito Privado." (CC 00151564320148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23035)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de Indenização por danos morais título de crédito protestado - Competência de uma das câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado - Conflito julgado improcedente. Nos termos da Resolução 623/2013 desta corte, art. 5º, II, item II.3, "ações e execuções de insolvência civil e as execuções singulares, quando fundadas em título executivo extrajudicial, as ações tendentes a declarar-lhe a inexistência ou ineficácia ou a decretar-lhe a anulação ou nulidade, as de sustação de protesto ou semelhantes, bem como ações de recuperação ou substituição de título ao portador" são matérias de competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado. Conflito julgado improcedente, declarada competente a Câmara suscitante (22ª Câmara)." (CC 00151971020148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26204)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Reintegração de posse - Comodato de bem móvel – Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 18ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado II. É da Segunda Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação fundada em comodato, independentemente da natureza do bem. Aplicação do art. 5º, II, II.1 da Resolução n. 623/2013. Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial. Conflito de competência acolhido." (CC 00166763820148260000 – Caçapava - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26235)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 6ª e 20ª Câmaras de Direito Privado - O litígio gira substancialmente em torno de reivindicação de bem imóvel, em detrimento da anterior discussão possessória travada na ação que ensejou a prevenção da C. Câmara suscitante - Competência preferencial de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, I.16, da Resolução n. 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça – Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 6ª Câmara de Direito Privado." (CC 00095633320148260000 – São José dos Campos - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18752)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 2ª e 22ª Câmaras de Direito Privado – Pretensão decorrente de restrição cadastral indevida, por ausência de vínculo jurídico da contratação bancária (conta corrente) – Responsabilidade civil extracontratual - Competência da 1ª Subseção de Dir. Privado, nos termos do art. 5º, I.29, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal - Precedentes desse C. Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00113552220148260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18598)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 8ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - O litígio gira substancialmente em torno de discussão possessória materializada em ação de reintegração de posse promovida pelos agravantes - Competência preferencial de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, II.7, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00141838820148260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18714)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo (38ª x 5ª Câmaras de Direito Privado) em ação de indenização por protesto indevido de duplicata emitida sem causa. Interpretação, pela maioria, de que, na hipótese e diferente do que ocorre com litígios de bancos relacionados com

emissão de cheques falsos, o essencial da lide diz respeito a um título de crédito e sua exigibilidade, atraindo a competência das Câmaras do Direito Privado II. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 38ª Câmara (suscitada).” (CC 01940369120138260000 – Franca - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27991)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação cautelar inominada - Pretensão do autor de que a instituição financeira-ré respeite os termos do contrato social da empresa da qual é sócio e administrador - Competência preferencial da Segunda Subseção de Direito Privado - Art. 5º, II, 'item' II.4 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00096058220148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30307)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais - Autora que sofreu acidente dentro do coletivo da ré - Ação fundada na responsabilidade objetiva do transportador - Competência preferencial da Segunda Subseção - Art. 5º, II, item II.1 da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 20ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00131454120148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30419)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Embargos à execução - Execução por título extrajudicial - Notas promissórias - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Irrelevante que os títulos tenham se originado de compromisso particular de venda e compra de estabelecimento comercial – Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 23ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00151763420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30469)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de títulos de crédito - Matéria que não se insere na competência da Subseção III de Direito Privado - Irrelevância da causa subjacente dos títulos de crédito - Competente a subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Conflito procedente, fixando-se a competência da 24ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso.” (CC 01601007520138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33457)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação de reparação de danos - Bloqueio de movimentação da conta corrente da empresa autora porque supostamente esgotado prazo de manutenção de sociedade unipessoal - Prevalência, na demanda, do aspecto da relação contratual estabelecida entre cliente e instituição bancária, inserindo-se, portanto, na seara da prestação de serviços - Aplicação do artigo 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência das Subseções II e III de Direito Privado (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 16ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente.” (CC 01763006020138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33615)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação de cobrança fundada em contratos de participação financeira em plano de expansão e melhoramento de serviços de telefonia - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 13ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente.” (CC 01764001520138260000 – Votuporanga - Grupo Especial

da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33491)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação – Embargos à execução hipotecaria - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado – Artigo 5º, II.3, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01789005420138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33674)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autora alega a inexistência de contratação junto à instituição fornecedora de energia elétrica - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01819153120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33673)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação cautelar de exibição de documentos fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão – Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 24ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01831702420138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33661)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança fundada em contrato de seguro de crédito à exportação - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, do Provimento nº 63/2004, e Provimento nº 07/2007 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª, Câmaras) - Fixação da competência da 8ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01856203720138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33662)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução fundada em contrato de locação de imóvel inadimplido - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 30ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01874001220138260000 – Mauá - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33702)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória cumulada com indenizatória - Inexistência de relação jurídica - Autora alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01897178020138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33601)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação monitória ajuizada em face de empresa em recuperação judicial - Inexistência de discussão a respeito de matérias insertas no art. 6º da Resolução nº 623/2013 - Conflito procedente para declarar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 01924501920138260000 – Matão - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33960)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autora alega que não contratou o serviço de telefonia móvel e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços – Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02037204020138260000 – Osasco - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34087)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação cautelar de exibição de documentos fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão de serviços de telefonia - Subscrição das ações - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02044063220138260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33522)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Impugnação aos benefícios da assistência judiciária, incidente em ação anulatória de título extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em contrato de fomento mercantil - Precedentes - Conflito procedente, declarada a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 02078731920138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33903)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de Indenização - Transporte coletivo - Passageira que se acidenta em ônibus pertencente a concessionária de serviço público de transporte coletivo - Responsabilidade objetiva decorrente de contrato de transporte - Competência recursal de uma das Câmaras entre a 11.ª e a 24.ª, bem como da 37.ª e 38.ª da Seção de Direito Privado deste Tribunal - Precedentes - Conflito procedente, declarada a competência da 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 00028893920148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33693)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autor alega que não adquiriu nenhuma linha telefônica e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade – Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01735049620138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33369)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de títulos de crédito - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02082412820138260000 – Mauá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34316)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 38ª Câmara de Direito Privado e as Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Ação de execução de título extrajudicial fundada em instrumento particular de compra e venda de quotas de sociedade empresária. Competência das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II para o julgamento de ações de execução, bem assim respectivos embargos, que não estejam expressamente excepcionadas pelas normas que regem a competência dos órgãos fracionários desta E. Corte. Exegese da Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 38ª Câmara de Direito Privado, com observação." (CC 00268752220148260000

– São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23384)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de anulação de débito c/c indenização por danos morais. Autor que alega ausência de contratação com a instituição financeira. Negativação indevida. Ação de responsabilidade civil extracontratual. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara)." (CC 00259607020148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26677)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 3ª e a 16ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual c.c. repetição de indébito. Alegação de inserção de seguro prestamista em contrato de empréstimo/financiamento sem conhecimento ou anuência do consumidor. Cláusula de seguro inserida no próprio contrato, com valor do prêmio acrescido às prestações do mútuo, circunstâncias que tornam evidente que não se trata de pacto autônomo, mas, ao contrário, indissociavelmente ligado ao contrato principal, que é de natureza bancária. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II (art. 5º, inciso II, item II.4, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258610320148260000 – Palmeira D'Oeste – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23338)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos morais em decorrência da negativação do nome no serviço de proteção ao crédito. Autora que alega ausência de contratação com a financeira requerida. Ação de responsabilidade civil extracontratual. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara)." (CC 00254116020148260000 – Pindamonhangaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26678)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 3ª, 16ª e 8ª Câmaras de Direito Privado - Nos termos do pedido, a despeito da apontada simulação de vínculo societário ou de disfarce de consórcio, o litígio gira substancialmente em torno de contratação para aquisição de bem imóvel - Competência preferencial de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, I.25, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da 3ª Câmara de Direito Privado." (CC 00248581320148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Grava Brazil – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18966)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Esbulho – Pedido de retomada de terreno do autor – Ação possessória – Competência de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado – Conflito julgado procedente. Em que pese o "nomen iuris" atribuído à causa pelo autor, há que prevalecer, para o efeito de fixação de competência das subseções de Direito Privado desta Casa, os pedidos e a causa de pedir deduzidos na exordial, destacando-se no caso o pedido de retomada de terreno do autor invadida por construção do vizinho. Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte, artigo 5º, II, item II.7. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (20ª Câmara)." (CC 00219472820148260000 – Jundiaí – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26448)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Execução de título executivo judicial - Acordo entabulado nos autos da ação de exoneração de pensão alimentícia - Inexistência de título executivo extrajudicial a configurar a competência da Segunda Subseção de Direito Privado - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Art. 5º, I, "I.5" da Resolução 623/2013

- Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00216286020148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30649)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Indenização por dano moral - Demanda fundada na inexistência de relação jurídica entre instituição financeira ré e autor - Inscrição do nome do requerente em cadastro de inadimplentes - Inexistência de discussão a respeito de contrato bancário - Responsabilidade civil extracontratual - Matéria de competência preferencial da Subseção de Direito Privado I, nos termos do artigo 5º, I.29, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte - Conflito procedente, reconhecida a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00205339220148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29152)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Monitória. Cheque Prescrito. Julgamento que compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II. O julgamento do apelo interposto nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização não tem o condão de tornar preventa a 2ª Câmara de Direito Privado, por ser irrelevante a discussão de que o cheque foi emitido para satisfazer a prestação de serviços hospitalares. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª Câmara)." (CC 00205295520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26459)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação declaratória c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00196400420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30595)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00191160720148260000 – Araras – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30591)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Medida cautelar inominada - Competência firmada pelos termos do pedido inicial - Autor que pretende seja reconhecido seu direito de passagem - Competência preferencial da Segunda Subseção de Direito Privado - Art. 5º, II, item 'II.5' da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00113847220148260000 – Mogi das Cruzes – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30689)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse bem imóvel objeto de comodato verbal - Matéria reservada preferencialmente às câmaras compreendidas entre a 11ª e a 24ª de Direito Privado - Precedente do Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Competência da 11ª Câmara de Direito Privado reconhecida - Conflito procedente." (CC 01961206520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Elliot Akel – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33601)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual Autor alega que não celebrou contrato com a ré e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00200661620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34180)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de consignação em pagamento fundada em contrato de locação de imóvel - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção – Precedentes - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00051239120148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34240)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Execução fundada em contrato de locação de imóvel inadimplido - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 30ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02090078120138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34346)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de inexigibilidade de títulos de crédito - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02060519220138260000 – Fernandópolis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34393)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Execução de título extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em compromisso de compra e venda de imóvel - Precedentes - Conflito procedente, declarada a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 01988869120138260000 – Santo André – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33305)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Insolvência Civil fundada em títulos de créditos - Aplicação do art. 5º, II, item "II.3", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01952459520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34392)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Medida cautelar de arresto de arrobas de algodão - Contrato que tem por objeto coisa móvel - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Aplicação dos artigos 5º, III, '14', da Resolução n°. 623/2013, e 102 do RITJESP - Fixação da competência da 25ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01490098520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33248)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Embargos à execução de título extrajudicial consistente em compromisso de compra e venda de bem móvel incorpóreo – Competência da Subseção II da Seção de Direito Privado (Câmaras numeradas de 11ª a 24ª, e 37ª e 38ª) – Anteriores decisões em conflitos de competência, envolvendo as mesmas Câmaras em processos conexos, afirmativas da competência de aludida Subseção II – Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª). (DM - CC

00075229320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 24/07/2014 – Voto nº 22.915)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Discussão acerca da eventual ocorrência de negligência ou erro médico - Irrelevância - Discussão da demanda principal acerca da inadimplência de contrato celebrado entre o particular e o hospital - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, matéria agora contemplada no art. 5º, §1º, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00205260320148260000 – Franca – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.673).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de título cumulada com indenizatória por danos morais - Inexistência de relação jurídica - Autor alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00170583120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.793).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de busca e apreensão de veículo decorrente de contrato de financiamento, com alienação fiduciária em garantia - Execução da garantia em vista do inadimplemento do contrato - Aplicação do art. 5º, III, III.3 da Resolução nº. 623/2013 – Precedentes - Julgamento anterior de AI nº 0355872-15.2009 tirado nos autos de ação revisional, tendo por base o mesmo ajuste, não gera prevenção - Competência "ratione materiae" da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 34ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00113950L420148260000 – Araraquara – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.539)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de busca e apreensão de veículo, fundada em contrato de financiamento com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia - Conexão com ação revisional do pacto, anteriormente ajuizada pelo consumidor - Reunião dos processos para apreciação conjunta - Inteligência do art.106 do CPC, que direciona a competência recursal para a Seção competente para apreciação de ações relativas a contratos bancários - Aplicação do art. 5º, II, "4", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª e 37ª/38ª Câmaras) - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00083360820148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.402).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação ordinária fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão e melhoramento de serviços de telefonia - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 e art. 5º, §1º da Resolução nº. 623/2013 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 38ª Câmaras) e III - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 02021960820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.472).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização fundada em contrato de seguro de transporte de carga - Aplicação do art. 5º, II.1, da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª, Câmaras) - Fixação da competência da 16ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00853778520138260000 – São

Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.604).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação indenizatória. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com a Ré. Inclusão do nome do autor no cadastro de inadimplentes. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00445258220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.552).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 2ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 16ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação declaratória de inexigibilidade de crédito cumulada com indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Responsabilidade Civil extracontratual. A autora alega ter sofrido restrição de crédito em decorrência de seu nome constar indevidamente em cadastro de inadimplentes, inexistindo qualquer relação jurídica que pudesse justificar a cobrança mencionada, sendo a negativação absolutamente abusiva. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00424567720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.594).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com o Banco-Réu. Negativação indevida. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00412737120148260000 – Sumaré – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.551).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 18ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso, posteriormente redistribuído à 27ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação monitória instruída com cheques prescritos emitidos para pagamento de comissão de corretagem relativa a transação imobiliária. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. A cobrança se funda nos cheques, títulos executivos extrajudiciais, e, ainda que prescrita a sua executoriedade, a demanda deve ser julgada por câmara pertencente à Segunda Subseção de Direito Privado desta corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00403296920148260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.482).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Alegação pelo autor da inexistência de celebração de contrato com o Banco-Réu. Negativação indevida. Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Art. 5º, "I.29" da Resolução 623/2013 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente." (CC 00373434520148260000 –

Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.553).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de Instrumento – Ação Pauliana – Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" – Ausência de prevenção – Precedentes – Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado – Artigo 5º, I.26, da Resolução 623/2013 – Fixação da competência da 9ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00268804420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.731).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de instrumento – Decisão proferida em execução de título extrajudicial – Ação que tem por objeto notas promissórias inadimplidas – Competência da Seção de Direito Privado II (da 11 à 24ª e 37ª/38ª Câmaras) – Aplicação do artigo 5º, II, "3", da Resolução n°. 623/2013 – Fixação da competência da 18ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00245126220148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.710).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação interposta em face de sentença que julga embargos à execução opostos em execução de título extrajudicial - Título consistente em contrato de locação de bem imóvel - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras) - Norma de regência específica para a situação em pauta, posto includente das "ações e execuções relativas a locação de bem móvel ou imóvel" (art. 5º, "III.6", da Resolução 623/2013) - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (30ª Câmara)." (CC 00331586120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.914).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução por título executivo extrajudicial (cheque) - Execução da cártula, sem alusão à causa subjacente (contrato de honorários médicos ou ter sido o cheque dado em caução ou como pagamento dessa verba) - Embargos que discutem esse negócio, como causa do pedido de extinção da execução – Irrelevância - Embargos que constituem ação incidental na execução, não tendo vida autônoma e dela sendo dependente - Competência que se define pela causa de pedir e respectivo pedido, deduzidos na execução - Aplicação da regra especial da Resolução 623/2013, inciso II.5, definidora da competência para as "ações e execuções de insolvência civil e as execuções singulares, quando fundadas em título executivo extrajudicial" - Competência da Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) - Conflito de competência julgado procedente, competente a Câmara suscitada (12ª Câmara)." (CC 00216199820148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.738).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória - Pretensão de que seja "declarada a inexistência da relação jurídica de cessão definitiva e perpétua de direitos autorais, no tocante aos contratos firmados entre Autor e Ré e reconhecido os efeitos dos mesmos como sendo derivados de contrato de edição", com a consequente "liberação do Autor, em relação aos contratos de edição assinados, relativos a todos os contratos cujos prazos quinquenais tenham transcorrido" - Querela que versa sobre direitos autorais, tanto que o próprio autor se refere à Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), que são de competência da Primeira Subseção de Direito Privado (1ª à 10ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 - Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitada (8ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00181841920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.665).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c.c. indenização por danos morais" - Alegação da autora de inscrição indevida de seu

nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelos réus, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00113665120148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.739).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de rescisão de contrato de distribuição c.c. indenização por danos materiais e morais, objetivando "declaração expressa de culpa exclusiva da requerida por violação do contrato e seu rompimento definitivo", bem como pagamento de indenização por danos materiais e morais - Matéria que versa contrato de distribuição que se aproxima e se identifica com o de representação comercial, com a peculiaridade que lhe é inerente, não tendo por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras), nos termos das Resoluções 194/2004, 281/2006 e 605/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (23ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00110937220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.666).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais" - Negativação do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00083534420148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.588).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais movida por passageira contra empresa de transporte coletivo, em virtude de queda sofrida no interior de ônibus - Demanda que versa, induvidosamente, contrato de transporte - Competência atribuída à Subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) - Prevenção da 31ª Câmara de Direito Privado, por decidir anterior agravo de instrumento – Inocorrência - "Se por erro Câmara não competente conhece e julga recurso, tal fato não acarreta a prevenção prevista no at. 102 do Regimento Interno do TJSP" - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (22ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00040837420148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.366).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de obrigação de restituir c.c. cobrança" visando devolução de livro da biblioteca da universidade mantida pela autora e emprestado à ré, durante o período em que foi aluna - Demanda que versa sobre negócio jurídico tendo por objeto coisa móvel - Competência atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III-14) desta Corte - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (33ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00032574820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.365).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de reintegração de posse de bens móveis", fundada em contrato de comodato - A competência, nesse caso, é definida pela natureza da relação contratual (contrato de comodato), e não de seu objeto (bens móveis) - Ademais, prevalece a regra especial em face daquela de caráter geral - Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, II-1) desta Corte - Tema pacificado na jurisprudência do Colendo

Órgão Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (15ª Câmara do Direito Privado).” (CC 00023740420148260000 – Jaú – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.518).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Apelação interposta em “ação revisional de contrato” (“instrumento particular de compromisso de venda e compra e outras avenças”) - Contrato em que confundem-se na mesma pessoa (o Banco) o alienante do imóvel e o agente financiador, de tal arte que o mesmo contrato versa a compra e venda com suas cláusulas, dentre as quais as de fixação do preço e condições de pagamento, de um lado, e o de financiamento bancário, de outro - Discussão restrita aos encargos financeiros de natureza bancária - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Dúvida procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (20ª).” (CC 00000244320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.519).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - “Ação ordinária de indenização c.c. repetição de indébito” - Contrato de revenda de produtos Volkswagen e prestação de assistência técnica - Demanda que versa “contrato de concessão comercial”, tendo por objeto a aquisição e revenda de bens móveis corpóreos - Competência preferencial atribuída à Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III.14) - Precedentes do Órgão Especial - Conflito julgado procedente, afirmada a competência da Câmara Suscitada (33ª Câmara de Direito Privado), que antes recebeu os autos por prevenção (art. 105 do Regimento Interno).” (CC 01997494720138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.146).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Apelação interposta em “ação de reintegração de posse com pedido de reparação por danos morais” - Conflito envolvendo o uso de garagem privativa integrante da unidade condominial e de vagas extras situadas (ao que parece) em terreno municipal contíguo ao condomínio, mas administrado por este - Pedido de reintegração de posse no imóvel (a garagem privativa) e de que seja “reconsiderado o pedido de uso” das garagens extras - Ação de cunho possessório, e não atinente a locação - Matéria que se insere no rol de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras) - Dúvida julgada procedente para afirmar competente a Câmara Suscitada (38ª).” (CC 01950735620138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.176).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação monitória objetivando a condenação do réu ao pagamento de quantia lançada em cheque prescrito - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Irrelevância, para a definição da competência, da afirmação de o título ter sido emitido como garantia de pagamento de comissão em contrato de serviços de corretagem - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (37ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01946881120138260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.147).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - “Ação de reparação de danos morais” - Alegação do autor de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pelo réu, em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, “I.29”, Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01475720920138260000 – Colina – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.441).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 27ª e 19ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança que versa sobre fornecimento de gás e locação de cilindros para o seu acondicionamento - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Subseção de Direito Privado III - Conflito de competência procedente." (CC 00490414820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.400).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 20ª e 5ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de dívida c.c. indenização por danos morais - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Resolução 623/13 - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00478705620148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.325).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 8ª e 12ª Câmaras de Direito Privado. Execução de título extrajudicial - Contrato de prestação de serviços médico-hospitalares - Competência preferencial e comum das Câmaras (11ª à 38ª) que integram as II e III Subseções de Direito Privado – Prevenção - Inexistência RITJSP, art. 103 - Prevalência - Conflito de competência procedente." (CC 00469135520148260000 – Diadema – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.322).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 12ª e 2ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por dano moral - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Resolução 623/13 - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00412797820148260000 – Buritama – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.079).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 18ª e 30ª Câmaras de Direito Privado. Execução de Título executivo extrajudicial (contrato de locação) - Embargos - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente." (CC 00419024520148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.078).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 8ª e 20ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança - Bolsa de estudo reembolsável - Contrato que tem por objeto o pagamento de 50% das mensalidades escolares, não descaracterizando a natureza de contraprestação de serviços educacionais - Competência preferencial e comum das Câmaras 11ª à 38ª, que integram as Subseções II e III de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00347382920148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.018).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 6ª e 19ª Câmaras de Direito Privado. Ação de imissão de posse de imóvel - Competência das Câmaras (1ª a 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Precedentes do Órgão Especial - Conflito de competência procedente." (CC 00343685020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.930).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 38ª e 2ª Câmaras de Direito Privado. Ação declaratória de inexistência de débito c.c. pedido de antecipação de tutela e reparação de danos - Alegação de inexistência de celebração de contrato entre as partes - Responsabilidade civil extracontratual - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente." (CC 00327836020148260000 – São

Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.941).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação fundada em alegado descumprimento de contrato de representação comercial - Matéria que se insere no rol de competência da Subseção de Direito Privado II - Irrelevante o fato de o objeto do contrato envolver produtos agrícolas - Competência da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconhecida - Conflito procedente." (CC 00483503420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.196).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais c.c. pedido de repetição de indébito em dobro, responsabilidade civil e tutela antecipada - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00456854520148260000 – Conchas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.917).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00445040920148260000 – Guarujá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.890).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução de título extrajudicial - Título executivo que diz respeito a contrato de seguro de vida e acidentes pessoais - Art. 5º, III.8 , da Resolução 623/13, do Órgão Especial - Competência da Subseção de Direito Privado III - Conflito procedente, reconhecida a competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 00409081720148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.980).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 25ª e a 22ª Câmaras de Direito Privado. Execução de título extrajudicial embasada em contrato de financiamento. Compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II o julgamento de execuções singulares, quando fundadas em título extrajudicial. Ausência de discussão acerca da cláusula de alienação fiduciária em garantia. Exegese da Resolução nº 623/2013, desta E. Corte (art. 5º, item II.3). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 00407679520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.751).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 15ª e a 34ª Câmaras de Direito Privado. Ação civil pública ajuizada por associação de defesa de consumidores contra revendedora de veículos, em razão da suposta ilegalidade da chamada "taxa de retorno" inserida nos contratos de financiamento. Discussão que não está relacionada ao contrato bancário, mas à comissão recebida pela revendedora por força do serviço de mediação que presta às instituições financeiras. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III (art. 5º, inciso III, item III.11, da Resolução nº 623/13). Precedentes do Col. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 34ª Câmara de Direito Privado." (CC 00393094320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.716).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Indenização por dano moral - Demanda fundada na inexistência de relação jurídica entre ré e autor - Inscrição do nome do requerente em cadastro de inadimplentes - Responsabilidade civil extracontratual - Matéria de competência preferencial da Subseção de Direito Privado I, nos termos do artigo 5º, I.29, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte - Comprovação, no curso da ação, da existência do contrato bancário que diz respeito, em tese, a fato extintivo do direito do autor e não tem o condão de alterar a competência para julgamento de recurso no âmbito do Tribunal de Justiça - Competência definida pelo pedido e causa de pedir - Art. 103, do RITJSP - Reconhecida a competência da 9ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00318343620148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.582).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00318326620148260000 – Mauá – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.677).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Agravo de instrumento tirado dos autos de ação de desconstituição de título cambial - Competência da Subseção de Direito Privado II, nos termos do art. artigo 5º, II.3, da Res. 623/13, do Órgão Especial - Julgamento de apelação por Câmara Extraordinária que não gera prevenção – Arts. 4º, da Res. 608/2013, e 110, do RITJSP - Prevalência, ademais, do critério material de competência sobre a prevenção - Conflito procedente, reconhecida a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00310210920148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.577).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 11ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento dos recursos interpostos em embargos de terceiro, opostos em virtude de constrição judicial realizada em execução de confissão de dívida, compete preferencialmente às Câmaras integrantes da Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª), sendo irrelevante perquirir sobre a natureza da relação jurídica subjacente. Exegese do art. 5º, II, item II.3, da Resolução nº 623/13 desta E. Corte. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 00304426120148260000 – Santo André – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.478).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual - Seguro prestamista - Cláusula acessória inserida em contrato de mútuo -Ausência de discussão a respeito do contrato de mútuo - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00280773420148260000 – Urânia – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.962).

COMPETÊNCIA. "Ação de reintegração de posse. Inexistência de conexão com ação de usucapião entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 102, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações possessória e petitória que têm naturezas distintas. Trânsito em julgado da decisão proferida na demanda petitória, afastando o risco de decisões conflitantes. Inexistência de conexão. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00275343120148260000 – Avaré – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.422).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse - Inexistência de discussão da garantia fiduciária existente em relação jurídica anterior à aquisição do imóvel pelo autor - Ação que se caracteriza como possessória pura - Competência da Subseção de Direito Privado II - Art. 5º, II.7, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial – Conflito procedente, reconhecida a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00137975820148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.662).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Execução por título extrajudicial - Acordo extrajudicial - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Prevenção que não prevalece sobre a incompetência - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência improcedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258654020148260000 – Fernandópolis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.910).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Emissão de cartão de crédito sem solicitação - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00951557920138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.892).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Cobrança de valores pelo fornecimento de gás canalizado industrial - Relação jurídica inserida no exercício de atividade de prestação de serviços de distribuição de gás encanado - Matéria afeta às subseções II e III da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevenção anterior não configurada - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00438225420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.394).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de reintegração de posse. Prevenção de Câmara - Agravo de instrumento anteriormente interposto contra o indeferimento da liminar de reintegração de posse, que foi julgado pela 10ª Câmara - Cessação da designação do relator daquele recurso (aposentadoria em 24.08.2011), posterior à distribuição desta apelação, feita em 21.07.2009. Outras questões como a legitimidade de parte e produção de provas que foram objeto de agravos de instrumento julgados pela 21ª Câmara de Direito Privado. Regimento interno, que à época, determinava a cessação da prevenção, se na Câmara não mais tivesse assento qualquer dos juízes que participaram do julgamento, com visto nos autos. Conflito procedente, com observação, reconhecida a competência da 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 00347504320148260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.935).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Medida cautelar - Prestação de serviços de consultoria empresarial na área de gestão - Contrato de fomento mercantil envolvendo prestação de serviços de acompanhamento de contas a pagar e a receber - Matéria de competência comum do Direito Privado II e III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevalência para esse fim da primeira distribuição - Competência da Câmara suscitada." (CC 00340558920148260000 – Catanduva – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.013).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 25ª e 20ª Câmaras de Direito Privado - Ação de reparação de danos decorrentes de queda de usuário, no interior do ônibus, após suposta conduta imprudente atribuída ao condutor – O litígio gira em torno da responsabilidade contratual de concessionária do serviço público de transporte - Competência preferencial de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, II.1, da Resolução n. 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 00315953220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Grava Brazil – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.171).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de anulação e substituição de títulos ao portador. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo à substituição de títulos ao portador, a competência é das Câmaras de nºs 11ª a 24ª, 37ª e 38ª da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência de uma das Câmaras suscitadas, da Segunda Subseção de Direito Privado." (CC 00294388620148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.797).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução de título extrajudicial consistente em compromisso de compra e venda de bem móvel incorpóreo - Competência da Subseção II da Seção de Direito Privado (Câmaras numeradas de 11ª a 24ª, e 37ª e 38ª) - Anteriores decisões em conflitos de competência, envolvendo as mesmas Câmaras em processos conexos, afirmativas da competência de aludida Subseção II - Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (38ª)." (CCDM 00240016420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 29/08/2014 – Voto nº 23.279)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – "Ação de indenização por danos morais" - Alegação do autor de que foi barrado em porta giratória de agência do banco do qual é cliente - Demanda que não versa prestação de serviços bancários, mas veicula pedido de indenização por danos morais, fundados na responsabilidade civil extracontratual – O pedido de indenização independe de ser o autor cliente ou não do banco - Questão não afeta às obrigações derivadas do contrato bancário, sobre o qual não há discussão - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (1ª Câmara de Direito Privado). (CC 00395008820148260000 – Piracicaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23278)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação indenizatória, decorrente de danos morais, cumulada com obrigação de fazer" - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato bancário do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00327593220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23410)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ações de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária em garantia, de um lado, e, de outro, de consignação em pagamento cumulada com declaração - Primeira ação fundada no inadimplemento do devedor fiduciária, que na outra pretende pagar mediante consignação - Ações conexas, mas atribuídas, isoladamente, à competência de Subsecções diversas da mesma Seção de Direito Privado Competência a ser dirimida pela prevenção Inteligência e aplicação do artigo 105 do Regimento Interno, declarada competente a Câmara que conheceu da causa em primeiro lugar, ou seja, no caso, a Câmara suscitante, que por primeiro conheceu agravo interposto em

processo conexo (o da consignatória). Conflito julgado procedente, declarada competente a 23ª Câmara (suscitante). (CC 00254080820148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23292)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ações de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária em garantia, de um lado, e, de outro, revisional de cláusulas de contrato - Primeira ação fundada no inadimplemento do devedor fiduciário, que na outra pretende rever o ajuste - Ações conexas, mas atribuídas, isoladamente, à competência de Subsecções diversas da mesma Seção de Direito Privado - Competência a ser dirimida pela prevenção - Inteligência e aplicação do artigo 105 do Regimento Interno, declarada competente a Câmara que conheceu da causa em primeiro lugar, ou seja, no caso, a Câmara suscitada, que por primeiro conheceu agravo interposto no feito conexo (revisional). Conflito julgado procedente, declarada competente a 12ª Câmara (suscitada). (CC 00268882120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22900)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação de consignação c.c. declaratória", buscando a "revisão do contrato" e nulidade de cláusulas abusivas, bem como devolução do VRG (valor residual garantido) - Ação relativa a contrato de arrendamento mercantil - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado) - Norma especial que atribui àquelas Câmaras competência para julgar as ações e execuções relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário, sem distinguir entre ações relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário, ou que se limitem a discutir encargos financeiros do contrato. Conflito julgado procedente para declarar competente a Câmara Suscitante (26ª Câmara de Direito Privado). (CC 00163914520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22992)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais - Inexistência de relação jurídica - Autora alega ausência de contratação com a instituição financeira requerida - Inexistência de contrato bancário - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, I, item "I.29", da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00483243620148260000 – Andradina – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34975)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Denunciação da lide ao plano de saúde - Irrelevância - Discussão da demanda principal acerca da inadimplência de contrato celebrado entre o particular e o hospital - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006, e agora especificada no artigo 5º, §1º, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 18ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00255224420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35097)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 6ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 17ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Agravo de instrumento interposto em ação de insolvência civil, fundada em título executivo judicial (sentença proferida em ação declaratória de nulidade de contrato cumulada com restituição de quantias pagas e indenização por danos morais). A Resolução nº 623/2013, em seu artigo 5º, I, determina que, a Primeira Subseção, composta pelas 1ª a 10ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento, dentre outras matérias, de "insolvência civil, fundada em título executivo judicial" (I.32). Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC

00590818920148260000 – Indaiatuba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19896)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 9ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 14ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual cumulada com indenização por danos materiais e morais com fulcro em contrato de prestação de serviços (obra em alvenaria). Inexistência de prevenção em relação a anterior julgamento de agravo de instrumento apreciado pelo 9ª Câmara de Direito Privado. Competência "ratione materiae" disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Segunda e à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, competência preferencial e comum das Segunda e Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. (CC 00473214620148260000 – Bauru – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19835)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação rescisória de sentença de usucapião envolvendo partes e imóvel que estão sendo examinados em ação de reintegração de posse cuja apelação foi distribuída para a 13ª Câmara de Direito Privado. Inexistência de prevenção. Competência em razão da matéria. Necessidade da observância da Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.15. Precedentes do Grupo Especial da Seção do Direito Privado. Declaração da competência da Segunda Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente. (CC 00469403820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19593)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação rescisória objetivando rescindir sentença homologatória de acordo firmado nos autos da ação de reintegração de posse - Consoante os termos da petição inicial da ação cuja sentença se pretende rescindir, não se trata de demanda relativa a contrato de cessão de direitos sobre imóvel, mas possessória pura, tanto que o autor alude a ter sofrido esbulho na posse (arts. 924 do CPC e 1210 do CC) – O pedido fundamenta-se na posse e na ocorrência de esbulho - Causa de pedir e pedido deduzidos na ação originária que definem a competência para conhecer e julgar a ação rescisória - Competência da Segunda Subseção de Direito Privado (Resolução 623/2013, art. 5º, II.7) – Conflito julgado procedente para afirmar competente a Câmara suscitada (38ª). (CC 00440278320148260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23407)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Embargos à execução de título extrajudicial – Cheque – Irrelevância do negócio jurídico subjacente - Art. 5º, II.3, da Resolução 623/13, do Órgão Especial - Competência da Subseção de Direito Privado II - Conflito procedente, reconhecida a competência da 11ª Câmara de Direito Privado. (CC 00513495720148260000 – Aguaí – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30276)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 8ª e 23ª Câmaras de Direito Privado. Ação anulatória de atos jurídicos - Execução extrajudicial e leilão de imóvel hipotecado - Contrato de financiamento, nos moldes do Decreto-Lei nº 70/66 – Competência das Câmaras (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) que integram a Segunda Subseção de Direito Privado e, por consequência, da 23ª Câmara (suscitada) - Conflito de competência procedente. (CC 00606745620148260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31822)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação de cobrança de seguro de vida prestamista celebrado em contrato de adesão a grupo de consórcio para aquisição de veículo - Falecimento

do consorciado – Contrato de seguro que visa garantir o cumprimento de contrato de consórcio - Competência da C. Câmara integrante do D.P. II – Precedentes - Conflito procedente e competente a Câmara suscitada (12ª Câmara de Direito Privado). (CC 00592239320148260000 – Garça – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31786)

COMPETÊNCIA. Ação de usucapião. Inexistência de conexão com ação de reintegração de posse entre as mesmas partes, o que desautoriza a aplicação do artigo 105, caput, do Regimento Interno, que determina a prevenção da Câmara que primeiro conheceu de uma das causas. Ações petitória e possessória que têm naturezas distintas. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 00586643920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24203)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência suscitado pela parte. Ação anulatória de negócio jurídico e declaratória de inexistência de mora fundada em cédula de crédito bancário. Discussão sobre a suposta abusividade dos encargos contratuais estabelecidos pela instituição financeira, sem questionamento sobre a cláusula de garantia fiduciária. Competência preferencial reservada pela Resolução nº 623/13 desta E. Corte à Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras). O julgamento por Câmara integrante da Subseção de Direito Privado III de anteriores recursos de agravo de instrumento, tirados em ação cautelar e impugnação ao valor da causa, não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado II. Dúvida de competência improcedente, para declarar competente a 14ª Câmara de Direito Privado. (CC 21327409720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24289)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial e a 11ª Câmara de Direito Privado. Ação de cobrança de diferenças relativas a expurgos inflacionários em depósitos judiciais. Nos termos do art. 6º da Resolução 623/13, compete às Câmaras Reservadas de Direito Empresarial julgar os recursos e ações originárias relativos a falência, recuperação judicial e extrajudicial, principais, acessórios, conexos e atraídos pelo juízo universal, envolvendo a Lei nº 11.101/2005. In casu, a falência da autora foi decretada em 27.05.1985, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45, o que atrai a competência das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I (art. 5º, inciso I, item I.31, da Resolução 623/13). O julgamento de anterior recurso pela Câmara suscitada, neste processo, não impede o reconhecimento superveniente de sua incompetência. Não se tratando de ação de cobrança de diferenças relativas a expurgos inflacionários em depósitos realizados em caderneta de poupança, mas em contas judiciais, incide o entendimento sedimentado do Col. Órgão Especial de que a competência é determinada pela natureza da ação em que os depósitos judiciais foram realizados. Hipótese em que os depósitos foram efetuados nos autos da própria falência, de modo que a competência é das Câmaras que compõem a Subseção de Direito Privado I, e não da 11ª Câmara, integrante da Subseção de Direito Privado II. Conflito de competência procedente, para declarar competentes as Câmaras que compõem a Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª), a uma das quais os autos devem ser redistribuídos livremente. (CC 00540213820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24098)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 2ª e 23ª Câmaras de Direito Privado. Ação de revisão contratual - Compromisso de compra e venda e outras avenças, tendo por objeto bem imóvel - Resolução 623/13 - Artigo 5º, I, I.25 - Previsão expressa - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente. (CC 00533960420148260000 – Bebedouro – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31540)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Conflito caracterizado, já que ambos os órgãos julgadores entendem-se incompetentes – Causa petendi do feito que diz respeito a contrato para utilização de resort, em regime de time sharing – Contrato múltiplo e complexo, visando uso habitacional de imóvel e serviços conexos, por certo período do ano – Espécie de hospedagem – Ações relativas a prestação de serviços, regidas pelo direito privado, de competência comum da 11ª à 38ª Câmaras de Direito Privado – Art. 5º, §1º da Resolução 623/13 do TJSP – Competência da suscitada – Conflito procedente. (CC 00630224720148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 18/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30982)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Causa petendi relativa à mediação, não à compra e venda ou financiamento – Impugnação de taxa de captação de cliente como abusiva – Ação que se volta, portanto, à comissão cobrada – Competência para julgar ações e execuções relativas a mediação da 3ª Subseção de Direito Privado – Resolução 623/13 do TJSP – Competência da 32ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00615406420148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 11/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30923)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Acessoriedade do seguro prestamista já firmada pelo Grupo Especial, devendo seguir o contrato principal – Competência da 2ª Subseção de Direito Privado para julgar ações derivadas de consórcio, exceto aquelas que envolvem alienação fiduciária em que se discuta a garantia – Art. 3º, II, 6 da Resolução 623 do TJSP – Na espécie, ação fundada em contratos de consórcio, sem discussão quanto a alienação fiduciária – Observação quanto ao apelado afirmar já ter recebido o que almejava, pelo que restaria prejudicado o recurso – Necessidade de ouvir as apelantes – Conflito procedente. (CC 00259615520148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 12/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30924)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – *Causa petendi* relativa à mediação, não à compra e venda ou financiamento – Impugnação de taxa de captação de cliente como abusiva – Ação que se volta, portanto, à comissão cobrada – Competência para julgar ações e execuções relativas a mediação da 3ª Subseção de Direito Privado – Resolução 623/13 do TJSP – Competência da 32ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00717239420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 13/10/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31250)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Rescisão contratual - Contrato de prestação de serviços de provimento de acesso à internet - Indenização por descumprimento - Matéria afeta às Subseções II e III da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Conflito procedente – Competência da Câmara suscitada. (CC 00764950320148260000 – Ibitinga - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34550)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação declaratória de rescisão contratual e devolução de valores - Contrato de prestação de serviços não subordinado aos termos da Lei nº 8.245/91 - Matéria de competência comum do Direito Privado II e III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevalência para esse fim da primeira distribuição - Competência da Câmara suscitada. (CC 00729502220148260000 – Santa Isabel - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34335)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação monitória - Causa de pedir relacionada a compromisso de venda e compra de bem imóvel - Aplicação do art. 5º, I, item "I.25", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª Câmaras) - Fixação da competência da 9ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00604294520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35368)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de procedimento ordinário - Causa de pedir relacionada à possibilidade de quitação de contrato de aquisição de bem imóvel, com cláusula acidental de alienação fiduciária em garantia, com recursos oriundos do FGTS - Aplicação do art. 5º, II, "II.4", da Resolução n°. 623/2013 – Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 16ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00589432520148260000 – São Bernardo do Campo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35241)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Cobrança - Crédito representado por duplicatas - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª. à 24ª., 37ª. e 38ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, II.3. - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00566447520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 33850)

COMPETÊNCIA. Competência recursal - Rescisão contratual, devolução de valores e indenização - Contratos de concessão de uso de loja virtual e site institucional com sistema de auto gestão, e de agente de vendas por indicação - Contratação atípica - Matéria da competência residual da Seção de Direito Privado, da 1ª. à 10ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.37 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada. (CC 00556098020148260000 – Indaiatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33826)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Ação de consignação em pagamento - Dúvida quanto ao credor de título executivo extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em contrato de compra e venda de bem móvel - Conflito procedente, declarada a competência da 12ª Câmara de Direito Privado. (CC 00472971820148260000 – Cotia - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35450)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse cumulada com indenizatória - Pedido de reconhecimento da prática de esbulho, reintegração definitiva do autor na posse do imóvel e desfazimento das obras de instalação de tubulação para passagem de águas pluviais e esgoto - Aplicação do art. 5º, II, "II.5", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª Câmaras) - Fixação da competência da 20ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00419068220148260000 – Poá - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35457)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de Instrumento - Ação relativa à matéria possessória (interdito proibitório) - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente “ratione materiae” - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, II.7, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 37ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00393484020148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Voto nº 35407)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de Instrumento - Ação relativa a contrato bancário - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente “ratione materiae” - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, II.4, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 20ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00294613220148260000 – Itaí - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35100)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação monitória - Instrumento particular de confissão de dívida desprovido de força executiva - Confissão de dívida originada de

compromisso de compra e venda de imóveis – Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Art. 5º, I, item 'I.25' - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00726748820148260000 – Caraguatatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32754)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de extinção de comodato - Competência preferencial da Segunda Subseção - Art. 5º, II, item II.1 da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 00712033720148260000 – Araçatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32684)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse c.c. perdas e danos - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Prevenção que não prevalece sobre a incompetência - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.7 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00663793520148260000 – Assis - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32542)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação ordinária - Pretensão dos autores de condenar a ré ao pagamento de indenização correspondente às diferenças relativas à emissão de quantidade inferior das ações devidas e respectivos dividendos - Relação obrigacional decorrente de contrato de prestação de serviços de telefonia - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado II e III - Art. 5º, par. 1º, Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00595885020148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32356)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação ordinária - Pretensão do autor de condenar a ré ao pagamento de indenização correspondente às diferenças relativas à emissão de quantidade inferior das ações devidas e respectivos dividendos - Relação obrigacional decorrente de contrato de prestação de serviços de telefonia - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado II e III - Art. 5º, par. 1º, Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 00581906820148260000 – Barretos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32319)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de manutenção de posse - Competência firmada pelos termos do pedido inicial - Autor que pretende a manutenção da posse do bem imóvel - Competência preferencial da subseção de Direito Privado II - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 15ª Câmara de Direito Privado." (CC 00581318020148260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32321)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória c.c. pedido indenizatório - Cheque - Competência que se fixa mediante os termos da petição inicial - Art. 100 do Regimento Interno TJ/SP - Irrelevante que o cheque foi sacado em favor de terceiro - Competência preferencial da 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' II.3 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado." (CC 00555976620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32247)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por danos materiais e morais - Alegação do autor de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00518276520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32136)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida - Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00483486420148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32105)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação revisional de contrato de financiamento - Ausência de discussão a respeito da cláusula acessória de alienação fiduciária – Competência preferencial da Seção de Direito Privado II Inciso II.4 da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 16ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00469785020148260000 – Guarulhos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31935)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse - Não verificada conexão com ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato - Art. 5º, II, item II.7 da Resolução nº 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 22ª Câmara de Direito Privado.” (CC 01058327120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33033)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 7ª Câmara de Direito Privado e a 12ª Câmara de Direito Privado. Relação jurídica controvertida que tem por base a prestação de serviços médicos hospitalares. A competência firma-se pelo pedido e a causa de pedir da ação principal (artigo 103, do Regimento Interno deste E. Tribunal). Competência preferencial da 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013. Precedentes do Col. Órgão Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 12ª Câmara de Direito Privado. (CC 00803196720148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24642)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 17ª e a 26ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento dos recursos interpostos em ações indenizatórias, decorrentes de contrato de transporte, compete preferencialmente às Câmaras integrantes da Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª). Exegese do art. 5º, II, item II.1, da Resolução nº 623/13. Precedentes do C. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 17ª Câmara de Direito Privado. (CC 00723656720148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24504)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 18ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Ação indenizatória fundada em contrato de administração de imóvel. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III (art. 5º, inciso III, item III.11, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 27ª Câmara de Direito Privado. (CC 00674134520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24413)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 13ª e a 34ª Câmaras de Direito Privado. Ação condenatória c.c. repetição de indébito. O julgamento de ações decorrentes de contrato de arrendamento mercantil compete às Câmaras integrantes da Subseção III de Direito Privado, nos termos do art. 5º, inciso III, item III.10, da Resolução nº 623/13. Precedentes do Col. Órgão Especial e do Grupo Especial. O julgamento de anterior recurso pela Câmara suscitante não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado III, que é material e absoluta. Conflito de competência julgado procedente para declarar a competência da 34ª Câmara de Direito Privado. (CC 00700540620148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24450)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 22ª Câmara de Direito Privado e a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Ação monitória fundada em Instrumento Particular de Constituição de Sociedade em Conta de Participação, que possui natureza distinta das execuções que têm por base títulos executivos extrajudiciais. Competência preferencial das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Exegese do art. 6º da Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. (CC 00656709720148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24340)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Agravo de instrumento extraído dos autos de ação cautelar. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo à não liquidação e divulgação de penalidades aplicadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE, em contrato de comercialização de energia elétrica, que as agravadas reputam irregulares, a competência é das Câmaras das Seções de Direito Privado III. Ação que versa sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel. Decisão recente do Colendo Órgão Especial. Conflito procedente, reconhecida a competência de uma das Câmaras da Subseção III de Direito Privado. (CC 00782912920148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29217)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento, tirado em ação de busca e apreensão de veículo - Bem dado em garantia fiduciária de cédula de crédito bancário emitida pela agravante em favor da agravada - Competência declinada pela 30ª Câmara de Direito Privado, em favor da 20ª Câmara da mesma Seção, por prevenção desta última, onde fora julgado outro agravo de instrumento, tirado de ação revisional de contrato c.c. consignação em pagamento, entre as mesmas partes, para a discussão do valor do débito - Conexidade entre as ações de busca e apreensão e revisional do contrato - Recomendável a reunião dos feitos em primeiro grau, para evitar decisões díspares - Se aceito o valor consignado pela agravante, de rigor a rejeição do pedido da agravada - Se não aceito nem completado, possível a excussão da garantia - Reconhecida a conexão, prevalece a prevenção da Câmara que julgou o primeiro recurso - Art. 105 do RITJSP - Declarada, pois, a competência da 20ª Câmara de Direito Privado, suscitada - Conflito procedente. (CC 00773030820148260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31617)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento interposto em "ação de reintegração de posse c.c. perdas e danos" - Demanda que não tem por fundamento o "instrumento particular de contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações" relativo ao imóvel firmado pelo agravado-autor com Angelmar, nem o discute - Causa de pedir consistente na posse legítima, porque apoiada em referido título - Ação movida contra terceiro, no caso, a ré agravante, e não contra o compromitente vendedor - Demanda que tem natureza de possessória pura, tanto que apoiada em ter o autor sofrido esbulho na posse - Matéria que se insere no rol de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras). Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitada (23ª Câmara de

Direito Privado). (CC 00772789220148260000 - Praia Grande - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23588)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 19ª e 8ª Câmaras de Direito Privado. Reintegração de Posse de bem imóvel - Compromisso de compra e venda de imóvel com cláusula resolutiva expressa - Matéria possessória que é secundária - Res. 623/13, art. 5º, I.25 - Competência das Câmaras 1ª à 10ª, que integram a Primeira Subseção de Direito Privado Competente a 8ª Câmara (suscitada) - Conflito de competência procedente. (CC 00765245320148260000 – Osasco - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32347)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de ressarcimento, movida por seguradora, sub-rogada nos direitos do segurado, o avalista Banco do Brasil S.A., relativos às Cédulas de Produto Rural inadimplidas pelo emitente - Ação movida contra este, e não contra o banco Nela não se discute o contrato de seguro, mas sub-rogação nos direitos e ações derivadas das Cédulas de Produto Rural - Matéria que se insere dentre as da Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras) - Interpretação sistemática e teleológica do sistema de distribuição de competências entre as Câmaras da Corte, a concluir que "o fundamental para concentração das matérias e reserva de competência está no negócio jurídico sobre o qual giram os efeitos contratuais" - Conflito julgado procedente e reconhecida a competência da Câmara suscitada (18ª Câmara de Direito Privado). (CC 00762058520148260000 – Espírito Santo do Pinhal - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23554)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação indenizatória decorrente de danos morais c.c. obrigação de fazer" - Alegação da autora de inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserida pela ré, mas que "não sabe de onde provem suposto débito qual nunca recebeu nenhum tipo de cobrança nesse sentido, bem como não teve nenhum tipo de relação comercial para a existência de suposta restrição creditícia" - Alegação adicional (na apelação) de que formulara proposta de aquisição de cartão de crédito que, no entanto, não se concretizou por falta de aprovação pela requerida, daí a inexistência de relação jurídica entre as partes, que pede seja declarada - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00723483120148260000 – Barueri - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23487)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação declaratória de inexigibilidade e nulidade de título com indenização por danos morais" - Cheque emitido em razão de corretagem, mas cujo negócio de venda de imóvel não se concluiu, sendo o pagamento sustado pelo emitente e protestado pelo corretor - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Irrelevância, para a definição da competência, da afirmação de o título ter sido emitido como pagamento de comissão na intermediação de compra e venda de imóvel que, todavia, não se concretizou em virtude de defeito na prestação do serviço do corretor e na desistência por parte do comprador - Conflito julgado procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (38ª Câmara de Direito Privado). (CC 00700913320148260000 – Rio Claro - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23457)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de repetição de indébito" movida em face da Embratel por cliente da Telefônica que recebeu em sua fatura mensal cobrança de ligação de longa distância operada por aquela, ligação, no entanto, que não teria realizado - Discussão versando serviços de telefonia que, segundo o relato inicial, se deram defeituosamente, ensejando a cobrança e pagamento indevidos - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado II e III (11ª a 38ª Câmaras) - Conflito procedente, declarada

competente a Câmara suscitada (22ª Câmara de Direito Privado). (CC 00687307820148260000 – Araraquara - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23446)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Apelação interposta em "ação revisional de contrato de financiamento c.c. pedido liminar e consignação em pagamento" - Contrato de CDC - Discussão restrita aos encargos financeiros de natureza bancária - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Conflito julgado procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (24ª). (CC 00653747520148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23421)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c.c. responsabilidade civil, indenização por danos morais e tutela antecipada" - Alegação da autora de, inexistente relação jurídica, ter havido indevida inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato (aquisição de telefone celular) do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00553135820148260000 – Jardinópolis - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23561)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Apelação interposta em "ação civil coletiva" movida por associação (UNICONS), em face de revendedora de veículos, e não instituição financeira, objetivando a restituição aos consumidores que pagaram a discutida "taxa de retorno" embutida no valor de compra de veículos e inserida nos contratos de financiamento - Demanda que não versa sobre contrato bancário de financiamento, mas de mediação - Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado (art. 5º, III.11, da Resolução nº 623/2013) - Precedentes do Grupo Especial de Direito Privado - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado). (CC 00540153120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23449)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ações de "consignação em pagamento" fundada em contrato de consórcio e de "busca e apreensão" de bem alienado fiduciariamente, julgadas conjuntamente - Causa de pedir remota, em ambas as demandas, no caso, consistentes nos contratos de consórcio e de alienação fiduciária em garantia - Consignação que, sem discutir o financiamento ou encargos, tem como causa de pedir próxima, a mora da administradora, que teria se recusado a receber parcela ajustada, pedindo o autor a liberação da obrigação de pagar e a evitar a retomada do bem; busca e apreensão que tem como causa próxima a mora do consorciado, pedindo a autora a execução do contrato mediante a retomada da posse do bem - Ações conexas que reclamam decisão conjunta - Demanda consignatória que deve ser julgada em primeiro lugar, porque dependente de seu resultado a execução da garantia - Competência da Subseção II, que prevalece sobre a da Subseção III - Conflito julgado procedente, e competente a E. Câmara suscitante. Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitante (17ª Câmara de Direito Privado). (CC 00483408720148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23562)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de declaração de nulidade de negócio jurídico cumulada com indenização por danos morais" - Causa de pedir fundada em que a autora da ação era titular de direitos sobre veículo financiado e dado em alienação fiduciária à BV Financeira - Pretendendo vende-lo, deixou-o em consignação com negociante de veículos, que o "adquiriu", obrigando-se a pagar as prestações a referida financeira - Comprador que não só deixou de pagar as parcelas, como vendeu o veículo a terceira pessoa, que, indevidamente, firmou contrato de arrendamento mercantil (leasing) com o Banco Itaú -

Identificada e procurada, essa pessoa restituiu o automóvel - Demanda que não versa contrato bancário ou de leasing entre partes, mas declaração de nulidade de negócio jurídico celebrado entre terceiros, mas que atinge o patrimônio jurídico da autora - Ação fundada na responsabilidade civil extracontratual - Competência da Subseção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras), nos termos do art. 5º, "I.29", da Resolução 623/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00465523820148260000 - São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23703)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação declaratória de inexistência de débitos c.c. reparação de danos morais" - Alegação do autor de que houve inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato bancário (financiamento) do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (1ª Câmara de Direito Privado). (CC 00414711120148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23462)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com reparação de danos morais - Alegação da autora de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pela ré em virtude de contrato do qual não participou - Demanda que versa sobre responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00407488920148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23563)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de indenização por danos morais" - Alegação da autora de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, em virtude de "resíduos" em conta corrente, consoante lhe teria dito o banco requerido - Autora que não nega manter contrato bancário com o réu, dizendo apenas nada dever ao banco - Demanda que versa sobre contrato bancário - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado II, nos termos do art. 5º, II.4, da Resolução nº 623/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (11ª Câmara de Direito Privado). (CC 00347452120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23705)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento interposto em "ação revisional de contrato" ("instrumento particular de venda e compra de bem imóvel, financiamento com garantia de alienação fiduciária de imóvel e outras avenças") - Pedido principal de que sejam revistas as cláusulas financeiras do ajuste - Pretensão final, de que seja anulada a alienação extrajudicial que constitui consequência da revisão das cláusulas contratuais, não obstante acrescida a motivação da venda a preço vil - Impossibilidade de que se tenha a causa como respeitante apenas ao pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia do imóvel financiado - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (12ª). (CC 00145675120148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22693)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização de danos decorrentes de busca e apreensão de veículo objeto de garantia fiduciária - Danos decorrentes da excussão da garantia fiduciária do veículo, bem móvel - Competência da Seção de Direito Privado III - Art. 5º, III, 3 e 14, da Resolução nº 623/13 do TJSP - Conflito procedente. (CC

00810185820148260000 – Birigui - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 18/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31725)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Ação de indenização por dano moral – Autora que alega ter sido vítima de injúria racial praticada por motorista de ônibus regular, no interior do coletivo – Pretensão ao ressarcimento com fundamento na responsabilidade objetiva do prestador de serviço público – Art. 37 §6º da Constituição Federal – Contexto de contrato de transporte, tendo o ilícito sido praticado por preposto da permissionária - Competência da 2ª Subseção de Direito Privado, com fundamento no art. 5º, II, 1, da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado – Conflito procedente. (CC 00757979420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 05/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31599)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse - Ação possessória fundada em rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Art. 5º, inciso I, item 'I.25' da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00687108720148260000 - Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32597)

TURMA ESPECIAL

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. PLANO DE EXPANSÃO. "Conflito de competência - Contrato de participação financeira em plano de expansão de rede de telefonia - Questão que envolve obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços de telefonia - Conflito de competência julgado procedente, reconhecida a competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras, cabendo a devida redistribuição, observados os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Resolução nº 623/2013, publicada em novembro do corrente ano." (CC 01983351420138260000 – Novo Horizonte – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16486)

COMPETÊNCIA. APOSENTADORIA DO RELATOR. JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU. PREVENÇÃO DA CÂMARA. "Conflito de competência - Recurso - Agravo de Instrumento - Distribuição por prevenção - Aposentadoria do relator, Juiz Substituto em 2º Grau - Fato que não rompe a prevenção anterior da Câmara - Regimento Interno, art. 102, caput e § 1º, c.c. art. 69, parágrafo único - Precedentes da Turma Especial 2 – Competência da Câmara suscitada." (CC 00762736920138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 2 - Relator Matheus Fontes – 10/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 30574)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. "Competência recursal. Prevenção. Agravo de instrumento interposto no curso de embargos à arrematação conexo a ação monitória fundada em cheque prescrito, em fase de liquidação de sentença. Distribuição e julgamento anterior perante a 15ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção. Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados. Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga. Inteligência dos artigos 69, parágrafo único e 102 caput e

§ 1º do Regimento Interno deste Tribunal. Precedentes deste Tribunal. Competência da Câmara suscitante. Dúvida procedente." (CC 00793871620138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 2 - Relator José Reynaldo – 10/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 14835)

COMPETÊNCIA." Conflito negativo de competência - Agravo de Instrumento - Execução relativa à cédula de crédito bancário - Pedido de suspensão do processo, nos termos do art. 265-V do CPC, em face de ação revisional anteriormente ajuizada pelos executados contra o exequente - Pedido indeferido, ensejando a interposição de recurso pelos devedores, que foi distribuído à Colenda 22ª Câmara de Direito Privado deste Tribunal de Justiça - Recurso não conhecido por esta, em face da prevenção, nos termos do art. 102 do Regimento Interno deste Tribunal, da Colenda 18ª Câmara desta Côrte, em decorrência de ter julgado anteriormente agravo de instrumento proveniente da ação revisional - Inadmissibilidade - Questão relativa à existência de conexão ou continência entre as demandas que deve ainda ser apreciada no julgamento do recurso interposto pelos executados, nos autos da execução, motivo pelo qual somente após este julgamento poder-se-á cogitar sobre eventual prevenção da Câmara suscitante - Competência da Colenda 22ª Câmara de Direito Privado para conhecimento e julgamento do recurso - Conflito procedente." (CC 01935544620138260000 – São Paulo – Turma Especial Privado 2 – Relator Thiago de Siqueira – 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25864)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Apelação - Julgamento de recurso pela Câmara suscitante - Prevenção - Art. 102, § 1º do RITJSP - Relatoria de Juiz Substituto em 2º Grau - Irrelevância de o Juiz substituto não mais ocupar cadeira na Câmara - Prevenção que é da Câmara e não do Magistrado ou da cadeira - Regra que, ademais, incide em relação à distribuição do presente recurso, por ter sido feita sob sua vigência – Competência da 15ª Câmara de Direito Privado para conhecimento e julgamento do recurso Conflito procedente." (CC 01342501920138260000 - São Paulo – Turma Especial Privado 2 – Relator Thiago de Siqueira – 24/04/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 24985)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - prevenção - aplicação do art. 105 do Regimento Interno - Recurso proveniente de ação derivada da mesma relação jurídica - Ausência de identidade de partes - Irrelevância - prevenção da 16ª Câmara - conflito julgado procedente." (CC 02088345720138260000 – Cubatão - Turma Especial Privado 2 – Relator Coutinho Arruda - 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23181)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação tirada contra r. sentença que julgou procedentes em parte os embargos monitórios opostos pelo réu - Distribuição do recurso a Exmo. Desembargador Relator da 22ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu e determinou a remessa, via representação, à 20ª Câmara de Direito Privado, por reconhecer a prevenção desta última em razão do julgamento, em 26.03.2012, da apelação nº 9086326-92.2009.8.26.0000, em ação da mesma natureza entre as mesmas partes, também originária da comarca de José Bonifácio - Contratos distintos - Relações jurídicas diversas - Inexistência de conexão e prevenção - Artigo 102, caput, do Regimento Interno de 02.10.2009 e artigo 105, caput, do novel Regimento Interno de 25.09.2013 Prevalência da primeira distribuição - Conflito procedente – Competência reconhecida da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 01897411120138260000 – José Bonifácio - Turma Especial Privado 2 – Relator Correia Lima - 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24231)

COMPETÊNCIA. "Turma especial - Suscitação de dúvida de competência - Conexão e prevenção - Art. 102 do Regimento Interno do TJSP - Inocorrência - Reconhecido que o julgamento do recurso de apelação anterior, pela 19ª Câmara de Direito Privado, ora suscitante, não gera prevenção - Apelo que foi tirado de ação declaratória de nulidade de citação e de arrematação, a qual já foi julgada em 1ª e 2ª instâncias - Agravo de instrumento posterior, livremente distribuído a 11ª Câmara de Direito Privado, que é tirado de ação ordinária de indenização por danos morais e materiais - Inexistência de conexão entre as demandas - Inaplicabilidade do art. 103 do CPC, bem como do art. 102 do RITJSP - Fixada a competência

da 11ª Câmara de Direito Privado, prevalecendo a livre distribuição – Conflito de competência procedente." (CC 01404929120138260000 – São Paulo - Turma Especial Privado 2 – Relator Salles Vieira - 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20981)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Prevenção não observada. 1. O equívoco da serventia ao não observar a existência de Câmara preventa no momento da distribuição não acarreta sua cessação. 2. A Câmara ou Grupo que primeiro conhecer de uma causa, ainda que não apreciado o mérito, ou de qualquer incidente, terá a competência preventa para os feitos originários conexos e para todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, incidente, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados (RITJSP, art. 102). Dúvida de Competência procedente para declarar a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 01350383320138260000 – Sumaré – Turma Especial – Privado 2 – Relator William Marinho – 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23194)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Prevenção - Aplicação do art. 105 do Regimento Interno - Recurso proveniente de ação derivada da mesma relação jurídica - Ausência de identidade de partes - Irrelevância - Prevenção da 16ª Câmara - Conflito julgado procedente." (CC 02088345720138260000 – Cubatão – Turma Especial – Privado 2 – Relator Coutinho de Arruda – 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23181)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação tirada contra r. sentença que julgou procedentes em parte os embargos monitórios opostos pelo réu - Distribuição do recurso a Exmo. Desembargador Relator da 22ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu e determinou a remessa, via representação, à 20ª Câmara de Direito Privado, por reconhecer a prevenção desta última em razão do julgamento, em 26.03.2012, da apelação nº 9086326-92.2009.8.26.0000, em ação da mesma natureza entre as mesmas partes, também originária da comarca de José Bonifácio - Contratos distintos - Relações jurídicas diversas - Inexistência de conexão e prevenção - Artigo 102, "caput", do Regimento Interno de 02.10.2009 e artigo 105, "caput", do novel Regimento Interno de 25.09.2013 - Prevalência da primeira distribuição - Conflito procedente – Competência reconhecida da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 01897411120138260000 – José Bonifácio – Turma Especial – Privado 2 – Relator Correia Lima – 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24231)

COMPETÊNCIA. "Turma especial – Suscitação de dúvida de competência – Conexão e prevenção – Art. 102 do Regimento Interno do TJSP – Inocorrência - Reconhecido que o julgamento do recurso de apelação anterior, pela 19ª Câmara de Direito Privado, ora suscitante, não gera prevenção - Apelo que foi tirado de ação declaratória de nulidade de citação e de arrematação, a qual já foi julgada em 1ª e 2ª instâncias - Agravo de instrumento posterior, livremente distribuído a 11ª Câmara de Direito Privado, que é tirado de ação ordinária de indenização por danos morais e materiais - Inexistência de conexão entre as demandas - Inaplicabilidade do art. 103 do CPC, bem como do art. 102 do RITJSP - Fixada a competência da 11ª Câmara de Direito Privado, prevalecendo a livre distribuição – Conflito de competência procedente" (CC 01404929120138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 2 – Relator Salles Vieira – 24/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20981)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. - Recurso de agravo de instrumento interposto nos autos de ação discriminatória em fase de cumprimento de sentença. - Relator sorteado pertencente à 38ª Câmara de Direito Privado. - Distribuição anterior de ação rescisória de acórdão proferido nos autos da ação discriminatória perante o 19º Grupo de Câmaras da Seção de Direito Privado. - Distribuição do recurso posterior que deve ser feita livremente entre as Câmaras integrantes do mesmo Grupo de Câmaras em que distribuída a ação rescisória. - Prevenção inexistente. - Relator da ação rescisória impedido de ser relator do agravo de instrumento interposto contra decisão exarada nos autos principais, em que proferido o acórdão rescindendo. - Artigos 40, I, 112, § 2º e 235, III do Regimento Interno deste Tribunal, com redação que passou a vigorar em novembro de 2013. - Conflito de competência acolhido, para declarar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado para o julgamento do agravo de

instrumento." (CC 00341338320148260000 – Presidente Venceslau – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator José Reynaldo – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.639).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação monitória - Recurso distribuído na vigência do Regimento Interno anterior deste E. TJ/SP - Incidência da norma vigente à época da distribuição - Art. 226, par. 2º - Prevenção que não prevalece no caso em tela - Distribuição livre - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 00285736320148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.975).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. Câmaras da Subseção II da Seção de Direito Privado (24ª e 14ª Câmaras de Direito Privado). Contrato Bancário. Ação monitória de cobrança de saldo de contrato de limite de crédito. Exceção de incompetência. Embargos de declaração opostos no agravo de instrumento e julgados pela 24ª Câmara de Direito Privado. Interposição de recurso especial que redundou na devolução dos autos àquela Câmara pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que tenham novo julgamento. Desembargador Relator dos Embargos cuja designação cessou naquele órgão, passando a judicar noutra Câmara. Irrelevância. Juiz certo a quem se deveria distribuir os autos para julgar na Câmara originária, compondo a mesa, tanto quanto possível, com demais integrantes daquele órgão que tenham participado do anterior julgamento. Superveniência, entretanto, do falecimento do juiz certo. Fato que não altera a prevenção do órgão já instaurada por força do liame com o juiz certo. Substituição deste pelo desembargador remanescente da Câmara. Observância (RI ant., art. 230, §§ 1º e 4º; RI atual, art. 109, § 1º). Conflito procedente em parte, com determinação de remessa à 24ª. Câmara de Direito Privado, porém com conclusão ao único Desembargador remanescente da Turma julgadora e que, nos termos do Regimento Interno, passou a substituir o juiz certo (falecido)." (CC 00512213720148260000 – São Paulo – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gilberto dos Santos – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.956).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência. Câmaras da Subseção II da Seção de Direito Privado (16ª e 18ª Câmaras de Direito Privado). Contrato bancário de abertura de crédito. Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com pedido de repetição de indébito. Anterior agravo de instrumento incidente na mesma ação julgado pela Colenda 16ª Câmara de Direito Privado. Prevenção cessada diante do anterior Regimento Interno da Corte que assim previa quando da ausência do relator e de juízes que com ele integraram órgão fracionário com visto nos autos. Inteligência do art. 226, § 2º, do antigo RITJ, vigente à época da distribuição a ser observada. Precedentes. Conflito procedente, com determinação de remessa à 18ª. Câmara de Direito Privado." (CC 01997442520138260000 – Osasco – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gilberto dos Santos – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25.607).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Câmaras do Tribunal de Justiça - Prevenção gerada em razão de anterior julgamento de recurso de agravo de instrumento e de apelação - Relator que não integra mais a Câmara - Circunstância que não faz cessar a prevenção, em razão da disposição do art. 105, § 1º, do RITJ Competência da 14ª Câmara de Direito Privado, que primeiro conheceu de recursos anteriormente interpostos na mesma execução - Inocorrência de prevenção da 12ª Câmara de Direito Privado, que decidiu ação civil pública - Execução em que foi interposto o agravo foi proposta depois do ajuizamento da ação civil pública - Conflito procedente, com o reconhecimento de competência da 14ª Câmara de Direito Privado." (CC 01349976620138260000 – Penápolis – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Álvaro Torres Júnior – 21/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.923).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Turma Especial. Demanda fundada em contrato de Participação Financeira (Linhas Telefônicas). Demanda não versa sobre responsabilidade civil extracontratual e sim sobre dividendos de ações oriundas de contratos de telefonia e cláusula

ali inserida. Competência das 11ª/38ª Câmaras de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça. Precedentes. Inexistência de competência residual das 1ª/10ª Câmaras. Procedência ao conflito suscitado, fixando a Competência para a análise do presente recurso entre uma das 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado deste Tribunal, determinando, assim, a redistribuição do feito." (CC 02039420820138260000 – Novo Horizonte – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 5.845).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Câmara especializada e Câmara de Direito Privado (I). Recurso interposto em ação cuja causa de pedir remonta a contrato de prestação de serviço de registro de marca. Matéria que se encontra adstrita à competência preferencial e comum das Subseções II e III de Direito Privado. Artigo 5º, §§ 1º e 2º, Res. nº 623/2013. Precedentes do Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, determinada a redistribuição do inconformismo." (CC 00295566220148260000 – Águas de Lindóia – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Beretta da Silveira – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35.765)

Direito Privado 3

ÓRGÃO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência - Acidente envolvendo motocicleta – Ação indenizatória promovida em face da concessionária que administra rodovia em questão - Competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado – Resolução 605/2013 - Conflito julgado procedente - Competência da 32ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 04374420138260000 – Sumaré – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 25658)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência - Acidente envolvendo veículo – Ação indenizatória promovida em face da concessionária que administra a rodovia em questão - Competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado – Resolução 605/2013 - Conflito julgado procedente - Competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01664663320138260000 – Guaratinguetá – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 25657)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. IRRELEVÂNCIA. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Dúvida de competência. Ação de indenização por dano causado em acidente de trânsito. Veículo envolvido (supostamente causador do dano) que pertence a empresa concessionária de serviços públicos. Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução n° 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP n° 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para "ações que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte". Dúvida procedente. Competência da C. 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01669435620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 23109)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE FERROVIÁRIO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência. Ação de indenização ajuizada em face de pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público (transporte ferroviário). Abordagem, na exordial, da responsabilidade civil objetiva da ré, com fulcro no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Matéria, não obstante, afeta às Câmaras de Direito Privado. Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução n° 605/2013, cc. o Provimento n° 63/2004. Precedente deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01918405120138260000 – Itapecerica da Serra – Órgão Especial – Relator Luís Soares de Mello – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29258)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos morais e materiais a envolver responsabilidade de empresa concessionária de serviço público, por ilícito extracontratual, acidente de trânsito - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 27ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 02002579020138260000 – Campinas – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 00193)

COMPETÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PÚBLICO. "Conflito de competência - "Ação ordinária de anulação de rescisão unilateral de contrato administrativo", fundada em licitação na modalidade de concorrência, objetivando "a prestação de serviços de implantação e manutenção de dispositivos redutores de velocidade (lombadas)" - Prefeitura do Município de São Paulo, beneficiária final dos serviços contratados, por intermédio do Departamento de Operação do Sistema Viário DSV - Discussão em torno dos limites de cumprimento de contrato administrativo, firmado a partir de procedimento de licitação - Competência preferencial das 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público (art. 3º, I.3, da Resolução 623/2013) - Conflito procedente, para afirmar competente a 5ª Câmara de Direito Público." (CC 01882359720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 21740)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE VEÍCULO. VIATURA DA POLÍCIA MILITAR. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência - Ação de indenização - Acidente de trânsito envolvendo viatura da Polícia Militar. A competência para processar e julgar ação de indenização decorrente de acidente envolvendo veículos automotores, sendo um deles de propriedade de ente de direito público, é da Subseção de Direito Privado III (Câmaras 25ª a 36ª). Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "c", da Resolução n° 194/2004, com a nova redação dada pela proposta de Resolução aprovada pelo Órgão Especial na sessão de 26.06.2013, materializada na Resolução 605/2013. Reconhecida a competência da 34ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente." (CC 01940593720138260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 30155)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito Negativo de Competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos materiais a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente de trânsito entre o carro dirigido pelo autor e viatura policial - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 25.ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 02044565820138260000 – Mogi-Guaçu - Órgão Especial - Relator Luis Ganzerla – 15/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 00197)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência. Pretensão de

indenização por danos morais e estéticos decorrentes de atropelamento por ônibus de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público. Resolução nº 605/2013 estabelecendo a competência preferencial da Eg. Terceira Subseção de Privado para julgamento de ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veiculo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Competência da 32ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda. (art. 201 do RITJ/SP). Conflito procedente. Competente a Câmara suscitada." (DM CC 00034826820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 16/01/2014 – Voto nº 30004)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos moral e estético decorrente de acidente de veículo. Matéria de competência da Seção de Direito Privado, nos termos art. 2º, III, alínea "c" da Resolução nº 194/2004, alterada pela Resolução nº 605/2013. Resolução revogada pela nova Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente. Remessa para a Câmara suscitada - 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 02002751420138260000 - São Vicente - Órgão Especial - Relator Cauduro Padin – 15/01/2014 - Votação Unânime – Voto nº 21184)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. TRANSPORTE FÉRREO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. MATÉRIA AFERTA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência. Acidente de veículo. Responsabilidade civil extracontratual. Sociedade de economia mista prestadora de serviço público. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. artigo 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara suscitada (29ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01918231520138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30490)

COMPETÊNCIA. AÇÃO REGRESSIVA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência - Ação regressiva de cobrança de indenização, em razão de acidente, ajuizada por particular contra o Estado - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada, nos termos da nova redação dada à alínea "c" do inciso III do artigo 2º da Resolução n° 194/2004 - Determinação à Secretaria." (CC 01968057220138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 15862)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. VIATURA DA POLÍCIA MILITAR. "Conflito de competência - Ação de indenização - Acidente de trânsito envolvendo viatura da Polícia Militar. A competência para processar e julgar ação de indenização decorrente de acidente envolvendo veículos automotores, ainda que um deles seja de propriedade de ente de direito público, é da Subseção de Direito Privado III (Câmaras 25ª a 36ª). Inteligência do artigo 5º, inciso III, 15, da Resolução nº 623/2013. Reconhecida a competência da 30ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente." (CC 01981775620138260000 – Itapecerica da Serra - Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30158)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Duvida de Competência - Ação de reparação de danos - Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo, promovida em face de concessionária de serviço público – Competência recursal regulada pela Resolução n° 194/04, com as alterações advindas da Resolução n° 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 – Dúvida de competência acolhida - Competência da Colenda 31ª (Trigésima Primeira) Câmara de Direito Privado desta Egrégia

Corte." (CC 01918388120138260000 – Amparo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 16371)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. ATROPELAMENTO FÉRREO. "Conflito de competência entre a 30ª Câmara de Direito Privado e a 12ª Câmara de Direito Público - Ação de reparação de danos advindos de atropelamento por composição férrea da CPTM, que atua no serviço de transporte, por concessão pública - Matéria que se insere na competência da Terceira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, III.15, da Resolução nº 605/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 02061661620138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Grava Brazil – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 0284)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DE AUTARQUIA. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de competência. Acidente de trânsito. Responsabilidade civil extracontratual de autarquia. Ente público da administração indireta. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c' da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. artigo 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Embargos à execução. Apelação cível. Competência para julgamento da execução que deve seguir a competência para julgamento do conhecimento. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara suscitada (28ª de Direito Privado)." (CC 02017518720138260000 - Birigui - Órgão Especial - Relator Márcio Bartoli – 29/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30576)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 605/2013. **"**Acidente de trânsito, envolvendo empresa de transporte coletivo, concessionária de serviço público. Conflito de competência entre a 5ª Câmara de Direito Público e a 27ª Câmara de Direito Privado. 1. Nos termos da recente Resolução n° 605/2013, aprovada em 19 de junho de 2013, alterando a redação do artigo 2º, inciso III, alínea c da Resolução 194/2004, assim resultou definida a distribuição de competência entre as Câmaras julgadoras: "25ª a 36ª Câmaras, com competência preferencial do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, não abrangida no inciso anterior, acrescida das ações que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veiculo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo, além da que cuida a alínea "d"".
2. Deve-se, pois, atentar-se à matéria antes de se observar o perfil do ocupante de qualquer dos polos, cabendo à 27ª Câmara de Direito Privado apreciar e julgar o presente recurso. 3. Acolheram o conflito, determinando a remessa dos autos à 27ª Câmara de Direito Privado desta Corte." (CC 02090199520138260000 – Guarulhos – Órgão Especial - Relator Vanderci Álvares – 29/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23031)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. RESOLUÇÃO Nº 605/2013. "Conflito de Competência. Ação de indenização ajuizada em face de pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público. Abordagem, na exordial, da responsabilidade civil objetiva da ré, com fulcro no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Matéria, não obstante, afeta às Câmaras de Direito Privado. Resolução n° 194/2004, com redação dada pela Resolução n° 605/2013, cc. o Provimento n° 63/2004. Precedente deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 02063818920138260000 – Mauá – Órgão Especial - Relator Luis Soares de Mello – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29379)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES. "Conflito de Competência - Recurso de apelação interposto em ação monitoria ajuizada por fundação pública municipal para cobrança de mensalidades escolares não pagas - Competência para

exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Pretensão inicial que se funda exclusivamente em contrato de prestação de serviços escolares firmado entre autora e réu, que representaria 'prova escrita sem eficácia de título executivo', hábil a embasar a presente ação - Solução da controvérsia posta nos autos, portanto, que se insere apenas pelo exame de matéria relativa a obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços escolares - Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 5º, inciso III, item III. 13, e § 1º, da Resolução n° 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da suscitada 27ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o presente recurso." (CC 02032362520138260000 – Mogi-Guaçu – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 18241)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE EMPREITADA E SUBEMPREITADA. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. "Conflito de Competência - Recurso de apelação interposto em ação de ressarcimento por rescisão de contrato de subempreitada para realização de obras públicas - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Demanda proposta em face da contratante e da autarquia municipal licitante que veio fundada na avença rompida e no contrato administrativo que a precedeu, alegando-se suposta obrigação legal solidária das demandadas no pagamento dos valores postulados pela autora, envolvendo, portanto, responsabilidade civil contratual e extracontratual de pessoa jurídica de direito público - Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às Ia a 13ª Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 3º, inciso I, itens 1.3 e 1.7, da Resolução n° 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça de São Paulo – Prevenção gerada pelo julgamento de anterior agravo de instrumento pela Câmara suscitante, integrante da Seção de Direito Privado desta Corte, que não pode prevalecer diante de norma que estabelece a competência das Câmaras de Direito Público, em razão da matéria — Precedentes deste Órgão Especial - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da Câmara suscitada (3ª Câmara de Direito Público) para processar e julgar o presente recurso." (CC 01989908320138260000 – São José do Rio Preto - Órgão Especial - Relator Paulo Dimas Mascaretti – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 18211)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de indenização por danos morais. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo ao pagamento de indenização por acidente de veículo, a competência é das Câmaras da Sub-Seção III de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitada (27ª de Direito Privado)." (CC 01890769220138260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Ruy Coppola – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25987)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. "Dúvida de Competência - Apelação Cível - Ação de indenização por ato ilícito, movida em face de Prefeitura Municipal de Piracicaba - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 605/2013, alterada pela Resolução 623/13 desta Corte Prevenção - Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada." (CC 02057756120138260000 - São Paulo – Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto n° 30456)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. "Conflito de Competência. Acidente de veículo de transporte coletivo. Ação de reparação de danos ajuizada em face de pessoa jurídica de direito público. Abordagem, na exordial, da responsabilidade civil do Estado, com fulcro no art. 37, § 6°, da Constituição Federal. Matéria, não obstante, afeta às Câmaras de Direito Privado. Resolução n° 194/2004, com redação dada pela Resolução n°

605/2013, cc. o Provimento n° 63/2004. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 02017527220138260000 – Monte Aprazível - Órgão Especial - Relator Luis Soares de Mello – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29361)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. "Conflito de competência – Ação relativa à indenização por danos morais decorrentes de acidente de veículo com vítima fatal – Atropelamento ocasionado por ônibus pertencente à concessionária de serviço público - Competência da Câmara de Direito Privado - Resolução n° 605/2013 do Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Acolhe-se o conflito, reconhecendo-se a competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 01991155120138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Xavier de Aquino – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25586)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO POR TREM. "Conflito de Competência - Ação de indenização fundada em acidente de veículo (atropelamento por trem) - Art. 2º, III, c, da Resolução nº 194/2004, com a nova redação dada pela Resolução nº 605/2013 - Competência da suscitada 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01939242520138260000 – Itu - Órgão Especial - Relator Antonio Vilenilson – 29/01/2014 - Votação Unânime – Voto nº 21080)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ANIMAL NA PISTA DE ROLAMENTO DE RODOVIA. "Dúvida de Competência - Apelação Cível - Ação de indenização por ato ilícito, movida em face de Prefeitura Municipal de Piracicaba - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 605/2013, desta Corte - Prevenção - Inocorrência – Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada." (CC 01984287420138260000 – Itu - Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30512)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência. Acidente de veículo envolvendo ambulância do município e veículo particular. Responsabilidade objetiva do Estado irrelevante para fixação de competência. Aplicação da Resolução 605/2013, que modificou a alínea "c", do inciso III, do artigo 2º da Resolução nº 194/2004, incluindo na competência da 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 02005298420138260000 – Votuporanga – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28342)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO REGRESSIVA DE SEGURADORA. "Conflito de competência - Recurso de apelação interposto em ação regressiva ajuizada por companhia seguradora em face de concessionária de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica para ressarcimento de despesas que suportou para reparo de danos causados em equipamentos de condomínio segurado - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Petição inicial que invoca a responsabilidade objetiva da demandada de forma meramente reflexa, pautando sua pretensão nos direitos decorrentes do alegado descumprimento do contrato de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica existente entre a Elektro e o Condomínio Edifício Itaguassu Itaguaré, nos quais se subrogou em razão da execução do contrato de seguro residencial - Atribuição que, nesse passo, insere- se dentre aquelas conferidas às 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 5º, inciso III, item III.13, e § 1º, da Resolução n° 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça - Conflito conhecido e provido

para fixar a competência da suscitada 35ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o presente recurso." (CC 02053191420138260000 – Campinas – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18270)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL. MUNICIPALIDADE. AVENÇA DE CARÁTER PRIVADO. "Conflito de competência. Apelo de sentença de procedência parcial a ação de indenização proposta para ressarcimento de danos causados a imóvel locado pela Municipalidade no período contratual. Competência da 31ª Câmara de Direito Privado para apreciar o recurso na medida em que pretensão está vinculada a contrato de locação pactuado entre as partes, de caráter nitidamente privado. Competência firmada em razão da matéria e não da pessoa. Precedentes. Conflito procedente. Competente a Câmara suscitada." (CC 00055421420148260000 – Mogi-Guaçu – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30068)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos morais e materiais a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente entre ônibus - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, determinada, porém, a redistribuição dos autos a uma das C. 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado." (CC 00059093820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 214)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚLBICO. "Dúvida de competência - Ação de reparação de danos - Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo, promovida em face de concessionária de serviço público - Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 - Dúvida de competência acolhida." (CC 01993354920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16555)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Dúvida de competência - Ação de reparação de danos - Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo - Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 - Dúvida de competência acolhida - Competência da Colenda 28ª (Vigésima Oitava) Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte." (CC 02044452920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16569)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS MORAL E ESTÉTICO. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Conflito de competência. Ação de indenização por danos moral e estético decorrente de acidente de veículo. Matéria de competência da Seção de Direito Privado, nos termos do art. 2º, III, alínea "c" da Resolução nº. 194/2004, alterada pela Resolução nº. 605/2013. Resolução revogada pela nova Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente. Remessa para a Câmara suscitada - 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 02052533420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21261)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULOS. "Conflito negativo de competência - Pretensão da Fazenda estadual de ressarcir o prejuízo ao erário causado por

acidente envolvendo viatura policial, dirigida pela acionada, e bicicleta de terceiro - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 27.ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00038342620148260000 – São Bernardo do Campo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 213)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Conflito de competência. Acidente de trânsito. Reparação de danos materiais. Demanda ajuizada com fundamento na culpa e responsabilidade subjetiva de terceiro. Matéria que se insere na competência da Seção de Direito Privado III. Alínea 'c' do inciso III do artigo 2º da Resolução n. 194/2004. Competência para julgar as ações 'que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veículo, bem como as que digam respeito a seguro, obrigatório ou facultativo'. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da C. 25ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal." (CC 02023026720138260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38775)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Conflito de competência. Reparação de danos materiais e morais. Acidente automobilístico envolvendo ônibus de empresa prestadora de serviço público. Matéria que se insere na competência da 25ª à 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado. Resolução n. 194/2004, art. 2º, inciso III, alínea "c", com a modificação advinda da Resolução n. 605/2013. Competência para julgar as ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente para estabelecer a competência da C. 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 02063437720138260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38864)

COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. "Competência recursal. Propositura que versa sobre contrato de previdência privada. Julgamento afeto às Câmaras da 1ª Subseção de Direito Privado. Expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013, que não pode ser compreendida fora do contexto. Inexistência de motivo para se supor que o dispositivo tenha querido alocar na Seção de Direito Público não apenas as demandas pertinentes à previdência dos servidores públicos como, ainda, as fundadas em contratos celebrados por particular com entidades abertas e regidos pelo direito privado. Conflito de Competência acolhido." (CC 01910012620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23360)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Dúvida de competência. Ação de indenização por dano causado em acidente de trânsito. Veículo envolvido (supostamente causador do dano) que pertence ao Estado (Polícia Militar). Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP nº 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Critério mantido pelo art. 5º, item III.15, da Resolução nº 623, de 16 de outubro de 2013. Dúvida procedente. Competência da C. 31ª Câmara de Direito Privado." (CC 02053113720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23137)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos materiais e morais - Colisão de dois veículos com três vítimas fatais e outras três com graves ferimentos - Alegação de culpa por omissão das requeridas, dentre elas concessionária de serviço público - Nos termos da Resolução nº 623/2013, são de competência da Subseção de Direito Privado III as "ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito

ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo" - Competência da Câmara suscitada também em virtude de prevenção, porque para ela anteriormente distribuído agravo de instrumento, convertido em retido por ato do relator - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01993398620138260000 – Mairinque – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21992)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. “Dúvida de competência - Apelação Cível - Ação de indenização por ato lícito, movida em face de empresa prestadora de serviço público - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 605/2013, desta Corte - Prevenção - Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada.” (CC 00019809420148260000 – Ribeirão Preto – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30521)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE ALUGUÉIS. BENS MÓVEIS. CARTÓRIO DE NOTAS. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. “Conflito de competência. Ação de arbitramento de aluguéis de bens móveis que guarnecem o Segundo Cartório de Notas da Comarca de São José do Rio Preto. Matéria de competência da Seção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº. 623/2013. Conflito de competência procedente. Remessa para a Câmara suscitada - 30ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00033666220148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21375)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. “Conflito de Competência. Ação indenizatória por acidente de veículo. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da suscitada.” (CC 00033779120148260000 – Araçatuba – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23622)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. “Conflito de Competência. Ação indenizatória por acidente de veículo. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Irrelevância da particularidade de se cuidar de propositura contra concessionária ou permissionária de serviço público. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Descabimento da recusa de competência com base em norma que já não subsiste. Conflito acolhido, reconhecida a competência da suscitada.” (CC 00059041620148260000 – Santo André – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23596)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. “Conflito de competência entre a 30ª Câmara de Direito Privado e a 2ª Câmara de Direito Público - Ação condenatória, para satisfação de créditos decorrentes de títulos emitidos ao portador, para a restituição de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica - Litígio que não gira em torno de questão tributária - Obrigação irradiada da prestação de serviços de energia elétrica - Matéria que se insere na competência das Segunda e da Terceira Subseções de Direito Privado, nos termos do art. 5º, § 2º, da Resolução nº 605/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 30ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00018812720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 293)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. “Conflito de competência entre a 9ª Câmara de Direito Público e a 28ª Câmara de Direito Privado - Ação de reparação de danos advindos da colisão do veículo do autor com animal que surgiu na rodovia sob concessão da ré - Matéria que se insere na competência da Terceira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, III.15, da Resolução nº 605/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 28ª Câmara de Direito Privado.”

(CC 00057084620148260000 – São Carlos – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 295)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA DE TAXA DECLARADA INCONSTITUCIONAL. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de Competência. Ação de repetição de indébito cumulada com indenização. Demanda intentada contra o DAE S.A. - Água e Esgoto, envolvendo exclusivamente discussão sobre eventual enriquecimento ilícito da empresa ré, por cobrar taxa declarada inconstitucional pelo C. Órgão Especial, com efeito "erga omnes". Distribuídos os autos, inicialmente, à C. 31ª Câmara de Direito Privado, foram eles redistribuídos, posteriormente, à Eg. 14ª Câmara de Direito Público, onde suscitado o conflito. Resolução n.º 623/2013. Precedentes em casos análogos deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 31ª Câmara de Direito Privado." (CC 00061856920148260000 – Jundiaí – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29645)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. "Dúvida de competência - Ação de reparação de danos - Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo - Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 - Dúvida de competência acolhida - Competência da Colenda 28ª (Vigésima Oitava) Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte." (CC 02073527420138260000 – Itápolis – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16695)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. ATROPELAMENTO. "Conflito de competência - Ação de indenização por perdas e danos - Atropelamento por ônibus - Concessionária de serviço público de transporte coletivo. A competência para processar e julgar recurso apresentado em ação de indenização decorrente de acidente de trânsito envolvendo veículo de propriedade de concessionária de serviço público de transporte coletivo é da Subseção de Direito Privado III (Câmaras 25ª a 36ª). Inteligência do artigo 5º, inciso III.15, da Resolução n. 623/2013. Reconhecida a competência da 27ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente." (CC 00035017420148260000 - Campinas – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30617)

COMPETÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS EM VEÍCULO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOCORRO POR CONCESSIONÁRIA. MATÉRIA AFETA AO DIREITO PRIVADO. "Conflito de competência. Ação de reparação de danos ajuizada por particular contra a ECOVIAS. Má prestação de serviço de assistência técnica pela concessionária que acarretou danos ao veículo do autor. Condição de prestadora de serviço público que não altera a natureza da ação, fundada em responsabilidade subjetiva (culpa). Matéria pertencente à Seção de Direito Privado (Subseção III). Resolução nº 194/2004, do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (alterada pela Resolução nº 605/2013). Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00036697620148260000 – Santos – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21214)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Ação regressiva de cobrança de indenização por danos atribuídos a acidente de trânsito. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Irrelevância da particularidade de se cuidar de propositura contra ente público. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Descabimento da recusa de competência com base em norma que já não subsiste. Conflito acolhido, reconhecida a competência da suscitada." (CC 02088726920138260000 – Jacareí – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23779)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de reparação de danos em razão de acidente de veículo de propriedade de pessoa jurídica de direito público. Análise de responsabilidade objetiva do Município de Santo Antônio da Posse. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. artigo 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Conflito procedente. Fixada a competência da Câmara suscitada (26ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00033492620148260000 – Jaguariúna – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30917)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização proposta contra concessionária de serviço público. Acidente de trânsito entre o ônibus da empresa-ré e a motocicleta conduzida pelo marido falecido da autora. Condição de prestadora de serviço público que não altera a natureza da ação, fundada em responsabilidade subjetiva (culpa) da ré. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado (Subseção III). Resolução nº 194/2004, do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (alterada pela Resolução nº 605/2013). Precedentes desta Corte de Justiça. Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00055638720148260000 – São Carlos – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 21264)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Ação de indenização por dano causado em acidente de trânsito. Veículo envolvido (supostamente causador do dano) que pertence a concessionária de serviço público de transporte. Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP nº 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Critério mantido pelo art. 5º, item III.15, da Resolução nº 623, de 16 de outubro de 2013. Dúvida procedente. Competência da C. 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00059189720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23158)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de reparação de danos em razão de acidente de veículo envolvendo concessionária de serviço público. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. artigo 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Conflito julgado procedente. Fixada a competência da Câmara suscitada (31ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00072535420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30931)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos morais e materiais a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente causado por obras no leito carroçável - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 31.ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00149953320148260000 – Jundiaí – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 00225)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Ação de cobrança ajuizada por sociedade de economia mista, fundada em contrato administrativo de permissão de uso. Distribuídos os autos, inicialmente, à C. 3ª Câmara de Direito Público, foram eles redistribuídos, posteriormente, à Eg. 34ª Câmara de Direito Privado, onde suscitado o conflito. Resolução n.º 623/2013. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 3ª Câmara de Direito Público." (CC 00032566320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 29864)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Acidente de veículo de transporte coletivo. Ação de reparação de danos ajuizada em face de concessionária de serviço público. Abordagem, na exordial, da responsabilidade civil subjetiva, com fulcro no art. 186, do Código Civil. Matéria afeta às Câmaras de Direito Privado. Resolução n.º 623/2013. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 00055066920148260000 – São José dos Campos – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 29892)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Ação de reparação de danos – Acidente de trânsito entre o veículo do autor e viatura policial - Resolução nº 623/2013 deste Tribunal de Justiça - Competência da C. 28ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00054694220148260000 – Mauá – Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27024)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos ajuizada por particular contra o "Jornal Tá na Mão", Prefeitura Municipal da Estância Turística do Embu e motorista do veículo - Causa de pedir é a responsabilidade civil dos organizadores da caminhada ecológica, do motorista do carro de som e do Município que não fiscalizou o evento - Conflito procedente Competência da Câmara suscitada, nos termos da nova redação dada no inciso III.15 do artigo 5º da Resolução nº 623/2013 - Determinação à Secretaria." (CC 00036731620148260000 – Embu das Artes – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 15991)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos patrimoniais e morais decorrentes de acidente de trânsito, ajuizada por particular contra pessoa jurídica de direito privado, operadora de transporte coletivo mediante concessão Estado - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada, nos termos da nova redação dada à alínea "c" do inciso III do artigo 2º da Resolução nº 194/2004 - Determinação à Secretaria." (CC 00057032420148260000 – São Bernardo do Campo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 15993)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência - Ação de reparação de danos – Acidente de veículos - Ação de reparação de danos decorrente de acidente de veículo - Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 - Dúvida de competência acolhida - Competência da Colenda 30ª (Trigésima) Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte." (CC 00058781820148260000 – Limeira – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 16775)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de certidão de dívida ativa decorrente da prestação de serviços de água e esgoto por autarquia municipal - Prestação de serviços - Ausência de discussão sobre tributo municipal – Resolução 623/13, art. 5°, §1° – Competência da suscitada 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 02088674720138260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 21463)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação relativa à indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de veículo com vítima fatal - Competência da Câmara de Direito Privado - Resolução nº 623/2013, do Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Acolhe-se o conflito, reconhecendo-se a competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 00055724920148260000 – Presidente Prudente – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26002)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência - Ação Indenizatória decorrente de acidente de veículos, promovida em face da Municipalidade de Andradina - Competência recursal regulada pela Resolução nº 623/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado - Conflito julgado procedente para afirmar a competência da Câmara suscitada." (CC 00054633520148260000 – Birigui – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27680)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência - Ação de Ressarcimento de Danos decorrentes de acidente de veículos, promovida em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo - Competência recursal regulada pela Resolução nº 623/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III - Conflito julgado procedente para afirmar a competência da Câmara suscitada." (CC 00033536320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27681)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança que tem por pano de fundo acidente automobilístico envolvendo pessoa jurídica de direito privado, seu preposto e concessionária de serviço público - Competência recursal regulada pela Resolução nº 623/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado - Conflito julgado procedente para afirmar a competência da Câmara suscitada." (CC 00066507820148260000 – Osasco – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 27719)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente de veículo. Responsabilidade civil extracontratual. Ambulância da Prefeitura Municipal de Itatinga. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, a competência da Seção de Direito Privado. Art. 5º da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara Suscitada (25ª Câmara de Direito Privado)." (CC 02069768820138260000 – Botucatu – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 12/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30800)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento de decisão, em execução de ação declaratória de inexigibilidade de títulos, reconhecendo a relação de prejudicialidade externa entre esta e ação civil pública em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública, admitindo a intervenção da FESP como assistente da executada, declinando a competência e determinando sua remessa àquela Vara da Fazenda Pública, distribuído à 36ª Câmara de Direito Privado. Declinada competência, determinando remessa a uma das Câmaras de Direito Público. Redistribuído livremente à 9ª Câmara de Direito Público, esta apontou existência de prevenção e determinou a remessa dos autos à 2ª Câmara de Direito Público que suscitou dúvida de competência por entender cessada indicada prevenção. O conflito, no âmbito das Câmaras do Direito Público, foi dirimido por decisão da Turma Especial entendendo ser da 2ª Câmara de Direito Público a competência. Conflito negativo entre esta e a 36ª Câmara de Direito Privado ainda não configurado, uma vez que, segundo entendimento deste Relator, necessária seria eventual recusa da câmara declarada competente para então ver suscitado o conflito. Todavia, em face do entendimento do Pleno deste Órgão Especial enfrento a questão da competência recursal para firmar a competência da 2ª Câmara de Direito Público para apreciar e julgar o presente recurso. Embora se entenda de natureza privada a matéria objeto da demanda, não há como desconsiderar a prevenção atribuída e aceita por aquela Câmara proferindo decisões em anteriores incidentes sem insurgência das partes e que subsiste mesmo após a unificação desta Eg. Corte. Conflito e dúvida procedentes. Competente a 2ª

Câmara de Direito Público." (CC 01850817120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 12/03/2014 – Maioria de Votos - Voto nº 29735)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos - Acidente de trânsito. A competência para processar e julgar recurso apresentado em ação de indenização decorrente de acidente de trânsito, ainda que envolva ente de direito público, é da Subseção de Direito Privado III (Câmaras 25ª a 36ª). Inteligência do artigo 5º, inciso III.15, da Resolução n. 623/2013. Reconhecida a competência da 25ª Câmara de Direito Privado para processar e julgar o recurso. Conflito de competência procedente." (CC 00055188320148260000 – Regente Feijó – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 26/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30629)

COMPETÊNCIA. "Competência recursal. Demanda que versa sobre contrato de previdência privada. Pacto celebrado entre particularidades, regido pelo direito privado e do qual não emanam reflexos a entes públicos. Julgamento que incumbe à Seção de Direito Privado, no caso às Câmaras com competência residual (DP I). Expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução TJSP 623/2013, que há ser compreendida segundo o contexto do próprio dispositivo, isto é, no sentido de alocar na Seção de Direito Público apenas as demandas pertinentes à previdência dos servidores públicos, não as fundadas em contratos celebrados por particular e regidos pelo direito privado. Conflito procedente, com reconhecimento da competência das Câmaras que integram o DP I." (CC 01973625920138260000 – Sorocaba - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 29/01/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 23469)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - 12ª Câmara de Direito Público e 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Acidente de veículo - Tampa de bueiro solta em via pública - Acepção ampla do termo "acidente", a abranger não somente as colisões entre automotores em vias de circulação, como também a danificação isolada de apenas um deles, por obstáculos eventualmente existentes na pista, como aqui - Irrelevância, face os termos da regra regimental atual, de haver órgão público responsável pela má conservação da pavimentação, ou pelo deslocamento de artefatos nela colocados, de molde a ensejar choque com veículos que nela circulem - Procedência do conflito, para declarar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00034904520148260000 – Rio Claro – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22969)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente de ferroviário, supostamente ocasionado por empresa de economia mista, prestadora de serviço público. Demanda fundada na responsabilidade civil extracontratual. Inexistência de interesse público. Aplicação da Resolução 623/ 2013, a qual determina aos casos da natureza da lide a competência da 3ª Subseção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 02073431520138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 02/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28524)

COMPETÊNCIA "Conflito de competência - Indenização por danos materiais e morais - CPTM – Alegação de acidente causado por culpa na prestação do serviço pela ré – Responsabilidade objetiva da CPTM por ser ela concessionária de serviço público - Art. 2°, III, d, da Resolução n. 194/2004 com nova redação dada pela Resolução n. 605/13 - Competência da suscitada 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00056911020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21591)

COMPETÊNCIA "Conflito de competência - Ação de cobrança objetivando o pagamento de valor devido a título de prestação de serviços consistente no fornecimento de energia elétrica a pessoa jurídica de direito público - Competência fixada segundo o pedido formulado na petição inicial, independentemente da qualidade das partes - Contrato regido pelo direito civil - Debate

que não se relaciona com as hipóteses de competência das Câmaras de Direito Público - Precedentes - Resolução do TJESP nº 623/2013 - Competência da Colenda 25ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente, firmada a competência da Câmara suscitada." (CC 01998646820138260000 – Tremembé – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29714)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de cobrança. Prestação de serviços à municipalidade para a realização de obra de calçamento de via pública e muro de bloco. Ausência de prevenção decorrente de julgamento de recurso por Câmara Extraordinária. Matéria pertencente à Seção de Direito Público. Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Precedentes desta Corte de Justiça. Fixação da competência da 12ª Câmara de Direito Público. Conflito procedente." (CC 00134052120148260000 – Socorro – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21551)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação relativa à indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de veículo - Competência da Câmara de Direito Privado - Resolução Nº 623/2013, do Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Acolhe-se o conflito, reconhecendo-se a competência da 33ª Câmara de Direito Privado." (CC 00036836020148260000 – Taquaritinga – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26074)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Pretensão de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente entre motociclista e caminhão de autarquia municipal. Resolução nº 605/2013 estabelecendo a competência preferencial da Eg. Terceira Subseção de Privado para julgamento de ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veiculo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Competência da 30ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda. (Art. 201 do RITJ/SP). Conflito procedente. Competente a Câmara suscitada." (DM CC 00238881320148260000 – Ribeirão Preto - Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 07/04/2014 – Voto nº 30425)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos materiais a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente a envolver o veículo do autor e veículo de propriedade da Prefeitura do Município de Palmares Paulista - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 26ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00053464420148260000 - Catanduva - Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00230)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente de veículo. Demanda não fundada na responsabilidade civil do Estado. Inexistência de interesse público. Aplicação da Resolução 623/ 2013, a qual determina aos casos da natureza da lide a competência da 3ª Subseção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 00072596120148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28666)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente em que se envolveu veículo de propriedade de particular e a viatura da polícia militar. Fazenda Pública ajuizou ação ordinária imputando culpa exclusiva do particular para ocorrência do acidente, requerendo pagamento dos prejuízos causados com a devida correção. Juízo de primeiro grau julgou procedente para condenar o particular, fixando a forma de correção monetária e o acréscimo de juros de mora de 1% a partir da citação. Recorreu a Fazenda Pública reclamando a incidência dos juros a partir do evento. Recurso não conhecido pela 34ª Câmara de Direito Privado que determinou redistribuição a uma das Câmaras de Direito Público. Feito distribuído a 9ª Câmara de Direito

Público que declinou da competência para suscitar o conflito de competência. - Recurso com finalidade exclusiva de discutir os juros moratórios. Inexistência de interesse público. Aplicação da Resolução 623/ 2013, a qual determina aos casos da natureza da lide a competência da 3ª Subseção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras – ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 34ª Câmara de Direito Privado." (CC 00005529152014826000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28665)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Ação Indenizatória por danos morais e materiais fundada em acidente de trânsito. Competência das Câmaras de Direito Privado. Distribuição do recurso de apelação à 28ª Câmara de Direito Privado que por Acórdão com votação unânime determinou a remessa dos autos para redistribuição à Seção de Direito Público. Suscitante 13ª Câmara de Direito Público, remetendo os autos do conflito de competência a este E. Órgão Especial para dirimir a questão. Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "B", da Resolução 194/2004, com a recente alteração feita pela Resolução 605/2013, de 10 de julho de 2013. Competência da 25ª a 36ª Câmara de Direito Privado que têm como competência preferencial do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil. Conflito de Competência que se acolhe para determinar a competência da suscitada - 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo." (CC 02076540620138260000 – Águas de Lindóia - Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan -23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23398)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência - Ação de indenização – Acidente envolvendo ônibus de transporte urbano de passageiros - Resolução nº 605/2013 - Competência da Seção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Conflito julgado procedente - Competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 01450154920138260000 – Campinas - Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26509)

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência - Ação de indenização - Atropelamento por composição férrea - CPTM - Resolução nº 605/2013 - Competência da Seção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Conflito julgado procedente - Competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 00660618620138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26507)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização proposta contra concessionária de serviço público. Acidente de veículo por má conservação da malha viária e ausência de mureta de proteção para a segurança dos usuários da rodovia. Condição de prestadora de serviço público que não altera a natureza da ação, fundada em responsabilidade subjetiva (culpa) da ré. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado (Subseção III). Resolução nº 194/2004, do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (alterada pela Resolução nº 605/2013). Precedentes desta Corte de Justiça. Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00226834620148260000 – Itápolis – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21732)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação regressiva proposta por seguradora contra Prefeitura Municipal de Alvinlândia em razão de acidente de veículo de propriedade dessa pessoa jurídica de direito público. Análise de responsabilidade objetiva do Município. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do artigo 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. artigo 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Resolução 623/2013 reuniu e sistematizou os atos administrativos normativos que disciplinam a competência entre as Seções deste Tribunal de Justiça, dispondo ser de competência da Terceira Subseção de Direito Privado o julgamento deste caso. Conflito julgado procedente. Fixada a competência da Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00137309320148260000 – Garça – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31069)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de ressarcimento de danos materiais movida em face da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) - Alegação de dano decorrente de sobrecarga elétrica - Incidente suscitado pela 13ª Câmara de Direito Público, em face da 9ª Câmara de Direito Privado - Atribuição que não se insere dentre as conferidas às 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado, mas àquelas atribuídas às Câmaras integrantes das Subseções de Direito Privado II e III (Resolução nº 623, artigo 5º, inciso III.13 e § 1º, desta Corte de Justiça). Conflito conhecido e provido para declarar competente uma das Câmaras das Subseções II e III da Seção de Direito Privado." (CC 00201380320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 14/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22700)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Pretensão de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente entre motociclista e caminhão de autarquia municipal. Resolução nº 605/2013 estabelecendo a competência preferencial da Eg. Terceira Subseção de Privado para julgamento de ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Competência da 30ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda. (Art. 201 do RITJ/SP). Conflito procedente. Competente a Câmara suscitada." (DM CC 00238881320148260000 – Ribeirão Preto – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 07/04/2014 – Voto nº 30425)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de ressarcimento de prejuízos ocasionados por acidente de veículo cumulada com danos materiais" - Acidente de trânsito envolvendo ambulância da Prefeitura local - Nos termos da Resolução nº 623/2013, é competente a Subseção de Direito Privado III para o julgamento das "ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo" - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00200878920148260000 – Serra Negra – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 21/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22527)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos materiais e morais - Veículo dirigido por motorista a serviço do autor que deslizou sobre enorme quantidade de óleo diesel espalhada na pista de rolamento de rodovia, capotando em seguida - Alegação de culpa por omissão da concessionária de serviço público - Nos termos da Resolução nº 623/2013, são de competência da Subseção de Direito Privado III as "ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo" - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (31ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00056850320148260000 - Pitangueiras – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 21/05/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22225)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação de reparação de danos morais - Acidente de trânsito envolvendo ônibus de empresa privada prestando serviço de transporte público - Nos termos da Resolução nº 623/2013, são de competência da Subseção de Direito Privado III as "ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo" - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00034280520148260000 – Suzano – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 21/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22148)

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência – Conflito

procedente, reconhecida a competência da C. 35.ª Câmara de Direito Privado, suscitada." (CC 00308565920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Ganzerla – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00242)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente de trânsito. Ação de reparação de danos materiais e morais em face de pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade objetiva do Estado irrelevante para fixação de competência. Aplicação da Resolução 623/2013 e 605/2013, que modificou a alínea "c", do inciso III, do artigo 2º da Resolução nº 194/2004, incluindo na competência da 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00245723520148260000 – Guaratinguetá – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28838)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de consignação em pagamento fundada em contrato de locação de imóvel - Autarquia municipal - Prestação de serviços de água e esgoto - Infiltração – Danos ao imóvel da autora na execução dos serviços - Matéria estritamente civil - Competência da Seção de Direito Privado - Resolução n°. 623/2013 - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente "ratione materiae" - Ausência de prevenção – Precedentes - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Redistribuição dos autos determinada - Conflito procedente." (CC 00226790920148260000 – Sorocaba – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34453)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência – Ausência de conflito negativo de competência – Necessidade de pronunciamento da c. Câmara suscitada dúvida de competência – Não conhecida, com observação. (CC 00225076720148260000 – Pitangueiras – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.269).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – "Ação revisional de aluguel" – Imóvel urbano locado a Prefeitura – Inexistência de contrato administrativo, mas de locação de bem imóvel, de natureza privada e regulada por lei civil (Lei 8.245/91) – Irrelevância da qualidade das partes – Competência da Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras) – Interpretação e aplicação do artigo 5º, III.6. da Resolução nº 623/2013 deste Tribunal – Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado). (CC 00248746420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.656).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Previdência privada. Pecúlio por invalidez. Recurso de apelação originalmente distribuído à 7ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu por considerar competente uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. Redistribuição à 35ª Câmara de Direito Privado, que suscitou o conflito por entender ser o recurso de competência da 1ª à 13ª Câmaras da Seção de Direito Público. Conflito não configurado. Necessidade de pronunciamento de uma das Câmaras de Direito Público. Conflito não conhecido, com determinação. (CC 00247091720148260000 – Caraguatatuba – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen– 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 791).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Pretensão de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de veículos ocorrido entre motociclista e perua da Municipalidade. Resolução nº 605/2013 e Resolução nº 623/2013 estabelecendo a competência preferencial da Eg. Terceira Subseção de Privado para julgamento de ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veiculo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Competência da 32ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda. (Art. 201 do RITJ/SP). Conflito procedente. Competente a Câmara suscitada. (DM CC 00386278820148260000 – Guarulhos – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 13/06/2014 – Voto nº 30.770).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público. Instalação de antena de telefonia móvel em área urbana. Recurso de apelação originalmente distribuído à 35ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu por considerar competente uma das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente. Redistribuição à 1ª Câmara Reservada, que suscitou o conflito por entender ser o recurso de competência da 1ª à 13ª Câmaras da Seção de Direito Público. Conflito não configurado. Necessidade de pronunciamento de uma das Câmaras de Direito Público. Conflito não conhecido, com determinação. (CC 00191897620148260000 – Itanhaém – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 888).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de cobrança. Contrato de subempreitada para execução de obra de recuperação de pavimentação asfáltica. Matéria que se insere na competência da Seção de Direito Privado, nos termos do §1º, do art. 5º da Resolução n. 623/2013. Competência para julgar as ações 'que versem sobre locação ou prestação de serviços, regidas pelo Direito Privado, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços escolares e de fornecimento de água, gás, energia elétrica e telefonia'. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da c. 27ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal. (CC 00317287420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.285).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Não conhecimento da apelação pela Câmara suscitante, por entender tratar-se de matéria de competência da Seção de Direito Público, com representação a este C. Órgão Especial – Conflito não configurado – Inteligência do art. 115, do Cód. Proc. Civil – Incidente não conhecido. (CC 00286134520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00247).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Ação civil pública – Distribuição gratuita de sacolas plásticas em supermercados e hipermercados – Direito do consumidor. A competência para processar e julgar recurso apresentado em ação que tem por foco a retomada de distribuição gratuita de sacolas plásticas a consumidores (bem móvel), com conotação ambiental apenas reflexa, é da Terceira Subseção de Direito Privado. Reconhecida a competência da 30ª Câmara de Direito Privado desta Corte para processar e julgar o recurso. Inteligência do artigo 5º, incisos III.13 e III.14, da Resolução nº 623/13. Conflito de competência procedente. (CC 00190502720148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.062).

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência – Ação de execução por quantia certa contra devedor solvente sociedade de economia mista – Termo de permissão remunerada de uso – Ato administrativo regido pelas normas de direito público – A relação jurídica entre os litigantes, representando no Termo de Permissão Remunerada de Uso, não se amolda a mera relação locatícia regida pelas normas de Direito Privado – Precedentes – Dúvida de competência acolhida – Competência da Colenda 4ª (Quarta) Câmara de Direito Público desta Egrégia Corte. (CC 00283482320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.397)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação de indenização - Atropelamento por ônibus - Empresa ré que é concessionária de serviço público de passageiros - Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Conflito julgado procedente - Competência da 27ª Câmara de Direito Privado. (CC 01947444420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.914).

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação promovida pela Fazenda do Estado - Reparação de danos por acidente envolvendo veículo do Estado - Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado - 25ª à 36ª Câmaras - Conflito julgado procedente - Competência da 30ª Câmara de Direito Privado. (CC 02083279620138260000 – Marília –

Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.912).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de reparação de danos decorrentes de acidente automobilístico atribuído ao estado de conservação de rodovia. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Irrelevância da particularidade de se cuidar de propositura contra ente público. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada. (CC 00346578020148260000 – Presidente Prudente – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.408).

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência - Julgamento de agravo de instrumento em ação de reparação de danos a envolver responsabilidade civil do Estado, por ilícito extracontratual, decorrente de acidente com ônibus de propriedade da demandante - Inteligência das Resoluções nº 605/2013 e 623/2013 - Alteração de competência - Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 25.ª Câmara de Direito Privado, suscitante. (CC 00408310820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00253).

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais ajuizada por particular contra a SABESP - Na hipótese, o motorista de veículo foi surpreendido por uma cratera no asfalto, aberta em razão do rompimento de um duto da empresa ré, sendo que não havia no local a necessária sinalização - Responsabilidade Civil do Estado - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada, nos termos da nova redação dada no inciso III.15 do artigo 5º da Resolução nº 623/2013 - Precedentes deste Órgão Especial - Determinação à Secretaria. (CC 00343823420148260000 – Itaquaquecetuba – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 16.236)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização por dano causado em acidente de trânsito. Veículo envolvido que pertence a empresa concessionária de serviços públicos. Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP nº 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para "ações que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte". Critério mantido pelo art. 5º, item III.15, da Resolução nº 623, de 16 de outubro de 2013. Conflito julgado procedente. Competência da C. 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00215774920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 27/08/2014 – Votação Unânime).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização por dano causado em acidente de trânsito. Veículo envolvido que pertence a empresa concessionária de serviços públicos. Irrelevância. Recente alteração da alínea "c", do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 194/2004, introduzida pela Resolução TJSP nº 605/2013, que definiu a competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado para "ações que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte". Critério mantido pelo art. 5º, item III.15, da Resolução nº 623, de 16 de outubro de 2013. Conflito julgado procedente. Competência da C. 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 01793162220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.254).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Obrigação de fazer. Remoção, gratuita, de poste de energia elétrica a obstruir acesso a residência. Busca do autor por sua remoção sem ônus para si. Apenas isso. Matéria afeta ao Direito Privado. Conflito acolhido, fixada a competência

da suscitada, a C. 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00448384320148260000 – Santos – Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.833).

COMPETÊNCIA. "Conflito de Competência. Locação de imóvel. Ação revisional de aluguel. Locatária pessoa jurídica de Direito Público. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Resolução nº 605/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada." (CC 00456464820148260000 – Ribeirão Preto – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.955).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de reparação de danos decorrentes de acidente automobilístico atribuído à presença de animal em rodovia administrada por concessionária. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada." (CC 00430863620148260000 – São José do Rio Preto – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.957).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Acidente de trânsito. Reparação de danos materiais. Demanda ajuizada com fundamento na culpa e responsabilidade subjetiva de terceiro. Matéria que se insere na competência de uma das a Seção de Direito Privado. Item III.15, do inciso III, do artigo 5º da Resolução n. 623/2013. Competência para julgar as 'ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito a seguro, obrigatório ou facultativo'. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da C. 29ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal." (CC 00440710520148260000 – Palmeira D Oeste – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.502).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de cobrança ajuizada por sociedade de economia mista, fundada em contrato administrativo de permissão de uso de bem imóvel de domínio público. Matéria de competência da Seção de Direito Público. Inteligência do artigo 3º, inciso I, I.3, da Resolução n. 623/2013. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da C. 5ª Câmara de Direito Público deste E. Tribunal." (CC 00405270920148260000 – Santo André – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.296).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Acidente de veículo - Responsabilidade civil - Concessionária de serviço público - Art. 5º, III.15, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial - Competência da Subseção de Direito Privado III para o julgamento de ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado - Conflito procedente, reconhecida a competência da Colenda 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 00487756120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.191).

COMPETÊNCIA. "Competência - Responsabilidade Civil - Acidente de veículo - Ônibus coletivo e bicicleta - Atuais Resoluções nºs 623/2013 e 648/2014 que firmaram ser da competência recursal da Seção de Direito Privado (25ª à 36ª câmaras) as ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte – Suscitação procedente a fim de declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00418297320148260000 – Itu – Órgão Especial – Relator Ferraz de Arruda – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.272).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de indenização proposta contra concessionária de serviço público. Acidente de trânsito entre o ônibus da empresa-ré e o autor. Condição de prestadora de serviço público que não altera a natureza da ação, fundada em responsabilidade subjetiva (culpa) da ré. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado

(Subseção III). Resolução nº 623/2013, do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Precedentes desta Corte de Justiça. Fixação da competência da 26ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente." (CC 00374508920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.022).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Demanda atinente a matéria reservada à Terceira Subseção de Direito Privado. Prevenção. Inocorrência. Recurso interposto ao tempo do anterior Regimento Interno. Prevenção que cessava se na Câmara "não mais tiver assento qualquer dos juízes que participaram, com visto nos autos, do julgamento anterior". Conflito acolhido, ficando determinada a livre redistribuição entre as Câmaras daquela Subseção." (CC 00268389220148260000 – Bauru – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 06/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 24.136).

COMPETÊNCIA. "Conflito negativo de competência - Acidente de veículo - Responsabilidade civil do Estado - A Resolução nº 605/2013, modificando a Resolução nº 194/2004, conferiu às 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado a competência para julgamento de ações de reparação de acidente de veículo, ainda que envolvam responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte (art. 1º) - Conflito procedente. Competência da 35ª Câmara de Direito Privado para o conhecimento e julgamento do recurso." (CC 00367008720148260000 – Tatuí – Órgão Especial – Relator Moacir Peres – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.049).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reparação de danos advindos de atropelamento por composição férrea da CPTM - responsabilidade civil extracontratual do Estado - Matéria que se insere na competência da Terceira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, III.15, da Resolução nº 623/2013 - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência das Câmaras 25ª a 36ª de Direito Privado." (CC 00507996220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Negrini Filho – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.000)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação relativa a previdência privada - Caráter nitidamente securitário - Matéria retirada da Seção de Direito Público por decisão do Órgão Especial - Na Seção de Direito Privado, entretanto, a competência em matéria securitária toca ao DP3 - Precedente nesse Órgão a isso reconhecer - Conflito procedente, reconhecida a competência da 29ª Câmara de Direito Privado (DP3). (CC 00394600920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24060)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Previdência Privada. Pagamento de plano de pecúlio por morte do contratante. Conflito procedente. Remessa dos autos à C. Câmara suscitada. (CC 00456257220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20045)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Responsabilidade civil - Ação de reparação de danos - Colisão causada em virtude de inadequado funcionamento da cancela de pedágio da concessionária ré - Competência da Subseção de Direito Privado III para o julgamento de ações de reparação de acidente de veículo, ainda que envolvam responsabilidade civil do Estado, concesssionárias e permissionárias de serviços público de transporte. Resolução 623/13 (art. 5º, item III.15) - Precedentes deste Órgão Especial. Competência da Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado). Conflito procedente. (CC 00533207720148260000 – Araraquara - Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19250)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Acidente de trânsito. Indenização por danos materiais c.c. perdas e danos. Acidente causado por animal em via de rolamento de rodovia explorada por concessionária de serviço público. Matéria que se insere na competência de da Seção de Direito Privado. Item III.15, do inciso III, do artigo 5º da Resolução n. 623/2013.

Competência para julgar as 'ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito a seguro, obrigatório ou facultativo'. Precedentes desta Corte de Justiça. Conflito julgado procedente, reconhecendo-se a competência da C. 32ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal. (CC 00539901820148260000 – São Vicente – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39511)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de reparação de danos decorrentes de acidente em via férrea administrada por concessionária de serviço público. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da Câmara suscitada. (CC 00532583720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25222)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de reparação por danos decorrentes em acidente de veículo envolvendo viatura militar - Responsabilidade civil extracontratual do Estado - Qualidade da parte não desloca a competência para a Seção de Direito Público - Aplicação do art. 5º, III, item "I.15", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado, por uma das Câmaras integrantes da SubSeção III - Fixação da competência da 27ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00508870320148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Ademir Benedito – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35081)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de reparação por danos decorrentes em acidente de veículo envolvendo viatura militar - Responsabilidade civil extracontratual do Estado - Qualidade da parte não desloca a competência para a Seção de Direito Público - Aplicação do art. 5º, III, item "I.15", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado, por uma das Câmaras integrantes da SubSeção III - Fixação da competência da 27ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00508784120148260000 – São Paulo - Órgão Especial - Relator Ademir Benedito – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35080)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação de indenização por dano material" - Acidente de trânsito envolvendo veículo de propriedade do Município de Três Fronteiras - Nos termos da Resolução nº 623/2013, é competente a Subseção de Direito Privado III para o julgamento das "ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo" - Precedentes do Órgão Especial - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (26ª Câmara de Direito Privado). (CC 00381437320148260000 – Jales – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23259)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação indenizatória que tem por pano de fundo acidente de veículo (atropelamento) envolvendo empresa concessionária de serviço público (transporte coletivo) - Competência recursal regulada pela Resolução nº 623/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado - Conflito julgado procedente para afirmar a competência da Câmara suscitada. (CC 00346595020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28704)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Câmara de Direito Público e Câmara de Direito Privado. Responsabilidade civil por acidente de veículo. Arts. 3º, I.7, e 5º, III.15, da Resolução nº 623/13 do Órgão Especial, com a redação dada pela Resolução nº 648/14. Matéria de competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. Precedentes do

Órgão Especial. Conflito conhecido, declarada a competência da 28ª Câmara de Direito Privado. (CC 00501413820148260000 – Tupi Paulista – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 1371)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação regressiva promovida por seguradora - Ressarcimento de danos decorrentes de acidente de veículo - Art. 5º, III.15, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial – Competência da Subseção de Direito Privado III para o julgamento de ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado - Conflito procedente, reconhecida a competência da Colenda 25ª Câmara de Direito Privado. (CC 00507692720148260000 – Assis – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30277)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Contrato de previdência celebrado entre particular e empresa privada. Inaplicabilidade da regra prescrita no art. 3º, inciso I, item I.1, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial, ao caso concreto. Artigo 5º, inciso I, item I.37, da Resolução 623/2013. Competência da 34ª Câmara de Direito Privado desta Corte. Conflito julgado procedente, determinando-se a redistribuição dos autos. (CC 00319617120148260000 – Catanduva – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31442)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência – Apelação – Ação de cobrança de procedimento sumário em face de seguradora de previdência privada - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 623/2013, desta Corte - Prevenção – Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada." (CC 00305031920148260000 – Bebedouro – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30546)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência – Apelação Cível – Mandado de Segurança – Aumento de tarifas, relativas à água e esgoto – Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 623/2013 do Regimento Interno, desta Corte – Dúvida acolhida, reconhecida a competência da 18ª Câmara de Direito Público. (CC 00463619020148260000 – Mirassol – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30557)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Previdência Privada - Discussão acerca da Manutenção de benefício previdenciário complementar - Competência recursal da Seção de Direito Privado III desta Corte Precedentes deste Órgão Especial. Conflito julgado procedente, com o encaminhamento dos autos à redistribuição. (CC 00473266820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29570)

COMPETÊNCIA. Dúvida de Competência - Reexame Necessário – Mandado de Segurança contra instituição de ensino privado, visando a entrega de Certificado de conclusão e histórico escolar, não entregues por falta de pagamento - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 623/2013, desta Corte Prevenção – Inocorrência - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia Câmara suscitada. (CC 00653089520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 33149)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Indenização derivada de acidente em estrada de rodagem - Matéria atualmente afeta à competência da Câmara suscitada (27ª, de Direito Privado), mesmo sendo ré empresa concessionária de serviço público - Conflito julgado procedente, para o reconhecimento da sua competência, e não da 3ª Câmara de Direito Público. (CC 00490986620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra - 22/10/2014 – Votação Unânime - Voto nº 24462)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação de cobrança ajuizada pela CEAGESP (sociedade de economia mista) versando sobre cumprimento e exigibilidade de obrigação decorrente de termo administrativo de permissão de uso de bem público. Competência recursal que deve ser definida com apoio no artigo 3º, inciso I.7, da Resolução TJ nº 623/2013. Precedentes este C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente. Competência da 9ª Câmara de Direito Público. (CC 00600881920148260000 – Bauru – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27544)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Acidente de veículo. Ação de reparação de danos. Colisão que teria ocorrido em decorrência da inadequada sinalização perpetrado pela concessionária. Aplicação do artigo 5º, item III.15, da Resolução 623/2013. Competência da 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 35ª Câmara de Direito Privado. (CC 00592057220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29657)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Ação de nulidade de suspensão de pagamento de benefício previdenciário cumulada com indenização por danos morais – Benefício complementar de caráter privado contratado junto à Fundação Sabesp de Seguridade Social (SABESPREV) – Matéria afeta a uma das Câmaras de Direito Privado – Precedentes do Órgão Especial – Competência da C. 27ª Câmara de Direito Privado, suscitante." (CC 00589848920148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28366)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Contrato de Previdência Privada – Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado.– Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 – Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a redistribuição livre do processo a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado do Tribunal de Justiça. (CC 00441239820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34968)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Câmara de Direito Público e Câmara de Direito Privado. Contrato de "plano de pecúlio resgatável com antecipação do benefício". Art. 3º, I.1, da Resolução nº 623/13 do Órgão Especial. Seção de Direito Público que é competente apenas para as demandas que versem sobre previdência dos servidores públicos, não para aquelas fundadas em contrato firmado entre particulares. Competência da Subseção de Direito Privado III, conforme entendimento pacificado pelo Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito conhecido, declarada a competência de uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado III. (CC 00418314320148260000 – Jaú - Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Villen – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 1381)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Previdência privada - Inexistência de vínculo entre autor e réu especificamente para a prestação de serviços bancários - Debate que está adstrito a suposto descumprimento de contrato previdenciário pelo requerido, na qualidade de entidade financeira administradora do plano - Contratos pertinentes ao instituto jurídico da previdência privada que são caracterizados como modalidades de seguro pessoal - Natureza securitária e contratual da previdência privada complementar - Conflito procedente, determinada a redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado III. (CC 00200506220148260000 – Itapevi – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29519)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação de reparação por danos decorrentes em acidente de veículo envolvendo ônibus pertencente a concessionária de serviço público - Responsabilidade civil extracontratual de concessionária de serviço de transporte - Qualidade da parte não desloca a competência para a Seção de Direito Público - Aplicação do art. 5º, III, item "I.15", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado, por uma das Câmaras integrantes da SubSeção III Fixação da competência da 25ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00611811720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35246)

COMPETÊNCIA. Ação de indenização por dano moral. Acidente envolvendo coletivo de emprsa prestadora de serviço público de transporte. Veículo que transitava em alta velocidade e atropelou o cônjuge da autora, que veio a óbito. Matéria regida pelo Direito Privado conforme disposto no art. 5º, item III.15, da Resolução nº 623/2013, desta Colenda Corte. Dúvida procedente, firmada a competência da 31ª Câmara de Direito Privado para conhecer, processar e julgar o recurso. (CC 00591961320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferraz de Arruda – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31562)

COMPETÊNCIA. Nunciação de obra nova – Construção de subestação de transmissão e distribuição de energia elétrica em terreno vizinho da autora desprovida de aprovação de projeto modificativo, licença de construção e ambiental – Causa de pedir nitidamente atrelada ao descumprimento de posturas municipais, pela ré, ao passo que a questão ambiental é tratada de forma meramente reflexa – Atuais Resoluções nºs 623/2013 e 648/2014 que firmaram ser da competência recursal da Seção de Direito Privado (25ª à 36ª Câmaras) as ações que versem sobre direito de vizinhança e uso nocivo da propriedade – Precedentes deste C. Órgão Especial – Suscitação procedente a fim de declarar competente a Câmara suscitada. (CC 00566862720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferraz de Arruda – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31504)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação indenizatória por alegados danos morais decorrentes de infiltrações de águas pluviais, excessivas e ineficientes vistorias e interrupção do fornecimento de água ao imóvel dos autores. Declinada a competência pela 5ª Câmara de Direito Público. Redistribuiu-se. A 25ª Câmara Seção de Direito Privado suscitou dúvida perante o Órgão Especial, entendendo tratar-se de matéria de Direito Público. Demanda calcada na falha do serviço público prestado pela autarquia ré. Resolução nº 623/2013. Competência preferencial das 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público para julgamento de ações envolvendo atos administrativos e a responsabilidade civil do Estado. Precedentes. Competência da Eg. 5ª Câmara de Direito Público (Art. 201 do RITJ). Conflito procedente, competente a Câmara Suscitada. (CC 00653002120148260000 – Santo André – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31308)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência – Ação de nulidade de cancelamento de benefício previdenciário c.c. indenização por dano moral – Demanda em que se busca o adimplemento de contrato de previdência complementar de servidor ou empregado público inativo celebrado com a SABESPREV da qual é beneficiário – Entidade de previdência privada sem fins lucrativos – Matéria atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado em virtude da natureza securitária do contrato (art. 5º, III.8. da Resolução 623/2013 deste E. Tribunal), conforme entendimento do STJ – Precedentes deste C. Órgão Especial – Conflito procedente. Redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00624448420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19515)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência. Entidade de previdência privada. Agravo de instrumento de decisão que rejeitou incidente de impugnação ao valor da causa. Matéria de competência da Seção de Direito Privado. Conflito parcialmente procedente, com determinação de redistribuição do feito à Subseção de Direito Privado III.(CC 00624413220148260000 – Taubaté – Órgão Especial - Relator Tristão Ribeiro – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22587)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação de indenização por danos atribuídos a acidente de trânsito. Julgamento que incumbe às Câmaras que formam a Terceira Subseção de Direito Privado. Irrelevância da particularidade de se cuidar de propositura contra concessionário de transporte coletivo. Resoluções nºs 605/2013 e 623/2013. Conflito acolhido, reconhecida a competência da suscitada. (CC 00592117920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25363)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Previdência privada ou complementar. Matéria caracterizada como modalidade de seguro pessoal, de nítida natureza securitária e contratual. Questão jurídica situada no âmbito do direito privado, inserida na competência das Câmaras integrantes da 3ª Seção de Direito Privado. Item III.8 do artigo 5º da Resolução n. 623/2013. Conflito julgado procedente para estabelecer a competência de umas das C. Câmaras da 3ª Subseção de Direito Privado deste E. Tribunal. (CC 00511832520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39509)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação regressiva ajuizada por seguradora contra concessionária de serviço público em razão de acidente de trânsito. Resolução nº 605/2013 que estabeleceu, ao alterar a redação do art. 2º, inciso III, alínea 'c', da Resolução nº 194/2004 do Órgão Especial, c.c. art. 100 do RITJSP, a competência da Seção de Direito Privado. Resolução 623/2013 reuniu e sistematizou os atos administrativos normativos que disciplinam a competência entre as Seções deste Tribunal de Justiça, dispondo ser da Terceira Subseção de Direito Privado o julgamento deste caso. Conflito julgado procedente. Fixada a competência da 32ª Câmara de Direito Privado. Precedentes deste Órgão Especial. (CC 00512387320148260000 – São Bernardo do Campo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31763)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Declaratória de nulidade de ato administrativo consistente em alvará de autorização para instalação de torre de transmissão de telefonia celular, com distância do terreno vizinho inferior àquela determinada por lei. Matéria de competência da Seção de Direito Público, consoante Resolução 623/2013, artigo 3º, I.2. Irrelevância de prevenção da douta Câmara suscitada por julgamento de recurso em oportunidade anterior - Competência que se fixa em razão da matéria e, assim, é absoluta sobrepondo-se à prevenção, que é relativa. Precedentes da Relatoria e da Corte. Conflito conhecido, para declarar a competência da Câmara suscitante, 12ª Câmara de Direito Público. (CC 00508195320148260000 – Jaú – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26978)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação principal que versa sobre cumprimento de contrato de previdência privada. Matéria que não se enquadra na definição de "questões previdenciais" a que se refere o artigo 3º da Resolução TJ nº 623/2013 para justificar a alegada competência da Seção de Direito Público. Precedentes deste C. Órgão Especial. Competência recursal que, na verdade, deve ser atribuída à Seção de Direito Privado, mas, não com base na sua competência residual (art. 5º, I.37), e sim com apoio no artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01). Conflito julgado procedente. Determinação de redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00263556220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27461)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação principal que versa sobre validade de contrato de previdência privada. Matéria que não se enquadra na definição de "questões previdenciais" a que se refere o artigo 3º da Resolução TJ nº 623/2013 para justificar a alegada competência da Seção de Direito Público. Precedentes deste C. Órgão Especial. Competência recursal que, na verdade, deve ser atribuída à Seção de Direito Privado, mas, não com base na sua

competência residual (art. 5º, I.37), e sim com apoio no artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01). Conflito julgado procedente. Determinação de redistribuição do recurso a uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00367363220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27459)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Recurso de agravo de instrumento interposto em ação declaratória de nulidade de contrato de locação de bem público e de transação judicial realizada nos autos da respectiva ação de despejo - Competência para exame e julgamento do recurso que se firma segundo o pedido inicial, consoante o disposto no artigo 100 do RITJSP - Pretensão inicial que diz respeito exclusivamente à validade, limites e efeitos dos atos administrativos que precederam à concretização do contrato de locação - Solução da controvérsia, portanto, que se insere apenas por matéria relativa a controle de atos administrativos, uso e ocupação de bem público, sem nenhuma pertinência com contratos de locação regidos pelo direito privado - Atribuição que, nesse passo, insere-se dentre aquelas conferidas às 1ª a 13ª Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça de São Paulo, na forma do que dispõe o artigo 3º, inciso I, itens I.2 e I.7, da Resolução nº 623, de 6/11/2013, deste Tribunal de Justiça de São Paulo - Conflito conhecido e provido para fixar a competência da Câmara suscitada (6ª Câmara de Direito Público) para processar e julgar o presente recurso. (CC 00548926820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19918)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação ajuizada por particular contra a empresa de nome "Transportes Urbanos Piratininga Limitada". Julgada parcialmente procedente para condenar a requerida a pagamento de R$ 3.000,00 à titulo de indenização por danos morais sofridos pela autora, com denunciação da lide à "Companhia Mutual de Seguros". Recurso. Pretendida a majoração do valor fixado. 29ª Câmara de Direito Privado não conheceu do apelo e determinou a remessa a Seção de Direito Público. 4ª Câmara de Direito Público não conheceu do recurso e suscitou conflito de competência. Demanda não fundada na responsabilidade civil do Estado. Suposta condição de permissionária de serviço público não atribuída à Ré. Inexistência de interesse público. Aplicação da Resolução 605/2013, que modificou a alínea "c", do inciso III, do artigo 2º da Resolução nº 194/2004, incluindo na competência da 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado ações que versem sobre reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte. Precedentes deste C. Órgão Especial. Suscitação procedente. Competência da 29ª Câmara de Direito Privado. (CC 00542474320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 01/10/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29470)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação de obrigação de fazer. Remoção de poste de energia elétrica da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL. Distribuição inicial à 6ª Câmara de Direito Privado que determinou a remessa a uma das Câmaras de Direito Público. Redistribuída à 12ª Câmara de referida Seção, ela entendeu ser a demanda da competência da 11ª a 38ª Câmaras da Seção de Direito Privado. Redistribuído à 34ª Câmara suscitou-se dúvida de competência perante o Órgão Especial por entender tratar-se de matéria afeta ao Direito Público. Resolução nº 623/2013 que estabelece a competência preferencial das 11ª a 38ª Câmaras de Direito Privado para julgamento de ações relativas ao contrato de prestação de serviço de energia elétrica. Irrelevante figure como parte autarquia municipal ou concessionário de serviço público. Precedentes. Competência da 34ª Câmara de Direito Privado para apreciar a demanda (Art. 201 do RITJ). Conflito procedente, competente a Câmara Suscitante. (CC 00493888120148260000 – Jaú – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31221)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência.Suscitação pela 11ª Câmara de Direito Público, que recebeu os autos da 11ª Câmara de Direito Privado. Afirmação, pela suscitante, porém, não da competência da suscitada, mas de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado,

às quais, em precedentes que cita, foi atribuída a competência para julgar as ações envolventes da previdência privada. Matéria, no entanto, de competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção, e não da Primeira, como decidiram em precedentes recentes o Grupo Especial de referida Seção e o Órgão Especial - Conhecimento do conflito como dúvida. COMPETÊNCIA - Ação de cobrança de mútuo contraído por participante de plano de previdência privada complementar - Contrato vinculado ao plano de benefícios regulado por norma do Conselho Monetário Nacional, como forma de aplicação de recursos, em proveito do fundo e dos participantes - Participante mutuário que integrou o plano e dele se desligou, resgatando a sua parte no fundo, mas não quitando o mútuo a que se obrigara - Ação derivada dos direitos e obrigações emanados do plano de previdência complementar - Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção da Seção de Direito Privado (25ª a 36ª). Conflito conhecido como dúvida e julgado procedente para declarar competente uma as Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado. (CC 00626526820148260000 – Osasco – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23379)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Ação ordinária, visando à restituição de valores recolhidos indevidamente a título de empréstimo compulsório sobre tarifa de energia elétrica. Litígio que não envolve questão de natureza tributária. Obrigação irradiada da prestação de serviços de energia elétrica. Matéria pertencente à Seção de Direito Privado (Subseções II e III). Resolução nº 623/2013. Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado. Conflito procedente. (CC 00569279820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22408)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência. Cabível, em tese, incidente suscitado pela parte. Não se conhece da arguição uma vez desprovida de fundamentação. Agravo em ação revisional de aluguel, figurando como locatária a Municipalidade de Itatiba. Competência da 36ª Câmara de Direito Privado para apreciar o recurso. Competência firmada em razão da matéria e não da pessoa. Pretensão decorrente de contrato de locação de caráter nitidamente privado. Precedentes. Não conhecimento. (CC 00682648420148260000 – Itatiba – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 06/10/2014 -Decisão Monocrática – Voto nº 31322)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Suscitação pela 9ª Câmara de Direito Público, que recebeu os autos da 26ª Câmara de Direito Privado - Afirmação, pela suscitante, porém, não da competência da suscitada, mas de uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, às quais, em precedentes que cita, foi atribuída a competência para julgar as ações envolventes da previdência privada - Matéria, no entanto, de competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção, e não da Primeira, como decidiram em precedentes recentes o Grupo Especial de referida Seção e o Órgão Especial - Conhecimento do conflito como dúvida. COMPETÊNCIA - Ação monitória - Ação derivada de "plano de previdência privada, denominado VGBL ... Bradesco VGBL Fix - Renda Fixa - Prime" - Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção da Seção de Direito Privado (25ª a 36ª). Conflito conhecido como dúvida e julgado procedente para declarar competente a Câmara suscitada (26ª Câmara de Direito Privado). (CC 00434674420148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23528)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Ação de cobrança de aluguéis. Imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Aramina. Contrato de natureza privada. Irrelevância da qualidade das partes. Artigo 5º, item III.6, da Resolução nº 623/2013, do Órgão Especial. Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito julgado procedente para fixar a competência da Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado). (CC 00554581720148260000 – Igarapava - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli - 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31967)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Apelação interposta contra r. sentença prolatada em ação de execução fiscal visando o recebimento de débitos oriundos de mensalidades escolares – Parte litigante que pertence à Municipalidade de Mogi-Guaçu – Pessoa Jurídica de Direito Público - Tema relativo à competência afeta às Câmaras de Direito

Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução 623/13, inciso II, desta Corte - Dúvida acolhida, reconhecida a competência Seção de Direito Público dentre a 14ª, 15ª e 18ª Câmaras. (CC 00707807720148260000 – Mogi-Guaçu - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros - 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 32280)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação. Servidão de água. Disputa entre particulares. Precedentes. Conflito acolhido, fixada a competência na C. Seção de Direito Privado - Subseção III (DP-3). (CC 00623191920148260000 – Igarapava - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20293)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Comercialização de energia elétrica. Imposição de penalidade por inadimplemento contratual. Ação cautelar para suspensão dessa medida. Disputa entre particulares, por interesse privado. Disputa a ser composta no âmbito do Direito Privado. Conflito procedente. Competência C. Seção de Direito Privado III (DP-3). (CC 00603056220148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20375)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Câmara de Direito Público e Câmara de Direito Privado. Obrigação de fazer. Remoção de poste de energia elétrica instalado em frente do imóvel da autora. Art. 5º, § 1º, da Resolução nº 623/13 do Órgão Especial. Competência comum à Segunda e Terceira Subseção de Direito Privado para o julgamento das ações relativas a prestação de serviços. Precedentes do Órgão Especial. Conflito conhecido, declarada a competência da 36ª Câmara de Direito Privado. (CC 00630562220148260000 – Andradina - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen - 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 1705)

GRUPO ESPECIAL

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL. CONTRATO DE COMODATO. “Conflito de competência - Ação de reintegração de posse de bens móveis originada em contrato de comodato - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n° 194/2004 - Competência da Seção de Direito Privado (da 11ª à 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) - Conflito Procedente - Competência da Câmara suscitante.” (CC 00762659220138260000 – Itaporanga – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 32438)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. “Conflito negativo (2ª x 29ª Câmaras de Direito Privado). Matéria conhecida e resolvida pelo reconhecimento da competência das Câmaras do Direito Privado I. Ação envolvendo inscrição indevida do nome por dívida decorrente de não pagamento de tarifa de serviços de telefonia em virtude de habilitação fraudulenta (segundo a inicial) por terceiro desconhecido. Inexistência de relação contratual envolvendo prestação de serviços de telefonia. Hipótese de competência pela responsabilidade civil extracontratual. Precedentes do Grupo Especial a ensejar decisão monocrática. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado (suscitada).” (CC 02056404920138260000 – Serra Negra – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 11/12/2013 – dm)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. INDENIZAÇÃO. “Conflito de competência - Ação de ressarcimento de danos materiais - Danos decorrentes de oscilação no fornecimento de energia elétrica - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°

194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 01200077020138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 19/09/2013 – Votação Unânime – Voto nº 32762)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. ELETRIFICAÇÃO RURAL. LUZ DA TERRA. "Conflito negativo (35ª x 4ª Câmaras). Inadmissibilidade de se aplicar a chamada "competência residual" no caso envolvendo lides do programa "Luz da Terra", de eletrificação da zona rural. Matéria contratual típica e competência das Câmaras de Direito Privado II e III (Resolução 194/2004). Precedentes do Grupo Especial. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 01775243320138260000 – Itapetininga – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 27594)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. ELETRIFICAÇÃO RURAL. LUZ DA TERRA. "Conflito de competência entre a 9ª e a 35ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança na qual os autores pleiteiam a restituição de valores gastos com a eletrificação de zona rural, por meio do programa "Luz da Terra", em razão de incorporação da rede elétrica pela concessionária sem a respectiva indenização. Ação que envolve obrigação irradiada de contrato de prestação de serviços de energia elétrica e que, portanto, está inserida no rol de competência preferencial das Subseções I e II da Seção de Direito Privado desta E. Corte. Exegese do art. 2º, III, "d", da Resolução nº 194/2004 e do Provimento nº 71/2007. Precedentes do Col. Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 01848219120138260000 – Presidente Venceslau – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 22009)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BENS MÓVEIS. CONTRATO DE TRANSPORTE. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse de bens móveis oriunda de contrato de transporte - Definição da competência pela natureza jurídica da relação contratual - Princípio da especialidade – Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, Subseção II - Resolução nº 194/2004, art. 2º, III, "b", na redação do art. 1º da Resolução nº 281/2006 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 02229613420128260000 – Araçatuba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 15/08/2013 – Votação Unânime – Voto nº 30486)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. OBSTRUÇÃO DE SERVIDÃO DE PASSAGEM. "Conflito de competência - Ação de nunciação de obra nova - Pedido de paralisação de obra que obstrui servidão de passagem - Aplicação do art. 2º, III, "b", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª Câmaras) - Fixação da competência da 19ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01576359320138260000 – São Carlos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 33036)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. PLANO DE EXPANSÃO. "Conflito de competência - Ação cautelar de exibição de documentos fundada em contrato de participação financeira em plano de expansão e melhoramento de serviços de telefonia - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 25ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01100261720138260000 – Itapetininga – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 24/10/2013 – Votação Unânime – Voto nº 32786)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. "Conflito de competência - Ação de cobrança - Saldo devedor de cota de consórcio, após venda extrajudicial de bem apreendido - Inexistência de discussão da garantia fiduciária - Competência da Seção de Direito Privado II, da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Resolução n° 194/2.004, art. 2º, III, "b", na redação da Resolução nº 281/2006 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 01924631820138260000 – Itapevi – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31574)

COMPETÊNCIA. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. "Conflito de competência - Ação monitória para pagamento de cheques - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Resolução 194/2004, art. 2º, III, "b", na redação do art. 1º da Resolução nº 281/2006 - Provimento 63/2004, Anexo I, 1º TAC, inciso XIII - Insubsistência de prevenção anterior, ante o critério de competência em razão da matéria - Conflito procedente, declarada a competência da 22ª Câmara de Direito Privado." (CC 01950528020138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31573)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. "Conflito de competência - Ação revisional de contrato de arrendamento mercantil - Competência preferencial da Seção de Direito Privado III - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 01673038820138260000 – Assis – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29114)

COMPETÊNCIA. INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. "Conflito de competência - Ação revisional de instrumento particular de venda e compra de imóvel com alienação fiduciária em garantia - Ausência de discussão a respeito da cláusula acessória de alienação fiduciária - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I - Inciso XXIII do Anexo I do Provimento nº 63/2004 – Conflito de competência procedente para fixar a competência da 1ª Câmara de Direito Privado." (CC 01887953920138260000 – Osasco – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29411)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE MEDIAÇÃO. "Conflito de competência - Ação civil pública - Prestação de serviços - Contrato de mediação – Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 26ª Câmara de Direito Privado." (CC 01973738820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29598)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. JULGAMENTO ANTERIOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREVENÇÃO. "Conflito de competência - Ação de indenização por descumprimento de contrato de prestação de serviços - Julgamento anterior de prestação de contas entre as mesmas partes, sobre repasse de valores recebidos ou devidos em decorrência do mesmo contrato - Prevenção verificada - Art. 102, caput, do Regimento Interno - Conflito procedente -Competência da Câmara suscitante." (CC 01946916320138260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 28/11/2013 – Votação Unânime – Voto nº 31585)

COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM MÓVEL. CONTRATO DE COMODATO. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de reintegração de posse. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido de reintegração de posse baseado em contrato de comodato, a competência é das Câmaras de nºs 11 a 24, 37 e 38 da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitante (11ª. de Direito Privado)." (CC 02037316920138260000 –

Lorena – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26049)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL. CONTRATO DE MANDATO. "Conflito de competência - Execução por título extrajudicial - Prestação de serviços de administração de imóvel alugado - Natureza jurídica de mandato na relação entre administrador e proprietário - Competência do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III, III.11 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante." (CC 02040019320138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31808)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. ADMINISTRAÇÃO DE COISA COMUM. "Conflito de competência - Condomínio - Ação de cobrança para reembolso de despesas com reforma em área comum do edifício, cumulada com obrigação de fazer consistente na realização de obras no apartamento, por motivo de segurança - Discussão abrangente de matéria relativa à administração de coisa comum - Competência preferencial da Seção de Direito Privado I, da 1ª à 10ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso I, I.27 e I.37 - Competência da Câmara suscitada." (CC 02052447220138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31872)

COMPETÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE FACTORING. FOMENTO MERCANTIL. "Conflito negativo (14ª x 30ª Câmaras). Ação de cobrança de valor decorrente de contrato de factoring (fomento mercantil). Contrato que foi celebrado para constituir título executivo extrajudicial. Competência da Subseção II de Direito Privado, nos termos da Resolução 623/2013. Conflito que se julga procedente para reconhecer e declarar a competência da 14ª Câmara de Direito Privado (suscitada). " (CC 02063402520138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28314)

COMPETÊNCIA. SEGURO DE VIDA. "Conflito negativo (35ª x 5ª Câmaras de Direito Privado). Ação de execução de indenização de seguro de vida, em virtude da morte de companheiro. O fato de o seguro de vida ter sido contratado em separado ao contrato de seguro saúde empresarial não modifica a natureza restrita da lide, não alterando a competência do Direito Privado III, encarregado de julgar recurso de ações e execuções referentes a seguro de vida e acidentes pessoais. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 02078801120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28328)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALAR. ESTADO DE PERIGO. "Conflito negativo (5ª Câmara x 36ª Câmaras de Direito Privado). Ação promovida por paciente contra hospital discutindo a exigibilidade do valor cobrado com base em estado de perigo. Demanda sem qualquer conotação com plano ou seguro saúde. Competência da Subseção de Direito Privado III (Resoluções 194/2004 e 623/2013). Conflito procedente para declarar a competência da 36ª Câmara (suscitada)." (CC 00000279520148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28362)

COMPETÊNCIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE COISA MÓVEL. "Conflito negativo (27ª x 8ª Câmaras de Direito Privado). Cobrança de saldo de contrato de fabricação de máquina industrial. Agravo que discute questão relacionada com o recolhimento de custas. Competência das câmaras de Direito Privado III e não do Direito Privado I, porque a causa petendi está centrada única e exclusivamente em relação jurídica de coisa móvel. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 27ª Câmara (suscitada)." (CC 00028720320148260000 – Santa Isabel - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28364)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. INADIMPLEMENTO. "Conflito de competência - Cobrança - Ação derivada de consórcio - Matéria afeta à segunda subseção da Seção de Direito Privado - Resolução nº 623/2013, art. 5º, II, II.6 - Impossibilidade de invocar regra de prevenção para afastar norma de competência em razão da matéria - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00050615120148260000 - Diadema - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32056)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. ALUGUÉIS. "Competência recursal - Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança de aluguéis - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso III.6 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00095901620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32148)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. "Conflito de competência. Embargos à execução de título extrajudicial consistente em contrato de honorários advocatícios. Competência atribuída à Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 desta Corte. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (30ª Câmara)." (CC 00084590620148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25944)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. "Conflito de competência - "Ação de revisão contratual e do saldo devedor c/c/ declaratória de nulidade de cláusula abusiva", dentre as quais a previsiva de antecipação do VRG (valor residual garantido) - Ação relativa a contrato de arrendamento mercantil - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado) - Norma especial que não distingue entre ações relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário - Conflito julgado procedente para declarar competente a Câmara Suscitada (29ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01771034320138260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21782)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL. EXECUÇÃO. "Conflito de competência - Apelação interposta em face de sentença que julga exceção de pré-executividade suscitada em execução de título extrajudicial - Título consistente de contrato de locação de bem imóvel - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras) - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (30ª Câmara)." (CC 01807253320138260000 – Embu das Artes - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21841)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE DEPÓSITO DE COISA MÓVEL. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais, fundada em "contrato de depósito", afirmando o autor que, logo após a entrada no estabelecimento da ré, em decorrência de assalto, teve o seu veículo subtraído com sua carteira, documentos e ferramentas de trabalho de eletricista - Alegação de que, embora encontrado, o veículo perdeu a sua utilização em decorrência dos estragos mecânicos e da adulteração do número do chassi, característica vital para ter permissão de circulação nas vias públicas - Ação que envolve contrato de depósito de coisa móvel, residindo no dever de guarda e vigilância do veículo - Responsabilidade civil contratual Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução nº 623/2013 -Dúvida julgada procedente para afirmar competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01869281120138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21894)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO HORIZONTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. "Conflito de competência - Ação de cobrança de despesas condominiais - Competência da Seção de Direito Privado III, por se tratar de condomínio horizontal, instituído pelos condôminos e registrado na matrícula do imóvel - Conflito de competência julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (35ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01924571120138260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21896)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. "Conflito negativo (30ª x 23ª Câmaras). Execução de contrato de honorários advocatícios. Competência da Subseção III, do Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos do Provimento 63/2004. Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 30ª Câmara de Direito Privado (suscitada)." (CC 01935293320138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ênio Zuliani – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27987)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE CONSÓRCIO. "Conflito de competência - Ação de cobrança de valores decorrentes de contrato de consórcio - Inexistência de discussão acerca da garantia fiduciária - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado II (Resolução 623/2013) - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (16ª Câmara de Direito Privado)." (CC 01984260720138260000 – São Simão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22037)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. MULTA. AÇÃO DE COBRANÇA. "Conflito de competência entre a 2ª e a 33ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança de multa condominial. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 33ª Câmara de Direito Privado." (CC 02008277620138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22396)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. ADMINISTRAÇÃO DE COISA COMUM. "Ação de indenização ajuizada pelo condomínio em face dos ex-síndicos, que teriam causado prejuízo à massa ao deixar de cumprir decisão judicial, fiscalizando as obras a serem realizadas. Compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado I o julgamento de ações que se fundam na administração da coisa comum. Exegese do Provimento nº 623/2013. O julgamento de Agravo de Instrumento que tratava de gratuidade judiciária não gera prevenção, uma vez que a competência em razão da matéria é absoluta. Precedentes. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02037256220138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22440)

COMPETÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. REEMBOLSO. "Conflito de competência entre a 35ª Câmara de Direito Privado e a 7ª Câmara de Direito Privado. Relação jurídica controvertida fundada no reembolso de quantias decorrentes da cobertura de plano de saúde, e não na prestação de serviços médico-hospitalar a um consumidor. Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado. Exegese das Resolução nº 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02075752720138260000 – São João da Boa Vista – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22556)

COMPETÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES. BEM MÓVEL INCORPÓREO. "Conflito de competência - Ação ordinária - Contrato de compra e venda de ações representando 100% do capital da empresa - Contrato de transferência de estabelecimento contratual, ou seja, bem móvel incorpóreo - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado I - Competência residual - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 02082387320138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do

Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29920)

COMPETÊNCIA. CONDOMÍNIO. AÇÃO DE COBRANÇA. ARREMATAÇÃO JUDICIAL. "Conflito de competência - Ação anulatória de arrematação judicial realizada nos autos de ação de cobrança de débitos condominiais - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Hipótese em que a 29ª Câm. Dir. Priv. encontra-se preventa - Conflito de competência prejudicado - Competência da 29ª Cam. Dir. Priv." (CC 02090086620138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29919)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. ALUGUÉIS DECORRENTES DE USO DE COISA COMUM E NÃO CONTRATO DE LOCAÇÃO. "Conflito de competência entre a 10ª e a 36ª Câmaras de Direito Privado. Ação de despejo por falta de pagamento de alugueis que não decorre de contrato de locação celebrado entre as partes, mas de remuneração fixada em favor do autor em ação de arbitramento de aluguéis fundada na utilização exclusiva pela ré de imóvel que é comum às partes, partilhado em ação de dissolução de união estável. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações referentes à venda e administração de coisa comum (art. 5º, inciso I, item I.27, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 10ª Câmara de Direito Privado." (CC 02090095120138260000 – Santo André – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22589)

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. VÍCIO NO PRODUTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. "Conflito de competência - Ação de responsabilidade civil c.c. indenização por danos materiais e morais - Alegação da autora de que ganhou um televisor de presente o qual teria explodido, lhe causando danos de ordem material e moral - Suposta existência de vício no produto - Relação de consumo - Relação contratual - Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 2º, III, alínea 'c' Resolução 194/2004 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 01712522320138260000 – Lins – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 20/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29140)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação extraída dos autos de ação de indenização por perdas e danos. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo contrato de prestação de serviços de advocacia, a competência é das Câmaras de nºs 25ª a 36ª da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitada (25ª. de Direito Privado)." (CC 00108676720148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26591)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação cautelar de exibição de documentos relativos a contratos de parceria rural - Real escopo da ação que é a prestação de contas referentes a esses contratos - Finalização de arrolamento que é objetivo remoto - Ação principal de prestação de contas em trâmite - Competência, na hipótese, definida pela natureza da demanda e que segue a da ação principal - Matéria que se insere no rol de competência da Subseção de Direito Privado III, nos termos do artigo 5º, III.7, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte Competência da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconhecida - Conflito procedente." (CC 00113560720148260000 - Leme - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 28809)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 6ª e a 28ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança na qual a autora, em razão de convênio de cosseguro celebrado com a ré, pretende ser ressarcida dos valores pagos aos segurados em razão da ocorrência de sinistros

e demais despesas com atividades operacionais e administrativas, segundo a proporção da parcela do prêmio repassada à cosseguradora. Convênio que tem por objeto seguros de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos. Competência preferencial das 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações e execuções referentes a seguro de vida e acidentes pessoais (art. 5º, inciso III, item III.8, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00114427520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22960)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação revisional de contrato bancário para financiamento de imóvel, cumulada com declaração de nulidade de leilão extrajudicial - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª. à 24ª., 37ª. e 38ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º,II, II.4 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00123780320148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 32275)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Acidente envolvendo passageiro de transporte coletivo - Responsabilidade decorrente de contrato de transporte – Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 20ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado II. É da Segunda Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação reparatória movida por passageiro em face de empresa de transporte, ainda que fundada em acidente de trânsito, posto que a causa de pedir remota tem por base o contrato de transporte (responsabilidade contratual). Aplicação do art. 5º, II, II.1 da Resolução n. 623/2013, afastada a regra do art. 5º, III, III.15 do mesmo regulamento, que se refere a ilícito extracontratual." (CC 00128154420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26083)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Pedido inicial fundado no contrato de mandato mercantil - Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 32ª câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado III. Conquanto os autores tenham se qualificado como representantes comerciais, e, a despeito de, a teor de o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.886, de dezembro de 1965, que regula a atividade de representantes comerciais autônomos, a representação comercial poder incluir poderes atinentes ao mandato mercantil, pouco importa, neste momento de distribuição de competência recursal, perquirir-se exatamente o tipo de contrato firmado entre as partes, já que, a teor do art. 103 do RITJSP, o que define a competência recursal é apenas e tão somente os termos em que formulado o pedido inicial. E, este, no caso, funda-se exclusivamente no mandato celebrado entre as partes. É da Terceira Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação de cobrança cuja causa de pedir remota tem por base o instrumento de mandato. Aplicação do art. 5º, III, III.11 da Resolução n. 623/2013." (CC 00138703020148260000 – Mogi Mirim - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26135)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de imissão de posse - Cláusula de alienação fiduciária - Ação ajuizada por credores fiduciários, com fundamento no artigo 30, da Lei 9.514/97 - Demanda que abrange direta e efetivamente a discussão da garantia - Art. 5º, III.3, da Resolução 623, do Órgão Especial desta Corte - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Reconhecida a competência da Câmara suscitante - Conflito improcedente." (CC 00146714320148260000 – Atibaia - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 29044)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 17ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Ação monitória fundada em títulos de crédito (cheques prescritos). Competência preferencial das 11ª a 24ª; 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado (art. 5º, inciso II, itens II.3 e II.9, da Resolução nº 623/13). O julgamento de anterior recurso pela Câmara suscitada, neste processo, não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado II.

Conflito de competência procedente, para declarar competente a 17ª Câmara de Direito Privado." (CC 00151564320148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23035)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Reintegração de posse - Comodato de bem móvel – Conflito procedente para reconhecer e declarar a competência da 18ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado II. É da Segunda Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação fundada em comodato, independentemente da natureza do bem. Aplicação do art. 5º, II, II.1 da Resolução n. 623/2013. Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial. Conflito de competência acolhido." (CC 00166763820148260000 – Caçapava - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26235)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre as 2ª e 29ª Câmaras de Direito Privado - Discussão que diz com responsabilidade derivada de obrigações irradiadas de regular contratação de serviços de telefonia – Competência preferencial de uma das Câmaras das Subseções Segunda e Terceira de Direito Privado (11ª a 38ª Câmaras), nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça – Responsabilidade contratual - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitante, a 29ª Câmara de Direito Privado." (CC 00123503520148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18611)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência entre a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial e a 25ª Câmaras de Direito Privado - O litígio diz com a execução de cláusula inserida em contrato de cessão de bandeira de marca e compra e venda de móveis, utensílios e ferramentas, peças e acessórios - Competência preferencial de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, III.14, da Resolução n. 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 25ª Câmara de Direito Privado." (CC 00194062220148260000 – Andradina - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Grava Brazil – 27/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18778)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 8ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Contrato de seguro de veículo. Furto do automóvel. Relação jurídica controvertida fundada na recusa da ré de realizar o pagamento da indenização securitária. Negócio jurídico que tem por base coisa móvel corpórea. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00178412320148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23115)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Alegação da autora de que não possui qualquer relação jurídica com o réu - Negativação indevida – Relação extracontratual diante da alegada ausência de relação jurídica entre as partes - Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00084288320148260000 – Botucatu - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30254)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais - Autora que sofreu acidente dentro do coletivo da ré - Ação fundada na responsabilidade objetiva do transportador - Competência preferencial da Segunda Subseção - Art. 5º, II, item II.1 da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 00131454120148260000 – Santo André -

Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30419)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais - Autor que celebrou contrato particular de compromisso de compra e venda de imóvel com terceiro - Escritura Pública de Compra e Venda apresentada pelo terceiro ao autor que foi firmada com procuração pública reputada falsa - Ausência de relação jurídica entre autor e réu - Responsabilidade civil extracontratual – Competência preferencial da 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, 'item' I.29 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado." (CC 00159506420148260000 – Barueri - Grupo Especial da Seção de Direito Privado - Relator J. B. Franco Godoi – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30516)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de inexigibilidade de títulos de crédito - Matéria que não se insere na competência da Subseção III de Direito Privado - Irrelevância da causa subjacente dos títulos de crédito - Competente a subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª) - Conflito procedente, fixando-se a competência da 24ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso." (CC 01601007520138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33457)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação nominada de complementação de obrigação, fundada em contrato de prestação de serviços de telefonia, com pedido alternativo de indenização de diferenças de subscrição de ações - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de telefonia - Aplicação do art. 2º, III, "d", da Resolução n°. 194/2004 - Competência concorrente da Seção de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 34ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01793448720138260000 – Sorocaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33411)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução fundada em contrato de locação de imóvel inadimplido - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 30ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01874001220138260000 – Mauá - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33702)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação indenizatória por danos materiais e morais, fundada em explosão de pedreira, vizinha ao imóvel danificado - Pedido de reparação pelos danos sofridos - Aplicação do art. 2º, III, "c", da Resolução n°. 194/2004, com redação dada pela Resolução nº. 281/2006 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 01940446820138260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33604)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança de valores gastos para implantação de rede de eletrificação rural - Programa "Luz da Terra" - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de energia elétrica - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n°. 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 01950614220138260000 – Mirante do Paranapanema - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33701)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Impugnação aos benefícios da assistência judiciária, incidente em ação anulatória de título extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em contrato de fomento mercantil - Precedentes - Conflito

procedente, declarada a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 02078731920138260000 – Piracicaba - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33903)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Autor alega que não contratou empréstimo consignado em seu benefício do INSS e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Responsabilidade extracontratual - Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado Artigo 2º, III, letra "a", da Resolução 194/2004 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00007285620148260000 – Ipuã - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 34089)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Ação de Indenização - Transporte coletivo - Passageira que se acidenta em ônibus pertencente a concessionária de serviço público de transporte coletivo - Responsabilidade objetiva decorrente de contrato de transporte - Competência recursal de uma das Câmaras entre a 11.ª e a 24.ª, bem como da 37.ª e 38.ª da Seção de Direito Privado deste Tribunal - Precedentes - Conflito procedente, declarada a competência da 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 00028893920148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33693)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação declaratória de nulidade de débito - Prestação de serviços de vigilância e limpeza - Competência preferencial das Subseções Segunda e Terceira de Direito Privado - Par. 1º do art. 5º da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00263304920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30918)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Ação regressiva de seguradora – Roubo de veículo em estacionamento de supermercado – Demanda fundada no dever de guarda e vigilância – Depósito de bem móvel – Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras – Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.13 e 14 – Conflito procedente – Competência da Câmara suscitada." (CC 00262776820148260000 – São Caetano do Sul – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32686)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Contrato de participação financeira - Aquisição do direito ao uso da linha e captação de investimentos para expansão de rede telefônica - Matéria atinente à prestação de serviços de telefonia - Conflito procedente, reconhecida a competência da Colenda 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00258662520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29331)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de cobrança - Eletrificação rural - Programa 'Luz da Terra' - Relação jurídica decorrente de prestação de serviços de energia elétrica - Competência preferencial e comum das Subseções Segunda e Terceira - Art. 5º, par. 1º da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00219940220148260000 – Presidente Venceslau – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30653)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Esbulho – Pedido de retomada de terreno do autor – Ação possessória – Competência de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado – Conflito julgado procedente. Em que pese o "nomen iuris" atribuído à causa pelo autor, há que prevalecer, para o efeito de fixação de competência das subseções de Direito Privado desta Casa, os pedidos e a causa de pedir deduzidos na exordial, destacando-se no caso o pedido de retomada de terreno do autor invadida por construção do vizinho. Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos da Resolução nº

623/2013 desta Corte, artigo 5º, II, item II.7. Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (20ª Câmara).” (CC 00219472820148260000 – Jundiaí – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26448)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência – Participação financeira em ações de empresa de telefonia – Pretensão ao recebimento de alegadas diferenças de valores referentes à subscrição, a menor, das ações – Questão que envolve obrigações decorrentes de contratos de prestação de serviços de telefonia – Competência concorrente das Seções de Direito Privado II e III – Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado (suscitada), integrante da Subseção de Direito Privado III. A competência recursal das ações em que se discute o critério de emissão de ações de empresa de telefonia, adquiridas por ocasião da adesão ao plano de expansão, pertence, concorrentemente, às Seções de Direito Privado II e III. Aplicação do art. 2º, III, “d”, da Resolução nº 194/2004. Conflito de Competência julgado procedente para o fim de fixa-la junto à C. 35ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00216338220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Clóvis Castelo – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26410)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - “Ação ordinária de adimplemento contratual c.c. exibição de documentos” movida em face da antiga Telesp, relativa a ações decorrentes do contrato de prestação de telefonia, com cláusula de participação societária - As ações objetivadas e seus dividendos são originados de contrato de participação financeira para expansão dos serviços de telefonia - Competência preferencial das Subseções de Direito Privado I e II (11ª a 38ª Câmaras) - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado).” (DM CC 00280739420148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 12/05/2014 – Voto nº 22624)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação de consignação em pagamento fundada em contrato de locação de imóvel - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente “ratione materiae” - Ausência de prevenção – Precedentes - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente.” (CC 00051239120148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34240)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência – Declaratória - Inexistência de relação contratual - Reparação por danos morais - Autor alega que não contratou a linha telefônica e desconhece o débito atribuído a sua responsabilidade - Ausência de contrato de prestação de serviços - Responsabilidade extracontratual – Precedentes - Competência das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 2º, III, letra “a”, da Resolução 194/2004 e Art. 5º, I.29, da Resolução nº 623/2013 - Fixação da competência da 2ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente.” (CC 00050571420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34241)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Execução fundada em contrato de locação de imóvel inadimplido - Aplicação do art. 5º, III, item "III.6", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 30ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente.” (CC 02090078120138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34346)

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Medida cautelar de arresto de arrobas de algodão - Contrato que tem por objeto coisa móvel - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Aplicação dos artigos 5º, III, ‘14’, da Resolução n°. 623/2013, e 102 do RITJESP - Fixação da competência da 25ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente.”

(CC 01490098520138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 08/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33248)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de busca e apreensão de veículo decorrente de contrato de financiamento, com alienação fiduciária em garantia - Execução da garantia em vista do inadimplemento do contrato - Aplicação do art. 5º, III, III.3 da Resolução nº. 623/2013 – Precedentes - Julgamento anterior de AI nº 0355872-15.2009 tirado nos autos de ação revisional, tendo por base o mesmo ajuste, não gera prevenção - Competência "ratione materiae" da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 34ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente." (CC 00113950420148260000 – Araraquara – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.539).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de busca e apreensão de veículo, fundada em contrato de financiamento com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia - Conexão com ação revisional do pacto, anteriormente ajuizada pelo consumidor - Reunião dos processos para apreciação conjunta - Inteligência do art.106 do CPC, que direciona a competência recursal para a Seção competente para apreciação de ações relativas a contratos bancários - Aplicação do art. 5º, II, "4", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª e 37ª/38ª Câmaras) - Fixação da competência da 23ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00083360820148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.402).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 18ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso, posteriormente redistribuído à 27ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação monitória instruída com cheques prescritos emitidos para pagamento de comissão de corretagem relativa a transação imobiliária. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. A cobrança se funda nos cheques, títulos executivos extrajudiciais, e, ainda que prescrita a sua executoriedade, a demanda deve ser julgada por câmara pertencente à Segunda Subseção de Direito Privado desta corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00403296920148260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.482).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Apelação distribuída à 31ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso, posteriormente redistribuído à 8ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação de ressarcimento de danos materiais. Propositura por seguradora em face de concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, em decorrência de sub-rogação pelo pagamento de indenização de sinistro a segurado. Alegação de falha na prestação de serviço e responsabilidade objetiva da concessionária. Competência firmada pelo pedido inicial. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Ausência de discussão a respeito do contrato de seguro. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. As ações relativas a locação ou prestação de serviços, inclusive as que envolvam obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços de energia elétrica são de competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira da Seção de Direito Privado, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada." (CC 00399789620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.577).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Agravo de instrumento – Decisão proferida em execução de título extrajudicial – Ação que tem por objeto notas promissórias inadimplidas – Competência da Seção de Direito Privado II (da 11 à 24ª e 37ª/38ª Câmaras) – Aplicação do artigo 5º, II, "3", da Resolução n°. 623/2013 – Fixação da competência da 18ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente." (CC 00245126220148260000 – Santos – Grupo

Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.710).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Seguro de proteção financeira ou seguro prestamista - Contrato bancário - Competência da Subseção de Direito Privado II - Art. 5º, II.4, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial – Conflito procedente, determinada a redistribuição a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado II." (CC 00469265420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.190).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação interposta em face de sentença que julga embargos à execução opostos em execução de título extrajudicial - Título consistente em contrato de locação de bem imóvel - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras) - Norma de regência específica para a situação em pauta, posto includente das "ações e execuções relativas a locação de bem móvel ou imóvel" (art. 5º, "III.6", da Resolução 623/2013) - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (30ª Câmara)." (CC 00331586120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.914).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução por título executivo extrajudicial (cheque) - Execução da cártula, sem alusão à causa subjacente (contrato de honorários médicos ou ter sido o cheque dado em caução ou como pagamento dessa verba) - Embargos que discutem esse negócio, como causa do pedido de extinção da execução – Irrelevância - Embargos que constituem ação incidental na execução, não tendo vida autônoma e dela sendo dependente - Competência que se define pela causa de pedir e respectivo pedido, deduzidos na execução - Aplicação da regra especial da Resolução 623/2013, inciso II.5, definidora da competência para as "ações e execuções de insolvência civil e as execuções singulares, quando fundadas em título executivo extrajudicial" - Competência da Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) - Conflito de competência julgado procedente, competente a Câmara suscitada (12ª Câmara)." (CC 00216199820148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.738).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de obrigação de fazer c.c. danos materiais" movida por segurado em face da seguradora tendo em vista o furto de seu veículo e a negativa de indenização - Demanda que versa negócio jurídico (seguro) tendo por objeto coisa móvel (veículo) - Competência atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III-14) desta Corte - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00137144220148260000 – Suzano – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.440).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de rescisão de contrato de distribuição c.c. indenização por danos materiais e morais, objetivando "declaração expressa de culpa exclusiva da requerida por violação do contrato e seu rompimento definitivo", bem como pagamento de indenização por danos materiais e morais - Matéria que versa contrato de distribuição que se aproxima e se identifica com o de representação comercial, com a peculiaridade que lhe é inerente, não tendo por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras), nos termos das Resoluções 194/2004, 281/2006 e 605/2013 - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (23ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00110937220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.666).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos materiais e morais movida por passageira contra empresa de transporte coletivo, em virtude de queda sofrida no

interior de ônibus - Demanda que versa, induvidosamente, contrato de transporte Competência atribuída à Subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras) -Prevenção da 31ª Câmara de Direito Privado, por decidir anterior agravo de instrumento – Inocorrência - "Se por erro Câmara não competente conhece e julga recurso, tal fato não acarreta a prevenção prevista no at. 102 do Regimento Interno do TJSP" - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (22ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00040837420148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.366).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de obrigação de restituir c.c. cobrança" visando devolução de livro da biblioteca da universidade mantida pela autora e emprestado à ré, durante o período em que foi aluna - Demanda que versa sobre negócio jurídico tendo por objeto coisa móvel - Competência atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III-14) desta Corte - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitante (33ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00032574820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.365).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação de reintegração de posse de bens móveis", fundada em contrato de comodato - A competência, nesse caso, é definida pela natureza da relação contratual (contrato de comodato), e não de seu objeto (bens móveis) - Ademais, prevalece a regra especial em face daquela de caráter geral - Competência atribuída à Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, II-1) desta Corte - Tema pacificado na jurisprudência do Colendo Órgão Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (15ª Câmara de Direito Privado)." (CC 00023740420148260000 – Jaú – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.518).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais" - Ação fundada em que o autor nunca contratou com a ré a aquisição de linhas telefônicas, e que seu nome foi indevidamente lançado em cadastro de proteção ao crédito, em razão de débitos delas originado - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado)." (CC 02073171720138260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.301).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Ação ordinária de indenização c.c. repetição de indébito" - Contrato de revenda de produtos Volkswagen e prestação de assistência técnica - Demanda que versa "contrato de concessão comercial", tendo por objeto a aquisição e revenda de bens móveis corpóreos - Competência preferencial atribuída à Subseção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras), nos termos da Resolução 623/2013 (art. 5º, III.14) - Precedentes do Órgão Especial - Conflito julgado procedente, afirmada a competência da Câmara Suscitada (33ª Câmara de Direito Privado), que antes recebeu os autos por prevenção (art. 105 do Regimento Interno)." (CC 01997494720138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.146).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Apelação interposta em "ação de reintegração de posse com pedido de reparação por danos morais" - Conflito envolvendo o uso de garagem privativa integrante da unidade condominial e de vagas extras situadas (ao que parece) em terreno municipal contíguo ao condomínio, mas administrado por este - Pedido de reintegração de posse no imóvel (a garagem privativa) e de que seja "reconsiderado o pedido de uso" das garagens extras - Ação de cunho possessório, e não atinente a locação - Matéria que se insere no rol de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª

Câmaras) - Dúvida julgada procedente para afirmar competente a Câmara Suscitada (38ª).” (CC 01950735620138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.176).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência - Ação monitória objetivando a condenação do réu ao pagamento de quantia lançada em cheque prescrito - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Irrelevância, para a definição da competência, da afirmação de o título ter sido emitido como garantia de pagamento de comissão em contrato de serviços de corretagem - Dúvida julgada procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (37ª Câmara de Direito Privado).” (CC 01946881120138260000 – Barueri – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.147).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as 27ª e 19ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cobrança que versa sobre fornecimento de gás e locação de cilindros para o seu acondicionamento - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Subseção de Direito Privado III - Conflito de competência procedente.” (CC 00490414820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.400).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as 25ª e 1ª Câmaras de Direito Privado. Matéria que envolve bem incorpóreo (estabelecimento comercial) - Competência residual das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Subseção de Direito Privado I Conflito de competência procedente.” (CC 00453095920148260000 – Piracicaba – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31.264).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as 18ª e 30ª Câmaras de Direito Privado. Execução de Título executivo extrajudicial (contrato de locação) - Embargos - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente.” (CC 00419024520148260000 – Campinas – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.078).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as 9ª e 30ª Câmaras de Direito Privado. Ação anulatória de leilões e consignação judicial do valor do débito - Contrato de mútuo garantido por alienação fiduciária - Inadimplemento das parcelas contratadas que deram causa à pretensão de retomada do imóvel e de consolidação da propriedade ao credor fiduciário - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Subseção III de Direito Privado - Conflito de competência procedente.” (CC 00373044820148260000 – Jacareí – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.918).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as 1ª e 34ª Câmaras de Direito Privado. Responsabilidade civil extracontratual - Inexistência de liame contratual entre as partes - Competência das Câmaras (1ª a 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente e competente a C. Câmara suscitante.” (CC 00293869020148260000 – Catanduva – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.849).

COMPETÊNCIA. “Conflito de competência entre as C. 9ª e 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de ressarcimento, em regresso - Roubo de veículo em estacionamento - Resolução 623/2013, artigo 5º, III, III.14 - Competência das Câmaras (25ª a 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência procedente.” (CC 00853751820138260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.186).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação fundada em alegado descumprimento de contrato de representação comercial - Matéria que se insere no rol de competência da Subseção de Direito Privado II - Irrelevante o fato de o objeto do contrato envolver produtos agrícolas - Competência da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconhecida - Conflito procedente." (CC 00483503420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.196).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 8ª e a 29ª Câmaras de Direito Privado. Ação de indenização por danos morais, na qual o autor alega ter sofrido constrangimentos em razão da ausência de prévia comunicação pela ré, empresa que administra o SCPC, de que seu nome seria lançado no rol de inadimplentes. Hipótese em que a pretensão indenizatória não está ligada ao contrato de prestação de serviços entre o autor e a operadora de telefonia, objeto de ação autônoma, mas à omissão de empresa com a qual não mantém qualquer relação jurídica, de modo que a competência não é atraída para a Subseções de Direito Privado II e III. Causa de pedir que remete a ato ilícito, sendo irrelevante, no contexto da lide, a origem da inscrição desabonadora. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações que envolvem responsabilidade civil extracontratual (art. 5º, inciso I, item I.29, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 8ª Câmara de Direito Privado." (CC 00464406920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.852).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 1ª e a 35ª Câmaras de Direito Privado. Ação de repetição de indébito relativa a despesas condominiais. Hipótese análoga à de cobrança a condômino. Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 35ª Câmara de Direito Privado." (CC 00438190220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.822).

COMPETÊNCIA. "Recuperação judicial e ação de busca e apreensão. Agravo de instrumento contra determinação de prosseguimento da ação de busca e apreensão em face de devedora que se encontra em recuperação judicial, enquanto prorrogado o prazo de suspensão de ações e execuções contra o devedor. Discussão que não está adstrita ao juízo universal da recuperação, mas à reação obrigacional decorrente do contrato de alienação. Ausência de atração da ação de busca e apreensão pelo juízo falimentar. Inexistência de prevenção. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III (art. 5º, inciso III, item III.11, da Resolução nº 623/13). Precedentes da C. Câmara Especial e do C. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente para declarar a competência da 28ª Câmara de Direito Privado." (CC 00422990720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.785).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Embargos à execução de título extrajudicial - Título executivo que diz respeito a contrato de seguro de vida e acidentes pessoais - Art. 5º, III.8 , da Resolução 623/13, do Órgão Especial - Competência da Subseção de Direito Privado III - Conflito procedente, reconhecida a competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 00409081720148260000 – Santos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.980).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 25ª e a 22ª Câmaras de Direito Privado. Execução de título extrajudicial embasada em contrato de financiamento. Compete às Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II o julgamento de execuções singulares, quando fundadas em título extrajudicial. Ausência de discussão acerca da cláusula de alienação fiduciária em garantia. Exegese da Resolução nº 623/2013, desta E. Corte (art. 5º, item II.3). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 22ª Câmara de Direito

Privado." (CC 00407679520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.751).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 15ª e a 34ª Câmaras de Direito Privado. Ação civil pública ajuizada por associação de defesa de consumidores contra revendedora de veículos, em razão da suposta ilegalidade da chamada "taxa de retorno" inserida nos contratos de financiamento. Discussão que não está relacionada ao contrato bancário, mas à comissão recebida pela revendedora por força do serviço de mediação que presta às instituições financeiras. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III (art. 5º, inciso III, item III.11, da Resolução nº 623/13). Precedentes do Col. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 34ª Câmara de Direito Privado." (CC 00393094320148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.716).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - "Seguro-viagem" - Seguro que prevê cobertura de diversas áleas, não se tratando de seguro-saúde propriamente dito, disciplinado pela lei nº 9.656/98 - Causa de pedir que é o suposto descumprimento do contrato de prestação de serviços de turismo, incluindo-se o "seguro-viagem", firmado entre as partes - Artigo 5º, §1º, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial desta Corte – Competência das Subseções de Direito Privado II e III – Conflito procedente, reconhecida a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00385464220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.918).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de indenização por danos morais - Autora que alega ter sofrido bullying de outros alunos dentro da instituição de ensino-ré - Petição inicial que narra suposta omissão da ré em adotar medidas cabíveis para evitar os transtornos sofridos pela autora - Relação contratual - Prestação de serviços educacionais - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 26ª Câmara de Direito Privado." (CC 00340463020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.379).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de exoneração de fiança - Cláusula acessória em contrato de promessa de compra e venda mercantil de combustíveis - Rescisão – Negócio jurídico envolvendo coisa móvel corpórea - Competência preferencial da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Art. 5º, III.14 da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00323644020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.317).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Agravo de instrumento tirado dos autos de ação de desconstituição de título cambial - Competência da Subseção de Direito Privado II, nos termos do art. artigo 5º, II.3, da Res. 623/13, do Órgão Especial - Julgamento de apelação por Câmara Extraordinária que não gera prevenção – Arts. 4º, da Res. 608/2013, e 110, do RITJSP - Prevalência, ademais, do critério material de competência sobre a prevenção - Conflito procedente, reconhecida a competência da 12ª Câmara de Direito Privado." (CC 00310210920148260000 – Guarulhos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.577).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 11ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento dos recursos interpostos em embargos de terceiro, opostos em virtude de constrição judicial realizada em execução de confissão de dívida, compete preferencialmente às Câmaras integrantes da Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª), sendo irrelevante perquirir sobre a natureza da relação jurídica subjacente. Exegese do art. 5º, II, item II.3, da Resolução nº 623/13 desta E. Corte. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 00304426120148260000 – Santo André –

Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.478).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de rescisão contratual - Contrato de promessa de compra e venda mercantil e de Licença de Uso da Marca BR - Matéria inserida dentre os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial - Lei 9 279/96 - Competência preferencial das Câmaras Reservadas a Direito Empresarial - Art. 6º, da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial." (CC 00300762220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J.B. Franco de Godoi – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.249).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Seguro de veículo automotor – Furto - Controvérsia decorrente de recusa da ré em pagar indenização securitária - Ação fundada em negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado III, nos termos do art. artigo 5º, III.14, da Resolução 623/13, do Órgão Especial - Conflito procedente, reconhecida a competência da 27ª Câmara de Direito Privado." (CC 00280834120148260000 – Araras – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.417).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de reintegração de posse - Inexistência de discussão da garantia fiduciária existente em relação jurídica anterior à aquisição do imóvel pelo autor - Ação que se caracteriza como possessória pura - Competência da Subseção de Direito Privado II - Art. 5º, II.7, da Resolução 623/2013, do Órgão Especial – Conflito procedente, reconhecida a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00137975820148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.662).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 34ª e a 2ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento de ações de responsabilidade civil extracontratual compete às Câmaras integrantes da Subseção I de Direito Privado. Exegese da Resolução nº 623/2013. Precedentes do C. Órgão Especial e Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 2ª Câmara de Direito Privado." (CC 00108425420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.122).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de rescisão de contrato de arrendamento de estabelecimento comercial - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução n° 623/2013, art. 5º, inciso III, ítem III.10 - Conflito julgado procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00466441620148260000 – Osvaldo Cruz – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.411).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência – Cobrança de valores pelo fornecimento de gás canalizado industrial - Relação jurídica inserida no exercício de atividade de prestação de serviços de distribuição de gás encanado - Matéria afeta às subseções II e III da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevenção anterior não configurada - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitada." (CC 00438225420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.394).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Agravo de instrumento tirado dos autos de ação de restituição de quantia paga e indenização por danos morais. A fixação da competência recursal se define pela lide descrita na inicial no tocante ao fundamento jurídico e a intenção preponderante das partes. Tratando-se de pedido relativo a erro odontológico, baseando a ação na responsabilidade civil do artigo 951 do Código Civil, a competência é das Câmaras de nºs 1 a 10, da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, reconhecida a competência da 1ª

Câmara do Direito Privado, suscitada." (CC 00409991020148260000 – Brotas – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Ruy Coppola – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28.160).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de nulidade de compra e venda de imóveis - Alegação de negócio jurídico simulado - Cláusula de alienação fiduciária em garantia que não está sendo discutida - Matéria do Direito Privado I - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.25 - Competência da Câmara suscitada." (CC 00366965020148260000 – São José do Rio Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.067).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Medida cautelar - Prestação de serviços de consultoria empresarial na área de gestão - Contrato de fomento mercantil envolvendo prestação de serviços de acompanhamento de contas a pagar e a receber - Matéria de competência comum do Direito Privado II e III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevalência para esse fim da primeira distribuição - Competência da Câmara suscitada." (CC 00340558920148260000 – Catanduva – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33.013).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Repasse de verba a subestipulante - Pro labore acordado em apólice de seguro de vida coletivo - Matéria do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.8 - Competência da Câmara suscitada." (CC 00324544820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.919).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre as 25ª e 20ª Câmaras de Direito Privado - Ação de reparação de danos decorrentes de queda de usuário, no interior do ônibus, após suposta conduta imprudente atribuída ao condutor – O litígio gira em torno da responsabilidade contratual de concessionária do serviço público de transporte - Competência preferencial de uma das Câmaras da Segunda Subseção de Direito Privado, nos termos do art. 5º, II.1, da Resolução n. 623/2013, deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida dirimida e julgada procedente, para fixar a competência da Câmara suscitada, a 20ª Câmara de Direito Privado." (CC 00315953220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Grava Brazil – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.171).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Ação de resolução de contrato particular de compra e venda de bens móveis e outras avenças - Desagregação de elementos corpóreos do estabelecimento empresarial - Matéria do Direito Privado III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.14 - Competência da Câmara suscitante." (CC 00285874720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.875)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ações de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária em garantia, de um lado, e, de outro, revisional de cláusulas de contrato - Primeira ação fundada no inadimplemento do devedor fiduciário, que na outra pretende rever o ajuste - Ações conexas, mas atribuídas, isoladamente, à competência de Subsecções diversas da mesma Seção de Direito Privado - Competência a ser dirimida pela prevenção - Inteligência e aplicação do artigo 105 do Regimento Interno, declarada competente a Câmara que conheceu da causa em primeiro lugar, ou seja, no caso, a Câmara suscitada, que por primeiro conheceu agravo interposto no feito conexo (revisional). Conflito julgado procedente, declarada competente a 12ª Câmara (suscitada). (CC 00268882120148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22900)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ações de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária em garantia, de um lado, e, de outro, de consignação em pagamento cumulada com declaração - Primeira ação fundada no inadimplemento do devedor fiduciária,

que na outra pretende pagar mediante consignação - Ações conexas, mas atribuídas, isoladamente, à competência de Subsecções diversas da mesma Seção de Direito Privado Competência a ser dirimida pela prevenção Inteligência e aplicação do artigo 105 do Regimento Interno, declarada competente a Câmara que conheceu da causa em primeiro lugar, ou seja, no caso, a Câmara suscitante, que por primeiro conheceu agravo interposto em processo conexo (o da consignatória). Conflito julgado procedente, declarada competente a 23ª Câmara (suscitante). (CC 00254080820148260000 – Ribeirão Preto – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23292)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais" - Negativação do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito - Alegação deste de ter havido inscrição indevida de seu nome em cadastro de proteção ao crédito, inserção essa promovida pelo réu em virtude de contrato (aquisição de linha telefônica) do qual não participou - Demanda que versa responsabilidade civil extracontratual - Matéria afeta à Subseção de Direito Privado I (art. 5º, "I.29", Resolução 623/2013) - Precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (2ª Câmara de Direito Privado). (CC 00198168020148260000 – Barretos – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23277)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - "Ação de consignação c.c. declaratória", buscando a "revisão do contrato" e nulidade de cláusulas abusivas, bem como devolução do VRG (valor residual garantido) - Ação relativa a contrato de arrendamento mercantil - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado III (25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado) - Norma especial que atribui àquelas Câmaras competência para julgar as ações e execuções relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário, sem distinguir entre ações relativas a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário, ou que se limitem a discutir encargos financeiros do contrato. Conflito julgado procedente para declarar competente a Câmara Suscitante (26ª Câmara de Direito Privado). (CC 00163914520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22992)

COMPETÊNCIA. Competência - Ação movida por empregado de sociedade de economia mista (Petrobrás) contra essa e a PETROS ("entidade fechada de previdência complementar ("EFPC") multipatrocinada" tendo como único objetivo a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social a seus participantes) - Pretensão de declaração de ilegalidade do aumento de alíquota de contribuição e de condenação à restituição de valores excedentes – Atuação da empregadora como patrocinadora, na conformidade do artigo 202, da Constituição Federal e nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 2.001 - Matéria, em princípio, afeta à Seção de Direito Público, nos termos da Resolução nº 623/2003 (art. 3º, inciso I.1), que a vinha julgando tradicionalmente - Precedentes - Decisões, todavia, do Grupo Especial em hipóteses assemelhadas, afirmativas da competência da Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito configurado, declarada competente a Câmara suscitante (30ª de Direito Privado). (CC 00642860220148260000 – São Sebastião – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23408)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de vazamento de água no prédio com infiltração na unidade condominial do autor - Danos em prédio urbano - Aplicação do art. 5º, III, "III.2", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado III (da 25ª à 36ª Câmaras) - Fixação da competência da 29ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00280721220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35083)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 36ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 7ª Câmara de

Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação regressiva de indenização cumulada com danos morais proposta por Hospital em face de laboratório contratado para prestação de serviços para complementação de diagnóstico. Equívoco no resultado de exame que acarretou a submissão de paciente a tratamento de quimioterapia. Pedido inicial vinculado ao contrato de prestação de serviços mantido entre o Hospital e o Laboratório. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Segunda e à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte. Competência preferencial e comum prevista no artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC 00582296520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19894)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 8ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 29ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação indenizatória por dano material e moral. Competência firmada pelo pedido inicial. Ainda que exista menção a contrato de locação, a tese esposada na inicial é que a avença teria sido firmada sem a anuência dos autores (proprietários) do imóvel, a destinação dos aluguéis não lhes foi informada, assim como um dos réus teria agido de forma irregular ao realizar a transferência do bem na Prefeitura, agindo sem mandato ou contrato. Inteligência do artigo 103 do Regimento Interno desta Corte. Competência disciplinada pela Resolução nº 623/2013. Responsabilidade Civil extracontratual. Demanda que deve ser julgada por Câmara pertencente à Primeira Subseção de Direito Privado desta Corte. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitada. (CC 00557397020148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19834)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 7ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação que objetiva a integração de verbas trabalhistas para complementação de previdência complementar. A obrigação da entidade previdenciária é atividade de natureza securitária, tratando-se de negócio jurídico onde o participante transfere à entidade certos riscos sociais ou previdenciários, mediante o pagamento de contribuições, a fim de que, ocorrendo determinada situação prevista contratualmente, obtenha da entidade benefícios pecuniários ou prestação de serviços. Demanda que deve ser julgada por Câmara à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, III.8, da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. (CC 00552191320148260000 – São Vicente – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19776)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Apelação distribuída à 3ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso. Posterior redistribuição do recurso à 32ª Câmara de Direito Privado que suscitou conflito de competência. Ação que objetiva a integração de verbas trabalhistas para complementação de previdência complementar. A obrigação da entidade previdenciária é atividade de natureza securitária, tratando-se de negócio jurídico onde o participante transfere à entidade certos riscos sociais ou previdenciários, mediante o pagamento de contribuições, a fim de que, ocorrendo determinada situação prevista contratualmente, obtenha da entidade benefícios pecuniários ou prestação de serviços. Demanda que deve ser julgada por Câmara à Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, III.8, da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Conflito procedente para declarar competente a Câmara suscitante. (CC 00539486620148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19724)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência. Plano de expansão de telefonia. Aquisição de linha telefônica e de ações emitidas pela empresa de telefonia. Entendimento de que não se trata de

matéria de cunho societário, mas sim de obrigação decorrente de contrato de prestação de serviços. Competência preferencial e comum das Segunda e Terceira Subseção de Direito Privado desta Corte, conforme estabelece o artigo 5º, § 1º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Declaração da competência da 35ª Câmara da Seção de Direito Privado. Conflito de competência julgado procedente. (CC 00490570220148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Henrique Nelson Calandra – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19777)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência – Previdência privada - Contratos pertinentes ao instituto jurídico da previdência privada que são caracterizados como modalidades de seguro pessoal - Natureza securitária e contratual da previdência privada complementar - Conflito procedente, reconhecida a competência da 32ª Câmara de Direito Privado. (CC 00463124920148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Luiz Antonio de Godoy – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30172)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 8ª e 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de rescisão contratual c.c. indenização por danos materiais, morais e estético, fundada em prestação de serviços odontológicos - Pretensão que está amparada na má prestação dos serviços, o que o torna imprestável – Competência preferencial e comum das Câmaras 11ª à 38ª, que integram as Subseções II e III de Direito Privado e, em consequência da 25ª Câmara - Conflito de competência procedente. (CC 00614228820148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31803)

COMPETÊNCIA. Conflito de Competência - Ação de cobrança de seguro de vida prestamista celebrado em contrato de adesão a grupo de consórcio para aquisição de veículo - Falecimento do consorciado – Contrato de seguro que visa garantir o cumprimento de contrato de consórcio - Competência da C. Câmara integrante do D.P. II – Precedentes - Conflito procedente e competente a Câmara suscitada (12ª Câmara de Direito Privado). (CC 00592239320148260000 – Garça – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31786)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência suscitado pela parte. Ação anulatória de negócio jurídico e declaratória de inexistência de mora fundada em cédula de crédito bancário. Discussão sobre a suposta abusividade dos encargos contratuais estabelecidos pela instituição financeira, sem questionamento sobre a cláusula de garantia fiduciária. Competência preferencial reservada pela Resolução nº 623/13 desta E. Corte à Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras). O julgamento por Câmara integrante da Subseção de Direito Privado III de anteriores recursos de agravo de instrumento, tirados em ação cautelar e impugnação ao valor da causa, não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado II. Dúvida de competência improcedente, para declarar competente a 14ª Câmara de Direito Privado. (CC 21327409720148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24289)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 29ª Câmara de Direito Privado e a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Ação declaratória e indenizatória. Arrendamento mercantil de firma individual, por meio de mandato entre genitor, proprietário da firma, e filho, mandatário. Alegação de gestão temerária e fraudulenta. Discussão que não está relacionada a Direito Empresarial, mas à conduta do mandatário em face dos deveres decorrentes do mandato. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Terceira Subseção de Direito Privado (art. 5º, III.10, da Res. 632/13). Precedentes do Col. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência procedente, para declarar a competência da 29ª Câmara de Direito Privado. (CC 00488344920148260000 – Limeira – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão – 25/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23914)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Agravo de instrumento distribuído à 4ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes - A causa petendi do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ - Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Competência da Câmara suscitante - Conflito procedente. (CC 00645891620148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 25/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31055)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Causa petendi relativa à mediação, não à compra e venda ou financiamento – Impugnação de taxa de captação de cliente como abusiva – Ação que se volta, portanto, à comissão cobrada – Competência para julgar ações e execuções relativas a mediação da 3ª Subseção de Direito Privado – Resolução 623/13 do TJSP – Competência da 32ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00615406420148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 11/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30923)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Acessoriedade do seguro prestamista já firmada pelo Grupo Especial, devendo seguir o contrato principal – Competência da 2ª Subseção de Direito Privado para julgar ações derivadas de consórcio, exceto aquelas que envolvem alienação fiduciária em que se discuta a garantia – Art. 3º, II, 6 da Resolução 623 do TJSP – Na espécie, ação fundada em contratos de consórcio, sem discussão quanto a alienação fiduciária – Observação quanto ao apelado afirmar já ter recebido o que almejava, pelo que restaria prejudicado o recurso – Necessidade de ouvir as apelantes – Conflito procedente. (CC 00259615520148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 12/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30924)

COMPETÊNCIA. Conflito negativo de competência – Competência da 1ª Subseção de Direito Privado para o julgamento de ações e execuções referentes a contratos de seguro-saúde, inclusive prestações de serviços a eles relativas - Art. 5º, I, 23, da Resolução nº 623/13 do Tribunal de Justiça do Estado – Competência da 2ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00604493620148260000 – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 03/09/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 30825)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Apelação distribuída à 3ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes – A *causa petendi* do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ – Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras – Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça – Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial – Competência da Câmara suscitante – Conflito procedente. (CC 00726826520148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 23/10/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31425)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – *Causa petendi* relativa à mediação, não à compra e venda ou financiamento – Impugnação de taxa de captação de cliente como abusiva – Ação que se volta, portanto, à comissão cobrada – Competência para julgar ações e execuções relativas a mediação da 3ª Subseção de Direito Privado – Resolução 623/13 do TJSP – Competência da 32ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00717239420148260000 – São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 13/10/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31250)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência – Ação fundada em contrato de seguro de coisa móvel – Competência da Terceira Subseção de Direito Privado para ações que versem sobre negócio jurídico cujo objeto seja coisa móvel, corpórea e semovente – Art. 5º, III, 14 – Precedentes do Grupo Especial – Conflito procedente. (CC 00695379820148260000 - São Paulo – Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 13/10/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31245)

COMPETÊNCIA. Conflito Negativo de Competência. Agravo de instrumento distribuído à 1ª Câmara de Direito Privado, que não conheceu do recurso - Posterior redistribuição do recurso à 31ª Câmara de Direito Privado, que suscitou conflito de competência - Conflito negativo caracterizado, uma vez que ambas as Câmaras se declaram incompetentes A *causa petendi* do feito diz respeito à previdência complementar privada - Natureza securitária, como proclama a doutrina especializada e consoante precedente do STJ Matéria da competência da Seção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Art. 5º, III.8, da Resolução 623/2013 do Tribunal de Justiça - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Competência da Câmara suscitante - Conflito procedente. (CC 00671951720148.260000 - Cubatão - Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 30/09/2014 – Decisão Monocrática - Voto nº 31116)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação civil pública - Matéria relativa à proteção de interesses difusos, coletivos e homogêneos de consumidores quanto ao direito de informação - Incidência da competência residual - Seção de Direito Privado, da 1ª à 10ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, ítem I.37 - Insubsistência de prevenção anterior, ante o critério de competência em razão da matéria – Conflito procedente, declarada a competência da 9ª Câmara de Direito Privado.(CC 00792032620148260000 – Itu – Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34599)

COMPETÊNCIA. Competência recursal - Previdência privada - Revisão de benefício suplementar de aposentadoria - Natureza securitária - Matéria da Seção de Direito Privado III, da 25ª. à 36ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, inciso III.8 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00781467020148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34523)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Seguro de veículo automotor - Roubo - Negativa de indenização do seguro - Ação fundada em negócio jurídico que tem por objeto coisa móvel corpórea - Competência da Subseção de Direito Privado III, da 25ª à 36ª Câmaras - Resolução n° 623/2.013, art. 5º, inciso III.14 - Conflito procedente, reconhecida a competência da Câmara suscitada. (CC 00764673520148260000 – Campinas - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34551)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa dos autos à 36ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00735070920148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35463)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação declaratória de rescisão contratual e devolução de valores - Contrato de prestação de serviços não subordinado aos termos da Lei nº 8.245/91 - Matéria de competência comum do Direito Privado II e III - Resolução nº 623/2013, art. 5º, § 1º - Prevalência para esse fim da primeira distribuição - Competência da Câmara suscitada. (CC 00729502220148260000 – Santa Isabel - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34335)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa dos autos à 26ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00612158920148260000 - São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35410)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Ação de preceito cominatório para apresentação de documentos de propriedade e exercício de direito de preferência oriundo de termo de compromisso de compra e venda de bem imóvel - Matéria do Direito Privado I - Resolução nº 623/2013, art. 5º, I, I.25 - Competência da Câmara suscitada. (CC 00589796720148260000 – Mogi Mirim - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33838)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de procedimento ordinário -Causa de pedir relacionada à possibilidade de quitação de contrato de aquisição de bem imóvel, com cláusula acidental de alienação fiduciária em garantia, com recursos oriundos do FGTS - Aplicação do art. 5º, II, "II.4", da Resolução n°. 623/2013 – Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª, 37ª e 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 16ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00589432520148260000 – São Bernardo do Campo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35241)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Cobrança - Crédito representado por duplicatas - Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, da 11ª. à 24ª., 37ª. e 38ª. Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, II.3. - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00566447520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes – 27/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 33850)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Inscrição negativa oriunda de seguro de fiança locatícia - Natureza acessória ao contrato de locação - Seção de Direito Privado III TJSP, da 25ª. à 36ª Câmaras - Resolução nº 623/2013, art. 5º, III.6 - Conflito procedente - Competência da Câmara suscitante. (CC 00542388120148260000 – Caraguatatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Matheus Fontes - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33754)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação de cobrança de serviços médico-hospitalares - Discussão acerca da possibilidade de utilização do plano de saúde em situação de urgência no período de carência - Matéria relativa à cobertura contratual do plano de saúde no atendimento hospitalar - Lei nº 9.656/98 - Aplicação do art. 5º, I.23, da Resolução nº 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado I (da 1ª à 10ª Câmaras) - Fixação da competência da 5ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00500651420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35412)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Ação de consignação em pagamento - Dúvida quanto ao credor de título executivo extrajudicial - Relevância da demanda ajuizada e não o fato de estar ela fundada em contrato de compra e venda de bem móvel - Conflito procedente, declarada a competência da 12ª Câmara de Direito Privado. (CC 00472971820148260000 – Cotia - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35450)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de cobrança de valores gastos para implantação de rede de eletrificação rural - Programa “Luz da Terra” - Relação jurídica de direito privado atinente à prestação de serviços de energia elétrica - Aplicação do art. 5º, § 1º, da Resolução n° 623/2013 - Competência concorrente das Subseções de Direito Privado II e III (da 11ª à 38ª Câmaras) - Fixação da competência da 35ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00453364220148260000 – Itapetininga - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35497)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de reintegração de posse cumulada com indenizatória - Pedido de reconhecimento da prática de esbulho, reintegração definitiva do autor na posse do imóvel e desfazimento das obras de instalação de tubulação para passagem de águas pluviais e esgoto - Aplicação do art. 5º, II, "II.5", da Resolução n°. 623/2013 - Competência da Seção de Direito Privado II (da 11ª à 24ª Câmaras) - Fixação da competência da 20ª Câmara de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00419068220148260000 – Poá - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35457)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência - Contrato de Previdência Privada - Julgamento afeto às Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado - Interpretação expressão "questões previdenciais", contida no artigo 3º da Resolução 623/2013 - Incidência do artigo 5º, III.8, da mesma Resolução, diante do entendimento de que esse tipo de contrato tem natureza securitária (REsp. 306.155-MG, 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/11/01) - Conflito procedente, determinando-se a remessa à 30ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça. (CC 00441568820148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35408)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de Instrumento - Ação relativa a contrato bancário - Agravo de Instrumento julgado anteriormente por Câmara incompetente “ratione materiae” - Ausência de prevenção - Precedentes - Competência das 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado - Artigo 5º, II.4, da Resolução 623/2013 - Fixação da competência da 20ª Câmara de Direito Privado - Conflito procedente. (CC 00294613220148260000 – Itaí - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Ademir Benedito - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35100)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização - Insurgência de compromissários compradores contra cobrança de comissão de corretagem e taxa SATI - Alegação de venda casada - Compromisso de compra e venda de imóvel - Competência preferencial da Primeira Subseção de Direito Privado - Art. 5º, I, 'item' I.25 da Resolução 623/2013 - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 8ª Câmara de Direito Privado.” CC (00767566520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32874)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Previdência privada - Revisão do aumento da alíquota de contribuição - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado - Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 27ª Câmara de Direito Privado.” (CC 00758204020148260000 – São Sebastião - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32828)

COMPETÊNCIA. ”CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por danos morais - Cobrança indevida de verbas condominiais e anotação indevida como inadimplente nos boletos de cobrança de condomínio - Competência preferencial da Subseção de Direito Privado III - Art. 5º, III, itens ´III.1´e ´III.13´ da Resolução nº 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 34ª Câmara de Direito Privado.” (CC

00735175320148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32782)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação declaratória de extinção de comodato - Competência preferencial da Segunda Subseção - Art. 5º, II, item II.1 da Resolução 623/2013, TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 11ª Câmara de Direito Privado." (CC 00712033720148260000 – Araçatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32684)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de rito ordinário - Contribuições para benefício de complementação de aposentadoria - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado Precedentes do Órgão Especial e deste Grupo Especial - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 32ª Câmara de Direito Privado." (CC 00539928520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32164)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação revisional de contrato de financiamento - Ausência de discussão a respeito da cláusula acessória de alienação fiduciária – Competência preferencial da Seção de Direito Privado II Inciso II.4 da Resolução 623/2013 TJ/SP - Conflito de competência procedente para fixar a competência da 16ª Câmara de Direito Privado." (CC 00469785020148260000 – Guarulhos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31935)

COMPETÊNCIA. "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Medida Cautelar Incidental - Ausência de conflito negativo de competência - Aplicação dos princípios da efetividade e da duração razoável do processo - Recebimento como dúvida de competência - Lide que versa sobre previdência privada - Natureza securitária e contratual da previdência privada - Competência preferencial da Terceira Subseção de Direito Privado - Conflito de competência conhecido como dúvida de competência para fixar a competência da Terceira Subseção de Direito Privado, determinando-se a redistribuição." (CC 00430517620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator J. B. Franco de Godoi - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31813)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 3ª e a 31ª Câmaras de Direito Privado. Compete às Câmaras integrantes da Subseção III de Direito Privado o julgamento dos recursos oriundos de ações fundadas em contrato de seguro de vida. Aplicação do disposto no art. 103 do Regimento Interno e no art. 5º, inc. III, item 'III.8', da Resolução 623/2013. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 31ª Câmara de Direito Privado. (CC 00788204820148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24624)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 10ª e a 28ª Câmaras de Direito Privado. Compete às Câmaras que integram a Subseção de Direito Privado III o julgamento de ações que versem sobre previdência privada complementar, por se tratar de contrato de natureza securitária. Exegese do art. 5º, inciso III, item III.8, da Resolução nº 623/13. Precedentes do Col. Grupo Especial. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 28ª Câmara de Direito Privado. (CC 00729225420148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24503)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 17ª e a 26ª Câmaras de Direito Privado. O julgamento dos recursos interpostos em ações indenizatórias, decorrentes de contrato de transporte, compete preferencialmente às Câmaras integrantes da Subseção II de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª). Exegese do art. 5º, II, item II.1, da Resolução nº 623/13. Precedentes do C. Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 17ª Câmara de Direito Privado. (CC

00723656720148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24504)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 18ª e a 27ª Câmaras de Direito Privado. Ação indenizatória fundada em contrato de administração de imóvel. Competência preferencial das Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado III (art. 5º, inciso III, item III.11, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente, para declarar competente a 27ª Câmara de Direito Privado. (CC 00674134520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24413)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 13ª e a 34ª Câmaras de Direito Privado. Ação condenatória c.c. repetição de indébito. O julgamento de ações decorrentes de contrato de arrendamento mercantil compete às Câmaras integrantes da Subseção III de Direito Privado, nos termos do art. 5º, inciso III, item III.10, da Resolução nº 623/13. Precedentes do Col. Órgão Especial e do Grupo Especial. O julgamento de anterior recurso pela Câmara suscitante não é suficiente para afastar a competência da Subseção de Direito Privado III, que é material e absoluta. Conflito de competência julgado procedente para declarar a competência da 34ª Câmara de Direito Privado. (CC 00700540620148260000 – Bauru - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24450)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre a 7ª e a 25ª Câmaras de Direito Privado. Ação de cumprimento de sentença homologatória de acordo celebrado nos autos de ação de desconstituição de união estável. Competência preferencial das 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado para julgamento das ações decorrentes de união estável (art. 5º, inciso I, item I.9, da Resolução nº 623/13). Conflito de competência procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 00645537120148260000 – Araçatuba - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24328)

COMPETÊNCIA. Dúvida de competência suscitada pela 9ª Câmara de Direito Privado. Compete às Câmaras que integram a Subseção III de Direito Privado o julgamento de ações que versem sobre previdência privada complementar, por se tratar de contrato de natureza securitária. Exegese da Resolução nº 623/2013 (art. 5º, inc. II, item 8). Precedentes do C. Grupo Especial. Dúvida de competência procedente, para declarar competentes as Câmaras pertencentes à Subseção III de Direito Privado. (CC 00554391120148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Gomes Varjão - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24379)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação de rescisão contratual c.c. obrigação de fazer c.c. indenização por danos materiais e morais" - Causa de pedir remota consistente em contrato de prestação de serviços odontológicos, e pedido principal (de rescisão contratual) apoiado na inexecução parcial e defeituosa do serviço (causa de pedir próxima) - Pretensão indenizatória por danos materiais e morais que constitui mera consequência do pedido principal de rescisão - Competência de uma das Câmaras das Subsecções II e III da Seção de Direito Privado (Resolução 623/2013, artigo 5º, III, § 1º). Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado). (CC 00799689420148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23669)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por acidente do trabalho fundada no direito comum, movida por empregado em face de empregador, em fase de cumprimento da sentença proferida em 1.999 - Competência da Justiça Estadual (S. 22 do Superior Tribunal de Justiça) - Apelação distribuída em 2.011, quando afirmada a competência da Subseção III da Seção de Direito Privado, nos termos das Resoluções nº 194/2004 e 281/2006 - Inaplicabilidade, no caso, da Resolução 623/2013, que não especificou essa causa

no rol das Subsecções, certamente em razão do deslocamento delas para a Justiça do Trabalho - Competência, ademais, não encartada dentre as atribuídas à Câmara Reservada de Direito Empresarial - Processamento de recuperação judicial que não estabelece competência do juízo universal - Precedentes do Órgão Especial - Competência atribuída à Terceira Subseção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras) - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (30ª Câmara de Direito Privado). (CC 00791980420148260000 – Guarulhos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23594)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as C. 26ª e 5ª Câmaras de Direito Privado. Previdência privada - Recálculo de suplementação de benefício e pagamento de diferenças - Natureza de seguro pessoal - Res. 623/13, art. 5º, III.8 - Competência das Câmaras (25ª à 36ª) que integram a Terceira Subseção de Direito Privado - Competente a 26ª Câmara, suscitante - Conflito de competência procedente. (CC 00773187420148260000 – Cubatão - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32346)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento, tirado em ação de busca e apreensão de veículo - Bem dado em garantia fiduciária de cédula de crédito bancário emitida pela agravante em favor da agravada - Competência declinada pela 30ª Câmara de Direito Privado, em favor da 20ª Câmara da mesma Seção, por prevenção desta última, onde fora julgado outro agravo de instrumento, tirado de ação revisional de contrato c.c. consignação em pagamento, entre as mesmas partes, para a discussão do valor do débito - Conexidade entre as ações de busca e apreensão e revisional do contrato - Recomendável a reunião dos feitos em primeiro grau, para evitar decisões díspares - Se aceito o valor consignado pela agravante, de rigor a rejeição do pedido da agravada - Se não aceito nem completado, possível a excussão da garantia - Reconhecida a conexão, prevalece a prevenção da Câmara que julgou o primeiro recurso - Art. 105 do RITJSP - Declarada, pois, a competência da 20ª Câmara de Direito Privado, suscitada - Conflito procedente. (CC 00773030820148260000 – Ribeirão Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31617)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de ressarcimento, movida por seguradora, sub-rogada nos direitos do segurado, o avalista Banco do Brasil S.A., relativos às Cédulas de Produto Rural inadimplidas pelo emitente - Ação movida contra este, e não contra o banco - Nela não se discute o contrato de seguro, mas sub-rogação nos direitos e ações derivadas das Cédulas de Produto Rural - Matéria que se insere dentre as da Segunda Subseção de Direito Privado (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras) - Interpretação sistemática e teleológica do sistema de distribuição de competências entre as Câmaras da Corte, a concluir que "o fundamental para concentração das matérias e reserva de competência está no negócio jurídico sobre o qual giram os efeitos contratuais" - Conflito julgado procedente e reconhecida a competência da Câmara suscitada (18ª Câmara de Direito Privado). (CC 00762058520148260000 – Espírito Santo do Pinhal - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23554)

COMPETÊNCIA. Conflito de competência entre as 30ª e 8ª Câmaras de Direito Privado. Ação de rescisão contratual c.c. consignação em pagamento Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à saúde - Plano Odontológico - Competência das Câmaras (1ª à 10ª) que integram a Primeira Subseção de Direito Privado - Resolução 623/2013, artigo 5º, inciso I, item I.23 - Competência da Câmara suscitada - Conflito de competência procedente. (CC 00741584120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Melo Bueno - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32236)

COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA - "Ação de indenização e reparação por danos materiais e morais", objetivando cessação do desconto em folha do pagamento de pecúlio - Alegação de que contratou seguro por morte, aposentadoria após 25 anos de contribuição ou invalidez por acidente - Posterior descoberta de que vigia seguro por morte tendo como beneficiários seus

filhos - Afirmação de que não abriu mão de seus benefícios em favor de seus filhos - Decisões do Grupo Especial e do Órgão Especial em hipóteses assemelhadas, afirmativas da competência da Terceira Subseção de Direito Privado, em se tratando de matérias envolvendo previdência privada ou seguro de vida - Conflito configurado, declarada competente a Câmara suscitada. (CC 00735253020148260000 – Diadema - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23515)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - "Ação declaratória de inexigibilidade e nulidade de título com indenização por danos morais" - Cheque emitido em razão de corretagem, mas cujo negócio de venda de imóvel não se concluiu, sendo o pagamento sustado pelo emitente e protestado pelo corretor - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Irrelevância, para a definição da competência, da afirmação de o título ter sido emitido como pagamento de comissão na intermediação de compra e venda de imóvel que, todavia, não se concretizou em virtude de defeito na prestação do serviço do corretor e na desistência por parte do comprador - Conflito julgado procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (38ª Câmara de Direito Privado). (CC 00700913320148260000 – Rio Claro - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23457)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Apelação interposta em "ação revisional de contrato de financiamento c.c. pedido liminar e consignação em pagamento" - Contrato de CDC - Discussão restrita aos encargos financeiros de natureza bancária - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Conflito julgado procedente, para afirmar competente a Câmara suscitada (24ª). (CC 00653747520148260000 – São Vicente - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23421)

COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA - Ação ordinária objetivando seja "declarado o direito do autor a manutenção do benefício de suplementação pago pela PORTUS, nos exatos valores pagos anteriormente à revisão objeto da presente demanda, que culminou na sua minoração, ... devendo ainda ser paga a diferença existente ..." - Ação emanada de previdência complementar de caráter privado - Competência da Terceira Subseção de Direito Privado - Decisões do Grupo Especial e do Órgão Especial em hipóteses assemelhadas, nesse sentido - Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitante (27ª Câmara de Direito Privado). (CC 00599712820148260000 – Santos - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23519)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Apelação interposta em "ação civil coletiva" movida por associação (UNICONS), em face de revendedora de veículos, e não instituição financeira, objetivando a restituição aos consumidores que pagaram a discutida "taxa de retorno" embutida no valor de compra de veículos e inserida nos contratos de financiamento - Demanda que não versa sobre contrato bancário de financiamento, mas de mediação - Competência de uma das Câmaras da Terceira Subseção de Direito Privado (art. 5º, III.11, da Resolução nº 623/2013) - Precedentes do Grupo Especial de Direito Privado - Conflito julgado procedente, declarada competente a Câmara suscitada (27ª Câmara de Direito Privado). (CC 00540153120148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23449)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ações de "consignação em pagamento" fundada em contrato de consórcio e de "busca e apreensão" de bem alienado fiduciariamente, julgadas conjuntamente - Causa de pedir remota, em ambas as demandas, no caso, consistentes nos contratos de consórcio e de alienação fiduciária em garantia - Consignação que, sem discutir o financiamento ou encargos, tem como causa de pedir próxima, a mora da administradora, que teria se recusado a receber parcela ajustada, pedindo o autor a liberação da obrigação de pagar e a evitar a retomada do bem; busca e apreensão que tem como causa próxima a mora do consorciado, pedindo a autora a execução do contrato mediante a retomada

da posse do bem - Ações conexas que reclamam decisão conjunta - Demanda consignatória que deve ser julgada em primeiro lugar, porque dependente de seu resultado a execução da garantia - Competência da Subseção II, que prevalece sobre a da Subseção III - Conflito julgado procedente, e competente a E. Câmara suscitante. Conflito julgado procedente e competente a Câmara suscitante (17ª Câmara de Direito Privado). (CC 00483408720148260000 – São José do Rio Preto - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23562)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Pedido que não trata de questão atinente a seguro saúde ou plano de saúde, mas de cobrança de dívida emanada de contrato de prestação de serviços médico-hospitalares por empresa credenciada a outra, operadora de plano de saúde - Prestação de serviços, cuja competência preferencial é das Subseções II e III de Direito Privado (11ª a 38ª Câmaras) - Resolução 194/04, alterada pela Resolução 281/06 desta Corte, consolidadas pela Resolução 623/2013 (art. 5º, § 1º) - Conflito julgado procedente, competente a Câmara suscitada (25ª Câmara de Direito Privado). (CC 00465879520148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23704)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Ação de cobrança movida por condômino e administrador de obra de edifício realizada a preço de custo - Dispêndio havido com granito que adquiriu e colocou na edificação e nas unidades privativas, dentre elas a do réu - Ação que não cuida de prestação de serviços ou compra e venda de coisa móvel, mas de obrigação decorrente do contrato de incorporação e construção - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras - art. 5º, I.25, da Resolução 623/2013) - Conflito julgado procedente e competente a 6ª Câmara de Direito Privado. (CC 00302580820148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23293)

COMPETÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA - Agravo de instrumento interposto em "ação revisional de contrato" ("instrumento particular de venda e compra de bem imóvel, financiamento com garantia de alienação fiduciária de imóvel e outras avenças") - Pedido principal de que sejam revistas as cláusulas financeiras do ajuste - Pretensão final, de que seja anulada a alienação extrajudicial que constitui consequência da revisão das cláusulas contratuais, não obstante acrescida a motivação da venda a preço vil - Impossibilidade de que se tenha a causa como respeitante apenas ao pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia do imóvel financiado - Matéria que se insere dentre as de competência preferencial da Seção de Direito Privado II (11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado) - Conflito procedente, para afirmar competente a Câmara Suscitada (12ª). (CC 00145675120148260000 – Santo André - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator João Carlos Saletti - 27/11/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22693)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização de danos decorrentes de busca e apreensão de veículo objeto de garantia fiduciária - Danos decorrentes da excussão da garantia fiduciária do veículo, bem móvel - Competência da Seção de Direito Privado III - Art. 5º, III, 3 e 14, da Resolução nº 623/13 do TJSP - Conflito procedente. (CC 00810185820148260000 – Birigui - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 18/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31725)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Competência da 1ª Seção de Direito Privado para ações relativas a compromisso de compra e venda – Competência, porém, da 3ª Seção de Direito Privado para ações e execuções de contrato de alienação fiduciária em que se discuta a garantia – Art. 5º, I, 25 e III, 3 da Resolução 623/13 do TJSP – Pedido de revisão do contrato, no tocante a juros e termo inicial – Competência, portanto, da 1ª Seção de Direito Privado – Conflito procedente. (CC 00791418320148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 10/11/2014 – Decisão Monocrática – Voto nº 31670)

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – Ação fundada em seguro facultativo de veículo automotor – Negócio jurídico cujo objeto é coisa móvel – Competência da Seção de Direito Privado III – Art. 5º, III, 15 da Resolução 623/13 – Conflito procedente. (CC 00765201620148260000 – São Paulo - Grupo Especial da Seção do Direito Privado – Relator Paulo Eduardo Razuk – 04/11/2014 - Decisão Monocrática – Voto nº 31589)

TURMA ESPECIAL

COMPETÊNCIA. JULGAMENTO ANTERIOR POR CÂMARA EXTRAORDINÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO. "Locação de Imóvel. Monitória. Julgamento anterior proferido por Câmara Extraordinária de caráter temporário, a qual afastou o julgamento de primeiro grau, determinando a produção de provas. Declinação de competência em razão de prevenção. Inexistência. Artigo 107 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Dúvida suscitada. Acolhimento, para ser declarada a competência da 30ª Câmara da Seção de Direito Privado." (CC 02042678020138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 3 – Relator Júlio Vidal – 16/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 23276)

COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. AÇÕES CONEXAS. "Ação de indenização por danos morais, fundada em contrato de arrendamento mercantil. Existência de conexão com ação de revisão contratual entre as mesmas partes. Agravos de instrumento distribuídos à 30ª e a 28ª Câmaras de Direito Privado, respectivamente, em 03.02.09 e 31.01.08. Não obstante a norma insculpida no artigo 102, caput, do Regimento Interno, a 28ª Câmara negou seguimento ao recurso. Posteriormente, a apelação interposta na ação de revisão contratual foi livremente distribuída a 30ª Câmara e julgada, razão pela qual é mais apta para o conhecimento das questões ora suscitadas. Preservação do intuito de evitar decisões conflitantes. Conflito de competência procedente para declarar a competência da 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 01819915520138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 3 – Relator Gomes Varjão – 16/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 21942)

COMPETÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. PLANO DE EXPANSÃO. "Conflito de competência - Contrato de participação financeira em plano de expansão de rede de telefonia - Questão que envolve obrigações irradiadas de contratos de prestação de serviços de telefonia - Conflito de competência julgado procedente, reconhecida a competência preferencial e comum às Subseções Segunda e Terceira, compostas pelas 11ª a 38ª Câmaras, cabendo a devida redistribuição, observados os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Resolução nº 623/2013, publicada em novembro do corrente ano." (CC 01983351420138260000 – Novo Horizonte – Turma Especial – Privado 1 – Relator José Carlos Ferreira Alves – 12/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16486)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência entre a 25ª e a 30ª Câmaras de Direito Privado. Prevenção da câmara suscitada para o julgamento de todos os recursos relacionados à relação jurídica em apreço, uma vez que foi quem primeiro conheceu da causa. Exegese do art. 105 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. Conflito de competência procedente, para declarar competente a 30ª Câmara de Direito Privado." (CC 00143458320148260000 – Santo Anastácio – Turma Especial – Privado 3 – Relator Gomes Varjão – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23016)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Julgamento de recurso antes da unificação dos Tribunais pela 5ª Câmara do extinto Segundo Tribunal de justiça. Aplicação da Resolução nº 194/2004. Prevenção inexistente. Distribuição livre. Conflito procedente. Competência da 27ª Câmara de Direito privado. Extinto o Órgão Julgador Colegiado, porquanto não previsto na

nova Organização Judiciária, cessa a prevenção, e a distribuição livre, é a medida que se impõe, nos termos do art. 391 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo." (CC 01626573520138260000 – São José do Rio Preto – Turma Especial – Privado 3 – Relator Armando Toledo – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 25360)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência - Câmara que declina de competência para julgar agravo de instrumento para outra que julgou recurso de apelação em ação conexa - Alegação de prevenção – Descabimento - Recurso de apelação distribuído em data posterior ao agravo - Conexas as ações, prorroga-se a competência da Câmara que primeiro conheceu da causa conexa – Se, havendo Câmara preventa, há equivocada distribuição posterior de feito conexo para outro órgão julgador, que conhece e julga o recurso, tal circunstância não induz sua prevenção para julgamento da causa conexa, remanescendo a competência primitiva da Câmara originariamente preventa - Dúvida de competência procedente." (CC 01884507320138260000 – São Paulo – Turma Especial – Privado 3 – Relator Andrade Neto – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 18589)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Alegação de nulidade do julgamento de apelação, feito pela 36ª Câmara de Direito, em razão do julgamento de Agravo de Instrumento, anteriormente feito pela 34ª Câmara. Prevenção não observada. Competência relativa. Alegação da ré que não foi feita no momento oportuno. Preclusão consumativa da matéria. Decisão proferida pelo Presidente da Seção de Direito Privado. Precedentes desta Corte. Conflito não conhecido." (CC 00093754020148260000 – Cubatão – Turma Especial – Privado 3 – Relator Ruy Coppola – 27/03/2014 – Votação Unânime - Voto nº 26528)

COMPETÊNCIA. "Dúvida de competência. Prevenção. Ações indenizatórias oriundas do mesmo acidente de trânsito. Ações conexas pela identidade parcial da causa de pedir. O ato ilícito imputado aos réus foi o mesmo acidente. A Câmara que conheceu do recurso interposto em uma das ações indenizatórias está preventa para conhecer das apelações interpostas em outras ações oriundas do mesmo fato, ainda que não julgadas conjuntamente em primeiro grau. Dúvida de competência julgada procedente para declarar competente a 27ª Câmara de Direito Privado, preventa para o julgamento das presentes apelações." (CC 00020727220148260000 – Piracicaba – Turma Especial – Privado 3 – Relator Morais Pucci – 27/03/2014 – Votação Maioria de Votos - Voto nº 6607)

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência - Pretensão de modificação da competência mediante o reconhecimento de relação de conexidade entre as ações - Descabimento - Impossibilidade de julgamento conjunto de ambas as ações por um mesmo órgão decisório - Aplicação da Súmula 235 do STJ - Se não há a possibilidade de julgamento simultâneo das duas ações por um mesmo órgão decisório, inviável promover modificação de competência pela via da conexão. - Competência da Câmara suscitada reconhecida." (CC 00315148320148260000 – Santo Anastácio – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Andrade Neto – 12/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20.289).

COMPETÊNCIA. "Conflito de competência. Câmara especializada e Câmara de Direito Privado (I). Recurso interposto em ação cuja causa de pedir remonta a contrato de prestação de serviço de registro de marca. Matéria que se encontra adstrita à competência preferencial e comum das Subseções II e III de Direito Privado. Artigo 5º, §§ 1º e 2º, Res. nº 623/2013. Precedentes do Grupo Especial da Seção de Direito Privado. Conflito procedente, determinada a redistribuição do inconformismo." (CC 00295566220148260000 – Águas de Lindóia – Turma Especial da Seção do Direito Privado – Relator Beretta da Silveira – 07/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35.765)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

ADI. LM 3.704/2008 – GUARUJÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Ilustre Prefeita do Município de Guarujá-SP em face da Lei Municipal n° 3.704, de 28 de novembro de 2008, que instituiu o "programa Creche do Vovô" - Inobservância da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para dar início ao trâmite legislativo da norma impugnada, em consonância ao disposto nos arts. 144 e 47, incisos II e XIV - Ademais, a norma impugnada também viola o art. 25, da Constituição Bandeirante, porquanto implica aumento da despesa pública sem, contudo, apresentar especificamente os recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 01387191120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16132)

ADI. LM 4.641/2013 – SUZANO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal n° 4.641, de 1º de março de 2013 - Norma que dispõe sobre o atendimento escolar em período integral e dá outras providências - Inconstitucionalidade formal - Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01407734720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 16012)

ADI. LM 954/2011 – BERTIOGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 954, de 28 de janeiro de 2011, do Município de Bertioga. Afixação de aviso em hospitais informando o direito de idosos a acompanhante em caso de internação. Iniciativa legislativa de vereador. Não configurada violação à iniciativa reservada ao Chefe do Executivo. Hipóteses taxativas. Divulgação de regra contida em legislação federal. Art. 16 do Estatuto do Idoso. Ônus fiscalizatório. Ausência de aumento de despesa. Atividade inerente à Administração Pública. Interpretação conforme à Constituição. Possibilidade. Exclusão dos hospitais públicos estaduais e federais da esfera de abrangência da lei municipal. Ação julgada improcedente." (ADI 00882860320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 11/12/2013 – Maioria de Votos – Voto nº 30361)

ADI. LM 2.538/2009 – ANDRADINA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade — Emenda legislativa ao art. 16 da Lei Municipal n° 2.538/2009, que o alterou para submeter à prévia autorização da Câmara Municipal, por maioria absoluta, as indicações de cargos de direção na Agência Reguladora de Serviço de Água e Esgoto de Andradina (ARSAE) - Vício de iniciativa - Invasão de competência do Chefe do Executivo - Inocorrência - Constitucionalidade da norma - Ação julgada improcedente." (ADI 00625013920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Castilho Barbosa – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29193)

ADI. LM 3.553/2012 – UBATUBA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal n° 3.553/2012, que "garante a escolaridade de crianças internadas para tratamento de saúde por tempo indeterminado" - Incongruência entre o texto de lei transcrito na petição inicial e as disposições contidas na cópia da legislação apresentada - Ação julgada improcedente." (ADI 02700790620128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Castilho Barbosa – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29192)

ADI. LOM – MIGUELÓPOLIS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Dispositivos da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal que dispõem sobre o afastamento do prefeito nos casos de crime de responsabilidade – Matéria privativa da União (art. 22,I, da CF) - Violação dos arts. 1º e 144 da CE - Julga-se procedente o pedido." (ADI

00626945420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 20852)

ADI. LM 5.247/2011 – SUMARÉ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Municipal que altera a composição e investidura do Conselho de Administração e Fiscal da Previdência Social do município - Vício de iniciativa - Separação de poderes – Violação dos arts. 5º, 24, § 2°, 1 e 2, e 144 da CE - Julga-se procedente o pedido, com modulação dos efeitos nos termos do art. 27 da Lei n. 9868/99, para que a eficácia da declaração tenha início na data da concessão da liminar." (ADI 01589730520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 20858)

ADI. LM 3.021/2012 e 3.037/2012 – SANTA RITA DO PASSA QUATRO. "Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal n° 3.021/2012, com redação dada pela Lei Municipal n° 3.037/2012 - Instituição de auto de licença de funcionamento condicionado - Iniciativa parlamentar - Vício - Existência - Separação de poderes - Violação - Inconstitucionalidade verificada - É inconstitucional a Lei n° 3.021/2012, alterada pela Lei n° 3.037/2012, de iniciativa parlamentar, porque traduz ingerência na competência exclusiva do Chefe do Executivo pelo Poder Legislativo, já que dispõe sobre uso e ocupação do solo urbano, em afronta aos artigos 5°, 47, incisos II e XIV, 144, 180, V e 181, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Ademais, a referida lei cria despesas sem indicação de fonte de receitas - Ação procedente - Modulação de efeitos – Admissibilidade - Preservação da segurança jurídica - A alteração legislativa permaneceu em vigor por mais de um ano. Portanto, deve-se conferir eficácia "ex nunc" à decisão, a partir da publicação deste v. Acórdão." (ADI 00591298220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 25207)

ADI. LM 2.878/2012 – ANDRADINA. "Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal – Licença-maternidade especial para as servidoras municipais, mães de recém nascidos pré-termo - Iniciativa parlamentar - Vício - Existência - Separação de poderes – Violação - Inconstitucionalidade verificada - É inconstitucional a Lei 2.878/12, de 30 de outubro de 2012, do Município de Andradina, de iniciativa parlamentar, pois compete privativamente ao Prefeito deflagrar Projeto de Lei que disponha sobre regime jurídico dos servidores públicos, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes - Ademais, a Lei cria despesa sem indicação de fonte de receita - Violação dos arts. 5º, 24, § 2º, número "4", 25, 47, incisos II e XIV, e 144, da Constituição Estadual - Modulação de efeitos - Preservação da segurança jurídica - A lei objurgada permaneceu em vigor por aproximadamente 09 (nove) meses. Portanto, fixa-se a liminar como o momento em que a presente declaração de inconstitucionalidade, com eficácia "ex nunc", proferirá seus regulares efeitos – Ação procedente." (ADI 00625204520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 25129)

ADI. EMENDA À LOM – LORENA. "Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Emenda à Lei Orgânica Municipal - Ampliação do período de licença maternidade – Iniciativa parlamentar - Vício - Existência - Separação de poderes - Violação - Inconstitucionalidade verificada – É inconstitucional a Emenda à Lei Orgânica do Município de Lorena, oriunda do Projeto de Lei n° 216/2009, de iniciativa parlamentar, e que alterou o texto do correlato artigo 104, inciso XI, pois compete privativamente ao Prefeito deflagrar Projeto de Lei que disponha sobre regime jurídico dos servidores públicos, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes - Ademais, a referida emenda cria despesa sem indicação de fonte de receita - Violação dos arts. 5º, 24, § 2º, número "4", 25, 47, incisos II e XIV, e 144, da Constituição Estadual - Ação procedente. Modulação de efeitos – Admissibilidade - Preservação da segurança jurídica – A alteração legislativa permaneceu em vigor por aproximadamente três anos. Portanto, deve-se conferir eficácia "ex nunc" à decisão, a partir da publicação deste v. Acórdão. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 00894198020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 24927)

ADI. LM 10.389/2013 – SOROCABA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal n° 10.389/13, de Sorocaba, de iniciativa legislativa, que dá nova redação ao § 2º do art. 1º da Lei n° 8.175/2007, de modo a alterar as categorias beneficiárias do 'Bolsa-Atleta'. Criação de obrigações para a Administração Municipal. Ingerência indevida. Proposta que deveria partir do Executivo local. Vício de iniciativa configurado. Ofensa direta ao princípio da Separação dos Poderes, bem como aos artigos 5º, 24, § 2º, 47, II e XIV, e 144, todos da Constituição Estadual. Norma, ademais, que não indica a fonte de recursos para atender os encargos criados. Ação julgada procedente." (ADI 01239985420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Soares de Mello – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29283)

ADI. LM 521/2013 – PRATÂNIA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Preliminar. Aparente ausência de poderes específicos para impugnar, via ação direta, a inconstitucionalidade da norma. Vício sanado. Determinação do relator cumprida para a juntada do instrumento, em atendimento ao art. 13 do CPC. Mérito. Lei Municipal n° 521/2013, de Pratânia. Obrigatoriedade de adoção em publicações impressas de matérias oficiais de fonte 'Arial', tamanho não superior a 10, cercado por bordas, contendo, ainda, a indicação do valor cobrado pela publicação. Suposto vício de iniciativa e ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes. Criação de obrigações para a Administração Municipal e ao Chefe do Executivo. Ingerência indevida. Atos de gestão, organização e execução de atos de governo. Proposta que deveria partir do Executivo local. Vício de iniciativa configurado. Ofensa direta ao princípio da Separação dos Poderes, bem como aos artigos 5º e 47, II e XIV, ambos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade formal e material reconhecida. Ação procedente." (ADI 01428425220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Soares de Mello – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29270)

ADI. LM 1.371/2013 – IACANGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Município de Iacanga - Lei Municipal n° 1.371/2013 de 18 de Junho de 2013 que dispõe sobre as normas para aquisição de casas populares no âmbito do Município de Iacanga e dá outras providências – Liminar concedida - Iniciativa reservada de lei ao Chefe do Executivo, que deve dispor sobre programa de governo - Princípio de separação dos poderes - Violação aos artigos 5º, 47, II e XIV, e 144, todos da Constituição Estadual - Inconstitucionalidade decretada." (ADI 01715103320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 29284)

ADI. LM 5.429/2013 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal n° 5.429, de 01 de julho de 2013 - Exigência de que o Município de Catanduva somente adquira produtos industrializados que contenham o selo do Inmetro – Vício de iniciativa - Violação ao princípio da separação dos poderes - Competência da União. A lei criada por iniciativa do Poder Legislativo, em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo e que estabelece obrigações para a administração pública, evidencia vício de iniciativa caracterizador de sua inconstitucionalidade, por afrontar o princípio da separação dos poderes. É também inconstitucional a lei municipal que disciplina licitação, pois, nos termos do artigo 22, XXVII, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração direta e indireta dela própria e dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ação procedente." (ADI 01502422020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 11/12/2013 – Votação Unânime – Voto nº 30414)

ADI. LM 1.970/2013 – PIQUETE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 1.970, de 2013, do Município de Piquete – Vício de iniciativa não configurado, no tocante ao dever (genérico) de informação previsto no art. 1º, do diploma impugnado - Dispositivo que não alcança a esfera de gestão municipal, ao contrário do disposto no art. 2º, que trata da redação de manual com informações específicas, atingindo a competência do Executivo e, assim, afrontando a independência entre os poderes – Ação procedente em parte." (ADI 01596668620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 15/01/2014 – Votação Unânime – Voto nº 0270)

ADI. LCM 91/2010 – BARRA BONITA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Barra Bonita. Cargos em comissão. Ausência de descrição das atribuições dos cargos comissionados em lei. Cargos de atribuições gerais, técnicas e profissionais a serem preenchidos por servidores aprovados em concurso. Inconstitucionalidade reconhecida. Aplicação do regime celetista aos cargos comissionados. A própria lei já excepciona as "garantias" questionadas e incompatíveis com a natureza do cargo comissionado, de livre nomeação e exoneração. Ação julgada procedente em parte. Modulação de efeitos concedida." (ADI 00875230220138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Cauduro Padin – 15/01/2014 - Votação Unânime – Voto nº 21187)

ADI. LM 5.448/2012 – SUMARÉ. **"**Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 5.448, de 6 de dezembro de 2012, do município de Sumaré, de iniciativa parlamentar, que instituiu a "carteira de transportes para professores". 1. Norma que dispõe sobre forma e modo de execução do programa que instituiu, sem definir a fonte orçamentária para tanto. 2. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo, incidindo igualmente no óbice da ausência de previsão orçamentária. 3. Ofensa, igualmente, aos princípios da isonomia e razoabilidade, na medida em que favorece determinada categoria de funcionários, em detrimento de outras em igualdade de condições laborais. 4. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, especialmente os seus artigos 25, 47, II, XIV, XIX, "a", 120 e 144. 5. Julgaram procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 5.448, de 6 de dezembro de 2012, do Município de Sumaré." (ADI 01408809120138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 15/01/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22766)

ADI. LM 11.272/2007 – RIBEIRÃO PRETO. "Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal - Alterações em serviço público e atribuições administrativas - Separação de poderes - Vício de iniciativa – Existência - Inconstitucionalidade verificada – É inconstitucional a Lei Municipal n° 11.272, de 22 de junho de 2007, de origem parlamentar ("Lei de Responsabilidade Social do Município de Ribeirão Preto"), porque, sob o pretexto de definir padrões de responsabilidade social na gestão administrativa do município, ocasiona uma postura de ingerência na competência exclusiva do Chefe do Executivo pelo Poder Legislativo, pois àquele cabe organizar e executar todos os atos de administração municipal, notadamente os serviços públicos - Ademais, cria despesa sem indicação de fonte de receita -Violação dos artigos 5º, 25, 47, II e XIV, e 144 da Constituição Estadual - Jurisprudência deste Colendo Órgão Especial - Ação procedente. Modulação de Efeitos - Fixa-se a data da medida liminar como o momento em que a presente declaração de inconstitucionalidade proferirá seus regulares efeitos, com eficácia "ex nunc"." (ADI 01490704320138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 15/01/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25413)

ADI. LM 2.618/2013 – SANTA CRUZ DO RIO PARDO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 2.618, de 13 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios no Município de Santa Cruz do Rio Pardo e dá outras providências - Norma constitucional com exceção ao artigo 5º e frases inconstitucionais presentes nos artigos 1º e 8º - Ação parcialmente procedente." (ADI 01640084320138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30507)

ADI. LM 11.348/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei municipal de iniciativa parlamentar sobre normas gerais de licitação e fixando a obrigatoriedade de apresentação, juntamente com a proposta, nos processos de licitação para contratação de serviços terceirizados, da indicação do sindicato representativo da categoria. Descabimento - Inequívoco o vício de iniciativa - Afronta a separação dos poderes - Intolerável discriminação, máxime na esfera das licitações, quando envolvidos interesse e verba públicos - Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucional o ato normativo impugnado - Procedente a ação." (ADI 01472387220138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Evaristo dos Santos – 15/01/2014 – Maioria de Votos - Voto nº 29875)

ADI. LM – 1.122/2013 – SARUTAIÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal de iniciativa parlamentar sobre normas gerais de licitação e fixando margem de preferência para produtores e serviços locais e regionais. Descabimento. Inequívoco o vício de iniciativa. Afronta a separação dos poderes. Intolerável discriminação, máxime na esfera das licitações, quando envolvidos interesse e verba públicos. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucional o ato normativo impugnado. Procedente a ação." (ADI 01325163320138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Evaristo dos Santos – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29903)

ADI. LM 5.485/2013 – SUMARÉ. "Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 5.485, de 10 de maio de 2013, do Município de Sumaré - Norma que suspende a expedição de diretrizes e aprovação de loteamentos urbanos particulares até a conclusão da elaboração e aprovação da revisão do Plano Diretor - Usurpação da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Vício de iniciativa - Afronta aos artigos 5º, 37 e 47, II e XIVI c.c 144, todos da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 01753201620138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Elliot Akel – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 33818)

ADI. LM 1.968/2013 – INDIANA. "Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 1.968, de 08 de abril de 2013, do Município de Indiana - Norma que dispõe sobre o Conselho Tutelar daquele Município, convocando eleição geral para preenchimento dos cargos de Conselheiro Tutelar em no máximo noventa (90) dias, contados da publicação da lei - Invasão da competência concorrente dos Estados e da União - Previsão que extrapola o poder de legislar supletivamente - Afronta ao disposto no art. 24, XV, e art. 30, II, da CF, c.c. art. 144 da CE - Criação de cargos em comissão de Conselheiro Tutelar - Função exercida por membros escolhidos pela comunidade local para atuar com independência e autonomia - Incompatibilidade com a natureza vinculada do cargo em comissão - Violação do art. 115, V, da CE - Precedente do Órgão Especial – Ação procedente." (ADI 01253331120138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Elliot Akel – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 33810)

ADI. Art. 4º da LM 1.394/2012, art. 7º da Resolução 02/2012 e parágrafo único do art. 1º da LCM 227/2013 – PRADÓPOLIS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 1394/2012, Resolução 02/2012, LC 227/2013, do município de Pradópolis, que instituíram a equiparação dos subsídios dos agentes políticos municipais à remuneração dos servidores públicos, fazendo incidir em favor de todos a revisão geral anual. 1. Vedada por norma constitucional Estadual e Federal a equiparação instituída pela municipalidade, em flagrante afronta aos artigos 111, 115, XI e XV, e 144 da Constituição Estadual, e 29, V e VI, e 37, XIII e X, da Carta Federal, impõe-se o reconhecimento da inconstitucionalidade suscitada. 2. Julgaram procedente a ação." (ADI 01679992720138260000 - São Paulo – Órgão Especial - Relator Vanderci Álvares – 15/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22889)

ADI. LM 1.372/2013 – IACANGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei n° 1.372/2013, do município de Iacanga, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a "obrigatoriedade da instalação de plaquetas metálicas em postes de sustentação, com a identificação dos nomes das vias públicas". 1. Norma que dispõe forma e modo de execução do ato que instituiu, sem definir a fonte orçamentária para tanto. 2. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo, incidindo igualmente no óbice da ausência de previsão orçamentária. 3. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, especialmente os seus artigos 5º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a", 144 e 176, I. 4. Julgaram procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 1.372/2013, do Município de Iacanga." (ADI 01430633520138260000 - São Paulo – Órgão Especial - Relator Vanderci Álvares – 15/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 22861)

ADI. LM 4.156/2013 – ATIBAIA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal n° 4.156/2013, de Estância de Atibaia, de iniciativa legislativa, que autoriza a criação do programa "Bolsa Atleta". Criação de obrigações para a Administração Municipal. Ingerência indevida. Proposta que deveria partir do Executivo local. Vício de iniciativa configurado. Ofensa direta ao princípio da Separação dos Poderes, bem como aos artigos 5° e 47, II e XIV, ambos da

Constituição Estadual. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Norma, ademais, que não indica a fonte de recursos para atender os encargos criados. Ação julgada procedente." (ADI 01930962920138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Soares de Melo – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 29364)

ADI. LM 10.947/1991, LM 11.649/1994 e Decreto 29.728/1991 – SÃO PAULO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei n° 10.947/1991, da Lei n° 11.649/1994 e do Decreto n° 29.728/1991, que obrigam os shopping centers a implantarem em suas dependências ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro. Poder de policia exercido pela Administração Municipal em área de grande contingente humano visando preservar a integridade física e a saúde dos frequentadores e usuários dos shoppings. Centros comerciais que também expõe a risco os frequentadores. Inexistência de vício de iniciativa e de ofensa ao princípio separação dos poderes. Inteligência do art. Iº , III, da Constituição da República e do art. 220 da Constituição do Estado. Ação improcedente, inconstitucionalidade afastada." (ADI 00936583020138260000 - São Paulo – Órgão Especial - Relator Cauduro Padin - Maioria de votos – 15/01/2014 - Voto nº 20940)

ADI. LCM 41/2011 – ITAPETININGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Complementar n° 41, de 20 de setembro de 2011, do Município de Itapetininga, alterando dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 28 de março de 2008, ao dispor sobre a instalação de sistemas de transmissão de telecomunicações em geral e outros sistemas de transmissões de radiação eletromagnética não ionizante. Competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações não violada. Normas locais regulamentando o uso e ocupação do solo. Predominância do interesse local. Preservação do meio ambiente segurança e saúde pública que devem prevalecer sobre interesses econômicos. Improcedente a ação." (ADI 00590319720138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Evaristo dos Santos – Maioria de votos – 15/01/2014 - Voto nº 29982)

ADI. LM 1.208/2005 e Decreto 1.243/2006 – PRADÓPOLIS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 1.208, de 06 de junho de 2005, que autoriza, o Executivo a criar e emitir o Cartão do Cidadão, e Decreto n° 1.243, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a regulamentação do programa Cartão do Cidadão no município de Pradópolis - Normas que afrontam os artigos: 5º, 47, incisos II e XIV e art. 114, da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 01856922420138260000 - São Paulo – Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros - Votação Unânime – 29/01/2014 - Voto nº 30517)

ADI. Art. 31 da LM 1.043/92 e respectivo Anexo II, Anexo II da LM 1.375/2001, Anexo II da LM 1.547/2007, Anexo II da LM 1.712/2011, Anexos I e III da LM 1.711/2011 e Anexo V da LM 1.397/2002 – OURO VERDE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Município de Ouro Verde, (i) Art. 31 - e seus parágrafos - da Lei municipal n° 1.043/1992, e respectivo Anexo II, (ii) o Anexo II da Lei municipal n° 1.375/2001, (iii) Anexo II da Lei municipal n° 1.547/2007, (iv) Anexo II da Lei municipal n° 1.712/2011, (v) Quadro de Situação Nova da Classe de Suporte Pedagógico (exceto o cargo de Supervisor de Ensino), e Anexos I e III da Lei n° 1.711/2011, Anexo I, na parte referente à Classe de Suporte Pedagógico (com exceção do cargo de Supervisor de Ensino) e Anexo V (exceto o cargo de Supervisor de Ensino), da Lei municipal n° 1.397/2002. Normas que dispõem sobre a estrutura administrativa do Município, criando cargos em comissão em diversos setores da Administração Pública municipal, sem obediência aos ditames constitucionais. Inépcia da inicial afastada. Competência do órgão Especial para declarar a constitucionalidade de lei municipal cujo parâmetro é a Constituição Estadual, ainda que esta reproduza norma da Constituição Federal. Mérito. Ausência de definição de atribuições/funções da enorme maioria dos cargos criados por tais normas. Prejuízo do exame de compatibilidade entre o cargo criado e as hipóteses permissivas de dispensa do concurso público. Ausência de demonstração da excepcionalidade da situação, mormente diante de qualquer motivação. Atribuições, ademais, não relacionadas às funções de chefia, direção e assessoramento. Vínculo de confiança inexistente. Ofensa, então, aos princípios da moralidade, impessoalidade, razoabilidade, interesse público e obrigatoriedade do concurso público. Precedentes diversos deste C. Órgão Especial. Modulação de efeitos necessária, nada

obstante, para que o Legislativo e o Executivo Municipal reestruturem seu quadro funcional. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos, rejeitadas as preliminares." (ADI 01831806820138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello - Votação Unânime – 29/01/2014 - Voto nº 29362)

ADI. LM 3.634/2013 – POÁ. "Direta de Inconstitucionalidade - Lei municipal n° 3.634, de 30 de setembro de 2013 - Município de Poá - Criação de sistema cicloviário - Iniciativa parlamentar - Usurpação da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Ausência, ademais, da indicação da fonte de custeio das despesas decorrentes da lei - Afronta aos artigos 5º, 25, 37 e 47, II e XIV, 176, I, c.c. 144, todos da Constituição Estadual - Precedente do Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 01891903120138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Elliot Akel - Votação Unânime – 29/01/2014 - Voto nº 33918)

ADI. LM 1.894/90 e Decreto 10.048/2013 – CUBATÃO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 1.894/90 e Decreto n° 10.048/13, ambos do Município de Cubatão - Decreto municipal que violou consectários fundamentais, como a liberdade de locomoção e o exercício da atividade econômica, dificultando, inclusive, a exportação dos grãos produzidos no País, além de provocar um descontrole no sistema viário denominado "Anchieta-Imigrantes" - Ato municipal que feriu a competência da alçada estadual, posto que o regramento do horário de funcionamento dos estacionamentos maculou bens e serviços públicos de titularidade estadual - Ação julgada procedente." (ADI 01110472820138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Xavier de Aquino – 15/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25415)

ADI. LCM 190/2013 – PRESIDENTE PRUDENTE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Presidente Prudente, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a alteração da base de cálculo para o efeito de cobrança da taxa de licença e fiscalização para empresas de moto taxistas naquele município. Inexistência de afronta a qualquer artigo ou princípio da Constituição Estadual. Orientação do Supremo Tribunal Federal. Precedentes deste Colendo Órgão Especial. Ação improcedente." (ADI 01711084920138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ruy Coppola – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25990)

ADI. LM 1.999/2006 – PRESIDENTE EPITÁCIO. "Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal - Estabelecimento de distância mínima entre diferentes igrejas e locais de culto religioso - Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo e à Carta Magna da República – Inconstitucionalidade verificada - É inconstitucional a Lei Municipal n° 1.999, de 26 de março de 2006, de origem parlamentar, pois, à guisa de disciplinar assunto de competência municipal, acaba maculando a liberdade de culto prevista nos artigos 5º, inciso VI, e 19, inciso I, da Constituição de 1988, bem como dos artigos 111 e 144 da Carta Magna Bandeirante - Ausência de razoabilidade do ato normativo objeto de análise - Ação procedente." (ADI 01702476320138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Xavier de Aquino – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25611)

ADI. LM 1.364/2013 – IACANGA. "Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal n° 1364/2013 - Criação de cargos de assistente legislativo, assistente administrativo e estagiário de direito, vinculados ao Departamento Administrativo da Câmara municipal de Iacanga - Alegada inobservância da Lei Orgânica do Município, que exige Lei Complementar para a disciplina da matéria - Inadmissibilidade do controle concentrado da constitucionalidade de ato normativo com fundamento em alegada incompatibilidade com a legislação infraconstitucional - Precedente do STF – Ação improcedente. Direta de inconstitucionalidade - Lei municipal n° 1364/2013 - Criação de cargos de assistente legislativo, assistente administrativo e estagiário de direito, vinculados ao departamento administrativo da Câmara municipal de Iacanga - Princípio da isonomia - Alegada disparidade remuneratória entre o cargo de assistente administrativo no legislativo e o cargo de assistente administrativo no Poder Executivo - Identidade entre as funções não demonstrada - Impossibilidade de estender o exame da demanda à análise de inconstitucionalidades reflexas ou às questões de fato - Ação improcedente." (ADI 01587947120138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Elliot Akel – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 33919)

ADI. LM 10.460/2013 – SOROCABA. “Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal n° 10.460, de 23 de maio de 2013, do Município de Sorocaba - Norma que "dispõe sobre a informação ao munícipe acerca da negativa de autorização ou agendamento de procedimentos solicitados por médicos ou cirurgião dentista nas unidades de saúde do Município" – Iniciativa parlamentar - Usurpação da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Afronta aos artigos 5 º, 37 e 47, II e XIV, c.c. 144, todos da Constituição Estadual – Precedentes do Órgão Especial - Ação procedente.” (ADI 01382809720138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Elliot Akel – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 33920)

ADI. LM 2.837/2012 – ANDRADINA. “Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Andradina, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a proibição da venda, oferta, fornecimento, entrega e consumo de bebidas alcóolicas, ainda que de forma gratuita, aos menores de 18 anos de idade. Extrapolação dos limites da autonomia municipal face à não exclusividade de interesse local. Matéria já regulamentada pela legislação estadual e federal. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da lei n° 2.837/12 do Município de Andradina.” (ADI 00625160820138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ruy Coppola – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 25997)

ADI. § 5º, do art. 46 da LOM 002/2011 – CUNHA. “Ação Direta de Inconstitucionalidade - §5° do art. 46 da Lei Orgânica do Município de Cunha, introduzido através da resolução nº 002, de 05 de setembro de 2011, que dispõe sobre nova hipótese de remessa das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Tribunal de Contas - Norma que afronta os artigos: 5º, 32, 33, inciso XIII e 150, da Constituição Estadual - Ação procedente” (ADI 01831815320138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30454)

ADI. LM 945/2011 – BERTIOGA. “Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 945, de 28 de janeiro de 2011, que “institui o Serviço de Disque-Saúde no Município de Bertioga”. Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5º, 25, 47, II, XIV e XIX, “a” e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente.” (ADI 00882878520138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 23126)

ADI. LM 2.526/2011 e LM 2.527/2011 – SANTA CRUZ DO RIO PARDO. **“**Ação Direta de Inconstitucionalidade. 1. Lei nº 2.526, de 29 de julho de 2011, de iniciativa parlamentar, que “declara o trecho do Rio Pardo que banha o território municipal, patrimônio cultural, paisagístico, ecológico e turístico do Município”. Norma que, a pretexto de dispor sobre assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), usurpou a competência do Estado para legislar sobre bem de seu exclusivo domínio, em evidente ofensa ao art. 19, inciso VII, da Constituição Estadual. Nos termos do artigo 26 da Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”. Norma de iniciativa parlamentar, ademais, que não poderia estabelecer restrições ao direito de propriedade, porque esse ato restritivo envolve matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, daí o reconhecimento de sua inconstitucionalidade também por vício de iniciativa. Ofensa ao princípio da harmonia e independência entre os poderes (art. 5º da Constituição Estadual e art. 2º da Constituição Federal). 2. Lei nº 2.527, de 29 de julho de 2011, que “dispõe sobre não instalação de usinas hidrelétricas no trecho do Rio Pardo que banha o Município de Santa Cruz do Rio Pardo”. Vício de iniciativa. Existência. Norma que interfere em atos de gestão administrativa, de forma direta e expressa, porque impõe comando negativo ao Prefeito Municipal, limitando indevidamente o desenvolvimento de sua atuação administrativa. Ofensa aos artigos 5º, 205, II e 212 da Constituição Estadual e art. 192 da Constituição Federal. 3. Leis manifestamente inconstitucionais. Ação julgada procedente.” (ADI

00903542320138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Luiz Pires Neto – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 23127)

ADI. Resolução 16-L/2012, que alterou a Resolução 13-L/1991 – SÃO ROQUE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Resolução nº 16-L, de 26 de novembro de 2012, da Câmara Municipal de São Roque, que alterou a Resolução nº 13-L, de 30 de outubro de 1991, passando a exigir quórum de 2/3 para aprovação de projetos envolvendo criação de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como a sua remuneração (inciso X); Lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e lei orçamentária anual (inciso XI); criação, estruturação e atribuições dos órgãos de assessoria, de descentralização administrativa, de deliberação coletiva e de execução da Administração Pública (inciso XII) e regimento interno da Câmara Municipal (inciso XIII). Vício material. Ocorrência. As matérias que exigem quórum qualificado são aquelas previstas na Constituição Federal, tanto que o art. 47 dispõe expressamente que "salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros", lembrando-se que o Supremo Tribunal Federal tem decidido que "as regras básicas do processo legislativo federal são de observância obrigatória pelos Estados-membros e Municípios" (ADI 2731/ES, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 20/03/2003). Ofensa aos artigos 10, § 1º, e 144 da Constituição Estadual e art. 47 da Constituição Federal. Princípio da Simetria. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 01036830520138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Luiz Pires Neto – 29/01/2014 – Votação Unânime - Voto nº 23130)

ADI. LM 1.361/2013 – IACANGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 1.361, de 16 de maio de 2013, do Município de Iacanga, que impõe três obrigações ao Poder Executivo, assim analisadas separadamente: 1 - Publicação de planilhas e Relatórios no Site Oficial da Secretaria Municipal de Educação, anualmente, contendo indicadores educacionais. Vício de iniciativa. Inexistência. Norma que não interfere na forma de prestação do serviço público de educação, e nem institui alguma espécie de fiscalização da qualidade de ensino, tratando-se na verdade, de norma relacionada ao direito à informação, que está expressamente previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, com exercício regulado, no âmbito Federal, pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Providência, ademais, que não gera despesas para a administração, uma vez que a inserção dos novos dados no site da Secretaria da Educação pode ser efetuada pelo mesmo funcionário já incumbido de executar serviços dessa natureza, sem necessidade, portanto, de designação de servidor específico para esse fim. 2 - Afixação de placas (medindo 1,00 m x 0,80 m), em local visível de todas as escolas da rede pública daquele município, anualmente, contendo os dados acima mencionados. Criação de despesas sem indicação dos recursos indicação dos recursos disponíveis para atender os novos encargos. Ocorrência. É que ao contrário da simples inserção de dados na página da internet, é impossível a confecção das placas de aviso (para todos os estabelecimentos de ensino do município) sem aumento de despesas para administração, aliás, desnecessárias, uma vez que as informações que se pretende inserir nessas placas são as mesmas que devem constar da página da Secretaria Municipal da Educação na internet. 3 - Encaminhamento de relatório anual à Câmara. Municipal contendo os mencionados indicadores educacionais (art. 2º). Vício Material. A norma impugnada, sob esse aspecto, representa um modelo de prestação de contas que interfere no sistema de separação de poderes, porque estabelece uma relação de hierarquia e subordinação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, daí o reconhecimento de sua inconstitucionalidade por ofensa à disposição do art. 5º da Constituição Estadual. Ação julgada procedente, em parte, para reconhecer a inconstitucionalidade somente dos artigos 1º e 2º, da Lei nº 1.361, de 16 de maio de 2013, do município de Iacanga." (ADI 01430685720138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Luiz Pires Neto – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 23125)

ADI. LE 14.708/2012 – SÃO PAULO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Estadual, n° 14.708, de 15 de março de 2012 que dispõe sobre o direito das farmácias e drogarias de manterem ao alcance dos usuários medicamentos isentos de prescrição médica, no Estado de São Paulo — Matéria exclusiva da União - Afronta ao princípio da separação de poderes —

Violação do artigo 144, da Constituição do Estado — Ação procedente." (ADI 00623731920138260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30513)

ADI. LM 4.782/2012 – MAUÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a criação de posse responsável de animais domésticos. Vício de iniciativa. Ingerência na gestão local. Imposição de ônus. Procedimentos para doação, apreensão, guarda e identificação de animais alcançam a esfera da gestão administrativa, assim como os que fixam diretrizes para gerenciamento e educação, além da divulgação da necessidade de registro de animais. Desrespeito à separação dos poderes. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucional o ato normativo impugnado. Procedente a ação." (ADI 01487040420138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Evaristo dos Santos – 29/01/2014 – Maioria de votos - Voto nº 30066)

ADI. LM 11.369/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 11.369/2013, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa de Vereador, que atribui funções a servidores da Secretaria Municipal de Obras - Vício de iniciativa - Desrespeito ao princípio de separação de poderes, de sorte a afrontar os artigos 5º e 24, § 2º, 2, da Constituição do Estado de São Paulo, e ainda, dessa mesma Constituição, artigo 47, II, XIV e XIX, "a" – Ação julgada procedente" (ADI 01897601720138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Walter de Almeida Guilherme – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 15873)

ADI. Emenda 001/2013 – LUIZ ANTONIO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Emenda n° 001/2013 que dispõe sobre a modificação de dispositivo da Lei Orgânica do Município de Luiz Antônio, e dá outras providências - Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo - Norma que afronta os artigos 61, §1° da Constituição Federal, art. 11, inciso XIV da Lei Orgânica do Município e artigos 5, 25, 47, II e XIV e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 01947253820138260000 – São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30518)

ADI. LCM 1.319/2002 – AMÉRICO DE CAMPOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Complementar nº 1.319, de 2 de janeiro de 2002, de Américo de Campos – Afastamento remunerado de servidor para exercício de mandato classista – Omissão de norma específica. A omissão do legislador municipal em relação à previsão de afastamento remunerado de servidor para o exercício de mandato classista caracteriza omissão inconstitucional porque afronta o disposto no parágrafo 1º do artigo 125 da Constituição do Estado de São Paulo, que é consectário do princípio da liberdade sindical, e deve ser suprida no prazo de 180 dias." (CC 01429143920138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 30563)

ADI. LM 3.578/2013 – CAMPOS DO JORDÃO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que estabelece tempo máximo de espera para atendimento em caixas de supermercados e hipermercados. Imposição de readequação do quadro de funcionários, para dar cumprimento à lei. Competência deste Órgão Especial para analisar a ação. Matéria relativa a direito de consumo e de trabalho, afeta à competência da União e, concorrentemente, do Estado, se o caso. Usurpação de competência legislativa. Município que falece de interesse local para legislar sobre o assunto. Precedentes do C. Órgão Especial. Ação julgada procedente." (ADI 01606429320138260000 – São Paulo - Órgão Especial - Relator Cauduro Padin – 29/01/2014 – Maioria de votos - Voto nº 21182)

ADI. LCM 1.312/2012 – TARABAI. "Ação direta de inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 1.312/2012, que reorganiza a carreira do magistério público municipal - Sem pertinência alegações de afronta indireta à Constituição Estadual e de questões que demandam análise de matéria fática - Ausência de violação da iniciativa privativa de lei - Pedido julgado improcedente." (ADI 00903057920138260000 - São Paulo - Órgão Especial - Relator Antonio Vilenilson – 29/01/2014 - Votação Unânime - Voto nº 21056)

ADI. LOM – SUZANO. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal de Suzano, que teria majorado o IPTU em até 80%, aprovada em desacordo com as formalidades legais segundo a petição inicial, após rejeitada numa primeira oportunidade pela Câmara Municipal. Alegação de nulidade do procedimento legislativo, que não se afigura presente. Aumento exagerado, todavia, que viria a ofender os princípios da moralidade e razoabilidade públicas, ensejando liminar nos mesmos moldes de ação direta outra, relativa ao IPTU da Capital. Descabimento, pelas razões constantes do corpo do voto. Liminar denegada.” (ADI 20036061720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22607)

ADI. EMENDA a LOM – SÃO PAULO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda nº 34 à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 27 de abril de 2011, editada a partir de processo deflagrado perante a Câmara de Vereadores, que acrescentou o parágrafo único ao art. 111 dessa legislação, permitindo à própria Edilidade definir a afetação de bens municipais ao seu uso especial e administração exclusivos - Legislação que versa matéria atinente ao uso, conservação e destinação de bens públicos municipais, patrimônio material da comuna, afeta à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Inobservância da competência reservada conferida ao prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 47, incisos II e XIV, e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Precedentes desta Corte - Retroação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do ato normativo questionado, por fim, que acabaria por implicar na desconstituição do único ato praticado com esteio nessa previsão legal, que importou na afetação de imóvel municipal ao uso especial e administração da Câmara de Vereadores - Área objeto daquela afetação, no entanto, que há muitos anos foi cedida pelo Município à Edilidade, que dela vem se utilizando para estacionamento de seus veículos, promovendo a regular manutenção e introdução de reformas necessárias, razão pela qual não pode ver-se privada do respectivo uso - Providência que, portanto, tão somente cuidou de formalizar situação consolidada no tempo, sem causar qualquer prejuízo à Municipalidade de São Paulo - Presença, destarte, de razões de segurança jurídica na espécie, que recomendam a modulação dos efeitos da presente declaração de inconstitucionalidade, a partir da concessão da medida liminar nestes autos, por aplicação da regra contida no art. 27 da Lei Federal nº 9868/99 - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente, com modulação dos efeitos.” (ADI 01805227120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18305)

ADI. LM 967/2002 – CARAGUATATUBA. “Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 967 de 20 de setembro de 2002 de Caraguatatuba que altera a redação da lei Municipal nº 739/99 para permitir a denominação de vias, logradouros e de próprios municipais com nome de pessoa viva. Vicio formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade, permitindo a prática de atos com finalidade de promoção pessoal. Ofensa aos artigos 5°, 47, II e XIV; 111, 115 § 1º e 144 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente.” (ADI 01765379420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27820)

ADI. LOM – INDAIATUBA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Art. 47, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba - Redação alterada pela Emenda Revisora nº 01/2008, excluindo o texto atacado na presente demanda - Perda do objeto da ação quanto a esse ponto - Art. 47, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba, que confere privativamente ao Prefeito a iniciativa de leis que impliquem em aumento da despesa ou redução da receita pública - Competência legislativa conferida aos Municípios pela Constituição Federal de 1988 que não é irrestrita, pressupondo o atendimento dos princípios estabelecidos nas Cartas Federal e Estadual - Matérias sujeitas à iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo taxativamente previstas nos arts. 24, § 2º, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174, da Constituição Estadual, não comportando qualquer ampliação, máxime por decorrência da

atividade do legislador local - Dispositivo da Lei Orgânica Municipal contestado que importa na indevida intromissão do Executivo no campo de atuação do Legislativo, além de inadmissível delegação de atribuições de um poder para o outro - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos arts. 5º, 24, § 2º, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente em parte." (ADI 00354386419988260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18320)

ADI. LCM 59/2012 – REGISTRO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar n° 59, de 4 de julho de 2012, do Município de Registro, que introduz alterações na Lei Complementar n° 34/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos locais - Procuração acostada à inicial que foi outorgada apenas pela Municipalidade de Registro - Legitimação ativa ad causam, no entanto, que foi deferida apenas ao próprio Chefe do Poder Executivo e não ao Município, a teor do que dispõe o artigo 90, inciso II, da Constituição Estadual - Impossibilidade, destarte, de subscrição da petição inicial apenas pela advogada constituída pelo Município e sem poderes específicos para a propositura da ação - Irregularidade que nem sequer foi oportunamente sanada pela acionante ou por seu sucessor, em que pese haverem sido, reiteradamente, instados a fazê-lo - Ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo que restou então evidenciada na espécie, impedindo o prosseguimento da demanda - Processo julgado extinto, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, inciso IV, do CPC." (ADI 02747056820128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17273)

ADI. LM 10.382/2013 – SOROCABA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal n.° 10.382/2013, de Sorocaba. Norma que torna obrigatória a impressão no sistema Braille de contas de consumo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE - e carnês do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. Suposto vício de iniciativa e ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes. Criação de obrigações para a Administração Municipal. Ingerência indevida. Atos de gestão, organização e execução de atos de governo. Proposta que deveria partir do Executivo local. Vício de iniciativa configurado. Ofensa direta ao princípio da Separação dos Poderes, bem como aos artigos 5º e 47, II e XIV, ambos da Constituição Estadual. Norma, ademais, que não indica a fonte de recursos para atender os encargos criados. Inconstitucionalidade formal e material reconhecida. Ação procedente." (ADI 01526005520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29400)

ADI. LCM 167/2005 – FERRAZ DE VASCONCELOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Parágrafos 1º e 2º do artigo 132 da Lei Complementar n° 167, de 13 de dezembro de 2005, do Município de Ferraz de Vasconcelos, que disciplinou a licença do servidor público municipal eleito para o exercício de mandato classista - Autonomia legislativa e auto-organização que devem ser exercidas pelo ente público local em consonância com as regras e princípios das Leis Maiores, na forma dos arts. 29 da CF e 144 da CE - Comando legal questionado que, conquanto discipline questão atinente a direitos e deveres dos servidores municipais, matéria administrativa de interesse local, deixou de observar o preceito do art. 125, § 1º, da Constituição Estadual - Disposição constitucional estadual que impõe o afastamento do servidor eleito para cargo em sindicato com a manutenção de seus vencimentos e vantagens - Inobservância dessa regra matriz, erigida à condição de princípio constitucional, por versar acerca de direitos fundamentais e sociais, que acabou por implicar na alardeada inconstitucionalidade das disposições legais municipais impugnadas nos autos - Precedentes desta Corte - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 01875413120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18275)

ADI. LM 11.381/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei n° 11.381, de 9 de outubro de 2013, do Município de São José do Rio Preto, editada a partir de proposta parlamentar, que institui Programa Municipal de Primeiros Socorros na rede de ensino pública e particular local - Legislação que versa questão atinente ao planejamento, à organização, à direção e à execução dos serviços públicos, atos de governo afetos à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo local - Inobservância da competência reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes - Execução da lei municipal contestada, ademais, que exigirá o empenho de considerável quantia, voltada à contratação ou manejo de pessoal capacitado para ministrar os cursos ali previstos (v. arts. 3º e 7º da Lei n° 11.381/13) e outras despesas necessárias, em especial deslocamento dos educandos para as visitas ao Corpo de Bombeiros (v. art. 5º da Lei n° 11.381/13), sem que se tivesse declinado a respectiva fonte de custeio - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 25 e 47, incisos II e XIV, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Precedentes desta Corte - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 01955386520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18272)

ADI. LCM 71/2009, 76/2010, 90/2010, 99/2010, 131/2012 e 135/2012 – SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Leis Complementares do Município de Santa Bárbara D'Oeste nºs. 71, de 23 de dezembro de 2009; 135, de 13 de março de 2012; 131, de 01 de março de 2012; 76, de 21 de janeiro de 2010; 90, de 01 de dezembro de 2010 e 99, de 15 de dezembro de 2010 - Revogação pela Lei Complementar nº 021/2013 - Interesse de agir - Perda superveniente - Ação extinta. A superveniente revogação das legislações inquinadas conduz a perda do interesse de agir na ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que a finalidade desta demanda consiste exatamente em retirar do ordenamento jurídico a lei ou ato normativo incompatível com a ordem constitucional. Ação extinta, sem resolução do mérito." (ADI 00746506720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30145)

ADI. LM 11.260/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 11.260, de 24 de setembro de 2012, do Município de São José do Rio Preto - Implantação de farmácias públicas de distribuição de medicamentos - Vício de iniciativa. A norma emanada do Poder Legislativo, em matéria de competência exclusiva do Poder executivo, e que cria despesa sem explicitar a respectiva fonte de custeio, evidência vício de iniciativa caracterizador de sua inconstitucionalidade. Ação procedente." (ADI 01566554920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30640)

ADI. LM 3.742/2009 – GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal de iniciativa do legislativo que impõe medidas administrativas relativas ao sistema de ensino municipal - Matéria privativa do prefeito - Ato de administração - Violação do princípio da separação de poderes - Julga-se procedente a ação." (ADI 01519198520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21152)

ADI. EMENDAS A PROJETO DE LEI MUNICIPAL 13/2013 – ARAPEÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade de emendas apresentadas a projeto de lei. Três razões levam à extinção desta demanda sem exame de mérito: 1. O município carece de legitimidade para propor adin. 2. Ausência de impugnação a lei ou ato normativo, bem como de indicação dos dispositivos da constituição estadual que teriam sido violados. 3. Incognoscíveis alegações de afronta indireta à constituição estadual e de questões que demandam análise de matéria fática. Ação extinta sem julgamento de mérito." (ADI 01708885120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21146)

ADI. LM 7.138/2013 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em face do inciso III, do art. 7º, da Lei nº 7.138, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a destinação da receita decorrente das multas de infrações do Código de Trânsito Brasileiro ao Fundo Municipal de Segurança Pública - Presença de vício formal orgânico (art. 144, da Constituição Bandeirante, c.c. art. 22, inciso XI, da Constituição Federal), violação formal de iniciativa (arts. 5º, 47, II e XIV, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo) e do princípio da separação de funções (art. 5º, CESP). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 01853787820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16553)

ADI. LCM 219/2007, 223/2008 e 249/2010 – PILAR DO SUL. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 1º da Lei Complementar nº 219, de 18/12/2007, do Município de Pilar do Sul, e respectivo Anexo III, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 223, de 23/01/2008 e 249, de 19/11/2010. Cargos de provimento em comissão, sem prévia discriminação de funções, nem mesmo correspondência com atribuições próprias de direção, chefia ou assessoramento. 1. Edição da Lei Complementar 267/2013, revogadora dos diplomas impugnados, acarretando a perda do objeto. 2. Julgaram extinta a ação, sem conhecimento do mérito, pela perda superveniente do objeto." (ADI 01551632220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23219)

ADI. LM 9.452/2013 – SANTO ANDRÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 9.452/2013 do Município de Santo André, de autoria parlamentar. Exigência de escolaridade de nível médio para os cargos de segurança patrimonial do Município. Matéria de competência exclusiva do Poder Executivo. Vício de iniciativa reconhecido. Quebra do princípio da independência dos poderes. Violação dos artigos 5º, 24 § 2º inciso IV e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 01732979720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23359)

ADI. LM 4.052/2006 – MAUÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei que "Autoriza o Poder Executivo a reajustar os vencimentos, proventos e salários dos servidores ativos, inativos e titulares de emprego público, incorpora vantagens, concede convênio médico gratuito, e dá outras providências". Iniciativa legislativa. Usurpação da competência do Chefe do Poder Executivo, a quem compete a gestão administrativa. Vício de iniciativa. Ofensa ao princípio da separação dos poderes. Ausência de previsão específica da fonte de custeio. Ação julgada procedente." (ADI 01845837220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21254)

ADI. LM 4.640/2013 – SUZANO. "Ação direta objetivando a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 4.640, de 02 de março de 2013 do Município de Suzano. O ato normativo dispõe sobre a implantação de caixas de pronto atendimento adaptados à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida nas agências bancárias localizadas no Município e dá outras providências - Diploma que não padece de vício de iniciativa - Matéria não reservada ao Chefe do Poder Executivo - Exegese do art. 24, §2º, da Constituição Estadual, aplicável aos Municípios por força do disposto no art. 144 da mesma Carta - Não violação, ademais, da esfera de competência privativa da União - Precedente do C. STF - Norma que também não está eivada dos vícios de desvio de finalidade e de falta de razoabilidade - Ação julgada improcedente, revogada a liminar." (ADI 01407709220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38136)

ADI. LCM 84/03/2011 – ESTRELA DO NORTE. "Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta contra a Lei Complementar Municipal n. 084/03/2011, de 12 de dezembro de 2011, de Estrela do Norte. Auxílio-alimentação. Extensão a servidor público afastado em virtude de licença saúde, acidente de trabalho ou em gozo de licença gestante, por adoção ou de licença paternidade. Impossibilidade. Benefício de natureza indenizatória. Verba devida apenas a servidor em atividade, pois se o servidor não está trabalhando, não há o que indenizar. Súmula

nº 680 do STF. Inconstitucionalidade material configurada. Ofensa ao artigos 111 e 128. Ação parcialmente procedente, com efeito 'ex nunc', para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 4º e 7º da norma municipal." (ADI 01271111620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38061)

ADI. LM 3.406/2011 – CAMPOS DO JORDÃO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo. Reestruturação do plano de carreira do magistério público municipal. Emendas legislativas que alteram o regime jurídico dos docentes de Campos do Jordão. Organização administrativa do Executivo. Vício de iniciativa configurado. A cláusula de reserva atinente ao poder de instauração do processo legislativo é de observância compulsória, sob pena de desrespeito ao postulado da separação de poderes, como reiteradamente afirmado pela Suprema Corte. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 01515993520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38223)

ADI. LM 10.381/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal de iniciativa parlamentar dispondo sobre instituição de "Programa Municipal de Equoterapia". Descabimento. Criação de serviço público e decorrentes despesas e encargos ao Poder Executivo sem a necessária indicação de recursos. Vício de iniciativa. Afronta a separação dos poderes. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucionalidade do ato normativo. Procedente a ação." (ADI 01194265520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30047)

ADI. LM 1.394/2013 – IACANGA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal de iniciativa parlamentar dispondo sobre regras e critérios para denominação de bens, ruas, praças e logradouros públicos. No exercício de sua função legislativa, a Câmara Municipal está autorizada a editar normas gerais e, abstratas disciplinando denominação de vias e logradouros. Vício de iniciativa. Afronta ao processo legislativo. Ingerência na gestão local. Imposição de ônus. Desrespeito à separação dos poderes. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucional o ato normativo impugnado. Procedente a ação." (ADI 01715111820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30046)

ADI. LM 5.484/2013 – SUMARÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 2º, da Lei 5.484/13, do Município de Sumaré, que acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, da Lei 3.552/01, daquela localidade, dispondo da necessidade de autorização legislativa prévia para a celebração de convênios pelo Poder Executivo. 1. A ingerência ao privativo poder de administrar afeto à Prefeitura Municipal se deu a partir do momento em que a impugnada lei não considerou a ressalva constitucional imposta ao Poder Legislativo quando da celebração de convênios ou acordos, expressamente consignada no inciso XIX, do artigo 20, da Constituição Estadual. 2. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, em seus artigos 5º, 20, XIX, 47, II e XIV. 3. Continência entre esta ADIn 0175322-83.2013, manejada pela Prefeitura Municipal de Sumaré, pleiteando total inconstitucionalidade da Lei 5.484/13, e a ADIn nº 0178389-56.2013, promovida pelo Ministério Público, impugnando apenas a expressão "ou convênio", contida na norma citada. 3. Julgaram procedente a ação nº 0175322-83.2013, para declarar a inconstitucionalidade da Lei n° 5.484/13, do município de Sumaré, prejudicada a análise de mérito da ADIn nº0178389-56.2013, cujo objeto restou abarcado pelo resultado acima." (ADI 01753228320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23175)

ADI. LM 3.329/2011 e 3.387/2012 – SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Ação direta de inconstitucionalidade. Dispositivos de Leis Municipais nºs 3.329/11 e 3.387/12, sobre a reorganização da estrutura administrativa e do quadro de cargos em comissão do DAE Departamento de Água e Esgoto Municipal. Criação de diversos cargos em comissão. Não observados pressupostos necessários. Funções próprias dos cargos de provimento efetivo. Injustificável a dispensa de realização de concurso público. Inadmissível a contratação de

servidores em comissão para ocupar cargo de assessoramento jurídico de preenchimento privativo a funcionários de carreira. Regime celetista. Impossibilidade, em face da incompatibilidade com a natureza dos cargos comissionados. Inegável afronta à norma constitucional ao desconsiderar como limite remuneratório no âmbito municipal o do subsídio do Chefe do Poder Executivo local. Violação dos artigos (arts. 37, II, V e XI, da CF e 98; 99; 100; 101; 111; 115, II e V e 144, da CE). Precedentes. Inconstitucionalidade dos artigos 19 a 25, 29 a 32-A, 42 a 44 e 46, da Lei Municipal nº 3.329, de 1º de dezembro de 2011 e artigos 5º, 9º e 15, da Lei Municipal nº 3.387, de 20 de abril de 2012, declarada, com modulação dos efeitos (art. 27 da Lei nº 9.868/99). Procedente a ação." (ADI 01773311820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30022)

ADI. LM 5.484/2013 – SUMARÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 2º, da Lei 5.484/13, do Município de Sumaré, que acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, da Lei 3.552/01, daquela localidade, dispondo da necessidade de autorização legislativa prévia para a celebração de convênios pelo Poder Executivo. 1. A ingerência ao privativo poder de administrar afeto à Prefeitura Municipal se deu a partir do momento em que a impugnada lei não considerou a ressalva constitucional imposta ao Poder Legislativo quando da celebração de convênios ou acordos, expressamente consignada no inciso XIX, do artigo 20, da Constituição Estadual. 2. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, em seus artigos 5º, 20, XIX, 47, II e XIV. 3. Continência entre a ADIn 0175322-83.2013, manejada pela Prefeitura Municipal de Sumaré, pleiteando total inconstitucionalidade da Lei 5.484/13, e esta ADIn nº 0178389-56.2013, promovida pelo Ministério Público, impugnando apenas a expressão "ou convênio", contida na norma citada. 3. Julgaram prejudicada a análise de mérito desta ação, cujo objeto restou abarcado pelo resultado da ação nº 0175322-83.2013, onde declarada a total inconstitucionalidade da Lei n° 5.484/13, do município de Sumaré." (ADI 01783895620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 05/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23192)

ADI. LM 14.137/2011 – CAMPINAS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 4º da Lei nº 14.137, de 14 de outubro de 2011, do Município de Campinas. Projeto original de autoria do Chefe do Executivo que instituía prêmio de produtividade para os Auditores Fiscais Tributários, Agentes Fiscais Tributários e Agentes do Tesouro Municipal. Introdução de emenda modificativa, de autoria de vereador, ampliando o benefício para outros servidores. Alegação de inconstitucionalidade por ofensa aos artigos 5º, 24, § 2º, 2 e 4, 37, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, alíneas "a" e "b", da Constituição Estadual. Pedido prejudicado, todavia, uma vez que o dispositivo impugnado foi expressamente revogado pela Lei nº 14.595, de 26 de abril de 2013, de autoria do Poder Executivo. Perda de objeto. Ação julgada extinta, sem conhecimento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. " (ADI 00369262920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23136)

ADI. LM 3.743/2009 – GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.743, de 09 de março de 2009, que autoriza o Poder Executivo a "instituir o programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no Guarujá". Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a" e 144, todos da Constituição Estadual. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 01387174120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23144)

ADI. LM 1.583/2013 – RIFAINA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 1.583, de 25 janeiro de 2013, do município de Rifaina, criando cargos de provimento em comissão de Assessor Especial de Negócios Jurídicos, Chefe de Setor de Informática, Chefe de Setor de Saúde, Chefe de Setor de Convênios, Chefe de Setor de Esporte, Chefe de Setor de Assistência Social, Chefe de Setor de Geração de Renda, Chefe de Setor de Comunicação, Chefe de Setor de Materiais e Patrimônio, Chefe de Setor de Transporte, Chefe de Setor Sanitário, Chefe de Gestão e Empreendimento, Chefe de Setor de Turismo, Chefe de Setor Educacional e Chefe de Setor de Cadastro. Alegação de que esses cargos não correspondem a funções de direção, chefia e assessoramento. Pretensão de declaração de inconstitucionalidade por violação dos artigos 37, incisos II e V, da Constituição Federal e artigos e 115, incisos II e V, da Constituição Estadual. Pedido prejudicado, todavia, uma vez que todos os cargos impugnados foram extintos pela Lei nº 1.610/2013. Perda de objeto. Ação julgada extinta, sem conhecimento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil." (ADI 01551589720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23135)

ADI. LM 1.974/2013 – PIQUETE. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei n. 1.974, de 2013, do Município de Piquete – Vício de iniciativa não configurado - Dispositivo que não alcança substancialmente a esfera de gestão municipal - Norma que atende ao interesse local da população (direito à informação) com relação aos medicamentos ofertados na rede pública de saúde - Divulgação e manutenção de dados, na página oficial da municipalidade, na rede mundial de computadores, que não implica em gastos extraordinários - Inconstitucionalidade não caracterizada - Ação improcedente." (ADI 01802637620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 12/02/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 281)

ADI. LM 4.767/2013 – TATUÍ. "Direta de inconstitucionalidade - Lei municipal nº 4.767/2013 do município do Tatui - Norma que dispôs sobre a obrigatoriedade da presença de empacotadores nos caixas de supermercados e estabelecimentos similares - Usurpação da competência privativa da União em matéria de direito comercial e do trabalho - Afronta ao disposto no artigo 22, I, da Constituição Federal - Precedentes do Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 01977791220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Elliot Akel – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33994)

ADI. LM 5.457/2013 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei que dispõe sobre obrigatoriedade de profissionais nutricionistas nas unidades de Saúde da família por 20 horas semanais. Iniciativa legislativa. Usurpação da competência do Chefe do Poder Executivo, a quem compete a gestão administrativa. Vício de iniciativa. Ofensa ao princípio da separação dos poderes. Ausência de previsão específica da fonte de custeio. Ação julgada procedente." (ADI 20567235420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21333)

ADI. LCM 167/2013 – SÃO SEBASTIÃO. "Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada por associação civil que se dedica à defesa de interesses de pessoas com deficiencia e mobilidade reduzida. Ilegitimidade ativa. Entidade que não congrega classes profissionais ou econômicas. Interesses peculiares. Carência de interesse jurídico e pertinência temática, considerados os objetivos institucionais da associação e a norma impugnada. Extinção da ação sem julgamento de mérito." (ADI 20006659420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30775)

ADI. LM 3.814/2011 – JARDINÓPOLIS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.814/2011, do Município de Jardinópolis, de iniciativa parlamentar, que autorizou a ampliação do afastamento remunerado em licença-maternidade das servidoras e funcionárias públicas municipais. Inconstitucionalidade reconhecida, já que cabe privativamente ao Executivo a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos, tendo ao lado disso havido criação de despesa sem indicação de fonte de receita. Particularidade de se cuidar de lei autorizativa que não propiciava extrapolação dos limites de competência.

Necessidade, contudo, de se modular os efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade. Ação julgada procedente." (ADI 02575522220128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23365)

ADI. LCM 175/2011 e 185/2011 – FRANCO DA ROCHA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Leis Complementares 175/2011 e 185/2011, do Município de Franco da Rocha, que criaram cargos de provimento em comissão. Lei superveniente que reorganizou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal. Revogação expressa não anunciada, ausente confirmação da incompatibilidade daqueles diplomas com a nova disciplina. Perda de interesse processual não verificada. Cargos que pelas respectivas atribuições não são exclusivamente de direção, chefia e assessoramento. Inconstitucionalidade reconhecida ante o disposto no artigo 115, incisos II e V, da Constituição Estadual. Ação procedente." (ADI 01052385720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23403)

ADI. LM 4.776/2013 – TAUBATÉ. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigo 7º e parágrafo único e artigo 25, da Lei Municipal nº 4.776 de 15 de julho de 2013, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências." II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. A alteração envolve atos de planejamento, direção, organização e execução. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 01752206120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38378)

ADI. LM 3.559/2013 – MIRASSOL. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Mirassol/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.559, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre a "a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de Mirassol - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE INICIATIVA - A iniciativa para legislar sobre a administração, organização e direção, configura ato típico do Poder Executivo (art. 47, incisos II e XIV, da CESP). Por conseguinte, a norma impugnada, por tratar de atos típicos de organização administrativa (criação, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, apreensão, destinação e doação de cães e gatos), é de competência privativa do Poder Executivo, e não do Poder Legislativo. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE." (ADI 01763378720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 12/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16562)

ADI. LM 4.288/2012 – LUCÉLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 4.288/2012, do Município de Lucélia, de iniciativa parlamentar, a qual dispõe sobre o direito de uma folga anual para todos os servidores públicos municipais do Executivo e Legislativo, no dia de seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que especifica - Inconstitucionalidade reconhecida quanto aos servidores do Executivo, apenas - Tema relativo a regime jurídico de servidores públicos - Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo - Vedação - Arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, 4, 47, II, XIV e 144, todos da Constituição Paulista - No mais, competência da Câmara Municipal para dispor sobre sua organização e vantagens de seu pessoal - Inteligência do art. 20, III, da Constituição Estadual - Precedentes - Ação julgada procedente, em parte." (ADI 01770038820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 207)

ADI. LM 4.289/2012 – LUCÉLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 4.289, de 19 de março de 2012, do Município de Lucélia, que estendeu por sessenta dias o tempo da licença-maternidade a ser usufruída pelas funcionárias públicas municipais - Legislação que versa

questão atinente ao regime jurídico do funcionalismo local, afeta à competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes - Previsão legal, ademais, que acarreta o evidente incremento das despesas do Município com o pagamento das servidoras, nesse período da prorrogação, sem que se tivesse declinado a respectiva fonte de custeio - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 24, § 2º, "4", 25 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Precedentes desta Corte - Servidoras públicas beneficiadas com a disposição legal questionada que exerceram o direito ali previsto de boa-fé, não se mostrando razoável impor-se a repetição de qualquer valor ou reposição das horas não trabalhadas - Presença, destarte, de razões de segurança jurídica na espécie que recomenda a modulação dos efeitos da presente declaração de inconstitucionalidade, a partir da concessão da medida liminar nestes autos, por aplicação da regra contida no art. 27 da Lei Federal nº 9868/99 - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente, com modulação dos efeitos." (ADI 01770055820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18391)

ADI. LM 3.942/2004 – SUMARÉ. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigos 1º, parágrafo único, 2º e 3º, Lei municipal de Sumaré nº 3.942 de 14 de junho de 2004, que autoriza farmácias e drogarias a comercializar os artigos que especifica. Alegação de usurpação da competência concorrente da União e dos Estados para legislar sobre normas gerais de proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF). Admissibilidade. II - O Município, a pretexto de legislar sobre assunto de interesse local ou suplementar à legislação federal ou estadual, editou norma para definir produtos que podem ser comercializados em farmácias e drogarias, ampliando ou restringindo determinações contidas em texto normativo de âmbito nacional. Ofensa aos artigos 1º; 111 e 144 da Constituição Paulista e artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 01831771620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38482)

ADI. LM 11.248/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Direta de inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 11.248/2012, do Município de São José do Rio Preto - Norma que obriga o registro em prontuário médico do resultado do exame de reflexo vermelho ou reflexo de Bruckner dos recém-nascidos em toda rede municipal de saúde - Usurpação da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - Vício de iniciativa - Afronta aos artigos 5º, 37 e 47, II e XIV, da Constituição Estadual c.c. 144, todos da Constituição Estadual - Precedentes do Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 01955412020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Elliot Akel – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33993)

ADI. LM 3.640/2013 – POÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal que prevê "caminhada pela paz" com uma "bandeira branca" para o dia de combate à violência contra as mulheres - Ausência de interferência em atos de gestão do executivo - Ausência de vício de iniciativa - Julga-se improcedente a ação." (ADI 02015474320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21370)

ADI. LCM 101/2009 – BARRETOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Anexo II, da Lei Complementar nº 101, de 5 de fevereiro de 2009, do Município de Barretos - Criação de cargo em comissão fora das hipóteses de direção, chefia e assessoramento. 1 A contratação de pessoal para prestação de serviços de caráter permanente, sem demonstração de necessidade temporária e excepcional, afronta a exigência constitucional de realização de concurso público. 2 - A obrigatoridade do concurso público, com as exceções constitucionais, afigura-se imprescindível instrumento de efetivação dos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade, garantindo aos cidadãos o acesso aos cargos públicos, em condições de igualdade. Ação parcialmente procedente." (ADI 01310657020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 26/02/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30684)

ADI. LM 730/2013 – VARGEM GRANDE PAULISTA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 730, de 7 de agosto de 2013, do Município de Vargem Grande Paulista, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a implantação de farmácia pública de distribuição de medicamentos de período integral. Inconstitucionalidade reconhecida, já que cabe privativamente ao Executivo a iniciativa de projeto de lei que verse sobre a estrutura da administração municipal. Hipótese em que, ademais, a lei criou despesa sem indicação de fonte de receita. Ofensa aos artigos 24 § 2º, 25 e 47 inciso II da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 01711154120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23404)

ADI. LM 11.358/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.358, de 26 de julho de 2013, do Município de São José do Rio Preto, que instituiu feriado do "Dia Municipal da Consciência Negra". Inexistência de ofensa direta ou oblíqua a dispositivo ou princípio constitucional. Alegação de contrariedade à Lei federal 9.093/95 insusceptível de ser conhecida, eis que no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça não é admissível o confronto entre leis locais, nem entre lei local e a legislação federal, eis que o parâmetro há de ser necessariamente a Carta estadual. Ação improcedente." (ADI 01778170320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23665)

ADI. LM 11.171/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal, de iniciativa parlamentar, ampliando área de construção (de até 60% sessenta por cento) em terrenos do Parque Nova Esperança. Descabimento. Temas urbanísticos. Afronta a separação dos poderes. Invasão na esfera exclusiva da administração. Vício de iniciativa. Precedentes do Colendo Órgão Especial. Legislação episódica (tão somente para moradores do Parque Nova Esperança) dispõe sobre limitações administrativas à propriedade individual – organização administrativa. Ausência, além do mais, de estudos e planejamentos prévios, providência necessária à luz da Constituição Estadual, à alteração de regras em questão (zoneamento e uso e ocupação do solo). De outra parte, impõe-se ao Executivo determinada conduta fornecer projetos de construção popular, revelando, uma vez mais, ingerência do Legislativo no Executivo. Falta de indicação de fonte de custeio. Inconstitucional, por diversos fundamentos, o ato normativo impugnado. Procedente a ação." (ADI 01893210620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29989)

ADI. LM 11.382/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.382, de 09 de outubro de 2013, de São José do Rio Preto, que "autoriza o Município a disponibilizar um enfermeiro e equipamentos de primeiros socorros no Terminal Rodoviário". Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 01973868720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23161)

ADI. LM 3.481/ 2012, que alterou o art. 34 da LM 2.789/ 2008 – ITAPEVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.481, de 30 de novembro de 2012, do Município de Itapeva, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários, bem como o Estatuto do Magistério Público Municipal de Itapeva, definindo a jornada semanal de trabalho do docente Alegação de violação aos preceitos contidos nos arts. 25 e 169, caput e parágrafo único, "1" e "2", ambos da CE - Ausência de prova concreta de que a execução do ato normativo impugnado importará no aumento das despesas do Município - Matéria que depende da verificação de questões de fato e de prova - Exame da constitucionalidade da norma pelo Tribunal Estadual, no entanto, que está limitada ao confronto direto entre a lei e a norma constitucional indicada como parâmetro de controle, sendo inviável estender esse exame à análise de inconstitucionalidades reflexas

ou às questões de fato. Precedentes do STF - Inexistência, portanto, de vício de inconstitucionalidade a ser pronunciado nos limites do presente controle de abstrato de constitucionalidade - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 01978909320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18522)

ADI. Art. 29 da LOM, com redação dada pela Emenda a LOM 01/2012, além do art. 12 do Regimento Interno da Câmara do Município - CASTILHO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Ação proposta objetivando a declaração de inconstitucionalidade do artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Castilho, com redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 01/2012, de 08 de janeiro de 2013, além de artigo 12 do Regimento Interno da Câmara do Município, que dispõem sobre o período do mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal. – Possibilidade – Afronta ao princípio da simetria e consequentemente, aos artigos 11, da Constituição Estadual e 57, § 4º, da Constituição Federal – Ação procedente." (ADI 20658363220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30466)

ADI. LM 3.460/2012 – ITAPEVA. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei n° 3.460 de 23 de outubro de 2012, do Município de Itapeva, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Municipal de Educação e Cultura de Itapeva (FUMECI) e dá outras providências – Autoridade competente que não subscreveu a petição inicial – Irregularidade – Extinção da ação sem resolução do mérito – Art. 267, IV, do CPC." (ADI 00341427920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30525)

ADI. LM 7.825/06 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei municipal que dispõe sobre a obrigatoriedade de a empresa concessionária de energia elétrica no Município de Sorocaba retirar gratuitamente postes irregulares – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos 1º, 5 e 144, da Constituição Estadual de São Paulo – Ação procedente." (ADI 01989102220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30527)

ADI. LM 1.082/2013 – ALTAIR. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 1.082, de 26 de fevereiro de 2013, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Altair. – Inconstitucionalidade formal – Utilização de processo legislativo sumário (urgência) durante período de recesso – Impossibilidade – Ausência de comando legal autorizador do ato – Ação procedente." (ADI 02015968420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30529)

ADI. Art. 7º e Anexo IX da LCM 1.098/2010 – RIBEIRÃO CORRENTE. "Ação direta de inconstitucionalidade – Art. 7º e Anexo IX da Lei Complementar nº 1.098/2010, do Município de Ribeirão Corrente - Transformação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil em Professor de Creche – Transposição configurada - Afronta à exigência constitucional de realização de concurso público – Precedentes do E. STF e deste C. Órgão Especial – Ação julgada procedente, com modulação dos efeitos, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99 - Deve ser julgada procedente direta de inconstitucionalidade que tem como objeto dispositivo de lei que institui verdadeira transformação de cargos de provimento efetivo." (ADI 20719230420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00228)

ADI. LCM 196/11– SUZANO. "Ação direta de inconstitucionalidade proposta em face da lei complementar municipal nº 196/11 de Suzano, que altera a lei complementar que regula o uso e ocupação do solo, a de 025/96 - Ausência de estudos com prévio planejamento e participação comunitária – Inadmissibilidade - Matéria, por sua natureza, da competência do Chefe do Poder Executivo - Inadmissível a iniciativa de vereador – Inconstitucionalidade caracterizada - Ação julgada procedente." (ADI 00664293220128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26297)

ADI. LM 955/2011 – BERTIOGA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 955, de 28 de janeiro de 2011, do Município de Bertioga, que determina que a Prefeitura crie postos de coleta de medicamentos usados e contrate firma especializada em recolhimento de lixo hospitalar e medicação descartada pela população - Iniciativa de vereador - Inconstitucionalidade - Vício de iniciativa configurado - Matéria que é de competência exclusiva do chefe do Executivo - Lei que, ademais, não indica os recursos disponíveis para atender os novos encargos - Ação julgada procedente." (ADI 00882887020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26300)

ADI. Emenda 01/2013 que acrescenta o art. 52-A e §§ 1º a 6º à LOM – TIETÊ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda nº 01/2013 que acrescenta o art. 52-A e §§ 1º a 6º à Lei Orgânica do Município de Tietê criando "Programa de Metas" a ser apresentado pelo Prefeito em prazo mencionado - Iniciativa da Mesa Diretora da Câmara do Município que implica violação do princípio da separação dos poderes - Criação de despesas sem a correspondente indicação da fonte de custeio - Inconstitucionalidade configurada - Ação procedente." (ADI 01119401920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26301)

ADI. LM 1.253/2008– LUIZ ANTONIO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei n. 1.253, de 15 de agosto de 2008, do Município de Luiz Antonio - Norma que autoriza o Poder Executivo a conceder ticket alimentação aos professores - Lei de iniciativa parlamentar - Vício de iniciativa - Violação à separação dos poderes caracterizada – Inconstitucionalidade reconhecida - Ação procedente – Agravo regimental prejudicado." (ADI 01746074120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 0303)

ADI. – PEREIRA BARRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão - Constituição Estadual que estabelece a necessidade de fixação de percentual mínimo dos cargos em comissão, na estrutura administrativa, a serem preenchidos por servidores públicos efetivos (art. 115, V, da CE) - Ausência de ato normativo municipal, para materializar o mandamento constitucional - Ação procedente." (ADI 01985196720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 0304)

ADI. LM 5.462/2013 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 5.462, do Município de Catanduva, que "Estabelece diretrizes a serem observadas na implantação de abrigos e pontos que integram o sistema do transporte coletivo urbano de passageiros de Catanduva" - Projeto de iniciativa parlamentar que cria obrigações e fixa condutas para o Prefeito, de modo a interferir diretamente na administração municipal, em verdadeira e inaceitável invasão da esfera de atribuições reservada ao chefe do Poder Executivo - Violação ao princípio da separação dos poderes - Ato normativo, ademais, que gera aumento de despesa sem a indicação da fonte. Ação Procedente." (ADI 20567191720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27716)

ADI. Artigos 340 a 343 da LM 2.879/1997 – AGUDOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigos 340 a 343 da Lei nº 2.879/97 (Código Tributário Municipal de Agudos) dispondo sobre taxa sanitária. Dispositivos impugnados que vieram a ser expressamente revogados pela Lei Complementar nº 53, de 24.01.14. Superveniente falta de condição da ação. Perda de objeto. Precedentes. Processo julgado extinto, sem resolução de mérito." (ADI 01233403020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30298)

ADI. LM 1.067/1.996, alterada pela LM nº 03/2.006 – AMÉRICO BRASILIENSE. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal nº 1.067, de 6 de fevereiro de 1.996, alterada pela lei municipal nº 03, de 16 de março de 2.006, de Américo Brasiliense, que dispõem sobre complementação de aposentadorias e pensões por morte de servidores públicos - Ausência de indicação da fonte de custeio - Inconstitucionalidade reconhecida - Ação procedente." (ADI

00844606620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26168)

ADI. Parágrafo 1º do art. 3º da LCM 123/05 – PRADÓPOLIS. "Ação direta de Inconstitucionalidade - Alegação de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Complementar 123/05, do Município de Pradópolis, que dispõe sobre a criação do Setor de Água e Esgoto e criou o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Água e Esgoto com as respectivas atribuições - Cargo de provimento em comissão que não corresponde às funções de direção, chefia e assessoramento, mas sim àquele que devem ser provido por concurso público - Hipótese que não se reveste da exceção de livre nomeação e exoneração - Inadmissibilidade - Violação dos arts. 111, 115, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Procedência da ação." (ADI 01773294820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 15987)

ADI. Art. 1º, V e nos Anexos II, III nº 6 e V da LM 1998/2009, do art. 4º da LM 2.132/2011, e das expressões Chefe Legislativo, Chefe Administrativo e Assessor de Gabinete do Anexo II da LM 2.132/2011, e, por arrastamento, das expressões Chefe Legislativo e Chefe Administrativo dos Anexos II, III, nº 06 e V da LM 1998/2009, e da expressão chefe Legislativo do Anexo II da LM 1766/2007 - BOITUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Leis nº 1998/2009, 1766/2007 e 2.132/2011, do município de Boituva - Leis municipais que criam cargos em comissão - Natureza técnica, burocrática e operacional, típicas de cargos de provimento efetivo, sendo prescindível o liame de confiança entre o agente político e o servidor que vier a ocupá-los - Violação aos artigos 115, I, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Inconstitucionalidade da criação dos cargos e das expressões Chefe Legislativo, Chefe Administrativo e Assessor de Gabinete - Ação procedente." (ADI 01516028720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28606)

ADI. Arts. 4º, 5º e 60 e Anexos da LM 1.758/1990 - PEREIRA BARRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Arts. 4º, 5º e 60 e Anexos da Lei nº 1.758, de 05.04.90 do Município de Pereira Barreto criando cargos de provimento em comissão, efetivos e determinando a fixação das atribuições, em momento posterior, por Decreto do Poder Executivo. Inadmissibilidade. Necessário definir as atribuições de cada cargo quando de sua criação. Ausência inviabiliza a análise da ou não dos princípios constitucionais da Administração Pública. Norma posterior regulamentando as atribuições somente dos cargos efetivos não sana o vício de inconstitucionalidade. Inadmissível a contratação de servidores em comissão para ocupar cargo de assessoramento jurídico de preenchimento privativo a funcionários de carreira. Declaração de inconstitucionalidade, por arrastamento, da Lei Complementar nº 56, de 12.11.13. Violação dos artigos (arts. 37, I, II e V da CF e 98; 99; 100; 101; 111; 115, I II e V e 144, da CE). Precedentes. Inconstitucionalidade dos artigos 4º, 5º e 60 e Anexos da Lei nº 1.758, de 05 de abril de 1990 declarada, e da Lei Complementar nº 56, de 12 de novembro de 2013, por arrastamento, com modulação dos efeitos (art. 27 da Lei nº 9.868/99). Procedente a ação." (ADI 01831789820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30147)

ADI. Art. 145, IV, da LM 1.300/1999, LM 1.364/2001 e artigos 107 e 108 §§ 1º a 4º, da LCM 01/2010 - ANALÂNDIA. "I- Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigo 145, IV, da Lei nº 1.300, de 20.10.1999; Lei nº 1.364, de 19.12.2001 e artigos 107 e 108 §§ 1º a 4º, da Lei Complementar nº 01, de 01.06.2010, que disciplinam sobre gratificação de função de servidores públicos. Diferença entre o padrão do cargo em comissão e o do cargo efetivo titular. Incorporação anual de terços em desacordo com a Constituição Estadual. II - Revogação da Lei nº 1.300/99 pelo artigo 163 da Lei nº 01/10. III - Violação aos artigos 111, 115, XVI, 128, 133 e 297, todos da Constituição do Estado de São Paulo. IV - A instituição de vantagem remuneratória consistente em gratificação no valor da diferença entre cargo de provimento em comissão ou função de confiança por servidor público e seu cargo titular de provimento efetivo não é inidônea, mas a forma de incorporação é inidônea. V - Incorporação

de terços dessa diferença de remuneração por ano de exercício, arredondando-se período inferior a um ano - Inadmissibilidade. Ofensa aos princípios da moralidade, razoabilidade e interesse público. VI - Inconstitucionalidade parcialmente configurada. Ação parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.364/01 e do artigo 108 da Lei Complementar nº 01/10, por incompatibilidade com os artigos 111 e 133 da Constituição Bandeirante." (ADI 01336993920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38104)

ADI. LM 11.143/2012 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 11.143, do Município de São José do Rio Preto, que autoriza o Poder Executivo local a firmar convênio com a Caixa Econômica Federal, visando permitir o financiamento de recursos aos proprietários de lotes populares - Vício de Iniciativa - Violação ao princípio da separação dos poderes – Ação Procedente." (ADI 01891816920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27727)

ADI. LCM 144/2013 que modificou o art. 331 da LCM 135/2012 – GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 144, de 18 de junho de 2013, do Município do Guarujá, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre afastamento remunerado de servidores por motivo de doença em família. Inconstitucionalidade reconhecida, já que cabe privativamente ao chefe do Executivo a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos, tendo ao lado disso havido criação de despesa sem indicação de fonte de receita. Necessidade, contudo, de se modular os efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade. Ação julgada procedente." (ADI 01903413220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23644)

ADI. Anexo V, da LM 4.132/2006 – SUMARÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Criação de cargos em comissão sem descrição das atribuições em lei – Vínculo especial de confiança que não se presume - Afronta à exigência constitucional da realização de certame público - Precedentes do E. STF e deste C. Órgão Especial - Ação julgada procedente, com modulação dos efeitos, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99 - Deve ser julgada procedente direta de inconstitucionalidade que tem como objeto leis criadoras de cargos em comissão sem descrição das atribuições, despidos do vínculo de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado exigido." (ADI 01907977920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00220)

ADI. Art. 3º da LM 5.214/2004 – BAURU. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigo 3º da Lei Municipal nº 5.214 de 13 de dezembro de 2004, fixa subsídio para Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. Referido dispositivo dispõe que "os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários por serem especiais e de natureza política, não se incorporam total ou parcialmente aos vencimentos, proventos ou pensão de quem quer que seja sob qualquer finalidade, título ou pretexto". II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Matéria que trata sobre a Administração Pública deve ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47; II e XIV e 144 da Constituição Paulista e 61, § 1º, II, 'c', da Constituição Federal. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente". (ADI 01927801620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38588)

ADI. Anexos VII e VIII da LCM 176/2011, com redação que lhe atribuiu a LCM 185/2012 – PERUÍBE. "Ação direta de inconstitucionalidade - Anexos VII e VIII da Lei Complementar nº 176, de 19 de dezembro de 2011, do Município de Peruíbe, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar nº 185, de 6 de junho de 2012, que discriminam os cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal da Administração, bem como as respectivas atribuições - Falta de interesse processual do autor, no tocante ao pedido de declaração de inconstitucionalidade dos atos normativos impugnados, por ausência de descrição das atribuições dos cargos de Assessor de Setor, Assessor de Serviço e Chefe de Setor, haja vista

a anterior extinção daqueles cargos pela Lei Complementar nº 166, de 17 de outubro de 2011, com expressa menção a este fato no art. 21 da própria Lei Complementar nº 176/2011 - Cargos de Chefe de Serviço, Diretor de Divisão, Assessor de Departamento e Diretor Musical que não representam funções de assessoramento, chefia e direção, possuindo natureza absolutamente comum, sem exigir do agente nomeado vínculo de especial confiança com seu superior hierárquico - Inclusão destes cargos dentre aqueles de livre nomeação e exoneração, portanto, que se deu em violação aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, interesse público e do concurso público, inseridos nos artigos 111, caput, e 115, incisos II e V, da Constituição Estadual, evidenciando o vício de inconstitucionalidade alardeado na exordial - Precedentes desta Corte - Cargo de Procurador-Geral do Município, por outro lado, que é realmente de provimento em comissão, tal como previsto na legislação municipal impugnada nos autos - Escolha do ocupante, no entanto, que não pode ser de livre opção do Prefeito, devendo recair, necessariamente, sobre integrante da carreira, na forma imposta pelo art. 100, parágrafo único, da Constituição Estadual, de observância obrigatória pelo ente público local, por aplicação da regra contida no art. 144 da mesma Carta - Processo julgado extinto, no tocante ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do ato normativo municipal, pela ausência de descrição das atribuições dos cargos de Assessor de Setor, Assessor de Serviço e Chefe de Setor, e julgada parcialmente procedente a ação em relação aos demais pedidos, conferindo-se à legislação local objurgada nos autos interpretação conforme a Constituição no que tange ao cargo de Procurador-Geral do Município, com a modulação dos efeitos". (ADI 00679576720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18479)

ADI. LM 5.458/13 - CATANDUVA. "Direito constitucional – Ação direta de inconstitucionalidade – Lei de iniciativa parlamentar – Instituição do Programa denominado SOS animais - Vício – Existência – Separação de poderes – Violação – Inconstitucionalidade verificada – É inconstitucional a Lei Municipal que dispõe institui o programa denominado "S.O.S. ANIMAIS", objetivando recursos para o custeio de atividades da "Associação Solidária dos Animais", através de doações voluntárias pelos munícipes, pois compete privativamente ao Prefeito deflagrar lei que atribua novas tarefas aos órgãos do Poder Executivo, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes – Ademais, a referida Lei Municipal cria despesa sem indicação de fonte de receita – Violação dos artigos 5º, 24, § 2º, número "4", 25, 47, incisos II e XIV, e 144, da Constituição Estadual. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20561008720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25948)

ADI. LM 5.459/13 - CATANDUVA. "I - Ação direta objetivando a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 5.459, de 02 de setembro de 2013, que 'obriga as unidades de saúde que tenham farmácia ou dispensário de medicamentos manterem profissional habilitado e devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia'. II - Trata-se de diploma legislativo verticalmente incompatível com a regra da iniciativa reservada e com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes. III - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 25, 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. IV - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20561164120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 38778)

ADI. LCM 390/04 - JUNDIAÍ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal que altera o zoneamento urbano, incluindo em Macrozona Urbana área anteriormente pertencente à Macrozona de Proteção e Preservação Ambiental. Iniciativa legislativa. Usurpação da competência do Chefe do Executivo, a quem compete a gestão administrativa. Vício de iniciativa. Ausência de estudo técnico prévio, de ampla consulta pública e de participação das entidades comunitárias envolvidas. Ação procedente." (ADI 00051303520048260000 – São

Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 12/03/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 21188)

ADI. Arts. 7°, I, 10, §3°, 11 e 12 da LM 15.442/2012 – SÃO PAULO. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal proposta por diretório municipal de partido político - Ilegitimidade ativa - Art. 90, VI, da CE - Extinção do processo sem julgamento de mérito." (ADI 01952805520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21565)

ADI. LCM 167/2013 – SÃO SEBASTIÃO. "Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada por entidade sindical de trabalhadores portuários em face de lei municipal que atualizou a lista de valores para o cálculo do imposto predial e territorial urbano – IPTU. Carência de interesse jurídico e pertinência temática, considerados os objetivos institucionais da associação e a norma impugnada. Extinção da ação sem julgamento de mérito." (ADI 20027920520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30852)

ADI. Alíneas "b", "c", e "d", do inciso I, e "b", "c" e "d", do inciso II, do artigo 2º, da LM 6.485/2013 – BAURU. "Ação direta de inconstitucionalidade intentada por diretório municipal de partido político, lei municipal da cidade de Bauru, aumentando o IPTU. 1. Diretório municipal de partido político não ostenta legitimidade ativa para ação direta de inconstitucionalidade perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Interpretação dos artigos 103, da Constituição Federal, e 90, VI, da Carta Paulista. 2. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, no mesmo sentido. 3. Indeferiram a inicial, com base no artigo 295, II, do CPC, extinguindo o feito, sem conhecimento do mérito, conforme disposto no artigo 267, I, do mesmo diploma processual civil." (ADI 20028665920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 12/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23310/14)

ADI. LM 4.024/2013 – GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Ilustre Prefeita do Município de Guarujá-SP em face da Lei nº 4.024, de 14 de junho de 2013, que "dispõe sobre as normas de funcionamento de boates, casas noturnas, casas de shows e estabelecimento similares, e dá outras providências". Lei Orgânica Municipal que não se apresenta como parâmetro de controle de constitucionalidade. Inocorrência de vício formal de iniciativa que implique violação ao princípio da separação dos poderes. Outrossim, também não se verifica nenhum violação à competência legislativa privativa da União. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 01903396220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 12/02/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 16559)

ADI. LM 306/2013, e que alterou os dispositivos da LM 275/2004 – ASSIS. "Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal - Proibição da contratação de parentes até o quarto grau, nas linhas reta e colateral, consanguíneos e afins, do prefeito, vice prefeito municipal, secretários municipais, vereadores e dos diretores de autarquias, empresas públicas e fundações públicas do município de Assis, para cargos de provimento em comissão ou caráter temporário - Inconstitucionalidade verificada a limitação imposta (impossibilidade de nomear-se parentes até o 4º grau) implica numa disfarçada interferência do Poder Legislativo na livre atuação do Poder Executivo, não autorizada pelo artigo 2º, da Constituição Federal (princípio da separação dos poderes) - Ademais, por contar o município em questão com uma pequena densidade demográfica, a limitação imposta dificulta a contratação de pessoas qualificadas para os cargos colocados à disposição – Por fim, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao estabelecer o limite de até terceiro grau na súmula vinculante número 13, pautou-se em critérios de razoabilidade que vão ao encontro dos princípios da administração pública constantes no artigo 37, "caput", da Carta Magna - Ação julgada procedente, declarando-se a inconstitucionalidade da lei n.º 306, de 15 de outubro de 2013, do município de Assis." (ADI 01969702220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 05/02/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 25804)

ADI. LM 11.301/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei que "Dispõe sobre a regulamentação do comércio de inseticidas e raticidas no Município de São José do Rio Preto, e dá outras providências." Iniciativa legislativa. Usurpação da competência do Chefe do Poder Executivo, a quem compete a gestão administrativa. Vício de iniciativa. Ofensa ao princípio da separação dos poderes. Ausência de previsão específica da fonte de custeio. Ação julgada procedente." (ADI 01575942920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Cauduro Padin – 12/02/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 21363)

ADI. Art. 130, § 3º, da LOM – VALINHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei orgânica do município de Valinhos (art. 130, § 3º). Afastamento remunerado de servidor público municipal para desempenho de mandato sindical. Limitação ao cargo de Presidência de associação. Matéria incluída no regime jurídico dos servidores públicos cuja iniciativa legislativa é reservada ao chefe do poder executivo da respectiva unidade federativa (art. 61, § 1º, II, c, da Constituição Federal e art. 24, § 2º, 4 da Constituição do Estado de São Paulo). Ação julgada improcedente." (ADI 01429160920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 26/02/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30716)

ADI. LM 4.020/01 – INDAIATUBA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 4.020, de 6 de junho de 2001, de Indaiatuba - Autorização da venda nas farmácias e drogarias de produtos de higiene pessoal, dietéticos, mel puro ou com propriedades terapêuticas, naturais em grãos para regimes ou dietas especiais, *diet* ou *lights*, complementos nutricionais, leites, farinhas, geleias, gelatinas, papinhas, sopas e cremes para recém nascidos, entre outros, e pequenos presentes. É defeso ao Município, a pretexto de legislar sobre assunto de interesse local ou suplementar a legislação Federal ou Estadual, invadir a esfera de competência legislativa destes entes federativos, ampliando o rol de produtos aptos a serem comercializados em farmácias e drogarias. Ação procedente." (ADI 01574696120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30844)

ADI. EMENDA 48/2013 à LOM – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Emenda nº 48, de 8 de maio de 2013, à Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto - Garantia de um mínimo de 30% (trinta por cento) das vantagens das vagas advindas de projetos ou programas habitacionais para as famílias que tenham mulher como seu sustentáculo. Não havendo qualquer elemento capaz de permitir a aferição da plausibilidade dos motivos da discriminação contida na lei, em relação a homem e mulher, caracterizasse inconstitucionalidade, por afronta ao princípio da isonomia. Fere esse princípio a lei que privilegia as famílias 'que tenham a mulher como seu sustentáculo' com reserva de maior número de vagas nos programas habitacionais. A igualdade entre homens e mulheres foi erigida em princípio constitucional e, qualquer preceito que estabeleça diversidade de direitos ou de obrigações apresenta-se viciado pela inconstitucionalidade. Ação procedente." (ADI 01820608720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 26/03/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30843)

ADI. LOM e LCM 04/2009 – FARTURA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Fartura/SP, visando à declaração do art. 28 da Lei Complementar nº 04, de 26 de março de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e do inciso XIV, do art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 2004 – Inconstitucionalidade material - O art. 28 da Lei Complementar nº 04/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) apresenta inconstitucionalidade material, visto que seu conteúdo viola diretamente o inciso III, do art. 115, da Constituição do Estado de São Paulo – Inconstitucionalidade formal - O inciso XIV, do art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, por seu turno, ao subordinar a atuação do Poder Executivo, afronta o princípio da separação de poderes (art. 5º da Constituição Bandeirante). Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01799208020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 02/04/2014 –Votação Unânime – Voto nº 16879)

ADI. CE e LCM 07/2012 – FARTURA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Plano Diretor do Município de Fartura que impõe limites para a ocupação de cargos em comissão, bem como para o uso de máquinas municipais. Afronta ao princípio da separação dos poderes. Invasão de competência exclusiva do Executivo. Violação aos artigos 5º, 47 II e XIV, 144 e 181 da Constituição Estadual. Violação também ao conteúdo do próprio Plano Diretor estabelecido por lei. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos XXV e XXX do artigo 8º da Lei Complementar 07/2012 - Plano Diretor do Município de Fartura." (ADI 01896441120138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ruy Coppola – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26691)

ADI. LM 1.541/2009 e Decreto 57/2013 – IBIRAREMA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal que autoriza o prefeito, através de ato administrativo, a conceder gratificação a alguns servidores - Violação ao princípio da reserva legal, da separação de poderes, da impessoalidade e da moralidade, previstos nos dos arts. 24, §2°, 1, 111 e 144 da CE – Julga-se procedente o pedido." (ADI 20102983220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21598)

ADI. LM 1.900/2007 – ITAPEVI. "Ação direta de inconstitucionalidade - Criação de inúmeros cargos por provimento em comissão – Inexistência de funções de chefia, direção e assessoramento que exijam relação de confiança - Atos incompatíveis com a Constituição Estadual e Federal - Julga-se procedente a ação." (ADI 01789030920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21563)

ADI. LOM – CUNHA – "Ação direta de inconstitucionalidade por omissão - Ausência de previsão, na Lei Orgânica do Município, de afastamento do servidor público municipal para desempenho de mandato classista em sindicato - Art. 125, §1°, da Constituição Estadual – Julga-se procedente o pedido, com prazo de 180 dias para que a omissão seja sanada." (ADI 01875396120138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Vilenilson – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21582)

ADI. LM 5.483/2013 – SUMARÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei - Município de Sumaré Lei Municipal nº 5.483, de 10 de maio de 2013, de iniciativa Parlamentar que isenta do pagamento do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU os contribuintes aposentados, pensionistas e beneficiários da lei federal nº 8.742/93, cuja renda mensal seja igual ou inferior a 5 (cinco) salário mínimos, proprietários de um único imóvel residencial ou misto, utilizado para sua moradia – Possibilidade - Competência é concorrente em se tratando de matéria tributária, artigos 61 da Constituição Federal e 24 da Constituição Bandeirante - Precedentes do STF Ação improcedente." (ADI 01753236820138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29394)

ADI. LM 195/2013 e LM 601/2013 – SÃO JOÃO DO IRACEMA. "Ação direta de inconstitucionalidade Município de São João do Iracema - Art. 177 §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 195/99 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 601/13 que disciplinou, no âmbito da Administração Municipal, a licença do servidor público eleito para desempenho de mandato classista - Violação ao princípio da liberdade sindical e à garantia de manutenção da remuneração do servidor afastado para ocupar cargo em sindicato classista - Infringência aos arts. 125, §1º, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Inconstitucionalidade decretada." (ADI 01931846720138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 02/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29811)

ADI. LM 2.473/2013 – BOCAINA. "Ação direta de inconstitucionalidade – Legislação do Município de Bocaina que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do quadro de servidores públicos municipais e da nova estrutura da prefeitura municipal – Funções descritas que não exigem nível superior para seus ocupantes – Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 01765352720138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 30530)

ADI. LM 11.423/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.423, de 19 de dezembro de 2013, de São José do Rio Preto, que dispõe sobre autorização do Executivo para Construção de Espaço Ecumênico no município. Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20071371420148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23503)

ADI. LOM – ARTIGO 83, PARÁGRAFO ÚNICO - EMENDA 21/2013 - SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Direito constitucional – Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda de iniciativa parlamentar que alterou a data-base da revisão geral dos servidores públicos municipais - Hipótese que implica em aumento de remuneração - Impossibilidade - Vício formal - Invasão de competência do Executivo - Ofensa ao princípio da harmonia e independência entre os Poderes. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20715861520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 02/04/2013 - Votação Unânime – Voto nº 26195)

ADI. LOM e Emendas 25/2003, 30/2005 e 43/2013 – COSMÓPOLIS. "Ação direta de inconstitucionalidade – Art. 243, da Lei Orgânica do Município de Cosmópolis e Emendas nº 25/2003, 30/2005 e 43/2013 – Instituição de reembolso mensal de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% das mensalidades aos servidores públicos municipais efetivos e comissionados, que cursem escolas de nível superior, localizadas fora do Município – Inadmissibilidade – Tema relativo a regime jurídico de servidores públicos – Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo – Vedação – Norma, ademais, que não atende ao interesse público e às exigências do serviço - Arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, 4, 47, II, XIV, 128 e 144, todos da Constituição Paulista – Precedentes - Ação julgada procedente. Deve ser julgada procedente ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que abriga matéria de competência privativa do Executivo, pelo vício de iniciativa e por afrontar o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, bem como por abrigar vantagem que não atende ao interesse público e às exigências do serviço." (ADI 02051676320138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00229)

ADI. LM 7.551/2013 – MARÍLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal de iniciativa parlamentar sobre normas gerais de licitação. Exigências 'trabalhistas' apontadas decorrem de lei - Lei Federal nº 6.514, de 22.12.77 e Portaria nº 3214, de 08.06.78 do Ministério do Trabalho, sobre Segurança e Saúde do Trabalho. Razoável impor sua observância às empresas participantes de processos licitatórios locais. Matéria tratada nos arts. 1º, caput, 2º, 3º e 4º, do diploma ora impugnado, se insere no âmbito da competência suplementar conferida ao Município, permitindo-se a este legislar em complementação às normas gerais e amoldá-las à realidade local. Inexistente, quanto a tais dispositivos, o vício de iniciativa. Impõe-se, todavia, reconhecer a inconstitucionalidade do parágrafo único, do art. 1º, da lei em questão. Inequívoca interferência na administração pública ao ampliar obrigações aos órgãos municipais, gerando, consequentemente, ônus ao erário, sem a necessária indicação da fonte de custeio. Precedentes deste C. Órgão Especial. Procedente, em parte, a ação." (ADI 01961189520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos - 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30323)

ADI. LM 666/2013 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 666, de 02 de setembro de 2013, que dispõe sobre sepultamento de animais domésticos em cemitérios públicos e particulares. Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas sobre planejamento e gestão administrativa, dispondo sobre uso de bem público (cemitério), ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa exclusiva do

Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos, uma vez que a Administração Pública, para viabilizar o cumprimento da norma impugnada, precisaria adaptar as instalações dos cemitérios e confeccionar urnas para acomodar adequadamente os animais domésticos. Extensão da norma a cemitérios particulares. Inconstitucionalidade manifesta também sob esse aspecto, pois, as atividades funerárias, assim como o sepultamento, ainda que possam ser objeto de concessão a terceiros, constituem modalidades de serviço público, permanecendo vinculados, portanto, à fiscalização da administração e à disciplina do Chefe do Poder Executivo, a quem compete dispor sobre a forma de utilização de espaços reservados a sepultamento. Ação julgada procedente." (ADI 20567260920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23501)

ADI. LM 970/2013 – FRANCO DA ROCHA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 970, de 25 de setembro de 2013, de Franco da Rocha, de iniciativa parlamentar, que instituiu curso pré-vestibular gratuito no município. Propositura que versa sobre interesse local, o que autoriza a dispensa da citação do Procurador Geral do Estado. Inconstitucionalidade reconhecida, já que cabe privativamente ao chefe do Executivo a iniciativa de projeto de lei que verse sobre a estrutura da administração municipal. Hipótese em que, ademais, a lei criou despesa sem indicação de fonte de receita. Ação procedente." (ADI 20046004520148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro - 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23861)

ADI. LM 10.446/2013 – SOROCABA. "I. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal de origem parlamentar que instituiu programa de educação e conscientização no trânsito, denominado "faixa viva" no município de Sorocaba. II. Inconstitucionalidade parcial, apenas no tocante ao artigo 3º da referida norma, que efetivamente criava para pedestres e condutores deveres inexistentes em legislação e regulamentações federais, em ofensa à competência privativa da União para legislar sobre matéria de trânsito. Precedentes deste Órgão Especial e do Supremo Tribunal Federal. III. Não ocorrência, todavia, de ofensa à regra da separação dos poderes. Norma de caráter geral e abstrato que apenas estabeleceu objetivos e diretrizes para o referido programa, deixando a cargo do poder executivo sua regulamentação e concretização. IV. Inexistência, ademais, de vício de iniciativa, por tratar-se o rol de iniciativas legislativas reservadas ao chefe do poder executivo de matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. V. Ausência, por fim, de ofensa à regra contida no artigo 25 da Constituição do Estado. A genérica previsão orçamentária não implica a existência de vício de constitucionalidade, mas, apenas, a inexequibilidade da lei no exercício orçamentário em que aprovada. precedentes do Supremo Tribunal Federal. VI. Ação julgada parcialmente procedente, cassada a liminar deferida." (ADI 01194317720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 02/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31030)

ADI. LM 7.076/2012 – GUARULHOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 7.076, de 11 de dezembro de 2012, do Município de Guarulhos - Estabelecimento de normas para destinação ambientalmente adequada de garrafas e embalagens plásticas. A regulação de matéria relacionada à preservação do meio ambiente compete supletivamente ao município que, ao fazê-lo, não invade competência da União ou do Estado. Por outro lado, nessa matéria não há reserva de iniciativa legislativa por parte do Poder Executivo, podendo, pois, o Poder Legislativo dispor a respeito, por iniciativa própria, criando normas impositivas a particulares, cuja fiscalização do cumprimento fica a cargo do Poder Executivo, no exercício regular de seu poder de polícia. Ação improcedente - Constitucionalidade reconhecida." (ADI 00264269820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 02/04/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30702)

ADI. LM 657/2008 – ILHABELA. "Direta de Inconstitucionalidade - Inicial não subscrita pelo Prefeito e procuração outorgada pelo Município - Oportunidade para regularização não aproveitada - Apresentação de novo instrumento de mandato que, embora outorgado pelo Prefeito, não confere poderes específicos para o ajuizamento da ação direta - Ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo - Precedentes -

Extinção sem julgamento do mérito." (ADI 20022490220148260000 – Ilhabela - Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28068)

ADI. LM 11.422/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Lei de iniciativa parlamentar - Criação do programa social de incentivo à criação de empresas familiares com finalidade social - Vício - Existência - Separação de poderes - Violação - Inconstitucionalidade verificada - É inconstitucional a Lei Municipal que institui o programa social de incentivo à criação de empresas familiares com finalidade social, pois compete privativamente ao Prefeito deflagrar lei que atribua novas tarefas aos órgãos do Poder Executivo, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes - Ademais, a referida Lei Municipal cria despesa sem indicação de fonte de receita - Violação dos artigos 5º, 24, § 2º, número "4", 25, 47, incisos II e XIV, e 144, da Constituição Estadual. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20072298920148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26338)

ADI. LM 2.773/2005 – ARTHUR NOGUEIRA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 2.773, de 5 de julho de 2005, do Município de Arthur Nogueira. Diploma que permite a venda em farmácias e drogarias de artigos de conveniência e produtos não medicamentosos. Matéria de competência exclusiva da União, Estados e Distrito Federal, não compreendida no chamado interesse local. Vício reconhecido por invasão de competência. Artigos 24, XII, da Constituição Federal, e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 20078681020148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23534)

ADI. LM 1.301/1975 – LARANJAL PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal anterior à ordem constitucional vigente. Impossibilidade de reconhecimento de inconstitucionalidade superveniente. Pedido juridicamente impossível. Extinção da ação sem julgamento de mérito." (ADI 20277245720148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31058)

ADI. LM 11.383/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.383/2013, do Município de São José do Rio Preto. Matéria afeita ao zoneamento, uso e ocupação do solo. Competência do Poder Executivo. Alteração qualitativa de norma anterior vigente. Vício de iniciativa. Ocorrência. Reconhecimento de infringência a artigos não indicados na inicial. Possibilidade. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI. 20060632220148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 21671)

ADI. LCM 680/2013 – CATANDUVA. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar Municipal nº 680, de 04 de novembro de 2013, impõe às pessoas jurídicas prestadoras de serviços a obrigação de apresentar periodicamente cópias das guias de recolhimento dos depósitos de FGTS e da previdência, bem como determina ao secretário municipal de administração, que publique mensalmente a relação das empresas que cumpriram a obrigação prevista no caput, do art. 1º desta lei complementar. II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Matéria que trata sobre a Administração Pública deve ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47, II, XIV, XIX, "a" e 144 da Constituição Paulista e 61, § 1º, II, 'b', da Constituição Federal. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente". (ADI 20002069220148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 38932)

ADI. LM 4.534/2013 – LENÇOIS PAULISTA. "Ação direta objetivando a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Municipal n. 4.534, de 05 de novembro de 2013, que dispõe 'sobre a informação antecipada aos moradores e comerciantes da realização de obras e manutenção na rede de água', que venham interditar ruas e avenidas a comprometer a infraestrutura urbana, como o corte de água para manutenção da rede, inclusive de esgotos. Vício formal de

inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a organização administrativa é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º, 25 e 47, incisos II e XIV, da Constituição Paulista, bem como ao artigo 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Magna Carta, aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Constituição Bandeirante. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente". (ADI 20687749720138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 39277)

ADI. LC 665/2013 – ATIBAIA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 665, de 30 de agosto de 2013 do Município de Atibaia, que obriga a criação de espaço para prática de esporte em loteamento para população de baixa renda e convênio com escolas públicas, órgão públicos e outros interessados. Lei de ordenamento do uso e ocupação do solo. Ausência de estudos e de planejamentos técnicos e de participação comunitária. Imprescindibilidade. Incompatibilidade vertical da norma Municipal com a Constituição Paulista. Ocorrência. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Ofensa ao artigo 180, II da Constituição Bandeirante. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 02038052620138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 38812)

ADI. LCM 238/2011 – TAUBATÉ. "Direta de inconstitucionalidade município de Taubaté - Lei complementar municipal nº 238/2011 (que instituiu o plano diretor de Taubaté) e lei complementar municipal nº 317/2013 (que disciplina a formação e funcionamento do conselho municipal de desenvolvimento urbano) - Ação proposta pelo sindicato de trabalhadores nas indústrias químicas, plásticas e farmacêuticas de São José dos Campos e região - Alegada violação ao art. 180, II, da Constituição Estadual - Pertinência temática inocorrente na espécie interesse de natureza individual, subjetiva – Legitimidade que se confere apenas a associação que, em essência, venha representar o interesse comum de determinada categoria - Precedentes do STF e do órgão especial do TJSP extinção do processo sem resolução do mérito." (ADI 01994819020138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Elliot Akel - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 34018)

ADI. LM 782/2013 – POTIM. ''Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 782 de 04 de março de 2013 do Município de Potim que estima a receita e fixa a despesa para o ano de 2013. Encerrado o exercício. Perda de objeto da ação. Extinta a demanda, sem julgamento do mérito." (ADI 01985785520138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 38699)

ADI. LCM 395/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO." Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Complementar nº 395/2013, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, a qual dá nova redação ao inciso IV da Lei Complementar 331/10, passando o parágrafo único para parágrafo primeiro e acrescentando o parágrafo segundo – Inadmissibilidade – Tema relativo a regime jurídico de servidores públicos – Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo – Vedação – Arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, 4, 47, II, XIV e 144, todos da Constituição Paulista – Precedentes - Ação julgada procedente. Deve ser julgada procedente ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que abriga matéria de competência privativa do Executivo, pelo vício de iniciativa e por afrontar o princípio da separação e harmonia entre os Poderes." (ADI 01973842020138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 00226)

ADI. LM 946/2011 – BERTIOGA. "Ação direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 946, de 28 de janeiro de 2011, do Município de Bertioga, oriunda de projeto de iniciativa parlamentar, que "institui o Estatuto do Pedestre e dá outras providências". Diploma que, apesar do rótulo, não veio a instituir regramento genérico sobre o tema e ainda sujeito à regulamentação, tendo, sim, fixado ele mesmo disciplina particularizada para uma imensa gama de bens e atividades públicos e privados. Inconstitucionalidade reconhecida por ter a aludida lei invadido a

competência reservada ao Executivo e instituído despesas sem indicação da fonte de custeio. Artigos 24 § 2, 25 e 47 incisos II, XIV e XIX da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 01966766720138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23834)

ADI. LCM 48/2013 – CARAGUATATUBA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 36, § 9º, da Lei Complementar nº 48, de 10 de setembro de 2013, da Estância Balneária de Caraguatatuba, decorrente de emenda aditiva parlamentar, dispondo que "os honorários advocatícios dos débitos ajuizados serão parcelados em até 10 prestações mensais e consecutivas de igual valor". Vício de iniciativa. Reconhecimento. Dispositivo impugnado que envolve disciplina sobre remuneração de servidores públicos, tratando de matéria que é reservada à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo (art. 24, § 2º, itens "1" e "4", da Constituição Estadual). Impossibilidade de interferência da Câmara Municipal nessa matéria, nem mesmo por meio de emenda aditiva, uma vez que esse poder de apresentar emendas, embora decorra do legítimo exercício da atividade legiferante, própria do Poder Legislativo, encontra óbice em algumas limitações constitucionais, dentre as quais aquela referente à pertinência temática. Requisito cujo preenchimento não ficou evidenciado no presente caso. Projeto de lei original que dispõe sobre incentivos fiscais, cuidando, portanto, de matéria tributária, enquanto o dispositivo impugnado versa sobre remuneração de servidores públicos. Falta de pertinência temática. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 01962168020138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23165)

ADI. LM 11.282/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ementa: "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta contra a Lei Municipal n. 11.282 de 14 de dezembro de 2012, do Município de São José do Rio Preto. Norma relativa ao desenvolvimento urbano. Lei de ordenamento do uso e ocupação do solo. Ausência de estudos e de planejamentos técnicos. Imprescindibilidade. Incompatibilidade vertical da norma rio-pretense com a Constituição Paulista. Ocorrência. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Ofensa ao artigo 180, II e 191 da Constituição Bandeirante. II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Matéria atinente a gestão da cidade. Se a competência que disciplina a gestão administrativo-patrimonial é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 01893193620138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 38546)

ADI. LM 5.485/2013 – SUMARÉ. "Direta de inconstitucionalidade - Lei municipal nº 5.485, de 10 de maio de 2013, do município de Sumaré - Suspensão da expedição de diretrizes e aprovação de loteamentos urbanos particulares até a conclusão da elaboração e aprovação da revisão do plano diretor vício de iniciativa - Questão apreciada no julgamento da ADI 0175320.16.2013.8.26.0000, quando reconhecida a inconstitucionalidade da mesma lei perda do objeto da ação – Extinção do processo sem resolução do mérito." (ADI 01820651220138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Elliot Akel - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 33819)

ADI. LM 13.756/2004 – SÃO PAULO. "1 - Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 13.756, de 16 de janeiro de 2004, de São Paulo, que dispõe sobre a "instalação e o funcionamento, no município de São Paulo, de postes, torres, antenas, contêineres e demais equipamentos que compõem as Estações Rádio-Base, destinadas à operação de serviços de telecomunicações". 2 - Preliminares. 2.1. Ilegitimidade de parte. Rejeição. O STF já decidiu (no caso específico da TELCOMP) que essa entidade de classe "possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade objetivando a defesa das pessoas jurídicas que a integram" (ADI nº 4.739 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 07/02/2013). E uma vez que a matéria em discussão nestes autos, tal como naquele processo, guarda pertinência temática com as finalidades da entidade, fica reconhecida a legitimidade dessa interessada para

deflagrar o controle normativo abstrato, com consequente afastamento da preliminar. 2.2. Impossibilidade jurídica do pedido. Rejeição. Embora a petição inicial, em alguns tópicos, sustente a inconstitucionalidade da lei municipal em face da Constituição Federal (art. 22, inciso IV), a matéria pode ser conhecida no âmbito da Justiça Estadual com apoio nos artigos 1º e 144 da Constituição Paulista. Precedentes deste C. Órgão Especial. 3. Mérito. 3.1. Alegação de ofensa ao princípio do pacto federativo. Procedência parcial. Reconhecimento de vício de inconstitucionalidade em relação aos dispositivos que cuidam do tema referente ao funcionamento das Estações Rádio-Base (por ofensa à norma do art. 22, inciso IV, da Constituição Federal e art. 144 da Constituição Estadual), porque essa matéria, de competência exclusiva da União, já está disciplinada pelas Leis Federais nº 9.472/1997 e nº 11.934/2009 e por Resoluções da ANATEL, inclusive com previsão de aplicação de multa em caso de violação das normas, não sobrando espaço, portanto, para legislação suplementar (art. 30, inciso I) ou para disciplina de assunto predominantemente local nessa área (art. 30, inciso II, CF). Como ficou decidido na ADIN nº 3.080-9/SC (Rel. Min. Ellen Gracie, j. 02/08/2004), é pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade de normas estaduais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União: ADINs nº 2.815, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (propaganda comercial), nº 2.796-MS, Rel. Min. Gilmar Mendes (trânsito), nº 1.918, Rel. Min. Maurício Corrêa (propriedade e intervenção no domínio econômico), nº 1.704, Rel. Min. Carlos Velloso (trânsito), nº 953, Rel. Min. Ellen Gracie (relações de trabalho), nº 2.336, Rel. Min. Nelson Jobim (direito processual), nº 2.064, Rel. Min. Maurício Corrêa (trânsito) e nº 329, Rel. Min. Ellen Gracie (atividades nucleares). Em caso similar, envolvendo discussão sobre fiscalização de atividade nuclear, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade de lei do Estado de São Paulo que disciplinava a matéria proclamando que a despeito da justa preocupação do legislador estadual na proteção da população e do meio ambiente, "é inconstitucional norma estadual que dispõe sobre atividades relacionadas ao setor nuclear no âmbito regional, por violação da competência da União para legislar sobre atividades nucleares, na qual se inclui a competência para fiscalizar a execução dessas atividades e legislar sobre a referida fiscalização" (ADIN nº 1.575/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 07/04/2010). 3.2 - Reconhecimento de inconstitucionalidade, também, do art. 28, porque esse dispositivo, ao dispor que o não cumprimento do disposto no art. 5º caracteriza crime ambiental, usurpou a competência da União para legislar sobre direito penal, ofendendo o art. 22, inciso I, da Constituição Federal e o art. 144 da Constituição Paulista. 3.3. Deve ser reconhecida, entretanto, a constitucionalidade dos artigos 25 e 26, porque embora estejam enquadrados no Capítulo VII, referente ao funcionamento das Estações Rádio-Base, esses dispositivos não interferem em matéria de telecomunicações, constituindo, na verdade, regra de proteção à saúde da população e ao meio ambiente, sem conflito com normas de legislação federal. 3.4 - Os demais artigos da lei impugnada regulam matéria de competência municipal com propósito de promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal), daí o reconhecimento de constitucionalidade desses dispositivos, referentes às restrições da instalação (Capítulo II), instalações em áreas públicas (Capítulo III), às regras de edificação, uso e ocupação do solo (Capítulo IV), aos procedimentos de instalação (Capítulo V) e à fiscalização da instalação (Capítulo VI). O Supremo Tribunal Federal já decidiu nesse sentido, proclamando que "o texto constitucional não impede a edição de legislação estadual ou municipal - que sem ter como objeto principal a prestação dos serviços de telecomunicações - acabe por produzir algum impacto na atividade desempenhada pelas concessionárias de serviço público federal. As leis estaduais concernentes ao ICMS, a incidir sobre a atividade de telecomunicações, e a legislação municipal atinente ao uso do solo, de crucial importância na colocação de antenas e formação de redes, chegam a afetar a execução dos serviços, mas não revelam inconstitucionalidade formal" (ADI 4739 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 07/02/2013). 4. Também não há falar-se em inconstitucionalidade do art. 18 da lei impugnada, mesmo com a alteração introduzida pela Lei nº 15.147/2010, que elevou o valor da multa (em caso de violação da norma) de R$ 6.000,00 para R$ 100.000,00, uma vez que na fixação da penalidade, visando impedir situações de irregularidade, o legislador pode adotar como parâmetro para garantir efetividade àquele objetivo específico a capacidade econômica do autuado, lembrando-se, apenas a título de exemplo, que na esfera federal, em caso de

empresas de telecomunicações, essa multa pode alcançar o valor de R$ 50.000.000,00 (art. 179 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997). Ainda a título de exemplo, anota-se que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "a multa possui o objetivo de compelir o devedor a fazer ou deixar de fazer algo, motivo pelo qual pode ser aumentada caso seu valor não seja suficiente para obrigar o devedor a cumprir a decisão" (REsp 1.185.260). 5. Reconhecimento de inconstitucionalidade apenas dos artigos 22, 23, 24, 27 e 28 da Lei n.º 13.756, de 16 de janeiro de 2004, bem como da expressão "e o funcionamento" contida no art. 1º. Ação julgada procedente em parte." (ADI 01289239320138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23162)

ADI. LM 4.157/2013 – ATIBAIA. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 4.157/13, de 30 de agosto de 2013, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o 'Passe Atleta", para que alunos inscritos nas escolinhas municipais de esporte e nas equipes esportivas de rendimento, que representa Atibaia em eventos esportivos, visando proporcionar aos atletas a possibilidade de locomoção dentro do Município. Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo imporia em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 5°, 47, incisos II, XIV e XIX, 'a', e 144 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 01930971420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28659)

ADI. LCM 267/2013 – MOGI MIRIM. "Direta de inconstitucionalidade. Anexo I da Lei Complementar nº 267, de 27 de março de 2013, do Município de Mogi Mirim. Criação de empregos de provimento em comissão que não retraram atribuições de assessoramento, chefia e direção, senão funções técnica, burocráticas, operacionais e profissionais a serem preenchidas por servidores investidos em emprego de provimento eletivo. Alegada a violação de dispositivos da Constituição Estadual (art. 115, I, II e V, e art. 144). Edição de lei superveniente que dispôs integralmente acerca das matérias objeto de impugnação nesta ação (Lei Complementar nº 279, 27 de dezembro de 2013). Perda de objeto. Extinção do feito sem resolução do mérito (art. 267, inciso VI, c.c. art. 462, ambos do Código de Processo Civil)." (ADI 01863842320138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27917)

ADI. RI e LOM – SÃO ROQUE. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigos 334, 335, 336, 337 e 338 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque e 47, 48, 49 e 50 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de São Roque. Dispositivos que disciplinam infrações político-administrativas e o respectivo processo de extinção e de cassação do mandato de Vereador. Competência legislativa da União. Violação ao princípio do pacto federativo. Ofensa aos artigos 5º, "caput", e 144 da Constituição Estadual. Súmula nº 722 do STF. Inconstitucionalidade reconhecida. Precedentes deste Colendo Órgão Especial. Procedência da ação." (ADI 01551849520138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28460)

ADI. LM 1.846/2014 e Res. 01/2014 – BERNARDINO DE CAMPOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Criação de cargos e empregos de provimento em comissão, através de Lei Municipal e Resolução da Câmara Municipal de Bernardino de Campos, que não retratariam atribuições de assessoramento, chefia e direção, mas funções técnicas, burocráticas e operacionais, a serem preenchidas por servidores públicos investidos em cargos de provimento efetivo - Dispositivos impugnados que foram revogados no decorrer da lide - Efetiva perda do objeto - Precedentes - Extinção sem resolução do mérito." (ADI. 20078517120148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27128)

ADI. LM 10.598/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.598/2013 do Município de Sorocaba. Obrigatoriedade de divulgação dos processos de solicitação de

corte de árvores e respectivos laudos no site da Prefeitura, ou em outro meio eletrônico disponível. Não configurada violação à iniciativa reservada ao chefe do executivo. Hipóteses taxativas. Direito à informação de interesse da coletividade. Estímulo ao exercício da cidadania e preservação do meio ambiente. Lei que prevê despesas não impactantes. Previsão de dotação orçamentária generalista, ademais, não se constitui em vício de constitucionalidade. Possibilidade de remanejamento ou complementação orçamentária, bem como postergação do planejamento dos novos gastos para o exercício orçamentário subsequente. Ação julgada improcedente." (ADI 20682015920138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 23/04/2014 – Maioria de Votos – Voto n° 31075)

ADI. LM 6.359/2013 – BAURU. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 6.359, de 7 de junho de 2013, do município de Bauru - Lei que dispõe sobre o zoneamento transformando ruas e quarteirões que especifica em corredores comerciais e de serviços - Ausência de participação comunitária no processo legislativo Inconstitucionalidade Violação dos arts. 180, II, e 191 da Constituição do Estado - Ação julgada procedente." (ADI 01680019420138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26536)

ADI. LM 2.845/2014 – SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 2.845, de 26 de maio de 2004, do município de Santa Bárbara D'Oeste, que dispõe sobre a divulgação de custos de veiculação de publicidade da Administração - Vício de iniciativa inexistente - Medida que promove a transparência dos gastos públicos e que não se insere no âmbito de atos da Administração de iniciativa privativa do Chefe do Executivo - Iniciativa parlamentar que se harmoniza com a publicidade dos atos estatais e com os princípios constitucionais de moralidade e impessoalidade e transparência Ação julgada improcedente." (ADI 00247623220138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26514)

ADI. LM 4.966/2010 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 4.966, de 14 de abril de 2010, do Município de Catanduva que exige sejam afixados em estabelecimentos comerciais que especifica cartazes com orientação no sentido de não se jogar embalagens descartáveis às margens de estradas, rios e lagos, com recomendação de que se preserve o meio ambiente - Inexistência de violação de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo ou do princípio da separação dos poderes - Lei que não gera despesa para a Administração Pública Municipal - Inexistência de inconstitucionalidade - Ação julgada improcedente." (ADI 02694122020128260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25174)

ADI. LM 1.931/2009 – JAGUARIÚNA. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei - Lei nº 1.931/09 do município de Jaguariúna, que ratifica os termos do decreto nº 1.356, de 22/5/89, na parte que denomina de "Estrela FM" a Rádio Educativa do Município e dá outras providências, determinando a veiculação desse nome na programação, nos documentos oficiais, no acervo, no uniforme dos servidores e no "site" da emissora, com imposição de que ostentem o logotipo alusivo à Estrada da Mogiana - Iniciativa parlamentar indevida em atos privativos do Chefe do Executivo, em atos de gestão administrativa - Inconstitucionalidade reconhecida Lei que também acarreta despesas sem a indicação da correspondente fonte de custeio." (ADI 03385678120108260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26513)

ADI. LOM – PILAR DO SUL." Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal - § 9º do art. 115 da Lei Orgânica Municipal de Pilar do Sul - Dispositivo que assegura aos servidores municipais o direito à incorporação anual dos décimos das diferenças de vencimentos - Vício de iniciativa - Matéria reservada à iniciativa privativa do Chefe do Executivo Inconstitucionalidade reconhecida por ofensa ao art. 24, § 2º, I, da Constituição Estadual - Ação julgada procedente." (ADI 03157034920108260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24118)

ADI. LCM 61/2013 – ITAPETININGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Art. 2º, inciso II, alínea b, item 2, da Lei Complementar Municipal n. 61/2013, de Itapetininga. Dispositivo legal acrescentado por emenda aditiva, que incluiu novos beneficiários (funcionários públicos licenciados para tratamento de saúde) para o recebimento de abono salarial, não contemplados no projeto de lei originário, de autoria do chefe do Executivo. Pretendido reconhecimento de ofensa ao princípio da Separação dos Poderes. Ocorrência. Excesso ao poder de emenda. Inserção de matéria ao projeto de lei apresentado pelo Prefeito Municipal que acarreta em aumento de despesas, por estender benefício a uma gama de servidores não contemplados no projeto original. Norma, ademais, que não aponta a origem dos recursos orçamentários necessários para atender os gastos gerados. Violação, então, aos artigos 24, §§ 2º e 5º, 175, §1º, da Constituição Estadual. Precedentes do Eg. Supremo Tribunal Federal e deste C. Órgão Especial. Ação julgada procedente." (ADI 01664378020138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 30111)

ADI. LOM – SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Ação direta de inconstitucionalidade. Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 68 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a necessidade de o Prefeito e de o Vice-Prefeito solicitarem autorização da Câmara Municipal para poderem viajar por qualquer período – Inconstitucionalidade formal – A previsão do parágrafo único do art. 68 da Lei Orgânica Municipal afronta diretamente o princípio da separação de poderes, previsto no art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo, e também, por simetria, o próprio artigo 20, inciso IV, do mesmo Diploma Legal. Inconstitucionalidade reconhecida. Precedentes deste Colendo Órgão Especial e do Excelso Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 20715853020138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 16988)

ADI. LCM 1.596/2013 – SERRANA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Serrana/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 1.596, de 11 de março de 2013, que dispõe sobre o "horário de funcionamento das creches municipais" – Inconstitucionalidade formal – Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 02057591020138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 16979)

ADI. LM 1.865/2013 – TEODORO SAMPAIO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.865, de 20 de março de 2013 – Norma que autoriza o Executivo Municipal a colocação de obra de arte em cada prédio público e praças – Inconstitucionalidade formal – Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01949392920138260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken - 23/04/2014 - Votação Unânime – Voto nº 16951)

ADI. LCM 2.041/13 – CERQUEIRA CÉSAR. "Ação direta objetivando a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar Municipal n. 2.041, de 23 de dezembro de 2013. Ilegitimidade ativa 'ad causam'. O requerente - diretório municipal de partido político - não possui legitimidade para ajuizar a demanda, pois a legitimidade é conferida apenas ao diretório estadual. Precedentes deste Colendo Órgão Especial em consonância com entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Inicial indeferida e ADIN extinta sem resolução do mérito com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil c.c artigo 4º da Lei n. 9.868/99." (DM ADI 20702287820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 08/05/2014 – Voto nº 39.284)

ADI. Parágrafo 4º, do art. 56-F da RESOLUÇÃO 55/12 – PALMITAL. "Ação direta de inconstitucionalidade - § 4º, do art. 56-F, da Resolução nº 55, de 21 de novembro de 2012 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital), o qual estipula a votação da maioria absoluta dos membros da Câmara para a aprovação do requerimento de instalação de Comissões Especiais de Inquérito – Inadmissibilidade - Ofensa ao princípio da simetria e da separação dos poderes - Constituições Estadual e Federal que já preveem quórum de 1/3 para criação das Comissões - Criação de óbice à função fiscalizatória do Legislativo - Direito das minorias parlamentares que deve ser resguardado - Precedente - Ação julgada procedente." (ADI 20291180220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Ganzerla – 14/05/2014 – Votação Unânime - Voto nº 00238)

ADI. LM 11.141/12 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei do Município de São José do Rio Preto nº 11.141/2012, a qual altera a redação das 'condições excludentes' do Anexo III da Lei nº 4.477/88, referente à participação nos programas habitacionais dos imóveis loteados ou construídos pela Emcop – Inadmissibilidade – Tema relativo a atos de gestão e organização – Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo – Vedação – Arts. 37, X, e 169, § 1º, I e II, da CF/88 e arts. 5º, § 2º, 47, II, XIV, 25 e 144, todos da Constituição Paulista – Ação julgada procedente. Deve ser julgada procedente ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que abriga matéria de competência privativa do Executivo, pelo vício de iniciativa e por afrontar o princípio da separação e harmonia entre os Poderes." (ADI 20067430720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Ganzerla – 14/05/2014 – Votação Unânime - Voto nº 00235)

ADI. LM 11.425/13 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.425/13 de iniciativa da Câmara Legislativa, que estabelece a obrigatoriedade de colocação de lixeiras em frente a estabelecimentos comerciais. Vício de iniciativa. Inocorrência. Lei que regulamenta norma anterior, de procedimento legislativo similar. Reconhecimento de infringência a artigos não indicados na inicial. Possibilidade. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 20060892020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.792)

ADI. LCM 666/13 – ATIBAIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar nº 666, de 3 de setembro de 2013, do Município de Atibaia, que dispõe sobre a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários - Ausência dos alegados vícios no processo legislativo, tendo sido o projeto de lei regularmente discutido e votado pela totalidade dos Vereadores integrantes do Legislativo municipal, sem que qualquer nulidade procedimental fosse arguida - Majoração dos valores venais dos imóveis locais que não implica na igual repercussão na carga tributária imposta aos contribuintes municipais, haja vista a criação de mecanismo de bloqueio que estabeleceu um limite máximo de reajuste do tributo - Exame da razoabilidade do aumento previsto na legislação municipal atacada que, de qualquer modo, demandaria a análise de matéria de fato, incabível em sede de controle abstrato de constitucionalidade - Desconsideração do percentual fixado naquele ato normativo que implicaria, ainda, na indevida substituição da discricionariedade do Poder Legislativo, em sua atuação natural, por uma imprópria atuação do Judiciário - Precedentes desta Corte - Ausência, portanto, de vícios de inconstitucionalidade formal ou material no ato normativo objurgado - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20010175220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.000)

ADI. LM 4.334/13 – BARIRI. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emendas Legislativas alterando o Projeto de Lei do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Projetos de iniciativa privativa do Poder Executivo. Possível a elaboração de emendas pelo Poder Legislativo. Alocação de recursos para suprir despesas com o transporte de alunos do ensino superior com a anulação de recursos destinados às despesas com pessoal e seus encargos e reserva de contingência. Inadmissibilidade. Art. 175, § 1º, '2', 'a' e 'b' da Constituição Estadual que veda expressamente a anulação de receita destinada a despesas com pessoal e serviço

da dívida. Inconstitucionalidade presente. Ação procedente." (ADI 20587492520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.363)

ADI. LM 8.058/13 – JUNDIAÍ. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 8.058, de 03 de setembro de 2013, do Município de Jundiaí, que prevê a publicação, no respectivo portal da transparência, de dados relativos às unidades escolares municipais. II - Diploma que não padece de vício de iniciativa. Matéria não reservada ao Chefe do Poder Executivo. Exegese do art. 24, §2º, da Constituição Estadual, aplicável aos Municípios por força do disposto no art. 144 da mesma Carta. Admissível a iniciativa legislativa em matéria de transparência administrativa, consistente na obrigação de publicidade de dados de serviços públicos. A norma local versou sobre tema de interesse geral da população. III - A lei não cria novos encargos geradores de despesas imprevistas, já que a publicidade oficial e a propaganda governamental são existentes. A divulgação oficial de informações é dever primitivo na Constituição de 1988. IV - Ação improcedente, cassada a liminar". (ADI 20172303620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39016)

ADI. LM 3.647/13 – POÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 3.647, de 12 de setembro de 2013, do Município da Estância Hidromineral de Poá, que cria rua de lazer em trecho de via daquela localidade e anuncia os dias e períodos em que ele deve ser fechado. Vício de iniciativa reconhecido. Quebra do princípio da independência dos poderes. Aumento de despesa sem correspondente fonte de custeio. Violação dos artigos 5º, 25, 47, incisos II e XIV e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 20052699820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23533)

ADI. LM 1.571/08 – RESTINGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 1571/08, de Restinga, instituindo incentivo de 30% sobre o salário básico dos servidores municipais da Prefeitura, nos últimos cinco anos de contribuição, para alcançar o benefício junto ao INSS. Afronta ao princípio da separação dos poderes. Invasão de competência exclusiva do Executivo. Violação aos artigos 5º, 24 § 2º, 1 e 4 , 47 II e XIV e 144 da Constituição Estadual. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1571/08 do Município de Restinga." (ADI 00989899020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ruy Coppola – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27480)

ADI. LM 1.851/12 – IACRI. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 1.851, de 28 de junho de 2012, do Município de Iacri, que dispôs acerca da fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais - Remuneração que foi estabelecida por lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada antes do período eleitoral, mostrando-se o valor definido razoável e adequado ao porte do ente público local, equivalendo ao importe nominal do subsídio fixado para o exercício de 2008 - Princípio da irredutibilidade de vencimentos que não tem aplicação na espécie, por se tratar de agentes políticos que não mantêm relação profissional com o Município - Inocorrência, outrossim, da alegada vinculação de espécies remuneratórias, prevendo-se tão somente um eventual reajuste do valor do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na mesma data da revisão geral dos vencimentos dos servidores locais, sem qualquer referência à adoção do mesmo índice ou equivalente - Revisão anual da remuneração que poderia mesmo ser realizada por meio de lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, na forma do que estabelecem os arts. 29, inciso V, e 37, inciso X, da Constituição Federal - Regra da legislatura que não tem aplicação em relação aos Prefeitos, Vice- Prefeitos e Secretários Municipais, haja vista que prevista apenas no inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, que diz respeito exclusivamente aos Vereadores - Previsão, ademais, que não implica em sucessiva majoração ou reajuste automático, mas mera autorização à Câmara Municipal para tal providência, que poderá ou não ser levada a efeito, segundo a presença da conveniência e oportunidade em cada exercício - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 02040131020138260000 –

São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18908)

ADI. LCM 81/12 – UBARANA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 81/2012 do Município de Ubarana, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos públicos. Alegação de criação de cargos com inobservância aos limites legais de despesas de pessoal. Alegação de violação ao artigo 169, da CE. Ofensa indireta à Constituição e exame de matéria fática que não autorizam controle abstrato de inconstitucionalidade. Ademais, ausência de elementos que comprovem que o ato normativo importará no aumento de despesas. Matéria que depende de verificação de questões de fato e de prova. Reconhecimento, todavia, de infringência a dispositivos não indicados na inicial. Possibilidade. Hipótese de transformação de cargos em comissão em provimento efetivo, com determinação de extinção dos referidos cargos somente na vacância deles. Afronta aos artigos 111, 115, I, II e V, da Constituição Estadual. Precedentes. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 02023060720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21522)

ADI. LCM 111/06 – SANTA FÉ DO SUL. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar nº 111, de 25 de julho de 2006, do Município de Santa Fé do Sul, que alterou a redação anterior do Plano Diretor, impondo novas condições para aprovação de projetos de parcelamento do solo - Legislação que regulou matéria atinente ao direito urbanístico, acerca da qual compete apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, na forma estabelecida no artigo 24, inciso I, da Carta Magna - Eventual suplementação da norma federal pelo Município, com esteio no art. 30, incisos I e II, da CF, que deveria ficar restrita às questões de manifesto interesse local, sem estender-se em regras gerais, afetas apenas à competência legislativa da União - Tema, ademais, que já havia sido inteiramente regulado na Lei Federal nº 6.766/79, impedindo a edição de ato normativo em sentido contrário pelo ente público local - Invasão de competência legislativa de outros entes federados pelo Município que restou, portanto, evidenciada - Ato normativo questionado que, ainda, impôs a doação de percentual do loteamento ao Município, como condição à aprovação do projeto, exigência não contida no art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 6.766/79, criando espécie anômala de desapropriação, não prevista no ordenamento jurídico pátrio, em desconsideração ao direito de propriedade - Inexistência, também, de pertinência entre a exigência legal contestada e o interesse público envolvido (ordenação do espaço urbano), pois a obrigação de "doação" de percentual da área dos loteamentos ao Município não importa em benefícios aos moradores locais, o que evidencia, igualmente, violação aos princípios que devem reger a atuação da Administração, insculpidos no art. 111 da Carta Estadual, especialmente os da legalidade, razoabilidade, finalidade e interesse público - Áreas recebidas pelo Município em razão da legislação ora questionada que foram objeto de dezenas de alienações públicas, desde a vigência do ato normativo, no ano de 2006, em negócios que atingiram valor substancial e envolveram terceiros de boa-fé, não se mostrando razoável e nem recomendando a desconstituição dessas transações - Presença, destarte, de razões de segurança jurídica na espécie que recomenda a modulação dos efeitos da presente declaração de inconstitucionalidade, a partir da concessão da medida liminar nestes autos, por aplicação da regra contida no art. 27 da Lei Federal nº 9868/99 - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente, com modulação dos efeitos." (ADI 01286042820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 18866)

ADI. Art. 18 da LM 2.784/01; LCM 38/08 e Anexo I do art. 14 da LCM 74/11 – BURITAMA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Leis municipais. Criação de cargos por provimento em comissão. Cargos de natureza técnica. Inadmissibilidade. Normas que, ademais, deixaram de estabelecer as atribuições e responsabilidades do cargo, bem como requisitos para nomeação, inviabilizando a análise de sua criação em conformidade com os permissivos constitucionais. Ofensa aos artigos 115, incisos II e V, bem como 144 da Constituição do Estado, c.c. artigo 37, incisos II e V da Constituição Federal. Inconstitucionalidade configurada. Ação julgada procedente. Garantia da segurança jurídica e excepcional interesse social justificam a modulação dos efeitos da presente decisão para 180 dias a partir da publicação do acórdão."

(ADI 01216454120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31099)

ADI. LM 1.360/13 – IACANGA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei do Município de Iacanga nº 1.360/2013, a qual dispõe sobre a proibição da prática de nepotismo no âmbito do Poder Legislativo e Poder Executivo do Município de Iacanga e dá outras providências - Alegado vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação dos poderes - Não ocorrência - Matéria de competência concorrente - Inaplicabilidade dos dispositivos aos Secretários Municipais - Cargos políticos - Estagiários admitidos por processo seletivo, a afastar eventual ato nepótico - Ofensa ao princípio da razoabilidade - Interpretação conforme a Constituição aos dispositivos que versam sobre servidores efetivos – Inteligência do art. 111, da Constituição Estadual - Arts. 5º e 6º da Lei que tratam de matéria inserta no rol de competências do legislador federal - Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 01107173120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Ganzerla – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00239)

ADI. LCM 346/13 – SERRANA. "Direta de inconstitucionalidade – Município de Serrana - Lei Complementar nº 346/2013 - Norma que cria o abono por assiduidade aos servidores públicos municipais, conforme especifica - Iniciativa parlamentar - Usurpação da competência exclusiva do chefe do Poder Executivo - Vício formal reconhecido - Ausência, ademais, da indicação da fonte de custeio das despesas decorrentes da Lei - Afronta aos artigos 5º, 25, 37 e 47, II e XIV, 176, I, c.c. 144, todos da Constituição Estadual - Precedentes do Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 02057582520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Elliot Akel – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34032)

ADI. LM 11.275/13 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Pretendida declaração de inconstitucionalidade da Lei 11.275/2013, do município de São José do Rio Preto, revogadora da Lei 10.578/10, que dispunha sobre o reuso de águas pluviais e solução de problemas decorrentes de chuvas torrenciais. 1. Se a lei que se pretendia revogar apresentasse eventuais vícios em sua tramitação ou invadisse competência legislativa, o meio para sua retirada do mundo jurídico era outro que não a mera edição de nova lei, com base em justificativa insustentável, contrária aos objetivos da lei revogada. Impõe-se, no caso, invocar o "princípio da eficiência", pelo qual se deve avaliar o texto normativo frente às necessidades sociais e sua relação com a capacidade do Poder Público nesse enfrentamento, de maneira imparcial, visando um bem maior, que é o bem estar da coletividade. 2. Reconhecida a inconstitucionalidade da lei em referência, também não há lugar à tese alternativa lançada pelo Ministério Público, de declaração de inconstitucionalidade parcial da Lei 10.578/10, ora repristinada, por não se vislumbrar, tal como sugerido, violação ao poder discricionário da administração pública, cuja competência é reservada ao próprio autor da lei, chefe do Poder Executivo, encarregado de praticar os atos administrativos com vistas a executar os comandos contidos no artigo 4º, parágrafo único, e demais dispositivos elencados na Lei 10.578/10. 3. Julgaram procedente a ação, declarada a inconstitucionalidade da Lei 11.275/2013, do município de São José do Rio Preto." (ADI 01936730720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23734)

ADI. LM 11.236/12 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 11.236, de 03.07.12 do Município de São José do Rio Preto instituindo o Programa "Leitura em Foco" de Ação Interdisciplinar e de Participação Comunitária a ser inserido no Quadro Curricular das Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental. Vício de iniciativa. Ingerência na gestão local. Imposição de ônus de ordem administrativa e financeira. Desrespeito à separação dos poderes. Precedentes deste C. Órgão Especial. Ação procedente." (ADI 01916551320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 14/05/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 30374)

ADI. Art. 3º da LCM 006/02 – VARGEM GRANDE PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Art. 3º, da Lei Complementar n. 006/02, do Município de Vargem Grande Paulista - Dispositivo que suprimiu a incidência de honorários advocatícios sobre a dívida

tributária inscrita em dívida ativa - Lei de iniciativa parlamentar - Vício de iniciativa - Inconstitucionalidade reconhecida – Ação procedente, com modulação de efeitos." (ADI 00953202920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 0305)

ADI. Parágrafo único do art. 84 da LOM – BARRA BONITA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Parágrafo único do art. 84 da Lei Orgânica do Município de Barra Bonita - Afastamento de servidor público municipal para exercício de mandato em sindicato da categoria - Limitação ao cargo de Presidente da entidade sindical – Possibilidade - Matéria que se insere no âmbito da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo da Unidade Federativa - Precedente do Órgão Especial - Ação julgada improcedente." (ADI 02757207220128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26506)

ADI. LM 8.008/13 – JUNDIAÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade – Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Prefeito do Município de Jundiaí/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 8.008, de 16 de abril de 2013, que determina "em agências bancárias, presença de agente de segurança nas áreas de autoatendimento" – Inconstitucionalidade formal – Inocorrência de vício formal de iniciativa que implique violação ao princípio da separação dos poderes – Ausência de criação de despesas para o erário municipal - A exigência prevista na norma em exame dirige-se às Instituições Financeiras, e não ao Poder Público local. São aquelas, e não este, que terão despesas - mínimas, é viável afirmar de passagem - com o cumprimento de tal providência imposta pela lei. Ação direta de inconstitucionalidade improcedente." (ADI 01003357620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 02/04/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 17063)

ADI. LOM. EMENDA Nº 43/12 – RIBEIRÃO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda à Lei Orgânica Municipal de Ribeirão Preto nº 43, de 06 de junho de 2012, que prevê a eleição de 22 (vinte e dois) vereadores para aquela cidade, tendo operado a redução do patamar previsto anteriormente, de 27 vereadores - Inconstitucionalidade, vez que houve afronta a regra da proporcionalidade, que se extrai do artigo 29, inciso IV da CF - Fixação de efeito "ex nunc" em razão de segurança jurídica e interesse social." (ADI 02698712220128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Samuel Júnior – 23/04/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 27559)

ADI. Art. 2º, inciso II, alínea b, item 2 da LCM 61/13 – ITAPETININGA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Art. 2º, inciso II, alínea b, item 2, da Lei Complementar Municipal n. 61/2013, de Itapetininga. Dispositivo legal acrescentado por emenda aditiva, que incluiu novos beneficiários (funcionários públicos licenciados para tratamento de saúde) para o recebimento de abono salarial, não contemplados no projeto de lei originário, de autoria do chefe do Executivo. Pretendido reconhecimento de ofensa ao princípio da Separação dos Poderes. Ocorrência. Excesso ao poder de emenda. Inserção de matéria ao projeto de lei apresentado pelo Prefeito Municipal que acarreta em aumento de despesas, por estender benefício a uma gama de servidores não contemplados no projeto original. Norma, ademais, que não aponta a origem dos recursos orçamentários necessários para atender os gastos gerados. Violação, então, aos artigos 24, §§ 2º e 5º, 175, §1º, da Constituição Estadual. Precedentes do Eg. Supremo Tribunal Federal e deste C. Órgão Especial. Ação julgada procedente." (ADI 01664378020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Soares de Mello – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30111)

ADI. Parágrafo único do art. 68 da LOM – SANTA BÁRBARA D'OESTE. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 68 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a necessidade de o Prefeito e de o Vice-Prefeito solicitarem autorização da Câmara Municipal para poderem viajar por qualquer período – Inconstitucionalidade formal – A previsão do

parágrafo único do art. 68 da Lei Orgânica Municipal afronta diretamente o princípio da separação de poderes, previsto no art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo, e também, por simetria, o próprio artigo 20, inciso IV, do mesmo Diploma Legal. Inconstitucionalidade reconhecida. Precedentes deste Colendo Órgão Especial e do Excelso Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 20715853020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16988)

ADI. LCM 1.596/13 – SERRANA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Serrana/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 1.596, de 11 de março de 2013, que dispõe sobre o "horário de funcionamento das creches municipais" – Inconstitucionalidade formal – Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 02057591020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16979)

ADI. LM 1.865/13 – TEODORO SAMPAIO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.865, de 20 de março de 2013 – Norma que autoriza o Executivo Municipal a colocação de obra de arte em cada prédio público e praças – Inconstitucionalidade formal – Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01949392920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 23/04/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16951)

ADI. LM 11.377/13 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.377/13 de iniciativa da Câmara Legislativa, que estabelece a obrigatoriedade de acomodação dos clientes no interior de agências bancárias durante o período de atendimento. Vício de iniciativa. Inocorrência. Lei que se encontra no âmbito de atuação do poder legislativo municipal, tendo em vista abordar tema de interesse local (segurança e conforto dos clientes). Inconstitucionalidade da lei não reconhecida. Ação improcedente." (ADI 01931872220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 21/05/2014 – Voto nº 21799)

ADI. LM 1.778/14 – ITAÍ. "Direta de inconstitucionalidade - Inicial não subscrita pelo Prefeito e procuração sem poderes específicos - Oportunidade para regularização do mandato não atendida - Nova procuração a outorgar poderes para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, sem indicação específica da lei impugnada - Inteligência do art. 90, da Constituição Estadual e art. 267, IV, do Cód. Proc. Civil - Precedentes - Extinção da ação, sem julgamento do mérito." (ADI 20664206520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luís Ganzerla – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00241)

ADI. LM 9.955/12 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal de iniciativa parlamentar, obrigando abertura de creches ininterruptamente e dando outras providências. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa na espécie - Ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Insuficiente referência genérica. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 25, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 20354768020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30657)

ADI. LCM 18/09, com redação dada pela LC 42/13 – SANDOVALINA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Pretendida declaração de inconstitucionalidade da expressão "Assessor Jurídico", e dos artigos 50 e 51, todos da Lei Complementar nº 18/2009, do Município de Sandovalina, com a redação que lhe fora dada pela Lei Complementar nº 42/2013. 1. Edição

da Lei Complementar nº 49/2014, extinguindo o cargo cuja expressão fora impugnada, com revogação dos artigos 50 e 51, da Lei Complementar 18/2009. 2. Perda do objeto da ação, a implicar em sua extinção, requerida até mesmo pelo douto Procurador Geral de Justiça. 3. Julgaram extinta a ação, sem conhecimento do mérito, com fulcro no artigo 267, VI, do CPC." (ADI 20078655520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23901)

ADI. Anexo 9 da LM 2.487/95, com alterações pela Lei 2.802/98, e LCMs 3.477/03; 3.478/03; 3.640/05; 3.642/05; 3.654/05; 3.685/05; 3.777/06, e art. 17, da LCM 3.520/04 e LCM 3.640/05 revogada pela Lei 3.642/05 - CAIEIRAS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Criação de cargos e investidura de funcionários comissionados, sem a respectiva especificação legal de suas funções ou provimento em comissão de cargo para o qual a confiança não representa requisito imprescindível. 1. Resulta clara a ofensa ao ordenamento constitucional a partir da edição de dispositivos legais do município de Caieiras, criando e permitindo o provimento em comissão de inúmeros cargos para cuja investidura não se exige o requisito da "confiança", apenas presente quando se trate de atribuições de direção, chefia e assessoramento. 2. A fim de permitir a reorganização da estrutura administrativa do município, possível a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, tornando-a eficaz após 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação do acórdão. 3. Declararam a inconstitucionalidade dos dispositivos legais elencados na inicial da ação." (ADI 01997469220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23927)

ADI. Capítulo II, Seção III da LOM – BIRIGUI. "Ação direta de inconstitucionalidade, proposta por diretório estadual de partido político (Partido dos Trabalhadores), de dispositivos da Lei Orgânica do Município de Birigui, por ofensa à Constituição Federal e aos artigos 1º e 144 da Constituição do Estado de São Paulo - Ausência de comprovação de ter o proponente representação da Câmara Municipal de Birigui - Ilegitimidade de parte reconhecida, de acordo com o disposto no artigo 90, VI, da Constituição Estadual Processo julgado extinto sem exame do mérito, na forma do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil." (ADI 01993813820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 15999)

ADI. LCM 218/10 e 297/12 – TAUBATÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Ajuizamento pelo Prefeito de Taubaté - Leis Complementares nºs. 218/10 e 297/12, repristinadas, de origem parlamentar, que disciplinam jornada semanal de trabalho de certa categoria de servidores - Matéria afeta ao regime jurídico de servidor público, de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo - Vício configurado - Violação aos artigos 5º, 24, parágrafo 2º, 4 e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Inconstitucionalidade configurada - Ação procedente." (ADI 01890128220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16016)

ADI. LCM 06/13 – OCAUÇU. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Ocauçu, Estado de São Paulo, por meio da qual se questiona a adequação constitucional da Lei Complementar Municipal nº 06, de 09 de setembro de 2013, que "dispõe sobre a isenção do imposto predial e territorial urbano e das taxas de serviços urbanos e dá outras providências." Constitucionalidade - A Constituição de 1988 não veda a iniciativa do Poder Legislativo em legislar sobre matéria tributária. A circunstância de as leis que versem sobre matéria tributária poderem repercutir no orçamento do ente federado não conduz à conclusão de que sua iniciativa é privativa do chefe do executivo. Por sua vez, a concessão de isenção tributária por meio de lei de iniciativa do Poder Legislativa também não represente nenhum vício de inconstitucionalidade. Precedentes. Ação direta de inconstitucionalidade improcedente." (ADI 20112726920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17181)

ADI. LM 2.002/13 – ÁGUAS DA PRATA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Estância

Hidromineral de Águas da Prata, Estado de São Paulo, por meio da qual se questiona a adequação constitucional da Lei Municipal nº 2.002, de 29 de outubro de 2013, que "Autoriza o Transporte de Servidores, Pais ou Responsáveis pelos Estudantes da Zona Rural nos Veículos de Transporte Escolar do Município." – Vício de inconstitucionalidade formal – Conforme estipulação da Constituição do Estado de São Paulo, a iniciativa para legislar sobre serviços públicos, inclusive aqueles cuja execução é delegada ao particular, configura ato típico do Poder Executivo (art. 47, inciso XVIII, da CESP). Logo, a norma impugnada, por tratar de atos da Administração Pública Direta e serviços públicos, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, e não do Poder Legislativo local. Além disso, a lei impugnada também afronta o disposto no art. 47, incisos II e XIV, da Constituição Bandeirante. E, por fim, também se verifica vício de inconstitucionalidade procedimental, pois, após superado o veto do Prefeito, o projeto de lei foi, em seguida, promulgado pelo próprio Presidente da Câmara Municipal, não retornado ao Chefe do Poder Executivo, conforme determina o art. 28, § 7º, da Constituição Estadual. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 20061403120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17123)

ADI. Parágrafo único do art. 19 da LCM 139/01 e Instrução Normativa 25/13 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São José do Rio Preto e Região, por meio da qual se questiona a adequação constitucional do parágrafo único do art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 139, de 28 de dezembro de 2001, e também da Instrução Normativa nº 25, de 28 de junho de 2013 – Vício de inconstitucionalidade material – Nos termos do art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo a autonomia legislativa municipal deve observar tanto as normas da Constituição Bandeirante quanto as da Constituição Federal. E, nessa linha, há inconstitucionalidade material das normas impugnadas, em face da violação ao estabelecido pela Constituição Federal (caput do art. 40) e reproduzido pela do Estado de São Paulo (caput do art. 126), no que tange à forma de financiamento do regime próprio de previdência social dos servidores públicos. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01984547220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17159)

ADI. Artigos 12, 13 e 14 da LCM 3.953/07 – CAIEIRAS. "Direta de inconstitucionalidade. Artigos 12, 13 e 14 da Lei Complementar nº 3.953/2007, do Município de Caieiras, que cria cargos de provimento em comissão sem determinar suas atribuições, bem como transforma empregos e cargos públicos antigos em outros de denominação distinta, igualmente sem especificar funções, fazendo valer a investidura dos mesmos ocupantes aos novos cargos transformados. Cargos públicos de provimento em comissão que não retratam atribuições de direção, chefia e assessoramento, senão funções técnicas, burocráticas e operacionais a serem preenchidas por servidores públicos investidos em cargos de provimento efetivo. Alegada violação de dispositivos da Constituição Estadual (art. 115, I, II e V, e art. 144). A não delimitação das funções do cargo criado afronta o princípio da reserva legal, sobretudo por tratarem-se de cargos em comissão, que restringem-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento. A transposição de servidor para cargo ou emprego diverso é vedada, necessária prévia aprovação em concurso público. Súmula 685 do STF. Desnecessidade de declaração da pleiteada inconstitucionalidade por arrastamento de dispositivo de lei anterior. Inconstitucionalidade dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Complementar nº 3.953/2007 – Ação julgada parcialmente procedente, com modulação de efeitos pelo prazo de três meses." (ADI 01987526420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 28/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28753)

ADI. LM 11.377/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal nº 11.377/13 de iniciativa da Câmara Legislativa, que estabelece a obrigatoriedade de acomodação dos clientes no interior de agências bancárias durante o período de atendimento. Vício de iniciativa. Inocorrência. Lei que se encontra no âmbito de atuação do poder legislativo municipal, tendo em vista abordar tema de

interesse local (segurança e conforto dos clientes). Inconstitucionalidade da lei não reconhecida. Ação improcedente." (ADI 01931872220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 04/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 21.799).

ADI. REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS VEREADORES. Art. 72, §1º, inciso IV – PRADÓPOLIS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pradópolis. Art. 72 § 1º inciso IV. Dispositivo que condiciona a apresentação de requerimento para instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito à prévia indicação das "provas pré-constituídas e as que deverão ser produzidas". Exigência não compatível com o regime traçado pelos artigos 13 § 2º da Constituição Estadual e 58 § 3º da Constituição Federal, este aplicável por força do artigo 144 da Carta paulista. Inobservância do princípio da simetria. Ação procedente." (ADI 20281593120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.896).

ADI. LM 10.591/2013 – SOROCABA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 10.591, de 7 de outubro de 2013, do Município de Sorocaba, que impõe o fornecimento de protocolo ao pedido de vagas em pré-escolas e creches municipais – Inocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei deflagrado pelo Legislativo Municipal, haja vista que a norma editada não regula matéria estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta – Previsão legal que, na verdade, apenas cuidou de disciplinar a ordem de atendimento aos interessados em vagas em creches ou pré-escolas municipais, de molde a facilitar e garantir o pleno cumprimento de obrigação constitucionalmente imposta ao ente público local, sem qualquer interferência direta na administração municipal, razão pela qual poderia mesmo decorrer de iniciativa parlamentar – Disposição legal contestada, ademais, que nada mais fez do que permitir o acesso da população a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, nos moldes impostos pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Ato normativo municipal questionado, por outro lado, que não representa necessariamente gasto público extraordinário, arredando a alardeada ofensa ao preceito do art. 25 da Constituição Estadual – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 02013984720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Dimas Mascaretti – 04/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 19.103).

ADI. LM 3.674/2013 – UBATUBA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Ubatuba nº 3674/2013, criando cargo de Agente Educacional, de provimento efetivo, mediante concurso público. Impugnação por Sindicato de Trabalhadores da Administração Pública, ao argumento de ofensa ao orçamento público e aos preceitos de nobreza constitucional, em prejuízo da coletividade. 1. Tendo a lei impugnada especificado as atribuições do cargo criado, de "Agente Educacional", a referência em que se inseria ("6"), carga horária e modalidade de admissão de novos funcionários por meio de concurso público -, não se vislumbra ofensa a preceitos de nobreza constitucional, mormente aos princípios da isonomia, moralidade e legalidade. 2. Eventual vício apontado pelo autor no edital de concurso, relativo ao grau de escolaridade exigido para ingresso na carreira, dispõe de outra via que não o presente controle de constitucionalidade para ser impugnado. 3. Julgaram improcedente a ação." (ADI 01895990720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.719).

ADI. LM 4.791/2012. Art. 5º, §§1º e 2º, e art. 23 – MAUÁ. "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal n.º 4.791 de 12 de julho de 2012 que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013 e dá outras providências". Emenda parlamentar em projeto de iniciativa do executivo. Possibilidade. Ausência de vício formal de inconstitucionalidade por usurpação de competência e de ofensa ao princípio de separação de poderes. Emendas ao art. 5º da Lei municipal que tratam de matéria correlata. Ausência de aumento de despesas ao erário público. Normas de cunho administrativo em consonância com a Constituição Estadual e Federal. Alteração da redação do art. 23 da Lei Municipal inconstitucional. Imposição de obrigação superior à estabelecida pela Constituição Estadual e

Federal. Ação julgada procedente em parte." (ADI 20019918920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 04/06/2014 –Votação Unânime – Voto nº 28.805).

ADI. LM 2.941/2014 – HORTOLÂNDIA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 2.941, de 12 de março de 2014, que "*institui o Programa Municipal de Saúde do Homem*". VÍCIO DE INICIATIVA. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25 e 47, incisos II, XIV e XIX, alínea "a" e art. 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20496266620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.508).

ADI. LM 3.467/2011. Art. 2º e LM 3.465/2011. Art. 2º – VINHEDO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Art. 2.º da Lei Municipal nº 3.467, de 16 de dezembro de 2011 e artigo 2.º da Lei Municipal nº 3.465, de 16 de dezembro de 2011, que dispõem que os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Vinhedo "*serão revistos nas mesmas datas e índices que forem aplicadas na revisão geral anual dos Servidores Públicos Municipais*". PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL. Rejeição. Em se tratando de controle normativo abstrato, desenvolvido por meio de processo objetivo, sem alguma discussão, portanto, sobre interesses particulares ou subjetivos, não há falar-se em "*litígio*" e "*partes*" e consequentemente em "*ilegitimidade de parte*" na concepção tradicional do direito processual. No presente caso, foram requisitadas informações ao Prefeito Municipal de Sorocaba, nos termos do art. 6.º da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, porque, embora não tenha sido dele a iniciativa das leis impugnadas, esse agente político, no exercício de suas atribuições, participou do processo legislativo, sancionando as mencionadas normas e, portanto, tinha condições de prestar informações relevantes a respeito desse tema, como de fato o fez. MÉRITO. Alegação de ofensa às disposições dos artigos 111 e 115, incisos XI e XV, e art. 144 da Constituição Estadual. Reconhecimento. Não existe dúvida quanto à possibilidade de revisão geral anual dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, em razão do que vem disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal; mas, essa revisão, embora possível, não pode ficar atrelada aos mesmos índices da revisão geral anual dos servidores públicos, porque esse vínculo de revisão (entre os subsídios e os vencimentos) configura ofensa ao art. 37, inciso XIII, da Constituição Federal e art. 115, inciso XV, da Constituição Estadual. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20149829720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.506).

ADI. LM 10.589/2013. Art. 23, §1º – SOROCABA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Art. 23, § 1º, da Lei Municipal nº 10.589, de 03 de outubro de 2013, referente à alteração da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Dispositivo que passou a exigir (i) para o preenchimento do cargo de assessor de assuntos internacionais 'ensino superior completo e fluência em três idiomas, sendo um deles, obrigatoriamente, o inglês' e (ii) para o cargo de supervisor da arrecadação da execução fiscal 'ensino superior completo'. Exigências incluídas no texto da lei por força de emenda parlamentar modificativa, lembrando-se que no projeto original, de autoria do Poder Executivo, as exigências para preenchimento desses cargos eram menos rígidas. VÍCIO DE INICIATIVA E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. Inexistência. Mesmo em relação às Leis cuja iniciativa seja exclusiva do Prefeito Municipal, o Poder Legislativo, no exercício de sua atividade legiferante, pode apresentar emendas que tenham pertinência temática e não gerem aumento de despesas, como ocorre no presente caso. Ação julgada improcedente." (ADI 20720824420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.507).

ADI. LM 7.194/2013 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 7.194, de 11 de novembro de 2013, do Município de Guarulhos, editada a partir de proposta parlamentar, que instituiu o "Programa Municipal de Enfrentamento ao Crack" – Legislação que versa questão atinente ao planejamento, à organização, à direção e à execução dos serviços públicos, atos de governo afetos à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo local – Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes – Previsão legal, ademais, que acarreta o aumento de despesas do Município, com vistas à implementação das medidas ali previstas, especialmente aquelas voltadas à informação e mobilização da sociedade e obtenção de dados atinentes aos pontos de venda e consumo do crack e identificação de usuários, sem que se tivesse declinado a respectiva fonte de custeio – Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 25 e 47, incisos II e XIV, todos da Constituição do Estado de São Paulo – Precedentes desta Corte – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20307307220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.167).

ADI. LCM 267/2012. Art. 2º, inciso I – FERRAZ DE VACONCELOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 267, de 12 de abril de 2012, do Município de Ferraz de Vasconcelos, que permite o provimento de cargo de Guarda Municipal, mediante a aprovação em simples processo seletivo – Investidura em cargos e empregos públicos que depende sempre da prévia realização de concurso público, na forma do art. 115, inciso II, da CE – Comando legal questionado que evidencia a violação a tal princípio, mostrando-se inconstitucional toda espécie de investidura que prescinda da prévia aprovação em concurso público, que não se equipara a processo seletivo – Previsão contida no art. 42 da mesma legislação municipal, por seu turno, que não trata de forma de acesso a cargo púbico, mas disciplina mera reestruturação da carreira, segundo tempo de efetivo exercício do cargo pelo servidor, não tendo incidência na espécie o princípio do concurso público – Preceito, destarte, que não apresenta a alardeada incompatibilidade vertical com a Carta Estadual – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente." (ADI 20149846720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.200).

ADI. LM 6.824/2011, LM 6.509/2009 e LM 6.963/2011 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Leis 6.824/11, 6.509/09 e 6.963/11, do Município de Guarulhos. Alegação de criação de cargos em comissão sem os requisitos exigidos constitucionalmente, concessão de acesso a cargo público através de concurso interno, institucionalização de "desvios de função" e criação de adicional por atividades inerentes aos cargos. Afronta aos artigos 111, 115, I e V, da Constituição Estadual, e ao artigo 37, I e V, da Constituição Federal. Superveniência de norma que derroga dispositivos questionados na exordial. Prejudicialidade. Inocorrência. Possibilidade de análise da inconstitucionalidade de norma revogada. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Norma derrogadora que mantém situações irregulares combatidas na ação originária. Incidente de inconstitucionalidade suscitado pelo próprio Órgão Especial. Admissibilidade. Inteligência dos artigos 176 e 177, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Extensão analógica aos procedimentos do Tribunal de Justiça de São Paulo, em sede de controle de constitucionalidade. Possibilidade. Conversão do julgamento em diligência, para que se submeta o incidente suscitado à apreciação da d. Procuradoria Geral da Justiça." (ADI 20078638520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.888).

ADI. LCM 108/2007. Art. 78, parte final – TAUBATÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Insurgimento do digno Prefeito da cidade de Taubaté contra a parte final do artigo 78, da Lei Complementar nº 108/2007 – Estatuto do Magistério Público do Município de Taubaté, afirmando-o inconstitucional por instituir o sistema de eleição para o provimento de cargos em comissão, o que afrontaria dispositivos de nobreza constituição, da livre nomeação e exoneração de cargos dessa natureza. 1. A expressão "eleito entre os professores da respectiva unidade escolar", contida na parte final do dispositivo legal impugnado, antes de

instituir sistema de "eleição", está, na verdade, a definir o local onde o Prefeito Municipal exercerá o seu poder discricionário da livre nomeação para ocupar cargo em comissão, mostrando obediência ao princípio constitucional da eficiência nomear um dentre os professores da própria unidade escolar para ocupar a respectiva vaga. 2. Julgaram procedente apenas em parte a ação, para o fim de suprimir unicamente a expressão "eleito" do artigo 78, da Lei Complementar nº 108/2007, do Município de Taubaté." (ADI 20677677020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.978).

ADI. LM 3.877/2008 – LUCÉLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.877/2008, do Município de Lucélia, que instituiu gratificação para servidores da área da educação. Inocorrência de violação a princípios ou dispositivos constitucionais. Exame da conveniência daquela medida que foge do crivo judicial. Ação improcedente." (ADI 02054525620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 04/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.117).

ADI. LM 5.513/2013. Emendas nº's 02 a 67 incorporadas ao anexo – CATANDUVA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Catanduva, Estado de São Paulo, por meio da qual se questiona a adequação constitucional das emendas nos 02 a 67, incorporadas ao anexo da Lei nº 5.513, de 19 de dezembro de 2013, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Catanduva para o exercício de 2014" - As matérias tratadas nas emendas à Lei nº 5.513/2013 representam incompatibilidade com disposto no nº 2, § 1º, do art. 175, da Constituição Bandeirante, porquanto, embora as emendas que aumentem a dotação orçamentária tenham sido editadas ao lado de outras que reduzem a dotação, é certo que as emendas de redução não apresentam nenhum valor específico. Assim, constata-se que houve, por meio de emendas parlamentares, aumento da dotação orçamentária sem indicação da origem do acréscimo. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE." (ADI 20375908920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.319).

ADI. LM 7.195/2013 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 7.195, de 11 de novembro de 2013, do Município de Guarulhos, que impõe a divulgação na internet da relação de medicamentos que compõem os estoques da Secretaria Municipal de Saúde – Inocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei deflagrado pelo Legislativo Municipal, haja vista que a norma editada não regula matéria estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta Previsão legal que, na verdade, apenas cuidou de dar conhecimento à população de questão de seu interesse, de molde a facilitar e garantir o pleno cumprimento de obrigação constitucionalmente imposta ao ente público local, sem qualquer interferência direta na administração, razão pela qual poderia mesmo decorrer de iniciativa parlamentar – Disposição legal contestada, ademais, que nada mais fez do que permitir o acesso da população a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, nos moldes impostos pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Ato normativo municipal questionado, por outro lado, que não representa necessariamente gasto público extraordinário, haja vista a existência de página do Município na internet, bastando a sua alimentação com os dados pertinentes, o que arreda a alardeada ofensa aos preceitos dos art. 25 e 176, I, da Constituição Estadual – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20243832320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 11/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 19.202).

ADI. LM 11.411/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei - Lei nº 11.411/2013, do Município de São José do Rio Preto – Vício de iniciativa – Inocorrência - Estipulação de regra geral voltada aos particulares – Ausência de expressa reserva de iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo – Art. 3º da Lei impugnada, contudo, que deve ser declarado inconstitucional – Incompatibilidade com os arts. 5º, 24, § 2º e

47, XIV e XIX da Constituição Bandeirante - Ação procedente em parte." (ADI 20203291420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34.354).

ADI. LM 11.406/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei do Município de São José do Rio Preto nº 11.406/2013, a qual inclui à Zona 6, na Lei de Zoneamento, a Rua Estrela d'Oeste, trecho compreendido entre a Avenida Menezes até a Rua Santa Fé do Sul, no bairro Eldorado (1ª Parte) – Inadmissibilidade – Tema relativo a atos de gestão e organização – Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo - Vedação - Arts. 37, X, e 169, §1º, I e II, da CF/88 e arts. 5º, § 2º, 47, II, XIV e 144, todos da Constituição Paulista – Interpretação conforme a Constituição a dispositivos da Lei Orgânica Municipal – Ausência de polissemia – Dispositivo no todo incompatível com a Carta Estadual – Inviabilidade – Ação julgada procedente, em parte." (ADI 20494967620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00246).

ADI. LM 4.584/2014. Arts. 1º e 2º – LENÇÓIS PAULISTA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Art. 1º da Lei nº 4.584, de 26 de fevereiro de 2014, do Município de Lençóis Paulista, que prevê o pagamento de adicional pelo exercício de função em Comissão Julgadora de Licitação junto ao Poder Legislativo Municipal – Disposição que tratou apenas de matéria relativa aos interesses dos servidores da Edilidade, cabendo-lhe então, realmente, a iniciativa do respectivo projeto, na forma imposta pelo art. 20, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, aplicável aos Municípios, por força do art. 144 da mesma Carta – Despesas decorrentes dessa regra que serão custeadas pelo orçamento próprio e autônomo do Legislativo Municipal, sem qualquer repercussão nos gastos do Poder Executivo, não havendo, então, violação ao preceito do art. 25 da Constituição Estadual – Incompatibilidade vertical suscitada pelo autor em relação a tal preceito legal que resta, portanto, afastada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Art. 2º da Lei nº 4.584, de 26 de fevereiro de 2014, do Município de Lençóis Paulista, que prevê o afastamento remunerado de qualquer servidor municipal, em razão de luto pelo falecimento de "tio ou tia" – Legislação que versa questão atinente ao regime jurídico do funcionalismo municipal, afeta à competência privativa do Chefe do Poder Executivo local – Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes – Previsão legal, ademais, que acarreta o evidente incremento das despesas do Município, sem que se tivesse declinado a respectiva fonte de custeio – Vício de inconstitucionalidade aduzido na exordial em relação a tal preceito legal municipal que, destarte, ficou evidenciado na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 24, § 2º, "4", 25 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo – Precedentes desta Corte – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente em parte." (ADI 20389679520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.250).

ADI. LM 4.711/2008 e LM 5.163/2013 – SÃO CAETANO DO SUL. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Leis do Município de São Caetano do Sul, dispondo sobre "Taxa de Coleta, Remoção e Destinação do Lixo" e sua forma de cálculo. Ajuizamento por Diretório Municipal de Partido Político. Ilegitimidade ativa ad causam. Inteligência dos arts. 103, da Constituição Federal e 90, VI, da Carta Estadual. Precedentes deste C. Órgão Especial e do Supremo Tribunal Federal. Processo extinto, sem julgamento de mérito." (ADI 20201083120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.708).

ADI. LM 10.653/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei n. 10.653, de 10 de dezembro de 2013, do município de Sorocaba, de iniciativa parlamentar. Revogação do art. 68, II, do estatuto dos servidores públicos municipais de Sorocaba, que dispõe acerca de interrupção de contagem para fins de férias, adicional por tempo de serviço e sexta-parte, ao funcionário afastado por motivo de saúde. Matéria reservada ao chefe do poder executivo por dizer respeito ao regime jurídico e remuneração de servidores públicos municipais. Aumento de

despesas sem indicação de fonte de custeio. Inconstitucionalidade reconhecida e declarada. Ação julgada procedente." (ADI 20190161820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28.594).

ADI. LM 2.198/1999 – CERQUILHO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei municipal de iniciativa parlamentar obrigando apresentação à Câmara Municipal das cópias dos editais de licitações de todas as modalidades, expedidos pelos órgãos da administração direta e indireta. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa na espécie – ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Insuficiente referência genérica. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 20030848720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.658).

ADI. LM 4.795/2013. Art. 3º – TATUÍ. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Art. 3º da Lei nº 4.795, de 26 de setembro de 2013, do município de Tatuí, que reajustou a planta genérica de valores acarretando aumento do IPTU. Alegação de ofensa aos princípios da capacidade contributiva, razoabilidade, proporcionalidade e da vedação ao confisco. Não caracterização. O artigo 33 do Código Tributário Nacional dispõe que "*a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel*" e o valor venal do imóvel "*é aquele que o bem alcançaria se fosse posto à venda, em condições normais. É o preço que provavelmente o bem poderá ser vendido*" (Hugo de Brito Machado, in "Comentários ao Código Tributário Nacional", São Paulo, 2007, Ed. Atlas, 2ª ed., pág. 386). É perfeitamente possível, portanto, a revisão da planta genérica de valores (mesmo em patamar que escape ao padrão dos índices utilizados em revisões anteriores) para que seja alcançado, na medida do possível, o valor de mercado do bem. E, nesse caso, não há falar-se em confisco e eventual violação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e capacidade contributiva, o que ocorreria somente se a revisão atingisse patamar tal que superando abusivamente os parâmetros orientados pelo mercado imobiliário - inviabilizasse o direito de propriedade, hipótese inocorrente na espécie dos autos. Impossibilidade, entretanto, de instalar-se em ação direta de inconstitucionalidade alguma discussão sobre questão referente à suposta discrepância entre o valor real dos imóveis e aquele decorrente da atualização da planta genérica de valores (por envolver matéria de fato). A ação direta de inconstitucionalidade, enquanto instrumento de controle normativo abstrato, exercido mediante processo objetivo, não se presta para o exame de circunstâncias fáticas, admitido somente o cotejo da norma impugnada com o parâmetro constitucional de controle. Ademais, não evidenciada alguma hipótese de patente ilegalidade ou inconstitucionalidade, pelos mencionados fundamentos, não poderia o Poder Judiciário, a pretexto de reparar eventual injustiça social, imiscuir-se no juízo de oportunidade e conveniência da administração e do legislador para afastar o critério acolhido pela lei impugnada e eleger ele próprio quais índices mais adequados teriam aplicação no reajuste da planta genérica de valores. Precedentes deste C. Órgão Especial. Ação julgada improcedente." (ADI 20640660420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.504).

ADI. LM 5.460/2013 – CATANDUVA. "DIREITO CONSTITUCIONAL – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA PARLAMENTAR – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DIFERENCIADA NA MERENDA DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS – SEPARAÇÃO DE PODERES – VÍCIO DE INICIATIVA – EXISTÊNCIA – INCONSTITUCIONALIDADE VERIFICADA – É inconstitucional a Lei Municipal nº 5.460, de 02 de setembro de 2013, do Município de Catanduva, de origem parlamentar, porque, sob o pretexto de oferecer às crianças portadoras de anemia uma alimentação diferenciada na merenda de creches e escolas municipais, ocasiona uma postura de ingerência na competência exclusiva do Chefe do Executivo pelo Poder Legislativo, pois àquele cabe organizar e executar todos os atos de administração municipal, notadamente os serviços públicos – Ademais, cria despesa sem indicação de fonte de receita – Violação dos artigos 5º, 25 e 144 da Constituição Estadual – Precedentes deste Colendo Órgão Especial – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE." (ADI

20561528320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.485).

ADI. LM 908/2010 – BERTIOGA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 908/2010, do município de Bertioga, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a "criação da Semana da Cultura Evangélica". 1. Norma que dispõe forma e modo de execução do ato que instituiu, sem definir a fonte orçamentária para tanto. 2. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo, incidindo igualmente no óbice da ausência de previsão orçamentária. 3. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, especialmente os seus artigos 5º, 25, 47, II, XIV, 144 e 176, I. 4. Julgaram procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 908, de 23 de junho de 2010, do município de Bertioga." (ADI 02027989620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.967).

ADI. LM 2.143/2010, LM 1.442/2000, art. 27, LM 2.278/2012, art. 6º e LM 2.238/2012 – LOUVEIRA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Pretensão à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.143/2010; do art. 27, da Lei nº 1.442/2000, com redação dada pela Lei nº 2.226/2012; do art. 6º, da Lei nº 2.278/2012 e da Lei nº 2.238/2012, todas do Município de Louveira – Superveniência de leis revogadoras dos dispositivos impugnados – Art. 267, VI, do Código de Processo Civil - Perda do interesse processual – Extinção da ação, sem julgamento do mérito." (ADI 01789022420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00245).

ADI. LM 2.900/2013 – CORDEIRÓPOLIS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal nº 2.900, de 15 de julho de 2013, que "dispõe sobre a prioridade de passagem de pedestres nas vias e logradouros públicos do município de Cordeirópolis". OFENSA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. Caracterização. Por força do artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal, a competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União, tanto que essa mesma matéria tratada no art. 1.º da lei impugnada (referente à prioridade de passagem de pedestres) já está disciplinada, em âmbito nacional, nos artigos 70 e 214 do Código de Trânsito Brasileiro, sem espaço, portanto, para legislação suplementar (art. 30, inciso II) ou para disciplina de assunto predominantemente local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal). VÍCIO DE INICIATIVA. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao dispor – em seu artigo 2.º - sobre sinalização de trânsito no município de Cordeirópolis, avançou sobre campo de gestão administrativa, ou seja, tratou de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabeleceu a criação de despesas (art. 4º) sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Inconstitucionalidade manifesta. Precedentes deste C. Órgão Especial. Ação julgada procedente." (ADI 20254849520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.505).

ADI. LCM 257/2012 e LM 4.564/2012 – OSASCO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Complementar nº 257, de 27 de dezembro de 2012, do Município de Osasco, que "altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 141, de 27 de Dezembro de 2005" (modificando a Planta Genérica de Valores com majoração do valor venal dos imóveis) e "institui isenção do IPTU para os imóveis que especifica" e (ii) Lei nº 4.564, de 27 de dezembro de 2012, do mesmo Município, que "altera o anexo de metas fiscais para o ano de 2013, da Lei nº 4.544, de 12 de julho de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias". Ação proposta por Diretório Municipal de Partido Político. Ilegitimidade ativa. Caberia somente ao Diretório Regional, e não municipal, a legitimidade para questionar a constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal contestado em face da Constituição Estadual. Art. 90, inciso VI, da Constituição Paulista. Precedentes do STF e deste C. Órgão Especial. Ação julgada extinta sem conhecimento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil." (ADI 01999174920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antônio Luiz Pires Neto – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.180).

ADI. LM 10.572/2013 – SOROCABA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Insurgência do Prefeito contra lei, promulgada pela Câmara Municipal, que 'dispõe sobre a participação popular nos processos de variação das tarifas dos serviços públicos, e dá outras providências' – Afronta ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes – Reconhecimento – A toda evidência, a lei em questão cria nova atribuição ao Poder Executivo e, desta maneira, não poderia ter iniciativa parlamentar – Igualmente, a norma em questão extravasa os limites de controle externo e fiscalização próprios do Poder Legislativo – Outrossim, in casu, há criação de despesa sem indicação de específicas medidas de compensação – Ação julgada procedente, por violação dos artigos 5º, 24, § 2º, 33, 150 e 144, da Constituição do Estado de São Paulo." (ADI 02050775520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16.133).

ADI. LCM 1.493/2009, artigos 97, parágrafo único, 99, §2º, e 101, incisos I e II, e Anexos III e IV – AREIÓPOLIS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 1.493/2009, do Município de Areiópolis, que dispõe sobre a reestruturação dos empregos, normas administrativas operacionais e plano de carreira dos servidores do Poder Executivo local e dá providências. Criação de cargos em comissão sem requisitos exigidos constitucionalmente. Funções próprias de cargos de provimento efetivo. Atribuição dos cargos e funções a ser definida em Decreto de Chefe do Poder Executivo, em afronta aos princípios da reserva legal e da separação dos poderes. Sujeição dos cargos criados ao regime jurídico celetista que viola a exigência do regime administrativo. Ofensa aos artigos 5º, §1º, 24, § 2º, 1, 111, 115, incisos I, II e V, e 144, da Constituição Estadual. Precedentes. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 02053174420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 11/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.889).

ADI. LM 1.115/2013 – PARANAPANEMA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 1.115, de 9 de dezembro de 2013, do Município de Paranapanema, que "dispõe sobre a caracterização do assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal da Estância Turística de Paranapanema, estabelece penalidades para a prática do mesmo e dá outras providências" – Legislação que versa questão atinente ao regime jurídico dos servidores públicos municipais e à criação e estruturação de órgão da administração pública, afeta à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo local – Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes – Previsão legal, ademais, que acarreta o aumento de despesas do Município, com vistas à implementação das medidas ali previstas, especialmente aquelas atinentes ao exercício das atribuições conferidas à Comissão Permanente para apuração de denúncias de assédio moral, sem que se tivesse declinado a respectiva fonte de custeio – Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 24, §2º, "2" e "4", 25 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo Precedentes desta Corte Descabimento da pretendida modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade para preservação da eficácia do art. 6º da legislação objurgada, não tendo nenhuma valia a manutenção de dispositivo isolado do contexto em que foi concebido, apenas para estabelecimento de conceito já existente na doutrina e na jurisprudência – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20509742220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.320).

ADI. LM 5.807/2014 – JACAREÍ. "I – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal de Jacareí n. 5.807, de 7 de março de 2014, que 'dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Jacareí'. II – Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º, 24, § 2º, item 4, 47, incisos II e XIV e 144 da Constituição Paulista. III – Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20462645620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.276).

ADI. LM 7.216/2013 – GUARULHOS. "I – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 7.216, de 16 de dezembro de 2013, do Município de Guarulhos, que dispõe sobre "a Modernização da Administração Tributária do Município de Guarulhos". Impossibilidade. Ilegitimidade ativa 'ad causam'. II – Carência de legitimidade. Composição heterogênea. Os associados não pertencem à mesma categoria profissional ou econômica. Congregando pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas, fundações, dentre outros. Patente a diversidade de categorias profissionais e econômicas representadas pela requerente. III – Pertinência temática. A norma impugnada deve repercutir sobre a atividade profissional ou econômica da classe envolvida. A matéria tratada na lei, devida a cada trimestre, tem por objetivo servidores públicos municipais e em efetivo exercício na Secretaria de Finanças e pagos pela Municipalidade, não afetando em nada a requerente. Por isso, inexiste relação lógica entre o conteúdo da lei e os objetivos sociais da entidade privada. IV – Extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil." (ADI 20261742720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.086).

ADI. LM 4.790/2009 – SUMARÉ. "I – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal de Sumaré nº 4.790, de 08 de maio de 2009. Alegação de ofensa ao princípio da separação de poderes e de delegação de atribuições. Admissibilidade. II – O Município, a pretexto de legislar sobre assunto de interesse local ou suplementar à legislação Federal ou Estadual, editou norma para estabelecer e celebrar convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira, exclusivamente com a Associação dos Advogados de Sumaré e dá outras providências. Ofensa aos artigos 1º; 109 e 144 da Constituição Paulista e artigo 24, inciso XIII, da Constituição Federal. Precedentes do STF (ADIN 4.163/SP). III – Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20078542620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.287).

ADI. LM 10.620/2013. Art. 3º, parágrafo único e art. 5º – SOROCABA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 3º, parágrafo único, e artigo 5º, da Lei Municipal nº 10.620/2013, de Sorocaba. Matéria tributária e disposições de difícil operacionalização. Vício de iniciativa e ausência de pertinência temática. Ocorrência. Ação procedente. Inconstitucionalidade reconhecida." (ADI 20357504420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.978).

ADI. LCM 75/2011. Art. 7º, III, 'b', 'e', 'f', 'g', 'h', e Anexos III e V – BURITAMA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 7º, III, 'b', 'e', 'f', 'g', 'h', e Anexos III e V, da Lei 75, de 29 de dezembro de 2011. Criação de cargos em comissão sem observância dos requisitos exigidos constitucionalmente. Afronta aos artigos 111, 115, I, II e V, da Constituição Estadual, e ao artigo 37, I e V, da Constituição Federal. Ocorrência. Cargos de Assessor do Departamento Municipal de Educação e de Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental extintos. Ação parcialmente procedente." (ADI 20192093320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.024).

ADI. LM 5.534/2013 – SUMARÉ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Municipal nº 5.534, de 6 de novembro de 2013, do Município de Sumaré – Obrigatoriedade na contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para manutenção de caixas eletrônicos em imóveis públicos ou particulares A lei municipal que obriga a contratação de seguro por instituições financeiras que mantenham caixas eletrônicos em prédios públicos ou particulares afronta os princípios da separação dos poderes, da livre iniciativa e da intervenção mínima do Estado. Por outro lado, ao tratar da responsabilidade civil, invade a competência exclusiva da União. Ação procedente." (ADI 20192024120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.201).

ADI. LM 1.343/2013. Art. 1º e parágrafo único – CUNHA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Art. 1º e parágrafo único da Lei nº 1.343, de 20 de junho de 2013, do Município de Cunha – Criação de cargo em comissão fora das hipóteses de direção, chefia e assessoramento –

Cargo de Assessor Jurídico. 1 – A contratação de pessoal para prestação de serviços de natureza técnica e permanente, sem demonstração de necessidade temporária e excepcional, afronta a exigência constitucional de realização de concurso público. 2 – A obrigatoriedade do concurso público, com as exceções constitucionais, afigura-se imprescindível instrumento de efetivação dos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade, garantindo aos cidadãos o acesso aos cargos públicos, em condições de igualdade. Ação procedente." (ADI 20078577820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.130).

ADI. REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL. Arts. 330, 331, 332, 333, 334, 335, 356, 357, 358 e 359 – MIRACATU. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Demanda promovida por diretório regional de partido político com representação na Câmara Municipal – Dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracatu que cuidam de crimes de responsabilidade do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e estabelecem regras relativas ao respectivo processo. 1 – Consoante o princípio da simetria e a orientação do Pretório Excelso, os diretórios regionais de partido político possuem legitimidade para promover o controle abstrato de ato normativo em face da Constituição Estadual. 2 – A inserção de normas, no Regimento Interno da Câmara de Vereadores, cuidando de crimes de responsabilidade e estabelecendo regras relativas ao respectivo processo, ofende o princípio federativo, por desrespeitar a repartição constitucional de competências. Ação procedente." (ADI 20666833420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.129).

ADI. LM 2.421/2013, art. 1º, LM 2.350/2011, LM 2.202/2009, LM 2.141/2009, LM 2.124/2008, LM 2.034/2006 e LM 1.556/1994 – AGUAÍ. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Ação proposta "em face da expressão 'Diretor Departamento Jurídico' constante no artigo 1º da Lei n. 2.421, de 11 de junho de 2013 e, por arrastamento, das Leis ns. 2.350, de 14 de dezembro de 2011, 2.202, de 05 de outubro de 2009; 2.141, de 12 de janeiro de 2009; 2.124, de 29 de outubro de 2008; 2.034, de 02 de maio de 2006 e, 1.556, de 13 de dezembro de 1994 do Município de Aguaí" – Edição, supervenientemente à propositura, da Lei 2.459, de 27.11.2013, que alterou o quadro normativo questionado na ação, revogando os dispositivos que previam o cargo de provimento em comissão impugnado – Perda superveniente do objeto da ação e, por consequência, do interesse de agir – Extinção do processo sem julgamento do mérito da ação (art. 267, VI, e 462 do CPC)." (ADI 20102991720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.566).

ADI. LM 4.209/2014 – ATIBAIA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Atibaia/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 4.209, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o "horário de funcionamento das creches municipais" – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL – Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local – Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE." (ADI 20343794520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.329)

ADI. LM 7.237/2014 - GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 7.237/2014 do Município de Guarulhos. Obrigatoriedade de divulgação no 'site' da Prefeitura de informações relativas a licenças de funcionamento de imóveis expedidas. Não configurada violação à iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Executivo. Hipóteses taxativas. Direito à informação de interesse da coletividade. Estímulo ao exercício da cidadania. Norma editada com vistas à transparência da administração e à segurança da comunidade local. Despesas eventualmente criadas não imediatas e não impactantes. Possibilidade, ainda, de absorção pelas dotações orçamentárias próprias, remanejamento ou complementação orçamentária, bem como postergação do planejamento de eventuais novos gastos para o exercício orçamentário subsequente. Ação julgada improcedente." (ADI 20411539120148260000 – São

Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 02/07/2014 – Votação Unânime -Voto nº 31.258).

ADI. LM 2.181/2013 – Emenda Modificativa 002/2013 - BRODOWSKI. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda Modificativa n° 002/2013, que alterou Lei Municipal n° 2.181, de 27 de dezembro de 2013, do Município de Brodowski, que estima receita e fixa despesa do Município para o exercício de 2014, e dá outras providências - Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Inocorrência - Norma que não afronta a Constituição Estadual de São Paulo - Ação improcedente." (ADI 20309151320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30.544).

ADI. LCM 534/2007, art. 143 e DECRETO nº 1.658/2013 – BRAGANÇA PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Art. 143, da Lei Complementar nº 534, 16 de abril de 2007 que permite a instituição de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) por ato do Poder Executivo Municipal, e Decreto nº 1.658, de 14 de junho de 2013, que cria e regulamenta as áreas de interesse social - ZEIS 3, do Município de Bragança Paulista. - Normas que afrontam os artigos: 5º, §1º e 181, da Constituição Estadual - Ação procedente. (ADI 20150037320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime - Voto nº 30.542).

ADI. LM 2.899/2013 – CORDEIRÓPOLIS. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei n° 2.899, de 15 de julho de 2013, do Município de Cordeirópolis, que constitui, na Secretaria Municipal de Saúde, colegiado permanente para discussão de políticas de álcool e outras drogas – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos 24, §2º, 2, 47, XIX e 144 da Constituição do Estado de São Paulo - Ação procedente." (ADI 20078456420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.535).

ADI. LOM – BOCAINA. "Ação direta de inconstitucionalidade por omissão - Lei Orgânica do Município de Bocaina que foi omissa ao não legislar sobre o afastamento remunerado para cumprir mandato sindical - Edição de Lei municipal que sanou a omissão, incluindo na Lei Orgânica do Município o artigo 60-A - Carência de interesse de agir - Extinção da ação sem resolução do mérito - Art. 267, IV, do CPC." (ADI 02010130220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.545).

ADI. LM 7.159/2013 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 7.159, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre a "instalação de banheiros químicos nas bancas examinadoras de prática de direção veicular no Município de Guarulhos". Vício de iniciativa. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, envolve normas de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabelece a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a" e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20549711320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.513).

ADI. LM 823/2013 – TAQUARIVAÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 823, de 25 de julho de 2013, do Município de Taquarivaí. 1. Criação de cargos de provimento em comissão que não correspondem a funções de direção, chefia e assessoramento superior, destinando-se, na verdade, ao desempenho de atividades meramente burocráticas ou técnicas, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança. Cargos que, na verdade, só poderiam ser preenchidos por servidores aprovados em concurso público, nos termos do art. 115, inciso II, da Constituição do Estado de São Paulo. 2. Com relação ao "Assessor de Negócios Jurídicos", especificamente, é importante acrescentar, ainda, que esse cargo tem as mesmas funções atribuídas à Advocacia Pública e pela ausência de situação de emergência e excepcionalidade, deve ser reservado a profissional recrutado por sistema de

mérito e aprovação em certame público, nos termos do art. 98 a 100, da Constituição Estadual. 3. Inconstitucionalidade reconhecida. Ação julgada procedente, com modulação dos efeitos, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/1999." (ADI 20382854320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.517).

ADI. LM 11.407/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa da Câmara Municipal do Município de São José do Rio Preto nº 11.407, de 29 de novembro de 2013, a qual "[i]nclui na Zona 4, na Lei de Zoneamento, a quadra da Rua Silva Jardim, compreendida entre as Ruas Lafaiete Spinola de Castro e Capitão José Verdi, no bairro Parque Industrial, em São José do Rio Preto". Inadmissibilidade. Tema relativo a atos de gestão. Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo. Vedação arts. 5º, § 2º, 47, II, XIV, 25 e 144, todos da Constituição Paulista. Ação julgada procedente. Deve ser julgada procedente a ação direta de inconstitucionalidade que abriga matéria de competência privativa do Executivo, pelo vício de iniciativa e por afrontar o princípio da separação e harmonia entre os Poderes." (ADI 20373847520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 00251).

ADI. LM 2.146/2012, art. 89, incisos I, II e III e art. 91, incisos V, VI e VII – CANANÉIA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 89, incisos I, II e III e art. 91, incisos V, VI e VII, ambos da Lei nº 2.146, de 28 de maio de 2012, do Município de Cananéia, que institui o Plano Diretor participativo, define princípios, objetivos, estratégias e instrumentos para realização das ações de planejamento naquele Município. Dispositivos que permitem a regularização de assentamentos já existentes em áreas "non "edificandi" ao longo de corpos d'água, quando não houver a possibilidade de relocação da população para outra área, possibilitando, ainda, que Zonas Especiais de interesse turístico abriguem ainda que em área de proteção ambiental, empreendimentos: a) turísticos, consolidando os já instalados e em funcionamento na data da aprovação da referida lei; b) residenciais de baixa densidade de caráter de veraneio e c) auto-suficientes do ponto de vista de estrutura e serviços urbanos". Inconstitucionalidade por ofensa às disposições dos artigos 180, 192, 196, 197, 198 e 213 da Constituição Estadual. Reconhecimento. Se existe legislação federal restringindo a ocupação de área de preservação ambiental, com apoio na Constituição Federal, não poderia uma norma infraconstitucional reduzir essa limitação, permitindo ou possibilitando a regularização da ocupação ilícita, sem atendimento das exigências legais e constitucionais, a pretexto de promover a função social da propriedade. Inconstitucionalidade manifesta. Ação procedente (ADI 20300257420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Luiz Pires Neto – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 23.511).

ADI. LM 2.116/2008, art. 18, inciso I e PORTARIS 7.050/2008 e 7.104/2008 – TAMBAÚ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Intervenção de terceiros interessados. Impossibilidade. Art. 7º, caput, da Lei 9.868/90. Inciso I, do art. 18, da Lei 2.116, de 04 de março de 2008, e Portaria 7.050, de 04 de março de 2008, do Município de Tambaú. Transposição de cargos. Ocorrência. Inobservância dos arts. 111 e 115, inciso II, da Constituição do Estado de São Paulo. Súmula 685 do STF. Precedentes do Órgão Especial. Inconstitucionalidade, por arrastamento, da Portaria 7.104, de 01 de abril de 2008, do Município de Tambaú, de conteúdo idêntico à portaria impugnada. Ação procedente. Modulação dos efeitos da declaração." (ADI 20281645320148260000 – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.256).

ADI. LM 7.158/2013 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 7.158, de 12 de setembro de 2.013, que dispõe sobre a implantação do espaço denominado "Centro de Dança Oriental Árabe" e dá outras providências - Matéria de iniciativa reservada ao poder Executivo - Artigos 5º; 24,§2º, 1 e 2, 25, 47, II e XIV, e 144 da Constituição Estadual - Ação Procedente." (ADI 02038113320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 02/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.543).

ADI. LM 4.123/2013 – ITUVERAVA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Revogação posterior da lei impugnada - Perda superveniente do interesse de agir - Processo extinto sem exame do mérito." (ADI 01016062320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.894).

ADI. LM 4.940/2010 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Catanduva, Estado de São Paulo, por meio da qual é alegado, em síntese, que a Lei Municipal nº 4.940, de 9 de março de 2010, ofende o princípio da tripartição de poderes; apresenta vício de iniciativa; viola o artigo 25 da Constituição do Estado de São Paulo. Requer, ao final, que seja declarada a inconstitucionalidade da mencionada Lei Municipal nº 4.940, de 9 de março de 2010 – Inexistência de vício de inconstitucionalidade formal - A lei munícipe cuidou de matéria de interesse geral da população, sem nenhuma relação com matéria estritamente administrativa, afeta exclusivamente ao Poder Executivo, razão pela qual foi legítima a iniciativa do Poder Legislativo Municipal no trâmite da norma impugnada – Inexistência de prejuízo ao erário municipal - Se há algum dispêndio, é dos estabelecimentos privados arrolados na norma - Fiscalização - A fiscalização do cumprimento da lei impugnada decorre do próprio poder de polícia municipal, não acarretando despesas extras ao erário. Ação julgada improcedente." (ADI 02694088020128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 11/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 17.390).

ADI. LM 15.509/2011 – SÃO PAULO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 15.509, de 15 de dezembro de 2011, do Município de São Paulo, que instituiu o regime de subsídio para os cargos em comissão e função de confiança do nível de direção superior das Secretarias, Subprefeituras, Autarquias e Fundações - Carta Magna que, a partir da EC nº 19/98, procurou estabelecer a verdade remuneratória, passando a prever o regime de subsídio para uma parcela dos agentes públicos, de modo a tornar mais transparente a remuneração daqueles que ocupam cargos e funções de relevo para a Administração - Exposição de motivos da lei objurgada que se encontra afinada com essa concepção, dando maior transparência e visibilidade à remuneração dos cargos de outros agentes responsáveis pelo acompanhamento, orientação e execução, no âmbito dos respectivos órgãos, das políticas públicas definidas pelo Prefeito e Secretários Municipais - Justificável, destarte, a inserção destes em tal sistema de remuneração, considerada a sua finalidade - CF, aplicável no particular a todos os entes federados, que não explicita nenhum princípio ou critério que justifique a exclusividade do regime para alguns agentes públicos, o qual se presta apenas a eliminar a prática de fragmentar a remuneração dos servidores com diversos penduricalhos, a desfigurar o sistema de pagamento do quadro de pessoal - Regime de subsídio que, nessa linha, não corresponde a uma prerrogativa de parcela dos agentes públicos, podendo ser qualificado como autêntica prerrogativa da Administração Pública - Normas dos §§ 4º e 8º do art. 39 da CF que comportam então interpretação teleológica, de modo que cada ente federado possa organizar e remunerar seu quadro de pessoal de acordo com as necessidades e peculiaridades, sabido que, "in casu", a intepretação literal e restritiva realmente não atende ao interesse público (a forma de remuneração deve ser clara e passível de melhor controle social) - Valor do subsídio, fixado pelo diploma em causa, que, ademais, não comporta ponderação no âmbito restrito desta ação, inserindo-se no campo do mérito administrativo, até porque não há indicação de superação do teto remuneratório constitucional, de desconsideração ao disposto no art. 169 da CF ou na Lei de Responsabilidade Fiscal ou mesmo de inobservância de lei local que impõe limitação aos gastos com pessoal - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 00196473020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 25/06/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 19.378).

ADI. LM 1.990/2013 – ANHEMBI. "Ação direta de inconstitucionalidade. Município de Anhembi. Lei municipal que "estabelece as hipóteses de impedimento para nomeação, designação ou contratação, em comissão, de funções, cargos e empregos na Administração Pública direta e indireta do município". Impedimentos que equivalem a hipóteses de inelegibilidade prevista em lei federal. Vício de iniciativa. Inocorrência. Matéria que não é da competência privativa do Poder Executivo. Precedentes do Órgão Especial. Ação julgada improcedente." (ADI

00690601220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 25/06/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.902).

ADI. LCM 407/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei complementar nº 407/2014, de São José do Rio Preto, que alterou a Lei complementar 224/2006 - Instituição de Conselho do Plano Diretor - Vício de iniciativa - Criação e estruturação de referido Conselho não poderia advir de iniciativa parlamentar, por violar o princípio da separação de poderes - Exclusiva iniciativa legislativa ao Chefe do Poder Executivo para criação de órgão da Administração Pública - Alteração de sua estrutura para acrescentar membro do Poder Legislativo em sua composição, o que, de igual maneira, mostra-se indevido, vez que a implantação de modificações caberia ao Chefe do Poder Executivo - Violação aos arts. 5º e 24, §2º, 2 da Constituição Estadual - Instituição de Conselho sem previsão de recursos disponíveis para atendimento dos novos encargos - Afronta ao art. 25, da Constituição Estadual - Em que pese tratar de aspecto de menor relevância, os parágrafos 2º e 3º acrescidos ao art. 70, da Lei complementar municipal 224/2006, alteram o funcionamento do órgão e criam obrigação específica ao Poder Executivo - Inconstitucionalidade declarada - Ação procedente." (ADI 20558432820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.934).

ADI. LM 4.208/2014 – ATIBAIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 4.208, de 7 de fevereiro de 2014, que obrigou a existência de pavimentação permeável em estacionamentos abertos de veículos, no âmbito do Município de Atibaia - Inocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei deflagrado pelo Legislativo Municipal, haja vista que a norma editada não regula matéria estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta - Previsão legal que apenas tratou de tema de interesse geral da população local, pertinente ao uso e ocupação do solo urbano, inserido, portanto, na competência legislativa comum dos poderes Legislativo e Executivo - Ato normativo impugnado, ademais, que não acarreta nova despesa aos cofres públicos e nem sequer implica em atribuição à Administração Municipal, obrigando apenas aos particulares - Precedente desta Corte - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20554951020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.420).

ADI. LM 949/2011 – BERTIOGA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Municipal 949/2011, de Bertioga - Isenção de desempregados e trabalhadores que recebam até um salário mínimo do pagamento de taxa em concursos públicos - Lei impugnada que não trata de matéria relativa ao regime jurídico de servidores públicos, tampouco é possível examiná-la em confronto com a Lei Orgânica Municipal para exercício do controle de constitucionalidade - Analisada a questão sob a ótica do disposto nos artigos 5º, 25, caput, e 159, parágrafo único, da Constituição Estadual, o ato normativo revela-se com eles incompatível - Isenção de preço público - Matéria de competência do Poder Executivo - Aumento de despesas, sem indicação de respectiva fonte de recursos disponíveis para atendimento dos novos encargos - Precedentes deste Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 20411694520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.028).

ADI. LC 442/2008, LC 5/2009, LC 4/2009 e LC 10/2011 – ALAMBARI. "Ação direta de inconstitucionalidade - Anexo I da Lei Complementar nº 442, de 14 de novembro de 2008; Anexo I do inciso I do art. 1º e Anexo III do art. 2º, ambos da Lei Complementar nº 5, de 4 de maio de 2009; Anexo 5 da Lei Complementar nº 4, de 4 de maio de 2009, e da Lei Complementar nº 10, de 18 de abril de 2011, todas do Município de Alambari, que criaram cargos de provimento em comissão na estrutura administrativa municipal - Falta de descrição das respectivas atribuições que impede a verificação do atendimento dos pressupostos constitucionais para validade dessa forma de provimento - Impossibilidade, outrossim, de supressão dessa omissão por parte do Executivo, o que equivaleria à criação de novos cargos

sem amparo em lei - Precedentes do STF - Cargos criados na legislação impugnada, ademais, que não representam funções de assessoramento, chefia e direção, possuindo natureza absolutamente comum, sem exigir do agente nomeado vínculo de especial confiança com seu superior hierárquico - Inclusão destes cargos dentre aqueles de livre nomeação e exoneração, portanto, que se deu em violação aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, interesse público e do concurso público, inseridos nos artigos 111, caput, e 115, incisos II e V, da Constituição Estadual, evidenciando o vício de inconstitucionalidade alardeado na exordial - Jurisprudência pacífica desta Corte - Cargo de Procurador-Geral do Município, por outro lado, que é realmente de provimento em comissão, tal como previsto na legislação municipal impugnada nos autos - Escolha do ocupante, no entanto, que não pode ser de livre opção do Prefeito, devendo recair, necessariamente, sobre integrante da carreira, na forma imposta pelo art. 100, parágrafo único, da Constituição Estadual, de observância obrigatória pelo ente público local, por aplicação da regra contida no art. 144 da mesma Carta - Ação julgada parcialmente procedente, para o fim de declarar a inconstitucionalidade da legislação objurgada nos autos, em relação à qual há que ser conferida interpretação conforme a Constituição Estadual, no que tange ao cargo de Procurador-Geral do Município, com a modulação dos efeitos dessa declaração." (ADI 20369447920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.507).

ADI. LM 2.237/2012, art. 1º, § 1º – LOUVEIRA. "Ação direta de inconstitucionalidade – Art. 1º, §1º, da Lei 2.237/2012, de Louveira - Vinculação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, estabelecendo reajuste na mesma data e com mesmo índice dos servidores públicos municipais - Violação aos artigos 115, XV, da Constituição Estadual, e 37, XIII, da Constituição Federal - Precedentes do Órgão Especial - Inconstitucionalidade declarada - Ação procedente." (ADI 20320600720148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.973).

ADI. LM 3.721/2014 – JOSÉ BONIFÁCIO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Insurgência do Prefeito contra lei, promulgada pela Câmara Municipal, que 'dispõe sobre a exumação de restos mortais para o reaproveitamento de jazigos do cemitério de José Bonifácio e dá outras providências' - Afronta ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes - Reconhecimento - A toda evidência, a lei em questão cria nova atribuição ao Poder Executivo e, desta maneira, não poderia ter iniciativa parlamentar - Outrossim, in casu, há criação de despesa sem indicação de específicas medidas de compensação - Precedentes do Órgão Especial - Ação julgada procedente." (ADI 20710904920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16.258).

ADI. LM 1.587/2013 - RIFAINA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 1587/2013, do município de Rifaina. Criação de cargos sem a respectiva especificação legal de suas funções ou provimento em comissão de cargo para o qual a confiança não representa requisito imprescindível. 1. Resulta clara a ofensa ao ordenamento constitucional a partir da promulgação de lei criando e permitindo o provimento em comissão de inúmeros cargos sem a respectiva descrição de suas funções, bem como sem justificar o necessário requisito da "confiança", apenas presente quando se tratem de atribuições de direção, chefia e assessoramento. 2. Ofensa aos artigos 5º; 24, §2º, 1; 111; 115, V, e 144, da Constituição Estadual. 3. Declararam a inconstitucionalidade da Lei nº 1587/2013, do município de Rifaina." (ADI 20705899520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.219).

ADI. LCM 692/2014 - CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 692, de 25 de fevereiro de 2014, do Município de Catanduva, que "Institui a falta abonada aos servidores celetistas temporários (berçarista, recreacionista, professor I e professor II) e dá outras providências". Lei de iniciativa parlamentar que dispôs sobre vantagens de servidor público e instituiu despesa sem fonte de custeio. Inconstitucionalidade reconhecida. Violação dos artigos 5º, 24, § 2º inciso IV, 25 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação

procedente.” (ADI 20663400420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.413).

ADI. LM 5.516/2014 – CATANDUVA. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 5.516, de 25 de fevereiro de 2014, do Município de Catanduva, que estabelece a obrigatoriedade do Executivo de imprimir comunicação com conteúdo de utilidade pública nos receituários médicos do Sistema Único de Saúde - SUS. Vício de iniciativa. Inocorrência. Matéria de interesse local. Imposição de obrigação a todos os entes do Sistema Único de Saúde - SUS. Impossibilidade. Criação de despesas sem previsão de receita. Reconhecimento. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente.” (ADI 20662465620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.135).

ADI. LCM 214/2013 e DECRETO 6.960/2013 – ITAQUAQUECETUBA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Legislação do Município de Itaquaquecetuba que dispõe sobre a criação do cargo de Coordenadores do Gabinete e de Assessores Técnicos Executivos e dá outras providências - Funções descritas que não exigem nível superior para seus ocupantes - Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos - Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente.” (ADI 20640830620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.242).

ADI. LCM 1.628/2014 – SERRANA. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 1.628, de 12 de março de 2014, do Município de Serrana, de iniciativa parlamentar, que proíbe "a acumulação de remuneração aos funcionários públicos em cargo em comissão que sejam aposentados junto ao Instituto de Previdência - IPREMUS". Vício de iniciativa caracterizado, dada a ofensa à cláusula de reserva atinente a projeto que disponha sobre regime jurídico de servidores públicos. Vedação ao cúmulo naqueles casos que, ademais, contraria o artigo 115 § 6º da Constituição estadual. Inconstitucionalidade reconhecida. Ação procedente.” (ADI 20636214920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 – Voto nº 24.418).

ADI. LM 7.244/2014 – GUARULHOS. “Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 7.244/14, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a transformação da central de abastecimento do Parque CECAP, Dr. Horácio de Almeida, em mercado municipal - Impossibilidade - Vício formal - Invasão de competência do Executivo - Ofensa ao principio da harmonia e independência entre os Poderes - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (ADI 20548334620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.604).

ADI. LM 6.152/2011 – BAURU. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 6.152, de 5 de dezembro de 2011, do município de Bauru, que dispõe sobre a regularização de construções irregulares naquela localidade. Inocorrência de óbice ao exame concentrado da constitucionalidade. Ato normativo que por seu conteúdo não dependia de prévios estudos de planejamento, nem da participação popular, exigências reservadas às situações indicadas no artigo 181 da Constituição estadual. Revelação de que, ainda assim, a referida lei foi precedida de encontros públicos e manifestação de entidades ligadas ao tema. Contrariedade ao texto constitucional não caracterizada. Ação improcedente.” (ADI 20483396820148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.491).

ADI. LCM 663/2013 – ATIBAIA. “Ação direta de inconstitucionalidade impugnando lei complementar que autoriza o Poder Executivo a realizar sorteios de bens móveis em favor dos cidadãos que consumirem produtos e/ou serviços no município. Alegação de vício formal de constitucionalidade da lei, por ter sido aprovada em regime de urgência durante o recesso parlamentar, sem que existisse relevante interesse público ou urgente necessidade. Regime de urgência e convocação de sessão extraordinária regularmente fundamentados em juízo político e autorizados pela Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal. Discussão e

votação do projeto amplamente viabilizadas, na presença de todos os vereadores do município. Tramitação e aprovação da lei sem qualquer afronta à Constituição Estadual. Precedente do Órgão Especial. Ação julgada improcedente." (ADI 20427552020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.377).

ADI. LM 11.139/2002 e DECRETO REGULAMENTADOR 18.158/2013 - CAMPINAS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 11.139/2002, do Município de Campinas, e seu decreto regulamentador nº 18.158/2013, que dispõe sobre a gratuidade de estacionamento público e particular para portadores de necessidades especiais, ainda que temporárias. 1. "Invade a competência da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia ao usuário pela utilização de estabelecimento em local privado". Precedentes do STF. 2. Igualmente, a inclusão da gratuidade nos estacionamentos públicos sem prévio planejamento orçamentário, implica sobrecarga ao erário, cuja análise reserva-se à Administração Pública. 3. Demais, conceder gratuidade para esse tipo de serviço a uma minoria da população, resvala em ofensa ao princípio da isonomia, dado que o cidadão portador de necessidades especiais, na verdade, necessita, antes, de acesso arquitetônico facilitado, não de gratuidade, sendo desta mais merecedor o pobre na acepção jurídica do termo, mesmo em boas condições físicas. 4. Julgaram procedente a ação, declarando inconstitucionais a Lei 11.139/2002, do Município de Campinas, e seu decreto regulamentador nº 18.158/2013." (ADI 20410282620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.113).

ADI. LM 1.440/2013 – CÂNDIDO RODRIGUES. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 1.440 que dispõe sobre a criação de benefícios a todos os servidores públicos do quadro geral de funcionários do Município de Cândido Rodrigues - Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo - Norma que afronta os artigos 61, §1º da Constituição Federal, art. 71, inciso XIV da Lei Orgânica do Município e artigos 5, 25, 47, II e XIV e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 20403926020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.549).

ADI. LCM 146/2008, art. 4º, incisos XVIII a XXII e Anexo III – ARAÇOIABA DA SERRA. "Ação direta de Inconstitucionalidade - Alegação de inconstitucionalidade dos incisos XVIII a XXII do artigo 4º e do Anexo III da Lei Complementar nº 146, de 11 de dezembro de 2008, do Município de Araçoiaba da Serra, que, ao dispor sobre o "Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Araçoiaba da Serra", cria cargos de provimento em comissão, a saber, Diretor de Escola, Vice Diretor de Escola, Supervisor Pedagógico, Coordenador Pedagógico, Assessor Técnico Pedagógico - Cargos de livre provimento em comissão que não correspondem às funções de direção, chefia e assessoramento, mas sim cargos que devem ser providos por concurso público, não se configurando a exceção de livre nomeação e exoneração - Inadmissibilidade. Violação aos artigos 111, 115, II e V, e 144 da Constituição do Estado de São Paulo - Ação procedente, com modulações dos efeitos." (ADI 20382837320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16.193).

ADI. RESOLUÇÕES 186/1990, 199/1991, 202/1992, 212/1993, 219/1993, 237/1995, 241/1995, 242/1995, 243/1995, 243/1995, 313/2008, 307/2007, 306/2007 e 317/2008 – CAMPO LIMPO PAULISTA. "Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Diplomas legais revogados no curso da lide - Perda do objeto - A ação deve ser extinta sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, porque, sobrevindo a edição da Resolução no 328/14, resta prejudicada, pela perda do objeto, a análise da constitucionalidade das Resoluções que ora se contestam - Jurisprudência do STF e desse Órgão Especial - Julga-se o processo extinto sem resolução de mérito." (ADI 20369594820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.605).

ADI. LM 15.002/2009 – SÃO PAULO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 15.002, de 22 de outubro de 2009, do Município de São Paulo. Fechamento de ruas sem saída e de vilas ao fluxo de trânsito. Matéria de interesse local e por isso inserida na competência do município.

Disciplinamento do sistema viário que cabe, porém, privativamente ao chefe do Executivo, eis que a ele compete administrar a cidade (artigo 47, inciso XIV, da Constituição paulista). Inconstitucionalidade por esse fundamento reconhecida, assim como por arrastamento do Decreto regulamentador nº 51.541/2010. Vício que se repete nas leis anteriores (Leis nºs 10.898/90, 12.138/96, 13.209/01 e 14.113/2005). Necessidade de modulação. Ação procedente." (ADI 20369257320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.191).

ADI. LM 10.672/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.672/2013, do Município de Sorocaba. Alteração do Código de Obras e Posturas do Município. Competência do Poder Executivo. Vício de iniciativa. Ocorrência. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 20357946320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 21.973).

ADI. LOM – PINHALZINHO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Omissão. Lei Orgânica Municipal que deixou de tratar do afastamento remunerado de servidores para exercício de mandato classista. Direito consectário da liberdade sindical constitucionalmente garantida. Norma de efeito contido, carente de concretização no âmbito municipal. Omissão verificada. Procedência da ação." (ADI 20300829220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.365).

ADI. LOM. EMENDAS MODIFICATIVAS 5/2013 e 2/2014 - MONTE ALTO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Emendas Modificativas editadas pela Câmara Municipal de Monte Alto, que alteraram dispositivo da Lei Orgânica daquele Município de modo a atribuir ao Prefeito Municipal a incumbência de "procurar, de forma direta ou indireta, os recursos financeiros para subsidiar em 100% (cem por cento) os custos com o transporte rodoviário de estudantes". Atos que não se limitaram a carrear ao Prefeito mera incumbência, mas conferiram eles mesmos subsídio integral ao transporte de estudantes. Vício de iniciativa reconhecido. Quebra do princípio da independência dos poderes. Presença, ademais, de aumento de despesa sem correspondente fonte de custeio. Violação dos artigos 5º, 25 e 47, incisos II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 20248015820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24.412).

ADI. DECRETO LEGISLATIVO 107/2014 - GUAÍRA. "Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Decreto legislativo que sustou decreto municipal relativo a majoração das tarifas de água e esgoto - Impossibilidade - Hipótese em que o Chefe do Poder Executivo não exorbitou de seus poderes - Vício formal - Invasão de competência do Legislativo - Ofensa ao princípio da harmonia e independência entre os Poderes - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20201784820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.603).

ADI. LM 10.673/2013 - SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.673, de 16.12.2013, do município de Sorocaba, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a proibição de corte de fornecimento de água nos imóveis onde residam pessoas portadoras de necessidades especiais ou acamados. 1. Norma que dispõe forma e modo de execução do ato que instituiu, sem definir a fonte orçamentária para tanto. 2. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo, incidindo igualmente no óbice da ausência de previsão orçamentária. 3. Ofensa à Constituição do Estado de São Paulo, especialmente os seus artigos 5º, 25, 47, II, XIV, 144 e 176, I. 4. Demais, a tarifa de água se constitui em preço público, cuja fixação e alteração compete exclusivamente à Administração Pública. 5. Julgaram procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 10.673, de 16 de dezembro de 2013, do município de Sorocaba." (ADI 20187469120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23.982).

ADI. LM 670/2013 – ATIBAIA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 670/2013, do município de Atibaia, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas alcoólicas em escolas públicas e privadas. Alegada ofensa à competência privativa do chefe do Poder Executivo, além de sobrecarga ao erário. 1. Inexistente no texto da norma qualquer imposição orçamentária à Administração Pública, não tem lugar discussão sobre esse ponto atacado na inicial. 2. Persiste, entretanto, o vício de iniciativa, considerando-se que ao Chefe do Poder Executivo é atribuída a competência legislativa quando a matéria envolva administração pública, aí englobado o ensino público, culminando em ofensa ao princípio da separação dos Poderes a subsistência da lei em exame, tal como promulgada. 3. Afronta aos artigos 5º, 24, §2º, e 47, II, XIV e XIX, "a", CE/89, ainda mais ressaltada pelas disposições contidas nos artigos 223, II, e 278, da Carta Paulista. 4. Declaração de inconstitucionalidade parcial que se impõe, apenas para o fim de suprimir de seu texto as seguintes expressões, onde quer que elas se encontrem inseridas: "pública", "públicas", "público", "pelo Poder Executivo". 5. Referentemente à disciplina direcionada às escolas da rede particular de ensino, não se vislumbra afronta constitucional, ausente comando impositivo ao Poder Público, tendo sido atribuída toda a responsabilidade pelo cumprimento da norma ao próprio estabelecimento e seus dirigentes. 6. Julgaram procedente, em parte, a ação, para o fim de declarar a inconstitucionalidade parcial da Lei Complementar nº 670/2013, do Município de Atibaia, nos termos constantes do corpo do acórdão." (ADI 20527254420148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24.207).

ADI. LM 8.796/2012 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 8.796/2012 do Município de São José dos Campos que assegurou aos doadores de sangue residentes no Município, atendimento preferencial em estabelecimentos comerciais que enumera - Alegado vício de iniciativa e afronta aos princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade - Inocorrência - Política Nacional de Sangue criada Lei nº 10.205/01 que tem como objetivo incentivar as campanhas educativas de estímulo à doação regular de sangue, não sendo de iniciativa reservada - Atendimento preferencial assegurado aos munícipes, que não tem caráter remuneratório, sequer estabelece ônus ou gera despesas de qualquer espécie à Municipalidade - Decreto de improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade." (ADI 02038442320138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26.579).

ADI. LM 3.498/2011 - SERRA NEGRA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que institui décimo-terceiro subsídio para Secretários Municipais e mandar reajustar os subsídios nas mesmas épocas e pelos mesmos índices do reajuste geral anual dos vencimentos dos servidores públicos. Inconstitucionalidade reconhecida ante o disposto nos artigos 115 inciso XV e 124 § 3º da Constituição de São Paulo. Inaplicabilidade aos Secretários Municipais, contudo, da regra da anterioridade da legislatura, eis que reservada ao subsídio dos Vereadores (art. 29, inciso VI, da Constituição Federal). Ação procedente." (ADI 02024126620138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24.645).

ADI. LM 2.057/2010 e LM 2.134/2011 - VALPARAÍSO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Leis nº 2.057/2010 e 2.134/2011, do Município de Valparaíso que instituíram incentivos a iniciativa privada, através de benefícios financeiros a empresas de pequeno e médio porte, bem assim ofertou adequação de infraestrutura interna das instalações do prédio aonde eventualmente venha a empresa a se instalar, ofertando, mais, transporte da produção local num raio máximo de 65 quilômetros - Leis que afrontam o princípio da razoabilidade - Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da lei." (ADI 01958763920138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26.535).

ADI. LM 9.708/2011, art. 3º - SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 3º da Lei nº 9.708, de 24 de agosto de 2011, do Município de Sorocaba, que cria a rede de proteção à mãe sorocabana para gestão e execução da rede de serviços de saúde de assistência obstétrica e neonatal. Ato típico da administração. Ingerência na atribuição do Executivo para a

prática de atos de gestão. Ofensa ao princípio da separação dos poderes e criação de obrigações e despesas ao Executivo sem dotação orçamentária. Precedentes. Ação julgada procedente." (ADI 01852817820138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.369).

ADI. LM 1.270/2011 - ITU. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que instituiu quadros funcionais relativos a cargos de provimento efetivo e por provimento em comissão sem os respectivos quantitativos e com delegação da disciplina de suas funções, atribuições e requisitos de provimento a ato normativo do chefe do Poder Executivo. Inadmissibilidade. Ofensa ao princípio da legalidade. Violação aos artigos 111, 115, inciso I, e 144 da Constituição do Estado. Inconstitucionalidade configurada. Ação julgada procedente." (ADI 01650494520138260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31.354).

ADI. LCM 407/2014 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei complementar nº 407/2014, de São José do Rio Preto, que alterou a Lei complementar 224/2006 - Instituição de Conselho do Plano Diretor - Vício de iniciativa - Criação e estruturação de referido Conselho não poderia advir de iniciativa parlamentar, por violar o princípio da separação de poderes - Exclusiva iniciativa legislativa ao Chefe do Poder Executivo para criação de órgão da Administração Pública - Alteração de sua estrutura para acrescentar membro do Poder Legislativo em sua composição, o que, de igual maneira, mostra-se indevido, vez que a implantação de modificações caberia ao Chefe do Poder Executivo - Violação aos arts. 5º e 24, §2º, 2 da Constituição Estadual - Instituição de Conselho sem previsão de recursos disponíveis para atendimento dos novos encargos - Afronta ao art. 25, da Constituição Estadual - Em que pese tratar de aspecto de menor relevância, os parágrafos 2º e 3º acrescidos ao art. 70, da Lei complementar municipal 224/2006, alteram o funcionamento do órgão e criam obrigação específica ao Poder Executivo - Inconstitucionalidade declarada - Ação procedente." (ADI 20558432820148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29.934).

ADI. LM 4.208/2014 - ATIBAIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 4.208, de 7 de fevereiro de 2014, que obrigou a existência de pavimentação permeável em estacionamentos abertos de veículos, no âmbito do Município de Atibaia - Inocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei deflagrado pelo Legislativo Municipal, haja vista que a norma editada não regula matéria estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta - Previsão legal que apenas tratou de tema de interesse geral da população local, pertinente ao uso e ocupação do solo urbano, inserido, portanto, na competência legislativa comum dos poderes Legislativo e Executivo - Ato normativo impugnado, ademais, que não acarreta nova despesa aos cofres públicos e nem sequer implica em atribuição à Administração Municipal, obrigando apenas aos particulares - Precedente desta Corte - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20554951020148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 19.420).

ADI. LM 2.372/2013 - SANTO ANASTÁCIO. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 2.372, de 17 de outubro de 2013, que institui o programa de educação em tempo integral em escola da rede municipal de ensino. Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo imporia em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 5°: 47: II e XIV: e 144 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20718474320148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29.276).

ADI. LM 5.515/2014 - CATANDUVA. “Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 5.515, de 25 de fevereiro de 2014, do Município de Catanduva - Determinação de criação de área reservada a instalação de rampas ou plataformas para acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nas arquibancadas e camarotes, nos eventos abertos com montagem temporária. 1 - A legislação que determina que os responsáveis por eventos realizados no município criem área reservada a instalação de rampas ou plataformas para acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nas arquibancadas e camarotes, nos eventos abertos com montagem temporária, não padece de qualquer inconstitucionalidade, uma vez que somente estabelece obrigação para particulares. 2 - O dever de fiscalização do cumprimento de normas é conatural aos atos administrativos e não tem o efeito de autorizar presunção de geração de novas despesas ao Município. Ação improcedente.” (ADI 20662664720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31.280).

ADI. LM 5.487/2013 - CATANDUVA. “Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 5.487/2013, do município de Catanduva, dispondo sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de rodas para portadores de deficiência e mobilidade reduzida em supermercados e hipermercados da região. Alegada violação da harmonia entre os poderes, vício de iniciativa e sobrecarga ao erário. 1. O texto da lei em exame não traz imposição de obrigação à Administração Pública, tão pouco prevê gastos públicos para o cumprimento do programa que instituiu, não se mostrando pertinente alegação de vício a esse propósito. 2. Não se vislumbra invasão à competência legislativa do Prefeito Municipal, cujo rol de assuntos de abordagem a ele privativa vem taxativamente descrito no §2º, do artigo 24, da Constituição Estadual, a exemplo do disposto na Carta Magna, em seu artigo 61, §1º. Competência concorrente para legislar sobre o tema. 3. Julgaram improcedente a ação.” (ADI 20636864420148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24.209).

ADI. LM 3.577/2012 - POÁ. “Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal de Poá n.º 3.577 de 02 de julho de 2012 que "Dispõe sobre alteração do artigo primeiro da lei n.º 2.163 de 16 de maio de 1991, que regulamenta o uso gratuito pelos idosos maiores de 65 anos, do sistema de transportes coletivos que operam no município e dá outras providências". Diminuição da idade de isenção de 65 para 60 anos. Vício formal de inconstitucionalidade por desvio de poder legislativo. Sanção da lei impugnada pelo chefe do Executivo não tem o condão de suprir o vício identificado. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo culmina em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 5°, 25, 47, II, 120, 144 e 176 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente.” (ADI 20574975020148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29.130).

ADI. LM 7.235/2014 - GUARULHOS. “Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 7.235, de 11 de fevereiro de 2014, de iniciativa parlamentar, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em Unidades de Terapia Intensiva de hospitais públicos do Município de Guarulhos - Inadmissibilidade - Tema relativo a atos de gestão - Ingerência do Legislativo em matéria de competência privativa do Executivo - Vedação - Arts. 5º, § 2º, 24, § 2º, 4, 47, II, XIV e 144, todos da Constituição Paulista - Precedentes - Ação julgada procedente. Deve ser julgada procedente ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que abriga matéria de competência privativa do Executivo, pelo vício de iniciativa e por afrontar o princípio da separação e harmonia entre os Poderes e, ainda, em razão de não se admitir, em princípio, iniciativa parlamentar a implicar aumento de despesa para a Administração.” (ADI 20548309120148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luis Ganzerla – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 00255).

ADI. LM 495/2013, art. 4º, “caput”, e parágrafo único - JUMIRIM. “Ação direta de inconstitucionalidade. Emenda modificativa ao Projeto de Lei do Prefeito de Jumirim que fixa normas que regulam o Orçamento Anual em razão de estimativa de receita fixa e despesas do

Município para o exercício de 2014. Alteração do art. 4º, "caput", e parágrafo único da Lei Municipal nº 495, de 23 de janeiro de 2013. Aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo seu Presidente, mesmo com veto do Prefeito. Alegação que ato normativo impugnado, oriundo de iniciativa parlamentar, violou os artigos 5º, 144 e 174, II, parágrafo 8º da Constituição Estadual, o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, e o inciso II, do artigo 13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. Ação improcedente. Emenda modificativa tornou exigível a prévia autorização legislativa para abertura de créditos adicionais resultantes de transposição, remanejamento e ou transferência de recursos de diferentes categorias de programação. Compatibilidade. Previsão legal: artigos 176, incisos VI e VII, da Constituição Estadual, e 167, incisos V e VI, da Constituição Federal. Não houve usurpação da competência do Poder Executivo e nem ofensa ao princípio da separação de poderes. Exercício da fiscalização e do controle financeiro-orçamentário. Interferência visando ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos. Busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o demando de um poder em detrimento do outro e especialmente dos governados." (ADI 20189928720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29.131).

ADI. LCM 04/2009, art. 131, "caput" - FARTURA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Federação dos Sindicatos dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo - FESSPMESP e pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Cidade de Fartura, visando à declaração de inconstitucionalidade do art. 131, caput e § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 04, de 26 de março de 2009 - Previsão constitucional de licença remunerada - O caput do art. 131 da Lei Complementar nº 04/2009 restringe garantia expressamente prevista na Constituição Bandeirante (§ 1º do art. 125), violando, desse modo, norma estadual de observância obrigatória pelo Poder Legislativo Municipal. Precedentes - Restrição ao direito fundamental de livre associação - Em relação à Constituição Federal, é certo que o afastamento não remunerado de servidor público que exerce mandato eletivo sindical limita o direito de livre associação sindical (inciso XVII, art. 5º, c/c ao inciso VI, art. 37, ambos da CRFB) - Limitação razoável de licenças concedidas por entidade estatal - A limitação prevista no § 1º do art. 131 não viola nenhum preceito, seja da Constituição Bandeirante seja da Constituição Federal. O próprio § 1º do art. 125 da Constituição do Estado de São Paulo autoriza regulamentação, por meio de lei, da licença remunerada do servidor público eleito para ocupar cargo em sindicato. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente procedente." (ADI 02006891220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 30/07/2014 - Votação Unânime - Voto nº 17.501).

ADI. LM 11.733/1995, art. 3º-A e de seus parágrafos 1º e 2º introduzidos pelo art. 5º da LM 15.688/2013 - SÃO PAULO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Impugnação dos artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 15.688, de 11 de abril de 2013, e, por arrastamento, do art. 4º da Lei Municipal nº 11.733, de 27 de março de 1995, na redação dada pelo art. 1º da Lei Municipal nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e do Decreto Municipal nº 53.989, de 13 de junho de 2013 - Estabelecimento de normas sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular do Município de São Paulo - PCPV-SP e o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso do Município de São Paulo - I/M-SP. 1. O artigo 144 da Constituição Estadual de São Paulo prevê que os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição. 2. A regulação de matéria relacionada à preservação do meio ambiente compete supletivamente ao município que, ao fazê-lo, não invade competência da União ou do Estado, como se extrai do art. 23, II, VI, VII, da CF/88, que atribui competência aos entes federativos para cuidar da saúde, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como, do art. 30, I e II da CF, que confere ao legislador municipal a atribuição de regular temas de interesse local, e ainda suplementar a legislação federal no que couber. 3. O programa de inspeção veicular representa a implementação de medidas de proteção ao meio ambiente pelo Município, criando serviços públicos necessários ao controle

de gases poluentes emitidos pela frota de veículos que transitam no Município de São Paulo. 4. Tratando-se de concessão de serviço público e, especificamente, de implantação de plano de inspeção veicular, a legislação pertinente estabelece a possibilidade de alteração unilateral do objeto contratado (art. 9º, § 4º, da Lei Federal 8987/95), tendo em vista a necessidade de avaliação e de revisão periódica do programa (art. 9º da Resolução CONAMA 418/2009). 5. A escolha da frota alvo da inspeção insere-se no âmbito de discricionariedade inerente à Administração Pública Municipal, exercida por meio de juízos de oportunidade e conveniência, como expressão de sua autonomia (art. 18 da CF) e de sua competência para legislar sobre interesses locais (art. 30, I, da CF). 6. No tocante à possibilidade de devolução das tarifas pagas aos proprietários dos veículos aprovados na inspeção, a eventual ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, conforme já decidiu o Colendo Supremo Tribunal Federal. No caso concreto, porém, havia dotação orçamentária no orçamento de 2013, que foi realocada, por decreto, para atendimento da despesa questionada. 7. O proprietário de veículo aprovado na primeira inspeção veicular em cada exercício não se enquadra na figura do poluidor, de modo que a restituição da tarifa por ele paga não significa ofensa ao princípio do poluidor-pagador, representando, isto sim, uma sanção premial ou estímulo para que mantenha seu veículo em ordem, assim contribuindo para a preservação do meio ambiente. 8. O pagamento pelo Poder Público pelo serviço de inspeção de veículos não-poluentes, cujos proprietários ficam isentos desse ônus, significa sua efetiva participação nos esforços tendentes à preservação do meio ambiente, não tendo conotação de subsídio ao concessionário do serviço. Por isso, não é adequado falar-se em desequilíbrio dos ajustes administrativos bilaterais. 9. A isenção constitui benefício comum no âmbito do Direito Tributário, podendo ser instituída sem correspondente fonte de receita, não desencadeando desequilíbrio orçamentário-financeiro, eis que possível compensação por mecanismos diversos, especialmente redução de despesas. 10. A defesa do meio ambiente pelo Município representa uma de suas atribuições permanentes, conforme determina a Constituição Federal nos artigos 23 e 225, preceitos estes reproduzidos no art. 144 da Constituição Estadual, não se tratando, pois, de "interesses coletivos instáveis" ou de "emergência transitória", a autorizar a delegação do serviço de inspeção ambiental veicular por mera autorização, como dispõe o art. 3º-A, da Lei 11.733/1995, introduzido pelo art. 5º da Lei 15.688/2013. Logo, sua prestação deve ocorrer por concessão, mediante prévia licitação, conforme exigência do art. 117 da Constituição Estadual e nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 11.733/1995. Ação parcialmente procedente - Reconhecida a inconstitucionalidade do art. 3º-A e de seus parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal nº 11.733/1995, introduzidos pelo art. 5º da Lei Municipal nº 15.688/2013, que dizem respeito à realização da inspeção veicular por empresas privadas mediante simples autorização.” (ADI 01924537120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 30/07/2014 - Votação Unânime - Voto nº 31.007).

ADI. EMENDA À LOM 63/2014 - FRANCA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Franca, Estado de São Paulo, em face do Presidente da Câmara Municipal de Franca-SP, por meio da qual se questiona a adequação constitucional da Emenda à Lei Orgânica nº 63, de 5 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre a redução de carga horária de servidor cuidador de portador de necessidade especial". Aduz, em síntese, que a norma impugnada apresenta inconstitucionalidade formal e viola os arts. 5º, 24, § 2º, nº 4, 25, 47, incisos II e XIV e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo. Não se olvida o nobre escopo da lei combatida, que visa a proporcionar melhores cuidados aos portadores de necessidade especial; contudo, com o devido respeito, a matéria nela tratada é de competência privativa do Chefe do Executivo Municipal, havendo evidente vício formal de inconstitucionalidade. Precedentes. Dessa forma, havendo violação aos arts. 24, § 2º, item 4, e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, é de rigor a procedência da presente ação. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (ADI 20477828120148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Roberto Mac Cracken – 30/07/2014 - Votação Unânime - Voto nº 17.402).

ADI. LM 1.088/2013 - BERTIOGA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Douto e Nobre Prefeito do Município de Bertioga/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.088, de 1º de

novembro de 2013, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade na concessão pelo Poder Executivo Municipal de Kit de Higiene Bucal dentro da Farmácia Municipal, e dá outras providências" - Inconstitucionalidade formal - Matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Presença de vício de inconstitucionalidade formal na produção da norma impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 20249851420148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 30/07/2014 - Votação Unânime – Voto nº 17.559).

ADI. LM 2.002/2013 – ÁGUAS DA PRATA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Estância Hidromineral de Águas da Prata, Estado de São Paulo, por meio da qual se questiona a adequação constitucional da Lei Municipal nº 2.002, de 29 de outubro de 2013, que "Autoriza o Transporte de Servidores, Pais ou Responsáveis pelos Estudantes da Zona Rural nos Veículos de Transporte Escolar do Município." – Vício de inconstitucionalidade formal - Conforme estipulação da Constituição do Estado de São Paulo, a iniciativa para legislar sobre serviços públicos, inclusive aqueles cuja execução é delegada ao particular, configura ato típico do Poder Executivo (art. 47, inciso XVIII, da CESP). Logo, a norma impugnada, por tratar de atos da Administração Pública Direta e serviços públicos, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, e não do Poder Legislativo local. Além disso, a lei impugnada também afronta o disposto no art. 47, incisos II e XIV, da Constituição Bandeirante. E, por fim, também se verifica vício de inconstitucionalidade procedimental, pois, após superado o veto do Prefeito, o projeto de lei foi, em seguida, promulgado pelo próprio Presidente da Câmara Municipal, não retornado ao Chefe do Poder Executivo, conforme determina o art. 28, § 7º, da Constituição Estadual. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 20061403120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.123).

ADI. LCM 139/2001, art. 19, parágrafo único e INSTRUÇÃO NORMATIVA 25/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São José do Rio Preto e Região, por meio da qual se questiona a adequação constitucional do parágrafo único do art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 139, de 28 de dezembro de 2001, e também da Instrução Normativa nº 25, de 28 de junho de 2013 – Vício de inconstitucionalidade material – Nos termos do art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo a autonomia legislativa municipal deve observar tanto as normas da Constituição Bandeirante quanto as da Constituição Federal. E, nessa linha, há inconstitucionalidade material das normas impugnadas, em face da violação ao estabelecido pela Constituição Federal (caput do art. 40) e reproduzido pela do Estado de São Paulo (caput do art. 126), no que tange à forma de financiamento do regime próprio de previdência social dos servidores públicos. Ação direta de inconstitucionalidade procedente." (ADI 01984547220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 14/05/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17.159)

ADI. LM 8.008/2013 – JUNDIAÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Prefeito do Município de Jundiaí/SP, visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 8.008, de 16 de abril de 2013, que determina "em agências bancárias, presença de agente de segurança nas áreas de autoatendimento" – Inconstitucionalidade formal – Inocorrência de vício formal de iniciativa que implique violação ao princípio da separação dos poderes – Ausência de criação de despesas para o erário municipal - A exigência prevista na norma em exame dirige-se às Instituições Financeiras, e não ao Poder Público local. São aquelas, e não este, que terão despesas - mínimas, é viável afirmar de passagem - com o cumprimento de tal providência imposta pela lei. Ação direta de inconstitucionalidade improcedente." (ADI 01003357620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 02/04/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 17.063)

ADI. LCM 168/2014 - GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 168, de 7 de abril de 2014, do Município de Guarujá. Alteração do art. 207 da Lei Complementar Municipal nº 38, de 24 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal). Isenção de tributos municipais. Dispositivos que não dispõem sobre atividade de atribuição do chefe do Executivo. Alegação de ofensa ao art. 25 e ao art. 176, I, da Constituição do Estado. Não ocorrência. Normas que instituem benefício fiscal e não criam "novos encargos" nem estabelecem "programa, projeto ou atividade". Inconstitucionalidade apenas do dispositivo que acrescentou o inciso VI ao referido art. 207 do Código para subordinar a apreciação de pedidos de isenção à aprovação do Legislativo. Ato concreto e específico, que compete ao Executivo. Violação do princípio da separação dos Poderes. Ação julgada parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade do referido dispositivo." (ADI 20635678320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 27/08/2014 – Votação Unânime -Voto nº 1.166).

ADI. LM 5.805/2014 – JACAREÍ. "Ação direta da inconstitucionalidade. Lei nº 5.805, de 07.03.2014 do Município de Jacareí, que altera a Lei Municipal nº 4.847 de 07 de janeiro de 2005 que dispõe sobre Uso, Ocupação e Urbanização do Solo do Município de Jacareí e dá outras providências. Inocorrência de alteração no planejamento urbano do Município, mas mera adaptação dos novos empreendimentos ao Plano Diretor. Ação julgada improcedente, com interpretação conforme a Constituição do Estado." (ADI 20474700820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 06/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31.563).

ADI. LM 2.537/2013 – TAMBAÚ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Municipal nº 2.537 de 11 de setembro de 2013, de Tambaú - Redução do limite da obrigação de pequeno valor a montante igual ou inferior a 10 salários-mínimos. 1 - A Constituição Federal de 1988 não só autorizou a cada um dos entes da Federação que estabelecesse, mediante lei, seus débitos judiciais de pequeno valor, como possibilitou a fixação de três valores distintos na própria esfera administrativa de cada qual delas, isto é, débitos de pequeno valor para a Administração Pública Direta, para a Administração Pública Autárquica e para a Administração Pública Fundacional. 2 A Constituição do Estado de São Paulo, no § 6º do art. 57, ao dispor que 'A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 4º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público', possibilita ao município fixar o pequeno valor que deva pagar independentemente de precatório, em virtude de sentença judicial transitada em julgado. 3 - O valor igual ou inferior a dez salários mínimos não contraria os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, presumindo-se que se ajusta à capacidade financeira do município, matéria cuja análise foge, aliás, do âmbito restrito do controle abstrato da constitucionalidade, pois implicaria dilação probatória para apuração do potencial financeiro do ente público. Ação improcedente." (ADI 20442275620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Itamar Gaino – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.242).

ADI. LM 7.269/2014 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Município de Guarulhos - Lei de iniciativa do Legislativo a autorizar o Chefe do Executivo, querendo, à publicação gratuita no Diário Oficial de balancetes financeiros das entidades beneficentes ali atuantes - Alegação de inconstitucionalidade, já que a iniciativa de lei dessa ordem tocaria exclusivamente ao Alcaide, envolvendo inclusive dispensa de receita - Norma legal, entretanto, de caráter simplesmente facultativo, não chegando a impor obrigação nenhuma - Anódina, em última análise, benéfica inclusive no aspecto prático, já que se o Prefeito decidir se valer da faculdade previamente concedida, não precisará enviar novo projeto legal, específico, à Câmara - Improcedência reconhecida." (ADI 20925620920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.191).

ADI. LOM – TAQUARITINGA. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal - Mecanismo semelhante ao de um gatilho salarial, a prever reajustes automáticos para o funcionalismo, uma vez atingido determinado patamar inflacionário - Ilegalidade flagrante, batendo de frente com norma constitucional vigente desde 1988 - Lei, por outro lado, de iniciativa do Legislativo, por mais essa razão flagrante sua inconstitucionalidade - Aprovação,

todavia, há 24 anos, desde 17.7.90 o diploma legal impugnado se achando em vigor e sendo devidamente cumprido, até ser representado pelo Chefe do Executivo, no corrente ano - Situação em que a declaração de inconstitucionalidade vale apenas para o futuro, para os aumentos subsequentes ao presente acórdão, os pagamentos antes recebidos inadmitindo devolução; até porque efetuados pelo próprio Poder Executivo, que sempre acatou o comando legal - Pagamentos recebidos de boa-fé inadmitem repetição - Modulação dos efeitos do decisum apenas quanto a isso, para esse fim julgada procedente a ação." (ADI 20858977420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.188).

ADI. LM 7.236/2014 – GUARULHOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei nº 7.236/2014, do Município de Guarulhos que "Dispõe sobre a utilização de papel reciclado, no âmbito de administração municipal e dá outras providências" – Lei oriunda de projeto proposto por Vereador, que cuida de matéria administrativa, criando atribuições a órgãos da Administração Pública, sem indicação, ademais, de fonte específica de receita – Vício de iniciativa ocorrente, com violação ao principio da separação de poderes, propriamente dos artigos 5º, 24, § 2º, n.2, 25, 47, incisos II, XIV e XIX, a, 144 e 176, I, da Constituição do Estado – Ação julgada procedente." (ADI 20839802020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16.352).

ADI. EMENDA 17/2014 à LOM - FLÓRIDA PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Emenda de iniciativa parlamentar que alterou a Lei Orgânica do Município de Flórida Paulista. Exigência de que 50% dos cargos em comissão sejam providos por servidores do quadro efetivo da administração. Vício de iniciativa reconhecido relativamente aos cargos do Poder Executivo. Violação dos artigos 5º e 24 § 2º itens 1 e 4 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação parcialmente procedente." (ADI 20733552420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25.048).

ADI. RESOLUÇÃO 2/2012 – ATIBAIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Arts. 48 a 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Atibaia, com a redação que lhes conferiu a Resolução nº 2, de 6 de fevereiro de 2012, que regulam o processo de destituição de membro da Mesa Diretora - Exame da compatibilidade vertical dos atos normativos com a Constituição Estadual que deve se limitar aos arts. 48, § 1º, 49, caput e § 5º, e 50, § 3º, uma vez que apenas em relação a estes foram apresentadas as normas constitucionais de confronto - Vício, no entanto, que somente deve ser reconhecido em relação à expressão "ficando afastado(s) das funções de membro da Mesa até a conclusão do processo", contida no art. 49, § 5º, daquele Regimento Interno - Providência que equivale à aplicação sumária da sanção, sem permitir o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo acusado - Medida drástica e excepcional que até mesmo em sede do processo judicial encontra sérias limitações, não tendo lugar no processo administrativo - Inconstitucionalidade aduzida na exordial em relação a tal preceito que restou evidenciada na espécie, por afronta aos arts 4º e 144 da Constituição do Estado de São Paulo - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente em parte." (ADI 20729551020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.735).

ADI. LM 1.779/2014 – ITAÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Municipal n° 1.779, de 11 de abril de 2014, do Município de Itaí, que dispõe sobre a alteração das alíquotas das Fontes de Financiamento de Custeio da Caixa de Previdência Social Municipal de Itaí, e dá outras providências – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos 5º, 24, §2º, 2, 47, XIX e 144, da Constituição Estadual de São Paulo – Ação procedente." (ADI 20693773920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32.243).

ADI. LM 6.824/2011, 6.509/2009 e 6.963/2011 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Leis 6.824/11, 6.509/09 e 6.963/11 do Município de Guarulhos. Alegação de criação de cargos em comissão sem requisitos exigidos constitucionalmente, concessão de

acesso a cargo público através de concurso interno, institucionalização de "desvios de função" e criação de adicional por atividades inerentes aos cargos. Superveniência da Lei 7.238/2014, que derroga dispositivos questionados na exordial, mas mantém situações análogas. Prejudicialidade. Inocorrência. Aplicação analógica dos artigos 176 e 177, do Regimento Interno do STF. Conversão do julgamento em diligência, para submissão do incidente de inconstitucionalidade à apreciação da Procuradoria Geral da Justiça. Reconhecimento da inconstitucionalidade incidental de artigos da nova norma. Afronta aos artigos 111, 115, I, II e V, e 128, da Constituição Estadual, e ao artigo 37, I, II e V da Constituição Federal. Ação procedente." (ADI 20078638520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.295).

ADI. LCM 221/2013 – SUZANO. "Ação direta de inconstitucionalidade. IPTU. Tramitação de projeto de lei que alterou alíquotas em regime de urgência. Alegação de não observância do artigo 23, da Constituição Estadual, e de ofensa a dispositivos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal. Desrespeito ao princípio da simetria. Inexistência de eiva no processo legislativo ou de violação a princípios constitucionais da Administração Pública. Impossibilidade de constatação de eventual efeito confiscatório. Ação improcedente." (ADI 20036061720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 27/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22.327).

ADI. LM 3.705/2014 – POÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Insurgência do Prefeito de Poá em face da Lei Municipal nº 3.705, de 3 de abril de 2.014, de iniciativa parlamentar, que 'dispõe sobre a criação do programa de coleta de medicamentos vencidos ou estragados, e fixa outras providências correlatas' - Aduz o autor ofensa ao princípio constitucional de separação de poderes, vez que ocorrente vício de iniciativa, bem como a indevida criação de despesas sem a correspondente indicação de fonte de custeio – Reconhecimento - Precedentes do Órgão Especial - Ação julgada procedente." (ADI 20788634820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 20/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 16.296).

ADI. LM 1.853/2012 – VISTA ALEGRE DO ALTO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei do Município de Vista Alegre do Alto que dispõe sobre atos de administração privativos do Chefe do Poder Executivo Municipal. Lei nº 1.853, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o destino dos recursos repassados pelo IPMVAA - Instituto da Previdência Municipal de Vista Alegre do Alto aos cofres públicos, além de outras providências. Ofensa ao princípio da separação dos poderes. Vício de iniciativa. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal. Procedência." (ADI 20495989820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.582).

ADI. LCM 63/1993 – LEME. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 63, de 26 de março de 1993, do Município de Leme. Impugnação dos artigos 2º e 3º, que possibilitam ao Prefeito Municipal a concessão de gratificação aos ocupantes de cargos em comissão do quadro da SAECIL - Superintendência de Água e Esgoto da Cidade de Leme. Gratificação a ser regulamentada por meio de Decreto. Violação ao princípio da reserva legal e da impessoalidade, da moralidade e da separação dos poderes (artigos 115, 128 e 144 da Constituição Estadual). Ação procedente." (ADI 20407632420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.310).

ADI. Constituição Estadual, art. 115, V – NOVA CAMPINA. "Acão de direta de inconstitucionalidade por omissão. Alegação de ofensa ao Art. 115, inciso V, da Constituição Estadual, que dispõe que os cargos em comissão (destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento) devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei. Reconhecimento de inconstitucionalidade em razão da inexistência de norma disciplinando a questão no âmbito do município de Nova Campina. Mora legislativa configurada. Ação procedente com fixação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a omissão seja suprida. Estabelecimento, ainda,

do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) para preenchimento dos cargos em comissão por servidores públicos efetivos, na hipótese de persistência da omissão normativa além do prazo fixado." (ADI 01408947520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.153).

ADI. LM 11.503/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta contra a Lei Municipal n. 11.503 de 29 de abril de 2014, do Município de São José do Rio Preto. Norma que altera o zoneamento urbano, para permitir a atividade de 'estacionamento comercial' em imóvel determinado. Ausência de estudos, planejamentos técnicos e de participação comunitária. Imprescindibilidade. Incompatibilidade vertical da norma rio-pretense com a Constituição Paulista. Ocorrência. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Ofensa ao artigo 180, II e 191 da Constituição Bandeirante. II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Matéria atinente à gestão da cidade. Se a competência que disciplina a gestão administrativo-patrimonial é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20831643820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.290).

ADI. LM 1.951/2003 – ITAPEVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Art. 1º, parágrafo único, e art. 3º, 'caput', e §§ 1º, 2º e 4º, da Lei n.º 1.951/2003, de Itapeva, que disciplina a instalação de estabelecimentos de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Apontado vício de inconstitucionalidade formal orgânica. Matéria que não é de competência legislativa do Município. Competência concorrente da União e dos Estados, já exercida por aquela (Lei Federal nº 5.991/1973). Inobservância da repartição constitucional de competências. Ação julgada procedente." (ADI 20756547120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.755).

ADI. LM 7.112/2013 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 7112, de 07 de janeiro de 2013, do Município de Guarulhos, que acrescentou o trecho "e/ou assumir cargo eletivo" a Lei Municipal anterior que disciplinou a incorporação de diferença salariais de servidores municipais que exerceram cargos em comissão ou de confiança - Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, a quem competia o veto por força da LOM do Município - Impossibilidade de "interpretação conforme a Constituição", como pretendido pela Câmara, na medida em que, em não sendo o agente público servidor lotado na Câmara Municipal, apenas ocupando em caráter transitório cargo que pertence àquela Casa, não compete à Câmara legislar sobre o assunto, sendo inaplicável o artigo 51 , IV e 52, XIII, da Constituição Federal - Ação julgada procedente, por afronta aos artigos 5º, 24, § 2º, n. 4 e 144 da Constituição Bandeirante, que se consideram prequestionados - Modulação dos efeitos ex tunc, em face do caráter alimentar de valores eventualmente auferidos e da presumível boa-fé de quem os auferiu." (ADI 20640744420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.776).

ADI. LM 2.028/2014 – ÁGUAS DA PRATA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal que dispõe sobre normas para a realização de rodeios no âmbito do Município de Águas da Prata. Normatização que, em parte, excede a competência suplementar municipal. Ofensa, ainda, ao princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade configurada. Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 20612207720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.568).

ADI. LM 4.558/1997, 5.594/2006 e 1.802/1969 – SÃO BERNARDO DO CAMPO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. I - Cobrança de taxa de conservação de vias e logradouros, pela realização de serviços públicos essenciais (pavimentação de ruas) e execução de serviços. II - Dispositivos impugnados: Leis n. 4.558, de 11 de dezembro de 1997; n. 5.594, de 05 de outubro de 2006, na parte em que alteram os artigos 201, 203 e 205 da lei n. 1.802, de 26 de dezembro de 1969, do Município de São Bernardo do Campo, e, por arrastamento, das Leis n.

2.361/78 e n. 1.886/70, na parte em que alteraram o artigo 205 da Lei n. 1.802, de 26 de dezembro de 1969, e, por arrastamento, da redação original dos artigos 201, 203 e 205 da Lei n. 1.802, de 26 de dezembro de 1969, todos do Município de São Bernardo do Campo. III – Os princípios impostos à Administração Pública foram desrespeitados. De outro lado é mais forte o fato de a cobrança de taxa ter hipótese de incidência de prestação de serviço público geral ou universal e indivisível, que, na verdade, beneficia um número indeterminado de pessoas, qual seja, a conservação de vias e logradouros públicos, própria dos impostos. IV - A harmonia entre os Poderes é princípio de observância obrigatória pelos Municípios, conforme decorre do disposto no artigo 144 da Constituição Estadual. V - Afronta ao art. 160, inciso II, e § 2°, da Constituição Estadual, cuja observância é obrigatória pelos Municípios, por força do art. 144 dessa mesma Carta Política. VI - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente". (ADI 20609132620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.281).

ADI. LM 11.412/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 11.412, de 03 e dezembro de 2013 do Município de São José do Rio Preto que impõe a participação de intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS) em todos os eventos públicos realizados no âmbito municipal – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos 5º, 25, 47, incisos II e XIV, 144 e 176, I, da Constituição Estadual de São Paulo - Ação procedente." (ADI 20026881320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.551).

ADI. LM 4.539/2013 – LENÇÓIS PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 4.539, de 20 de novembro de 2013, do Município de Lençóis Paulista. Isenção parcial de ISS. Alegação de violação de iniciativa reservada do Chefe do Executivo. Não ocorrência. Matéria de iniciativa concorrente, conforme jurisprudência deste Órgão Especial e do STF. Alegação de afronta ao princípio da independência dos Poderes. Não ocorrência. Norma que não dispõe sobre atividade de atribuição do chefe do Executivo. Alegação de ofensa ao art. 25 da Constituição do Estado. Não ocorrência. Lei que institui benefício fiscal e não cria "novos encargos". Expressão "sem prejuízo de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento", constante do art. 3º, caput, da lei impugnada, que deve ser interpretada conforme o art. 47, III, da Constituição do Estado. Ação julgada improcedente, fixada interpretação conforme do referido dispositivo." (ADI 20688814420138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 940).

ADI. LCM 195/1999 e LM 217/2001 – SÃO JOÃO DE IRACEMA. "Funcionário público - Leis locais do Município de São João de Iracema, Comarca de General Salgado, deferindo gratificação de nível universitário a qualquer servidor que ostente esse grau - Inexistência de causa eficiente a justificar a concessão da benesse, já que as funções do servidor continuarão as mesmas, sem qualquer plus a justificar a regalia, sem que o cargo exercido reclame diploma universitário ou demande qualquer esforço suplementar inerente à graduação superior - Ação procedente, para reconhecer írritos os diplomas legais respectivos, de quinze e treze anos atrás. Com a necessária modulação para que o desfazimento não retroaja à data do presente julgamento, subsistindo os pagamentos anteriores uma vez recebidos de boa-fé." (ADI 20742724320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24.062).

ADI. EMENDA 01/2012 à LOM – PRESIDENTE BERNARDES. "Ação direta de inconstitucionalidade - Emenda 01/2012 à Lei Orgânica do Município de Presidente Bernardes – Superveniência da Emenda 04/2014 que alterou parte dos textos do ato normativo impugnado (83, XXII e XXIII, 77, §§1º a 5º, 83, §7º e 85, §3º, da Lei Orgânica do Município de Presidente Bernardes) – Revogação parcial – Prejudicialidade apenas em parte - Disposições dos artigos 1º e 4º e parte das disposições dos artigos 5º e 6º que permaneceram em vigor, por não se mostrarem incompatíveis com as alterações – Extensão das restrições previstas na Lei Complementar Federal 135/2010 ao âmbito da Administração municipal – Previsão semelhante contida no artigo 111-A, da Constituição Estadual – Inexistência de afronta a preceitos

constitucionais – Ação em parte extinta sem resolução de mérito e julgada improcedente quanto ao restante." (ADI 20661669220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.241).

ADI. LM 1.799/2013 – RESTINGA. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Municipal – Lei que dispõe sobre o estabelecimento de regras sobre a organização funcional dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Restinga, além do afastamento do cargo de prefeito – Afronta aos artigos: 5º, 24, § 2º, 4, da Constituição Estadual, e ao artigo 22, inciso I, da Constituição Federal – Ação procedente." (ADI 00989907520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 20/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.528).

ADI. LCM 345/2013 – SERRANA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 345/2013, do município de Serrana, regulamentando a realização de feiras temporárias na cidade. Alegado vício de iniciativa e afronta à legislação tributária local. 1. "O contencioso de constitucionalidade, por via de ação direta, de lei municipal tem como exclusivo parâmetro a Constituição Estadual (art. 125, §2º, da Constituição Federal), sendo defeso o contraste com a legislação municipal". 2. Não ocorre o alegado vício de iniciativa, em face da competência das Câmaras Municipais para a elaboração de leis dispondo sobre matérias de interesse local, não reservadas constitucionalmente ao chefe do Poder Executivo. 3. Lei impugnada que não padece dos vícios dos iniciativa ou de natureza orçamentária, viabilizando até mesmo a ordem e o crescimento da economia local. 4. Julgaram improcedente a ação, cassando a liminar concedida." (ADI 02057565520138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 06/08/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 23.973).

ADI. LCM 257/2012 e LM 4.564/2012 – OSASCO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Liminar. Situação se traz a plenário, para exame, com base no permissivo do art. 168, § 2º R.I.T.J.S.P. Leis Municipais de Osasco. Majoração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, criação de hipótese de isenção tributária e alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Leis aprovadas em suposto desacordo com o devido processo legislativo, mediante violação dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade e participação popular. Vícios alegados que não se observam em análise 'prima facie' dos autos. Ausência de 'fumus boni iuris'. Inexistência, também, de 'periculum in mora'. Concessão, ademais, que, neste momento, representaria risco de grave violação à ordem pública. Liminar denegada." (ADI 21139410620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31.652).

ADI. LM 11.501/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.501 de 29 de abril de 2014, que: "Regulamenta o funcionamento de radares eletrônicos no Município". Vicio formal, por desvio do Poder Legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo imporia em violação frontal ao texto constitucional que consagra o Princípio da Separação dos Poderes. Ofensa aos artigos 5°: 47, II e XIV e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. E a atividade de fiscalização de trânsito, no âmbito de circunscrição de órgãos e entidades executivas de trânsito, cabe ao Poder Executivo. Art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro. Inconstitucionalidade configurada. - Ação procedente." (ADI 20734444720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.366).

ADI. LM 12.996/2013 – RIBEIRÃO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei - Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre "a obrigatoriedade de divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas de especialistas, exames e cirurgias na rede pública municipal" na Comarca de Ribeirão Preto - Iniciativa comum, que não gera despesas a Municipalidade - Inocorrência de vício - Reserva de iniciativa do Poder Executivo elencada 'numerus clausus' no artigo 24, § 2º da Constituição Estadual e artigo 61 da Constituição da República - improcedência da ação." (ADI 20113965220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.657).

ADI. LM 10.478/2013 – SOROCABA. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 10.478, de 24 de junho de 2013, do Município de Sorocaba, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de rede de 'Sprinklers' de prevenção e combate a incêndios e dá outras providências”. Alegação de usurpação de competência do Estado. Não ocorrência. Competência do Munícipio para legislar sobre assunto de interesse local. Alegação de violação do princípio da separação dos Poderes e da exclusividade de iniciativa do Prefeito. Não ocorrência. Alegação de afronta ao princípio da razoabilidade no tocante ao seu artigo 5º. Ação improcedente, extinto o processo, sem resolução do mérito, quanto ao artigo 5º do diploma legal, alterado por lei superveniente ao ajuizamento.” (ADI 20355755020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 999).

ADI. LM 10.533/2013 – SOROCABA. “Direta de inconstitucionalidade. Lei do Município de Sorocaba de iniciativa de Vereador instituindo classes hospitalares nos hospitais locais integrantes do SUS (Sistema Único de Saúde) de modo a proporcionar atendimento pedagógico domiciliar a crianças e adolescentes com necessidades especiais. Proposição de cunho humanitário e que visa proteger vulneráveis, o que não é suficiente para legalizar a norma. Usurpação de poderes reservados ao Executivo, sem contar na criação de despesas sem dotação orçamentária específica. Precedentes do Órgão em casos semelhantes e do STF. Ação julgada procedente para reconhecer e declarar a inconstitucionalidade da Lei 10.533, de 26.8.2013, do Município de Sorocaba.” (ADI 02050767020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Enio Zuliani – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29.698).

ADI. LCM 2.104/2013 e LCM 1.882/2007 – PINDORAMA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Artigos 38 e 39 e cargos de provimento em comissão constantes do anexo II e IV da Lei Complementar nº 2104, de 18 de abril de 2013; artigo 2º da Lei nº 1882/2007 e cargos de provimento constantes dos anexos VIII, IX, XII e VIV, também da LC 1882/2007, todos do Município de Pindorama - Artigos e anexos que criam cargos de provimento em comissão que não se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento, afrontando, assim, os incisos II e V do artigo 115 da Constituição do Estado - Ausência, também de rol de atribuição dos cargos criados de acordo com a lei - Cargos criados que, dada suas funções meramente técnicas, burocráticas ou operacionais não exigem vínculo de confiança e, portanto, teriam que ser preenchidos por concurso público - Sujeição dos cargos ao regime jurídico celetista que afronta os princípios da razoabilidade e da moralidade na medida que fornece, indiretamente, estabilidade incompatível com a natureza do cargo comissionado - Ação procedente, declarada a inconstitucionalidade dos dispositivos legais impugnados.” (ADI 20281758220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.682).

ADI. LM 10.525/2013 – SOROCABA. “Direito Constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Lei de iniciativa parlamentar que alterou os requisitos para a obtenção de benefício fiscal pelas empresas localizadas no Município de Sorocaba - Possibilidade - Inexistência de vício formal - Hipótese em que não se configura invasão de competência do executivo - A lei que institui benefício fiscal, ainda que gere repercussão no orçamento do Município, é matéria de iniciativa comum - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e dessa Egrégia Corte. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente, cassando-se a liminar anteriormente concedida.” (ADI 01893202120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26.712).

ADI. LM 11.497/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. “Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 11.497, de 14 de abril de 2014, do Município de São José do Rio Preto, que alterou o zoneamento de avenida da região urbana - Inocorrência de vício de iniciativa do projeto de lei deflagrado pelo Legislativo Municipal, haja vista que a norma editada não regula matéria estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta - Previsão legal que apenas

tratou de tema pertinente ao uso e ocupação do solo urbano, inserido, portanto, na competência legislativa comum dos poderes Legislativo e Executivo, razão pela qual poderia mesmo decorrer de proposta parlamentar - Exame do vício alegado em relação ao ato normativo impugnado que, no entanto, pode e deve ser realizado pelo órgão julgador sob outros fundamentos que não aqueles expendidos pelo autor, por vigorar na ação direta o princípio da causa aberta - Precedentes do STF - Legislação local questionada que deu tratamento individual e casuístico ao local que especifica, sem tomar em consideração o regramento de uso e ocupação do solo municipal em sua integralidade e os efeitos sobre o desenvolvimento urbano, desconsiderando os preceitos constitucionais que impõe tais providências - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta ao preceito contido no art. 181, caput e § 1º, da Constituição do Estado de São Paulo - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20651743420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19.594).

ADI. LM 5.478/2013 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei municipal nº 5.478, de 2013, de iniciativa parlamentar, estabelecendo diretrizes para política municipal de promoção da saúde do idoso e envelhecimento saudável. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa - ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Insuficiente referência genérica. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 25, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 20624289620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.760).

ADI. LM 2.218/2012 – CASTILHO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei nº 2.218/2012, do Município de Castilho, que "Dispõe sobre declaração de intervenção na concessão de água e esgotamento sanitário e dá outras providências" – Lei oriunda de projeto proposto por Vereadores – Matéria atinente à administração do Município – Vício de iniciativa ocorrente, com violação do principio da separação de poderes (artigos 5º, 47, II e XIV, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo) – Irrelevância de ser a lei "autorizativa" – Ação julgada procedente." (ADI 20536166520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16.297).

ADI. LCM 01/2010 – ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar n. 01/2010, do Município da Estância Climática de Analândia, com as alterações da Lei Complementar n. 02/2012. Criação de cargos de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Diretor Clínico, Diretor de Hospital e Diretor de Recursos Humanos, constantes no Anexo III e adoção do regime celetista para cargos de livre nomeação e exoneração de Assessor Jurídico, Chefe de Gabinete e Procurador Judicial, presentes no Anexo IX. II - A criação de cargos de provimento em comissão, destinados, muitos deles, a funções burocráticas ou técnicas de caráter permanente são incompatíveis com os princípios retores previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Paulista e a possibilidade de contratação fere de morte o regime constitucional brasileiro. Não sendo caso de contratação em regime de urgência, imprescindível a realização de concurso público, conforme preceitua o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. A criação desses cargos em comissão em moldes artificiais e não condizentes com as praxes de nosso ordenamento jurídico e administrativo só pode ser encarada como inaceitável esvaziamento da exigência constitucional de concurso. Afronta aos artigos 5º, 111, 115, incisos I, II e V; 144, todos da Constituição Estadual. III - Adoção do regime celetista para os titulares dos cargos em comissão de Assessor Jurídico, Chefe de Gabinete e Procurador Judicial. Inadmissibilidade. A principal característica do cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é a precariedade. Impossível a adoção do regime celetista porque os cargos em comissão têm como natureza jurídica a instabilidade. Não há nas Constituições Federal e Estadual amparo à sujeição dos ocupantes de cargos comissionados ao regime celetista, sendo ambos inconciliáveis. Inteligência dos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal e incisos II e V do artigo 115 da Constituição Bandeirante. IV -

Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20291068520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.163).

ADI. LM 2.314/2005 – GUARAREMA. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 2.314, e 31 de agosto de 2005, do Município de Guararema, que dispõe sobre autorização para a Prefeitura Municipal padronizar a frota de veículos e equipamentos pesados de sua propriedade e outras providências, sem a devida licitação. Ofensa aos arts. 111, 117 e 144, todos da Constituição Estadual. II - Inadmissibilidade. Regras previstas pela Lei Nacional n. 8.666/93. Se é privativa a competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação, violenta o sistema jurídico-constitucional federal e federado a norma municipal que contraria o artigo 144 da Constituição Paulista, na medida em que referida norma feriu o princípio federativo, ao desrespeitar os princípios de repartição constitucional de competências. Inconstitucionalidade material configurada. Ofensa ao artigo 144. III - Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da norma municipal". (ADI 20191894220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39.295).

ADI. LM 2.893/2013 e LM 2.894/2013 – HORTOLANDIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Leis municipais de iniciativa parlamentar tendo por objeto (a) a Lei Municipal nº 2.893/2013 - pela criação do Programa de Horta Comunitária e (b) a Lei Municipal nº 2.894/2013 - ao dispor sobre a divulgação, pelas instituições financeiras do Município, da proibição de venda casada de qualquer produto ou serviço, estabelecendo fiscalização e imposição de sanções ao Executivo. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa na espécie. Ingerência na organização administrativa. Ocorrência. Afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Inadmissibilidade. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 25, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 20091074920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 06/08/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30.758).

ADI. LM 3.614/2013 – POÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei complementar nº 3.614, de 23 de maio de 2013, do Município de Poá, de iniciativa parlamentar, que autoriza o Poder Executivo de Poá a criar a "Casa transitória de Abrigamento para Mulheres Vitimizadas por Violência", no âmbito municipal, e dá outras providências - Matéria que se insere no âmbito das atribuições do Prefeito - Violação do princípio da separação dos poderes - Lei que, ademais, gera despesas sem indicação dos recursos disponíveis - Violação dos arts. 5º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a", 144 e 176, I, da Constituição do Estado - Inconstitucionalidade reconhecida - Ação julgada procedente." (ADI 01351977320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.003).

ADI. LCM 670/2012 – MARÍLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei complementar nº 67, de 11 de outubro de 2012, do Município de Marília - Lei que estabelece normas gerais para o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte, criando Programa de Incentivos para o Desenvolvimento das Atividades Econômicas no Município de Marília – PROINDEM e Conselho de Desenvolvimento Econômico para Geração de Emprego e Renda - CONDEGER, com determinação de aplicação das diretrizes da lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 Lei que, de iniciativa de vereador, invade área de atividade própria do Poder Executivo, de competência exclusiva do Prefeito, com violação do princípio da separação dos poderes - Criação de despesa sem a indicação da correspondente fonte de custeio - Violação dos arts. 5º, 24, § 2º, ns. 1 e 2, 25, 47, II, XIV e XIX, "a", e 144 da Constituição do Estado - Ação julgada procedente." (ADI 01154019620138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 30/07/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27.002)

ADI. LM 11.388/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 11.388/13, de São José do Rio Preto, vetada pelo Prefeito por vício de iniciativa, e que teve o veto rejeitado - Inconstitucionalidade flagrante - Obrigatoriedade de placas bilíngues

(português e inglês) em repartições e órgãos públicos, hotéis, hospitais e agências bancárias - Prática de ato de administração pelo Legislativo, invadindo a seara do Executivo - Ação procedente, para declarar a ilegalidade do diploma legal em exame, que anteriormente já teve suspensa a sua vigência." (ADI 20707726620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24331)

ADI. LCM 167/2014 – GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar municipal nº 167, de 2014, de iniciativa do Chefe do Executivo, isentando o contribuinte de honorários advocatícios nos casos solucionados pelo programa de recuperação fiscal. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa - ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 25, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 20469574020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 03/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22368)

ADI. LM 11.502/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.502/2014 do Município de São José do Rio Preto. Obrigatoriedade da Concessionária da linha férrea manter as locomotivas dos trens com motores desligados durante o período em que se mantiverem paradas no trecho urbano do Município. Não configurada violação à iniciativa reservada ao Chefe do Executivo. Hipóteses taxativas . Ônus fiscalizatório. Ausência de aumento de despesa. Atividade inerente à Administração Pública. Causa de pedir aberta da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Transporte ferroviário. Invasão de competência privativa da União para legislar sobre o tema. Ofensa ao artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal e artigo 144, da Constituição do Estado. Ação julgada procedente." (ADI 20753896920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 17/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31647)

ADI. LM 5.510/2013 – SUMARÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 5.510, de 12 de agosto de 2013, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder transporte gratuito para enterros realizados pelo Município de Sumaré aos munícipes de baixa renda". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao instituir transporte gratuito para enterros realizados pelo serviço funerário municipal, avança sobre área de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda cria despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições do art. 5.º, art. 24, § 2º, n. 2, art. 25, art. 47, II, XIV e XIX, e 144, todos da Constituição Estadual. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20837256220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27415)

ADI. LM 3.717/2014 – POÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal de Poá que dispõe sobre autorização de uso de passeios públicos fronteiriços a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e similares. Ausência de inconstitucionalidade formal ou material. Matéria não prevista no rol taxativo de assuntos reservados à iniciativa legislativa do Prefeito Municipal. Norma tutela o interesse coletivo da comunidade local prevendo somente condições mínimas e gerais, a serem observadas para que, eventualmente, se autorize o uso privativo de passeios públicos, sem que isso represente qualquer ingerência nas atribuições do Poder Executivo. Própria lei impugnada prevê hipótese de obtenção de uma nova autorização, após aplicação de sanções pelo Poder Público, bem como de sua cassação ou revogação por interesse público. Necessidade de interpretação da lei conforme a Constituição. Exclusão da interpretação de que a autorização de uso do passeio público independe de ato discricionário concreto da Administração Público. Ação julgada improcedente, com interpretação conforme a Constituição." (ADI 20792506320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 24/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31553)

ADI. LCM 10.586/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 5º, "caput", e artigo 8º, "caput", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 10.586, de 02 de outubro de 2013, do município de Sorocaba, que "cria e amplia cargos, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.491, de 04 de março de 1994, que reorganiza a estrutura administrativa da Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais FUNSERV". O artigo 5º, decorrente de emenda parlamentar, estabelece que o cargo de Assessor Técnico, criado pelo art. 4º como sendo originariamente de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, continua sendo de provimento em comissão, mas, privativo de funcionário de carreira; ao passo que o artigo 8º, também de origem parlamentar, cria em favor dos servidores benefício de assistência à saúde inexistente no projeto original. Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. Versando o dispositivo impugnado sobre regime jurídico de servidores públicos, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Executivo, não poderiam os vereadores interferir nessa matéria, com significativa mudança no texto original da lei, nem mesmo por meio de emenda aditiva, uma vez que esse poder de apresentar emendas, embora decorra do legítimo exercício da atividade legiferante, própria do Poder Legislativo, encontra óbice em algumas limitações constitucionais destinadas a evitar exatamente o aumento de despesas não previstas inicialmente e a descaracterização do projeto de lei original. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20701701220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27390)

ADI. LM 10.980/2011 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.980, de 05 de outubro de 2011, do município de São José do Rio Preto, que "permite o comércio de bar e restaurantes na Rua Antônio de Godoy, trecho compreendido entre as Ruas Independência e Fernando Correia Pires". Ação ajuizada por Associação de Moradores de Bairro. Ilegitimidade ativa. A legitimação conferida pelo inciso "V" diz respeito às "entidades de classe", assim entendidas aquelas que atuam na defesa de uma categoria profissional ou econômica, cujo conteúdo seja "imediatamente dirigido à ideia de profissão entendendo-se classe no sentido não de simples segmento social, de classe social, mas de categoria profissional" (Alexandre de Moraes, in "Direito Constitucional", Ed. Atlas, 2008, 23ª edição, p. 742). Precedentes deste C. Órgão Especial. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil." (ADI 20547238120138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27401)

ADI. LM 11.272/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.272, de 26 de novembro de 2012, do Município de São José do Rio Preto, que "dispõe sobre a inclusão da matéria 'sensível aos 3R's como atividade extracurricular nas Escolas Públicas Municipais". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao interferir na forma de prestação de serviço público de ensino, mediante acréscimo de atividade extracurricular denominada "sensível aos 3 R's" (reutilizável, retornável e reciclável) nas Escolas Públicas Municipais, avançou sobre área de planejamento, organização e gestão administrativa, tanto que o parágrafo único do art. 1º dispõe expressamente que essa matéria extracurricular "será realizada de acordo com o planejamento pedagógico das unidades de ensino", ou seja, tratou de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabeleceu a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a" e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 01931863720138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27388)

ADI. LM 1.969/2010 – SANTO ANTÔNIO DO JARDIM. "Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 109, § 3º, da Lei Municipal nº 1.969, de 25 de agosto de 2010, que limita a acumulação de cargos de professores municipais a 65 (sessenta e cinco) horas semanais. Petição inicial apócrifa. Defeito que persiste mesmo após a concessão de prazo para regularização (art. 284 do CPC). Falha que não pode ser suprida por outra forma, nem relevada no exame dos

pressupostos processuais, sob pena de nulidade processual (artigo 4º da Lei n. 8.906/94). Petição inicial indeferida, com fundamento no art. 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil, com consequente extinção do feito, nos termos do art. 267, incisos I e VI, do mesmo diploma legal." (ADI 01405222920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27340)

ADI. LM 9.443/2012 – SANTO ANDRÉ. "1 - Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 9.443, de 12 de dezembro de 2012, do Município de Santo André, que "dispõe sobre a implantação e monitoramento de gestão ambiental". 2 - Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento parcial. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao instituir (i) a cole a seletiva de lixo residencial, industrial, comercial e em instituições públicas; (ii) a coleta de óleo de cozinha; (iii) a utilização de materiais recicláveis em instituições públicas, dentre outras providências, interferiu diretamente em atos de gestão administrativa, ou seja, tratou de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda estabeleceu a criação de despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a" e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta com relação aos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da lei impugnada. 3 - Deve ser reconhecida, entretanto, a constitucionalidade do art. 5º, que se limita a impor exigências a novos projetos de construção, pois, nessa parte, a norma trata apenas de questão relacionada às posturas municipais, não avançando sobre matéria reservada à iniciativa do Poder Executivo. Precedentes do STF. "A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca" (ADI 724-MC/RS, Rel. Min. Celso de Melo, Plenário, DJ de 27/04/2001). 4. Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 01188194220138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26785)

ADI. LM 11.525/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 11.525/2014: A Prefeitura Municipal só concederá o "Alvará de Construção" de novas residências e comércios, se for anexado junto à petição do "Alvará de Construção" o pedido já protocolado da caixa padrão de água e esgoto. Constitucionalidade. Poder de polícia das construções. Matéria não reservada à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Ação improcedente." (ADI 20872159220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20044)

ADI. LOM e REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES – POÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade Município de Poá - Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara de Vereadores - Inconstitucionalidade do artigo 45-A, inciso I, alínea 'l', inciso III, alíneas 'a' e 'b', e parágrafo único, da Lei Orgânica, e do art. 16, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores - Competência legislativa da União - Violação ao princípio do pacto federativo - Ação procedente." (ADI 20692969020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34479)

ADI. LCM 13/2013 – PROMISSÃO. "Direta de inconstitucionalidade. Anexo I, Parte I, da Lei Complementar nº 13 de 28 de janeiro de 2013. Cargos de provimento em comissão que não retraram atribuições de assessoramento, chefia e direção, senão funções técnicas, burocráticas, operacionais e profissionais a serem preenchidas por servidores investidos em cargos de provimento eletivo. Alegada violação de dispositivos da Constituição Estadual (arts. 98 a 100, 111, 115, I, II e V, e art. 144). Violação caracterizada. Funções que não justificam a necessidade de vínculo de confiança, a ensejar regime extraordinário de livre nomeação e exoneração, além da submissão ao regime celetista. Ação que se julga procedente, para o fim de declarar a inconstitucionalidade parcial da norma impugnada, com relação aos cargos especificamente indicados, bem como a incompatibilidade de todos os cargos em comissão com o regime celetista. Modulação de efeitos pelo prazo de 180 dias." (ADI 20837411620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29597)

ADI. LM 4.086/2014 – GUARUJÁ. "I - Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal de origem parlamentar que dispôs sobre a obrigatoriedade de sinalização e comunicações tátil e auditiva destinadas às pessoas portadoras de deficiência visual em estabelecimentos de uso público destinados à educação, cultura, lazer, serviços públicos, bem como pontos turísticos e de natureza religiosa. II - Inconstitucionalidade parcial, apenas no tocante ao artigo 6º da referida norma, que efetivamente dispunha sobre matéria de organização administrativa, em ofensa ao que disposto nos artigos 5º e 24, parágrafo segundo, item 2, ambos da Constituição do Estado. III – Não ocorrência, todavia, no tocante aos demais dispositivos, de ofensa à regra da separação dos poderes. Norma de caráter geral e abstrato que apenas estabeleceu objetivos e diretrizes para a implementação da sinalização em comento, deixando a cargo do Poder Executivo seu planejamento, regulamentação e concretização. IV - Inexistência, ademais, de vício de iniciativa, por tratar-se o rol de iniciativas legislativas reservadas ao chefe do Poder Executivo de matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. V - Ausência, por fim, de ofensa à regra contida no artigo 25 da Constituição do Estado. A genérica previsão orçamentária não implica a existência de vício de constitucionalidade, mas, apenas, a inexequibilidade da lei no exercício orçamentário em que aprovada. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. VI - Ação julgada parcialmente procedente, cassada a liminar deferida." (ADI 20799780720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 17/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 31729)

ADI. LM 5.547/2014 – CATANDUVA. "I. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que dispôs sobre a reserva de vagas de estacionamento para veículos de idosos e portadores de necessidades especiais no município de Catanduva. II. Regular exercício de competência legislativa suplementar pelo município, não se verificando excesso legislativo a ensejar a declaração de inconstitucionalidade. III. Inexistência de invasão a iniciativa legislativa reservada ao chefe do executivo, por se tratar de matéria constitucional disposta em rol taxativo. Não se verifica no ato normativo impugnado ofensa a qualquer das hipóteses elencadas no artigo 24, parágrafo 2º, da Constituição do Estado. IV. norma de caráter abstrato que, ademais, não invade a competência do Chefe do Executivo para administrar o município, praticando atos concretos de gestão. Inexistência de ofensa ao princípio da separação dos poderes. V. Ausência, por fim, de ofensa à regra contida no artigo 25 da Constituição do Estado. A genérica previsão orçamentária não implica a existência de vício de constitucionalidade, mas indica, apenas, a eventual inexequibilidade da lei no exercício orçamentário em que aprovada. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.VI. Ação julgada improcedente." (ADI 21155407720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31728)

ADI. LM 5.544/2014 – CATANDUVA. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 5.544, de 28 de março de 2014, que dispõe e determina os prazos máximos para realização de consultas na área da saúde. Vicio formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo imporia em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 5°: 47: II e XIV: e 144 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 21107886220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29724)

ADI. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. Art. 155, V – COLINA. "Direta de inconstitucionalidade. Omissão Legislativa a fim de fixar percentual mínimo para funções de confiança e cargo em comissão a serem preenchidos por servidores públicos efetivos. Edição de lei superveniente que dispôs integralmente acerca das matérias objeto de impugnação nesta ação. Perda de objeto. Extinção do feito sem resolução do mérito (art. 267, inciso VI, c.c. art. 462, ambos do Código de Processo Civil)." (ADI 21015120720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29689)

ADI. LCM 115/2007 – SANTA ISABEL. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. I - Instituição do 'Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Santa Isabel - PRODESI'. Concessão de benefícios administrativos, financeiros e fiscais. Validade de isenção e suspensão tributária e redução de base de cálculo de impostos e taxas municipais. Ressarcimento de despesas e investimentos de empresas para instalação ou ampliação. II - Dispositivo impugnado: Lei Complementar nº 115, de 05 de dezembro de 2007, do Município de Santa Isabel. III - Violação aos princípios da moralidade, razoabilidade, igualdade, finalidade, interesse público e não afetação, além da violação à regra da licitação. É proibida a vinculação da receita de impostos. IV - Inocorrência de vício de iniciativa. A jurisprudência deste Órgão Especial, seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal, permite ao Legislativo criar leis sobre matéria tributária sem a proposta do Poder Executivo, desde que não ofenda princípios constitucionais consagrados. Competência concorrente. Precedentes. V - Afronta aos artigos 111, 117, 163, II, e 176, IV, da Constituição Estadual, cuja observância é obrigatória pelos Municípios, por força do art. 144 dessa mesma Carta Política. VI - Inconstitucionalidade configurada em parte. Ação parcialmente procedente." (ADI 20711372320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39514)

ADI. LCM 165/2014 – SANTA ISABEL. "Ação direta de inconstitucionalidade de lei – Lei Complementar Municipal nº 165/2014, do Município de Santa Isabel - Vício de iniciativa – Inocorrência – Matéria tributária, artigos 61 da Constituição Federal e 24 da Constituição Bandeirante - Precedentes do STF- Ação improcedente." (ADI 20643472320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34740)

ADI. LM 11.460/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei n. 11.460/2014, do Município de São José do Rio Preto – Legislação, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre planejamento urbanístico – Impossibilidade – Matéria de cunho eminentemente administrativo – Função legislativa da Câmara dos Vereadores possui caráter genérico e abstrato – Ofensa ao princípio da separação dos poderes – Competência do Executivo Municipal usurpada – Ação direta julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade da lei." (ADI 20458757120148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Ademir Benedito – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 34603)

ADI. LM 601/2013 – TAQUARAL. "I - Ação direta objetivando a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 601, de 12 de novembro de 2013, que 'institui o 14º salário a todo o funcionalismo público do Município de Taquaral'. II - Trata-se de diploma legislativo verticalmente incompatível com a regra da iniciativa reservada e com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes. III - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência para fixação da remuneração e disciplina do regime jurídico dos servidores públicos é privativa do Chefe do Poder, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Além disso, a lei cria despesas para o erário público sem indicar a fonte dos recursos disponíveis para fazer frente aos novos encargos. Ofensa aos artigos 5º; 24, §2º, 1; 25; 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. IV - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI 20399517920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39270)

ADI. LM 11.389/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 11.389/ 2013, que limita a atuação de atividade comercial, proibindo o "ressulcamento" de pneus por parte de distribuidores, revendedores, borracharias e demais segmentos, e sua comercialização. Matéria tratada não se limitou ao que lhe compete no âmbito municipal de autonomia. Extrapolação dos limites da autonomia municipal face à não exclusividade de interesse local. Matéria já regulamentada pela legislação federal, não lhe cabendo complementação ou suplementação. Ofensa aos artigos 22, XI e 30, I, ambos da Constituição Federal, aplicáveis pela força remissiva do artigo 144 da Constituição Bandeirante. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente." (ADI

20072238220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29723)

ADI. LM 5.498/2013 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal n.º 5.498/13, de Catanduva, de iniciativa legislativa, que dispõe sobre a instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência nos eventos realizados no Município. Norma que interfere na administração municipal. Ingerência indevida. Proposta que só deveria partir do Executivo local. Vício de iniciativa configurado. Ofensa direta ao princípio da separação dos poderes, bem como aos artigos 5º, 47, II e XIV, e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Ação julgada procedente." (ADI 21108154520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31843)

ADI. LM 3.987/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 3.987, de 23 de novembro de 2012, do Município de São José do Rio Pardo, que autorizou a celebração de convênio com organização social para contratação de profissionais e empregados para a área da saúde municipal em geral - Investidura em cargos e empregos públicos, no entanto, que não pode prescindir da prévia realização de concurso público, na forma do art. 115, inciso II, da CE – Comando legal questionado que evidencia a violação a tal princípio, mostrando-se inconstitucional a admissão direta de pessoal, ainda que por meio de ente conveniado - Disposição legal, ademais, que desconsidera o princípio da obrigatoriedade da licitação, previsto no art. 117 da CE - Hipóteses de dispensa ou inexigibilidade do certame que não estavam presentes no caso dos autos, uma vez que os serviços objeto do convênio previsto na legislação impugnada não tinham características individualizadoras, de modo a tornar inviável a competição - Inexistindo, então, um atributo incomum, diferenciador, a inibir a participação de outros interessados, a licitação era mesmo de rigor - Legislação, de resto, que versa questão atinente ao planejamento, à organização, à direção e à execução dos serviços públicos, atos de governo afetos à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo local - Inobservância da competência reservada conferida ao Prefeito que acabou por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes - Apresentação do projeto pelo Chefe do Poder Executivo que não afasta a mácula, pois configura hipótese de delegação inversa de poderes, vedada pelo art. 5º, § 1º, da CE - Autorização legislativa para a realização do convênio que, ainda que se entenda necessária, deveria caracterizar-se pela generalidade e abstração, não podendo tratar de hipótese concreta - Fato de a legislação questionada conferir simples autorização ao Poder Executivo para a prática do ato nela previsto, outrossim, que não afasta a mácula atinente à invasão de competência, visto que o Prefeito não necessita de autorização para o exercício de competência que lhe foi constitucionalmente atribuída - Vícios de inconstitucionalidade aduzidos na exordial que, destarte, ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, caput e § 1º, 47, incisos II e XIV, 115, inciso II, 117 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 3.987/2012, por outro lado, que, diante dos efeitos repristinatórios que lhe são inerentes, implicará na revalidação da revogada Lei nº 3.253/2008, a qual padece dos mesmos vícios do ato normativo impugnado nos autos, devendo, então, por arrastamento, ser-lhe estendidos os efeitos dessa declaração de inconstitucionalidade – Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 20880030920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19824)

ADI. LM 1.877/2010 – IRACEMÁPOLIS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 1.877, de 30 de dezembro de 2010, que cria e preenche cargos de Oficial Administrativo naquele Município. Ação proposta por Comissão Municipal Provisória do Partido da República em Iracemápolis. Ilegitimidade ativa 'ad causam' reconhecida. Inteligência do art. 90, VI, da Constituição Estadual, à luz da interpretação atribuída pelo E. Supremo Tribunal Federal ao art. 103, VIII, da Constituição da República. Precedentes deste C. Órgão Especial. Ação direta julgada extinta, sem resolução do mérito." (ADI 20841230920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luis Soares de Mello – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31872)

ADI. LCM 184/2008 – TAUBATÉ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 184/2008 do Município de Taubaté. Expressão "com autorização legislativa" presente no § único do artigo 6º. Dispositivo que condiciona a concessão da isenção regulada por aquele diploma à subsequente lei autorizativa para cada caso. Inconstitucionalidade reconhecida ante a usurpação da atividade administrativa. Artigos 5º e 47 da CE. Ação procedente." (ADI 20802648220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25203)

ADI. LM 11.420/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 11.420, de 19 de dezembro de 2013, do Município de São José do Preto, de origem parlamentar – Diploma que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de adesivo informativo com o nome de Rua e CEP" - Vício de iniciativa - Violação do princípio de separação dos poderes, por usurpar atribuições do Poder Executivo - Lei, ademais, que não contém comando, revelando simples proposição ao dispor que, não obstante se valendo a expressão "solicita ao Executivo" (sic), impõe a tomada de providências para a instalação das placas, cria obrigações para a administração e manda correr as despesas por conta das dotações orçamentárias, sem indicar a fonte de custeio - Norma que, embora aluda a que as medidas se darão por meio de parceria público-privada, impõe ônus ao Executivo, mandando correr as despesas por conta das dotações existentes, sem especificá-las - Violação às disposições dos artigos arts. 5º, 25, 37 e 47, II e XIV, 144 e 176, I, da Constituição do Estado de São Paulo, configurada - Inconstitucionalidade declarada." (ADI 20060814320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 24/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22846)

ADI. LCM 690/2014 – CATANDUVA. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar Municipal n.º 690, de 17 de fevereiro de 2014, que "Institui o Plano de estímulo à formação superior da população carente junto ao IMES – Catanduva". Emenda parlamentar, em projeto de iniciativa do Executivo, que concede desconto de 100% no valor da mensalidade para os servidores públicos e demais trabalhadores com contrato de trabalho em vigor que estudaram nas Escolas Públicas e que recebem vencimentos ou salários inferiores ou iguais a dois salários mínimos. Vício de iniciativa. Reconhecimento. Impossibilidade de emendas que provoquem aumento de despesa, ressalvadas hipóteses expressamente previstas na Constituição. Em que pese o nobre escopo da lei combatida, a matéria nela tratada é de competência privativa do Chefe do Executivo Municipal, havendo evidente vício formal de inconstitucionalidade, por violação aos artigos 24, §5º, n.1, c.c. o art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Ação julgada procedente, com efeito ex nunc." (ADI 21014601120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29688)

ADI. LCM 95/2013 – EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complemenatre nº 95, de 23 de agosto de 2013, do Município de Euclides da Cunha Paulista. Criação de cargos de provimento em comissão sem adequada descrição das respectivas atribuições, e que não correspondem a funções de direção, chefia ou assessoramento em sentido estrito. Cargos que, em realidade, devem ser reservados a profissionais recrutados pelo sistema de mérito. Afronta os artigos 98, 99, 100, 111, 115, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo reconhecida. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos." (ADI 20880005420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29160)

ADI. LM 4.772/2012 – VALINHOS. "Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal de Valinhos n° 4.772, de 4 de julho de 2012, que fixa subsídio mensal aos vereadores da Câmara Municipal daquela localidade para a legislatura de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016. Norma de efeito abstrato. Passível de controle de constitucionalidade pelo Judiciário. Alegada violação ao princípio da separação de poderes com a consequente ofensa a dispositivos da Constituição Estadual (art. 5º e 144). Ofensa caracterizada. Fixação de subsídios por lei iniciada e sancionada pelo chefe do Executivo. Inadequação. Instrumento correto pelo art. 29, VI, da CF é o decreto Legislativo, elaborado pela própria Câmara dos Vereadores. Ação

julgada procedente, com efeito “ex tunc”.” (ADI 01985248920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29591)

ADI. LCM 695/2014 – CATANDUVA. “Lei Municipal de autoria de Vereador dispondo sobre requisitos e títulos para concurso de Supervisor de Ensino da Municipalidade. Vicio formal. Matéria legislativa indelegável por envolver critério de administração do ensino e da organização estrutural do Município. Ofensa ao art. 144, da Constituição do Estado de São Paulo. Ação que se julga procedente.” (ADI 21107756320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ênio Zuliani – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29723)

ADI. LM 1.778/2014 – ITAÍ. “Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Municipal nº 1.778 que dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.772/2014 e dá outras providências, elevando o valor da subvenção em favor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itaí em R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos. 5, 24, §2º, n.2, 25, 47, II e XIV e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente.” (ADI 20863056520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33138)

ADI. LM 2.390/1994 - CAIEIRAS. “Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 2.390/1994, do Município de Caieiras, que “dispõe sobre transformação de regime jurídico funcional de servidores que especifica, bem como dos respectivos empregos em cargos, tempo de aposentadoria e dá outras providências”. Provimento de cargos públicos por transposição. Proibição. Autorização não contemplada no artigo 19 do ADCT. Precedentes. Ofensa aos artigos 111 e 115, II, da Constituição do Estado de São Paulo. Inconstitucionalidade declarada. Modulação procedida, para atender a segurança jurídica. Precedente do Órgão Especial. Ação julgada procedente, com modulação dos efeitos.” (ADI 20640606020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 16459)

ADI. LM 7.245/2014 – GUARULHOS. “Ação direta de inconstitucionalidade – Lei n° 7.245, de 18 de março de 2014, do Município de Guarulhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos no âmbito do Município de Guarulhos – Matéria de iniciativa reservada ao poder Executivo – Artigos 5º; 24, §2º, 2 e 25, da Constituição Estadual – Ação Procedente.” (ADI 20527340620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32263)

ADI. LCM 02/2013, LM 1.766/2007, LM 1.787/2009, LM 1.825/2009, LM 1.849/2010 e LM 1.863/2011 – PALESTINA. “Ação direta de inconstitucionalidade - Art. 1º, da Lei Complementar 02/2013, art. 3°, I, e art. 4°, da Lei 1.766/2007, art. 1°, da Lei 1.787/2009, art. 1°, da Lei n. 1.825/2009, art. 2º, da Lei 1.849/2010, o art. 1°, da Lei 1.863/2011, art. 5°, §1º, e Anexo I, da Lei n. 1.766/2007, do Município de Palestina – Superveniência da Lei Complementar 10/2014, que deu nova redação aos artigos 3º, I, 4º e 5º, caput e parágrafo único, e ao anexo I, da Lei 1766/2007, e revogou os artigos 1º, da Lei Complementar 2/2013, e 3º, parágrafo único, e 5º, §1º, da Lei 1766/2007 – Nova lei que regulou inteiramente sobre os cargos de provimento em comissão no âmbito da administração municipal – Revogação dos artigos 1°, da Lei 1.787/2009, 1°, da Lei 1.825/2009, 2º, da Lei 1.849/2010, e 1°, da Lei 1.863/2011 - Perda do objeto – Superveniente falta de interesse de agir - Ação extinta sem resolução do mérito. ” (ADI 20325399720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30392)

ADI. LM 10.750/2014 – SOROCABA. “Ação direta de inconstitucionalidade. Sorocaba. Lei nº 10.750, de 06.03.14 impondo a prévia avaliação e autorização legislativa para contratos de locação de imóveis pela Administração Municipal. Afronta ao princípio da separação dos poderes. Ato típico de gestão administrativa caracterizado pela discricionariedade. Ingerência na organização administrativa. Ocorrência. Afronta aos arts. 5º, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra “a”, e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação.” (ADI

20811906320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31077)

ADI. LCM 691/2014 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 691/2014, do município de Catanduva, de iniciativa parlamentar, que dispõe forma de atribuição de aulas na rede pública de ensino, dando preferência aos professores estatutários, reservadas aos celetistas as vagas remanescentes. 1. Invade a competência da administração municipal a iniciativa parlamentar para dispor sobre a organização da rede pública de ensino. 2. A norma constitucional em afronta vem retratada nos artigos 5º, 24, §2º, 2 e 4, e 47, II, XIV e XIX, "a", da Carta Paulista. 3. Julgaram procedente a ação." (ADI 20663192820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24485)

ADI. DECRETO LEGISLATIVO 02/2014 – TIETÊ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Tietê. Decreto Legislativo nº 02/2014 sustando os efeitos do Decreto Municipal nº 5.521/2013 ao adotar tabela com novos valores para fins de lançamento de ofício do ISS incidente sobre a construção civil. Possível ao Poder Legislativo sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (art. 12, XXII da LOM, art. 20, IX da CE e art. 49, V da CF). Alteração da base cálculo exige lei. Norma sustada não se limitou a atualizando os valores. Ação improcedente." (ADI 20427543520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31020)

ADI. LM 5.962/2010 – BAURU. "Citação. D. Procurador-Geral do Estado. Matéria apreciada em despacho irrecorrido. Preclusão consumativa inviabiliza reapreciação. Preliminar não conhecida. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal nº 5.962, de 2010, de iniciativa do Chefe do Executivo, criando corredores comerciais e de serviços. Imprescindíveis, não só prévios estudos ou planejamento administrativo, mas também a efetiva participação da comunidade, por suas entidades representativas, máxime quando, como no caso, emendas parlamentares ao projeto de lei do Chefe do Executivo promoveram alterações tópicas e casuísticas. A Constituição Estadual prevê a necessidade de participação comunitária em matéria urbanística. Precedentes deste C. Órgão Especial. Inconstitucional o ato normativo impugnado. Procedente a ação." (ADI 20103018420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30759)

ADI. LM 2.236/2013 – PEDREGULHO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 2.236, de 14 de março de 2013, do Município de Pedregulho. Legitimidade passiva do Presidente da Câmara Municipal reconhecida ante a natureza da propositura, nada importando não se cuidar de lei de iniciativa parlamentar. Criação de cargos de provimento em comissão fora do perfil reclamado pelo regime constitucional. Ação procedente, com modulação." (ADI 2101589162014826000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 25101)

ADI. LM 7.268/2014 – GUARULHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 7.268/14, de iniciativa da Câmara Legislativa, que estabelece o pagamento de bônus pecuniário aos guardas municipais que, no exercício de suas funções, encontrarem ou apreenderem armas de fogo irregulares. Vício de iniciativa. Ocorrência. Matéria com reflexos na remuneração dos servidores. Ação procedente." (ADI 20962351020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22457)

ADI. LM 1.043/1986 – GUAIÇARA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Criação de benefício previdenciário a servidor municipal – Lei Municipal nº 1.043, de 19 de agosto de 1986, do município de Guaiçara/SP – Ato normativo objeto de impugnação que ostenta caráter pré-constitucional - Impossibilidade de exame de constitucionalidade em via de ação direta - Tese de "inconstitucionalidade superveniente" que não se sustenta – Lei impugnada que se submete ao fenômeno da revogação ou "não recepção" - Precedentes doutrinários e jurisprudenciais - Extinção da ação sem resolução do mérito." (ADI 20912690420148260000 – São Paulo –

Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28107)

ADI. LM 13.074/2013 – RIBEIRÃO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 13.074, de 6 de setembro de 2013, do Município de Ribeirão Preto, que dispõe sobre o tempo de atendimento ao usuário nos caixas dos estabelecimentos comerciais denominados de hipermercados, supermercados ou congêneres - Matéria de interesse local e também atinente à proteção e defesa do consumidor, em relação à qual era lícito ao Município suplementar a legislação federal, nos exatos limites da competência definida no artigo 30, incisos I e II, da CF - Forma de cumprimento da imposição que poderá ser livremente escolhido pela empresa, não havendo que se falar em afronta à livre iniciativa - Obrigação que se estende a todas as empresas do mesmo segmento situadas no Município, não implicando, portanto, em ofensa aos princípios da isonomia e da livre concorrência - Disposição, ademais, que se mostra adequada aos fins a que se destina e comina sanções razoáveis e pertinentes, afastando a alegação de desconsideração aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade - Precedente desta Corte - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20678210220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti - 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19775)

ADI. LCM 774/2011 – CÁSSIA DOS COQUEIROS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar nº 774/2011 do Município de Cássia dos Coqueiros – I - Criação de cargos em comissão sem descrição das atribuições - Desrespeito aos artigos 111, 115, inc. V e 114 da Constituição Estadual - A descrição das atribuições é imprescindível para possibilitar o controle dos preceitos constitucionais - II - Impossibilidade de aplicação de regime celetista aos cargos comissionados - Função de confiança que deve ser de livre nomeação e exoneração, incompatível com o regime da Consolidação da Leis Trabalhistas - Inconstitucionalidade configurada - Ação julgada procedente, com modulação dos efeitos." (ADI 20427518020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Moacir Peres – 17/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 26219)

ADI. LM 10.526/2013 – SOROCABA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.526/13 que dispõe sobre a denominação de "Praça do Cristão" a praça do município de Sorocaba e dá outras providências. Vício de iniciativa. Ocorrência. Precedentes. Manutenção de placa indicativa com a expressão: 'SOROCABA É DO SENHOR JESUS CRISTO". Incompatibilidade com a laicidade estatal. Inconstitucionalidade reconhecida. Ação procedente." (ADI 20837221020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 03/09/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 22373)

ADI. LM 4.064/2014 - GUARUJÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 4.064, de 23 de março de 2014, do Município de Guarujá, que "institui e inclui no calendário oficial do Município de Guarujá a 'Virada Cultural Gospel e dá outras providências". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, não versou sobre mera instituição de data comemorativa, mas, em plano muito mais abrangente, criou um evento cultural (com duração mínima e ininterrupta de 24 horas) e impôs à Administração a obrigação de divulgar, organizar e executar o projeto (art. 3º), bem como a firmar os convênios e expedir as normas necessárias para fiel execução da Lei (arts. 5º e 6º), ou seja, avançou sobre área de planejamento, organização e gestão administrativa, tratando de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda criou despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições dos artigos 5.º, 25, 47, II, XIV e XIX, "a" e 144, todos da Constituição Estadual. Pouco importa que o Prefeito não tenha vetado a lei integralmente no momento oportuno, pois, até mesmo a sanção "revela-se juridicamente insuficiente para convalidar o defeito radical oriundo do descumprimento da Constituição da República" (ADIN 1.070, Rel. Min. Celso de Mello, j. 23/11/1994). Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20760322720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 03/09/2014 – Votação Unânime)

ADI. LM 5.527/2013 - SUMARÉ. “Direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 5.527, de 03 de setembro de 2013, que cria no Município de Sumaré “programa de subvenção econômica a produtores rurais e agrícolas”. Vicio formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo imporia em violação frontal ao texto constitucional que consagra o Princípio da Separação dos Poderes Estatais. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Criação de atribuições aos órgãos da Administração e de despesas sem dotação orçamentária. Ofensa aos artigos 5°: 47, II e XIV e 144 da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente.” (ADI 20320523020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29650)

ADI. LM 11.537/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. “Direta de Inconstitucionalidade. Lei do Município de São José do Rio Preto que dispõe sobre atos de administração privativos do Chefe do Poder Executivo Municipal. Lei nº11.537, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e à Adotante no âmbito da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de São José do Rio Preto, além de outras providências. Ofensa ao princípio da separação dos poderes. Vício de iniciativa. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal. Regime jurídico dos servidores públicos. Procedência.” (ADI 21045892420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 24682)

ADI. LM 5.511/2013 – CATANDUVA. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 5.511/13 do Município de Catanduva (autoriza o policiamento nas escolas da rede municipal de ensino conforme especifica). Inconstitucionalidade manifesta, por se imiscuir em matéria organizacional, de competência exclusiva do Poder Executivo. Descabimento. Desrespeito aos artigos 5º, caput, 25 e 144 da Constituição do Estado. Ação procedente.” (ADI 21108621920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19920)

ADI. LM 3.617/2013 – MIRASSOL. “I - Ação direta objetivando a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 3.617, de 10 de dezembro de 2013. Criação de sistema de reúso da água da chuva nas construções públicas e privadas. Iniciativa parlamentar. Parcial procedência. II - Ofensa ao Princípio da Separação de Poderes no que toca à obrigação imposta ao Poder Executivo (artigos 5º, 25 e 47, incisos II e XIV, da Constituição Paulista, bem como ao artigo 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Magna Carta, aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Constituição Bandeirante). A legislação local é inconstitucional quando determina a construção de reservatórios para reúso da água de chuva em edificações públicas. A competência que disciplina a organização administrativa é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. III - Dever imposto aos particulares. Não se vislumbra atuação 'ultra vires' do Poder Legislativo, que importe em violação à separação dos poderes. A lei municipal tem por objetivo a tutela do meio ambiente e seus recursos, matéria cuja competência é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, VI, da Constituição Federal). Inconsistência da alegação de criação de ônus financeiro. IV - Inconstitucionalidade configurada das expressões “edificações públicas, contruções públicas e prédios públicos”. Ação procedente em parte”. (ADI 20655086820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39282)

ADI. LM 11.459/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.459, de 11 de março de 2014, do Município de São José do Rio Preto, que “permite atividade de Oficina Mecânica de Veículos Automotores na Rua Américo Del Nero, nº 151, Jardim Maria Lúcia”. Alegação de vício de iniciativa. Não ocorrência. Inconstitucionalidade reconhecida por outro fundamento. Causa de pedir aberta. Lei que viola a reserva de administração. Ação julgada procedente.” (ADI 20473939620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 03/09/2014 – Votação Unânime – Voto nº 1236)

ADI. LM 7.119/2013 – GUARULHOS - "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 7.119, de 18 de abril de 2013, do Município de Guarulhos. Criação de cargos de provimento em comissão que não correspondem a funções de direção, chefia ou assessoramento, de forma abusiva e artificial, desrespeitando a necessidade de recrutamento pelo sistema de mérito, e criando injustificável diferença remuneratória para semelhantes atribuições. Afronta os artigos 98, 100, 111, 115, II e V, 144 e 297, da Constituição do Estado de São Paulo reconhecida. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos." (ADI 21015467920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29213)

ADI. LM 3.193/2013 – CARAPICUIBA - "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 3.193, de 02 de maio de 2013, do Município de Carapicuiba. Criação de cargos de provimento em comissão que não correspondem a funções de direção, chefia ou assessoramento em sentido estrito. Cargos que, em realidade, devem ser reservados a profissionais recrutados pelo sistema de mérito. Afronta os artigos 111, 115, I, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo reconhecida. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos." (ADI 21137583520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29567)

ADI – LC 185/2013 e 187/2013 – COLINA – "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Leis Complementares n. 185/2013 e 187/2013, do Município de Colina. Criação de cargos de provimento em comissão e previsão de concessão de gratificação por meio de portaria do Chefe do Poder Executivo. II - Lei Complementar n. 187/2013. Legislação impugnada revogada por outro diploma legislativo. Prejudicialidade. Perda superveniente do objeto. Ação julgada extinta, sem exame de mérito, com relação dispositivos impugnados da Lei Complementar n. 187/2013. III - Lei Complementar n. 185/2013. Artigo 14 e Anexo II. A criação de cargos de provimento em comissão, destinados, muitos deles, a funções urocráticas ou técnicas de caráter permanente são incompatíveis com os princípios retores previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Paulista e a possibilidade de contratação fere de morte o regime constitucional brasileiro. Não sendo caso de contratação em regime de urgência, imprescindível a realização de concurso público, conforme preceitua o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal. A criação desses cargos em comissão em moldes artificiais e não condizentes com as praxes de nosso ordenamento jurídico e administrativo só pode ser encarada como inaceitável esvaziamento da exigência constitucional de concurso. Afronta aos artigos 5º, 111, 115, incisos I, II e V; 144, todos da Constituição Estadual. IV - Lei Complementar n. 185/2013. Artigo 11. Possibilidade de o Prefeito Municipal conceder aumento de remuneração mediante portaria. Inadmissibilidade. Violação ao princípio da reserva legal. Necessidade de lei específica. V - Ação extinta, sem exame de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, no atinente aos dispositivos impugnados da Lei Complementar n. 187/2013 e procedente, com modulação de efeitos, para declarar a inconstitucionalidade das expressões constantes no artigo 14 e no Anexo II da Lei Complementar n. 185/2013 e do artigo 11, também da Lei Complementar n. 185/2013". (ADI 21015250620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 29/10/014 – Votação Unânime – Voto nº 39298)

ADI. LCM 286/2012 – TAUBATÉ - "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Complementar Nº 286, de 22 de maio de 2012, do Município de Taubaté, que institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – Norma que afronta os artigos: 5º, 24, §2º, 2, 25, 47, II, XIV e XIX, a, e 174, III da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 20756832420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33150)

ADI. LM 4.909 e 4.910/2013 – VALINHOS - "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Leis nº 4.909 e 4.910, de 02 de outubro de 2013, ambas do Município de Valinhos, que alteram

dispositivos da Lei nº 3.841, de 21.12.2004, que dispõe sobre o Plano Diretor daquele Município, e da Lei nº 4.186, de 10.10.2007, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo, também daquela cidade Processo legislativo Participação popular Realização de audiência conjunta entre Executivo e Legislativo, em que os munícipes puderam discutir e fiscalizar as alterações propostas Finalidade da previsão constitucional atingida - Infringência aos arts. 180, inciso II e 191, da Constituição Paulista não verificada - Inconstitucionalidade das normas não reconhecida Ação improcedente. (ADI 21146105920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35244)

ADI. LM 2.701/1997, 2.712/1997, 2.761/997, 2.764/1997, 2.775/1998, 2.940/2000, 3.119/2001, 3.121/2001, 3.146/2001, 3.271/2002 e LCM 3.116/2001, 3.172/2001, 3.189/2002, 3.335/2003, 3.394/2003, 3.405/2003, 3.494/2004, 3.629/2005, 3.631/2005, 3.639/2005, 3.776/2006, 3.790/2006, 3.856/2006, 3.923/2006, 3.986/2007, 3.997/2007, 4.037/2007, 4.067/2007, 4.117/2008 e 4.423/2010 – CAIEIRAS - "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Leis nos 2.701, de 14.04.97; 2.712, de 19.06.97; 2.761, de 30.12.97; 2.764, de 30.12.97; 2.775, de 20.02.98; 2.940, de 24.02.00; 3.119, de 17.10.01; 3.121, de 31.10.01; 3.146, de 29.11.01; 3.271, de 31.07.02 e Leis Complementares nºs 3.116, de 17.10.01; 3.172, de 13.12.01; 3.189, de 14.02.02; 3.335, de 22.01.03; 3.394, de 11.07.03; 3.405, de 23.07.03; 3.494, de 22.01.04; 3.629, de 07.01.05; 3.631, de 20.01.05; 3.639, de 09.02.05; 3.776, de 16.01.06; 3.790, de 13.02.06; 3.856, de 18.07.06; 3.923, de 22.11.06; 3.986, de 23.04.07; 3.997, de 21.05.07; 4.037, de 24.08.07; 4.067, de 08.11.07; 4.117, de 22.02.08 e 4.423, de 22.12.10 do Município de Caieiras criando cargos de provimento em comissão sem a respectiva descrição de suas atribuições. Inadmissibilidade. Necessário definir as atribuições de cada cargo quando de sua criação. Ausência inviabiliza a análise da ofensa ou não dos princípios constitucionais da Administração Pública. Funções próprias dos cargos de provimento efetivo. Injustificável a dispensa de realização de concurso público. Inadmissível a contratação de servidores em comissão para ocupar cargo de assessoramento jurídico de preenchimento privativo a funcionários de carreira.Violação dos artigos (arts. 37, I, II e V da CF e 98; 99; 100; 101; 111; 115, I, II e V e 144, da CE). Precedentes. Inconstitucionalidade da Lei nº 2.701, de 14.04.97; art. 2º, incisos I e II, da Lei nº 2.712, de 19.06.97; das expressões 'Diretor do Departamento de Promoção Social', 'Diretor do Departamento da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário', 'Chefe da Divisão de Programas e Projetos de Assistência Social', Encarregado do Setor de Serviço Social', 'Encarregado do Setor de Promoção Social', 'Encarregado do Setor de Atendimento e Plantão' contidas no art. 4º da Lei nº 2.761, de 30.12.97; das expressões'Chefe de Divisão de Programas de Saúde', 'Chefe de Divisão de Enfermagem', 'Chefe de Divisão de Apoio ao Diagnóstico', 'Chefe de Divisão de Auditoria e Faturamento', 'Chefe de Divisão de Vigilância Epidemiológica', 'Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária' contidas no art. 11 da Lei nº 2.764, de 0.12.97); das expressões 'Chefe de Divisão de Engenharia de Tráfego', 'Chefe de Divisão de Fiscalização de Trânsito', 'Chefe de Divisão de Transportes Coletivos e Similares' contidas no art. 8º da Lei nº 2.775, de 20.02.98; art. 5º da Lei nº 2.940, de 24.02.00; art. 2º da Lei nº 3.119, de 17.10.01; art. 1º da Lei nº 3.146, de 29.11.01; art. 1º da Lei nº 3.121, de 31.10.01; das expressões 'Secretário Executivo do COMUDEC', 'Chefe de Divisão', 'Assessor Administrativo e de Informática', 'Assessor Técnico e Jurídico' contidas no art. 34 da Lei nº 3.271, de 31.07.02; art. 3º da Lei Complementar nº 3.116, de 17.10.01; das expressões 'Diretor de Departamento', 'Chefe de Divisão', 'Assessor Técnico' e 'Assessor Jurídico' contidas no art. 25 da Lei Complementar nº 3.172, de 13.12.01; art. 2º da Lei Complementar nº 3.189, de 14.02.02; Lei Complementar nº 3.335, de 22.01.03; Lei Complementar nº 3.394, de 11.06.03; das expressões 'Chefe de Divisão de Comunicação e Divulgação', 'Chefe de Divisão de Serviços Administrativos', 'Chefe de Divisão de Ação Cultural', 'Chefe de Divisão de Cursos e Oficina', 'Chefe de Divisão da Cultura Afro-Brasileira', 'Chefe de Divisão de outras Étno-Culturas', 'Assessor Técnico' contidas no art. 29 da Lei Complementar nº 3.405, de 23.07.03; art. 1º da Lei Complementar nº 3.494, de 22.01.04; Lei Complementar nº 3.629, de 07.01.05; das expressões 'Assessor de Gabinete', 'Assessor Jurídico', 'Assessor Técnico', 'Corregedor Geral', 'Chefe de Divisão de Engenharia de Trânsito', 'Chefe de Divisão de Fiscalização de Trânsito, Transportes Coletivos e Similares', 'Chefe de Divisão de Fiscalização de Estacionamento', Chefe da Divisão de Operações', 'Chefe de Divisão de Adm. e Treinamento, Enc. do Setor de Sinalização', 'Enc. do Setor de Fiscalização', 'Enc. do Setor de

Processamento de Multas', 'Enc. do Setor de Fiscalização de Estacionamentos', 'Assessor do Coordenador de Segurança Municipal' contidas no Anexo I da Lei Complementar nº 3.631, de 20.01.05; Lei Complementar nº 3.639, de 09.02.05; art. 2º da Lei Complementar nº 3.776, de 16.01.06; art. 3º da Lei Complementar nº 3.790, de 13.02.06; Lei Complementar nº 3.856, de 18.07.06; art. 21 da Lei Complementar nº 3.923, de 22.11.06; Lei Complementar nº 3.986, de 23.04.07; Lei Complementar nº 3.997, de 21.05.07; Lei Complementar nº 4.037, de 24.08.07; das expressões 'Assessor de Marketing', 'Assessor de Arte e Criação', 'Assessor de Imprensa' contidas no art. 2º da Lei Complementar nº 4.067, de 08.11.07; das expressões 'Chefe da Divisão de Fiscalização', 'Fiscal de Obras, Comércios e Serviços' contidas no art. 3º da Lei Complementar nº 4.117, de 22.02.08 e art. 3º da Lei Complementar nº 4.423, de 22.12.10, com modulação dos efeitos (art. 27 da Lei nº 9.868/99). Diretor do Departamento Jurídico para Assuntos de Trânsito criado pelo art. 8º da Lei nº2.775, de 20.02.98, extinto pelo art. 25 da Lei Complementar nº 3.631, de 20.01.05, não conhecimento da arguição quanto a esse cargo. Procedente a ação, na parte conhecida, com modulação." (ADI 20983778420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31405)

ADI. LM 6.075/2011 – BAURU - "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 6.075/11, do Município de Bauru. Diploma legal que altera uso do solo sem participação popular. Emendas pontuais indicando alterações da natureza de inúmeros trechos de ruas pela cidade. Matéria afeita ao zoneamento, uso e ocupação do solo. Desrespeito ao art. 180, II, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 20102966220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22566)

ADI. LM 1.785/2013 – ITAÍ – "Ação Direta de Inconsitucionalidade - Município de Itaí - Lei Municipal nº 1.785, que dispõe sobre alteração da Lei 1772/20113, tratando de aumento no valor da subvenção social repassada pela Municipalidade à Associação dos Universitários e Estudantes de Cursos Técnicos do Município de Itaí – Iniciativa parlamentar - Invasão da competência exclusiva do chefe do poder executivo vício formal reconhecido - Ausência da especificação da fonte de custeio das despesas decorrentes da Lei - Afronta aos artigos 25 e 176, I da Constituição Estadual – Precedentes do Órgão Especial – Ação procedente." (ADI 21071355220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Neves Amorim - 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19568)

ADI. LM 4.296/2005 – PORTO FELIZ - "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 4.296, de 15 de dezembro de 2005, que "dispõe sobre transporte urbano gratuito a idosos e dá outras providências". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao instituir transporte urbano gratuito para idosos avança sobre área de planejamento, organização e gestão administrativa, especificamente sobre serviços públicos, ou seja, trata de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e ainda cria despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições do art. 5.º, art. 24, § 2º, n. 2, art. 25, art. 47, II, XIV e XIX, e 144, todos da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20471254220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27478)

ADI. LM 15.855/2011 – SÃO PAULO - "Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido - Não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido por conta de alegado efeito vinculante do julgamento de improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0002940-84.2013.8.16.0000, pois o referido processo objetivo teve como objeto a Lei nº 15.499, de 7 de dezembro de 2011, do Município de São Paulo, enquanto a presente demanda tem como objeto a Lei nº 15.855, de 16 de setembro de 2013, do Município de São Paulo. Teoria da transcendência dos motivos vinculantes - Tese não acolhida pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Municipal - Cuida-se de ação direta

de inconstitucionalidade ajuizada pelo Douto Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, por meio da qual requer, em síntese, a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 15.855, de 16 de setembro de 2013, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, que "dispõe sobre a obtenção de Auto de Licença de Funcionamento, bem como altera a Lei nº 15.499, de 7 de dezembro de 2011, que instituiu o Auto de Licença de Funcionamento Condicionado" – Inconstitucionalidade formal - A norma impugnada, por tratar da obtenção de Auto de Licença de Funcionamento, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, e não do Poder Legislativo local, visto que cuida do uso e da ocupação do solo urbano. Violação ao art. 47, incisos II e XIV, da CESP. Além disso, lei impugnada também afronta o disposto nos arts. 180, inciso V, e 180 da Constituição Bandeirante, porque oferece exceção às normas de uso e ocupação do solo urbano, desvinculando-se do planejamento urbano integral. Precedentes TJSP, TJMG e TJPR - Inconstitucionalidade material – Violação ao princípio da razoabilidade - Além disso, a Lei nº 15.855/2013, ao dispensar a exigência de "Habite-se", do Auto de Vistoria, do Alvará de Conservação, do Auto de Conclusão, do Certificado de Conclusão, do Auto de Regularização ou documento equivalente, expedidos pela Nobre Prefeitura, para a obtenção do Auto de Licença de Funcionamento para os imóveis com área total edificada de até 1.500m², representou violação ao princípio da razoabilidade (art. 111 da CESP) por isentar construções de porte considerável de sua integral fiscalização. Ação julgada procedente. (ADI 02007151020138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 08/10/2014 - Maioria de Votos)

ADI. LM 15.150/2010. SÃO PAULO - "1- Ação Direta de Inconstitucionalidade - Impugnação dos §§ 1º e 3º do art. 8º; § 1º do art. 12; da expressão *"da revogação do Termo de Recebimento e Aceitação Parcial TRAP e documentos subsequentes e"* contida no § 3º do art. 12; e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do art. 15, todos da Lei nº 15.150, de 06 de maio de 2010, do Município de São Paulo, que *"dispõe sobre os procedimentos para aprovação de projetos arquitetônicos e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no Sistema Viário decorrente da implantação ou reforma de edificações e da instalação de atividades Polo Gerador de Tráfego"*". Dispositivos que (1) limitam o valor das contrapartidas exigíveis para reformas ou construções classificadas como Polos Geradores de Tráfego ao teto de 5% do valor total do empreendimento; e que (2) permitem a concessão de 'habite-se' e autorizam o funcionamento do empreendimento dessa natureza sem que as contrapartidas tenham sido concluídas e entregues, aceitando simples garantia pecuniária. 2 - Alegação de ofensa ao princípio da razoabilidade e ao sistema constitucional de proteção ao meio ambiente e ao uso equilibrado do solo urbano. Artigos 111, 144, 180, I e III, e art. 191 da Constituição Estadual. Inocorrência. Normas que foram editadas no âmbito de competência do Município para legislar sobre planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano sem ofensa aos mandamentos constitucionais. Em se tratando de matéria que envolve questões relacionadas à aprovação de projetos arquitetônicos de reformas ou construções de grande porte, o que se nota é que a lei procurou harmonizar garantias constitucionais em aparente conflito (desenvolvimento social e econômico x proteção ao meio ambiente e ao uso equilibrado do solo urbano), criando (ou mantendo) para os casos específicos de empreendimentos classificados como Polos Geradores de Tráfego, um mecanismo que atribui ao empreendedor o ônus de arcar com as despesas necessárias à execução de obras e serviços para minimização do impacto no sistema viário. E, nesse passo, não se descuidou do trato com a questão ambiental, pois embora a contribuição (contrapartida ou ônus) tenha sido limitada ao valor correspondente a 5% do custo total do empreendimento, a norma não exime o Poder Público de responder pela complementação das obras e serviços que eventualmente deixem de ser realizadas em razão da imposição desse limite. Opção limitadora, ademais, que decorre de critério de oportunidade e conveniência do legislador, no âmbito da política urbana do município, e sobre o qual o Judiciário não pode interferir. Examinando a questão em um sentido mais amplo é possível perceber, ainda, que a lei impugnada, na verdade, instituiu esse mecanismo de minimização do impacto ao sistema viário como um ônus adicional atribuído ao empreendedor, sem prejuízo e independentemente, por exemplo, das exigências já constantes do art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 e do art. 28, § 3º, do Estatuto da Cidade. Assim, o art. 8º, §§ 1º e 3º, somente poderia ser declarado inconstitucional, caso liberasse o empreendedor do cumprimento de quaisquer dessas

obrigações (que foram instituídas no âmbito de competência da União para legislar sobre proteção ao meio ambiente), o que, evidentemente, não ocorre no presente caso, porque aqui, ao contrário de abandonar a questão ambiental, o legislador, na verdade, apenas acrescentou mais um ônus ao proprietário, atribuindo-lhe a obrigação de arcar com as despesas necessárias para minimização de impacto no sistema viário, embora de forma parcial (5% do custo total do empreendimento), por opção legislativa, vale repetir, e dentro do critério de oportunidade e conveniência após os estudos técnicos pertinentes, o que não configura alguma hipótese de inconstitucionalidade, especialmente quando se nota que a norma em questão não envolve área de proteção especial e todas as demais exigências referentes à aprovação do projeto de reforma ou construção (principalmente as ambientais), seja de âmbito, federal, estadual ou municipal, não foram afetadas e continuam sendo respeitadas. 3 - Com relação ao funcionamento dos empreendimentos antes da conclusão das medidas destinadas à minimização de impacto no sistema viário, a autorização legislativa nesse sentido também não se deu em abandono ao dever de proteção ao meio ambiente, mas, dentro de um critério que, se de um lado, não pode ser apontado como o "ideal" do ponto de vista da política de mobilidade urbana, de outro lado, também não desborda dos parâmetros da razoabilidade, ou seja, não caracteriza hipótese de flagrante desvio de poder (para que pudesse ser declarado inconstitucional). Isso porque as respectivas liberações (cujo deferimento é previsto apenas para casos excepcionais de impossibilidade de execução das contrapartidas por motivo alheio à vontade do empreendedor) ficaram condicionadas à apresentação de caução em dinheiro ou fiança bancária (no valor equivalente ao dobro dos custos das obras minimizadoras do impacto), com previsão expressa de que tão logo cesse os motivos impeditivos o empreendedor deverá executar as obras, sob pena de perder as garantias em favor do município, que, em último caso, deverá utilizar o produto dessa garantia na própria execução das obras que não foram implementadas, daí porque, não sendo desarrazoada ou fora de propósito a solução adotada, impõe-se o reconhecimento de improcedência da ação, também nessa parte, com apoio no princípio da presunção de constitucionalidade que milita em favor das leis. Como ensina LUÍS ROBERTO BARROSO, "havendo alguma interpretação possível que permita afirmar-se a compatibilidade da norma com a Constituição, em meio a outras que carreavam para ela um juízo de invalidade, deve o intérprete optar pela interpretação legitimadora, mantendo o preceito em vigor" ("Interpretação e Aplicação da Constituição". Ed. Saraiva/SP, 1998, p. 164 165). 4 - Ação julgada improcedente." (ADI 01121718020128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 08/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27463)

ADI. LCM 451/2013 – JAHU. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Adequado ajuizamento pela Seção de São Paulo da Ordem dos Advogado do Brasil, mediante procuração Regularmente outorgada por seu Presidente. Preliminar de irregularidade da representação processual rejeitada. Lei Complementar nº 451/2013, do Município de Jahu, que alterou a planta genérica de valores da localidade, para fins de cálculo e lançamento do IPTU, para o exercício de 2014. Ausência de inconstitucionalidade. Possibilidade de o Município promover, segundo critérios de conveniência e oportunidade, pautados na supremacia do interesse público, a revisão da planta genérica de valores da localidade, para que seja alcançado o valor real dos bens imóveis situados nos seus limites, sem prejuízo de sujeitar-se o administrador municipal ao crivo político dos respectivos cidadãos. Revisão que não implica, por si só, em confisco ou violação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e capacidade contributiva. Eventual desproporção entre o valor real dos imóveis e o valor venal obtido a partir da atualização da planta genérica que, por envolver matéria de fato, não pode ser objeto de exame na via do controle direto. Ação julgada improcedente. (ADI 21046853920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari - 22/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29497)

ADI. LOM. EMENDA Nº 20/2012 – BEBEDOURO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Emenda à Lei Orgânica nº 20, de 11.06.12 alterando o § 1º do art. 15, reduzindo de 15 (quinze) para 11 (onze) o número de Vereadores a serem eleitos no Município de Bebedouro. Autonomia municipal para limitar o número de Edis, segundo os critérios de conveniência e oportunidade. EC nº 58/09 fixa apenas número máximo de vereadores de acordo com

população do Município. Impor outro limite à autonomia municipal – mínimo - não se afigura razoável. Inexistência de afronta ao texto constitucional. Ação improcedente." (ADI 20838806520148260000 - São Paulo - Relator Evaristo dos Santos – 22/10/2014 - Maioria de Votos - Voto nº 31433)

ADI. LCM 912/2011 – BOTUCATU. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 912, de 13 de dezembro de 2011, do Município de Botucatu. Criação de cargos de provimento em comissão sem descrição adequada das respectivas atribuições, e que não correspondem a funções de direção, chefia ou assessoramento em sentido estrito. Cargos que, em realidade, devem ser reservados a profissionais recrutados pelo sistema de mérito. Afronta aos artigos 98, 99, 100, 111, 115, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo reconhecida. Posterior edição da Lei Complementar nº 1.116, de 26 de agosto de 2014, cujos preceitos repetem os vícios existentes na lei inicialmente impugnada. Irrelevância. Possibilidade de declaração incidental da inconstitucionalidade desse novo diploma legal. Ação julgada procedente, com modulação de efeitos." (ADI 20837463820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 15/10/2014 – Votação Unânime - Voto nº 29133)

ADI. LM 5.206/2013 – LIMEIRA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 5.206, de 27 de dezembro de 2013, do Município de Limeira, que "Dispõe sobre a criação do Programa 'Creche com Fila Única' na Rede Municipal de ensino Público Infantil e dá outras providências". Inobservância da faixa etária da educação infantil, com exclusão de considerável parcela da sua clientela. Adoção, ademais, de critérios de acesso que destoam dos princípios de impessoalidade, razoabilidade e igualdade. Afronta aos artigos arts. 111, 144, 237, 240, 248 e seu parágrafo único, 277, e 297, da Constituição do Estado de São Paulo reconhecida. Ação julgada procedente, para decretar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º, bem como do artigo 4º, da Lei Municipal guerreada." (ADI 20743001120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mortari – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28774)

ADI. LM 3.159/2011 – MAIRIPORÃ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 3.159, de 19 de dezembro de 2011, do Município de Mairiporã, a qual "autoriza o fechamento normalizado de ruas sem saída, vilas e loteamentos situados em áreas estritamente residenciais, estabelece o acesso controlado a essas áreas e dá outras providências e revoga a Lei nº 2.129, de 30 de novembro de 2001" Inexistência de invasão de competência legislativa alheia para dispor sobre direito civil ou sobre normas gerais de direito urbanístico Município que não se excedeu ao legislar sobre o tema, num contexto voltado a garantir o bem estar de parcela expressiva de seus habitantes, além da preservação ambiental no que toca às áreas objeto de parcelamento Processo legislativo que não se ressente da falta de participação comunitária, a induzir a presença do vício de inconstitucionalidade formal Diploma legal objurgado que dispõe, a rigor, sobre ato autônomo e concreto de administração (autorização para controle de acesso a determinados espaços urbanos), não demandando obrigatória e indiscriminada participação da população no processo legislativo Controle de acesso que, de toda sorte, depende de pedido formulado por, no mínimo, cinquenta por cento mais um dos proprietários dos imóveis existentes na área ou por associação de moradores regularmente constituída Atuação permanente, outrossim, em Mairiporã, de entidades regularmente constituídas para a solução dos problemas comunitários de segurança, que envolve o antigo anseio de uma normatização válida e eficaz do controle de acesso a ruas sem saída, vilas e loteamentos exclusivamente residenciais Possibilidade de implantação de loteamentos com controle de acesso que, ademais, já está consolidada há décadas no Município, sem qualquer resistência da sociedade local, o que induz à presunção de que atende o interesse coletivo, até porque alcança áreas de preservação ambiental, que se encontram então protegidas de ocupações e outras atividades predatórias, sem qualquer impacto negativo na mobilidade urbana Inocorrência, ainda, de vício de cunho material, a partir da indicação de que o diploma em comento segrega espaço público de uso comum Controvérsia instaurada no presente feito que envolve, na verdade, a colisão aparente de dois princípios fundamentais: o da segurança pública e o da liberdade de locomoção Necessidade, desse modo, de proceder a uma ponderação de valores Lógica dos valores que, por sinal, representa a lógica do razoável Legislação em causa que se limita a estabelecer normas para permitir, em prestígio da segurança dos moradores, o fechamento

total ou parcial de determinados espaços urbanos, situados em zona classificada como predominantemente residencial, unifamiliar, sem prejuízo do acesso de pedestres e condutores de veículos não residentes, mediante simples identificação, vedada, outrossim, qualquer alteração na destinação de áreas institucionais ou verdes Liberdade de circulação que, nessa linha, não fica comprometida em demasia Petição inicial que não se abalou a indicar em que medida se mostraria indispensável assegurar a irrestrita circulação de não residentes nessas áreas, de modo a justificar a maior exposição dos moradores à violência cotidiana da criminalidade Valores alinhados no princípio da segurança pública que, destarte, autorizam a restrição de acesso que se pretende impor Na situação exposta, só haverá real comprometimento do direito de ir e vir daqueles que, presumivelmente mal intencionados, buscam ingressar nesses espaços urbanos sem um propósito legítimo Precedentes deste Órgão Especial e da Seção de Direito Público desta Corte Plano Diretor do Município (arts. 12 e 13 da LC nº 297/2006) que, de resto, estabelece como diretriz estratégica a garantia de melhores níveis de segurança e salubridade dos assentamentos e a adequada proteção do patrimônio ambiental Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente. (ADI 20536114320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 01/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 19922)

ADI. LM 3.227/2013 – SALTO. " I - Ação Direita de Inconstitucionalidade – IPTU – Modificação da Planta Genérica de Valores (Arts. 3º, 10º e Anexo I da Lei 3.227/2013) – Existência de ação anterior impugnando os mesmo dispositivos legais – Litispendência configurada – Extinção da ação sem apreciação do mérito quanto a referidos dispositivos – Art. 267, V do CPC - Ação Direta de Inconstitucionaldiade – IPTU – Valor venal predial do imóvel – Art. 4º da Lei 3.227/2013 – Critérios válidos - Lei 3.196/2013 – Progressividade das alíquotas – Previsão Constitucional – Art. 156, §2º e art. 182 da Constituição Federal - Possibilidade – Previsão de correção monetária da planta genérica de valores do município por Decreto do Poder Executivo – Admissibilidade – Correção Monetária prevista no §2º do art. 97 do CTN – Ilegalidade não configurada – Inexistência de afronta aos princípios da Constituição Estadual – Improcedência da ação." (ADI 20142112220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Negrini Filho – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19004)

ADI. LM 14.125/2005 – SÃO PAULO. "I- Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 3º da Lei 14.125, de 29.12.2005, do Município de São Paulo. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP. Dispositivo legal que isenta da COSIP contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública. Constitucionalidade.
II- Não afrontado o princípio da simetria. O artigo 149-A da Constituição Federal prevê a competência dos Municípios e Distrito Federal, na forma da lei, para a instituição da COSIP, uma exação subordinada a disciplina própria. III- Não há afronta aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva em relação à COSIP. Questão já enfrentada pelo c. Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.675 decidiu que sendo a iluminação pública um serviço público uti universi, ou seja, de caráter geral e indivisível, prestado a todos os cidadãos, indistintamente, não se afigura possível, sob o aspecto material, incluir todos os seus beneficiários no polo passivo da obrigação tributária. IV- Haverá isonomia se o ordenamento assegurar um regime equilibrado entre situações e posições distintas. Ter por pressuposto a existência de situações diferentes às quais deve ser assegurado um tratamento jurídico equilibrado e não discriminatório. V- Ante o silêncio da Magna Carta no que concerne à hipótese de incidência da contribuição de iluminação pública, o legislador local ficou livre para escolher a melhor forma de cobrança. O intuito no Município de São Paulo foi não cobrar os cidadãos que não se beneficiam da iluminação pública, até que sejam beneficiados, o que não afronta o princípio da isonomia e atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade. VI- Ação improcedente." (ADI 20994551620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 39297)

ADI. LCM 279/2013 – MOGI MIRIM. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Anexo I, da Lei Complementar 279/2013, de Mogi Mirim – Lei municipal que cria cargos em comissão – Cargos de "Assessor de Gerência", "Assessor de Secretaria" e "Auditor" - Posterior lei que altera a descrição dos cargos - Perda do objeto de que não se cogita – Alteração meramente formal,

tendo permanecido em vigor o anexo I, que contém relação dos cargos criados - Natureza técnica, burocrática e operacional, típicas de cargos de provimento efetivo, sendo prescindível o liame de confiança entre o agente político e o servidor que vier a ocupá-los - Violação aos artigos 115, I, II e V, e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Inconstitucionalidade declarada Ação procedente." (ADI 20662916020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30290)

ADI. LM 4.831/2013 – TAUBATÉ. "Ação direita de inconstitucionalidade. Impugnação ao Parágrafo 1º do artigo 1º, artigos 6º e 7º, todos da Lei nº 4.831/2013, de Taubaté, que estabelecem o plano plurianual para o período de 2014 a 2017 e diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014. Parágrafo 1º do artigo 1º: configurada violação ao princípio da separação dos poderes, por ingerência do Poder Legislativo em esfera de atribuição constitucional do Poder Executivo, notadamente em ato de administração municipal na execução orçamentária. Descentralização de créditos é instrumento previsto em normas federais, cuja aplicação é permitida ao Poder Executivo de todos os entes da federação. Rejeitada a alegação de vício de iniciativa quanto aos demais dispositivos questionados. Legitimidade de emendas legislativas mesmo em leis de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo. Precedente do STF. Artigo 6º: participação popular na elaboração e execução do orçamento, que tem por base o princípio constitucional da publicidade e transparência no trato da coisa pública, a cooperação de associações representativas no planejamento municipal e a própria Lei de Reponsabilidade Fiscal. Artigo 7º: em nada altera o regime ou remuneração dos servidores públicos, mas apenas reproduz normas previstas na Constituição Federal e Lei de Reponsabilidade Fiscal. Necessidade de lei futura específica, de iniciativa do Prefeito Municipal e com índice de revisão da remuneração definido, para que tal revisão se efetive. Ação julgada parcialmente procedente, declarando-se a inconstitucionalidade tão-somente da expressão "mediante autorização legislativa específica" do parágrafo 1º do artigo 1º, da Lei nº 4.831/2013. (ADI 20654255220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 31812)

ADI. LM 1.611/2013 – SERRANA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei n° 1.611, de 11 de dezembro de 2013, do Município de Serrana, que dispõe sobre as normas gerais, relativas aos concursos públicas e processos seletivos no âmbito do Município e da outras providências – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Parte da norma que afronta os artigos 5, 47, II, XIV e XIX, a, e 144 da Constituição do Estado de São Paulo - Ação parcialmente procedente." (ADI 21377225720148260000 - São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33147)

ADI. LM 598/2004 - PEREIRAS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Legislação do Município de Pereiras que dispõe sobre a criação dos cargos de "Procurador Jurídico", "Coordenador de Assuntos Comunitários", "Coordenador de Contabilidade e Tributação", ("Coordenador de Projetos", "Coordenador de Fiscalização de Obras", "Coordenador de Vigilância Sanitária", "Coordenador de Saúde da Família", "Diretor de Escola", "Diretor de Creche", "Coordenador Pedagógico", "Coordenador de Creches", "Coordenador de Esportes", "Coordenador de Ações Culturais", "Coordenador de Ação Social", "Coordenador de Projetos Agrícolas e Ambientais" e dá outras providências – Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 21137384420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 33146)

ADI. LM 2.052/2014 – ÁGUAS DA PRATA. "Ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 2.052/2014, do município de Águas da Prata, que 'autoriza o Executivo municipal a conceder gratificação, a título de pró-labore, aos policiais militares que realizem a fiscalização e o policiamento ostensivo e repressivo e a preservação da ordem pública, e Policiais Civis responsáveis pelo judiciário e apuração de infrações penais na cidade...". 1. Estadeia ofensa aos princípios da legalidade, finalidade e razoabilidade, a criação de verba destinada a remunerar atividade inerente ao cargo de Policial Civil e Militar, constitucionalmente descrita e

para a qual a remuneração definida em lei estadual já envolve as atribuições incumbidas aos responsáveis pela segurança pública (Arts. 140 e 141, da Constituição Estadual). 2. Compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a remuneração dos policiais civis e militares (Art. 24, §2º, da Carta Bandeirante)." (ADI 20913392120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 22/102014 – Votação Unânime – Voto nº 24639)

ADI. LM 4.838/2014 – TAUBATÉ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Impugnação da Lei Municipal nº 4.838, de 12 de fevereiro de 2014, do Município de Taubaté – Proibição do uso de herbicidas e agrotóxicos em geral para capina química – Projeto de ordem parlamentar que invade a competência do chefe do Executivo – Ingerência na administração local – Vício de iniciativa – Princípio da independência dos poderes afetado – Inexistência de indicação dos recursos disponíveis – Ofensa aos artigos 5º, 25 'caput', 37, 47 e 144, da Constituição do Estado – Inconstitucionalidade declarada – Ação Direta de Inconstitucionalidade procedente." (ADI 20508581620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35305)

ADI. Regimento Interno da Câmara Municipal - BIRIGUI - "Ação Direta de Inconstitucionalidade, promovida pelo Partido dos Trabalhadores - Diretório Estadual, contra o inciso VIII, Título XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Birigui, que trata da definição dos crimes de responsabilidade e da cassação do vereador. 1. Não há se falar em ilegitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade quando o partido político autor da demanda esteja comprovadamente representado na Câmara Municipal, ainda que por um único parlamentar. 2. Compete privativamente à União legislar sobre matéria penal, aí incluída a definição de crimes de responsabilidade e processo de cassação de vereador. Art. 22, I, da Constituição Federal, e artigos 5º e 144, da Constituição Estadual. Súmula 722, do SATF. 3. Julgaram procedente a ação, declarada a inconstitucionalidade do inciso VIII, do Título XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Birigui." (ADI 01993788320138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 22/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24633)

ADI. LOM – Art. 17, IV e VIII e Art. 73, XIII e XX - BARRETOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Legitimidade ativa - Propositura pelo Prefeito Municipal (art. (artigo 90, II, da Constituição Estadual). Como o Prefeito pode propor diretamente a ação direta sem o concurso de advogado, indiferente que o faça outorgando poderes a outro procurador, ainda que não Procurador do Município, não podendo a lei municipal se sobrepor ao disposto na Constituição Federal - Procuração outorgada pelo Prefeito com poderes especiais para propor ação direta de inconstitucionalidade Preliminar suscitada pela Câmara Municipal, afastada. Ação Direta de Inconstitucionalidade - Dispositivos da Lei Orgânica do Município de Barretos - Dispositivos que limitam o exercício da administração do Município pelo Prefeito, afrontando o princípio da separação de poderes (arts. 5º e 144 da Constituição do Estado) ao impor-lhe a necessidade de autorização legislativa para "celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município", e para "aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las, quando for o caso" (art. 73, XIII e XX), além de autorizar a Câmara Municipal, "com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente ..." "autorizar a celebração de convênios, termos aditivos, acordos ou qualquer instrumento pelo município", e "concessão de auxílios e subvenções" - Além disso, desrespeitam as sistemáticas de controle interno e externo, previstas no art. 150 da Constituição do Estado e 31 da Constituição Federal - Inconstitucionalidade configurada quanto a esses dispositivos. Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 01883727920138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 22/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 22337)

ADI. LCM 151/2007 – PARISI. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei Complementar n. 151/2007, do Município de Parisi – Criação de cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar sem descrição das respectivas atribuições – Impossibilidade – Ofensa ao princípio da reserva legal – Inconstitucionalidade por arrastamento das Leis Complementares nº 160/2009 e 185/2013, do mesmo Município, correlatas ao cargo – Ação direta julgada

procedente, para declarar a inconstitucionalidade das leis." (ADI 21137912520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 35291)

ADI. LM 094/2014 – IPAUSSU. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Artigo 3º, parte final, da Lei nº 094, de junho de 2014, do Município de Ipaussu - Legislação, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre o valor de verba alimentícia paga aos servidores públicos municipais. - Emenda parlamentar alterou o prazo de vigência da lei, retrocedendo-o - Matéria de cunho eminentemente administrativo - Afronta ao princípio da separação dos Poderes - Abuso de emendar verificado - Lei dispôs sobre situação concreta, concernente à matéria orçamentária - Ação direta julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade da norma." (ADI 21093673720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35248)

ADI. LM 2.697/1999, 3.025/2005, 3.074/2005, 3.080/2005, 3.081/2005, 3.084/2005, 3.115/2005, 3.133/2005, 3.232/2007, 3.244/2007, 3.255/2007, 3.256/2007, 3.282/2008, 3.355/2009, 3.361/2009, 3.599/2013, 2.697/1999, 3.260/2007, 3.305/2008, 3.409/2010, 3.424/2010 e Decreto 4.501/2000 – POÁ . "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Expressões de Chefia, Direção e Assessoramento constantes em Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito, e de Secretarias de Governo Municipais, criadas, mantidas ou transferidas pelas Leis Municipais nº 2.697/99, 3.025/05, 3.074/05, 3.080/05, 3.081/05, 3.084/05, 3.115/05, 3.133/05, 3.232/07, 3.244/07, 3.255/07, 3.256/07, 3.282/08, 3.355/09, 3.361/09, e 3.599/13, bem como dos arts. 13 e 14 da Lei nº 2.697/99, arts. 8º, §§ 1º, 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 3.260/07, Lei nº 3.305/08, arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 3.409/10, Lei nº 3.424/10 e por arrastamento do Decreto nº 4.501/00, todos do Município de Poá – Cargos públicos em comissão, sem descrição das atribuições das funções de direção, chefia ou assessoramento – Advocacia pública – Atividades de caráter permanente e burocrático – Necessidade de provimento efetivo – Ausência de previsão de prévio concurso público de provas e títulos – Afronta reconhecida aos termos do artigo 115, II e V da Constituição do Estado de São Paulo, que reproduzem os artigos 37, caput e incisos II e V, da Constituição da República de 1988 – Entendimentos doutrinários e jurisprudenciais – Gratificação de nível universitário a cargos que exigem formação superior para seu exercício – Violação à legalidade e à moralidade administrativa, além do interesse público - Inconstitucionalidade das normas reconhecida – Modulação dos efeitos – Segurança jurídica ou excepcional interesse social – Requisitos demonstrados pelo administrador municipal – Prazo razoável para que a Administração Pública reorganize seu quadro pessoal - Eficácia da decisão 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação do presente Acórdão." (ADI 20994708220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 35136)

ADI. LOM. EMENDA Nº 16/2014 – BÁLSAMO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Emenda nº 16/2014, que alterou os artigos 74, 76, 78, 80, 81 e 83 da Lei Orgânica do Município de Bálsamo - Legislação que versa questão atinente ao regime jurídico do funcionalismo municipal, afeta à competência privativa do Chefe do Poder Executivo local - Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito - Afronta aos preceitos contidos nos artigos 5º, 24, § 2º, "4", 25 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo – Precedentes - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 20943757120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 35290)

ADI. LM 7.593/2013 – ARAÇATUBA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Impugnação da Lei Municipal nº 7.593, de 28 de novembro de 2013, do Município de Araçatuba – Previsão de plantio de árvores apenas às concessionárias de veículos novos – Inexistência no caso concreto dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade almejada – Estabelecimento de privilégio para alguns em detrimento de outros – Incidência dos arts. 23, 30 e 225 da Constituição Federal - Ofensa aos princípios da isonomia, razoabilidade e livre concorrência – Inconstitucionalidade reconhecida – Arguição procedente." (ADI 20427482820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 34953)

ADI. LCM 42/2011 – CARAGUATATUBA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Artigo 334 da Lei Complementar nº 42, de 14 de dezembro de 2011, do Município de Caraguatatuba, que instituiu o Plano Diretor – Diploma que estabelece diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano local – Dispositivo impugnado inserido no respectivo projeto de lei através de emenda aditiva parlamentar não submetida à apreciação popular e sem apresentação de justificativa técnica – Contraste aos artigos 180, inciso II, e 191 da Constituição Bandeirante – Tema, ademais, objeto de ação de inconstitucionalidade anterior, onde reconhecido o vício formal de vários dispositivos da Lei Complementar em questão, pelo mesmo fundamento - Pretensão procedente." (ADI 21262860420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28349)

ADI. DECRETO 5.966/2013 – SERTÃOZINHO – "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade, promovida pelo Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis - CEISE-BR, visando à declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº 5.966, de 23 de dezembro de 2013, do Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, que "dispõe sobre a definição dos padrões de construção dos imóveis edificados do município de Sertãozinho e dá outras providências". Demonstração da Pertinência Temática – Decreto que não aumenta a alíquota do IPTU, mas apenas classifica os padrões de construção do município - Competência do Poder Executivo Municipal para classificação dos imóveis segundo padrões de construção – Ausência de aumento da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - Não há violação ao princípio da legalidade tributária (art. 150, inciso I, da Constituição Federal). Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 20437096620148260000 – São Paulo – Relator Roberto Mac Cracken – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 17574)

ADI. LEI ESTADUAL Nº 14.653/2011 – SÃO PAULO - Ação Direta de Inconstitucionalidade – Previdência complementar estadual – Liminar – Deferimento – Lei Estadual 14.653 de 22 de dezembro de 2011 – Arguição de inconstitucionalidade de expressões contidas no § 1º do art. 1º ("Aplica-se aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta lei") e no art. 3º ("de que trata o § 1º do art. 1º desta lei) – Instituição de limitações pelo legislador ordinário estadual, em tese, incompatíveis com os parâmetros fixados pelo art. 126, §§ 14 a 16, da Constituição Estadual – Deferimento da liminar para suspensão da eficácia das expressões impugnadas." (ADI 21655113120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Nuevo Campos – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 30874)

ADI. LM 5.551/2014 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 5.551, de 7 de maio de 2014, do Município de Catanduva, que proíbe o uso de aparelhos sonoros ou musicais no interior de veículos de transporte coletivo - Legislação que trata de matéria de interesse predominantemente local, visando a combater a poluição sonora e preservar a paz e a tranquilidade dos usuários do sistema pública de transporte coletivo, nos exatos limites das atribuições conferidas aos municípios pelos artigos 23, inciso VI, e 30, inciso I, da Constituição Federal, o que arreda a alardeada invasão de competência federal e afronta ao preceito do artigo 22, inciso XI, da mesma Carta Magna, e artigos 111 e 144 da Constituição Estadual - Inocorrência, outrossim, de vício de iniciativa, haja vista que a norma editada não regula questão estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo, delimitada pelos artigos 24, § 2º, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta, razão pela qual poderia mesmo decorrer de proposta parlamentar, sem incidir em violação ao princípio da separação dos poderes, inserido no artigo 5º da Constituição Estadual - Previsão legal que, de resto, não representa qualquer incremento de despesa, uma vez que a fiscalização das atividades comerciais, especialmente aquelas exercidas por permissionárias de serviços públicos, e dos atos da vida civil insere-se no poder-dever da Administração Pública - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 21109029820148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Paulo Dimas Mascaretti – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 20047)

ADI. LM 15.374/2011 – SÃO PAULO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 15.374/2011, do Município de São Paulo, que proíbe o fornecimento de sacolas plásticas pelo comércio fora das situações nela indicadas. Preliminares de inépcia da petição inicial e de impossibilidade jurídica do pedido afastadas. Exame da conveniência da proibição que foge do âmbito da atuação judicial. Alegação de ofensa à competência privativa da União e Estados para dispor sobre meio ambiente. Diploma que, no entanto, não instituiu norma jurídica sobre meio ambiente, apenas dispôs sobre prática destinada a preservá-lo, nos limites do interesse local e exatamente como lhe cabia em atenção à disciplina constitucional previamente traçada e a Política de Meio Ambiente. Ação improcedente." (ADI 01214806220118260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 01/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 24398)

ADI. LM 1.639/2014 - SERRANA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 1.639, de 28 de abril de 2014, de iniciativa parlamentar, que "dispõe sobre o recebimento do adicional de insalubridade pelos servidores públicos municipais e dá outras providências". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação dos poderes. Reconhecimento. Versando a norma impugnada sobre regime jurídico dos servidores públicos, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Executivo (art. 24, § 2º, n. 04, da Constituição Paulista), não poderia o Legislativo interferir nessa matéria para instituir benefício pecuniário aos servidores públicos pertencentes à Administração direta e indireta; ainda mais quando sequer indica os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 21377571720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27572)

ADI. LCM 184/2013 - PARISI. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 184, de 08 de fevereiro de 2013, do Município de Parisi, que cria de cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico sem descrição das respectivas atribuições. Alegação de inconstitucionalidade. Reconhecimento. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, "para que a lei criadora de cargos comissionados se ajuste à exceção disposta no art. 37, inc. V, da Constituição da República, necessariamente terá de prever as atribuições dos cargos, as quais terão de corresponder à função de direção, chefia e assessoramento" (AgRg no Recurso Extraordinário 752.769/SP, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 08/10/2013), ou seja, é indispensável a demonstração efetiva da "adequação da norma aos fins pretendidos, de modo a justificar a exceção à regra do concurso público para a investidura em cargo público" (ADI 3.233/PB, Tribunal Pleno, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 10/05/2007). É importante anotar, ainda, que esse cargo, em tese, tem as mesmas funções atribuídas à Advocacia Pública e, pela ausência de situação de emergência e excepcionalidade, deve ser reservado a profissional recrutado por sistema de mérito e aprovação em certame público, nos termos do art. 98 a 100, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20536131320148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 29/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27571)

ADI. LM 7.279/2014 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 7.279/2014, do município de Guarulhos – Instituição de programa denominado "Bolsa Creche", destinado a fornecer recursos financeiros mães de filhos em idade de educação infantil não matriculados na rede pública ou creche credenciada – Matéria relacionada à Administração Pública, por disciplinar programa de governo – Lei de iniciativa parlamentar que invadiu a esfera do Poder Executivo, ao tratar de matéria típica da gestão administrativa – Violação ao princípio da separação de poderes – Afronta aos arts. 5º, 47, II e XIV, e 144, da Constituição Estadual - Aumento de despesas, sem indicação de respectiva fonte de recursos disponíveis para atendimento dos novos encargos - Violação ao art. 25, *caput*, da Carta Bandeirante - Ação procedente." (ADI 21220215620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 30678)

ADI. LM 7.175/2013 – GUARULHOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Guarulhos. Lei nº 7.175, de 08.10.13 autorizando o Município a celebrar convênio, parceria ou contratar clínicas particulares para realização do exame de Eletroencefalograma. Inconstitucionalidade por vício

de iniciativa - ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Insuficiente referência genérica. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 25, 47, incisos II, XI, XIV, e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação. (ADI 20929345520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31288)

ADI. LM 11.710/2008 – RIBEIRÃO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 11.710/2008, do Município de Ribeirão Preto que dispõe sobre a implantação de programa de orientações do exame de falange junto a rede municipal de saúde e dá outras providências. Matéria referente à administração do município que é de iniciativa reservada do Chefe do Executivo. Violação aos artigos 5º, 47, II e XIV e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Lei impugnada que, de outra banda, não indicou os recursos de custeio do programa implantado, afrontando os artigos 25 e 176,I, da Carta Bandeirante. Lei autorizativa que esconde comando cogente. Executivo que não ecessita de autorização para administrar, matéria a ele reservada. Precedentes da Corte. Ação procedente, declarando-se a inconstitucionalidade com efeitos ex tunc." (ADI 20869569720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27022)

ADI. LOM – art. 19, XII - LAGOINHA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lagoinha. Art. 19, inciso XII da Lei Orgânica Municipal. Convocação do Prefeito e Vice-Prefeito para prestarem pessoalmente informações sobre assuntos previamente estabelecidos. Inadmissibilidade. Afronta ao Princípio da Separação dos Poderes. Poder de fiscalização que deve respeitar limites constitucionais. Precedentes. Ausente, na Constituição Bandeirante, qualquer previsão nesse sentido. Afronta aos arts. 5º; 20, inciso XIV e 144 da Constituição Estadual. Ação procedente. (ADI 20746648020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 15/10/2014 - Votação Unânime - Voto nº 31287)

ADI. LM 11.424/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – "Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei. Lei nº 11.424/2013 do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, que alterou zoneamento de trecho da Rua Frei Remberto Lessing no Bairro Parque São Jorge, permitindo a instalação da atividade de "Minimercado" no número 895 de referida rua. Vício de iniciativa, sendo privativa a competência do Chefe do Executivo para legislar sobre a administração da cidade. Afronta aos artigos 5º, 47, II e XIV e 144 da Constituição Bandeirante Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei. Lei nº 11s424/2013 do Município de São Joé do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, que alterou zoneamento de trecho da Rua Frei Remberto Lessing no Bairro Parque São Jorge, permitindo a instalação da atividade de "Minimercado" no número 895 de referida rua. Possibilidade de apreciação de inconstitucionalidade também por outros motivos, diante da natureza "aberta" da causa petendi em ação declaratória de inconstitucionalidade de lei. Norma vergastada que não contou com a participação efetiva da comunidade, sequer apresentou projeto técnico com vistas a justificar a alteração de zoneamento. Inadmissibilidade, por outro lado, de concessão de privilégio a um cidadão individualizado em detrimento à comunidade. Afronta ao princípio da igualdade que deve permear as normas. Afronta aos artigos 180, inciso II, 181, § 1º e, por força do artigo 144 da Constituição do Estado, dos princípios contidos nos artigos 30, VIII e 182, caput da Constituição Federal. Ação procedente, declarada a inconstitucionalidade com efeito ex tunc." (ADI 20494829220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 15/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27016)

ADI. LM 4.087/2014 – GUARUJÁ. "Guarujá. Lei nº 4.087, de 24.03.14, alterando a Lei nº 3.874, de 13.05.11, dispondo sobre a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo. Ato normativo, de autoria parlamentar, impondo ao Prefeito a obrigação de escolher seus auxiliares diretos - Secretários Municipais - dentre pessoas residentes naquele Município. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa na espécie - ingerência na organização administrativa. Ocorrência de afronta à separação dos Poderes, à isonomia e à garantia da livre nomeação e exoneração. Precedentes. Violação aos arts. 5º, 24, § 2º, 111, 115, II e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação. (ADI 20469322720148260000 – São Paulo

– Órgão Especial – Relator Evristo dos Santos – 15/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31285)

ADI. LM 3.730/2014 – POÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 3730, de 28 de junho de 2014, do Município de Estância Hidromineral de Poá, que cria rua de lazer em trecho de via daquela localidade e anuncia os dias e períodos em que deve ser fechado - Alegação insubsistente, de que se trataria apenas de mera denominação à via pública - Vício de iniciativa reconhecido - Quebra do princípio da independência dos poderes - Ingerência indevida em ato típico de administração - Inconstitucionalidade reconhecida - Ação procedente, para a desconstituição do diploma legal em exame." (ADI 21069389720148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 01/10/2014 - Votação Unânime - Voto nº 24454)

ADI. LM 10.747/2014 – SOROCABA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 10.747, de 6 de Março de 2014 do Município de Sorocaba, que que dispõe sobre a criação do "Serviço Autônomo de Água e Esgoto" (Regulamentada pelo Decreto nº 14.644, de 25 de novembro de 2005), e dá outras providências – Violação à regra de separação de poderes contida nos artigos 5º, 47, incisos II e XIV e art. 114, todos da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 21201249020148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Antonio Carlos Malheiros – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32270)

ADI. LM 3.727/2014 – POÁ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.727, de 19 de maio de 2014, do Município da Estância Hidromineral de Poá, que cria rua de lazer em trecho de via daquela localidade e anuncia os dias e períodos em que ele deve ser fechado. Vício de iniciativa reconhecido. Quebra do princípio da independência dos poderes. Aumento de despesa sem correspondente fonte de custeio. Violação dos artigos 5º, 25, 47, incisos II e XIV da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente. (ADI 21062668920148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 08/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25278)

ADI. LM 425/2010 – PRATÂNIA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 425 de 05 de Março de 2010 e, de suas alterações posteriores editadas através da Lei nº 589/2014 ambas do Município de Pratânia, que dispõe sobre a criação do Espaço do Lazer e da proibição ao trânsito de veículos automotores em trecho de rua que especifica, aos sábados das 19h00 às 02h00 e aos domingos e feriados das 14h00 às 00h00 horas e dá outras providências.– Matéria de iniciativa reservada ao poder Executivo – Artigos 5º; 24,§2º, 2, 25, 47, II e XIV, e 144 da Constituição Estadual – Ação Procedente. (ADI 21052223520148260000 – São Paulo – Relator Antonio Carlos Malheiros – 08/10/2014 – Votação Unânime - Voto nº 33144)

ADI. LCM 145/1997. Anexo VIII – MARÍLIA. "Ação Direta de Inconstitucionaliade - Anexo VIII, da Lei Complementar nº 145, de 07 de fevereiro de 1997, do Município de Marília, e, por arrastamento, das Portarias que disciplinam os cargos em comissão impugnados Anterior ação em que foi reconhecida a inconstitucionalidade de cargos criados pela mesma lei (nº 0225367-33.2009.8.26.0000) – Lei Complementar nº 707/2014 que extinguiu cargos também previstos no ato normativo impugnado Perda de parte do objeto da ação Superveniente falta de interesse de agir Permanência do interesse de agir relativamente à declaração de inconstitucionalidade da criação dos cargos de "Diretor-Executivo", "Diretor de Administração e Finanças", "Diretor de Engenharia e Operação", "Diretor de Obras", "Coordenador de Tratamento de Água e Esgoto", do Departamento de Água e Esgoto de Marília - Funções de natureza operacional, técnica e burocrática, rotineiras da atividade do referido órgão Impossibilidade de provimento em comissão - Especificações do cargo que também devem ser previstas em lei em sentido estrito - Violação ao disposto nos artigos 111, 115, II e V, e 144, da Constituição do Estado – Inconstitucionalidade reconhecida - Ação em parte extinta sem resolução de mérito e julgada procedente quanto ao restante, modulados os efeitos da decisão para que, em 180 dias, seja regularizada a situação, evitando-se prejuízo ao desenvolvimento da administração local. (ADI 21015493420148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30592)

ADI. RESOLUÇÃO 245/2013 – CRUZEIRO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Legislação do Município de Cruzeiro que dispõe sobre a criação do cargo de Coordenadores do Gabinete e de Assessores Técnicos Executivos e dá outras providências – Funções descritas que não exigem nível superior para seus ocupantes – Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 30, 98, 99, 100, 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 20983950820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 32269)

ADI. LM 1.801/1992 – PEDERNEIRAS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 1.801/1992, do município de Pederneiras – Criação de benefício previdenciário a servidores municipais aposentados, sem indicação de fonte de custeio total – Violação aos artigos 218, da Constituição Estadual, e 195, §5º, da Constituição Federal – Inconstitucionalidade declarada – Precedentes deste Órgão Especial - Modulação dos efeitos, com incidência a partir da decisão de liminar suspensão de eficácia da lei – Necessidade de preservação da segurança jurídica aos beneficiários - Ação procedente." (ADI 20837308420148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30501)

ADI. LM 4.438/1993 – SOROCABA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Propositura que combate a Lei nº 4.438/1993 do Município de Sorocaba, que disciplinou os loteamentos fechados na localidade. Inconstitucionalidade reconhecida exclusivamente quanto ao artigo 7º, em sua atual redação, porque dispensou edição de lei para a concessão de uso privativo de bens públicos. Ação parcialmente procedente, com modulação. (ADI 20536122820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 01/10/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 24493)

ADI. LCM 400/2013 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Direta de Inconstitucionalidade. Impugnação aos artigos 17 e seus Anexos I e II, 18; 19 e 20 da Lei Complementar n° 400, datada de 17 de junho de 2013 do Município de São José do Rio Preto que reajustou a planta genérica de valores acarretando aumento do IPTU. Alegação de ofensa aos princípios da capacidade contributiva, razoabilidade, proporcionalidade e da vedação ao confisco. Pertinência temática configurada. Tanto o Sindicato do Comércio Varejista da Municipalidade como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo possuem interesse direto na matéria ora discutida. Mérito. Ausência de vícios materiais. Possibilidade do Executivo e do Legislativo revisarem a planta genérica de valores a fim de atualizar o valor de mercado dos imóveis. O aumento significativo do valor venal dos imóveis não implica, de forma automática, na caracterização de confisco, bem como de violação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e capacidade contributiva. Ausente patente ilegalidade, não cabe ao Poder Judiciário invadir a esfera do Poder Executivo e do Legislativo para alterar os índices de correção da planta genérica, sob pena de violação do princípio da separação de poderes. Precedentes deste C. Órgão Especial. Ação julgada improcedente." (ADI 20118364820148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 29441)

ADI. LM 4.887/2013 – MAUÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 4887/13, do Município de Mauá que, alterando artigos de lei anterior (Lei 3473/02) dispôs sobre a proibição de cobrança de estacionamento de veículos para clientes de supermercados, bancos e shopping center, durante as primeiro quatro horas de uso, independentemente de utilização de serviços ou aquisição de produtos. Matéria já tratada em outro feito através de arguição de inconstitucionalidade de lei que declarou inconstitucional as leis 3.474/02 e 3777/05, do Municio de Mauá. Necessidade, entretanto, da declaração de inconstitucionalidade por esta via, diante da declaração em sede de controle difuso de constitucionalidade. Ação procedente, declarando-se com efeito erga omnes e ex tunc a inconstitucionalidade da Lei vergastada e, por arrastamento, das Leis nº 3.473/02 e 3777/05, todas do Município de Mauá. (ADI 20061836520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 08/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27003)

ADI. LM 3.459/2012 – ITAPEVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal n. 3.459, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012 que instituiu o estatuto, plano de carreira e remuneração da Guarda Civil Municipal de Itapeva. Alegada ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da fonte de recursos para arcar com os ônus da evolução funcional, bem como edição da lei em ano eleitoral. Pretendido reconhecimento de afronta ao artigo 24, 169. I e II da Constituição Estadual e 73, V, da Lei 9504/97. Inocorrência de violação aos dispositivos, na medida em que editada a lei em 19 de outubro de 2012, com início de vigência no primeiro dia do ano subsequente (2013). Ausência de lastro financeiro que somente compromete a eficácia da lei no exercício de sua vigência. Inobservância que por sua vez não induz à inconstitucionalidade da lei, impedindo apenas a sua execução no exercício financeiro respectivo. Impossibilidade, de outra banda, dentro da estreita via da ação direta de inconstitucionalidade, de perquirir-se sobre normas outras para concluir-se pela inconstitucionalidade, posto não ser esta a finalidade da ação de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes deste Colendo Órgão Especial e da Corte Suprema. Ação improcedente." (ADI 01978917820138260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 08/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 26923)

ADI. LM 7.182/2013 – GUARULHOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei nº 7.182, de 17 de outubro de 2013, do Município de Guarulhos – Criação, na rede municipal de saúde, da "Farmácia 24 horas" – Iniciativa oriunda do Poder Legislativo Local – Inviabilidade – Inconstitucionalidade formal caracterizada – Lei que disciplina matéria própria de gestão pública, interferindo na estrutura da administração municipal, cuja iniciativa cabe exclusivamento ao chege do executivo – Violação do princpio da separação dos poderes – Ato Legislativo impugnado, ademais, que acarreta criação de despesa sem indicar respectiva fonte de custeio – Ofensa aos artigos 24, §2º, item 2, 25, 47, incisos II E XIV, e 176, inciso I, da Constituição Bandeirante – Precedentes – Pretensão procedente." (ADI 20888605520148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 28240)

ADI. LM 7.258/2014 – GUARULHOS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 7.258, de 15 de abril de 2014, que "institui o programa de prevenção e punição a atos de pichação nos bens públicos e de terceiros no âmbito do município de Guarulhos e cria o 'disque-pichação', linha telefônica que recebe denúncia de ação de pichadores e locais danificados por tal ato na cidade e dá outras providências". Vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação e independência dos poderes. Reconhecimento. A lei impugnada, de autoria parlamentar, ao instituir programa de prevenção e punição de atos de pichação, criou obrigações para os órgãos da administração e avançou sobre área de planejamento, organização e gestão administrativa, ou seja, tratou de matéria que é reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, ofendendo as regras de competência legislativa e oprincípio da separação e independência dos poderes (art. 5º da Constituição Estadual), e ainda criou despesas sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos. Ofensa às disposições do art. 5º, art. 24, §2º, "1" e "2", art. 25, art. 47, incisos II e XIV, e art. 144, todos da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente." (ADI 20894988820148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27434)

ADI. LCM 3.063/2013 – PEDERNEIRAS. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 3.063, de 29 de maio de 2013, do Município de Pederneiras. 1. Criação de cargos de provimento em comissão de Assessor Especial de Controle de Convênios e Diretor II, III e IV, que não correspondem a funções de direção, chefia e assessoramento superior, destinando-se, na verdade, ao desempenho de atividades meramente burocráticas ou técnicas, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança. Cargos que, na verdade, só poderiam ser preenchidos por servidores aprovados em concurso público, nos termos do art. 115, inciso II, da Constituição do Estado de São Paulo. Inconstitucionalidade reconhecida 2. Com relação ao "Procurador Geral do Município", especificamente, é importante anotar que esse cargo tem as mesmas funções atribuídas à Advocacia Pública e, pela

ausência de situação de emergência e excepcionalidade, deve ser reservado a profissional recrutado por sistema de mérito e aprovação em certame público (servidores de carreira), nos termos do art. 98 a 100, da Constituição Estadual. Nessa parte, entretanto, ao invés de declarar a inconstitucionalidade da lei, a melhor solução, no caso, é a aplicação do método da interpretação conforme a Constituição, porque havendo espaço para entendimentos diversos (no sentido de que o cargo pode ser preenchido tanto por comissionado puro como por servidores de carreira), é possível dar à norma o sentido adequado ao texto constitucional, ou seja, de que a escolha deve recair, necessariamente, sobre Procurador de carreira, conforme, aliás, já decidiu este C. Órgão Especial em casos semelhantes (ADIN nº 2036944-79.2014.8.26.0000, Rel. Des. Paulo Dimas Mascaretti, j. 30/07/2014; ADIN nº 0067957-67.2013.8.26.0000, Rel. Des. Paulo Dimas Mascaretti, j. 12/03/2014). 3. Ação julgada parcialmente procedente, com modulação dos efeitos, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/1999." (ADI 20149968120148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 27389)

ADI. LM 5.500/2013 – CATANDUVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 5.500, de 10 de dezembro de 2013, do Município de Catanduva, que "dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual e dá outras providências" - Autonomia legislativa e auto-organização que devem ser exercidas pelo ente público local em consonância com as regras e princípios das Leis Maiores, na forma dos arts. 29 da CF e 144 da CE - Legislação objurgada nos autos que versa questão atinente ao direito civil e ao direito do trabalho, afeta à competência legislativa privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso I, da CF, bem como tema concernente ao consumo e responsabilidade por dano ao consumidor, em relação ao qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar. Concorrentemente, na forma imposta pelo art. 24, incisos V e VIII, da CF - Inexistência, outrossim, de interesse local na matéria objeto do ato normativo impugnado que permitisse o exercício de eventual competência suplementar do Município, com esteio no art. 30, incisos I e II, da CF - Alardeada invasão de competência legislativa da União pelo Município que restou então evidenciada - Previsão legal atacada que também se envereda por assunto relativo ao regime jurídico dos servidores públicos municipais, afeto à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo local - Inobservância da iniciativa reservada conferida ao Prefeito que acabou também por implicar em afronta ao princípio da separação dos poderes - Vícios de inconstitucionalidade que ficaram evidenciados na espécie, por afronta aos preceitos contidos nos artigos 22, inciso I, 24, incisos V e VIII, e 30, incisos I e II, da CF, e artigos 5º, 24, §2º, "4", e 144, da Constituição do Estado de São Paulo - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI 21108024620148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 19884)

ADI. LM 13.163/2013. RIBEIRÃO PRETO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade Lei nº 13.163/2013, do município de Ribeirão Preto - Autorização do uso de "Bandeira II" em serviços de táxi, em regime permanente de vinte e quatro horas, durante o mês de dezembro – Iniciativa parlamentar - Remuneração de serviços públicos que é tarifada pela Administração - Matéria típica da gestão administrativa – Indevida invasão de competência do Poder Executivo – Violação ao princípio da separação de poderes – Afronta aos artigos 5º, 47, II e XIV, e 144, da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 20879607220148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30502)

ADI. LM 4.150/2013 – ITUVERAVA. "Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 4.150/2013, do Município de Ituverava – Lei que "*Regulamenta a dispensa de área verde em desmembramento e condomínio fechado de lotes ou de casas de área inferior a 30.000m² com máximo de 120 lotes*" – Processo legislativo que não contou com a participação de entidades comunitárias – Requisito indispensável, conforme previsão expressa do art. 180, II, da Constituição Estadual - Alteração de áreas definidas em projetos de loteamento como áreas verdes ou institucionais que somente pode ocorrer nas hipóteses excepcionais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c*, do artigo 180, VII, da Constituição Estadual – Inconstitucionalidade declarada - Violação aos artigos 144, 180, I, II, IV, V, VII, *a*, *b* e *c*, 181, caput e §1º, e 191, da Constituição Estadual - Revogação da decisão liminar, no que diz respeito a concessão de eficácia *ex nunc*,

ante a possibilidade de reversão de eventuais efeitos concretos - Ação procedente. (ADI 20837350920148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Antonio de Godoy – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30506)

ADI. LM 3.695/2013 – POÁ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 3.695/13, do município de Poá – Alteração de Planta de Valores Genéricos de Terrenos e de cálculo do valor venal – Inexistência de vício formal do processo legislativo, ainda que aprovada a lei em sessões extraordinárias da Câmara – Apresentação de nova tabela de valores que buscou somente a correção de erro material, sem implicar nulidade do processo legislativo – Ausência de outros documentos que não induz violação a dispositivo constitucional ou violação ao trâmite legislativo – Ausência de divergência da lei com o Decreto municipal nº 6.429/2013 – Ademais, tratar-se-ia tão-somente de incompatibilidade entre normas infraconstitucionais – Suposta violação aos princípios da vedação ao confisco e da capacidade contributiva que implicaria apreciação de matéria fática, inadmissível na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade – Descabida a análise dos efeitos concretos da lei impugnada em relação a cada contribuinte - Ação improcedente. (ADI 20771937220148260000 – São Paulo – Órgão Especial - Relator Luiz Antonio de Godoy – 01/10/2014 – Votação Unânime – Voto nº 30499)

ADI. LM 003/1993, 037/1993, 089/2007, 147/2000, 221/2004, 228/2005, 260/2007, 286/2007, 325/2009, 379/2010, 383/2011 e 384/2011 – BOREBI. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 003/93, de 15.01.93; art. 3º e Anexo I da Lei nº 037/93 de 28.12.93; Lei nº 089, de 06.05.97; inciso II do art. 1º da Lei nº 147/00 de 07.12.00; Lei nº 221/2004, de 14.12.04; Lei nº 228/2005, de 08.09.05; Lei nº 260/2007, de 26.02.07; Lei nº 286/2007, de 11.12.07; Lei nº 325/2009, de 07.04.09; Lei nº 379/2010, de 01.12.10; Lei nº 383/2011, de 31.03.11; art. 2º da Lei nº 384/2011, de 08.04.11 do Município de Borebi criando cargos de provimento em comissão sem a respectiva descrição de suas atribuições. Inadmissibilidade. Necessário definir as atribuições de cada cargo quando de sua criação. Ausência inviabiliza a análise da ofensa ou não dos princípios constitucionais da Administração Pública. Inadmissível a contratação de servidores em comissão para ocupar cargo de assessoramento jurídico de preenchimento privativo a funcionários de carreira. Regime celetista. Impossibilidade, em face da incompatibilidade com a natureza dos cargos comissionados. Declaração de inconstitucionalidade, por arrastamento, da Lei nº 388/2011, de 10.06.11. Violação dos artigos (arts. 37, I, II e V da CF e 98; 99; 100; 101; 111; 115, I, II e V e 144, da CE). Precedentes. Inconstitucionalidade da Lei nº 003/93, de 15.01.93; art. 3º e Anexo I da Lei nº 037/93 de 28.12.93; Lei nº 089, de 06.05.97; inciso II do art. 1º da Lei nº 147/00 de 07.12.00; Lei nº 221/2004, de 14.12.04; Lei nº 228/2005, de 08.09.05; Lei nº 260/2007, de 26.02.07; Lei nº 286/2007, de 11.12.07; Lei nº 325/2009, de 07.04.09; Lei nº 379/2010, de 01.12.10; Lei nº 383/2011, de 31.03.11; art. 2º da Lei nº 384/2011, de 08.04.11, somente quanto ao cargo de Coordenador Pedagógico e, por arrastamento, da Lei nº 388/2011, de 10.06.11, com modulação dos efeitos (art. 27 da Lei nº 9.868/99). Procedente a ação." (ADI 20536158020148260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 01/10/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31220)

ADI. LM 7.300/2014 – GUARULHOS. "Direta de inconstitucionalidade - Lei 7300/14, do Município de Guarulhos, que determinou o enterramento de todo o cabeamento existente na Comuna, de modo a torná-lo subterrâneo - Inconstitucionalidade evidente, vicio manifesto de iniciativa - Propositura por vereador, rejeitado o veto do Prefeito - Inconstitucionalidade reconhecida, para declarar a ineficácia do diploma legal." (ADI 21598281320148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24827)

ADI. LCM 235/2013 – ARAÇATUBA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar nº 235, de 13.8.2013, do Município de Araçatuba, que dispôs sobre a estrutura administrativa e cargos de comando da Prefeitura Municipal - Inconsistência da preliminar de inépcia da petição inicial - Diploma legal que criou cargos de provimento em comissão, de caráter eminentemente

técnico a demandar provimento por concurso público - Atribuições destes sem caráter de direção, chefia ou assessoramento, para fins legais, uma vez analisadas as respectivas funções; tampouco pressupondo a existência de especial vínculo de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor - Inconstitucionalidade manifesta - Ação procedente, nos termos do acórdão." (ADI 21412102020148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 26/11/2014 - Voto nº 24807)

ADI. LM 4.627/2013 – TUPÃ. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 4.627, de 7 de janeiro de 2013, de Tupã. Previsão legal de exceção à vedação ao nepotismo que ofende os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade. Violação dos artigos 111 e 144 da Constituição Estadual, c.c. artigo 37, 'caput', da Constituição Federal. Precedentes do STF. Ação julgada parcialmente procedente, declarando-se a inconstitucionalidade da expressão "exceto para cargo de agente político de Secretário Municipal", introduzida pelo artigo 1º da Lei nº 4.627/2013, ao artigo 1º da Lei nº 3.809 de 1999, de Tupã." (ADI 20536105820148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 19/11/2014 - Maioria de Votos – Voto nº 31851)

ADI. LC 171/2013. Art. 2º, Anexo Único e art. 9º e LM 178/2013. Art. 2º e DECRETO 7.654/2013. COTIA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Anexo Único do artigo 2º e artigo 9º da Lei Complementar nº 171, de 13 de março de 2013, e artigo 2º da Lei Complementar nº 178, de 25 de junho de 2013, do Município de Cotia, que criaram cargos de provimento em comissão na estrutura administrativa municipal - Falta de descrição das respectivas atribuições que impede a verificação do atendimento dos pressupostos constitucionais para validade dessa forma de provimento - Impossibilidade, outrossim, de se conferir tal providência ao Executivo, o que equivaleria à criação de novos cargos sem amparo em lei - Precedentes do STF - Vício de inconstitucionalidade alardeado na petição inicial que restou então claramente evidenciado, por violação aos preceitos dos artigos 111, caput, e 115, incisos II e V, da Constituição Estadual - Jurisprudência pacífica desta Corte - Declaração de inconstitucionalidade desses atos normativos, por outro lado, que implicará na ineficácia e inutilidade das disposições do Decreto nº 7.654, de 10 de abril de 2013, que não pode remanescer na ordem jurídica vigente, máxime por representar, como já visto, invasão de competência do Poder Legislativo pelo Executivo Municipal, devendo, então, por arrastamento, ser-lhe estendidos os efeitos dessa declaração de inconstitucionalidade Imediato afastamento de todos os servidores nomeados para os cargos em comissão questionados nos autos, no entanto, que não se afigura razoável, podendo resultar em prejuízos aos serviços públicos municipais e, via de consequência, à própria população local - Ação julgada procedente, para o fim de declarar a inconstitucionalidade da legislação objurgada nos autos, com a modulação dos efeitos dessa declaração." (ADI 21249921420148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Paulo Dimas Mascaretti – 26/11/2014 – Voto nº 20301)

ADI. LM 2.330/2013 – BOITUVA. "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal n.º 2.330 de 09 de agosto de 2013 que "Dispõe sobre a fixação de jornada de trabalho aos ocupantes de cargos em provimento efetivo do quadro permanente de pessoal da administração direta e dá outras providências". Criação de "banco de horas" aos ocupantes de cargos da administração direta do Município. Ausência de vício formal de inconstitucionalidade. Alegado confronto entre lei complementar e ordinária não é matéria a ser analisada por esta via. Pretensão de negociação prévia com o sindicato da categoria. Impossibilidade. Regime estatutário que possui peculiaridades, não permitindo a margem de liberdade de negociação própria do regimento da CLT. Ausência, também, de vício material. Ofensa aos princípios da irredutibilidade de vencimentos e ao direito adquirido. Inocorrência. Previsão expressa na lei impugnada acerca da impossibilidade de redução dos vencimentos. Inexistência de direito adquirido ao regime jurídico. Jurisprudência do STF. Lei que prevê a possibilidade, não obrigatoriedade, de conversão das horas extras laboradas. Inconstitucionalidade não configurada. Ação julgada improcedente. Dada interpretação conforme a Constituição, para afirmar o entendimento de que o "banco de horas" instituído constitui opção do servidor e não imposição legal." (ADI 21139116820148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 29924)

ADI. LM 2.866/2012. Art. 2º, em parte – ANDRADINA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 2.866, de 24 de setembro de 2012, do Município de Andradina, que dispõe sobre a regulamentação de informações a respeito de recebimento e destinação de verbas públicas estaduais e federais naquele município. 1 - Embora a petição inicial sustente a inconstitucionalidade da lei municipal em face de legislação infraconstitucional (Lei Orgânica do Município) e da Constituição Federal (art. 2º), referindo-se genericamente ao vício de iniciativa e à violação do princípio da separação dos poderes, sem apontar algum dispositivo específico da Constituição Estadual que eventualmente tenha sido contrariado, a matéria pode ser conhecida no âmbito da Justiça Estadual com apoio nos artigos 1º, 5º e 144 da Constituição Paulista, porque a norma estadual remissiva é passível de utilização para fins de controle abstrato de constitucionalidade. legítimo invocar, como referência paradigmática, para efeito de controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e/ou municipais, cláusula de caráter remissivo, que, inscrita na Constitucional Estadual, remete, diretamente, às regras normativas constantes da própria Constituição Federal, assim incorporando-as, formalmente, mediante referida técnica de remissão, ao plano do ordenamento constitucional do Estado-membro" (AG. REG. NA RECLAMAÇÃO 10.500/SP, Rel. Min. Celso de Mello, j. 22/06/2011). Ademais, nada impede o conhecimento da ação, para exame da questão controvertida, com apoio em fundamentação diversa daquela invocada na petição inicial. Uma vez que na ação direta de inconstitucionalidade vige o "princípio da causa petendi aberta", é possível a apreciação do pedido sob fundamento diverso, como tem admitido a doutrina e jurisprudência. O Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento nesse sentido, proclamando que "o Tribunal não está adstrito aos fundamentos invocados pelo autor, podendo declarar a inconstitucionalidade por fundamentos diversos dos expedidos na inicial" (Adin n.º 2.396-MS, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 26/09/2001). 2. Alegação de ofensa ao princípio da harmonia e separação dos poderes. Ocorrência do vício de inconstitucionalidade na parte em que a norma impugnada impõe à Administração Pública a obrigação de fornecer à Mesa Diretora da Câmara Municipal e de divulgar no "site" daquela Casa Legislativa informações precisas sobre recebimento e destinação de verbas públicas estaduais e federais, com sumário geral da receita por fontes do Município e com quadro discriminativo indicando as dotações por órgão da administração, de forma a evidenciar a política financeira do município, bem como de prestar esclarecimentos sobre valores de empréstimos, convênios, contratos e prestação consignável. A pretexto de atender o princípio da transparência e publicidade dos atos públicos (art. 4º), a lei impugnada, nessa parte, instituiu um modelo de controle externo, que cria para a Administração obrigações inexistentes no paradigma constitucional federal ou estadual, o que implica em ofensa ao princípio da harmonia e separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal e art. 5º da Constituição Paulista). Na lição de Hely Lopes Meirelles, "é evidente que essa fiscalização externa, realizada pela Câmara, deve conter-se nos limites do regramento e dos princípios constitucionais, em especial o da independência e harmonia dos Poderes" ("Direito Municipal Brasileiro", 15ª edição, Malheiros, 2006, p. 609). Inconstitucionalidade reconhecida nessa parte. Precedentes deste C. Órgão Especial. 3. Divulgação de dados da administração na internet para conhecimento da comunidade local. Possibilidade. Constitucionalidade reconhecida. Ao determinar a divulgação de dados da Administração no "site" oficial do Município, a lei impugnada não interfere na forma de prestação do serviço público, e nem institui, sob esse aspecto, alguma espécie de fiscalização, tratando-se, na verdade, de simples norma relacionada ao direito de acesso à informação, que está expressamente previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, com seu exercício regulamentado pela Lei nº 12.527/2011. Não se verifica, ainda, a existência de vício relacionado à "falta de indicação dos recursos disponíveis para atender aos novos encargos" (art. 25 da Constituição Estadual), uma vez que a Prefeitura do Município de Andradina - por já dispor de página na rede mundial de computadores - não arcará com outras despesas para divulgação dos novos dados, especialmente quando se nota que essa providência pode ser cumprida pelo mesmo funcionário já incumbido de alimentar a base de dados daquele "site" institucional, sem necessidade, portanto, de designação de servidor específico para esse fim. 3. Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 00625308920138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ferreira Rodrigues – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27005)

ADI. LM 1.878/2014. ITARIRI. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei Municipal nº 1.878 que dispõe sobre a regulamentação de identificação dos veículos da administração pública e dá outras providências – Invasão à esfera Legislativa do Poder Executivo – Norma que afronta os artigos 61, §1º da Constituição Federal, art. 71, inciso XIV da Lei Orgânica do Município e artigos 5, 25, 47, II e XIV e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente." (ADI 21593552720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 32292)

ADI. LM 7.278/2014 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei 7.278, de 12 de junho de 2014. Obrigatoriedade de previsão em editais de obras e serviços que os licitantes contratem percentual de trabalhadoras egressas do sistema penitenciário ou em cumprimento de pena em regime semiaberto ou aberto. Matéria relacionada à administração do município. Competência do Poder Executivo. Vício de iniciativa. Ocorrência. Criação de despesas sem a indicação da correspondente fonte de custeio. Inconstitucionalidade da lei reconhecida. Ação procedente." (ADI 21439799820148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22814)

ADI. LM 3.706/2005. Arts 3º e 4º – TATUÍ. "Ação direta de inconstitucionalidade. Artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 3.706/2005, de Tatuí, que dispõe sobre a possibilidade do servidor público receber novo enquadramento por mérito, no cargo/função que ocupa, em decorrência do seu desenvolvimento no exercício de suas atribuições. 1. É inconstitucional a transposição de cargos com ofensa, notadamente, ao princípio da isonomia, sobretudo quando alija da investidura o candidato aprovado regularmente em concurso público de provas ou de provas e títulos, uma vez preenchidos os requisitos para sua nomeação. 2. O fato de a lei objeto deste controle trazer a especificação de novo enquadramento "no cargo/função" ocupado pelo servidor, sua análise geral, mormente quando permita essa progressão em quaisquer referências salariais, pode denotar disfarçada transposição de cargos, prática inconstitucional. 3. Norma impugnada ofensiva aos artigos 111, 115, I e II, e 144, da Constituição Estadual, esbarrando em interpretação já pronunciada pelo Supremo Tribunal Federal, na edição da Súmula 685 ("É INCONSTITUCIONAL TODA MODALIDADE DE PROVIMENTO QUE PROPICIE AO SERVIDOR INVESTIR-SE, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO SEU PROVIMENTO, EM CARGO QUE NÃO INTEGRA A CARREIRA NA QUAL ANTERIORMENTE INVESTIDO"). 4. Julgaram procedente a ação, declarada a inconstitucionalidade dos artigos 3º e 4º, da Lei 3.706/05, do município de Tatuí." (ADI 21338053020148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24907)

ADI. LM 5.486/2013 – CATANDUVA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 5.486, de 08 de novembro de 2013, do Município de Catanduva que "dispõe sobre a obrigatoriedade de que todas as empresas já existentes e as que forem abertas no Município ou que venham a prestar serviços à Municipalidade", inclusive as que, "com funções que de alguma forma gerem impactos ou serviços que estejam relacionados ao meio ambiente", como as que exemplifica, "tenham projetos ou investimentos em Programas de Educação Ambiental" na Cidade de Catanduva" - Alegação de vício de iniciativa, ofensa ao princípio da separação de poderes e que não houve indicação de recursos para o aumento de despesas - Vícios não configurados, seja porque a edição de leis que tais não têm iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, seja porque, também por isso, não há violação ao princípio de separação de poderes, seja ainda porque a fiscalização se dará pelo aparato funcional existente, sem criação de novas despesas - Inconstitucionalidade afastada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 5.486, de 08 de novembro de 2013 - Exame com suporte na causa de pedir aberta, aplicável ao caso - Lei que desatende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 111 da Constituição Estadual - Normas que se dirigem a toda e qualquer empresa, independentemente do tamanho, importância ou natureza da atividade que desempenhe (industrial, comercial ou de serviços) - Inclusão das que exercem atividades influentes no meio ambiente local, sem, todavia, conceituar a atividade, nem definir ou especificar projetos ou programas de educação ambiental a serem desenvolvidos - Impossibilidade de os destinatários compreenderem a natureza das obrigações impostas, a

quem ou a quais órgãos ou pessoas devem ser dirigidas suas ações, de um lado e, de outro, a administração não dispõe de parâmetros para cumprir e fazer cumprir a lei e, na justa medida, aquilatar se satisfeitas pelos obrigados as mesmas imposições - Inconstitucionalidade declarada. Ação julgada procedente, com determinação." (ADI 20636621620148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23371)

ADI. LM 3.270/2012. Art. 4º, § 1º e inciso I – LEME. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Preliminar suscitada pelo Prefeito Municipal de perda superveniente do objeto e pelo exaurimento temporal da lei – Inocorrência - Não obstante de vigência temporária a lei orçamentária anual, é dotada de efeito prospectivo para geração de situações e relações jurídicas dependentes e que se projetam mesmo após seu termo - Preliminar afastada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Inciso I e § 1º do art. 4º da Lei do Município de Leme nº 3.270, de 20 de dezembro de 2012, que "estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2013" - Emenda substitutiva no curso do processo legislativo, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de 100% da despesa total fixada (inciso I), e dispensa prévia autorização legislativa para abertura de créditos adicionais resultantes de transposição, remanejamento e ou transferência de recursos de diferentes categorias de programação ou órgãos necessidade de prévia autorização legislativa - Afronta ao art. 176, VI e VII, da Constituição Estadual (167, VI e VII, da Carta Maior), que impede a abertura de créditos adicionais ilimitados (a que equivale o percentual de 100%) e veda a mesma abertura sem prévia autorização legislativa - Pedido acolhido para declarar inconstitucionais as normas em apreço. Preliminar afastada. Ação julgada procedente." (ADI 20325320820148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22847)

ADI. LM 2.320/2013 – PEDREGULHO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ação promovida pelo Município - Determinação de aditamento da peça inicial, para constar que a ação é exercida pelo Prefeito Municipal (e não o Município) - Correção procedida, ratificados todos os atos praticados no processo - Defeito da representação do polo ativo sanado. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - "O Tribunal não está adstrito aos fundamentos invocados pelo autor, podendo declarar a inconstitucionalidade por fundamentos diversos dos expendidos na inicial", conforme a orientação do Supremo Tribunal Federal - No caso, a lei apontada é inconstitucional, mas por motivos diversos dos invocados pelo proponente - Controle concentrado de constitucionalidade, pela via da ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, que deve ser feito em confronto com a Constituição Estadual, e não a Constituição Federal - Para análise de ação direta de inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais, admite-se, no entanto, como referência paradigmática, cláusula de caráter remissivo que, estando inscrita na Constituição Estadual, remete às normas da Constituição Federal. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 2.320/2013, do Município de Pedregulho, que dispõe sobre a destinação a entidades filantrópicas de percentual dos valores recebidos em eventos de grande porte promovidos por empresas particulares no Município e dá outras providências" - Violação ao princípio federativo, ultrapassados os limites da autonomia municipal, invadindo a competência privativa da União - Inconstitucionalidade declarada. Ação julgada procedente." (ADI 02045016220138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23037)

ADI. LCM 03/2011 – JARDINÓPOLIS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Artigos 34, I e II, e 34-B, da lei complementar nº 03, de 22 de agosto de 2011, de iniciativa do Poder Executivo, mas com emendas do legislativo - Vício de iniciativa - Inexistência - Lei de iniciativa exclusiva do Executivo - Emendas do Legislativo - Possibilidade de emenda, desde que tenham pertinência temática e não gerem aumento de despesas. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Violação dos artigos 180, II, e 191 da Constituição Estadual – Ocorrência - Norma que dispõe sobre planejamento, ocupação e uso do solo urbano - Falha do processo legislativo, porque, embora houvesse participação comunitária em audiências públicas, não houve total atendimento ao ali decidido - Inconstitucionalidade dos arts. 34, II e 34-B, II da lei complementar nº 03/2011 - Declaração parcial de inconstitucionalidade, no

entanto, que levaria a manter em vigor diploma legal mutilado, fragmentado, tornando desconexa a redação final com o objetivo colimado pelo projeto original, desse modo não dando solução harmônica para as diversas situações de lotes em projetos de loteamento para fins residenciais e não residenciais e de lotes em condomínios urbanísticos - Disposições que guardam relação de dependência entre si, para a compreensão e harmonia do sistema imaginado pelo proponente - Precedente deste Tribunal - Declaração de inconstitucionalidade de todo o diploma. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Modulação - Necessidade - Lei nova que vigorou por cerca de dois anos e meio, até vir a ser proposta a ação, concedida liminar que atingiu parte do texto (como pedido) e agora julgada pelo mérito - Ressalva dos atos administrativos praticados nos períodos mencionados no voto, para que o decidido não atinja o patrimônio jurídico de terceiros. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, com modulação." (ADI 02002076420138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22657)

ADI. LM 11.262/2012 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - ADI proposta pelo Prefeito Municipal (art. 90, II, da Constituição Estadual) - Legitimação para a causa do Prefeito Municipal - Petição inicial, todavia, que não veio assinada pelo chefe do Poder Executivo ou em conjunto com seu procurador - Determinação de regularização da representação ou de subscrição da petição inicial também pelo autor, cumprida com a juntada de mandato - Preliminar afastada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 11.262/2012, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, que "obriga a manutenção de serviços de segurança privada, durante 24 horas, em locais em que houver a instalação de caixas eletrônicos, em estabelecimentos bancários" - Veto do prefeito rejeitado pela Câmara Municipal - Promulgação da lei pela mesma Câmara - Obrigações impostas apenas às instituições bancárias - Inexistência de ofensa ao princípio da separação de poderes - Normas que não criam nem impõem obrigação adicional à atividade do Poder Executivo, ou exigem a realização de despesa sem prever a respectiva fonte de custeio das atividades impostas ao Município - Fiscalização do cumprimento da lei inerente ao poder administrativo municipal, já dirigida aos estabelecimentos comerciais e industriais, não sendo imposta obrigação adicional ao Poder Executivo - Inconstitucionalidade não configurada. Preliminar afastada. Ação julgada improcedente." (ADI 01527815620138260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22277)

ADI. LM 7.176/2013 – GUARULHOS. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei nº 7.176, de 10 de outubro de 2013, de iniciativa parlamentar, promulgada após veto total do Prefeito, que dispõe sobre "as placas indicativas de sinalização de trânsito bilíngues em vias e principais vias de acesso" à cidade - Normas expedidas que estabelecem obrigações e impõem tarefas típicas da administração atribuídas ao Poder Executivo, quais as relativas à troca de todas as placas indicativas de direção de trânsito a locais, prédios, órgãos públicos e serviços do município, para as quais é constitucionalmente reservada a iniciativa do Poder Executivo - Normas, ademais, cuja execução acarreta despesas de grande monta (a julgar pela notória dimensão do Município de Guarulhos e de sua área urbana), sem especificar a respectiva fonte de custeio, que refere genericamente - Inconstitucionalidade reconhecida e declarada. Ação julgada procedente." (ADI 20549616620148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Carlos Saletti – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 23359)

ADI. LM 7.283/2014 – GUARULHOS. "Direta de inconstitucionalidade - Lei 7283/14, do Município de Guarulhos, que isentou portadores de hepatites virais crônicas do pagamento da tarifa nos transportes coletivos municipais – Inconstitucionalidade evidente, vicio manifesto de iniciativa - Propositura por vereador, rejeitado o veto do Prefeito Inconstitucionalidade reconhecida, para declarar a ineficácia do diploma legal." (ADI 21516281720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24816)

ADI. LCM 649/2013. Art. 68, VI e IX e § 2º e Anexos 'COM' e 'FG'. LCM 668/2013. Arts 1º, 4º e 5º – PRAIA GRANDE. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – artigo 68, VI, IX e §2º, dos Anexos "COM" e "FG", excluídos os cargos de Secretário, todos da Lei Complementar

nº 649, de 17 de junho de 2013, dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei Complementar nº 668, de 2 de dezembro de 2013, ambas do Município da Estância Balneária de Praia Grande, nas quais a municipalidade institui cargos de provimento em comissão no âmbito de sua Administração – Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos – Afronta aos artigos 5º, 24, §2º, 1 e 4, 111, 115, I, II e V, 128 e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 21555705720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 32286)

ADI. LM 1.993/2014 – PIQUETE. "I - Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta contra a Lei Municipal n. 1.993, de 25 de junho de 2014, do Município de Piquete. Norma relativa a programas e serviços públicos, que 'dispõe sobre o incentivo ao cultivo das plantas 'Citronela' e 'Crotalária', como método natural de combate à dengue e dá outras providências.' II - Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Matéria atinente a gestão da cidade. Se a competência que disciplina a gestão administrativo-patrimonial é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais. Ofensa aos artigos 5º; 47; II e XIV; e 144 da Constituição Paulista. III - Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente". (ADI 21258747320148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 39510)

ADI. LOM. Art. 59, § 3º – CAMPO LIMPO PAULISTA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Orgânica do Município de Campo Limpo Paulista que disciplinou o afastamento provisório do Prefeito municipal com fundamento no mero recebimento da denúncia pela prática de crimes comuns e de responsabilidade - Ofensa ao pacto federativo por expressa usurpação de competência exclusiva da união com fulcro no art. 22, I, da Constituição Federal - Matéria inserida no âmbito do direito penal - Incidência, na espécie, da súmula nº 722, do Supremo Tribunal Federal - Inconstitucionalidade reconhecida por expressa violação aos arts. 1º e 144, da Constituição do Estado de São Paulo. Precedentes deste Colendo Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 21276362720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ferraz de Arruda – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31446)

ADI. LC 384/2009; LC 440/2011 E LC. 475/2013 – SANTA CRUZ DO RIO PARDO – "Ação direta de inconstitucionalidade - Município de Santa Cruz do Rio Pardo - Artigo 1º e anexo II da Lei Complementar n. 384, de 29 de abril de 2009; Lei Complementar n. 440, de 21 de julho de 2011 e artigos 3º, 4º e 5º da Lei Complementar n. 475, de 25 de janeiro de 2013 - Perda parcial do objeto da ação - Superveniência de lei que teria alterado uma das leis impugnadas - Não ocorrência. Criação de cargos de provimento em comissão sem a respectiva descrição de suas atribuições e que não se destinam à direção, chefia e assessoramento - Inadmissibilidade - Cargos criados que, dada suas funções meramente técnicas, burocráticas ou operacionais não exigem vínculo de confiança e, portanto, necessitam ser preenchidos por concurso público - Adoção de regime celetista - Impossibilidade, em face da incompatibilidade com a natureza dos cargos comissionados - Cargo de provimento em comissão de assessor jurídico - Mesmas funções atribuídas à advocacia pública - Cargo reservado a profissional recrutado por sistema de mérito e aprovação em certame público, sob pena de desvio de finalidade - Inconstitucionalidade reconhecida por afronta aos artigos 115, I, II e V, 111, 98 a 100, combinados com o artigo 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Modulação dos efeitos. Preliminar rejeitada. Ação procedente, com modulação dos efeitos." (ADI 21145638520148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 19603)

ADI. LC 02/2005. Art. 197, parágrafo único, Anexo VII. LEI 2050/1992. Art. 20. LEI 2021/1992. Art. 20 e LEI 1098/1969. – CAFELÂNDIA. "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei municipal que concede a servidores aposentados celetistas e a seus pensionistas o direito à equiparação dos benefícios aos vencimentos dos servidores ativos. Manutenção da complementação pela Fazenda Pública sem fonte própria para custeio. Desrespeito aos princípios da razoabilidade, da moralidade, da motivação, do interesse público e da eficiência. Modulação dos efeitos em respeito ao interesse social e à boa-fé dos servidores beneficiados.

Inconstitucionalidade da lei, e de normas anteriores similares, reconhecida. Ação procedente." (ADI 20995219320148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22751)

ADI. LM 5.508/2013 – SUMARÉ. "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei de iniciativa parlamentar que autoriza a instituição de subsídio financeiro para transporte coletivo. Vício de Iniciativa e criação de despesas sem a indicação da fonte de custeio. Ocorrência. Inconstitucionalidade reconhecida. Ação procedente." (ADI 20758634020148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Tristão Ribeiro – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 22509)

ADI. LM 5.492/2012 – PINDAMONHANGABA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL. Lei nº 5.492, de 18 de dezembro de 2012, do Município de Pindamonhangaba, que "dispõe sobre o fechamento e o controle de acesso a loteamentos residenciais e comerciais e fechamento de ruas". Vício de iniciativa ao argumento de ser da competência da União legislar sobre Direito Civil e Urbanístico. Inocorrência. Ausência de afronta aos artigos 22, I e 24, I, da Constituição da República que, por sua vez, dá competência aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber e promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano. Inteligência do artigo 30, I, II e VIII, da CF/88. Vício não reconhecido. "Competência da União para legislar sobre as normas gerais de Urbanismo, cabendo ao Estado e aos Municípios as normas para atendimento das peculiaridades regionais e locais". AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. Alegada afronta ao artigo 5º, caput, e XV da Constituição Federal. Inocorrência. Direitos fundamentais à livre locomoção e à segurança que devem ser sopesados para aferição da prevalência do mais necessário ao caso em exame. Permissão de fechamento e controle de acesso a loteamentos e ruas que advém da necessidade imperiosa de segurança, diante da avassaladora onda de violência que assola o País. Adequação dos espaços à realidade. Liberdade de locomoção que é tolhida não pelo fechamento de lotes e ruas, mas, sim, pela falta de segurança pública. "O que move a estes residentes de loteamentos e vilas é o medo da violência, não o instinto de segregação ou de preconceito social". AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei do Município de Pindamonhangaba que "dispõe sobre o fechamento e o controle de acesso a loteamentos residenciais e comerciais e fechamento de ruas. Ausência de participação popular. Alegada afronta ao artigo 180, II, da Carta Bandeirante. Ocorrência. Planejamento urbanístico que é democrático, não prescindindo da participação popular, na medida em que, ainda que a finalidade da norma seja a segurança dos munícipes, não se pode apartar da necessidade de debate sobre as medidas introduzidas com a norma atacada, sob pena de se atender a interesses particulares. Vício insanável. Ação procedente, com declaração de inconstitucionalidade ex nunc." (ADI 21338019020148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27103)

ADI. LC 101/2009. Art. 78, parágrafo único – BARRETOS. "Ação direta de inconstitucionalidade. Cargo de "Chefe de Gabinete de Secretário", constante no art. 28 da LC 193/2013 e Anexo II da LC 101/2009, ambas do Município de Barretos. Denúncia sobre não descrição das atribuições. Criação do mencionado cargo na estrutura administrativa municipal pela LC 141/2010, com expressa previsão do rol de atribuições para justificar provimento em comissão. Inconstitucionalidade não configurada. Art. 78, parágrafo único da LC 101/2009. Ação direta de inconstitucionalidade. Cargo de "Procurador Geral do Município". Possibilidade de provimento em comissão, limitado, no entanto, a servidores admitidos na carreira, pelo mérito, por concurso público. Precedentes. Violação dos artigos 100, 111, 115, II e V e 144 da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade declarada, com efeito a partir de 120 dias da data do julgamento. Ação julgada procedente em parte." (ADI 21137826320148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20376)

ADI. LM 7.557/2013 – ARAÇATUBA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 7.557/2013 do Município de Araçatuba. Diploma que dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

Providência reservada às situações especificadas, para atender à necessidade temporária, por prazo máximo definido e de excepcional interesse público. Inocorrência de violação à Constituição do Estado. Ação improcedente." (ADI 21137704920148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25408)

ADI. LC 167/2013 – SÃO SEBASTIÃO. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Complementar nº 167, de 26 de setembro de 2013, do Município de São Sebastião. Reajuste da base de cálculo do IPTU. Legitimidade ativa das autoras, FIESP e CIESP. Precedente do Órgão Especial. Alegação de ofensa aos princípios da razoabilidade, moralidade, capacidade contributiva e vedação do confisco. Não ocorrência. Planta Genérica de Valores desatualizada havia mais de 10 anos. Impossibilidade de produção de provas para análise de situações individuais, dados os limites da ação. Alegação de afronta ao princípio da motivação. Não ocorrência. Dever de motivar que não se aplica às leis em sentido estrito. Ação conhecida em parte e, no âmbito do conhecimento, julgada improcedente." (ADI. 20046186620148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Villen – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 1033)

ADI. LM 1.653/2012 e LM 141/2012 – BIRITIBA MIRIM. "Leis municipais 1653 e 141, de 9.10.12 e 3.10.12, a instituir um como que "gatilho" salarial em Biritiba Mirim - A dispor que, elevando-se anualmente os salários dos servidores públicos da Comuna, a remuneração do Prefeito, Vice e Secretários Municipais será automaticamente majorada, na mesma proporção - Ilegalidade flagrante, vinculação constitucionalmente proibida - Ação procedente, para proceder à sua desconstituição." (ADI 21325503720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24806)

ADI. LM 2476/2008, 2479/2008, 2494/2008, 2649/2010, 2808/2011, 2855/2011, 2976/2013, 2438/2007, 2773/2011 e 2813/2011 – ITÁPOLIS - Leis municipais de Itápolis, modificativas do zoneamento local - Ilegalidade apontada, por não precedida sua aprovação de consulta popular - Entendimento assente no Órgão Especial em que deva a eiva ser reconhecida, em que pese o entendimento pessoal em contrário deste relator - Procedência da ação, para tanto." (ADI 21221393220148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Luiz Ambra – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24689)

ADI. LM 1.305/2013 – LINDÓIA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 1305/13, do Município de Lindóia, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a implantação do Programa "Jovens da Paz", com o objetivo de prestar assistência psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas e aos seus familiares. Matéria referente à administração do município que é de iniciativa reservada do Chefe do Executivo. Violação aos artigos 5º, 47, II e XIV e 144 da Constituição do Estado de São Paulo. Lei impugnada que, de outra banda, não indicou os recursos de custeio do programa implantado, afrontando os artigos 25 e 176, I, da Carta Bandeirante. Lei autorizativa que esconde comando cogente. Executivo que não necessita de autorização para administrar, matéria a ele reservada. Precedentes da Corte. Ação procedente, declarando-se a inconstitucionalidade com modulação de seus efeitos para 60 (sessenta) dias." (ADI 21016169620148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Xavier de Aquino – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 27124)

ADI. LM 6.070/2014 – OURINHOS. "Ação direta de inconstitucionalidade - Município de Ourinhos - Lei Municipal nº 6.070, que estabelece a semana de educação à exposição solar infantil preventiva ao câncer de pele "sol amigo da infância" - Iniciativa parlamentar - Invasão da competência exclusiva do chefe do Poder Executivo - Vício formal reconhecido - Ausência da especificação da fonte de custeio das despesas decorrentes da lei - Afronta aos artigos 25 e 176, I, da Constituição Estadual - Precedentes do Órgão Especial - Ação procedente." (ADI 21219739720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 12/11/2014 – Maioria de Votos – Voto nº 19666)

ADI. LM 3.054/2014 – ANDRADINA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Municipal nº 3.054, de 11 de março de 2014, que declara feriado municipal em todo município

de Andradina, após as 12h00, o dia 06 de agosto, em respeito à procissão de Bom Jesus da Lapa - Inexistência de afronta aos termos da Lei Federal nº 9.093/05, que estabelece os feriados civis e religiosos na Federação - Não ocorrência de vício de iniciativa - Hipótese que escapa ao controle constitucional - Parâmetro de legalidade - Precedente jurisprudencial acerca da matéria - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente." (ADI 21194224720148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Ademir Benedito – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 35358)

ADI. LM 11.526/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade - Município de São José do Rio Preto - Lei Municipal nº 11.526, que estabelece norma para o embarque/desembarque de pessoas do sexo feminino, em período noturno - Não existência de reserva do Poder Executivo para sua iniciativa - Previsão legal que não representa qualquer aumento de despesa, vez que a fiscalização das atividades exercidas por permissionárias de serviços públicos insere-se no poder-dever da administração pública - Constitucionalidade reconhecida – Ação improcedente. (ADI 21047226620148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 19736)

ADI. LC 73/2013. Art. 71 e anexo 02 – MIRANDÓPOLIS – "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei complementar nº 73, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a reestruturação administrativa, quadro de pessoal e classificação dos cargos no Município de Mirandópolis - Criação dos cargos de "procurador dos negócios jurídicos", "assessor de imprensa e cerimonial", "assessor de apoio técnico administrativo", "chefe da divisão de coordenação administrativa", "chefe da divisão de receita e tributos", "chefe da divisão de contabilidade", "chefe da divisão de serviços urbanos", "chefe da divisão de estradas e terraplanagem", "chefe da divisão de viação e transportes", "chefe da divisão técnica de administração", "chefe da divisão de coordenação administrativa", "assessor de apoio técnico administrativo", "chefe da divisão técnica ambiental", "chefe da divisão técnica de administração", constantes do anexo 02 e do art. 71, da referida Lei Complementar - Legitimidade passiva do presidente da Câmara Municipal local ratificada, irrelevante tratar-se de lei que se originou em projeto de iniciativa do executivo - Cargos combatidos, de provimento em comissão, que não correspondem a funções de direção, chefia ou assessoramento, destinando-se ao desempenho de atividades meramente burocráticas, técnicas ou profissionais, que dispensam, para seu regular desempenho, relação especial de confiança - Precedentes deste Órgão Especial e do C. Supremo Tribunal Federal - Violação aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição do Estado - Cargo de "procurador dos negócios jurídicos", entretanto, que embora se amolde à forma de nomeação comissionada, exige que a eleição ocorra dentre os procuradores municipais, admitidos em sistema de mérito e concurso público, integrantes da carreira - Inteligência do art. 100, parágrafo único, da Constituição Paulista - Interpretação conforme a Constituição, nesse particular - Modulação dos efeitos (120 dias deste julgamento) - Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 21015658520148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Francisco Casconi – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 28511)

ADI. LM 4.715/2013 – SUZANO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 4.715/13 (inclui, no calendário oficial de eventos do Município de Suzano, a "Corrida do Dia do Esportista"). Inconstitucionalidade manifesta, por criar obrigações e se imiscuir em matéria organizacional, de competência exclusiva do Poder Executivo. Descabimento. Desrespeito aos artigos 5º, caput, 25 e 144 da Constituição do Estado. Ação procedente." (ADI 21290246220148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Borelli Thomaz – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 20345)

ADI. LM 11.506/2014 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. "Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Municipal 11.506/14 - São José do Rio Preto – Lei que dispõe pontualmente sobre zoneamento urbano – Iniciativa parlamentar – Impossibilidade - Matéria de natureza eminentemente administrativa, pertinente ao Poder Executivo – Ofensa às regras constitucionais de urbanismo e ao princípio da separação dos poderes – Precedentes - Ação direta julgada procedente, para declarar inconstitucional a Lei em questão." (ADI

20811889320148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator João Negrini Filho – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 19014)

ADI. LOM. Art. 56, § 4º e § 5º. Emenda 24/2014 – CRUZEIRO. "Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Orgânica do Município de Cruzeiro. Emenda nº 24, de 31 de março de 2014. Afastamento do Prefeito do cargo que esteja sendo processado por infração político-administrativa. Competência da União para legislar sobre direito processual. O Município não possui competência legislativa para dispor sobre afastamento de Prefeito do cargo em razão de existente processo ou procedimento em andamento por infração político-administrativa, infração penal comum e ação de improbidade administrativa. Ação julgada procedente." (ADI 20616018520148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25301)

ADI. LCM 318/2013 – TAUBATÉ. "Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar do Município de Taubaté que dispõe sobre a concessão de abono pecuniário aos servidores e docentes da Universidade de Taubaté e da Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi. Constitucionalidade. Improcedência da ação." (ADI 20536149520148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator José Damião Pinheiro Machado Cogan – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25272)

ADI. LM 7.602/2014 – MARÍLIA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 7.602, de 1º de abril de 2014, do Município de Marília. Diploma de autoria parlamentar que estendeu o desconto de 50% no valor da tarifa de transporte coletivo urbano a todos os estudantes e professores das escolas públicas e privadas. Vício de iniciativa reconhecido. Quebra do princípio da independência dos poderes. Invasão da esfera administrativa. Violação dos artigos 5º, 47, inciso XVIII, 120 e 159, § único, da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 21491754920148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25599)

ADI. LM 4.790/2014 – SUZANO. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 4.790/2014, do Município de Suzano, que "dispõe sobre a instituição de "albergues municipais" para pessoas em situação de rua". Iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade reconhecida, já que cabe privativamente ao Executivo a iniciativa de lei que verse sobre a estrutura da administração municipal. Hipótese em que, ademais, a lei criou despesa sem indicação de fonte de receita. Ofensa aos artigos 24 § 2º, 25 e 47 inciso II da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente." (ADI 21377883720148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Arantes Theodoro – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 25476)

ADI. LM 1.632/2001 – ITAPEVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Insurgimento contra a Lei nº 1.632/2001, do município de Itapeva, que dispôs sobre a nomeação para ocupar cargo em comissão de parentes em linha reta, colateral ou afim, até o segundo grau, de autoridades municipais. 1. É inconstitucional a lei federal, estadual ou municipal que afronte a Súmula Vinculante nº 13, emanada do Egrégio Supremo Tribunal Federal que, na interpretação do artigo 37 e incisos da Carta Magna, definiu o que é nepotismo para efeito de nomeação para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta e em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, definindo entendimento quanto ao alcance do grau de parentesco, impedida tal prática até o terceiro grau, inclusive. Afronta aos artigos 111 e 115, I, II e V, da Constituição Estadual. 2. Julgaram procedente a ação." (ADI 21249948120148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Vanderci Álvares – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 24779)

ADI. LM 10.887/2014 – SOROCABA. "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei municipal de iniciativa parlamentar, obrigando manifestação do Conselho Municipal de Saúde nas proposições legislativas que menciona - Projetos de Lei, de Resolução, de Decreto Legislativo e de Emenda à Lei Orgânica Municipal que tratem de matéria referente à saúde, de autoria do Sr. Prefeito Municipal. Vício de iniciativa - Ingerência na organização administrativa -

imposição de obrigação à Administração - Órgão do Executivo. Desrespeito à separação dos Poderes. Precedentes. Falta de indicação de fonte de custeio. Insuficiente referência genérica. Precedentes. Afronta aos arts. 5º, 47, incisos II, XI, XIV e XIX, letra "a", e 144, todos da Constituição Estadual. Procedente a ação." (ADI 21240507920148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Evaristo dos Santos – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31463)

ADI. LOM. Emenda 33/2014 – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Emenda à Lei Orgânica do Município que cria isenção de impostos municipais para portadores de moléstia grave. Ausência de lei específica com finalidade de estabelecer isenção. Violação ao art. 163, § 6º da Constituição do Estado. Ação julgada procedente." (ADI 21145274320148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31935)

ADI. LM 5.543/2014. Art. 3º, "caput" – CATANDUVA. "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 5.543/2014 do Município de Catanduva. Colocação de placas informativas, totens e afins em escadas e esteiras rolantes. Impossibilidade de utilização de Lei Orgânica Municipal e Lei de Responsabilidade Fiscal como parâmetro de controle. Inconstitucionalidade parcial, apenas no tocante ao artigo 3º, caput, da referida norma, que efetivamente dispõe sobre matéria de organização administrativa, em ofensa aos artigos 5º e 24, parágrafo segundo, item 2, ambos da Constituição do Estado. Não ocorrência, todavia, no tocante aos demais dispositivos, de ofensa à regra da separação dos poderes. Inexistência, ademais, de vício de iniciativa, por tratar-se o rol de iniciativas legislativas reservadas ao chefe do Poder Executivo de matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. Previsão de dotação orçamentária generalista não se constitui em vício de constitucionalidade. Possibilidade de remanejamento ou complementação orçamentária, bem como postergação do planejamento dos novos gastos para o exercício orçamentário subsequente. Ônus fiscalizatório. Ausência de aumento de despesa. Atividade inerente à Administração Pública. Alegação de ofensa ao princípio da razoabilidade. Inocorrência. Inexistência de desproporção entre as determinações contidas na lei impugnada e sua finalidade de garantia da segurança dos usuários. Ação julgada parcialmente procedente." (ADI 21108795520148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Márcio Bartoli – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31918)

ADI. LM 3.980/2014 – ORLÂNDIA. "Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 3.980/2014, do Município de Orlândia - Norma de iniciativa parlamentar - Cadastro especial para fins de agendamento de consultas médicas, exames e cirurgias nas unidades de saúde do município, para pacientes com idade superior a 60 anos, com problemas de locomoção, de pessoas portadoras de câncer, soropositivos, gestantes e recém-nascidos - Vício de iniciativa – Afronta ao art. 47, II, XIV, XIX, "a" e 144 da Constituição Estadual - Inconstitucionalidade reconhecida - Ao Poder Executivo cabe organizar e executar todos os atos de administração - Criação de despesas sem indicação da fonte de custeio - Violação ao art. 25 da Constituição Estadual – Ação procedente." (ADI 21022620920148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ferraz de Arruda – 12/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 31293)

ADI. TUPÃ. "Ação direta de inconstitucionalidade - Expressões de chefia, direção e assessoramento previstas nas leis do município de Tupã (art. 6º da lei complementar n. 264/2014; no art. 3º da lei complementar n. 262/2013; art. 1º da lei complementar n. 244/2013 - e, por arrastamento, no anexo XV da lei complementar n. 140/2008; art. 4º da lei complementar n. 240/2013 - e, por arrastamento, no art. 22 da lei complementar n. 230/2013, no art. 7º da lei complementar n. 148/2009, no art. 2º da lei complementar n. 141/2008, no anexo III da lei complementar n. 140/2008; no art. 1º da lei complementar n. 141/2008 e no anexo XI da lei complementar n. 140/2008; art. 1º da lei nº 3.471/1994; no art. 3º, item a, da lei n. 3.572/1995; no art. 4º, 1, b, no art. 6º, d, no art. 8º, 5, no art. 10, b e c, e no art. 12 da lei 3.643/1997; no item a do parágrafo único do art. 9º da lei 3.686/1997; no art. 2º, a e b, da lei 3.737/1998; no art. 1º, a e f, da lei 3.781/1998; no art. 1º, b e c, da lei 3.822/1999; no art. 2º, a como também no art. 3º, d, da lei 3.859/2000; nos arts. 1º, a e 2º da lei complementar n. 12/2002; no art. 1º e no anexo I da lei complementar n. 20/2002; nos anexos I e II da lei complementar n. 54/2004; no art. 1º e anexo único da lei complementar n. 55/2004 e no anexo XIII da lei complementar n.

140/2008) - criação de cargos de provimento em comissão que não retratam atribuições direção, chefia e assessoramento – Inadmissibilidade - Cargos criados que, dada suas funções meramente técnicas, burocráticas ou operacionais não exigem vínculo de confiança e, portanto, necessitam ser preenchidos por concurso público - Descrição genérica, imprecisa e indeterminada das atribuições. Cargo de provimento em comissão de assessor do secretário municipal dos negócios jurídicos - Mesmas funções atribuídas à advocacia pública - Cargo reservado a profissional recrutado por sistema de mérito e aprovação em certame público, sob pena de desvio de finalidade - Inconstitucionalidade reconhecida por afronta aos artigos 115, I, II e V, 111, 98 a 100, combinados com o artigo 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo - Modulação dos efeitos. Ação procedente, com modulação dos efeitos." (ADI 21325893420148260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Neves Amorim – 19/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 19871)

ADI. LM 15.996/2014; LM 16.009/2014 – SÃO PAULO. "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Leis Municipais de São Paulo n.ºs 15.996 de 23 de maio de 2014 e 16.009 de 6 de junho de 2014 que declara feriado municipal o dia 12 de junho de 2014, haja vista a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 e Dispõe sobre o funcionamento do comércio varejista, de estabelecimentos e outras atividades. Norma de vigência temporária e de efeitos concretos. Vigência encerrada. Julgamento prejudicado. Norma de efeito concreto insuscetível de controle abstrato de constitucionalidade. Impossibilidade de conhecimento de alegação de contrariedade à Lei Federal pelo Tribunal de Justiça. Extinção da ação, sem julgamento do mérito." (ADI 20888354220148260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Péricles Piza – 26/11/2014 - Votação Unânime – Voto nº 30031)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
GAPRI - Grupo de Apoio ao Direito Privado
Rua Conde de Sarzedas, 100, andar intermediário
Telef. 3295-5770 - 5771 - 5779 - 5768 (fax)
gapri.diretoria@tjsp.jus.br
gapri.pesquisa@tjsp.jus.br